

Pesquisa de Informações Básicas Municipais



Assistência Social
2013

Ministério do
**Desenvolvimento Social
e Combate à Fome**

IBGE
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ministério do
**Planejamento, Orçamento
e Gestão**

Presidenta da República
Dilma Rousseff

Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão
Miriam Belchior

Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE

Presidenta
Wasmália Bivar

Diretor-Executivo
Fernando J. Abrantes

ÓRGÃOS ESPECÍFICOS SINGULARES

Diretoria de Pesquisas
Marcia Maria Melo Quintslr

Diretoria de Geociências
Wadih João Scandar Neto

Diretoria de Informática
Paulo César Moraes Simões

Centro de Documentação e Disseminação de Informações
David Wu Tai

Escola Nacional de Ciências Estatísticas
Denise Britz do Nascimento Silva

UNIDADE RESPONSÁVEL

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais
Cláudio Dutra Crespo

Secretário-Executivo
Marcelo Cardona Rocha

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
Paulo de Martino Jannuzzi

Secretaria Nacional de Assistência Social
Denise Ratmann Arruda Colin

Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
Arnoldo Anacleto de Campos

Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza
Tiago Falcão

UNIDADES RESPONSÁVEIS

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Departamento de Avaliação
Júnia Valéria Quiroga da Cunha

Secretaria Nacional de Assistência Social

Departamento de Gestão do Sistema Único de Assistência Social
Simone Aparecida Albuquerque

Coordenação Geral de Serviços de Vigilância Social
Luís Otávio Pires Farias

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE
Diretoria de Pesquisas
Coordenação de População e Indicadores Sociais

Pesquisa de Informações Básicas Municipais

Perfil dos Municípios Brasileiros

Assistência social

2013

Rio de Janeiro
2014

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

ISBN 978-85-240-4316-1

© IBGE. 2014

Elaboração do arquivo PDF

Roberto Cavararo

Produção de multimídia

Helena Maria Mattos Pontes

LGonzaga

Márcia do Rosário Brauns

Marisa Sigolo Mendonça

Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro

Roberto Cavararo

Capa

Helga Szpiz e Marcos Balster Fiore Correia - Coordenação
de *Marketing*/Centro de Documentação e Disseminação
de Informações - CDDI

Sumário

[Apresentação](#)

[Introdução](#)

[Notas técnicas](#)

[Gestão da assistência social](#)

[Infraestrutura do órgão gestor](#)

[Recursos humanos](#)

[Legislação e instrumentos de gestão](#)

[Conselho Municipal de Assistência Social](#)

[Gestão financeira](#)

[Convênios e parcerias](#)

[Serviços socioassistenciais](#)

[Unidades da rede de serviços socioassistenciais](#)

[Tabelas de resultados](#)

[1](#) - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios – 2013

[2](#) - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

- 3 - Municípios, total e órgão responsável pela política de segurança alimentar e nutricional, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 4 - Municípios, total e órgão responsável pela política de segurança alimentar e nutricional, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 5 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por localização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 6 - Municípios, total e com estrutura na assistência social por localização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 7 - Municípios, total, com estrutura na assistência social e que realiza serviço de atendimento direto à população na sede do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 8 - Municípios, total, com estrutura na assistência social e que realiza serviço de atendimento direto à população na sede do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 9 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por características da infraestrutura do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 10 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por características da infraestrutura do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 11 - Pessoal ocupado na assistência social, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 12 - Pessoal ocupado na assistência social, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 13 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por escolaridade do titular do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 14 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por escolaridade do titular do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

15 - Gestor da assistência social com nível superior e pós-graduado, por área de formação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

16 - Gestor da assistência social com nível superior e pós-graduado, por área de formação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

17 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por sexo e grupos de idades do titular do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

18 - Municípios, total, com estrutura na assistência social por sexo e grupos de idades do titular do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

19 - Municípios, total, com estrutura na assistência social e com a primeira dama do município como gestora, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

20 - Municípios, total, com estrutura na assistência social e com a primeira dama do município como gestora, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

21 - Municípios, total, com estrutura na assistência social e com a gestão municipal da política recebendo orientações e apoio técnico do órgão gestor da assistência social do estado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

22 - Municípios, total, com estrutura na assistência social e com a gestão municipal da política recebendo orientações e apoio técnico do órgão gestor da assistência social do estado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

23 - Municípios, total e com processo formativo, realizado nos últimos 12 meses para o pessoal ocupado na área de assistência social, por modalidade e público alvo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

24 - Municípios, total e com processo formativo, realizado nos últimos 12 meses para o pessoal ocupado na área de assistência social, por modalidade e público alvo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

25 - Municípios, total e com participação em cursos de capacitação nos últimos 12 meses para o pessoal ocupado na área de assistência social, por tema, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

26 - Municípios, total e com processo formativo nos últimos 12 meses para o pessoal ocupado na área de assistência social, por tema, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

27 - Municípios, total e com processo formativo, por modalidades utilizadas, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

28 - Municípios, total e com processo formativo, por modalidades utilizadas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

29 - Municípios, total, com processo formativo gerando impacto na progressão dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e com plano de cargo, carreira e salário específico para a assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

30 - Municípios, total, com processo formativo gerando impacto na progressão dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e com plano de cargo, carreira e salário específico para a assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

31 - Municípios, total e com áreas constituídas como subdivisões administrativas na estrutura do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

32 - Municípios, total e com áreas constituídas como subdivisões administrativas na estrutura do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

33 - Municípios, por instrumento legal que regula a assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

34 - Municípios, por instrumento legal que regula a assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

35 - Municípios, total e com Plano Municipal de assistência social, por algumas características da avaliação e monitoramento do plano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

36 - Municípios, total e com Plano Municipal de assistência social, por algumas características da avaliação e monitoramento do plano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

- [37](#) - Municípios, por atividades realizadas para a gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- [38](#) - Municípios, por atividades realizadas para a gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- [39](#) - Municípios, por órgão responsável pelo Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- [40](#) - Municípios, por órgão responsável pelo Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- [41](#) - Municípios, total e com órgão gestor da assistência social responsável pelo Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal, por local onde é realizado o cadastramento e/ou recadastramento das famílias, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- [42](#) - Municípios, total e com órgão gestor da assistência social responsável pelo Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal, por local onde é realizado o cadastramento e/ou recadastramento das famílias, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- [43](#) - Municípios, total e com órgão gestor da assistência social responsável pelo Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal, por perfil dos profissionais que realizam o cadastramento e/ou recadastramento das famílias, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- [44](#) - Municípios, total e com órgão gestor da assistência social responsável pelo Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal, por perfil dos profissionais que realizam o cadastramento e/ou recadastramento das famílias, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- [45](#) - Municípios, total e com órgão gestor da assistência social responsável pelo Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal, por atividades que utilizam o cadastro, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

46 - Municípios, total e com órgão gestor da assistência social responsável pelo Cadastramento Único para os programas sociais do Governo Federal, por atividades que utilizam o cadastro, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

47 - Municípios, total e com diagnóstico socioterritorial do município voltado para a política de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

48 - Municípios, total e com diagnóstico socioterritorial do município voltado para a política de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

49 - Municípios, total e com instrumentos legais que regulam a assistência social, por objeto regulamentado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

50 - Municípios, total e com instrumentos legais que regulam a assistência social, por objeto regulamentado, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2013

51 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Assistência Social, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

52 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Assistência Social, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

53 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Assistência Social e que realiza fiscalização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

54 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Assistência Social e que realiza fiscalização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

55 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Assistência Social e com canal de denúncia, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

56 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Assistência Social e com canal de denúncia, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

- [57](#) - Municípios, total e com Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- [58](#) - Municípios, total e com Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- [59](#) - Municípios, total e com existência do Fundo Municipal de Assistência Social, por características, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- [60](#) - Municípios, total e com existência do Fundo Municipal de assistência social, por características, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- [61](#) - Municípios, total e com outros fundos que também executam o orçamento da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- [62](#) - Municípios, total e com outros fundos que também executam o orçamento da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- [63](#) - Municípios, total e com a assistência social participando do planejamento do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA, por representantes, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- [64](#) - Municípios, total e com a assistência social participando do planejamento do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA, por representantes, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- [65](#) - Municípios, total e com cofinanciamento da função de assistência social, por modalidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- [66](#) - Municípios, total e com cofinanciamento da função de assistência social, por modalidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- [67](#) - Municípios, total e que receberam recursos do Índice de Gestão Descentralizada Municipal - IGD-M do Programa Bolsa Família nos últimos 12 meses, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

68 - Municípios, total e que receberam recursos do Índice de Gestão Descentralizada Municipal - IGD-M do Programa Bolsa Família nos últimos 12 meses, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

69 - Municípios, total e que receberam recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS, segundo as Grandes Regiões as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

70 - Municípios, total e que receberam recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

71 - Municípios, total e com legislação municipal específica que trate dos convênios na área de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

72 - Municípios, total e com legislação municipal específica que trate dos convênios na área de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

73 - Municípios, total e com convênio com vistas a desenvolver programas, projetos e serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

74 - Municípios, total e com convênio com vistas a desenvolver programas, projetos e serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

75 - Municípios, total e com outras parcerias formais ou informais, pelas quais receba recursos para desenvolver programas, projetos e serviços socioassistenciais, como executor principal, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

76 - Municípios, total e com outras parcerias formais ou informais, pelas quais receba recursos para desenvolver programas, projetos e serviços socioassistenciais, como executor principal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

77 - Municípios, total e que realizaram serviços socioassistenciais, de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

78 - Municípios, total e que realizaram serviços socioassistenciais, de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

79 - Municípios, total e com existência de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

80 - Municípios, total e com existência de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

81 - Municípios, total e com existência de Centro de Convivência, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

82 - Municípios, total e com existência de Centro de Convivência, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

83 - Municípios, total e com existência de Centro da Juventude, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

84 - Municípios, total e com existência de Centro da Juventude, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

85 - Municípios, total e com existência de Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

86 - Municípios, total e com existência de Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

87 - Municípios, total e com existência de Centro-Dia, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

88 - Municípios, total e com existência de Centro-Dia por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

89 - Municípios, total e com existência unidade de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

90 - Municípios, total e com existência unidade de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

91 - Municípios, total e com existência de abrigo institucional ou casa-lar, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

92 - Municípios, total e com existência de abrigo institucional ou casa-lar, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

93 - Municípios, total e com existência de República, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

94 - Municípios, total e com existência de República, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

95 - Municípios, total e com existência de Centro de Múltiplo Uso, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

96 - Municípios, total e com existência de Centro de Múltiplo Uso, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

97 - Municípios, total e com existência de Centro de geração de trabalho e renda/profissionalizante, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

98 - Municípios, total e com existência de Centro de geração de trabalho e renda/profissionalizante, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

99 - Municípios, total e que realizam serviço socioassistencial, por tipo de serviço, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

100 - Municípios, total e que realizam serviço socioassistencial, por tipo de serviço, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

101 - Municípios, total e com serviço de proteção social básica, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

102 - Municípios, total e com serviço de proteção social básica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

103 - Municípios, total e com serviço de proteção social especial de média complexidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

- 104 - Municípios, total e com serviço de proteção social especial de média complexidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 105 - Municípios, total e com serviço de proteção social especial e alta complexidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 106 - Municípios, total e com serviço de proteção social especial de alta complexidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 107 - Municípios, total e atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 108 - Municípios, total e atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 109 - Municípios, total e com atendimento pelo serviço da assistência social para grupos específicos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 110 - Municípios, total e com atendimento pelo serviço da assistência social para grupos específicos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 111 - Municípios, total e com concessão de benefícios eventuais, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 112 - Municípios, total e com concessão de benefícios eventuais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 113 - Municípios, total e com concessão de outros benefícios, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 114 - Municípios, total e com concessão de outros benefícios, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
- 115 - Municípios, total e com programa municipal de transferência de renda para famílias pobres, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013
- 116 - Municípios, total e com programa municipal de transferência de renda para famílias pobres, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

117 - Municípios, total e com ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada - BPC, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

118 - Municípios, total e com ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada - BPC-, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

119 - Municípios, total e com algum programa/projeto específico para inclusão social das pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular e no mercado de trabalho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

120 - Municípios, total e com algum programa/projeto específico para inclusão social das pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular e no mercado de trabalho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Referências

Anexo

Pesquisa de Informações Básicas Municipais - 2013
Suplemento de Assistência Social

Glossário

Convenções

-	Dado numérico igual a zero não resultante de arredondamento;
..	Não se aplica dado numérico;
...	Dado numérico não disponível;
x	Dado numérico omitido a fim de evitar a individualização da informação;
0; 0,0; 0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente positivo; e
-0; -0,0; -0,00	Dado numérico igual a zero resultante de arredondamento de um dado numérico originalmente negativo.

Apresentação

O volume ora apresentado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, vem tornar públicos os resultados da terceira edição do Suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2013.

Levada a campo em 2013, a MUNIC, em sua 11ª edição, focaliza pela terceira vez a questão da assistência social no âmbito municipal, investigando todas as 5 570 municipalidades existentes no País. Esta edição, por sua vez, é marcada pelo aperfeiçoamento dos instrumentos de pesquisa, nos quais foram introduzidas importantes mudanças, o que pode ser verificado na composição temática e organização do Questionário Básico, bem como nos aspectos, menos evidentes, mas não menos importantes, da metodologia de processamento e apuração.

O Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2013 obteve informações sobre a gestão da assistência social nos municípios a partir da coleta de dados sobre os seguintes temas: caracterização e infraestrutura do órgão gestor da política de assistência social, recursos humanos, legislação e instrumentos de gestão, conselho municipal, gestão financeira, convênios e parcerias, serviços socioassistenciais, e unidades da rede de serviços socioassistenciais.

Trata-se de um conjunto amplo de informações, que permitirá a atualização dos dados coletados em 2009, data da edição anterior sobre o tema, e agregará insumos importantes para o acompanhamento dessa estrutura, o aprofundamento do diagnóstico da condição e da forma de funcionamento da rede pública de prestação de serviços assistenciais no Brasil, e a construção do Sistema Nacional de Informação da Assistência Social.

Este volume traz **Notas técnicas** com aspectos metodológicos da pesquisa e apresenta, em sua **Análise dos resultados**, um quadro geral da assistência social nos municípios sob a responsabilidade direta da prefeitura e/ou que contaram com sua participação, acrescido de tabelas de resultados por classes de tamanho da população dos municípios, por Grandes Regiões e por Unidades da Federação.

Marcia Maria Melo Quintslr

Diretora de Pesquisas

Introdução

Este volume da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC traz a público os resultados do levantamento realizado em 2013 pelo Suplemento de Assistência Social.

A disponibilidade de dados estatísticos sobre a oferta e a qualidade dos serviços públicos e sobre a capacidade dos governos municipais em atender suas populações é de extrema importância. O conhecimento e a aprendizagem sobre a escala local proporcionados por essas informações vêm responder às exigências imediatas de compreensão da heterogeneidade estrutural no País, a fim de tornar efetiva a participação da imensa riqueza, diversidade e criatividade brasileiras na busca do avanço social, político e econômico.

A informação atualizada é ferramenta essencial para a formulação e a implementação de políticas públicas, especialmente em áreas em que a prestação de serviços é descentralizada, como é o caso da assistência social. É necessário conhecer a real capacidade instalada e a efetiva oferta de serviços por parte de estados, municípios e organizações não governamentais, a fim de identificar necessidades, planejar investimentos, avaliar o desempenho das estruturas estabelecidas e regular os serviços prestados.

No âmbito da consolidação da nova política de assistência social, que tem como elemento essencial a implantação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, o desenvolvimento de um Sistema Nacional de Informação da Assistência Social é fundamental para o aprimoramento da gestão, além da institucionalização das práticas de monitoramento e avaliação do conjunto de ações, programas, serviços e benefícios da política assistencial, de forma a aumentar sua efetividade. O desenvolvimento desse sistema pressupõe o

conhecimento e a capacidade institucional e técnica das secretarias municipais, e das instâncias de controle social operando localmente. Os resultados dos Suplementos da MUNIC 2005 e 2009, realizados como fruto da parceria entre o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, possibilitaram esse mapeamento na estrutura pública de prestação de serviços da assistência social em todos os municípios brasileiros.

A realização do Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2013 tem por objetivo atualizar o conhecimento sobre a estrutura e o funcionamento da rede de assistência social pública municipal com informações suficientes para a sua caracterização, visando subsidiar a concretização do novo modelo de gestão dessa área.

A MUNIC 2013 é uma pesquisa realizada anualmente pelo IBGE, em todos os municípios brasileiros, que busca obter informações relacionadas à gestão de todas as prefeituras. O Questionário Básico da MUNIC 2013 contemplou questões relacionadas ao perfil dos gestores municipais, recursos humanos, legislação e instrumentos de planejamento, gestão de riscos e resposta a desastres, saúde, meio ambiente e gestão da política de gênero.

Este volume impresso apresenta em seus textos analíticos alguns dos resultados do levantamento realizado pelo Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2013, abrangendo questões sobre caracterização e infraestrutura do órgão gestor da política de assistência social, recursos humanos, legislação e instrumentos de gestão, conselho municipal, gestão financeira, convênios e parcerias, serviços socioassistenciais, e unidades da rede de serviços socioassistenciais. A publicação é acompanhada de um CD-ROM que reproduz o volume impresso e contém adicionalmente a base de dados completa do Suplemento, com informações de cada município.

Por fim, deve-se destacar que a MUNIC é resultado da participação e do compromisso das representações do IBGE em cada Unidade da Federação, distribuídas por mais de 500 agências da Instituição e responsáveis pela coleta e apuração das informações em todos os municípios do País.

Notas técnicas

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC se estende à totalidade dos municípios¹ do País desde a primeira edição, em 1999. Esta, a 11ª edição da MUNIC, tem 2013 como ano de referência e obteve informações relativas a todos os 5 570 municípios brasileiros. Nesta edição, o Questionário Básico foi acompanhado do Suplemento de Assistência Social, produto de convênio firmado entre o IBGE e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que levantou informações sobre a gestão municipal da assistência social. Ambos os instrumentos de pesquisa tiveram seu planejamento, apuração e análise sob a responsabilidade da Coordenação de População e Indicadores Sociais, da Diretoria de Pesquisas do IBGE.

Objetivos

A MUNIC se define como pesquisa institucional e de registros administrativos da gestão pública municipal e se insere entre as demais pesquisas sociais e estudos empíricos dedicados à escala municipal. Trata-se, basicamente, de um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo também diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade.

Acompanhando esta edição da pesquisa, foram coletadas informações sobre a assistência social no âmbito municipal por meio do Suplemento de Assistência Social. O objeto de interesse deste

¹ Dois distritos brasileiros são tratados na pesquisa como municípios, por razões metodológicas: o Distrito Federal, onde tem sede o governo federal, sendo Brasília a capital federal; e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, arquipélago localizado no Estado de Pernambuco. Em ambos os casos, informantes da administração local responderam ao Questionário Básico.

Suplemento é a gestão dos municípios na área de assistência social, nomeadamente no que se refere à organização da prefeitura, quadro funcional, aparato material, políticas de planejamento, iniciativas de descentralização e oferta de serviços à população. O levantamento dessas informações permitirá a atualização dos dados coletados em 2005 e 2009 e agregará insumos importantes para o acompanhamento dessa estrutura, o aprofundamento do diagnóstico da condição e da forma de funcionamento da rede pública de prestação de serviços assistenciais no Brasil, e a construção do Sistema Nacional de Informação da Assistência Social.

Unidade de investigação e informantes da pesquisa

A unidade de investigação da MUNIC é o município, sendo informante principal a prefeitura, através dos diversos setores que a compõem. As instituições ligadas a outros poderes públicos locais ou instaladas localmente se constituem em unidades secundárias de informação. Assim, as informações coletadas em cada município, em geral, são resultado de uma consulta a pessoas posicionadas nos diversos setores e/ou instituições investigados que detêm informações sobre os órgãos públicos e os demais equipamentos municipais.

O Suplemento de Assistência Social também teve como unidade de investigação o município, sendo as informações obtidas no respectivo órgão gestor da assistência social. Na ausência de qualquer instância administrativa na prefeitura que tratasse da questão da assistência social, o Suplemento deveria ser respondido pelo prefeito ou pessoa por ele indicada, desde que fizesse parte da estrutura administrativa do município.

Período de referência da pesquisa

A coleta das informações do Questionário Básico e do Suplemento de Assistência Social foi realizada entre os meses de março e novembro de 2013, sendo efetuada preferencialmente por meio de entrevista presencial. Os dados coletados referem-se, de maneira geral, à data da entrevista; no entanto, em alguns quesitos a data pode diferir, sendo que, neste caso, há referência explícita, em ambos os instrumentos de coleta, quanto à data ou período da informação.

Abrangência geográfica da pesquisa

Os 5 570 municípios brasileiros instalados no território nacional até 31 de dezembro de 2013 foram investigados pela MUNIC 2013. Em 2013, foram instalados cinco novos municípios (no Estado do Pará, Mojuí dos Campos; no Estado de Santa Catarina, Balneário Rincão e Pescaria Brava; no Estado do Rio Grande do Sul, Pinto Bandeira; e no Estado do Mato Grosso do Sul, Paraíso das Águas), que, acrescidos ao 5 565 anteriormente existentes, totalizaram 5 570.

Conforme frisado anteriormente, dois distritos brasileiros são tratados na pesquisa como municípios, por razões metodológicas: o Distrito Federal, onde tem sede o governo federal, sendo Brasília a capital federal; e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, arquipélago localizado no Estado de Pernambuco. Em ambos os casos, informantes da administração local responderam o Questionário Básico.

Instrumentos de coleta

Em sua edição de 2013, a MUNIC foi a campo com dois instrumentos de coleta: o Questionário Básico, constituído de nove blocos, e o Suplemento de Assistência Social, com 11 blocos.

O Questionário Básico e o Suplemento de Assistência Social foram acompanhados de um Manual de Coleta contendo as instruções básicas e os conceitos técnicos necessários para o trabalho do Técnico de Pesquisas do IBGE.

Coleta dos dados e apuração

Em março de 2013, foi realizado um treinamento centralizado no Rio de Janeiro, onde estiveram presentes os supervisores regionais e os técnicos de todas as Unidades Estaduais do IBGE, num total aproximado de 60 pessoas. Eles, posteriormente, foram responsáveis pelo repasse do treinamento para os técnicos das mais de 500 Agências do IBGE no País.

Após o processo de treinamento, procedeu-se à fase de coleta das informações, em que o pesquisador do IBGE fez um primeiro contato com a prefeitura de cada município a seu encargo, com o objetivo de obter a indicação de uma pessoa, na administração municipal, que coordenasse a coleta das informações nos vários setores. Essa pessoa era entrevistada, sempre que possível, e deveria manter contato com o pesquisador do IBGE, quando houvesse a necessidade de esclarecer algum item, procedimento ou conceito relativo à pesquisa.

Para possibilitar o preenchimento dos questionários pelos diversos setores das prefeituras, cada instrumento de coleta apresentou as explicações dos termos e conceitos considerados mais importantes dispostos junto aos quesitos relativos.

O técnico do IBGE, ao receber o Questionário Básico e/ou o Suplemento de Assistência Social preenchido, procedeu a uma crítica visual das informações coletadas.

A entrada de dados foi feita de forma descentralizada pela supervisão da pesquisa, na sede de cada Unidade Estadual, ou pelo técnico responsável pela coleta nas próprias Agências. A crítica de consistência dos dados coletados, por sua vez, foi realizada em cada Unidade, mas também foi efetuado um trabalho de apuração das informações pela equipe da Coordenação de População e Indicadores Sociais, responsável pela MUNIC.

Um município não preencheu o Suplemento de Assistência Social: Brejo de Areia, no Estado do Maranhão.

Disseminação dos resultados

Necessário se faz ressaltar que, diferentemente das demais pesquisas efetuadas pelo IBGE, as informações prestadas pelas prefeituras são de natureza pública, configurando, assim, um conjunto de informações a serem divulgadas individualmente. Esse contexto, embora não exima o IBGE da responsabilidade final pelos dados ora divulgados, confere um caráter de maior corresponsabilidade entre a Instituição e os próprios informantes. Um levantamento dessa natureza, de informações de caráter

público, após os procedimentos de crítica e análise das mesmas, exige ter respeitada sua integridade.

Os dados da MUNIC estão disponibilizados no portal do IBGE na Internet, no canal Pesquisa de Informações Básicas Municipais, apresentando as informações de cada município, individualmente.

Este volume contém, além dessas notas técnicas, um conjunto de capítulos com textos analíticos sobre os diversos temas abordados pela pesquisa em que são destacados os aspectos considerados mais relevantes pelos analistas que trabalharam nas diversas fases do levantamento. Os resultados também são apresentados em um conjunto de tabelas gerais selecionadas. Acompanha a publicação um CD-ROM que reproduz o volume impresso e contém adicionalmente a base de dados completa do Suplemento, com informações de cada município.

Todas as tabelas apresentadas são produto de agregações dos dados de municípios por classes de tamanho da população, com base nas estimativas de população residente em 1º de julho de 2013, publicadas no Diário Oficial da União, por Grandes Regiões do País e por Unidades da Federação em que estão localizados, variáveis relevantes para a compreensão, descrição e análise de alguns aspectos abrangidos pela pesquisa.

Gestão da assistência social

No Brasil, a assistência social foi instituída como política pública, direito do cidadão e dever do Estado pela Constituição Federal do Brasil, de 1988. Conhecida como Constituição Cidadã, ela inova em aspectos essenciais, especialmente no que concerne à descentralização político-administrativa, alterando as normas e regras centralizadoras e distribuindo melhor as competências entre a União e os poderes regionais (Estados) e locais (Municípios). Também com a descentralização aumenta o estímulo à maior participação das coletividades locais – sociedade civil organizada – e, portanto, ao processo de controle social.

Regulamentados pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 07.12.1993), novos conceitos e modelos de assistência social passaram a vigorar no Brasil, sendo esta colocada como direito de cidadania, com vistas a garantir o atendimento às necessidades básicas dos segmentos populacionais vulnerabilizados pela pobreza e pela exclusão social (BRASIL, 1993).

A Lei Orgânica da Assistência Social dispõe sobre a organização da assistência social. É o instrumento legal que regulamenta os pressupostos constitucionais, ou seja, aquilo que está escrito na Constituição Federal, nos Arts. 203 e 204, que definem e garantem os direitos à assistência social. Esta lei institui benefícios, serviços, programas e projetos destinados ao enfrentamento da exclusão social dos segmentos mais vulnerabilizados (PIRES, 2012, p. 4).

A LOAS estabelece que “o núcleo, ou foco principal dos serviços assistenciais, é constituído pelas famílias vulnerabilizadas pela pobreza e exclusão social. Focaliza-se o grupo familiar e a comunidade por serem espaços sociais naturais de proteção e inclusão social” (PIRES, 2012, p. 5).

“Trata-se, mais do que um texto legal, de um conjunto de ideias, de concepção e de direitos. A LOAS introduz uma nova forma de discutir a questão da assistência social, em substituição à visão centrada na caridade e no favor” (ASSISTÊNCIA..., 1993).

Segundo Pires, “estas ações e serviços intersetoriais devem ter objetivos e desenvolver processos mais ambiciosos de proteção e alteração da qualidade de vida do grupo familiar e não apenas de um ou outro de seus membros” (PIRES, 2012, p. 6).

A assistência social orgânica é bem diferente das demais políticas sociais públicas, por ser complexa e por ter um mecanismo de distribuição de todas as políticas. Mais do que isso, é um mecanismo de deselitização e consequente democratização das políticas sociais (ASSISTÊNCIA..., 1993).

A assistência social é dever do Estado e direito do cidadão. É política pública e, como tal, faz parte da seguridade social, a qual compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos da população relativos à saúde, à previdência e à assistência social. A assistência social é parte integrante das ações que visam garantir direito de cidadania e igualdade de condições de vida a todos os brasileiros. Este é o novo paradigma, o novo modelo da assistência social no Brasil, onde não há mais lugar para troca de favores ou para atuação paternalista. Neste modelo, prevalece a ideia de que se protege para promover, para fazer a pessoa crescer, que deve ser ofertado o mínimo básico para que o indivíduo inicie um processo de promoção humana, de crescimento e de valorização da pessoa. Indo mais além, é a ideia de que o indivíduo, ao se promover, promova também o seu entorno, as pessoas que vivem ao seu redor e o seu próprio ambiente de vida.

O centro de ação da política de assistência social é a família, vista como elo integrador das ações e como foco de programas específicos. Todos os programas que visam à inserção e à reinserção familiar são prioritários na política de assistência social (ASSISTÊNCIA..., 1993).

O Estado brasileiro, isto é, o poder público, seja ele federal, estadual ou municipal, tem o dever de formular políticas e realizar ações e atividades que protejam e promovam aquela parcela da população que se encontra em situação de vulnerabilidade, permitindo a esta parcela alcançar uma situação de plena cidadania.

É de extrema importância dar parâmetros, especialmente, à articulação entre Estado e Sociedade Civil, para o desenvolvimento das atividades de promoção humana e desenvolvimento social que garantam o acesso à condição de cidadania. A política de Assistência Social para ganhar níveis de efetividade desejáveis, precisa ser descentralizada. E é assim que está previsto na LOAS (ASSISTÊNCIA..., 1993).

Os pressupostos constitucionais de assistência social também se concretizam por intermédio da Política Nacional de Assistência Social, aprovada em 16.12.1998 pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Em 15.10.2004, foi aprovado um novo texto para a Política que se mantém como o documento normatizador das ações de assistência social concebidas na LOAS. A Política Nacional de Assistência Social, ao definir diretrizes, princípios, estratégias e formas de gestão da assistência social, constitui o instrumento que transforma em ações diretas os pressupostos legais da Constituição Federal de 1988 e da LOAS.

Com relação à administração e gestão das ações de assistência social, destacam-se, dentre outras, na Política Nacional de Assistência Social, as seguintes diretrizes:

- Descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social, garantindo o comando único das ações em cada esfera de governo, respeitando-se as diferenças e as características socioterritoriais locais; e
- Primazia da responsabilidade do Estado na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo (BRASIL, 2005b).

Cabe destacar que:

A descentralização consiste em uma efetiva partilha de poder entre o governo e as coletividades locais. Nesse sentido, a descentralização, considerando o papel do Estado e a conjuntura política, carrega como conteúdo intrínseco a ideia de avanço democrático.

A descentralização e a municipalização, como consolidação democrática, estão sempre ligadas à participação e mostram que a força da cidadania está no município. É no município que as situações, de fato, acontecem. É no município que o cidadão nasce, vive e constrói sua história. É aí que o cidadão fiscaliza e exercita o controle social (ASSISTÊNCIA..., 1993).

A municipalização da assistência social possibilita a tomada de decisão mais próxima ao local onde os problemas acontecem, e possibilita maior chance de resposta imediata e concreta.

Órgãos gestores da assistência social

O Suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas - MUNIC 2005 constituiu um avanço no sentido de fornecer informações detalhadas sobre a infraestrutura do órgão gestor da política de assistência social nos municípios e as atividades desenvolvidas por essas estruturas. O município é o local privilegiado do fazer e do acontecer socioassistencial, na medida em que é a instância mais próxima da população. Assim sendo, tem uma posição decisiva do ponto de vista da gestão pública da assistência social.

O retrato proporcionado por aquele Suplemento foi um importante instrumento de gestão para as três esferas administrativas: a federal, a estadual e a municipal. Em vários momentos, é possível confrontar-se com movimentos que, em nível municipal, são resultantes de investimentos de políticas estaduais e federais.

Compreendida como uma importante política setorial, pelo seu forte impacto social e grande visibilidade política, observou-se que a assistência social é dirigida pelo núcleo central da administração municipal, não tendo sido afetada pela tendência desconcentradora verificada no País a partir da Constituição Federal de 1988.

No levantamento de 2005, impressionou a forma como a política de assistência social encontrava-se estruturada organizacionalmente nas administrações municipais. Em 2009, com os novos gestores municipais, não houve grandes mudanças na caracterização desses órgãos, o que leva a concluir que a estrutura organizacional municipal manteve-se inalterada em relação à encontrada em 2005.

Os dados apurados em 2013 mostram um desenho muito semelhante ao encontrado nos anos de 2005 e 2009: 99,9% dos municípios brasileiros possuíam estrutura organizacional para tratar da política de assistência social (Tabela 1). Destes,

75,4% possuíam estrutura na forma de secretaria² municipal exclusiva; 20,4%, secretaria em conjunto com outra política; 2,5%, setor³ subordinado diretamente à chefia do executivo; 1,6%, setor subordinado a outra secretaria; 0,2% era ligado à administração indireta na forma de fundação; e apenas 0,04% (dois municípios), não possuía estrutura.

Ainda predominava, nos municípios, a política de assistência social com estrutura de secretaria exclusiva. Somando-se a esta os casos em que a secretaria de assistência social está associada a outra política, tem-se um total de 95,7% de órgãos gestores praticamente exclusivos de assistência social, o que indica a valorização dessa política do ponto de vista da gestão municipal. Ao comparar os resultados do período de 2005 a 2013, observa-se que o percentual de municípios com estrutura de secretaria para tratar da política de assistência social subiu de 80,0%, em 2005, para 92,6%, em 2009, atingindo 95,8% dos municípios em 2013. A parcela dos municípios com secretaria exclusiva, no mesmo período, passou de 59,0% para 70,1% e 75,4%, respectivamente. Para ilustrar o comprometimento dos municípios com a política de assistência social, em 2005, 16 declararam não possuir nenhuma estrutura para tal; em 2009, somente quatro; e, em 2013, apenas dois municípios ainda encontravam-se nesta situação.

No que diz respeito às classes de tamanho da população dos municípios, verifica-se que a existência de estrutura organizacional para tratar da política de assistência social é da ordem de 100%, ou muito próximo desta proporção, em todas as classes desde o ano de 2005. Em 2013, apenas nos municípios com até 5 000 habitantes (99,8%), o percentual não alcançou 100%. Isso equivale a dizer que estavam inseridos nesta faixa tanto os municípios que declararam não possuir estrutura para a política de assistência social como o município que não preencheu o questionário do Suplemento de Assistência Social neste ano.

Com relação ao recorte regional, observa-se que o município com a recusa de preenchimento do questionário localizava-se na Região Nordeste e, na Região Sul, situavam-se os dois municípios sem estrutura para tratar da política de assistência social; portanto, essas eram as duas únicas Grandes Regiões onde o percentual de municípios com estrutura organizacional para tratar da política de assistência social não atingia os 100%. A Região Sul manteve o comportamento diferenciado das demais regiões, já apontado nos anos de 2005 e 2009, em que o percentual de municípios com estrutura de secretaria exclusiva para tratar da política de assistência social era o menor, embora tenha evoluído de 47,7%, em 2009, para 60,6%, em 2013, o percentual dos seus municípios com órgãos gestores caracterizados como tal.

No ano de 2013, foram encontradas estruturas em conjunto em 22,0% dos municípios brasileiros, seja como secretaria em conjunto com outra política (20,4%), seja como setor subordinado a outra secretaria (1,6%), sendo a gestão da assistência social associada a uma ou mais políticas setoriais. Dentre as políticas compartilhadas no conjunto desses 1 220 municípios, a mais frequente era a do trabalho, seguida pela da habitação (Gráfico 1). A dissociação da política de assistência social com a política de saúde e o crescimento da associação com a política de habitação vêm ocorrendo desde o início do período considerado, quando, com gestão associada à saúde, passou de 52,8% dos municípios, em 2005, para 31,9%, em 2009, e, em 2013, para 20,6%; em relação à associação com a política de habitação, passou de 8,2% dos municípios, em 2005, para 13,5%, em 2009, e, em 2013, para 24,9%. Muito provavelmente este fato ocorreu pela ligação dos programas de habitação de interesse social com a política de assistência social.

² Secretaria é órgão subordinado diretamente ao executivo, criado por lei.

³ Setor é a parte organizacional da prefeitura, sem *status* de secretaria.

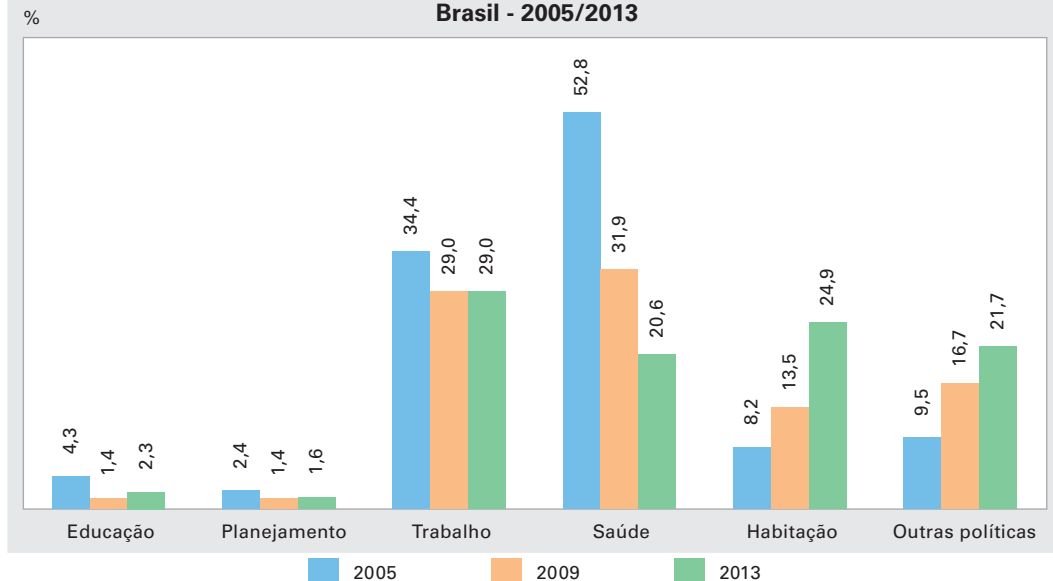
Tabela 1 - Municípios, total e com estrutura na área de assistência social, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com estrutura na área de assistência social (%)						Não possui estrutura específica (%)
		Total	Caracterização do órgão gestor					
			Secretaria exclusiva de assistência social	Secretaria associada a outras políticas setoriais	Setor subordinado à chefia do executivo	Setor subordinado à outra secretaria	Fundação pública	
2005								
Brasil	5 564	99,7	59,0	21,0	12,9	6,9	0,3	0,3
Norte	449	100,0	70,4	23,8	4,5	0,7	0,7	0,0
Nordeste	1 793	99,8	77,4	19,8	0,8	1,9	0,1	0,2
Sudeste	1 668	99,4	45,5	13,8	31,2	9,4	0,1	0,6
Sul	1 188	99,8	35,2	36,9	12,0	15,4	0,4	0,1
Centro-Oeste	466	99,8	86,2	7,3	3,9	1,7	0,9	0,2
Até 5 000	1 362	99,4	47,9	20,2	20,2	11,7	0,0	0,6
De 5 001 a 10 000	1 310	99,7	56,0	20,0	15,8	8,2	0,0	0,2
De 10 001 a 20 000	1 298	99,7	63,8	20,1	10,2	5,8	0,1	0,3
De 20 001 a 50 000	1 026	99,9	66,7	22,0	7,4	3,4	0,4	0,1
De 50 001 a 100 000	313	100,0	62,3	28,1	7,0	2,2	0,3	0,0
De 100 001 a 500 000	220	100,0	75,0	20,9	1,8	0,9	1,4	0,0
Mais de 500 000	35	100,0	62,9	22,9	0,0	0,0	14,3	0,0
2009								
Brasil	5 565	99,9	70,1	22,5	4,6	2,6	0,1	0,1
Norte	449	100,0	77,7	21,2	0,7	0,2	0,2	-
Nordeste	1 794	99,9	78,0	21,1	0,3	0,4	0,1	0,1
Sudeste	1 668	99,9	72,0	14,0	10,5	3,4	-	0,1
Sul	1 188	99,9	47,7	40,2	5,9	5,9	0,3	0,1
Centro-Oeste	466	100,0	83,0	14,2	0,6	1,5	0,6	-
Até 5 000	1 257	99,8	61,7	25,1	8,4	4,6	0,1	0,2
De 5 001 a 10 000	1 294	100,0	70,4	21,5	5,3	2,9	0,0	0,0
De 10 001 a 20 000	1 370	99,9	74,2	20,2	3,9	1,6	0,0	0,1
De 20 001 a 50 000	1 055	100,0	73,1	22,6	2,6	1,7	0,1	0,0
De 50 001 a 100 000	316	100,0	69,9	27,2	1,3	1,3	0,3	0,0
De 100 001 a 500 000	233	100,0	76,8	21,0	0,0	1,3	0,9	0,0
Mais de 500 000	40	100,0	72,5	20,0	0,0	0,0	7,5	0,0
2013 (1)								
Brasil	5 570	99,9	75,4	20,4	2,5	1,6	0,2	0,0
Norte	450	100,0	80,9	17,1	1,3	0,4	0,2	-
Nordeste	1 794	99,9	78,8	20,5	0,6	0,2	-	-
Sudeste	1 668	100,0	78,2	13,4	5,9	2,3	0,1	-
Sul	1 191	99,8	60,6	34,1	1,5	3,4	0,3	0,2
Centro-Oeste	467	100,0	84,8	12,8	1,5	0,2	0,6	-
Até 5 000	1 247	99,8	69,0	22,8	5,5	2,7	0,1	0,2
De 5 001 a 10 000	1 227	100,0	78,3	17,1	2,6	2,0	-	-
De 10 001 a 20 000	1 378	100,0	79,2	17,6	2,3	0,9	-	-
De 20 001 a 50 000	1 080	100,0	76,6	21,4	0,6	1,2	0,2	-
De 50 001 a 100 000	339	100,0	70,5	28,3	-	0,9	0,3	-
De 100 001 a 500 000	260	100,0	76,2	21,9	0,4	0,4	1,2	-
Mais de 500 000	39	100,0	56,4	33,3	-	2,6	7,7	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2013.

(1) Exclusive um município que recusou-se a preencher o suplemento de assistência social.

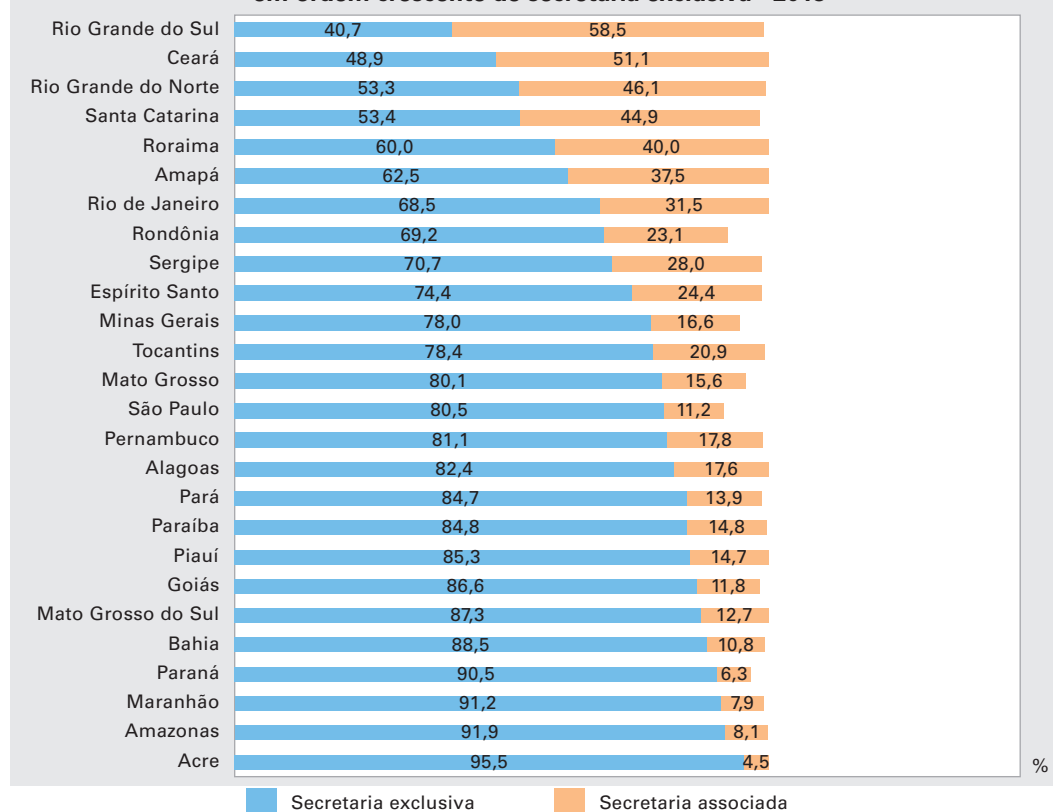
**Gráfico 1 - Percentual de municípios com órgão gestor associado a outras políticas
Brasil - 2005/2013**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2013.

A presença de órgão exclusivo para tratar da política de assistência social é maior do que 50,0% nas estruturas organizacionais dos municípios em quase todas as Unidades da Federação, com exceção dos Estados do Rio Grande do Sul e Ceará.

Gráfico 2 - Percentual de municípios com secretaria de assistência social exclusiva ou associada a outra política, segundo as Unidades da Federação, em ordem crescente de secretaria exclusiva - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

O direito humano à alimentação adequada é uma prerrogativa básica, cujo conceito está fortemente ligado ao conceito de segurança alimentar e nutricional. A alimentação é parte dos direitos fundamentais da humanidade, reconhecida pelo Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ratificado pelo Decreto nº 591, de 06.07.1992. Esses direitos referem-se a um conjunto de condições necessárias e essenciais para que todos os seres humanos, de forma igualitária e sem nenhum tipo de discriminação, existam, desenvolvam suas capacidades e participem plena e dignamente da vida em sociedade. Pressupõe uma alimentação adequada, tanto do ponto de vista de quantidade como de qualidade, garantindo a segurança alimentar e nutricional e o direito à vida. Em 2012, a MUNIC investigou, pela primeira vez, um conjunto de informações sobre as estruturas administrativa e legal da política de segurança alimentar e nutricional nos municípios brasileiros. Em 2013, no intuito de dar continuidade a uma pequena parte deste levantamento, o Suplemento de Assistência Social pesquisou alguns itens voltados à política de segurança alimentar e nutricional, dentre eles a existência de estrutura organizacional, vinculada ou não à política de assistência social, para tratar do tema.

De acordo com os dados obtidos em 2013, em 70,0% (3 900) dos municípios do País existia alguma estrutura para tratar da política de segurança alimentar; em 46,1% (1 797) destes, o órgão responsável era o de assistência social; em 29,5% (1 150), o de saúde; em 1,9% (74), o de abastecimento; em 22,5% (879), a responsabilidade da gestão da política de segurança alimentar e nutricional não estava sob o comando de nenhuma das políticas já mencionadas; e em 29,9% (1 667) dos municípios, não existia estrutura para tratar do tema. Os dados apurados em 2013 apresentaram uma melhora com relação ao quadro encontrado em 2012, quando 39,3% (2 187) dos municípios possuíam alguma estrutura organizacional para tratar da política de segurança alimentar e nutricional e 60,7% (3 378) não tinham nenhuma estrutura para tratar do tema.

Tabela 2 - Percentual de municípios, por órgão responsável pela política de segurança alimentar e nutricional, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Órgão responsável pela política de segurança alimentar e nutricional				Não possui política de segurança alimentar e nutricional
		Assistência Social	Saúde	Abastecimento	Outro	
Brasil	70,0	46,1	29,5	1,9	22,5	29,9
Norte	78,4	64,9	24,4	0,6	10,2	21,6
Nordeste	72,5	61,7	22,9	1,6	13,8	27,5
Sudeste	70,7	29,7	37,1	2,4	30,8	29,3
Sul	66,8	40,4	29,8	2,5	27,3	33,1
Centro-Oeste	58,2	34,9	33,5	1,1	30,5	41,8
Até 5 000	66,2	36,0	38,9	1,1	24,1	33,5
De 5 001 a 10 000	67,2	41,6	33,3	0,5	24,6	32,8
De 10 001 a 20 000	70,8	47,5	28,6	2,2	21,7	29,2
De 20 001 a 50 000	70,8	50,2	25,6	2,7	21,4	29,2
De 50 001 a 100 000	75,5	59,0	18,4	3,1	19,5	24,5
De 100 001 a 500 000	83,8	62,4	14,2	2,8	20,6	16,2
Mais de 500 000	89,7	62,9	5,7	14,3	17,1	10,3

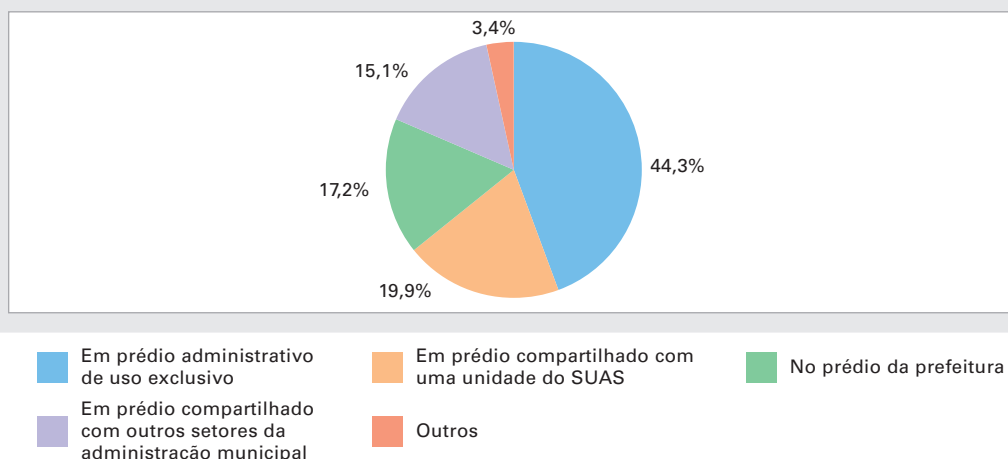
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Infraestrutura do órgão gestor

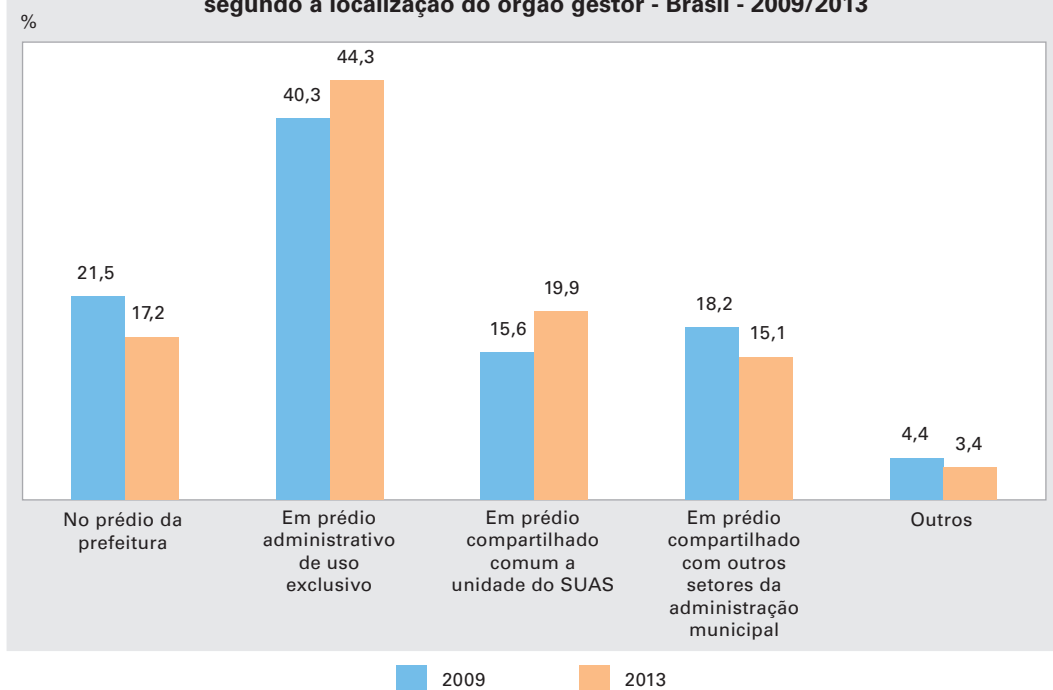
O Suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2013 permitiu a atualização de informações sobre a infraestrutura, as atividades realizadas na sede dos órgãos gestores municipais e a estrutura existente para o gerenciamento da política de assistência social. Do conjunto de informações que se relacionam entre si para o exercício da execução da política de assistência social no Brasil, inicialmente é relevante mencionar a necessidade de existência de uma estrutura física, ou seja, disposição espacial do órgão gestor da assistência social. Dos 5 567 municípios brasileiros que, em 2013, possuíam órgão de gestão assistencial com localização física⁴, 44,3% exerciam essa atribuição em prédio administrativo de uso exclusivo da assistência social; levando-se em consideração também os municípios em que o órgão gestor compartilhava seu espaço com alguma unidade do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (19,9%), essa proporção alcançava 64,2%; em 17,2% dos municípios, o órgão gestor da política de assistência social situava-se no prédio da prefeitura; e, em 15,1%, o espaço era compartilhado em prédio com outros setores da administração municipal.

Se comparados aos dados apurados no ano de 2009, pode-se perceber uma mudança com relação à estrutura física dos órgãos gestores da política de assistência social. De 2009 para 2013, cresceu o percentual de municípios com prédio de uso exclusivo da política de assistência social ou compartilhado com alguma unidade do SUAS, e diminuiu o percentual de municípios onde a estrutura física da política de assistência social localizava-se no prédio da prefeitura ou em prédio compartilhado com outros setores da administração pública municipal.

⁴ Como frisado anteriormente, dois municípios não possuíam estrutura para tratar da política e um município não respondeu o questionário.

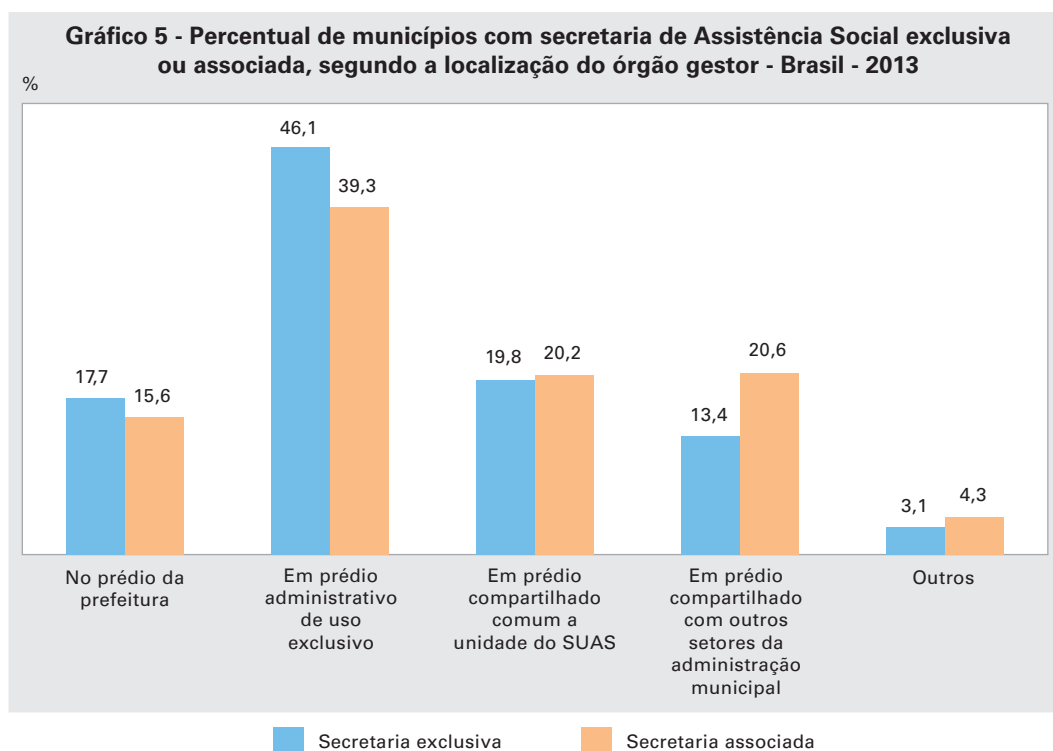
Gráfico 3 - Percentual de municípios com estrutura na Assistência Social, por localização do órgão gestor - Brasil - 2013

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Gráfico 4 - Percentual de municípios com estrutura na Assistência Social, segundo a localização do órgão gestor - Brasil - 2009/2013

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009/2013.

Considerando apenas os municípios que declararam, no ano de 2013, estruturas organizacionais caracterizadas como secretarias exclusivas (4 197) ou associadas com outras políticas (1 220), a estrutura física predominante desses órgãos gestores era de prédios administrativos de uso exclusivo ou prédios compartilhados com outros setores da administração municipal, no caso de secretarias associadas com outras políticas, ou prédios compartilhados com uma unidade do SUAS, no caso de secretarias exclusivas.

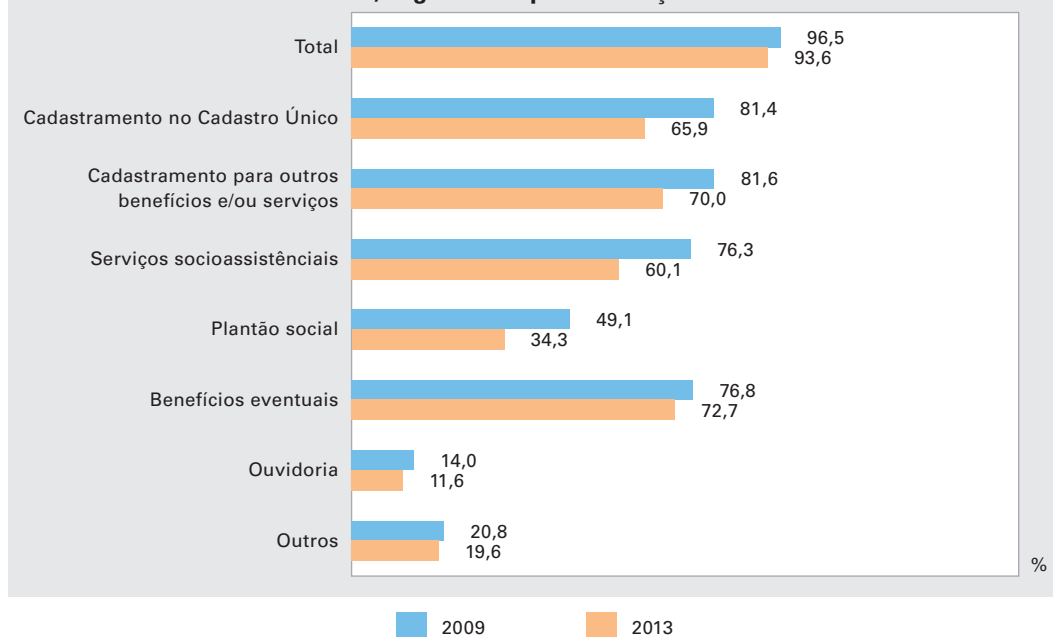


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Com relação às classes de tamanho da população dos municípios com população até 5 000 habitantes, 29,3% declararam que sua gestão assistencial funcionava em prédio de uso exclusivo, enquanto nos municípios com 50 001 até 100 000 habitantes foi constatada a maior proporção desse tipo de ocupação física em mais de 61,0% dos municípios (Tabelas de resultados 3 e 4).

Dentre as Grandes Regiões, a Região Nordeste (55,0%) declarou ter a maior proporção de municípios com o órgão gestor da assistência social funcionando em prédio de uso exclusivo, com destaque para os Estados de Alagoas e Sergipe, com 77,5% e 73,6%, respectivamente. Cabe ressaltar que, na Região Centro-Oeste, o Estado do Mato Grosso do Sul teve um comportamento diferenciado dos outros estados da região, apresentando o maior percentual (65,8%) de municípios onde o órgão gestor da assistência social funcionava em local exclusivo.

No ano de 2013, dos 5 567 municípios com estrutura para a política de assistência social, 93,6% (5 210) declararam prestar algum serviço direto à população na sede do órgão gestor. Dentre os serviços mais prestados, figuravam a prestação de benefícios eventuais, realizada por 72,7% (4 046) dos municípios, e o cadastramento para outros benefícios e/ou serviços, presente em 70,0% (3 897), diferentemente do observado em 2009, quando o maior percentual de municípios prestava o serviço de cadastramento para outros benefícios e/ou serviços, seguido do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, também conhecido como CadÚnico.

Gráfico 6 - Percentual de municípios que prestam serviço no órgão gestor da Assistência Social, segundo o tipo de serviço - Brasil - 2009/2013

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009/2013.

Instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24.07.2001, o CadÚnico é um instrumento utilizado para identificar famílias em situação de pobreza em todos os municípios brasileiros, potencialmente beneficiárias dos programas de transferência de renda, como é o caso dos Programas de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, Bolsa Escola, Bolsa Família, Agente Jovem, Bolsa Alimentação, dentre outros. Voltado para o planejamento e a avaliação das ações sociais, ele permite o diagnóstico socioeconômico das famílias com renda mensal até $\frac{1}{2}$ salário mínimo por pessoa ou renda familiar mensal até 3 salários mínimos. Por seu intermédio, os Municípios, as Unidades da Federação e a União analisam as principais necessidades das famílias cadastradas e o direcionamento das políticas sociais. É um instrumento de vigilância social, de identificação de vulnerabilidades e de potencialidades das famílias. A gestão do CadÚnico é realizada de forma conjunta pelo município e pelo governo federal.

Os benefícios eventuais estão previstos no Art. 22 da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 07.12.1993). São benefícios de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, e integram as garantias do SUAS, sendo, portanto, os seus beneficiários também potenciais usuários dos serviços socioassistenciais do município. Os serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visam à melhoria das condições de vida da população, por meio do desenvolvimento de ações direcionadas para suas necessidades básicas. Nos anos de 2013, os benefícios eventuais eram concedidos em 4 046 municípios e os serviços socioassistenciais prestados à população na sede dos órgãos gestores, em 3 348 municípios.

Tabela 3 - Municípios com estrutura na assistência social e percentual de municípios que realizam serviço de atendimento direto à população na sede do órgão gestor, por tipo de serviço realizado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Com estrutura na assistência social	Realizam serviço de atendimento direto à população na sede do órgão gestor (%)							
		Serviço realizado							
		Total	Cadastramento no Cadastro Único	Cadastramento para outros benefícios e/ou serviços	Serviços socioassistenciais	Plantão social	Benefícios eventuais	Ouveldoria	Outros
Brasil	5 567	93,6	65,9	70,0	60,1	34,3	72,7	11,6	19,6
Norte	450	95,3	71,1	66,4	59,8	24,0	69,3	8,2	15,8
Nordeste	1 793	96,7	75,8	75,7	60,4	27,9	76,0	9,0	14,6
Sudeste	1 668	93,9	63,3	69,6	60,9	45,5	74,9	11,8	21,6
Sul	1 189	90,0	58,5	66,4	58,8	39,0	68,6	16,4	24,1
Centro-Oeste	467	88,2	51,0	62,1	60,4	17,3	65,7	11,8	23,6
Até 5 000	1 244	93,2	66,6	71,9	67,1	33,4	72,8	14,1	20,1
De 5 001 a 10 000	1 227	94,3	64,7	72,0	63,6	31,5	74,4	12,2	17,8
De 10 001 a 20 000	1 378	95,4	66,3	70,1	61,8	30,5	73,3	10,7	20,2
De 20 001 a 50 000	1 080	94,4	69,3	70,5	55,5	38,8	75,2	11,7	20,1
De 50 001 a 100 000	339	94,1	69,3	70,5	49,3	44,2	70,8	7,4	20,1
De 100 001 a 500 000	260	82,3	51,2	52,3	38,1	41,9	56,9	8,1	19,6
Mais de 500 000	39	69,2	46,2	41,0	43,6	28,2	43,6	2,6	20,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

No recorte por classes de tamanho da população dos municípios, observa-se que naqueles com até 100 000 habitantes mais de 90,0% declararam prestar algum serviço direto à população na sede do órgão gestor em 2013. Também nessa mesma classe, mais de 70,0% prestavam serviços relacionados a benefícios eventuais e cadastramento para outros benefícios e/ou serviços; mais de 60,0% prestavam serviços de cadastramento no CadÚnico; e menos de 70,0% prestavam serviços socioassistenciais. Nos municípios com até 20 000 habitantes, mais de 60,0% declararam prestar serviços socioassistenciais direto à população na sede do órgão gestor.

Com relação ao recorte regional, a Região Nordeste apresentou o maior percentual de municípios que declararam prestar algum serviço direto à população na sede do órgão gestor, enquanto a Região Centro-Oeste, o menor percentual.

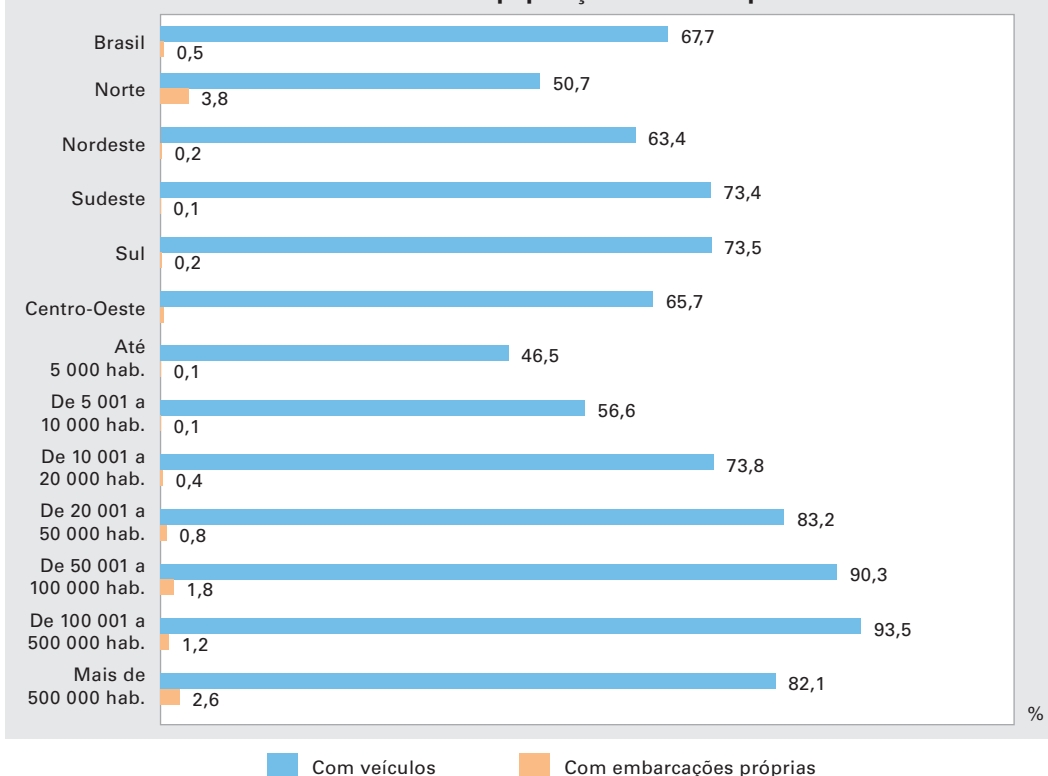
A existência de linha e/ou ramal telefônicos era diretamente proporcional às classes de tamanho da população dos municípios, assim como a ocorrência de órgãos gestores sem linha e/ou ramal telefônicos era inversamente proporcional a essas classes. Isso ocorreu em 2009, repetindo-se em 2013. Em todos os municípios com mais de 500 000 habitantes, os órgãos gestores contavam com linha e/ou ramal telefônicos. As Regiões Norte e Nordeste registraram a maior proporção de municípios sem este recurso no ano de 2013, repetindo o mesmo quadro encontrado em 2009 (Tabela de resultado 9).

O Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2013 investigou, pela primeira vez, se o órgão gestor da assistência social possuía veículos automotores ou embarcações próprios. De acordo com os resultados da pesquisa, em 67,7% (3 770) dos municípios os órgãos gestores possuíam veículos e 0,5% (26), embarcações próprias. Dos 5 567 municípios que declararam possuir estrutura organizacional para tratar da política de assistência social, 32,1% (1 788) informaram não possuir veículo ou embarcação próprios.

É interessante perceber que, quanto maior a classe de tamanho da população dos municípios, no caso da existência de veículos próprios, maior o percentual dos que declararam possuir esse tipo de transporte. Dentre os municípios com 100 001 até 500 000 habitantes, 93,5% (243) informaram a existência de veículos próprios; nos municípios com mais de 500 000 habitantes, esse percentual era de 82,1% (32); e, no conjunto daqueles com até 5 000 habitantes, 46,5% apresentavam órgãos gestores com veículos próprios. Com embarcações próprias, os percentuais eram mínimos e sem muita representação, mesmo para os municípios com mais de 500 000 habitantes, que apresentaram apenas 2,6% dos órgãos gestores de seus municípios com esse tipo de transporte. Em números absolutos, esse percentual representava tão somente um município.

Com relação às Grandes Regiões, as Regiões Sul e Sudeste apresentaram os maiores percentuais de órgãos gestores com veículos próprios, 73,5% e 73,4%, respectivamente. No caso de embarcações próprias, a Região Norte apresentou a maior proporção (3,8%) de municípios com esse tipo de transporte, o que faz sentido, por ser uma região onde o transporte fluvial se faz muito presente.

Gráfico 7 - Percentual de municípios com órgão gestor da Assistência Social com veículos ou embarcações próprias, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Dando continuidade ao levantamento realizado em 2009, o Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2013 levantou informações sobre a utilização de computadores nos órgãos gestores da política de assistência social, buscando contabilizar a presença de máquinas em funcionamento, com acesso à Internet, e o tipo de conexão utilizada.

Em 2009, 39 municípios com órgão gestor para a política de assistência social não possuíam nenhum computador em funcionamento, número bem inferior ao encontrado em 2005, ano em que 184 municípios declararam não possuir tal equipamento. No ano de 2013, esse quantitativo foi de 17 municípios, todos com população inferior a 50 001 habitantes. Ressalta-se que a proporção de municípios sem computador decresce à medida que se avança nas classes de tamanho da população.

Em relação às Grandes Regiões, observa-se que na Região Nordeste sete municípios informaram que seus órgãos responsáveis pela política de assistência social não possuíam nenhum computador em funcionamento; na Sudeste, cinco municípios; na Sul e na Centro-Oeste, dois em cada; e, na Norte, apenas um. Entre os Estados, Minas Gerais, com cinco, e Piauí, com três, apresentaram os maiores números de municípios sem computadores (Tabelas de resultados 9 e 10).

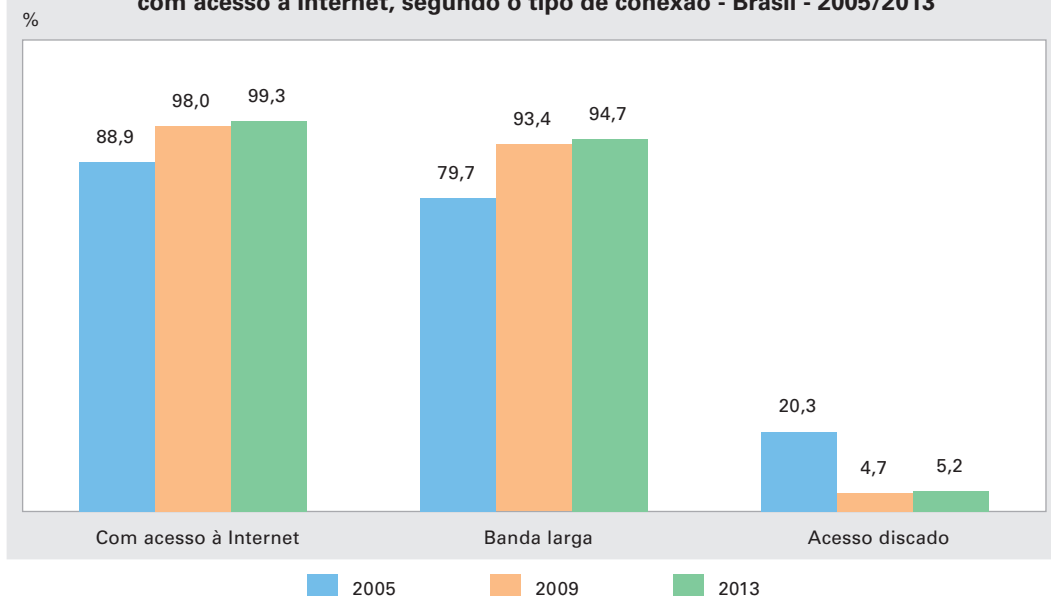
Dentre os 5 550 municípios que declararam que os seus órgãos responsáveis pela política de assistência social possuíam computadores, somente 14,8% (825) contavam com mais de 10 computadores. A disponibilização desse recurso em maior quantidade era também maior nos municípios mais populosos: em 94,9% (37) dos municípios com mais de 500 000 habitantes, existiam mais de 10 computadores para o órgão de gestão assistencial; e, entre aqueles com população de 100 001 a 500 000 habitantes, essa proporção era de 83,5% (217), declinando até chegar a 1,8% (23) nos municípios com até 5 000 habitantes (Tabela de resultado 9).

Outra ferramenta essencial para a gestão assistencial é o uso da Internet, por meio da qual a comunicação entre os entes federativos e os cidadãos ganhou mais agilidade e transparência. Os Suplementos de Assistência Social da MUNIC 2005, 2009 e 2013 levantaram informações sobre o acesso à Internet nos municípios, o tipo de conexão utilizada, a presença de páginas na Internet, a existência de *e-mail* do setor encarregado da política de assistência social, bem como sobre a disponibilidade de ferramentas digitais para o gerenciamento de políticas para a área.

O resultado da pesquisa, em 2005, mostrou que 88,9% dos municípios brasileiros contavam com acesso à Internet no órgão responsável pela política de assistência social, dentre os quais 79,7% tinham acesso por banda larga enquanto para 20,3% o acesso era discado. Percebia-se uma relação direta entre as classes de tamanho da população dos municípios e a proporção destes com acesso à Internet.

Em 2009 e 2013, 98,0% e 99,3% dos municípios com estrutura para a política de assistência social contavam com acesso à Internet, respectivamente; no que diz respeito ao tipo de conexão, 93,4%, em 2009, e 94,7%, em 2013, tinham acesso por banda larga, enquanto para 4,7% e 5,2%, respectivamente em 2009 e 2013, o acesso era discado. Tanto em 2009 como em 2013, observa-se uma relação direta entre as classes de tamanho da população dos municípios e a proporção destes com acesso à Internet.

Gráfico 8 - Percentual de municípios com estrutura na Assistência Social, com acesso à Internet, segundo o tipo de conexão - Brasil - 2005/2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2013.

Foram apurados também, em 2013, os municípios que utilizaram sistemas informatizados para gerenciar a política de assistência social, não considerando os aplicativos da Rede SUAS, editores de textos, planilhas eletrônicas, de geração de apresentações, entre outros *softwares*. Apenas deveriam ser considerados sistemas desenvolvidos ou adquiridos pelos municípios como ferramenta de gestão, envolvendo a coordenação da política de assistência social e a gestão dos serviços socioassistenciais, bem como as opções que tais sistemas disponibilizam (Tabelas de resultados 9 e 10).

Para o gerenciamento de programas e ações voltados para a área de assistência social, foram observados 1 559 municípios que utilizaram sistemas informatizados, sendo 41,0% em municípios com mais de 500 000 habitantes e 25,4% entre aqueles com até 5 000 habitantes. Na Região Sul, 31,1% dos municípios utilizaram sistemas informatizados, enquanto na Sudeste essa proporção era de 30,6%. Entre os municípios do Estado do Acre, nenhum deles detinha essa ferramenta; em contrapartida, no Rio de Janeiro, a proporção de municípios que a utilizaram era de 51,1%.

Dentre as opções que esses sistemas de gerenciamento permitiam, constatou-se a existência de acompanhamento de atendimento aos usuários em 1 341 municípios, bem como o acompanhamento de serviços de programas assistenciais em 1 162 municípios. Em 964 municípios, observava-se a existência de informações sobre o perfil do usuário e em sete municípios esses recursos foram utilizados para prover informação pública sobre a rede socioassistencial do SUAS.

Acompanhamento da gestão municipal

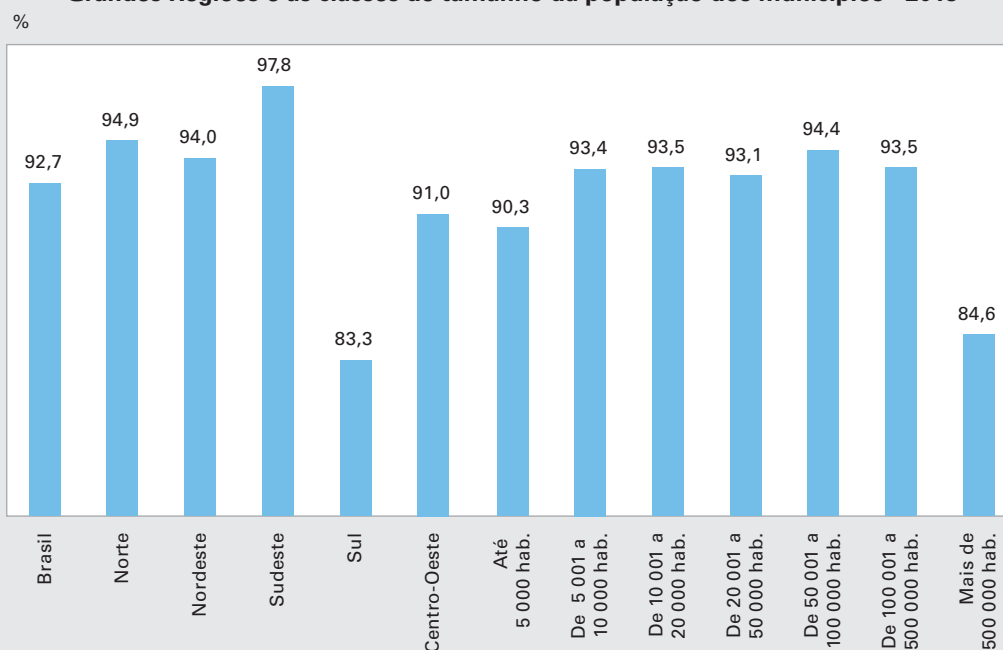
Como já mencionado, o modelo de gestão do SUAS é descentralizado e participativo e pressupõe a gestão partilhada. Dentre as responsabilidades da gestão estadual, conforme a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, de 15.07.2005, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, está o apoio técnico e financeiro aos municípios para estruturação do sistema.

A Resolução nº 8, da Comissão Intergestores Tripartite, de 14.07.2010, que estabelece fluxos, procedimentos e responsabilidades para o acompanhamento da gestão e dos serviços do SUAS, fixa que os processos de acompanhamento devem ser feitos por meio do planejamento de ações para a adequação e o aprimoramento da gestão e a garantia da prestação dos serviços, conforme previsto nos atos normativos do SUAS e nas pactuações nacionais de proteção social, de forma a prevenir a ocorrência de situações inadequadas que venham a prejudicar e/ou inviabilizar a oferta dos serviços, programas, ações e benefícios de assistência social à população. Devem ser entendidos como compartilhamento da responsabilização dos entes federativos frente as políticas sociais.

De acordo com as informações da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais - ESTADIC 2013, todas as Unidades da Federação realizavam acompanhamento das gestões municipais de seu âmbito, o que foi de certa forma confirmado por 92,7% das gestões municipais da política de assistência social, que informaram receber orientações e apoio técnico do órgão gestor estadual da assistência social. Dentre os municípios que recebiam apoio da gestão estadual, 93,5% tinham de 100 001 a 500 000 habitantes, e 84,6% tinham mais de 500 000 habitantes. Ao decompor as informações por Grandes Regiões, observava-se na Região Sudeste o maior percentual de municípios que informaram receber apoio da gestão estadual (97,8%), superando a média nacional (92,7%), e na Região Sul, o menor percentual (83,3%) (Gráfico 9).

Com relação às Unidades da Federação, os menores percentuais de municípios que informaram receber apoio da gestão estadual localizavam-se no Rio Grande do Sul (74,2%) e em Santa Catarina (76,9%); no outro extremo, figuravam Acre, Roraima, Amapá e Tocantins, com 100% de seus municípios informando apoio da gestão estadual (Tabela de resultado 22).

Gráfico 9 - Percentual de municípios onde a gestão municipal da Assistência Social recebe orientações e apoio técnico do órgão gestor estadual da política, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

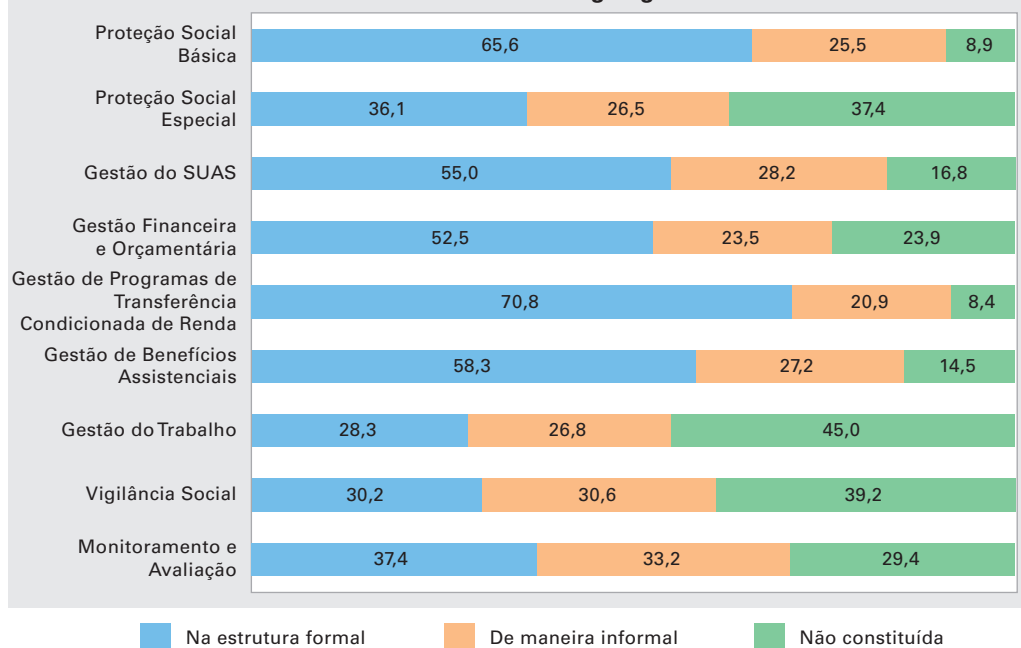
Estrutura do órgão gestor

A estrutura do órgão gestor da assistência social se torna essencial para o bom funcionamento do SUAS porque, além de proporcionar funcionalidade às rotinas a serem executadas, permite uma especialização na realização das atividades que são de sua competência e a designação de equipes dedicadas, favorecendo um nível maior de eficiência na gestão dos processos de trabalho. No Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2013, foi investigada a estrutura do órgão gestor sob a forma de subdivisões administrativas (departamentos, coordenações, gerências etc.) das áreas essenciais e como essas subdivisões estavam constituídas: de maneira formal, isto é, descrita em instrumento normativo, como lei, decreto, portaria ou congênere, que publica a estrutura regimental do órgão, organograma ou outros; ou informal, com a presença de gerência, coordenação etc., porém não oficializada por meio de instrumentos normativos. Na investigação, foram consideradas como áreas essenciais: proteção social básica; proteção social especial; gestão do SUAS; gestão financeira e orçamentária; gestão de programas de transferência condicionada de renda (Bolsa Família e/ou outros); gestão de benefícios assistenciais (benefícios de prestação continuada, benefícios eventuais e outros); gestão do trabalho; vigilância social; e monitoramento e avaliação.

No conjunto dos municípios do País com órgão gestores de assistência social, a área de gestão de programas de transferência condicionada de renda (Bolsa Família e/ou outros), responsável por coordenar, implementar, acompanhar e controlar os programas de transferência de renda, articulando-os aos demais programas e serviços de assistência social, objetivando a elevação do padrão de vida dos usuários, apresentou o maior percentual de municípios com organização formal.

Em contrapartida, a área de gestão do trabalho, responsável pela profissionalização dos recursos humanos da assistência social, promovendo a capacitação dos trabalhadores e contribuindo para materializar a ampla rede de proteção e promoção social implantada, apresentou o menor percentual de municípios com subdivisões administrativas constituídas de maneira formal.

Gráfico 10 - Percentual de municípios, por forma de constituição, segundo as subdivisões administrativas na estrutura do órgão gestor - Brasil - 2013



Recursos humanos

A área da assistência social tem sido um tema presente na agenda nacional e vem ganhando cada vez mais centralidade nos debates da sociedade brasileira, sinalizando a premência de estudos e pesquisas que desvendem o processamento do trabalho dos profissionais envolvidos, as formas assumidas nos diferentes espaços ocupacionais e as diversas atividades que desenvolvem no cotidiano das instituições públicas nos três níveis de governo.

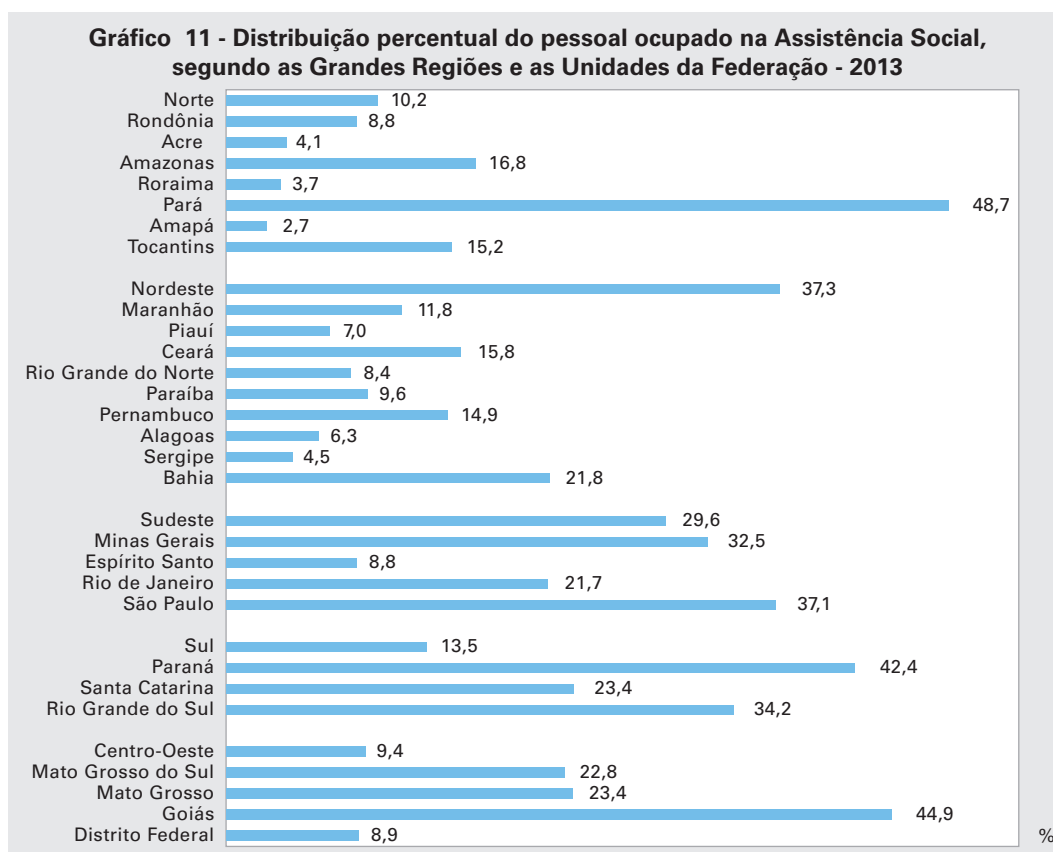
Por meio do Suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2013, foram investigadas as características gerais das pessoas ocupadas nessa área nos municípios brasileiros. Entende-se que conhecer e interpretar o perfil dos profissionais que atuam no âmbito da política de assistência social é imprescindível para a identificação e a compreensão do campo de atuação daqueles envolvidos nos serviços prestados à população para a real efetivação de um bom trabalho assistencial.

Características gerais do pessoal ocupado na assistência social

As diretrizes estabelecidas pelo SUAS garantem a todos os cidadãos brasileiros um vasto conjunto de direitos sociais, bem como o comprometimento dos profissionais envolvidos nos serviços prestados à população pelas esferas dos governos federal, estadual e municipal. Para tanto, faz-se necessária, cada vez mais, a constituição de um corpo técnico funcional qualificado e específico, composto por profissionais de diferentes áreas de formação para atender às diversas demandas na área de ação da assistência social no País.

O Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2013 contém um conjunto de informações sobre a composição dos recursos humanos nessa área. Foram pesquisados os dados referentes aos quantitativos de pessoas ocupadas por vínculo empregatício relacionado com estatutários, celetistas, somente comissionados, estagiários e sem vínculo permanente, bem como o grau de escolaridade desses servidores.

Os resultados disponíveis demonstram que, para o conjunto do País, o quantitativo desses recursos totalizava o contingente de 244 691 pessoas, descrevendo sua maior representatividade percentual na Região Nordeste, com 37,3%, seguida por Sudeste, com 29,6%; Sul, com 13,5%; Norte, com 10,2%; e Centro-Oeste, com 9,4%. Observa-se que os maiores percentuais de pessoas ocupadas foram verificados nos Estados do Pará, com 48,7%; Goiás, com 44,9%; Paraná, com 42,4%; São Paulo, com 37,1%, Rio Grande do Sul, com 34,2%; e Minas Gerais, com 32,5%. Em contrapartida, as menores porcentagens se encontravam nos Estados do Amapá, com 2,7%; Roraima, com 3,7%; Acre, com 4,1%; Sergipe, com 4,5%; Alagoas, com 6,3%; e Piauí, com 7,0% (Gráfico 11 e Tabela de resultado 11).

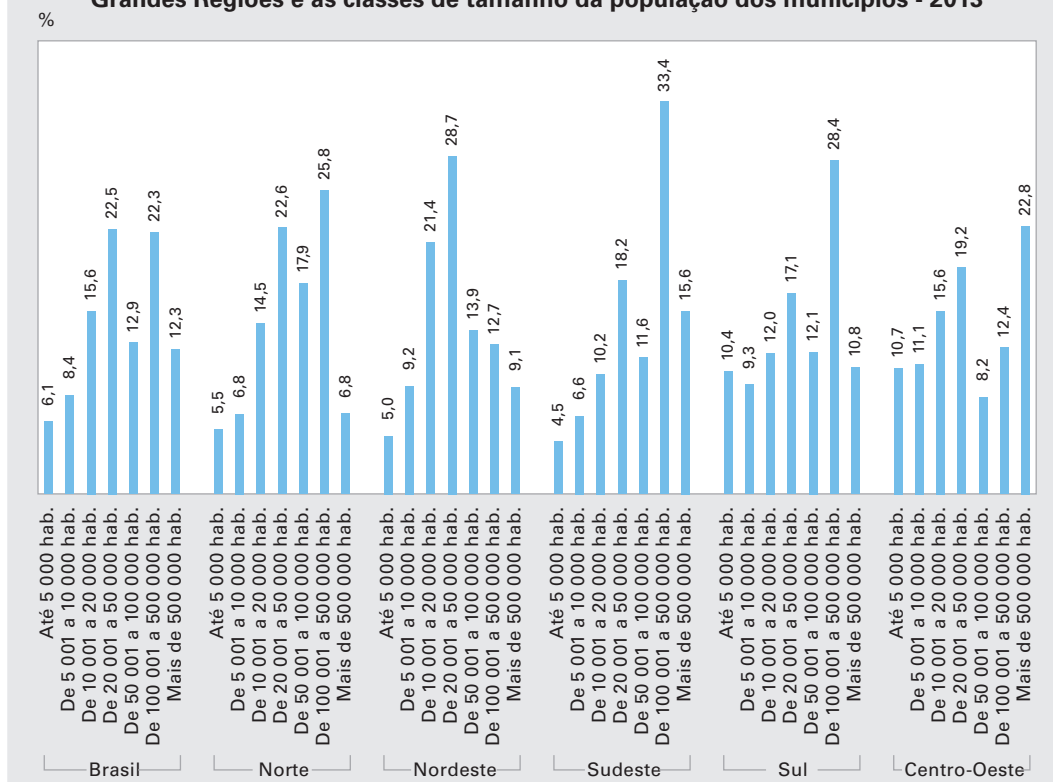


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

No que tange às classes de tamanho da população dos municípios, verifica-se que, no território brasileiro, as maiores concentrações de pessoas que exerciam atividades laborais na assistência social se encontravam nas faixas de 20 001 a 50 000 habitantes, com 22,5%, e de 100 001 a 500 000 habitantes, com 22,3%. Entre

as Grandes Regiões, a Região Sudeste se destacava com a maior concentração de pessoas ocupadas na assistência social na classe de 100 001 a 500 000 habitantes, com 33,4%; vindo, em seguida, Nordeste, com 28,7% na faixa de 20 001 a 50 000 habitantes; Sul, com 28,4%; Norte, registrando 25,8% na faixa de 100 001 a 500 000 habitantes; e Centro-Oeste, com 22,8% na classe com mais de 500 000 habitantes (Gráfico 12 e Tabela de resultado 12).

Gráfico 12 - Distribuição percentual do pessoal ocupado na Assistência Social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Vínculo empregatício

Em 2013, o quadro de recursos humanos da assistência social no País era composto, em sua maioria, por servidores estatutários, que perfaziam o montante absoluto de 91 132 pessoas, representando 37,2% do total. A segunda maior modalidade contratual era a dos sem vínculo permanente, com 35,8%, correspondendo a 87 709 pessoas. Logo em seguida, com percentuais menores, figuravam os conjuntos de pessoas somente comissionadas, com 16,6%, equivalente a 40 548 pessoas, bem como os servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, com 7,0%, contabilizando 17 023 pessoas. O menor percentual do pessoal contratado correspondia ao grupo de estagiários, com 3,4%, constituído por 8 271 pessoas.

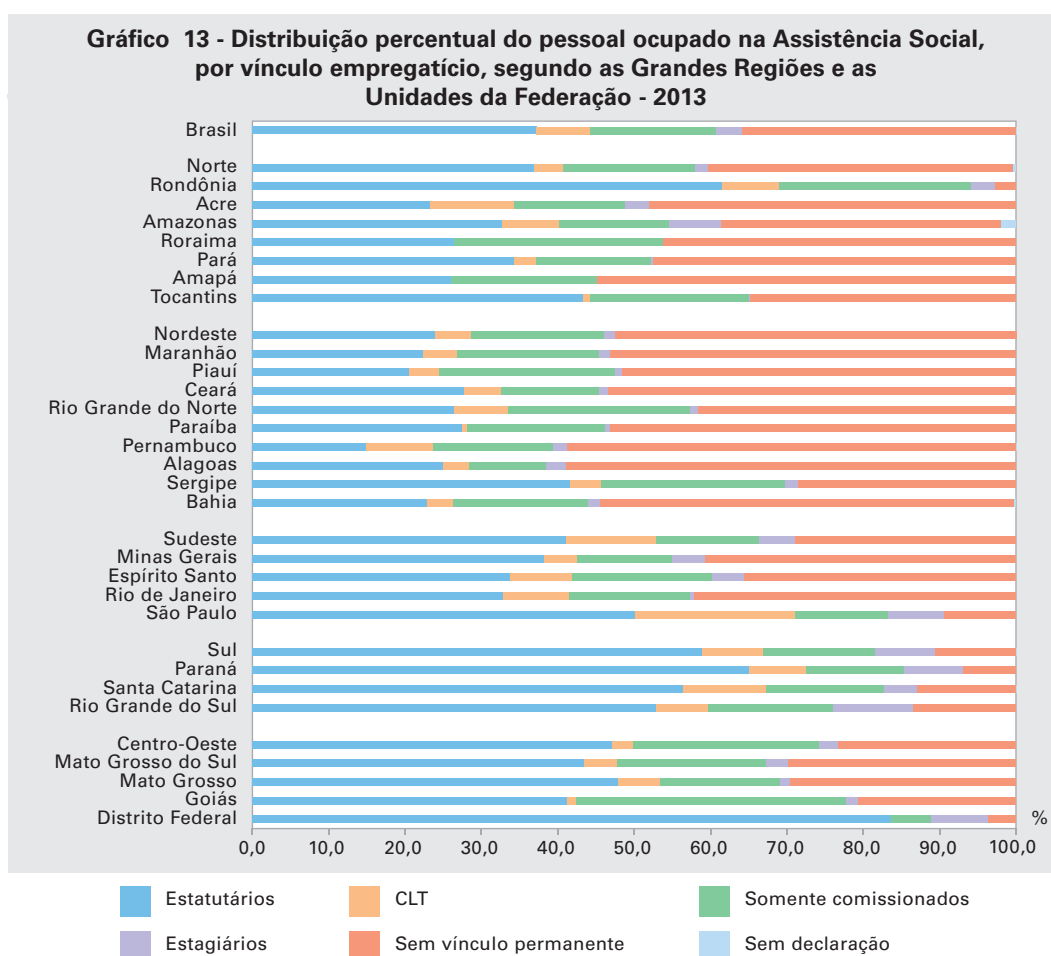
A maior representatividade percentual de servidores estatutários foi observada na Região Sul, com 58,9%, vindo, a seguir, as Regiões Centro-Oeste, com 47,1%; Sudeste, com 41,1%; Norte, com 36,8%; e Nordeste, com 24,0%. Entre as Unidades da Federação que registravam os maiores contingentes de servidores estatutários, figuravam Distrito Federal (83,7%), Paraná (65,1%), Rondônia (61,5%), Santa Catarina (56,5%), Rio Grande do Sul (52,8%) e São Paulo (50,1%).

Em relação ao contingente de pessoas sem vínculo permanente, verifica-se que a Região Nordeste, com 52,5%, se destacava com o maior percentual dessa categoria trabalhista no seu quadro de recursos humanos, seguida pela Região Norte, que registrou 39,9%. Em relação às Unidades da Federação, os maiores percentuais de pessoas ocupadas sem vínculo permanente foram registrados nos Estados de Alagoas, com 58,9%; Pernambuco, com 58,8%; Amazonas, com 54,8%; Bahia, com 54,2%; Ceará, com 54,1%; Paraíba e Maranhão, com 53,1%, cada; Piauí, com 51,6%; Acre, com 48,0%; Pará, com 47,5%; Roraima, com 46,2%; Rio de Janeiro, com 42,1%; Rio Grande do Norte, com 41,5%; e Minas Gerais, com 40,7%.

No que diz respeito à categoria dos servidores somente comissionados, verifica-se que o maior contingente percentual se encontrava na Região Centro-Oeste, com 24,4%, tendo como destaque o Estado de Goiás como o maior expoente de representatividade do total de pessoas ocupadas na assistência social. Em proporções menores, figuravam, na Região Norte, os Estados de Roraima (27,3%) e Rondônia (25,0%).

É interessante observar que o Estado de São Paulo se destacava dos demais por deter o maior contingente percentual de servidores regidos pela CLT, que girava entorno de 20,9%.

Embora o conjunto dos estagiários perfizesse as menores representatividades em termos do território brasileiro, esse contingente apresentava seus maiores expoentes nas seguintes Unidades da Federação: Rio Grande do Sul, com 10,4%; Paraná, com 7,7%; Distrito Federal, com 7,5%; São Paulo, com 7,4%; e Amazonas, com 6,9% (Gráfico 13).



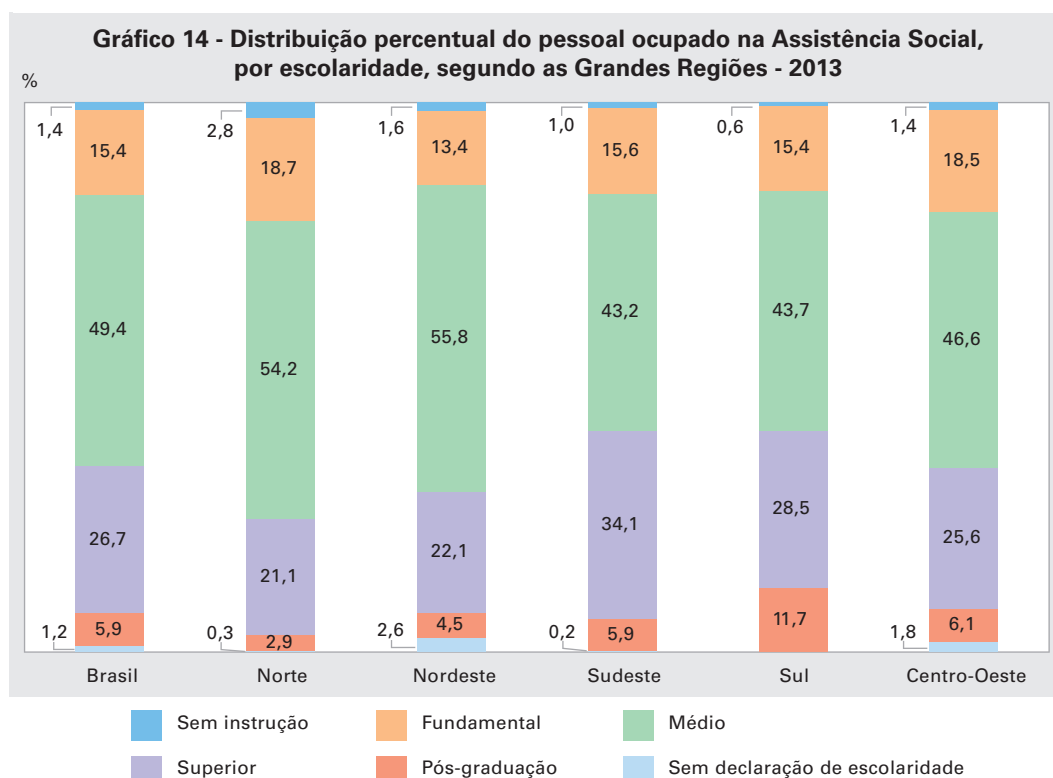
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Escolaridade

Sobre a escolaridade do pessoal ocupado na área da assistência social no País, observa-se que 49,4% desse contingente possuía o ensino médio, contabilizando 120 915 pessoas. Em menores percentuais, figuravam o nível superior ou pós-graduação, com 32,6%, totalizando 79 803 pessoas, vindo a seguir o pessoal com ensino fundamental (15,4%), perfazendo 37 582 pessoas. O pessoal ocupado sem instrução representava 1,4% (3 377 pessoas) do total dos recursos humanos que atuavam na assistência social.

Em relação às Grandes Regiões, as Regiões Nordeste, com 55,8% e Norte, com 54,2%, detinham os maiores percentuais de pessoal ocupado com ensino médio, vindo

em seguida as Regiões Centro-Oeste (46,6%), Sul (43,7%) e Sudeste (43,2%). Nota-se que as Regiões Sul (40,2%), Sudeste (40,0%) e Centro-Oeste (31,7%) apresentavam os maiores percentuais de pessoas ocupadas com nível superior ou pós-graduação. No que tange ao pessoal ocupado com ensino fundamental, verifica-se que as Regiões Norte (18,7%) e Centro-Oeste (18,5%) registravam os maiores percentuais (Gráfico 14).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

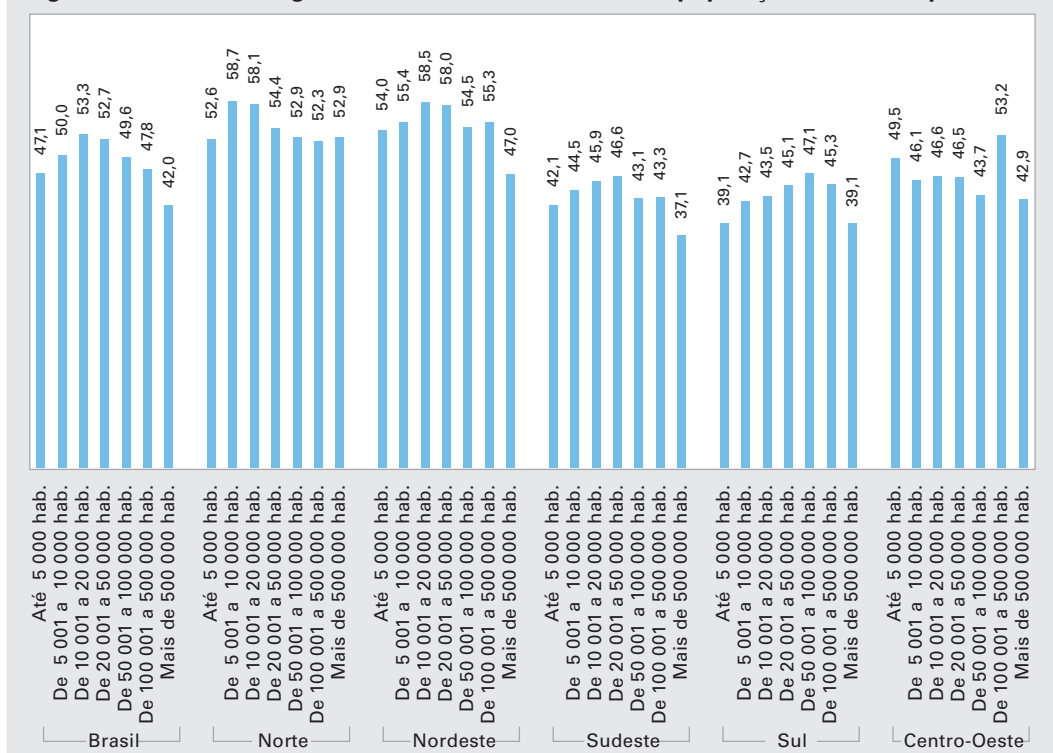
Considerando as Unidades da Federação, observa-se a predominância de pessoal ocupado com ensino médio em todo o território brasileiro, com destaque nos Estados do Maranhão (61,1%), Roraima (60,6%), Ceará (59,3%), Bahia (59,0%), Acre (58,2%), Amapá (57,9%) e Amazonas (55,9%). Os mais elevados percentuais de pessoas ocupadas com nível superior ou pós-graduação se encontravam no Distrito Federal, com 54,6%; Santa Catarina, com 45,3%; São Paulo, com 43,0%; Paraná, com 41,4%; Espírito Santo, com 39,2%; Minas Gerais, com 38,7%; e Rio de Janeiro, com 37,0%.

No que diz respeito ao ensino fundamental, observa-se, entre as Unidades da Federação, que Pará (22,1%), Mato Grosso e Rondônia (21,5% em cada) e Rio de Janeiro (20,7%) apresentavam os maiores percentuais de pessoas com esse nível educacional.

Por outro lado, embora demarcados por pequenos percentuais, o pessoal ocupado sem instrução, na área de assistência social, se destacava nos Estados do Amazonas, com 6,0%; Sergipe, com 4,6%; e Pará, com 3,2% (Gráfico 15).

Chama a atenção os altos percentuais de predominância do ensino médio do pessoal ocupado que atuava na área da assistência social distribuídos pelas classes de tamanho da população dos municípios. Verifica-se que, no País, suas maiores concentrações se encontravam nas classes de 10 001 a 20 000 habitantes, com o percentual de 53,3%, e de 20 001 a 50 000 habitantes, com 52,7%. Entre as Grandes Regiões, as Regiões Norte e Nordeste se destacavam por apresentar os maiores percentuais de distribuição em todas as classes populacionais, registrando índices em torno de 50 pontos percentuais.

Gráfico 16 - Distribuição do pessoal ocupado na Assistência Social, com ensino médio, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

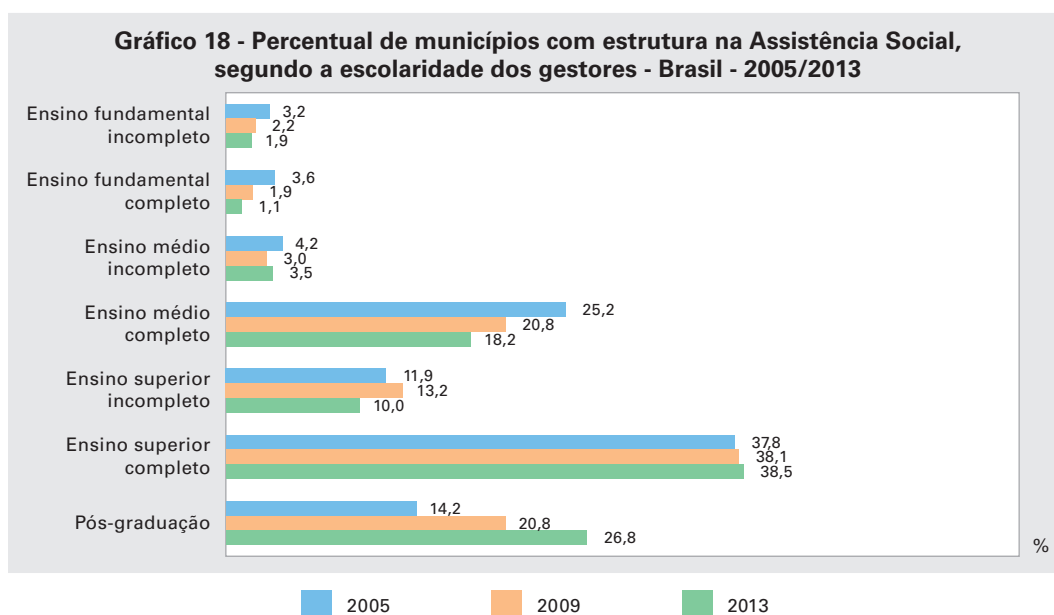


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Para o ano de 2005, foi considerada a informação de escolaridade concluída, observando-se a exceção para o ensino fundamental, que poderia ter sido concluído ou não. Em 2009, houve mudança no quesito, desagregando-se as pessoas sem instrução formal, consideradas como tal aquelas que nunca frequentaram escola ou, se a frequentaram, não concluíram nem a primeira série. Com ensino fundamental, foram consideradas as pessoas que cursaram todo o antigo primário até o ginásial, ou o primeiro grau, tendo concluído pelo menos a primeira série. Em termos educacionais, no período de 2005 a 2013, percebe-se um avanço na escolaridade concluída das pessoas ocupadas na área de gestão assistencial. Considerando como pessoas com menor escolaridade aquelas sem instrução ou com apenas o ensino fundamental, observa-se uma queda no percentual desse contingente, principalmente entre as que informam apenas o ensino fundamental. Nas demais escolaridades concluídas, observam-se pequenos acréscimos, mas que não devem ser menosprezados.

Perfil do titular do órgão gestor da assistência social

Para o conjunto do País, com relação à escolaridade, os gestores assistenciais com ensino superior completo e/ou pós-graduação apresentavam os maiores percentuais nos três anos de realização da pesquisa, perfazendo os percentuais de 52,1%, 58,9% e 65,3% em 2005, 2009 e 2013, respectivamente.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2013.

Ao analisar os dados de 2013 por classes de tamanho da população dos municípios, verificou-se que, naqueles com mais de 500 000 habitantes e com gestores que possuíam ensino superior completo e/ou pós-graduação, essa proporção alcançava 89,7%, próxima apenas à dos municípios com 100 001 a 500 000 habitantes, 85,8%, estabelecendo, assim, essas duas classes de tamanho da população, médias superiores às verificadas nas demais. Nas Grandes Regiões, os destaques são as Regiões Nordeste e Sudeste, que apresentavam os maiores percentuais de gestores com essas escolaridades, respectivamente 63,9% e 73,1%. Dentre os Estados, São Paulo (82,6%) e Ceará (84,4%), apresentaram os maiores percentuais de municípios com gestores com ensino superior completo e/ou pós-graduação, enquanto os menores percentuais foram registrados nos Estados do Pará (45,1%) e Rio Grande do Norte (48%) (Tabelas de resultados 13, 14, 15 e 16).

A variável sobre a qualificação dos 3 636 gestores de nível superior e/ou pós-graduados apresentou os seguintes resultados: 30,3% eram assistentes sociais, 21,3% eram pedagogos, e 24,9% tinham outra formação não discriminada no questionário.

Dentre os municípios que declararam ter órgão gestor da assistência social, em 17,7% os gestores eram do sexo masculino e em 82,2%, do sexo feminino. A esse respeito, vale dizer que a predominância de mulheres também contribui para explicar a escolaridade mais alta do gestor da assistência social, visto que nas últimas décadas as mulheres vêm apresentando maior escolaridade que os homens. Em 1 305 municípios, a gestão da política de assistência social era conduzida pela primeira-dama (Tabelas de resultados 17, 18, 19 e 20).

No recorte por classes de tamanho da população dos municípios, verificou-se que quanto maior a classe de tamanho da população menor o percentual de municípios com gestores do sexo feminino. Nos municípios com até 50 000 habitantes, esse percentual era superior a 80,0%; nos municípios com 50 001 a 100 000 habitantes o percentual era 76,7%, chegando a 64,1% nos municípios com mais de 500 000 habitantes.

No recorte regional, o destaque foi a Região Norte: considerando os municípios por classes de tamanho da população, os gestores do sexo feminino eram mais de 90,0% entre os municípios com até 10 000 mil habitantes; mais de 80,0% nos municípios com até 500 000 habitantes; e 100% naqueles com mais de 500 000 habitantes.

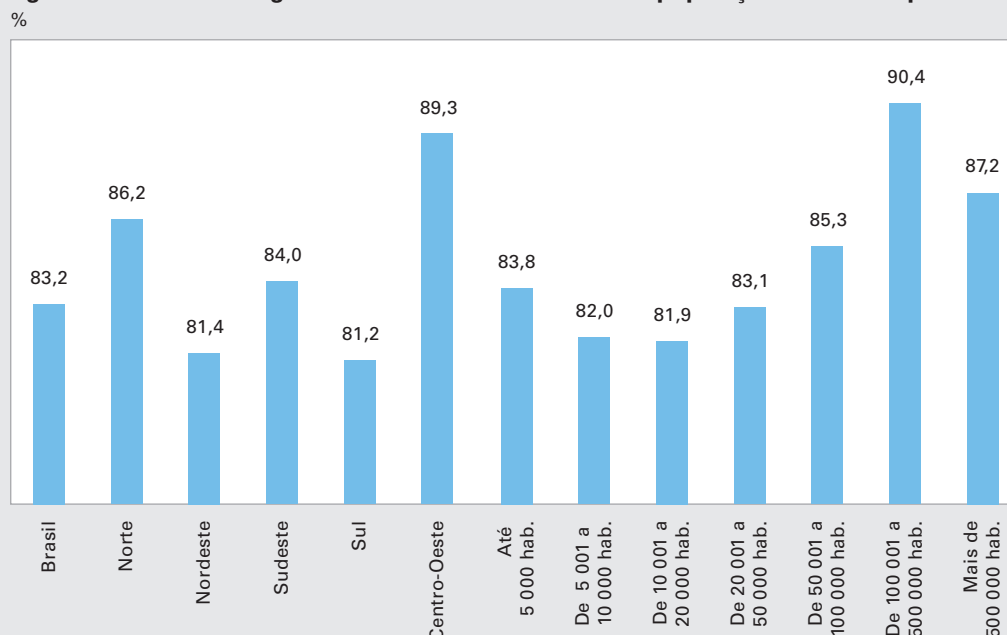
Capacitação

A proposta de regulamentação de uma política de gestão do trabalho na área de assistência social está disposta na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS, de 16.12.2006, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social. Essa Norma propõe a construção de uma Política Nacional de Capacitação dos trabalhadores públicos e da rede prestadora de serviços, gestores e conselheiros da área, de forma sistemática, continuada, sustentável, participativa, nacionalizada e descentralizada, sempre respeitando as diversidades regionais e locais e fundamentada na concepção da educação permanente. As diretrizes neste campo são orientadas para garantir as iniciativas de qualificação dos recursos humanos, no âmbito do SUAS, destinando-se a todos os atores da área de assistência social.

O Suplemento de Assistência Social da MUNC 2013 inquiriu os municípios com órgão gestor para a política de assistência social quanto à participação do pessoal dessa área em cursos de capacitação nos 12 meses anteriores ao dia da entrevista da pesquisa.

O Gráfico 19 apresenta o percentual de municípios que realizaram curso de capacitação no período considerado, cujo total alcançou 83,2%. Cabe destacar que a realização de tais cursos foi observada em mais de 81,0% dos municípios com até 100 mil habitantes; em 90,4% dos municípios com 100 001 a 500 000 habitantes; e em 87,2% dos municípios com mais de 500 000 habitantes. Com relação à distribuição regional, a Região Centro-Oeste apresentou o maior percentual de municípios que realizaram cursos de capacitação, seguida pela Região Norte.

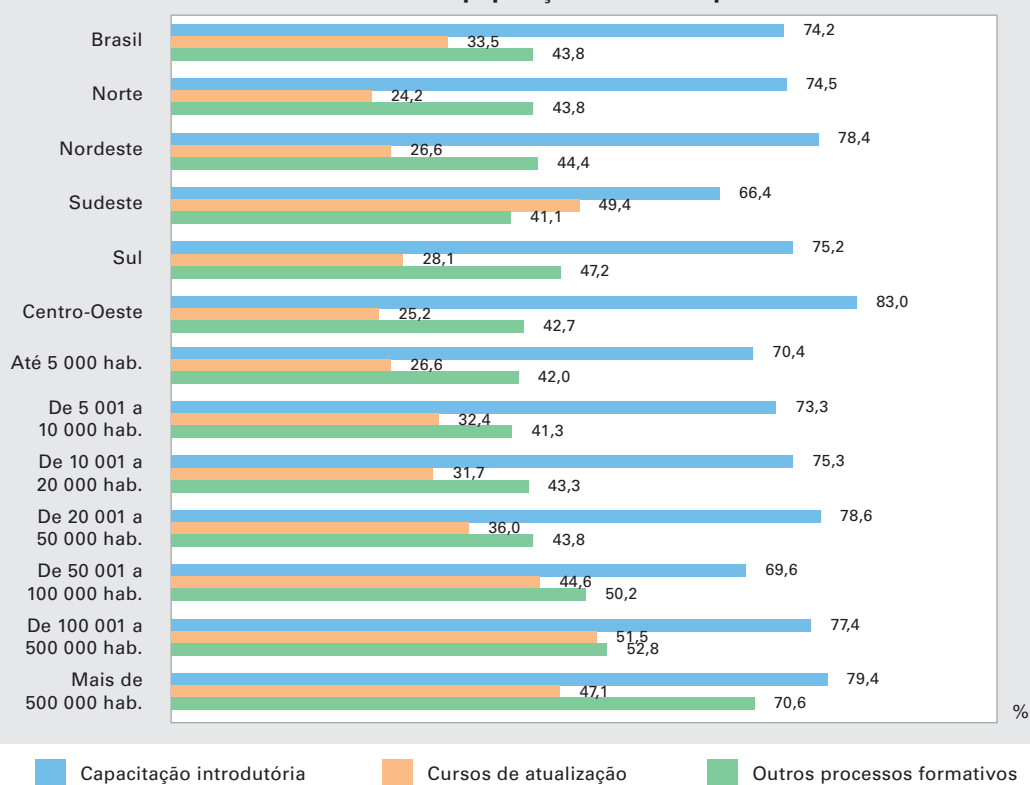
Gráfico 19 - Percentual de municípios com órgão gestor para a política de Assistência Social que realizaram curso de capacitação nos 12 meses anteriores à realização da pesquisa, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Complementando a informação de existência de capacitação, foi investigado o nível de formação com oferta prevista para capacitação introdutória com carga horária de 20 a 40 horas, cursos de atualização com carga horária de 40 a 100 horas e outros processos formativos da rede socioassistencial. Dentre os tipos de formação pesquisados, os mais presentes nos municípios que realizaram capacitação eram os de capacitação introdutória, realizados em 79,4% daqueles com mais de 500 000 habitantes e em 82,0% dos municípios da Região Centro-Oeste; entretanto, nos municípios com mais de 500 000 habitantes, a realização de outros processos formativos esteve presente em 70,6%, superando, e muito, a média nacional dos que realizaram este tipo de capacitação, que era de 43,8%.

Gráfico 20 - Percentual de municípios com cursos de capacitação, por tipo de formação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Legislação e instrumentos de gestão

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 07.12.1993) define, entre outros aspectos, que a assistência social é gerida de maneira compartilhada entre os três entes federados. A nova cultura em torno da política de assistência social é concebida na corresponsabilidade entre as esferas federal, estadual e municipal, superando a centralização do poder no governo federal.

A implementação do sistema descentralizado e participativo, conforme seus marcos legais – Constituição Federal do Brasil, de 1988, e Lei Orgânica da Assistência Social, de 1993 –, é reafirmada no Sistema Único da Assistência Social - SUAS por meio de um novo desenho político-institucional. Nesse sentido, a partir do SUAS, o planejamento nas três esferas de governo ganha maior importância, considerando-se a autonomia e a competência de cada ente federado e as relações de cooperação e complementaridade entre esses entes para sua implementação.

As atribuições e competências dos governos federal e estadual são predominantemente normativas e, ao governo municipal, cabe a execução das ações finais da política de assistência social. Aos municípios e ao Distrito Federal coube a carga mais pesada: garantir o custeio e a implementação dos benefícios eventuais (auxílio-natalidade e morte); implementar os projetos de enfrentamento à pobreza; atender às ações assistenciais de caráter emergencial; e prestar os serviços assistenciais.

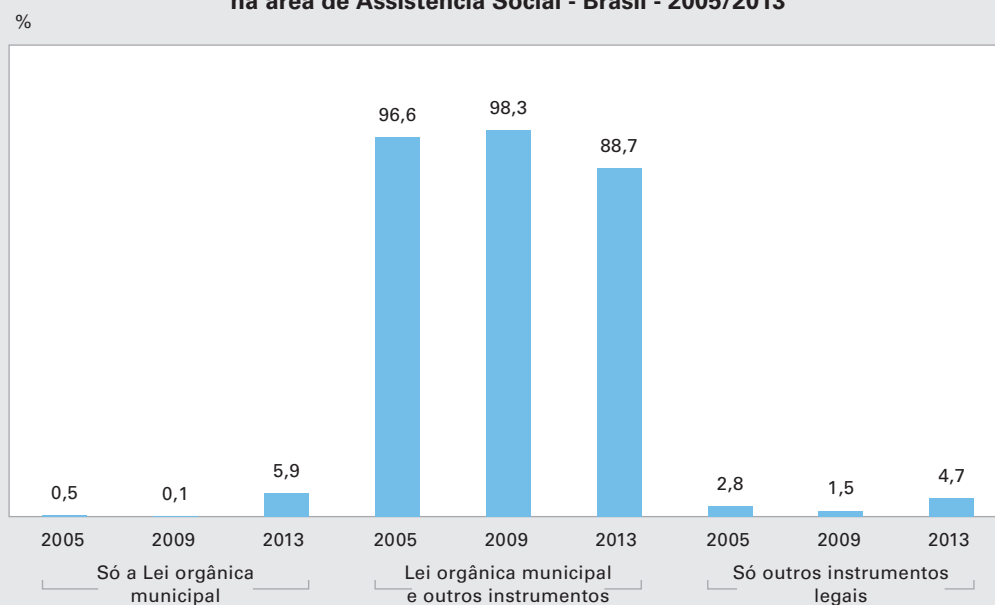
A LOAS define a estrutura operacional dessa política e pressupõe requisitos básicos na construção da gestão descentralizada e participativa. A organização da gestão das ações assistenciais deve ser disciplinada por instrumentos que regulem e normatizem procedimentos, estratégias e o processo participativo da assistência social. Dessa maneira, os municípios podem estabelecer normas e disposições legais, bem

como legislação, criando obrigações e direitos, instituindo organizações, mecanismos e instrumentos para a ação da assistência social, tanto por meio de leis votadas pelas Câmaras Municipais como por meio de regulamentos do executivo.

No Suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2005, já chamava a atenção a proporção de municípios que possuíam instrumentos legais regulamentando a assistência social por meio de Lei Orgânica Municipal e de outros aspectos normativos: 96,6%. Em 2009, dos 5 565 municípios brasileiros, 98,3% declararam ter mais de um instrumento legal sobre a matéria. Por outro lado, onde o conjunto de normas e regras assistenciais era de fato efetivado por outro instrumento legal que não a Lei Orgânica Municipal, essa proporção declinou de 2,8%, em 2005, para 1,5%, em 2009. Cabe ressaltar que apenas dois municípios do Território Nacional declararam não ter nenhum instrumento legal dispondo de matéria reguladora sobre a assistência social.

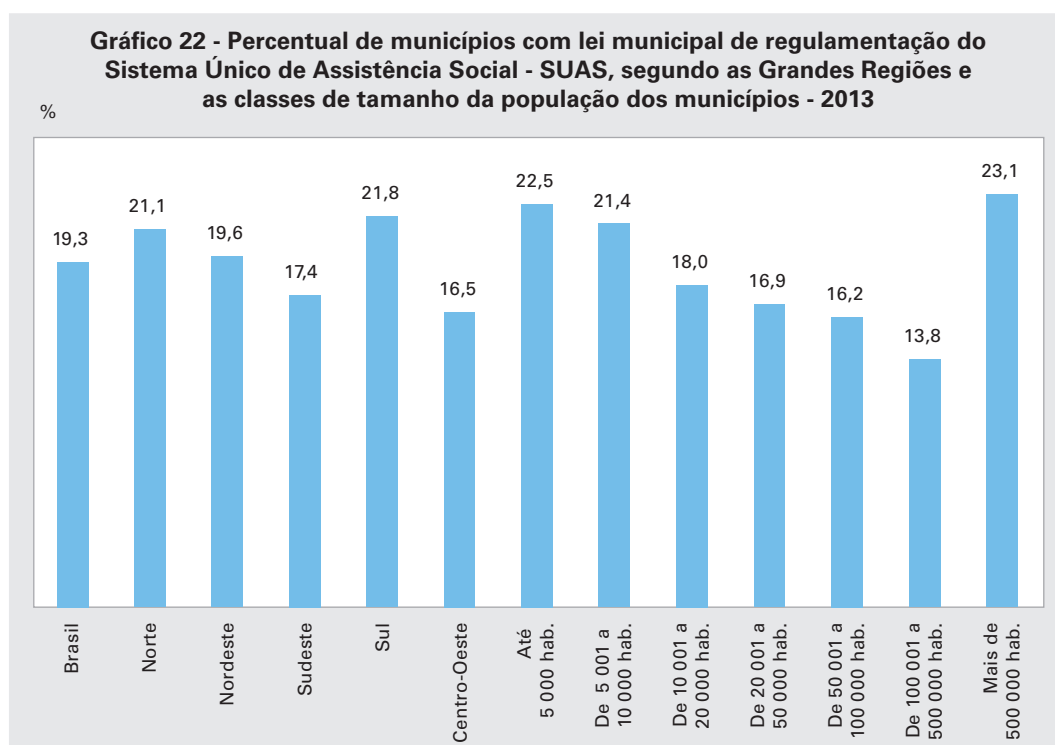
Com relação aos dados apurados pelo Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2013, observou-se: aumento no percentual de municípios que tratavam apenas em suas Leis Orgânicas Municipais da política de assistência social; decréscimo dos que tratavam dessa política em suas Leis Orgânicas Municipais e em outros instrumentos legais; e aumento dos que tratavam da dessa política apenas em outros instrumentos legais, que não a Lei Orgânica Municipal. Considerando que 5,9% dos municípios tratavam da política de assistência social apenas na Lei Orgânica Municipal, que em 88,7% deles essa política era tratada na Lei Orgânica Municipal e outros instrumentos legais, e que em 4,7% era tratada apenas em outros instrumentos legais, pode-se concluir que em 99,3% (5 530) dos municípios brasileiros a política de assistência social era tratada por algum instrumento legal, ou seja: apenas 0,7% (39) dos municípios não dispunham de instrumento de organização da gestão das ações assistenciais.

Gráfico 21 - Percentual de municípios com regulamentação, segundo o instrumento legal na área de Assistência Social - Brasil - 2005/2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2013.

Pela primeira vez, no Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2013, foi pesquisada a existência de lei municipal de regulamentação do SUAS. De acordo com os resultados apurados, 19,3% (1 075) dos municípios contavam com tal instrumento legal, sendo este mais presente nos municípios com mais de 500 000 habitantes (23,1%), seguidos pelos menos populosos, atingindo 22,5% entre aqueles com até 5 000 habitantes. Dentre as Grandes Regiões, as Regiões Sul e Norte apresentaram os maiores percentuais de municípios com esse instrumento legal. Entre as Unidades da Federação, os Estados do Amapá e Maranhão apresentaram os maiores percentuais de municípios com lei municipal de regulamentação do SUAS: 56,3% e 29,0%, respectivamente (Tabela de resultado 33).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Considerando a existência de lei municipal de regulamentação do SUAS como instrumento de organização da gestão das ações assistenciais que disciplina, regula e normatiza os procedimentos, as estratégias e o processo participativo da assistência social, é lícito dizer que, no ano de 2013, apenas 0,6% (34) dos municípios brasileiros não dispunha de nenhum instrumento legal tratando da política de assistência social.

Plano Municipal de Assistência Social

O Plano Municipal de Assistência Social insere-se no processo de concretização do SUAS e de sua adequação à Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, de 15.07.2005, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social, a partir do paradigma da precedência da gestão pública da política de assistência social e da universalização do direito à proteção social, fundamentado na cidadania.

O Plano Municipal de Assistência Social representa o esforço coletivo de atores comprometidos com os diversos segmentos que compõem a rede de proteção social do município, buscando a materialização e a tradução, na prática, de objetivos a serem atingidos por meio da relação de parceria e do compromisso social entre o poder público e a sociedade civil.

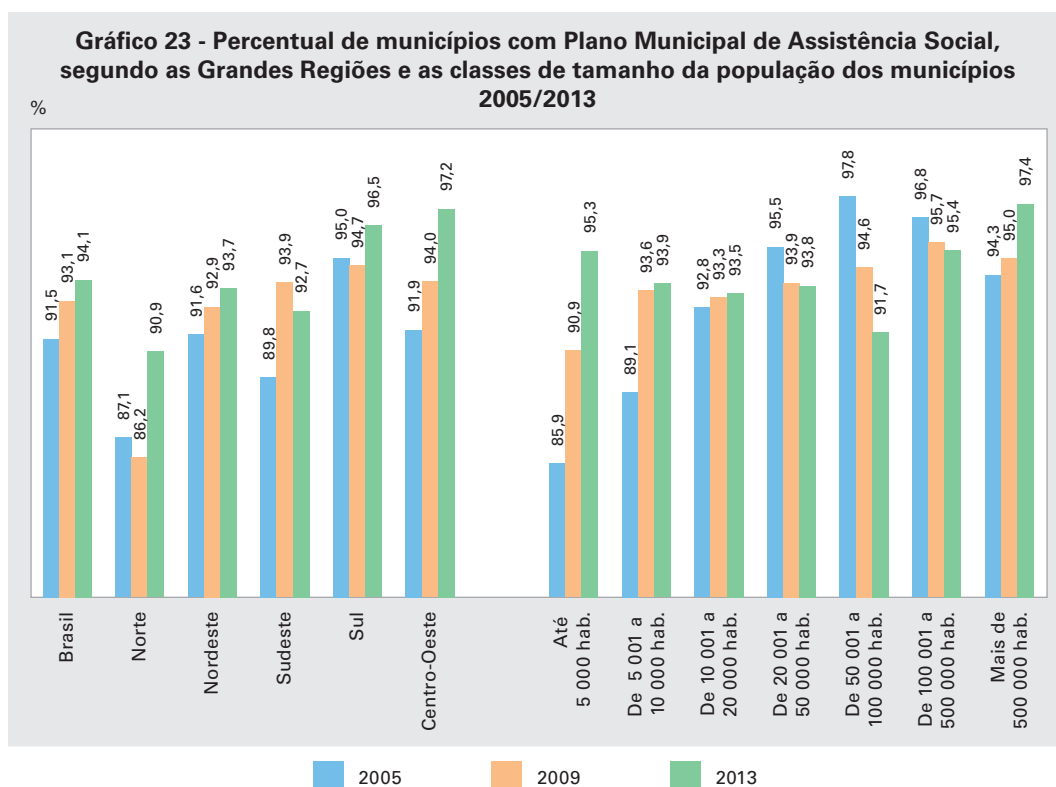
Cabe ressaltar que o poder público, representado pelo conjunto de políticas públicas, assume o papel de articulador entre as necessidades apresentadas pela população mais vulnerabilizada *versus* os mecanismos de inclusão social que garantam a compreensão e a concepção da assistência social como política de direitos para todos.

Dessa forma, o Plano deve ser um instrumento capaz de favorecer a otimização e a administração de recursos, a priorização de investimentos e a avaliação de resultados, propondo novas estratégias de intervenção eficientes e eficazes na realidade social, política, econômica e cultural vivenciada pela sociedade.

O órgão gestor da assistência social é o responsável pela formulação, implantação e acompanhamento dos programas e projetos que compõem a rede de proteção social do município e que são geridos diretamente pela administração municipal ou por meio de parcerias e convênios com entidades sociais.

Os Suplementos de Assistência Social da MUNIC 2005, 2009 e 2013 investigaram a existência de Plano Municipal de Assistência Social e algumas de suas características. Os dados descrevem pequenos acréscimos no conjunto de municípios que implantaram esse instrumento: de 2005 para 2009, a proporção passou de 91,5% para 93,1%, alcançando 94,1% em 2013. Esse aumento, porém, não ocorreu de modo uniforme: os municípios com população até 20 000 habitantes e com mais de 500 000 habitantes apresentaram acréscimo; por outro lado, entre os municípios das demais classes, verifica-se a ocorrência de um pequeno declínio na proporção daqueles que possuíam Plano. Vale lembrar, neste caso, que além de 2013 ser o primeiro ano das novas gestões municipais, os Planos Municipais de Assistência Social poderiam estar em fase de elaboração.

Ressalta-se que os resultados de 2013 comprovaram o quadro de desigualdades regionais já apontados pelos dados de 2005 e 2009, tendo a Região Norte apresentado o menor contingente de municípios com esse instrumento: 90,9%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2013.

Avaliar consiste em assinalar o valor de um determinado evento - processo pelo qual estima-se o mérito ou o valor de algo. Avaliação é um processo mediante o qual se procura determinar, da maneira mais sistemática e objetiva possível, a pertinência, a eficácia, a eficiência e o impacto de planos, programas, projetos e atividades, confrontando-os com objetivos e metas previamente definidos.

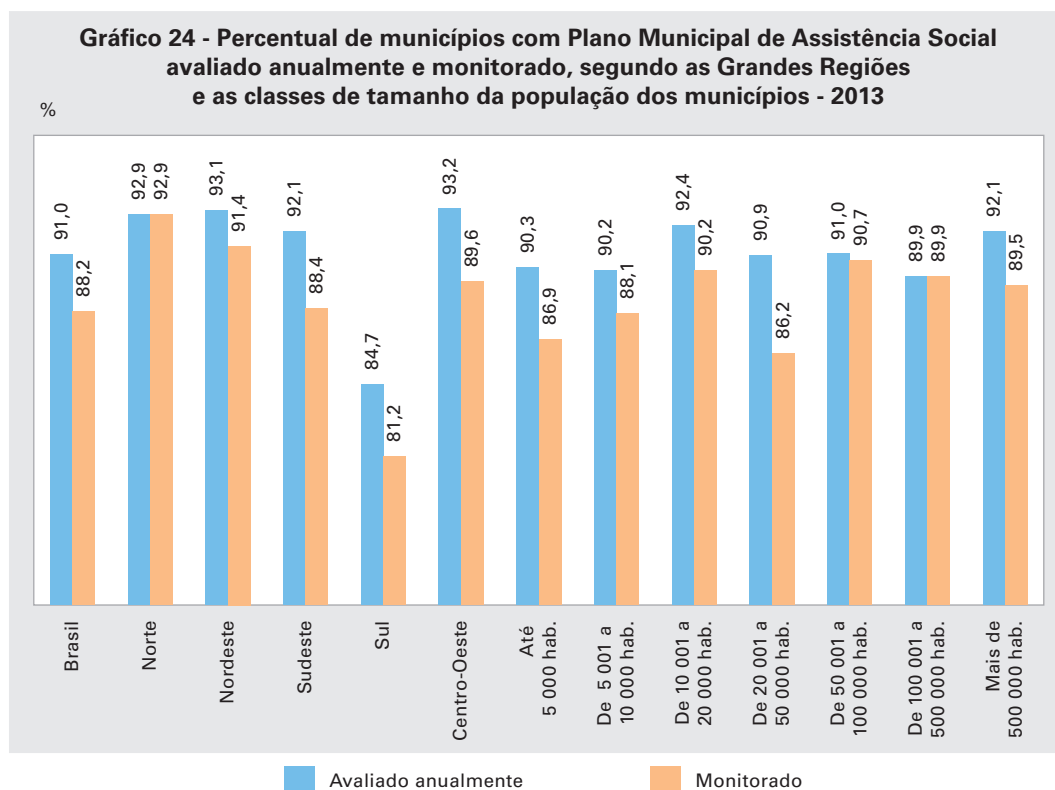
Um dos objetivos da avaliação do Plano Municipal de Assistência Social é aprimorar sua capacidade de oferecer adequada atenção aos cidadãos. Assim, a avaliação do Plano é parte essencial da formulação e implementação dos programas sociais, contribuindo para o seu aperfeiçoamento.

O monitoramento deve ser considerado como uma atividade de aprimoramento dos serviços, projetos e programas, que permitirá a correção dos rumos do Plano. Deve estar voltado à análise da cobertura e do desenvolvimento das atividades.

Além de gerar informações que possibilitam ao gestor da assistência social atuar no sentido de melhorar a qualidade das ações, o monitoramento e a avaliação podem ajudar a identificar melhor o público-alvo e aperfeiçoar o processo de definição das prioridades das ações.

No ano de 2013, os percentuais de municípios com Plano Municipal de Assistência Social que utilizavam o processo de avaliação anual e o monitoramento eram 91,0% e 88,2%, respectivamente. No que se refere à análise por classes de tamanho da população dos municípios, nota-se uma distribuição equilibrada, com 90,3% e 86,9%

dos municípios com até 5 000 habitantes com planos avaliados e monitorados, respectivamente. Observam-se, entre os municípios da Região Centro-Oeste, o maior percentual de Planos Municipais de Assistência Social avaliados anualmente, e, na Região Norte, o maior percentual de Planos monitorados.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

O Conselho Municipal de Assistência Social figura como o principal executor, seguido pelo órgão gestor da assistência social, tanto da avaliação anual como do monitoramento, entre os municípios. É importante ressaltar que o processo de avaliação anual e a atividade de monitoramento podem ser executados por mais de um organismo (Tabela de resultado 35).

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, também conhecido como CadÚnico, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24.07.2001, é um instrumento utilizado para identificar famílias em situação de pobreza em todos os municípios brasileiros, potencialmente beneficiárias dos programas de transferência de renda. Este Cadastro é um banco de dados voltado para o planejamento e a avaliação das ações sociais, que permite o diagnóstico socioeconômico das famílias de baixa renda pelos Municípios, Unidades da Federação e União, possibilitando a análise de suas principais necessidades e o direcionamento das políticas sociais, conforme necessidades das famílias cadastradas.

De acordo com os resultados obtidos em 2013, em 97,5% dos municípios brasileiros o CadÚnico era responsabilidade do órgão gestor da assistência social, sendo o cadastramento realizado em diferentes locais, dentre os quais se destacam o Centro de Referência da Assistência Social (57,0%) e a sede da Secretaria Municipal de Assistência Social (49,7%). Os profissionais responsáveis pelo cadastramento, em 85,2% dos municípios, eram de nível médio, e, em 52,1%, de nível superior. É importante ressaltar que o processo de cadastramento podia ser realizado por mais de um tipo de profissional no mesmo município (Tabelas de resultados 39, 40, 41, 42, 43 e 44).

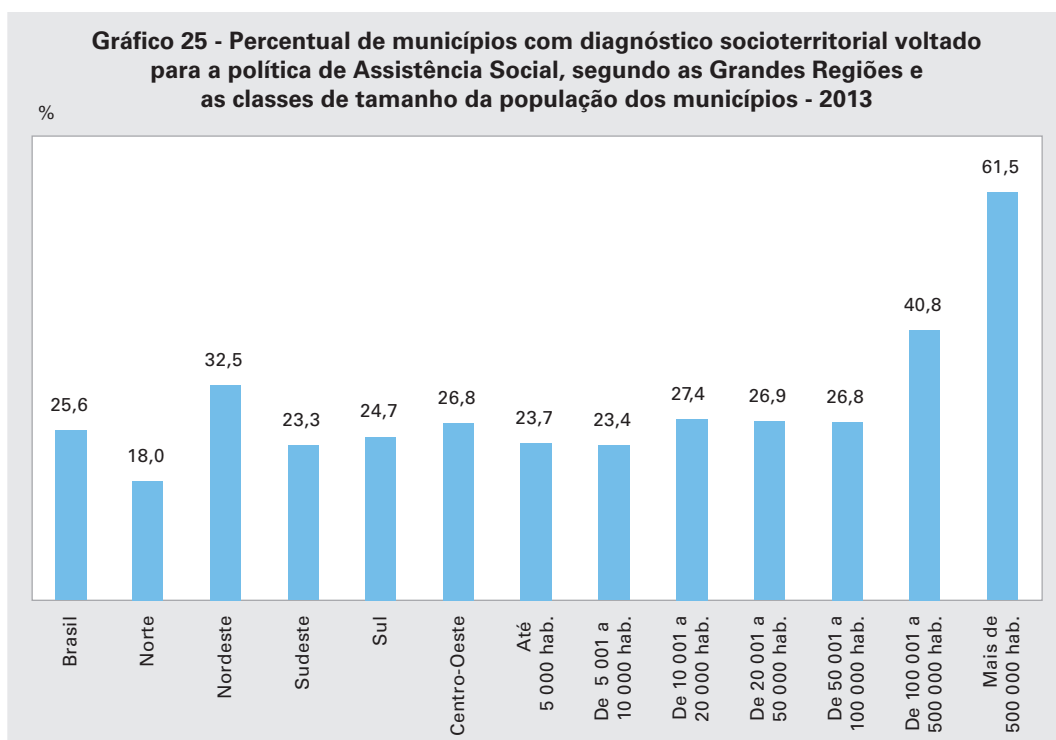
Diagnóstico socioterritorial

Para ser efetivo, todo o processo de planejamento de municípios deve basear-se no conhecimento da realidade a partir da leitura dos territórios, microterritórios ou outros recortes socioterritoriais que deem conta de desvendar as dinâmicas socioeconômicas e político-culturais presentes nesses espaços, possibilitando a identificação das suas necessidades para intervenções planejadas e com horizontes de resultados e impactos bem definidos.

É importante ressaltar que a realização de um diagnóstico socioterritorial envolve um processo de investigação mais aprofundado da realidade e das situações de risco e vulnerabilidade social presentes nos territórios, não podendo ficar restrito apenas à análise dos dados numéricos e indicadores. A realização de um diagnóstico presume um contínuo processo de investigação, interpretação e análise da realidade socioterritorial e das demandas sociais que estão em constante mutação, estabelecendo relações e avaliações do impacto das ações planejadas para o atendimento a essas demandas, além de fundamentar os objetivos e metas necessários para o atendimento às demandas encontradas.

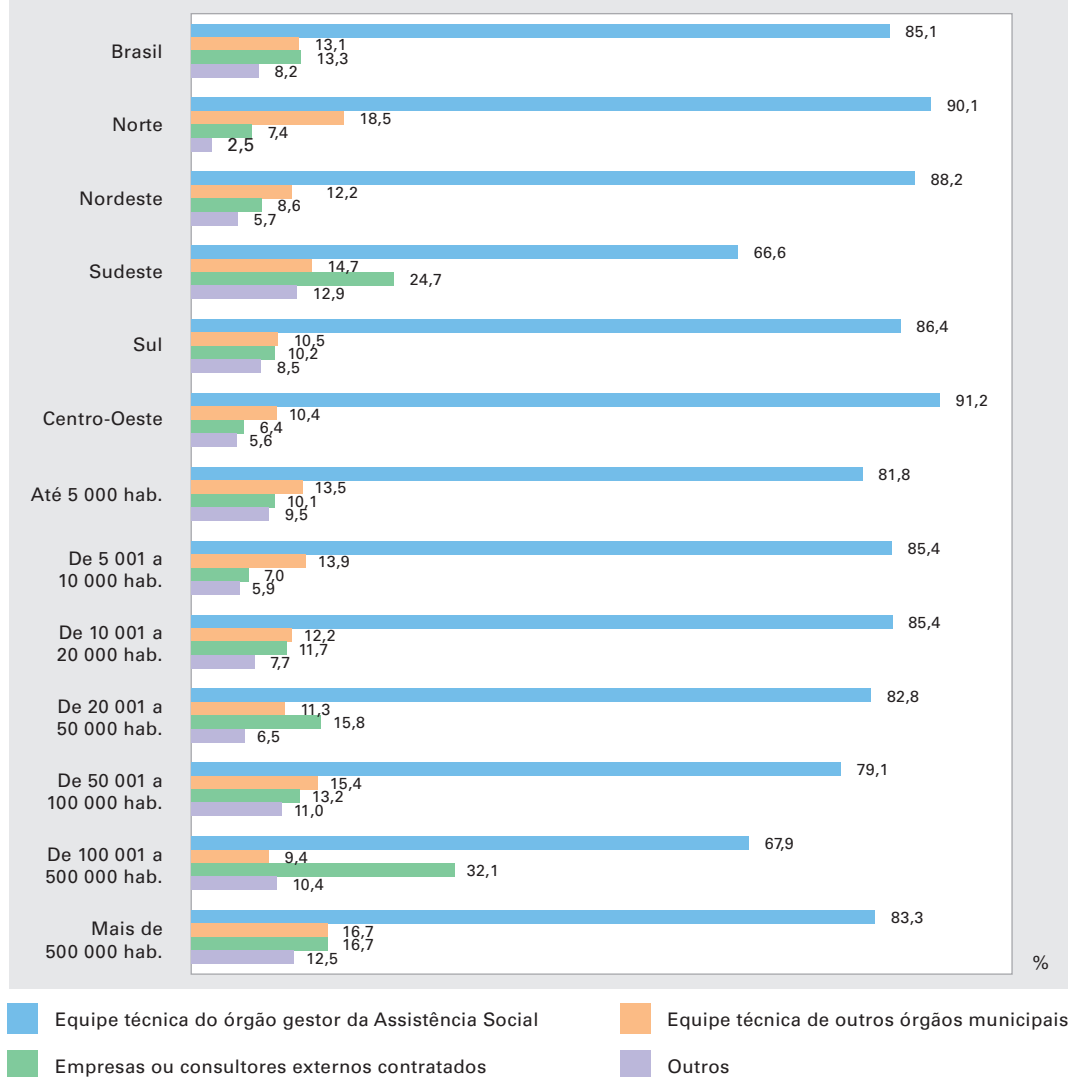
Conforme os resultados do Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2013, no conjunto do País, 25,6% dos municípios realizaram o diagnóstico socioterritorial. Essa proporção foi mais elevada no grupo de municípios com 100 001 a 500 000 habitantes e entre aqueles com mais de 500 000 habitantes. No recorte regional, destacou-se a Região Norte, com 32,5% de seus municípios realizando diagnóstico socioterritorial. Dentre as Unidades da Federação, o Estado do Mato Grosso do Sul, com 65,8%, e o Estado do Ceará, com 42,9%, apresentaram os maiores percentuais de municípios com diagnóstico socioterritorial (Tabela de resultado 48).

O percentual de municípios onde a realização do diagnóstico socioterritorial era de responsabilidade da equipe técnica do órgão gestor da assistência social era mais elevado em todas as classes de tamanho da população, assim como em todas as Grandes Regiões. Cabe ressaltar que o diagnóstico pode ter mais de um responsável por sua realização.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Gráfico 26 - Percentual de municípios com diagnóstico socioterritorial, por responsável pela realização do mesmo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Conselho Municipal de Assistência Social

A criação do Conselho Municipal de Assistência Social vem atender ao novo desenho institucional do Estado brasileiro, que projeta sua ênfase na descentralização administrativa, atribuindo novas responsabilidades locais ao executivo municipal e estimulando maior participação popular na organização e gestão de políticas e recursos de áreas específicas.

As ações da sociedade civil em torno do controle das políticas sociais têm sido desafios permanentes dos agentes sociais comprometidos com a garantia dos direitos sociais de toda a população.

A criação desse tipo de Conselho modifica profundamente a forma de organização das ações de assistência social nos municípios ao mesmo tempo em que contribui para a sua democratização. Os municípios devem construir seus conselhos a partir de iniciativas locais e autônomas (confirmadas por lei municipal). A estruturação de tais órgãos colegiados deve ser concebida como parte integrante da organização administrativa do governo municipal. No interior do Conselho, o governo municipal assume o papel de membro integrante em conjunto com outros segmentos. No âmbito do município, o Conselho Municipal de Assistência Social assume, dentre outras responsabilidades, a inscrição de entidades e organizações de assistência social, cabendo-lhe, ainda, a supervisão destas, conforme estabelecido no Art. 9º da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742, de 07.12.1993).

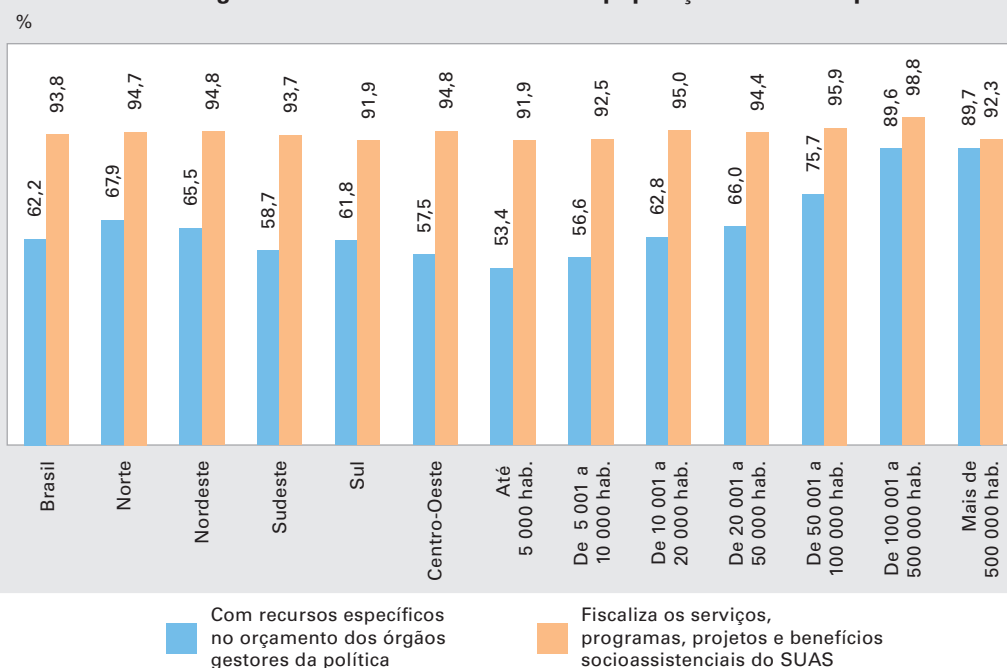
O Suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2013 aferiu que a proporção de municípios que possuíam Conselho Municipal de

Assistência Social era de 99,9%, representando um pequeno acréscimo em relação a 2009, que registrou 99,3%. Em praticamente todas as classes de tamanho da população dos municípios ocorreram pequenos acréscimos ou observa-se o mesmo patamar registrado em 2009. A exceção ocorreu entre os municípios das classes de 10 001 a 20 000 e de 20 001 a 50 000 habitantes, nas quais se verificou um ligeiro acréscimo, alcançando a totalidade dos municípios. O mesmo resultado é observado em relação às Grandes Regiões: todas registraram acréscimos, chegando a Região Sudeste a alcançar 100% de seus municípios com Conselho Municipal de Assistência Social. Na Região Norte, apenas o Estado do Pará não tinha a totalidade de seus municípios com esse tipo de conselho; na Nordeste, apenas o Estado do Maranhão; na Região Sul, os Estados de Santa Catarina e do Rio grande do Sul; e na Região Centro-Oeste, apenas o Estado do Mato Grosso (Tabelas de resultados 51 e 52).

Dos municípios que possuíam Conselho Municipal de Assistência Social, em 62,2% havia previsão de recursos específicos no orçamento do órgão gestor da política de assistência social destinados à sua manutenção e funcionamento. Nos municípios com até 5 000 habitantes, 53,4% contavam com esses recursos, atingindo 95,9% nos municípios com 50 001 a 100 000 habitantes. As Regiões Norte e Centro-Oeste apresentaram os maiores percentuais de municípios que dispunham de Conselho Municipal de Assistência Social com recursos específicos no orçamento dos órgãos gestores dessa política.

O Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2013 investigou também a informação sobre a fiscalização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS realizada pelos Conselhos Municipais de Assistência Social, que pode ser um parâmetro para verificar o grau de comprometimento desses Conselhos com a implementação da política de assistência social. Os resultados apontam que os Conselhos efetuavam tal fiscalização em 99,8% dos municípios.

Gráfico 27 - Percentual de municípios com Conselho Municipal de Assistência Social, com recursos específicos no orçamento dos órgãos gestores da política e que fiscalizam os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Dos 5 562 municípios que possuíam Conselho Municipal de Assistência Social, em 1 321 (23,8%) os Conselhos dispunham de canal de denúncias, e, destes, 1 146 (86,8%) mantinham registros das denúncias formuladas, em sua maioria em meio físico (78,3%).

Interessante perceber que, quanto maior a classe de tamanho da população, maior o percentual de municípios com Conselhos com canal de denúncias. Nos municípios com até 5 000 habitantes, 19,5% dos Conselhos Municipais de Assistência Social contavam com esse instrumento, enquanto naqueles com mais de 500 000 habitantes esse percentual alcançava 56,4%. A Região Sudeste apresentou o maior percentual de municípios com Conselho com canal de denúncias (25,2%). Dentre as Unidades da Federação, o Estado do Rio de Janeiro, com 100% dos seus municípios com esse tipo de Conselho, registrou o maior percentual com canal de denúncias (35,9%) (Tabelas de resultados 55 e 56).

De acordo com as informações obtidas pelo Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2013, 31,5% dos municípios possuíam Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, e quanto maior a classe de tamanho da população, maior o percentual de municípios com esse tipo de Conselho.

Dentre os que possuíam Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, em 74,1% a composição era paritária e, no que se refere ao caráter, 75,5% eram consultivos, ou seja, com deliberações propositivas e não mandatórias ao executivo municipal, à semelhança do que ocorre no nível nacional. No entanto, observa-se que 74,1% tinham caráter deliberativo, o que reforça a importância e a participação desse tipo de Conselho no processo de implementação da política de segurança alimentar e nutricional (Tabela de resultado 57).

Gestão financeira

A opção brasileira quanto ao modelo de seguridade social adotado traz como princípio para a assistência social a universalidade da cobertura e do atendimento, reconhecendo esse campo como política pública de direito do cidadão e dever do Estado, operado por meio de um processo de gestão descentralizada e participativa, ou seja, partilhada com a sociedade e próxima dela.

O Sistema Único de Assistência Social - SUAS inaugurou uma nova lógica de financiamento para essa política pública, pautada principalmente no reconhecimento de que as ações se efetivam, descentralizadamente, nos espaços locais, ou seja, nos municípios e nas Unidades da Federação. É nesses espaços que o financiamento deve se operar, com a coparticipação dos entes federados na efetivação das provisões afetas a essa política. A Política Nacional de Assistência Social, de 2004, e a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS, de 2005, trouxeram à tona importantes mudanças na gestão financeira dessa política, reforçando o Fundo Municipal de Assistência Social como instância privilegiada de seu financiamento.

O Fundo Municipal de Assistência Social é um instrumento de captação e aplicação de recursos para o financiamento de ações na área de assistência social, tendo como base o Plano Plurianual de Assistência Social. O Fundo, criado por lei específica, é de natureza orçamentária e contábil, faz parte da estrutura administrativa do poder executivo, e é constituído de um conjunto de recursos vinculados ou alocados à assistência social para cumprimento de objetivos específicos.

Considerando os dados do Suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2013, observa-se que, de um total de 5 570 municípios, 99,4% deles possuíam Fundo

Municipal de Assistência Social, dos quais 93,7% constituídos como unidade orçamentária. Em 11,7% dos municípios, a ordenação das despesas do Fundo era de competência do prefeito; em 77,2% dos municípios, essa ordenação estava sob a responsabilidade do secretário ou técnico da área de assistência social; e, em 4,6%, o ordenador era o secretário, ou técnico de outra área, ou outra secretaria, ou outra estrutura.

Ressalta-se o fato de que, em 2013, os dados não mantiveram o mesmo padrão apresentado em 2009 relativamente às classes de tamanho da população dos municípios: naquele ano, quanto maior a classe de tamanho, maior a proporção de municípios com presença de Fundo Municipal de Assistência Social como unidade orçamentária. No ano de 2013, os municípios com mais de 500 000 habitantes apresentaram os menores percentuais de presença de Fundo como unidade orçamentária, assim como os municípios com 5 001 a 10 000 habitantes. Interessante perceber que, com relação aos ordenadores de despesas do Fundo, quanto maior a classe de tamanho da população dos municípios, menor a proporção de municípios em que este responsável era o prefeito. Entre os municípios com maiores contingentes populacionais, a ordenação de despesa do Fundo era atribuição do secretário ou técnico da área de assistência social.

Ao efetuar a análise por Grandes Regiões, observa-se que, em 2005, a Região Sul apresentou a maior proporção de municípios com Fundo Municipal de Assistência Social, 94,3%, seguida de perto pelas Regiões Nordeste e Sudeste, ambas com 92,4%. Em 2009, a Região Sudeste apresentou o maior percentual, 98,7%, seguida pelas Regiões Nordeste e Centro-Oeste, com 97,8% e 97,6%, respectivamente. Em 2013, a Região Sudeste permaneceu com o maior percentual de municípios com Fundo, seguida de perto pelas Regiões Centro-Oeste e Sul.

Com relação às informações sobre o ordenador de despesas, nota-se que ocorreu, entre as Grandes Regiões, o mesmo movimento observado nos municípios na análise por classes de tamanho da população, isto é: verificou-se que em todas as Grandes Regiões ocorreram acréscimos no percentual de municípios onde o ordenador de despesas do Fundo era o secretário ou técnico da área de assistência social.

Apesar de o Fundo Municipal de Assistência Social ser o instrumento de captação e aplicação de recursos para o financiamento de ações na área de assistência social, outros fundos especiais também executavam este orçamento no ano de 2013. Do total dos municípios brasileiros, 54,4% (3 030) informaram a participação de outros fundos na execução do orçamento da assistência social, entre eles o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal do Idoso, o Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência, além de outros.

Nota-se que a participação de outros fundos estava diretamente relacionada à classe de tamanho da população nos municípios com até 500 mil habitantes, ou seja: quanto maior a classe, maior o percentual de municípios com participação de outros fundos na execução do orçamento da política de assistência social. Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, o percentual de participação de outros fundos na execução desse orçamento era menor do que entre os municípios com 50 001 a 500 000 habitantes. Por Grandes Regiões, o destaque foi a Região Sul: em 64,4% de seus municípios, outros fundos participavam da execução do orçamento da assistência social. Com relação aos fundos pesquisados, o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente apresentou os maiores percentuais de participação, seguido de longe pelo Fundo Municipal do Idoso, entre os municípios que declararam participação de outros fundos na execução de seus orçamentos da assistência social.

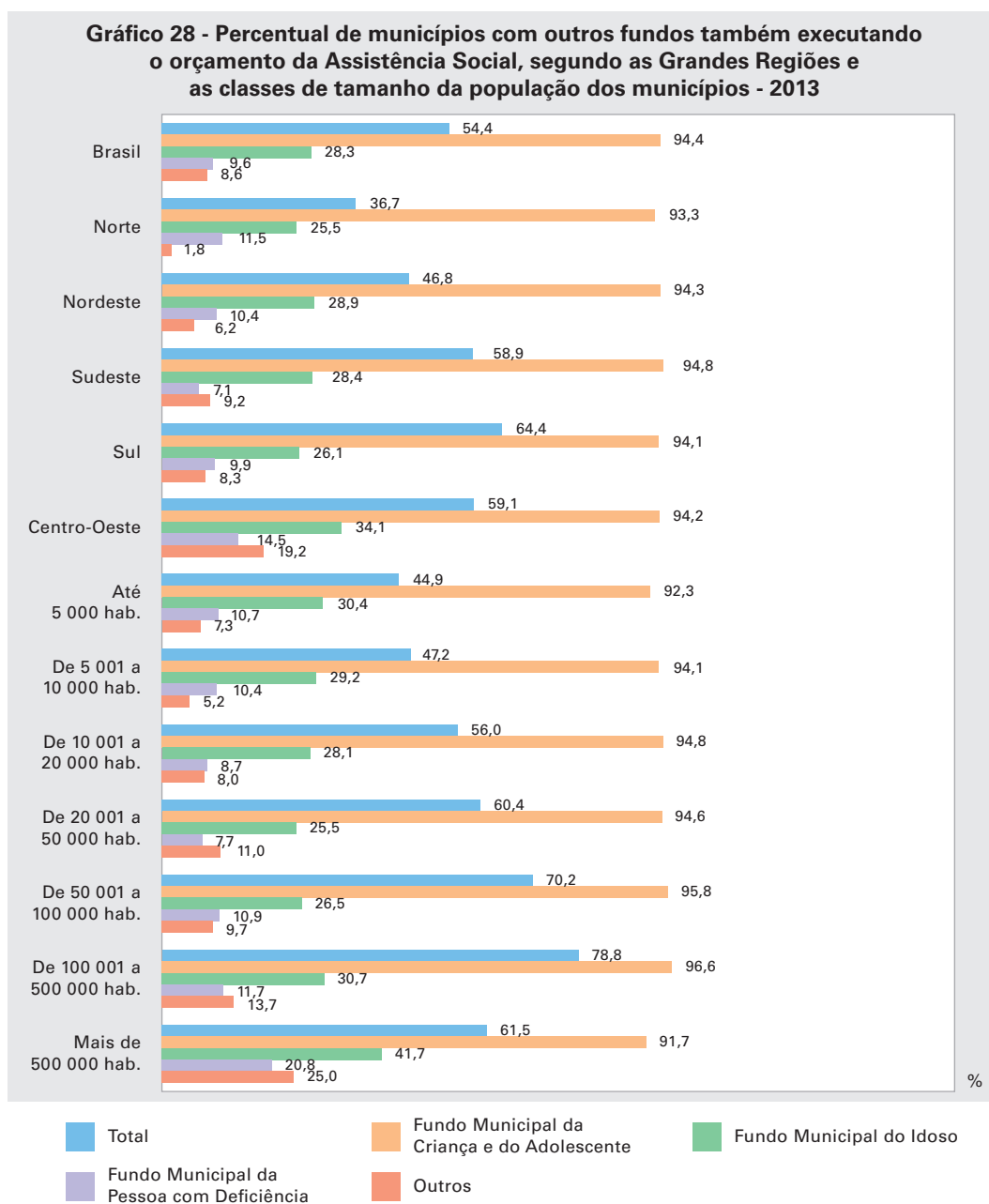
Tabela 4 - Percentual de municípios com fundo municipal de assistência social, por algumas características do fundo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2005/2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Percentual de municípios com fundo municipal de assistência social (%)					
	Total			Características do fundo		
				Fundo como unidade orçamentária		
	2005	2009	2013	2005	2009	2013
Brasil	91,3	97,7	99,4	86,4	91,4	93,7
Norte	84,0	95,8	98,9	83,3	84,9	88,1
Nordeste	92,4	97,8	99,2	86,2	91,9	94,0
Sudeste	92,4	98,7	99,8	85,3	91,5	94,4
Sul	94,3	97,0	99,4	91,3	93,7	95,9
Centro-Oeste	82,2	97,6	99,6	80,2	89,7	90,3
Até 5 000	86,0	95,4	98,8	82,3	89,1	93,1
De 5 001 a 10 000	90,3	97,5	99,3	85,1	90,0	92,3
De 10 001 a 20 000	92,3	98,2	99,4	86,9	91,3	93,1
De 20 001 a 50 000	94,6	99,1	99,8	88,9	93,5	95,5
De 50 001 a 100 000	98,4	99,4	100,0	90,3	94,9	96,2
De 100 001 a 500 000	96,4	99,6	100,0	94,3	96,1	96,2
Mais de 500 000	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	92,3

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Percentual de municípios com fundo municipal de assistência social (%)								
	Características do fundo								
	Por ordenador de despesa do fundo								
	Prefeito			Secretário ou técnico da área			Secretário ou técnico de outra área ou outra secretaria ou outra estrutura		
	2005	2009	2013	2005	2009	2013	2005	2009	2013
Brasil	58,3	47,6	11,3	33,1	42,6	77,2	7,4	7,5	4,6
Norte	67,6	59,8	14,8	27,3	32,3	72,1	4,8	7,4	5,2
Nordeste	59,7	48,8	11,0	33,3	43,6	77,9	6,3	5,5	3,0
Sudeste	59,7	50,9	13,4	29,4	37,4	75,2	9,4	9,0	4,4
Sul	51,9	41,6	7,9	39,7	48,4	78,9	6,4	7,4	7,6
Centro-Oeste	55,9	35,2	9,9	34,2	52,7	82,2	9,1	10,1	2,8
Até 5 000	64,3	55,2	18,1	27,2	34,4	69,5	7,3	7,8	5,7
De 5 001 a 10 000	64,5	52,7	13,0	27,0	38,1	74,7	7,3	7,6	5,1
De 10 001 a 20 000	62,9	51,0	10,9	30,4	39,0	76,9	6,2	7,6	4,5
De 20 001 a 50 000	52,8	42,4	7,1	37,3	48,6	81,9	8,2	6,7	4,1
De 50 001 a 100 000	38,3	29,0	4,1	51,9	60,5	86,4	8,8	8,3	2,7
De 100 001 a 500 000	27,4	17,2	0,8	61,3	72,8	92,3	9,0	7,8	2,3
Mais de 500 000	2,9	7,5	-	82,9	82,5	97,4	11,4	5,0	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2013.

Dentre as Unidades da Federação, destacaram-se o Estado do Mato Grosso do Sul, onde 89,9% de seus municípios informaram a participação de outros fundos na execução da política de assistência social em 2013, bem como o Estado do Amapá, este por apresentar o menor percentual de participação, 12,5% (Tabela de resultado 62).



Cofinanciamento e índice de gestão descentralizado

Dos 5 570 municípios, em 2013, 5 397 (96,9%) declararam receber cofinanciamento federal e/ou estadual para a função de assistência social, percentual superior ao encontrado no ano de 2009 (87,3%). Desses, 98,7% tiveram cofinanciamento federal e 60,3%, cofinanciamento estadual. Essa proporção sobe gradativamente para ambos os cofinanciamentos, federal e estadual, até alcançar 100% dos municípios com mais de

500 000 habitantes no que se refere ao cofinanciamento federal. Ao analisar os dados pelo viés das Grandes Regiões, a Região Sul (99,7%) apresentou o maior percentual de municípios com cofinanciamento federal, enquanto a Nordeste (99,5%) registrou o maior percentual de municípios com cofinanciamento estadual (Tabela de resultado 65).

Em várias Unidades da Federação, a totalidade de seus municípios declarou cofinanciamento, recebendo este recurso da esfera federal, como, por exemplo, os Estados do Acre, Roraima, Paraíba, Sergipe, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, dentre outros. Com relação, porém, aos que recebiam cofinanciamento estadual, apenas nos Estados do Amapá e Mato Grosso do Sul a totalidade de seus municípios declarou receber este recurso (Tabela de resultado 66).

Além das transferências para o cofinanciamento dos serviços, o governo federal vem operando outros repasses para as esferas subnacionais voltadas ao apoio financeiro à gestão descentralizada. Este processo teve início com incentivos à gestão municipal do Programa Bolsa Família. Visando melhorias na gestão desse Programa, o governo federal instituiu repasses baseados no Índice de Gestão Descentralizada - IGD⁵. Criado em 2006, o Índice de Gestão Descentralizada Municipal - IGD-M⁶ é um indicador que mede a eficiência dos municípios no gerenciamento do Programa Bolsa Família segundo dois critérios: a atualização do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico e o acompanhamento das famílias. Esse indicador mostra a qualidade da gestão municipal do Programa, além de refletir os compromissos assumidos pelos municípios na sua respectiva adesão, como a gestão do CadÚnico e das suas condicionalidades. O índice varia de 0 a 1: quanto mais próximo de 1, melhor a avaliação da gestão desses processos. Quanto mais elevado é o índice, maior é o recurso recebido pelo município. Trata-se, portanto, de um incentivo financeiro aos entes municipais visando ao aprimoramento da gestão do Programa Bolsa Família, em seus respectivos territórios.

O Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS⁷, por sua vez, visa avaliar a qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito dos municípios e das Unidades da Federação, bem como a articulação intersetorial. Conforme os resultados alcançados pelos entes, a União apoiará financeiramente o aprimoramento da gestão como forma de incentivo. O IGDSUAS foi instituído pela Lei nº 12.435, de 06.07.2011, que altera a Lei nº 8.742, de 07.12.1993 (Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS), e foi regulamentado pelo Decreto nº 7.636, de 07.12.2011, e pelas Portarias do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome vigentes, que dispõem sobre o apoio financeiro à gestão descentralizada por meio do IGDSUAS. Assim como o IGD-M, trata-se de um índice que varia de 0 a 1: quanto mais próximo de 1, melhor o desempenho da gestão e maior poderá ser o valor do apoio financeiro repassado aos entes como forma de incentivo ao aprimoramento da gestão, respeitando os tetos orçamentário e financeiro. Com base nos resultados apurados, os entes que apresentarem bom desempenho, considerando os critérios das normativas, receberão os recursos para investir em atividades voltadas ao aprimoramento da gestão do SUAS.

⁵ Para informações complementares sobre o tema, consultar: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Índice de gestão descentralizada (IGD)*. Brasília, DF, [2014]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/gestao-descentralizada/indice-de-gestao-descentralizada-igd>>. Acesso em: abr. 2014.

⁶ Para informações complementares sobre o tema, consultar: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *O que é o IGD-M (índice de gestão descentralizada municipal)?* Brasília, DF, [2014]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/faledms/perguntas-frequentes/bolsa-familia/gestao-descentralizada/gestor/indice-de-gestao-descentralizada>>. Acesso em: abr. 2014.

⁷ Para informações complementares sobre o tema, consultar: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *O que é o IGDSUAS?* Brasília, DF, [2014]. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/orientacoes-igdsuas-para-site/201crepasse-de-recursos-do-igd-suas201d>>. Acesso em: abr. 2014.

No levantamento de 2013, mais de 90,0% dos municípios declararam ter recebido recursos do IGD-M e do IGDSUAS.

Tabela 5 - Percentual de municípios que receberam recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família - IGD-M e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS, por forma de utilização dos recursos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Percentual de municípios que receberam recursos (%)					
	Do IGD-M					
	Total	Forma de utilização dos recursos				
		Contratação de pessoal temporário	Estruturação de sistemas de informação	Aquisição de equipamentos	Aquisição de veículos (terrestres ou fluviais)	Outro
Brasil	96,7	47,8	52,5	80,2	16,9	24,7
Norte	94,2	44,8	57,1	82,3	13,4	25,7
Nordeste	97,1	72,6	64,1	83,7	19,1	19,7
Sudeste	96,8	43,2	46,3	76,5	16,7	22,7
Sul	96,4	21,3	40,5	78,6	15,0	35,0
Centro-Oeste	97,9	39,4	56,2	81,8	17,5	23,6
Até 5 000	95,0	33,4	48,0	80,1	6,2	24,4
De 5 001 a 10 000	96,7	44,6	48,7	79,2	12,0	23,3
De 10 001 a 20 000	97,3	52,3	54,1	79,9	20,4	22,8
De 20 001 a 50 000	97,0	58,2	57,3	81,5	21,7	24,8
De 50 001 a 100 000	96,5	56,9	58,1	83,2	29,7	29,1
De 100 001 a 500 000	99,6	50,2	56,4	79,2	35,1	31,7
Mais de 500 000	100,0	61,5	48,7	69,2	17,9	51,3

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Percentual de municípios que receberam recursos (%)					
	Do IGDSUAS					
	Total	Forma de utilização dos recursos				
		Contratação de pessoal temporário	Estruturação de sistemas de informação	Aquisição de equipamentos	Aquisição de veículos (terrestres ou fluviais)	Outro
Brasil	95,0	28,1	44,3	68,9	5,7	29,5
Norte	95,8	26,9	50,6	77,0	7,2	27,6
Nordeste	97,4	38,5	51,9	72,0	6,1	23,8
Sudeste	93,3	26,4	38,0	64,5	5,3	30,3
Sul	93,2	14,5	36,1	65,4	4,8	39,3
Centro-Oeste	96,1	28,3	51,0	73,5	6,7	26,9
Até 5 000	91,2	23,3	45,7	69,0	3,3	29,7
De 5 001 a 10 000	94,1	28,7	43,4	71,6	5,0	27,1
De 10 001 a 20 000	95,4	30,0	45,1	70,8	6,7	25,9
De 20 001 a 50 000	98,1	31,4	45,1	65,9	6,1	30,1
De 50 001 a 100 000	98,5	29,3	40,7	62,9	8,1	37,4
De 100 001 a 500 000	99,2	21,3	40,3	69,0	9,7	40,7
Mais de 500 000	97,4	31,6	36,8	63,2	5,3	60,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Com relação ao IGD-M, todos os municípios com mais de 500 000 habitantes contaram com este recurso e a Região Centro-Oeste apresentou o maior percentual de municípios que o receberam. Com relação a sua utilização, em todas as classes de tamanho da população e em todas as Grandes Regiões, a maioria dos municípios o utilizou para a aquisição de equipamentos. Com relação às Unidades da Federação, o destaque foi o Estado de Roraima, onde 100% dos seus municípios receberam recursos do IGD-M, seguido pelo Estado do Ceará (99,5%) (Tabela de resultado 68).

Com relação ao IGDSUAS, para os municípios com até 500 000 habitantes, quanto maior a classe de tamanho da população, maior o percentual dos que receberam este recurso. Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, 97,4% receberam recursos do IGDSUAS em 2013, percentual inferior aos dos municípios na faixa de 20 001 a 500 000 habitantes. Com relação às Grandes Regiões, a Região Nordeste apresentou o maior percentual de municípios que contavam com tal recurso. Da mesma forma que o IGD-M, a maioria dos municípios utilizou o recurso para a aquisição de equipamentos. Com relação às Unidades da Federação, os destaques foram os Estado do Acre e Roraima, onde 100% dos seus municípios receberam recursos do IGDSUAS (Tabela de resultado 70).

Cabe ressaltar que para ambos os indicadores, IGD-M e IGDSUAS, os recursos poderiam ter mais de uma forma de utilização.

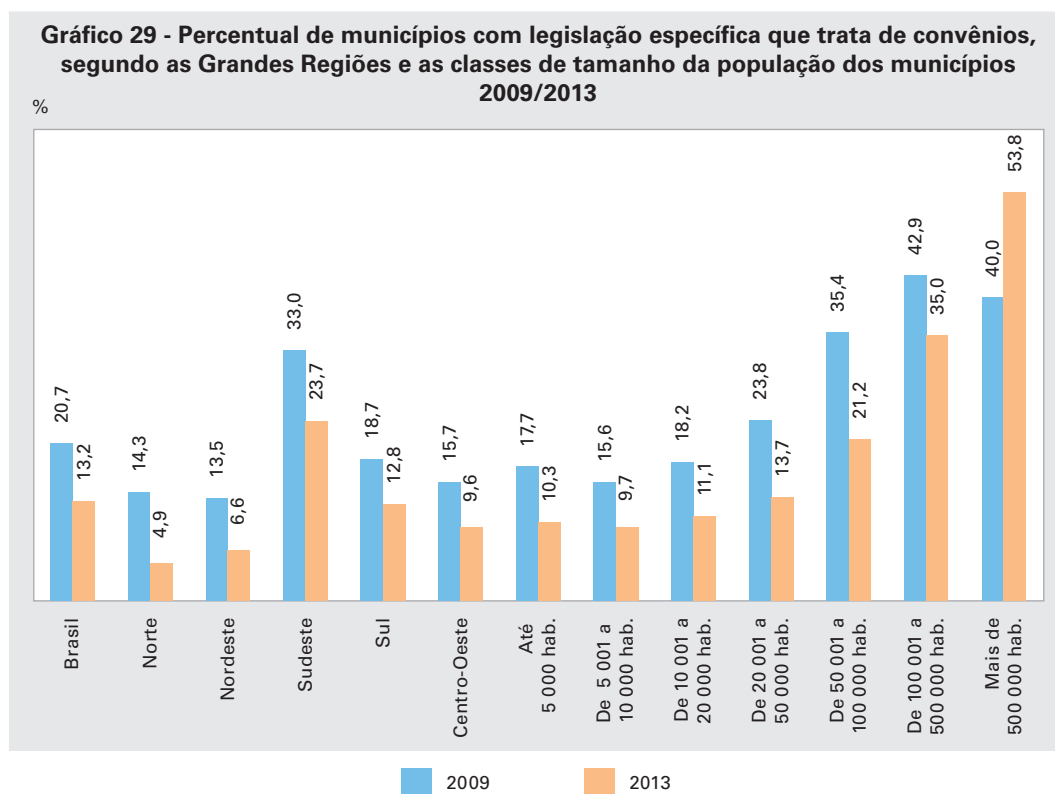
Convênios e parcerias

Conforme as diretrizes de assistência social traçadas pelo governo federal, as prefeituras têm um papel estratégico na identificação dos problemas que de fato existem nos municípios, cabendo aos gestores municipais o direcionamento das políticas sociais com maior precisão e eficácia.

Uma importante característica observada no Suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2013 diz respeito às associações e parcerias das prefeituras municipais; não apenas aquelas reconhecidas pelos governos estadual e federal, mas também aquelas relacionadas com instituições privadas, organismos internacionais e organizações não governamentais para a execução de programas na área de assistência social. A relevância reside no fato de que são as prefeituras que têm a possibilidade de articular várias ações para promover o desenvolvimento social, já que são os principais elos com as comunidades para concretizar as ações dos programas.

Dos municípios brasileiros existentes em 2009, 1 153 (20,7%) informaram possuir legislação municipal específica para o tratamento de convênios e parcerias na área de assistência social, proporção esta maior que a registrada em 2013, que contabilizou 13,2% (733) nessa condição. Com referência às classes de tamanho da população dos municípios, observam-se decréscimos em quase todas aquelas com até 500 000 habitantes, sendo a maior queda registrada na classe de 50 001 a 100 000 habitantes. Nos municípios com mais de 500 000 habitantes, essa proporção se elevou de 40,0%, em 2009, para 53,8%, em

2013. Com relação às Grandes Regiões, foi na Região Sudeste, com 33,0%, que se concentrou o maior número de prefeituras que possuíam legislação específica para o tratamento de convênios e parcerias na área de assistência social, mesmo sendo, também, uma das áreas que apresentou os maiores decréscimos no período de 2005 a 2009; a outra foi a Região Norte.

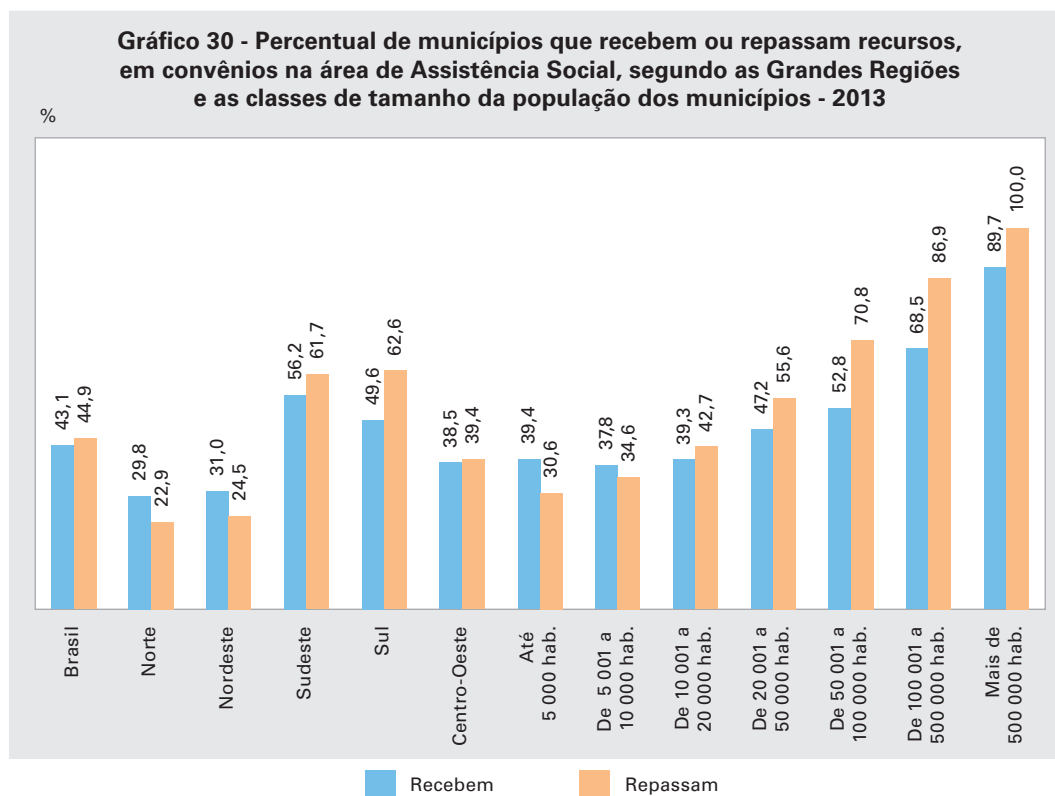


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009/2013.

Como se constata a seguir, no entanto, a falta de regulamentação legal municipal específica não impediu que as prefeituras fizessem parcerias para desenvolver programas, projetos e serviços na área de assistência social. Cabe esclarecer que a pesquisa considerou a prefeitura exercendo dois papéis: recebendo recursos de convênios ou repassando recursos para convênios.

Observou-se que, em 2013, em 43,1% dos 5 570 municípios, a prefeitura realizou convênios recebendo recursos e, em 44,9%, repassando recursos, proporções estas superiores à dos municípios onde existia legislação específica para tratar do tema. Considerando a prefeitura executando os dois papéis, isto é, recebendo ou repassando recursos, quanto maior a classe de tamanho da população dos municípios, maior a proporção daqueles com presença de convênios. É interessante perceber que, nos municípios com até 10 000 habitantes, a proporção dos que repassaram recursos é invariavelmente menor que a proporção daqueles que os receberam.

Pelo viés das Grandes Regiões, observa-se que, na Região Norte, a proporção de prefeituras que receberam recursos de convênios (29,8%) era bem próxima à verificada na Região Nordeste (31,0%). Por outro lado, a maior proporção de municípios que repassaram recursos por meio de convênios foi registrada na Região Sul (62,6%), seguida de perto pela Região Sudeste (61,7%).



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Dentre as 2 398 prefeituras que receberam recursos de convênios, 2 240 o fizeram por meio de convênios realizados com órgãos e/ou entes públicos e 269, com organizações não governamentais. Do total de municípios, 2 092 receberam recursos financeiros, enquanto 280, fornecimento de material didático ou paradidático. O comportamento foi inverso no caso de repasse de recursos: dentre as 2 501 prefeituras que repassaram recursos, 1 934 o fizeram por meio de convênios realizados com organizações não governamentais, enquanto 675, com órgãos e/ou entes públicos. Cabe destacar que o número de municípios que repassaram recursos financeiros (1 978) foi menor do que o número dos que receberam tais recursos; vindo, em segundo lugar, o repasse sob a forma de alocação de pessoal (541) (Tabelas de resultados 73 e 74).

Serviços socioassistenciais

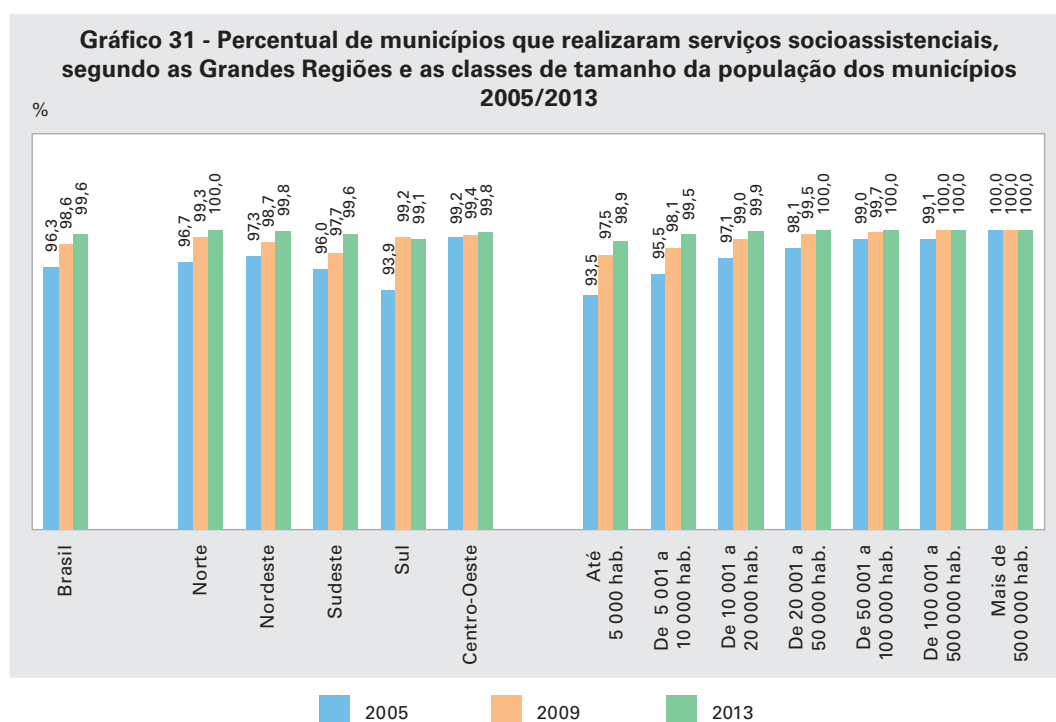
A implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS pressupõe a execução de seus serviços de maneira descentralizada, com papel absolutamente preponderante para os municípios; entretanto, assegurar a uniformidade de nomenclaturas e de conteúdos é indispensável a um sistema que se propõe único para todo o Território Nacional. Nesse sentido, em 11.11.2009, o Conselho Nacional de Assistência Social aprovou a Resolução no 109, que instituiu a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Os quesitos aplicados no Suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2013 permitem, pela primeira vez, a correspondência perfeita com a Tipificação Nacional, o que não ocorreu no Suplemento de 2009 devido à incompatibilidade de datas entre o fechamento do questionário, a coleta das informações e a aprovação da referida Tipificação.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais representa um avanço significativo para a política de assistência social na medida em que delimita de maneira mais específica o campo de atuação dessa política pública, definindo quais são os serviços socioassistenciais e estabelecendo padrões para a sua organização e execução. Tais serviços, uma vez nomeados e definidos, também podem ser mais claramente reclamáveis pela população, visto que é na oferta destes que a assistência social materializa, para o cidadão, o direito previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988.

De acordo com os resultados obtidos pelo Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2013, 99,6% dos municípios brasileiros declararam realizar serviços socioassistenciais (Gráfico 31), demonstrando, assim, sua capilaridade no Território Nacional. Caracterizando os municípios simultaneamente por região e porte

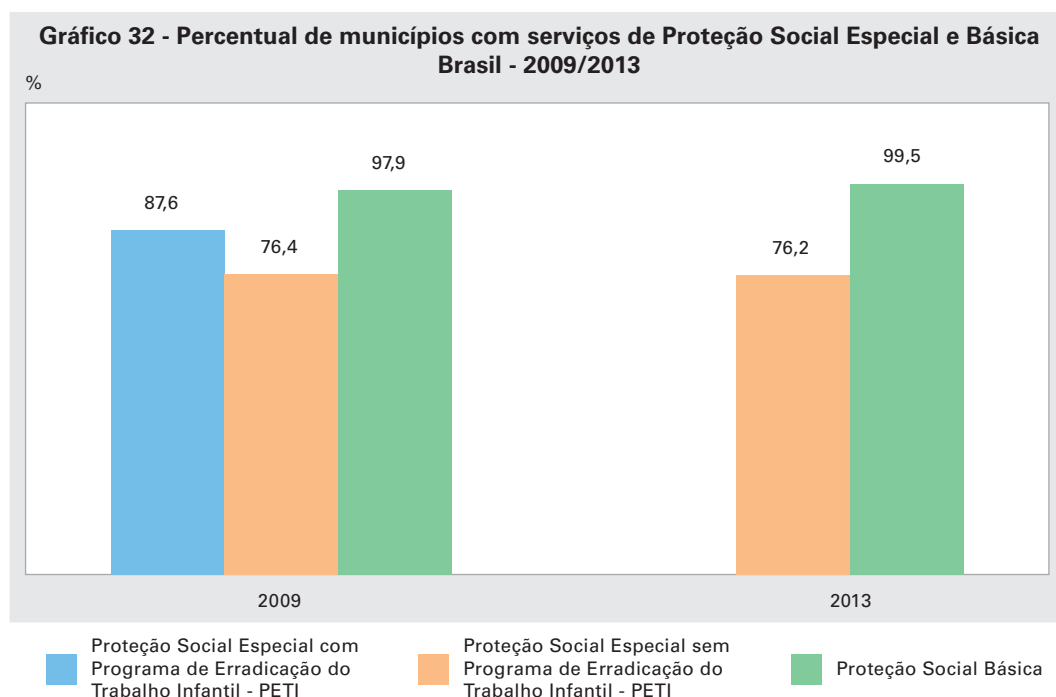
populacional, observou-se que a realização desses serviços era ligeiramente menor no grupo formado pelos municípios com até 5 000 habitantes localizados na Região Sul do País, mas, ainda assim, alcançava 98,1% neste grupo.

O Gráfico 31 compara as respostas obtidas para a mesma pergunta nos anos de 2005, 2009 e 2013. Como pode ser observado, houve, no período, uma tendência constante de crescimento no percentual de municípios que realizavam serviços socioassistenciais, ainda que pequeno, já que o valor de partida apurado em 2005 situava-se em 96,3%. Deve-se, contudo, atentar para o fato de que, embora quase todos os municípios já realizassem algum serviço na área de assistência social em 2005 – anterior, portanto, à Tipificação Nacional – houve, nesse período, grandes transformações na organização, conteúdo e cobertura de tais serviços.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2005/2013.

De acordo com a organização do SUAS, definida em seus instrumentos legais e normativos, os serviços socioassistenciais são classificados como serviços de proteção social básica ou serviços de proteção social especial. Os serviços de proteção social básica têm como objetivos prevenir situações de risco, promovendo o desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destinam-se, fundamentalmente, às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidade social decorrentes da pobreza, do acesso precário a serviços públicos, ou da fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social. Os serviços de proteção social especial têm como objetivos prover atenções a famílias e indivíduos que já se encontram em situações que caracterizam violações de direitos, tais como a ocorrência de abandono, violência e maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso ou exploração sexual, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Inclui, ainda, o acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009/2013.

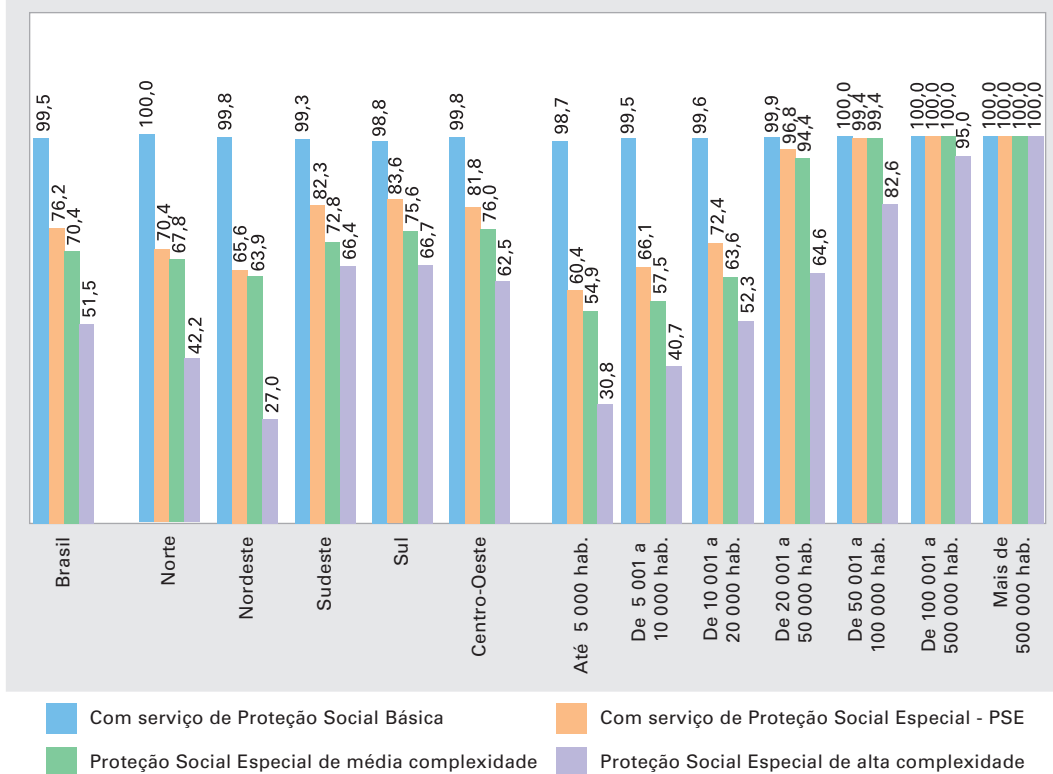
Nota: Em 2013, o item Proteção Social Especial com Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI passou a ser classificado como Proteção Social Básica.

Conforme se verifica no Gráfico 32, em 2013, quase a totalidade dos municípios brasileiros (99,5%) declarou prestar algum serviço de proteção social básica. A proteção social especial estava presente, com pelo menos um de seus serviços, em 76,2% dos municípios brasileiros, mantendo, assim, certa estabilidade no percentual de oferta comparativamente ao ano de 2009. Na pesquisa realizada naquele ano, a oferta dos serviços socioeducativos para crianças em trabalho infantil, realizada pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, foi classificada como oferta de proteção social especial, contudo, de acordo com as normativas atualmente vigentes, essa oferta, em 2013, passou a ser classificada como proteção social básica. É importante compreender que o Gráfico 32 identifica a presença dos níveis de proteção (básica e especial) nos dois anos pesquisados, contudo não captura processos de adensamento de serviços no interior do nível de proteção, ou seja, a estabilidade dos percentuais correspondentes ao nível de proteção não significa, necessariamente, ausência de crescimento na oferta dos serviços que os integram.

O Gráfico 33, por sua vez, aponta para as diferenças regionais bem como para as referentes às classes de tamanho da população dos municípios na provisão desses serviços, distinguindo também, entre os serviços de proteção social especial, os de média complexidade daqueles de alta complexidade. Cabe destaque à clara clivagem na cobertura dos serviços de proteção social especial de alta complexidade, a depender da classe de tamanho da população do município: entre os municípios com até 5 000 habitantes, apenas 30,8% prestavam serviços de alta complexidade, mas a provisão se tonava mais frequente entre os mais populosos, chegando a 100% de cobertura

entre aqueles com mais de 500 000 habitantes. O mesmo fenômeno se observa, com menor intensidade, entre os serviços de média complexidade. Os desafios de cobertura dos serviços de proteção social especial nos municípios menos populosos colocam em evidência a necessidade de organização das ofertas regionalizadas, previstas nas normativas do SUAS.

Gráfico 33 - Cobertura dos serviços de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

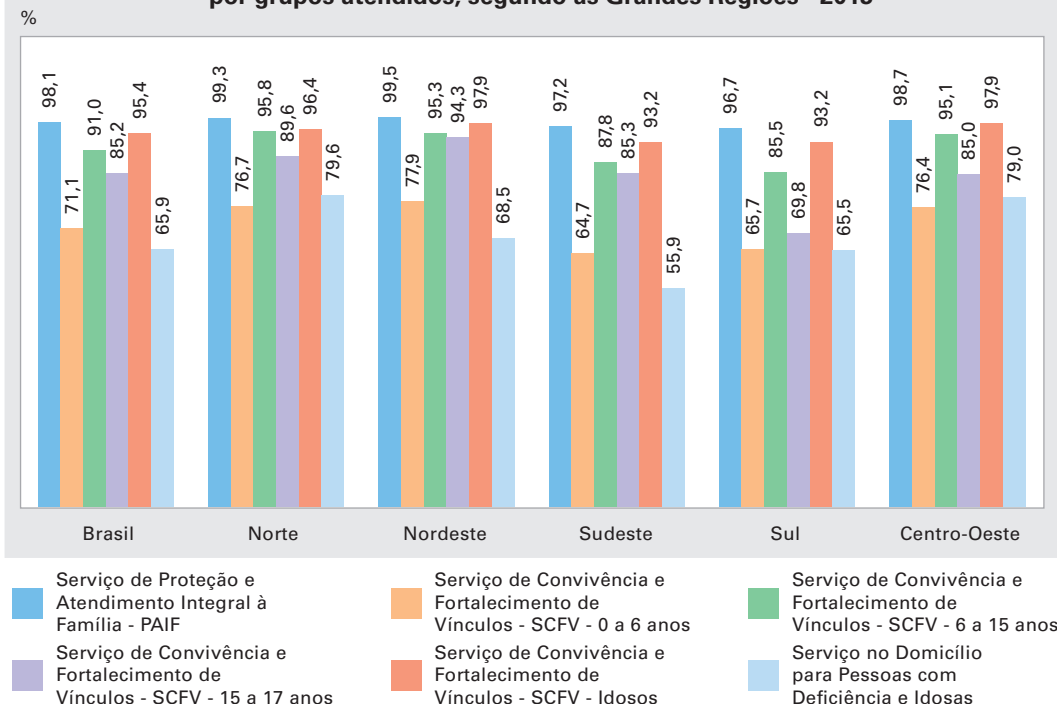


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Serviços de proteção social básica

Apesar dos limites de comparação com os dados da pesquisa de 2009, foi possível observar um crescimento expressivo na oferta de alguns serviços socioassistenciais, especialmente do serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) e do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos. No primeiro caso, a oferta sai de 85,6%, em 2009, para 98,1%, em 2013; e, no segundo, de 67,3% para 85,2%, no período considerado. Tal evolução reflete, em grande medida, a expansão dos recursos federais destinados à implantação e manutenção dos Centros de Referência de Assistência Social - CRAS (que ofertam o PAIF) e à oferta dos serviços destinados a adolescentes. Importante lembrar que, na forma de organização do SUAS, embora a oferta dos serviços seja uma responsabilidade dos municípios, cabe ao governo federal induzir a implantação dos mesmos por meio do respectivo cofinanciamento.

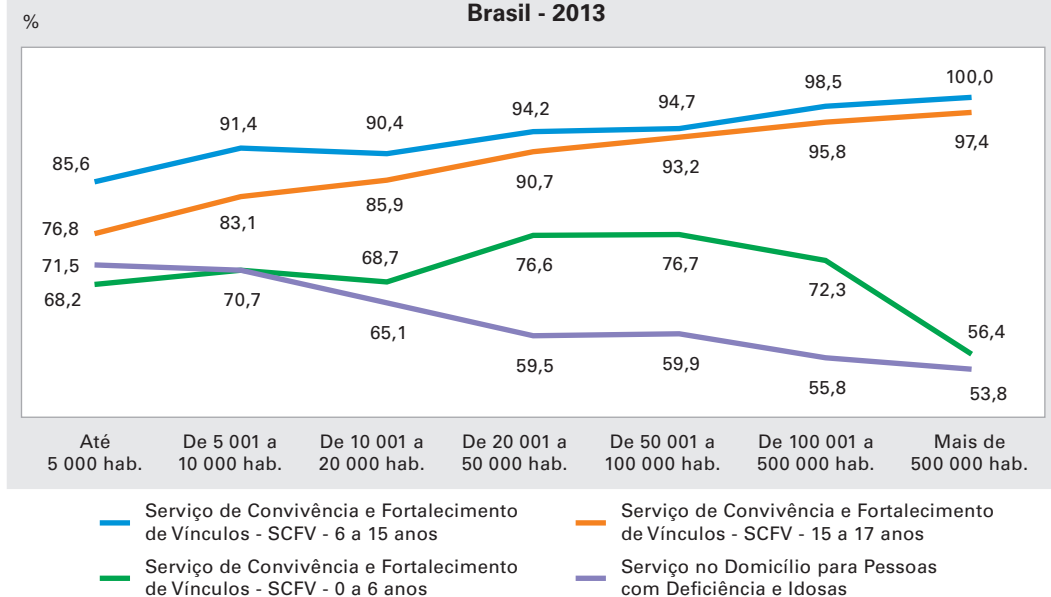
Gráfico 34 - Percentual de municípios com serviços socioassistenciais, por grupos atendidos, segundo as Grandes Regiões - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

No que se refere às Grandes Regiões, o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças até 6 anos e o serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas eram menos frequentes na Região Sudeste, e o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos era menos frequente na Região Sul.

Gráfico 35 - Percentual de municípios com serviços socioassistenciais, por grupos atendidos, segundo as classes de tamanho da população dos municípios Brasil - 2013

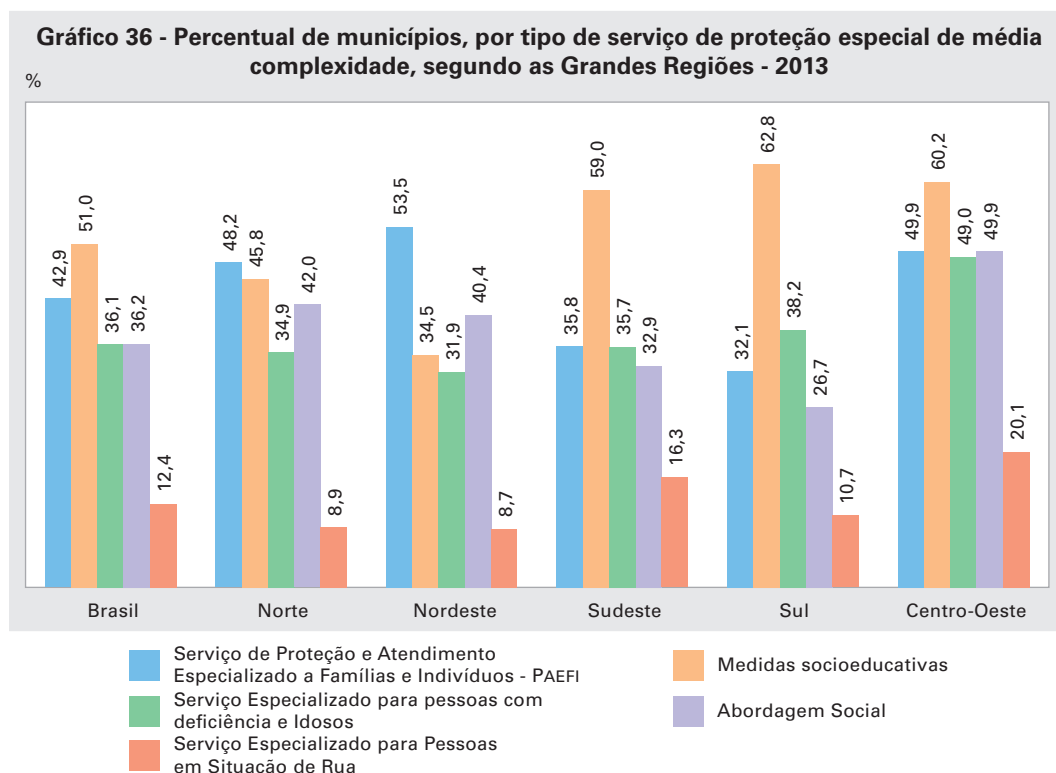


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos destinam-se a variados públicos, e, quando se observa sua oferta segundo as classes de tamanho da população dos municípios, é possível notar que, para crianças de 6 a 15 anos e para adolescentes de 15 a 17 anos, era mais frequente nos municípios mais populosos. Por outro lado, a oferta do serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas era mais frequente nos municípios menos populosos. Também chama a atenção nos municípios com mais de 500 000 habitantes o percentual significativamente menor para a oferta do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças até 6 anos: apenas 56,4%.

Serviços de proteção social especial de média complexidade

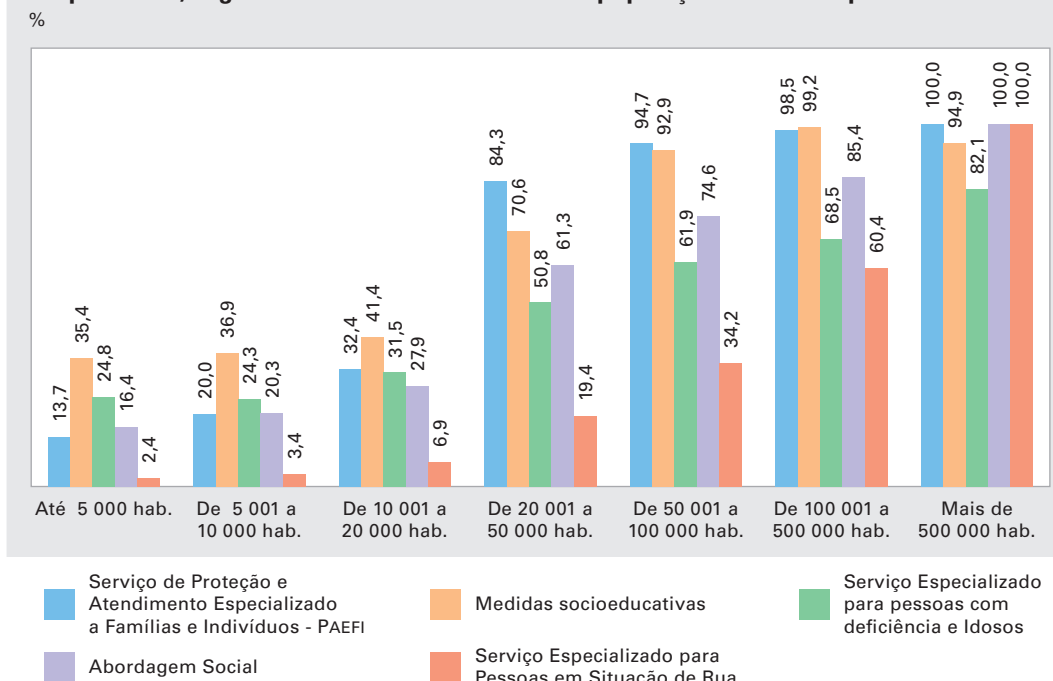
No que se refere à distribuição entre as Grandes Regiões, o serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI) e o serviço especializado em abordagem social eram menos frequentes nas Regiões Sul e Sudeste. O serviço de medidas socioeducativas, que abrange o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC), era menos frequente nas Regiões Nordeste e Norte. A Região Centro-Oeste, de maneira geral, apresentou os percentuais mais elevados para a realização dos diversos serviços de média complexidade.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Com relação às classes de tamanho da população, nos municípios com mais de 500 000 habitantes alguns serviços de proteção especial de média complexidade chegaram a atingir a totalidade. As exceções foram os serviços de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias, que, apesar de terem nesta classe de tamanho de população seu maior percentual, não atingiram a totalidade, e também o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC), que era mais frequente nos municípios com 100 001 a 500 000 habitantes.

Gráfico 37 - Percentual de municípios, por tipo de serviço de proteção especial de média complexidade, segundo as classes de tamanho da população dos municípios - Brasil - 2013



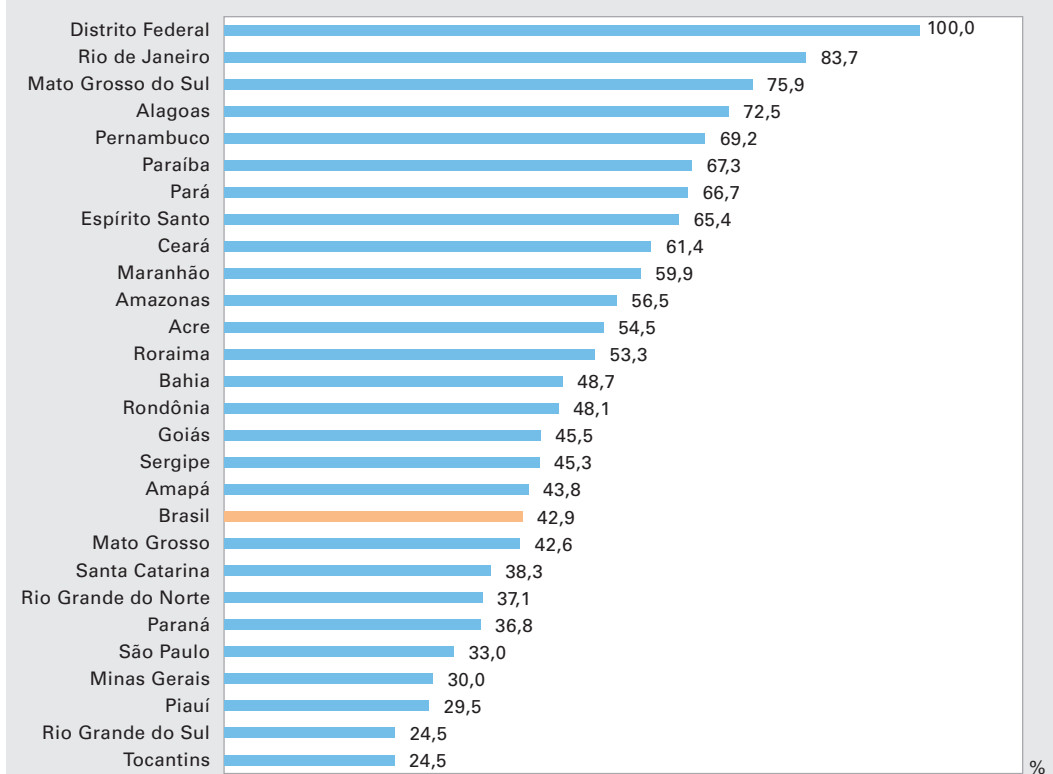
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

No âmbito da proteção social de média complexidade, foi possível realizar comparações em relação a 2009, no que se refere à oferta do serviço de medidas socioeducativas, que abrange o serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC), e também à oferta do serviço especializado em abordagem social. Em relação ao primeiro serviço, a oferta cresceu de 41,5% (2 312), em 2009, para 51% (2 838), em 2013; no que diz respeito ao segundo, a oferta aumentou de 22,3% (1 249), em 2009, para 36,2% (2 014), em 2013. Tal como ocorrido com a expansão de alguns serviços de proteção social básica, a expansão desses serviços de proteção social especial também está relacionada à expansão do cofinanciamento federal destinado à implantação e manutenção dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social, que são as unidades responsáveis pela oferta de tais serviços.

Observa-se ainda grandes diferenças na cobertura do serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI) ao comparar os municípios nas diferentes Unidades da Federação. Entre os municípios brasileiros, 42,9%

ofertavam este serviço; contudo, quando se observa sua frequência em cada Unidade da Federação, nota-se uma expressiva amplitude de variação. Nos Estados do Tocantins e Rio Grande do Sul, menos de ¼ dos municípios dispunham desse serviço, ao passo que nos Estados do Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, mais de ¾ dos municípios o ofertavam.

Gráfico 38 - Percentual de municípios que realizam o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI, segundo as Unidades da Federação, em ordem crescente - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Serviços de proteção social especial de alta complexidade

Os serviços de proteção social especial de alta complexidade destinam-se a garantir proteção integral (abrigo, alimentação, vestuário e atenções psicossociais) a famílias e indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados. O acolhimento institucional é o último recurso em situações de grave risco e vulnerabilidade social, mas deve, sempre que possível, ser evitado mediante ações que assegurem a manutenção da convivência familiar. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais define que esses serviços terão abrangência municipal ou regional, de acordo com o porte dos municípios e especificidades locais. No caso dos serviços de acolhimento, por exemplo, eles poderão ter abrangência regional correspondente a um pequeno grupo de municípios com proximidade geográfica, quando a incidência da demanda e o porte do município não justificarem a disponibilização do serviço no seu âmbito.

No ano de 2013, os serviços de acolhimento com maior presença nos municípios foram os destinados a crianças e adolescentes, seguidos dos destinados a idosos. Dentre os serviços de proteção especial de alta complexidade, os mais ofertados pelos municípios foram o serviço de acolhimento institucional e o serviço de acolhimento em família acolhedora.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Como se observa no Gráfico 40, havia disparidades significativas na oferta desses serviços quando comparadas as Grandes Regiões do País. No caso do serviço de acolhimento institucional, nota-se que o acolhimento para crianças e adolescentes era ofertado em 53,8% dos municípios da Região Sul e em 16,6% dos municípios da Região Nordeste; o acolhimento para idosos era ofertado em 47,8% dos municípios da Região Sudeste e em apenas 13,7% dos municípios da Região Nordeste. Cabe ressaltar que em todos os tipos de serviços de proteção especial de alta complexidade a Região Nordeste apresentou os menores percentuais de municípios que realizavam tais serviços.

Na Região Norte, o percentual de municípios que ofertavam acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência era muito próximo àqueles observados nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste; e, com relação ao acolhimento institucional para mulheres vítimas de violência, essa região apresentou o maior percentual de municípios que o declararam em 2013.

O serviço de acolhimento em república era ofertado em 10,1% dos municípios da Região Centro-Oeste, sendo o destinado a idosos o mais presente. A Região Sudeste apresentou o maior percentual de municípios que ofertavam esse tipo de serviço para adultos em processo de saída das ruas, 3,3%.

Gráfico 40 - Percentual de municípios com serviços de proteção especial de alta complexidade, por tipo de serviço, segundo as Grande Regiões - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Com relação ao serviço de acolhimento em família acolhedora ofertado a crianças e adolescentes, a Região Centro-Oeste apresentou o maior percentual de municípios, seguida da Região Sul, porém esta região apresentou o maior percentual de municípios onde esse tipo de serviço era regulamentado por lei municipal.

No que se refere ao porte populacional dos municípios, as diferenças eram ainda maiores, mas nesse caso é necessário compreender que este comportamento dos dados era esperado e que corresponde ao próprio desenho da política de assistência social, a qual preconiza que em municípios de pequeno porte a garantia de atendimento nesse tipo de serviço seja organizada de forma regional, dispensando a instalação de unidades/abrigos em todos os municípios do País. Há, portanto, uma questão de escala de demanda que deve ser considerada para a implantação e a manutenção dos serviços de acolhimento (Gráfico 41).

A oferta dos serviços de alta complexidade ainda era relativamente restrita e significativamente mais escassa nos municípios com menos de 50 000 habitantes. Nestes locais, os serviços de acolhimento dirigidos para jovens e adultos com deficiência, para mulheres vítimas de violência e adultos em processo de saída das ruas possuem baixíssima incidência.

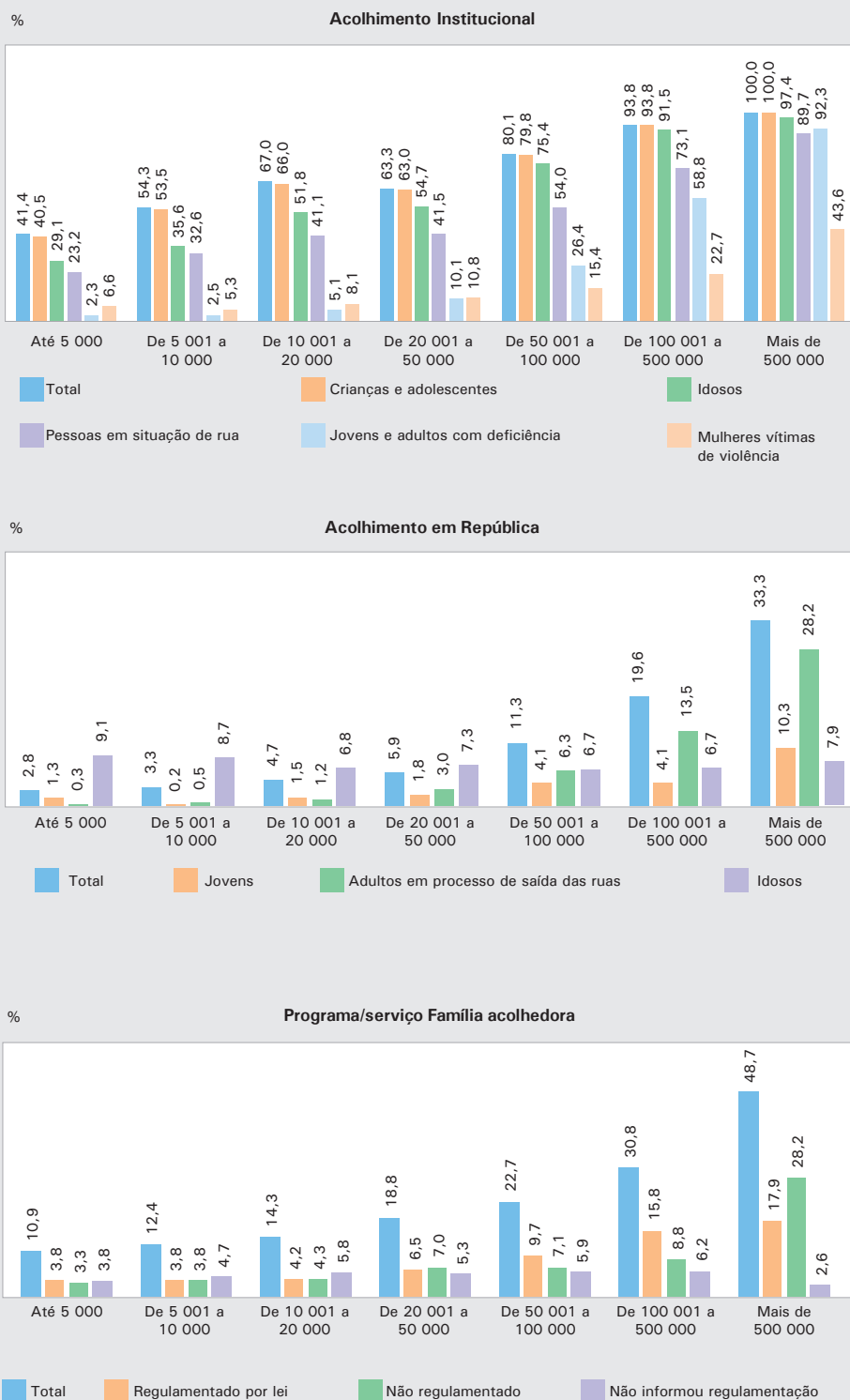
Os serviços de acolhimento dirigidos a crianças e adolescentes e a idosos, embora sejam mais presentes que os demais, também são bem menos frequentes nessas classes populacionais, quando comparados aos municípios mais populosos.

Os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, na modalidade de família acolhedora, que constituem uma alternativa inovadora e altamente positiva para o acolhimento desse grupo, estão se disseminando entre os municípios, sendo observados em 48,7% daqueles com mais de 500 mil habitantes e em 30,8% dos municípios com 100 001 a 500 000 habitantes. É interessante notar que o acolhimento na modalidade de família acolhedora já era realizado, também, por 10,9% dos municípios com população até 5 000 habitantes.

As mulheres, embora sejam um segmento bastante afetado por situações de violência doméstica e, portanto, potencialmente demandante de serviços de acolhimento, dispunham de uma oferta extremamente restrita desses serviços. Sua distribuição era muito desigual, conforme o porte populacional dos municípios: embora presente em 43,6% dos municípios com mais de 500 000 habitantes, esse tipo de serviço de acolhimento era ofertado por apenas 10,8% dos municípios com 20 001 a 50 000 habitantes.

Entres os municípios brasileiros, 46,8,% ofertavam algum serviço de acolhimento institucional; contudo, a observação da frequência desse serviço por Unidades da Federação permite notar uma expressiva amplitude de variação. Nos Estados do Piauí, Tocantins e Rio Grande do Norte, menos de 20,0% dos municípios ofertavam o serviço, ao passo que nos Estados do Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Espírito Santo esse percentual superava 80,0% (Tabela de resultado 106).

Gráfico 41 - Percentual de municípios com serviços de proteção especial de alta complexidade, por tipo de serviço, segundo as classes de tamanho da população - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Principais atividades realizadas na execução dos serviços socioassistenciais

A visita domiciliar à família e a orientação sociofamiliar eram as atividades mais citadas, respectivamente 96,6% e 95,15, dentre aquelas realizadas para a execução dos serviços socioassistenciais. Este dado, por si, já revelava uma peculiaridade da política de assistência social, comparativamente a outras políticas sociais. Ainda que sempre mediados pela técnica profissional, o atendimento e a provisão do serviço socioassistencial implicam o estabelecimento de uma relação de proximidade com o usuário e a necessidade de conhecimento do seu ambiente familiar e dos seus vínculos comunitários, razão pela qual a visita domiciliar e a orientação familiar constituem uma atividade tão presente nesta área.

Gráfico 42 - Percentual de municípios, por atividade realizada para a execução dos serviços socioassistenciais - Brasil - 2013



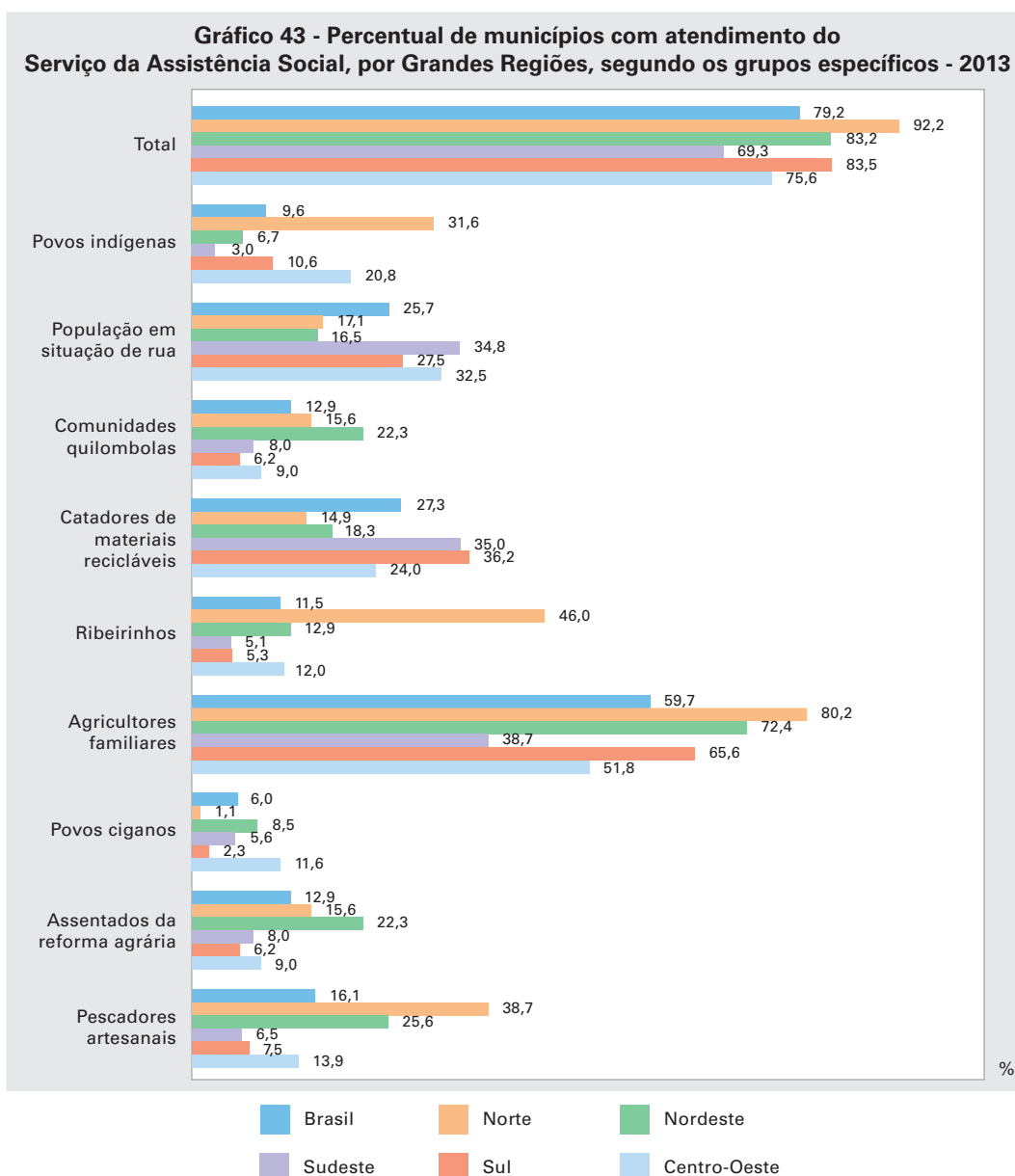
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Grupos específicos

A prestação de serviços de assistência social a grupos específicos foi reportada por 4 411 municípios brasileiros, correspondendo a 79,2% do total de municípios. A Região Norte se destacava com o maior percentual de cobertura, 92,2%. Na sequência, as Regiões Sul e Nordeste apresentavam proporções semelhantes, respectivamente 82,5% e 82,3%. Entre os municípios da Região Centro-Oeste, 75,6% declararam prestar esses serviços, enquanto a Região Sudeste apresentou o percentual mais baixo, 69,3%.

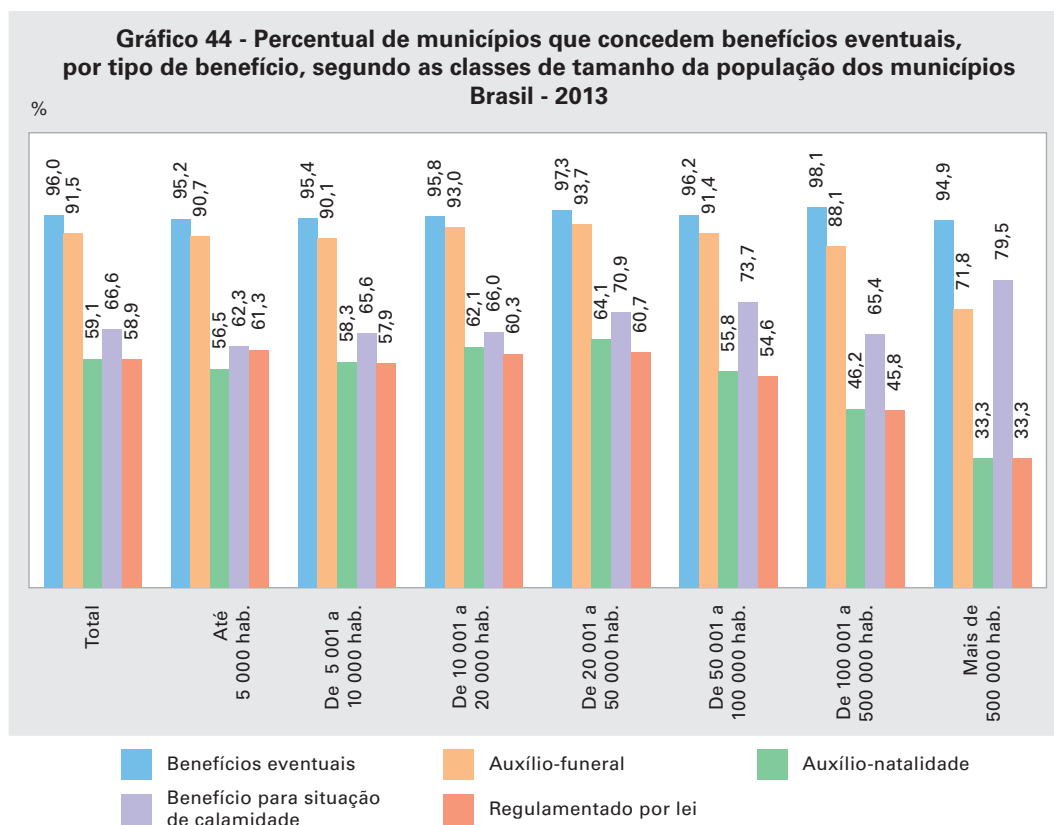
Considerando a segmentação por público, o atendimento mais frequentemente reportado, em todas as Grandes Regiões, foi aos agricultores familiares. Como revela o Gráfico 43, nacionalmente, o atendimento a esse grupo foi declarado por 59,7% dos municípios, seguido do atendimento aos catadores de materiais recicláveis (27,3%); população em situação de rua (25,7%); assentados da reforma agrária (24,4%); pescadores artesanais (16,1%); comunidades quilombolas (12,9%); ribeirinhos (11,5%); povos indígenas (9,6%); e povos ciganos (6,0%).

À exceção do atendimento a agricultores familiares, que foi o mais alto em todas as Grandes Regiões, havia importantes contrastes regionais no atendimento a grupos específicos. Esse resultado era esperado e decorre das diferenças na participação desses grupos na população de cada região. Observa-se, por exemplo, que os municípios da Região Norte atendiam, proporcionalmente, mais agricultores familiares, assentados da reforma agrária, pescadores artesanais, ribeirinhos e povos indígenas. Em contraste, nota-se que o atendimento à população em situação de rua e aos catadores de materiais recicláveis – grupos mais recorrentes em grandes centros urbanos – concentravam-se nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste.



Benefícios eventuais

Segundo o Art. 22 da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (Lei nº 8.742 de 07.12.1993), entende-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública. Ainda segundo a LOAS, a concessão e o valor dos benefícios são definidos por Unidades da Federação e municípios, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos de Assistência Social.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

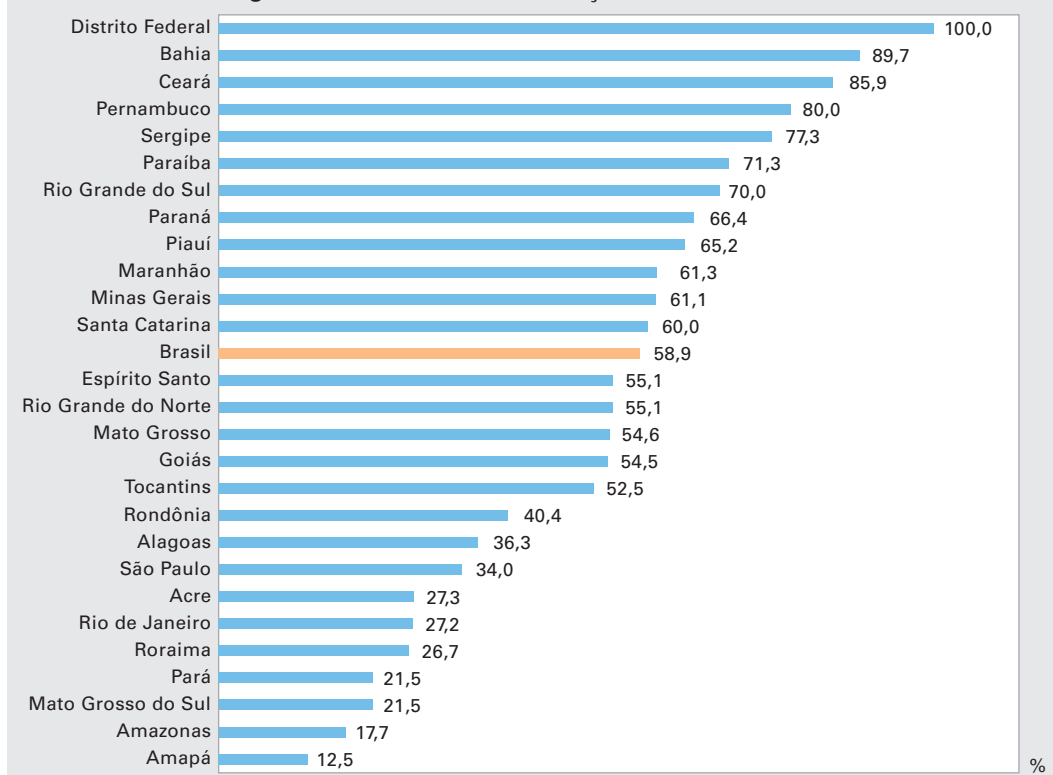
A maioria dos municípios brasileiros (96,0%) concedia benefícios eventuais, sendo a principal concessão o auxílio-funeral (91,5%). Observa-se maiores diferenças para a concessão do auxílio-natalidade na Região Nordeste (72,6%), com comportamento bem acima da média nacional, e na Região Sudeste (45,7%), com comportamento bastante abaixo dessa média, que era de 59,1%.

O benefício para situação de calamidade é aquele concedido depois de reconhecida, pelo poder público, situação anormal, como enchentes, desabamentos, incêndios, entre outros. Cerca de 70% dos municípios brasileiros concediam benefícios eventuais nestas situações, sendo mais recorrentes em municípios com mais de 500 000 habitantes (79,5%).

Segundo o Decreto nº 6.307, de 14.12.2007, os benefícios eventuais devem estar regulados nas Unidades da Federação e municípios. No que se refere à ausência de lei de regulamentação, a pior situação era encontrada na Região Norte, onde apenas 32,9%

dos municípios possuíam legislação com esse objetivo. Observa-se também que, em municípios acima de 50 000 habitantes, diminui gradativamente o percentual daqueles nos quais o benefício era regulamentado, chegando a apenas 33,3% nos municípios com mais de 500 000 habitantes. Diversas normativas do SUAS apontam para a importância da regulação desses benefícios e algumas ações de indução têm sido adotadas, como, por exemplo, a pactuação que orienta o repasse do recurso federal destinado a promover apoio e proteção a famílias e indivíduos atingidos por situações de calamidade, a qual aponta para a existência de um aporte adicional de recursos para os municípios que já tenham realizado a regulação dos benefícios eventuais.

Gráfico 45 - Percentual de municípios que possuem Lei de regulamentação de benefícios eventuais, segundo as Unidades da Federação, em ordem decrescente - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Ressalta-se a grande diferença de percentuais entre as Unidades da Federação no que se refere à regulamentação, por meio de lei, dos benefícios eventuais. Na Bahia, 374 (89,7%) dos 411 municípios possuíam tal legislação, no entanto apenas dois (12,5%) dos 11 municípios do Amapá a possuíam. A MUNIC 2013 captou também se o benefício eventual foi regulamentado por outro instrumento legal (decretos, portarias, entre outros), o que foi informado por 742 (13,3%) municípios.

Gráfico 46 - Percentual dos municípios que concedem benefícios eventuais, segundo o tipo de benefício - Brasil - 2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

As cestas básicas, as passagens e a segunda via de documentos são os benefícios eventuais mais presentes no território brasileiro. As cestas básicas eram concedidas em 4 752 (85,3%) municípios, estando presente em sua maioria, independente do tamanho da população e da região. As passagens, intramunicipais ou intermunicipais, também ocorrem na maioria dos municípios, independente do tamanho da população e da região. Quanto à segunda via de documentos, há destaque para a Região Sul, na qual havia a concessão em 70,9% dos municípios.

O pagamento de aluguel social e a concessão de agasalhos/vestuário/cobertores/móveis/colchões/utensílios domésticos eram mais recorrentes em municípios com mais de 100 000 habitantes, sendo que o primeiro benefício era mais frequente nas Regiões Nordeste (42,0%) e Sudeste (46,6%), e o segundo, nas Regiões Sul (66,8%) e Centro-Oeste (75,4%).

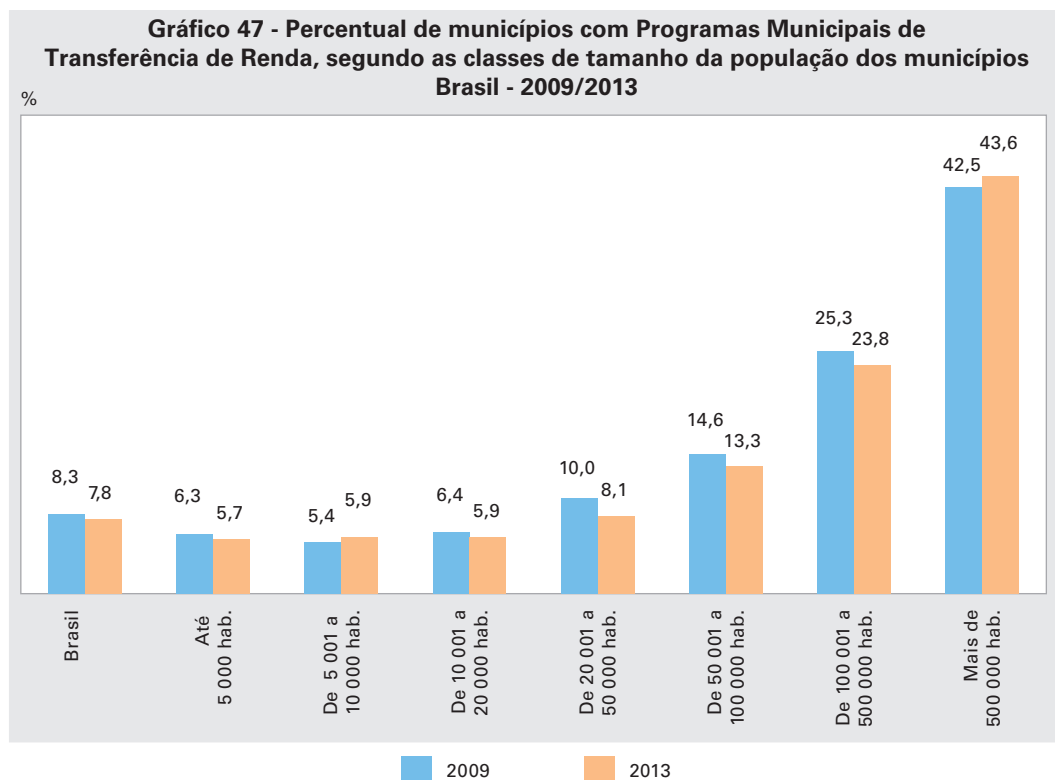
A concessão de benefícios vinculados ao campo da política de saúde, como órteses e próteses (óculos, dentaduras, aparelhos ortopédicos, aparelhos dentários, aparelho auditivo, outros), fraldas geriátricas, pagamento de exames médicos, e medicamentos eram mais frequentes em municípios menos populosos. O pagamento de exames médicos, por exemplo, não era concedido em nenhum município com população acima de 500 000 habitantes, mas chegava a 40% naqueles com até 5 000 habitantes.

No que se refere à concessão de benefícios vinculados ao campo da política de educação, a concessão de uniforme/material escolar também era mais comum em municípios com menos de 20 000 habitantes, cabendo ressaltar sua presença acentuada na Região Centro-Oeste, onde era concedido em 33,6% dos municípios.

Transferência de renda

Os programas de transferência de renda no Brasil são relativamente recentes, remetem a experiências municipais da década de 1990. Dado o sucesso das iniciativas municipais, estas foram gradualmente sendo absorvidas como política pública em âmbito federal. É inegável o papel dos programas de transferência de renda no enfrentamento da pobreza no País, garantindo a sobrevivência e os padrões mínimos de bem-estar da população brasileira.

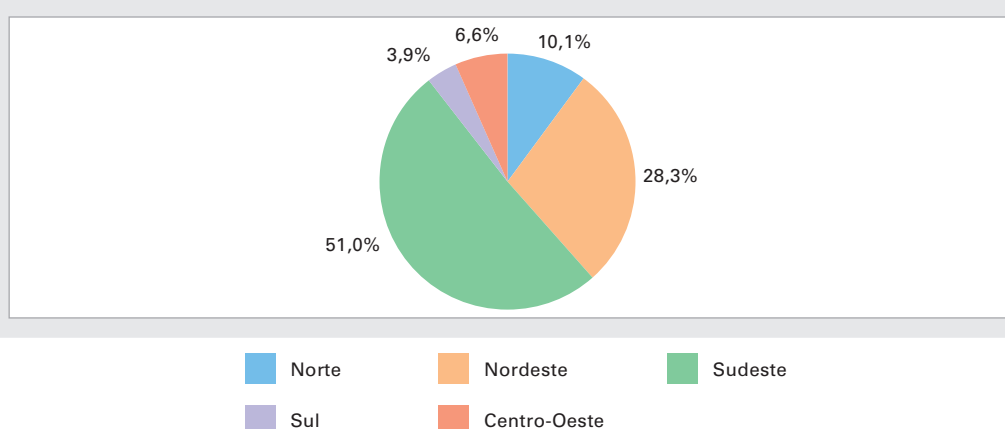
A abrangência e a visibilidade das políticas de transferência de renda derivam, fundamentalmente, da implantação, em âmbito federal, do Programa Bolsa Família, que atinge, hoje, o número expressivo de 14 milhões de famílias beneficiárias pobres e extremamente pobres. Várias experiências municipais vieram no esteio do programa de transferência de renda nacional, inclusive em associação a ele, por meio de rendas suplementares ou da utilização do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009/2013.

O Suplemento de Assistência Social da MUNIC 2013 investigou a existência de programas municipais de transferência de renda e constatou que estes se faziam presentes em 435 municípios (7,8%), dos quais 306 afirmam que o Programa estava regulamentado por lei municipal. Em termos proporcionais, sua ocorrência era mais frequente nos municípios mais populosos, sendo observado em 43,6% daqueles com mais de 500 000 habitantes. Em termos regionais, tais programas eram mais expressivos na Região Sudeste, na qual 9,5% dos municípios declararam possuir programas de transferência de renda, com destaque para os Estados de São Paulo, com 76 municípios (11,8%), e do Rio de Janeiro, com 25 municípios (27,2%).

Gráfico 48 - Distribuição percentual dos beneficiários de Programas Municipais de Transferência de Renda, por Grandes Regiões - 2013

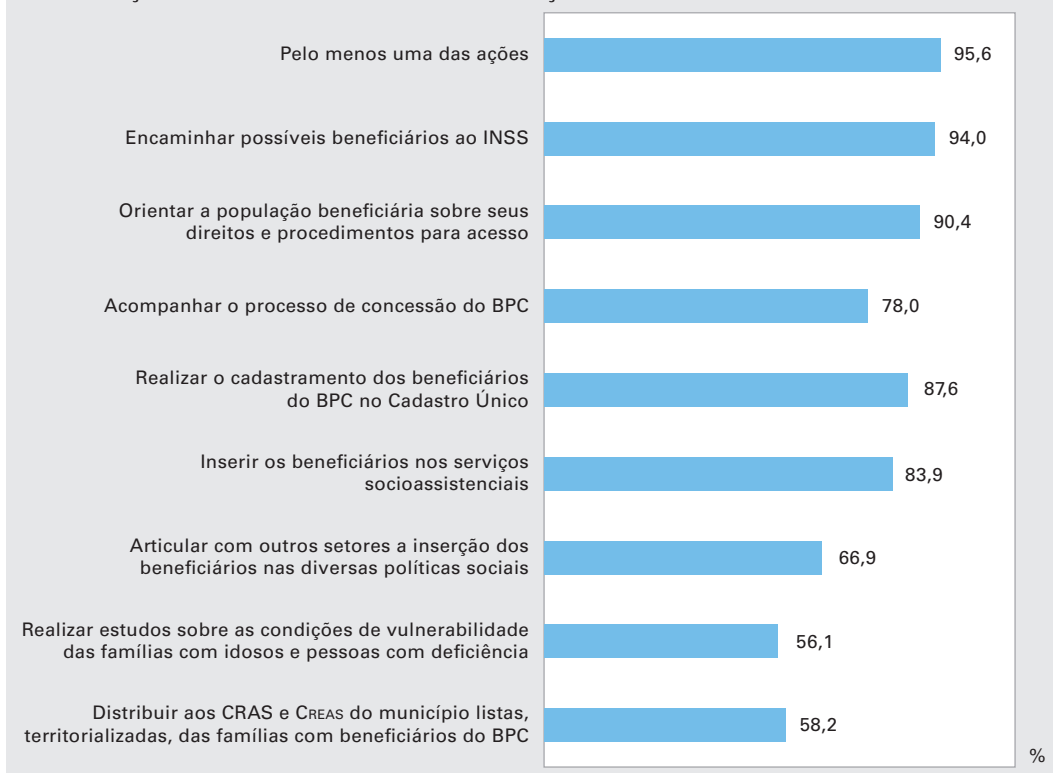


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

De acordo com as informações prestadas, em 2013, os 413 municípios que possuíam programas de transferência de renda beneficiavam 798 081 famílias, mais da metade localizada na Região Sudeste. Do total de famílias beneficiadas, 70,1% se encontravam em municípios com mais de 100 000 habitantes.

Benefício de prestação continuada da assistência social

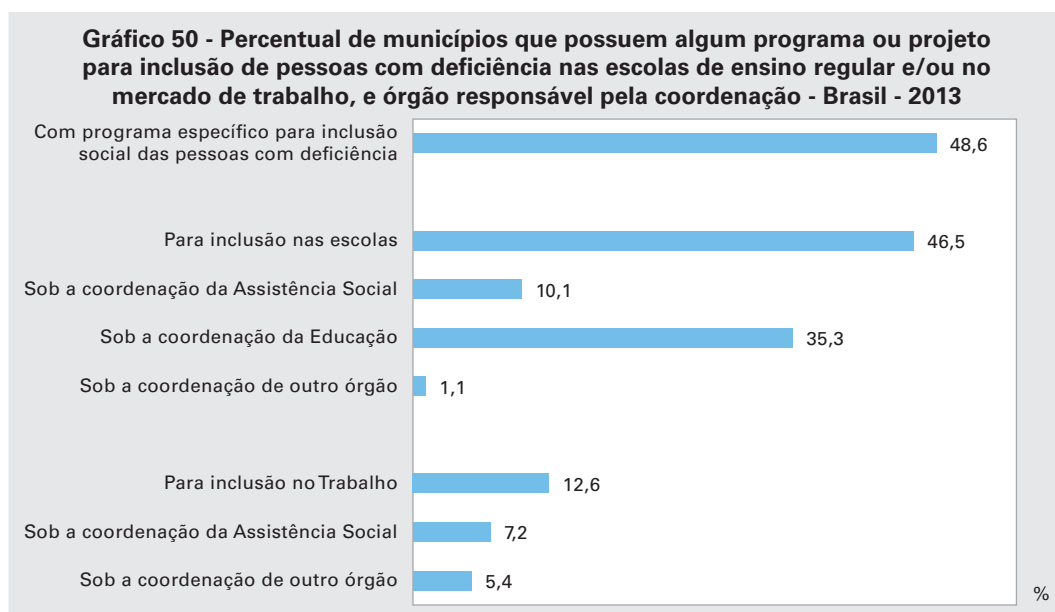
O benefício de prestação continuada da assistência social foi instituído pela Constituição Federal do Brasil, de 1988, e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, de 1993. É um benefício não contributivo, concedido pelo gestor federal, individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de um salário mínimo ao idoso com 65 anos ou mais de idade, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, que obstruem sua participação plena e efetiva na sociedade. Em ambos os casos, os possíveis beneficiários devem comprovar não possuir meios de garantir o próprio sustento, nem tê-lo provido por sua família. A renda mensal familiar *per capita* deve ser inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente.

Gráfico 49 - Percentual de municípios em que a Assistência Social desenvolve ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada - BPC - Brasil - 2013

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Quase a totalidade dos municípios brasileiros desenvolvia ações relativas ao benefício de prestação continuada da assistência social. As ações mais citadas foram o encaminhamento de possíveis beneficiários ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (94,0%) e a orientação da população beneficiária sobre seus direitos e procedimentos para acesso doméstico (90,4%); no entanto, o acompanhamento do processo de concessão do benefício era menor (78,0%), principalmente nos municípios com mais de 500 000 habitantes, onde apenas 46,2% realizavam esta ação.

Ressalta-se ainda a articulação do benefício de prestação continuada da assistência social a outras políticas de assistência social. Em 4 878 (87,6%) municípios, havia o cadastramento dos beneficiários no CadÚnico, e em 4 675 (83,9%), a inserção de beneficiários em serviços socioassistenciais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Em 2007, o Ministério da Educação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Saúde e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República criaram o Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC, o BPC na Escola, por meio da Portaria Interministerial nº 18, de 24.04.2007. Seguindo a mesma lógica, em 2012, esses mesmos órgãos – incluindo, agora, o Ministério do Trabalho e Emprego e excluindo o Ministério da Saúde – criaram o Programa de Promoção do Acesso das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do BPC à Qualificação Profissional e ao Mundo do Trabalho, o BPC Trabalho, por meio da Portaria Interministerial nº 2, de 02.08.2012.

Ambos os Programas incluem estímulos e diretrizes às ações municipais de inclusão de pessoas com deficiência. Dentre os municípios brasileiros, 2 708 (48,6%) possuíam programas para inclusão de pessoas com deficiência, sendo que o percentual de municípios que realizavam alguma ação é maior entre os mais populosos. No que se refere à inclusão nas escolas, 2 592 (46,5%) municípios afirmaram possuir algum programa/projeto e em 563 (10,1%) esta ação era realizada sob coordenação da assistência social. No que se refere à inclusão no trabalho, 704 (12,6%) municípios afirmaram possuir tal programa e em 401 (7,2%) esta ação estava sob coordenação da assistência social.

Unidades da rede de serviços socioassistenciais

O estabelecimento e o fortalecimento de uma rede de serviços socioassistenciais é um dos pontos constantemente perseguidos na construção do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS são, respectivamente, as principais unidades de serviços socioassistenciais de proteção social básica e de proteção social especial. Trata-se de unidades públicas estatais instituídas no âmbito do SUAS, que possuem interface com as demais políticas públicas e articulam, coordenam e ofertam os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social. Outros equipamentos socioassistenciais contribuem para que a prestação dos serviços seja ofertada de maneira a abranger as especificidades das diferentes demandas e públicos. As instalações de todos os equipamentos da rede socioassistencial devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados.

Unidades da rede de proteção social básica

O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias. A capilaridade nos territórios faz desses Centros de Referência a principal porta de entrada do SUAS.

O principal serviço ofertado pelo CRAS é o serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF), cuja execução é obrigatória e exclusiva. Este consiste em um trabalho de caráter continuado que visa fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. Os CRAS podem, facultativamente, realizar também a oferta dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos destinados aos diversos segmentos etários.

No Suplemento de Assistência Social da Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2009, foram reportados 5 499 Centros de Referência de Assistência Social distribuídos em 4 032 (72,5%) municípios brasileiros. Entre as Grandes Regiões do País, nesse ano, a menor proporção desse equipamento foi registrada na Região Sul (52,4%), seguida das Regiões Sudeste (67,8%), Norte e Centro-Oeste, ambas com 75,1%; a mais alta proporção ocorreu na Região Nordeste (88,7%).

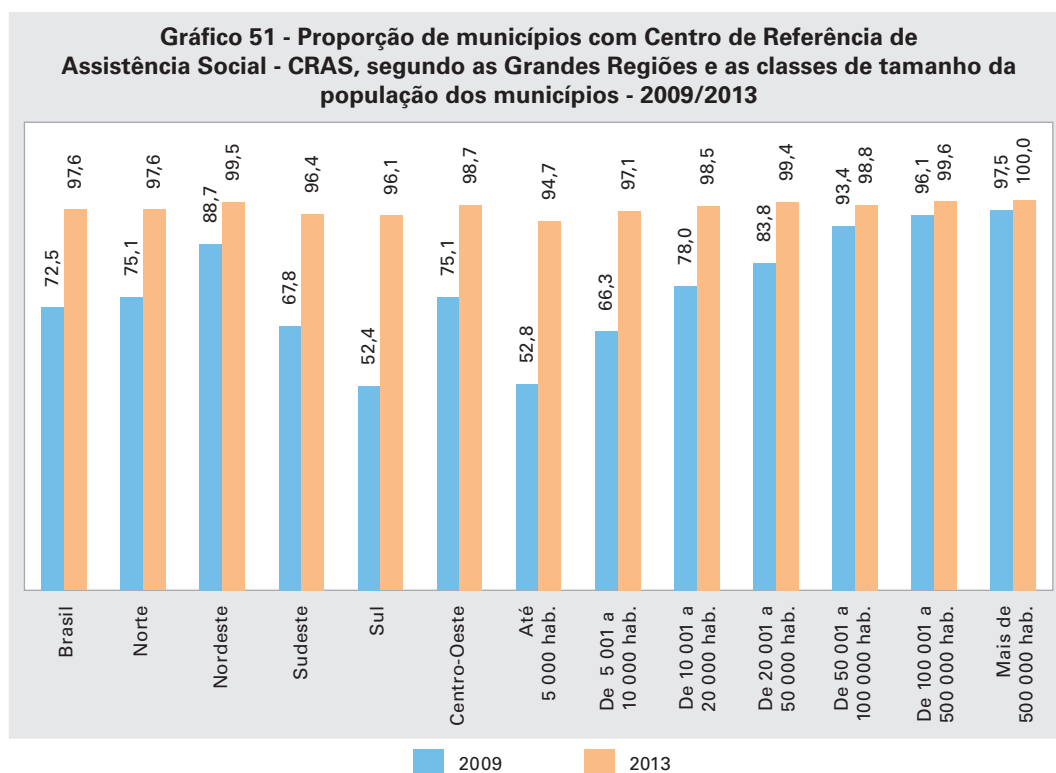
Em 2013, conforme disposto na Tabela 6, foram contabilizadas 7 968 unidades, distribuídas em 5 437 (97,6%) municípios brasileiros. Trata-se de exitoso aumento na cobertura, com um crescimento de 44,9% no número de unidades, o que permite vislumbrar a proximidade da universalização da proteção social básica com a qual se compromete o Plano Decenal de Assistência Social. O ordenamento entre as Grandes Regiões do País se manteve, embora a cobertura tenha aumentado em todas elas. A Região Nordeste concentrou a maior proporção de municípios com presença de CRAS (99,5%), seguida pelas Regiões Centro-Oeste (98,7%), Norte (97,6%), Sudeste (96,4%) e Sul (96,1%).

Tabela 6 - Municípios, total e com existência de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios			
	Total	Com a existência da modalidade de CRAS		
		Total (1)		Quantidade de unidades (2)
		Absoluto	Relativo (%)	
Brasil	5 570	5 437	97,6	7 968
Norte	450	439	97,6	599
Nordeste	1 794	1 785	99,5	2 591
Sudeste	1 668	1 608	96,4	2 679
Sul	1 191	1 144	96,1	1 485
Centro-Oeste	467	461	98,7	614
Até 5 000	1 247	1 181	94,7	1 188
De 5 001 a 10 000	1 227	1 192	97,1	1 228
De 10 001 a 20 000	1 378	1 357	98,5	1 504
De 20 001 a 50 000	1 080	1 074	99,4	1 450
De 50 001 a 100 000	339	335	98,8	724
De 100 001 a 500 000	260	259	99,6	1 274
Mais de 500 000	39	39	100,0	600

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009/2013.

O centro de convivência é outra unidade física do âmbito da proteção social básica, que apoia o trabalho social com famílias desenvolvido no CRAS. No centro de convivência, são ofertados serviços de convivência e de fortalecimento de vínculos direcionados para grupos específicos, dentre eles, crianças, adolescentes, jovens e idosos e suas famílias. Como se constata na Tabela 7, em 2013, os municípios declararam 11 797 centros desse tipo, distribuídos em 3 065 municípios, o que representava mais da metade do total de municípios do País, contraste considerável com o ano de 2009, em que esses centros foram reportados por menos de 1/3 dos municípios brasileiros. Entre as Grandes Regiões, os municípios da Região Centro-Oeste destacavam-se com a maior proporção de centros de convivência, 69,9%, enquanto a Região Norte apresentava a proporção mais baixa, 51,1%.

A presença de centros de convivência cujo público referenciado é de idosos foi reportada por 2 529 (45,4%) municípios do País, totalizando 3 861 unidades desse tipo de equipamento. Por sua vez, com relação aos centros de convivência cujo público referenciado é constituído por crianças e adolescentes, foram reportadas 5 971 unidades distribuídas em 2 082 (37,3%) municípios.

Tabela 7 - Municípios, total e com existência de Centro de Convivência, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com existência de Centro de Convivência								
		Total (1)		Quantidade de unidades (2)			Por discriminação do público referenciado para atendimento (3)			
							Idosos			
							Total (1)	Quantidade de unidades (2)		
								Total	Públicas	Conveniências
		Abso-luto	Relativo (%)	Total	Públicas	Conveniências		Total	Públicas	Conveniências
Brasil	5 570	3 065	55,0	11 797	8 376	3 423	2 529	3 861	2 956	906
Norte	450	230	51,1	607	552	55	191	234	215	19
Nordeste	1 794	879	49,0	3 676	3 180	497	704	1 087	900	188
Sudeste	1 668	949	56,9	4 429	2 365	2 064	799	1 370	902	468
Sul	1 191	681	57,2	2 091	1 526	566	546	806	634	172
Centro-Oeste	467	326	69,8	994	753	241	289	364	305	59
Até 5 000	1 247	593	47,6	1 255	1 139	116	473	540	484	56
De 5 001 a 10 000	1 227	584	47,6	1 338	1 111	227	464	547	456	91
De 10 001 a 20 000	1 378	764	55,4	2 383	1 970	413	628	831	663	168
De 20 001 a 50 000	1 080	656	60,7	2 463	1 949	515	556	802	640	162
De 50 001 a 100 000	339	236	69,6	1 147	793	354	206	357	255	102
De 100 001 a 500 000	260	198	76,2	2 041	1 231	811	172	537	371	167
Mais de 500 000	39	34	87,2	1 170	183	987	30	247	87	160

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Com existência de Centro de Convivência								
	Por discriminação do público referenciado para atendimento (3)								
	Crianças e adolescentes					Múltiplas faixas etárias			
	Total (1)	Quantidade de unidades (2)			Total (1)	Quantidade de unidades (2)			
		Total	Públicas	Conveniências		Total	Públicas	Conveniências	
Brasil	2 082	5 971	3 972	1 999	983	1 965	1 445	520	
Norte	129	248	224	24	79	125	112	13	
Nordeste	603	1 968	1 725	243	315	621	555	66	
Sudeste	687	2 344	1 057	1 287	328	715	404	311	
Sul	443	943	641	302	177	342	251	91	
Centro-Oeste	220	468	325	143	84	162	123	39	
Até 5 000	361	447	412	35	200	268	242	26	
De 5 001 a 10 000	387	559	457	102	179	232	198	34	
De 10 001 a 20 000	528	1 137	966	171	254	415	340	75	
De 20 001 a 50 000	470	1 243	972	271	207	418	336	82	
De 50 001 a 100 000	169	623	425	198	68	167	113	54	
De 100 001 a 500 000	146	1 162	679	483	60	342	181	161	
Mais de 500 000	21	800	61	739	15	123	35	88	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado. (3) Na impossibilidade de quantificação de unidades por tipo, indicou-se o público atendido, considerando-se apenas o quantitativo total.

A MUNIC 2013 indagou também sobre a existência de centros da juventude. Como mostrado na Tabela 8, foram reportadas 1 914 unidades em 909 municípios brasileiros, dentre as quais 1 471 eram públicas e 443, conveniadas. Assim, 16,3% dos municípios brasileiros declararam a existência de centros da juventude. Entre as Grandes Regiões, a presença desse equipamento era bastante homogênea e próxima à média nacional. Nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste, as proporções de municípios que o reportaram eram, respectivamente, da ordem de 17,1%, 17,3% e 17,4%. A Região Centro-Oeste apresentava-se acima dessa média, com presença de centros da juventude em 18,8% de seus municípios, ao passo que na Região Sul essa proporção era de 12,0%.

Tabela 8 - Municípios, total e com existência de Centro da Juventude, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com existência de Centro da Juventude				
		Total (1)		Quantidade de unidades (2)		
		Absoluto	Relativo (%)	Total	Públicas	Conveniadas
Brasil	5 570	909	16,3	1 914	1 471	443
Norte	450	77	17,1	108	98	10
Nordeste	1 794	310	17,3	653	576	77
Sudeste	1 668	291	17,4	785	489	296
Sul	1 191	143	12,0	218	183	35
Centro-Oeste	467	88	18,8	150	125	25
Até 5 000	1 247	121	9,7	165	147	18
De 5 001 a 10 000	1 227	143	11,7	213	193	20
De 10 001 a 20 000	1 378	230	16,7	348	306	42
De 20 001 a 50 000	1 080	220	20,4	414	321	93
De 50 001 a 100 000	339	91	26,8	210	154	56
De 100 001 a 500 000	260	89	34,2	378	282	96
Mais de 500 000	39	15	38,5	186	68	118

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Centros de geração de trabalho e renda/profissionalizante visam à promoção da inclusão produtiva de indivíduos, famílias e comunidades. Essas unidades promovem projetos de enfrentamento à pobreza, por meio de ações de capacitação profissional e de inserção produtiva, dentre outras.

Em 2013, conforme a Tabela 9, os municípios contabilizaram 2 087 centros desse tipo distribuídos em 1 176 municípios brasileiros. Dessas unidades, 1 499 são públicas e 585, conveniadas. Em 2009, eram 2 233 centros em 1 320 municípios, sendo 1 609 públicos e 624, conveniados.

Tabela 9 - Municípios, total e com existência de centro de geração de trabalho e renda/profissionalizante, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Com existência de centro de geração de trabalho e renda/profissionalizante			
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		
			Total	Públicas	Conveniadas
Brasil	5 570	1 176	2 087	1 499	585
Norte	450	82	113	102	11
Nordeste	1 794	274	524	332	192
Sudeste	1 668	433	787	574	211
Sul	1 191	246	424	287	136
Centro-Oeste	467	141	239	204	35
Até 5 000	1 247	168	212	173	39
De 5 001 a 10 000	1 227	191	222	193	28
De 10 001 a 20 000	1 378	240	288	240	47
De 20 001 a 50 000	1 080	299	434	356	78
De 50 001 a 100 000	339	127	226	154	71
De 100 001 a 500 000	260	125	325	212	113
Mais de 500 000	39	26	380	171	209

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Unidades da rede de proteção social especial

Conforme o nível de proteção social especial – média ou alta – diferem os equipamentos disponíveis para a prestação desses serviços, razão pela qual são apresentados tópicos específicos para cada nível.

Unidades de média complexidade

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS é a unidade pública de abrangência e gestão municipal, estadual ou regional, destinada à prestação de serviços especializados e continuados, gratuitamente, a indivíduos e famílias que se encontram em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos ou contingência, que demandam intervenções especializadas da proteção social especial. Além da oferta de atenção especializada, o CREAS tem o papel de coordenar e fortalecer a articulação dos serviços com a rede de assistência social e as demais políticas públicas.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o CREAS pode ofertar os seguintes serviços: serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI), serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC), serviço especializado em abordagem social e serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias.

O número de Centros de Referência Especializados de Assistência Social apresentou crescimento de 79,9% entre os anos de 2009 e 2013. A MUNIC 2009 revelou a existência de 1 239 centros desse tipo distribuídos em 1 116 municípios brasileiros. Em 2013, conforme se constata na Tabela 10, os municípios declararam a existência de 2 229 centros distribuídos em 2 032 municípios brasileiros. A Região Nordeste apresentou a maior proporção de municípios com tal equipamento, 45,6%, vindo, em seguida, as Regiões Centro-Oeste (43,3%), Norte (39,8%), Sudeste (31,4%) e Sul (25,9%). A média nacional foi 36,5%, contra 20,1% em 2009.

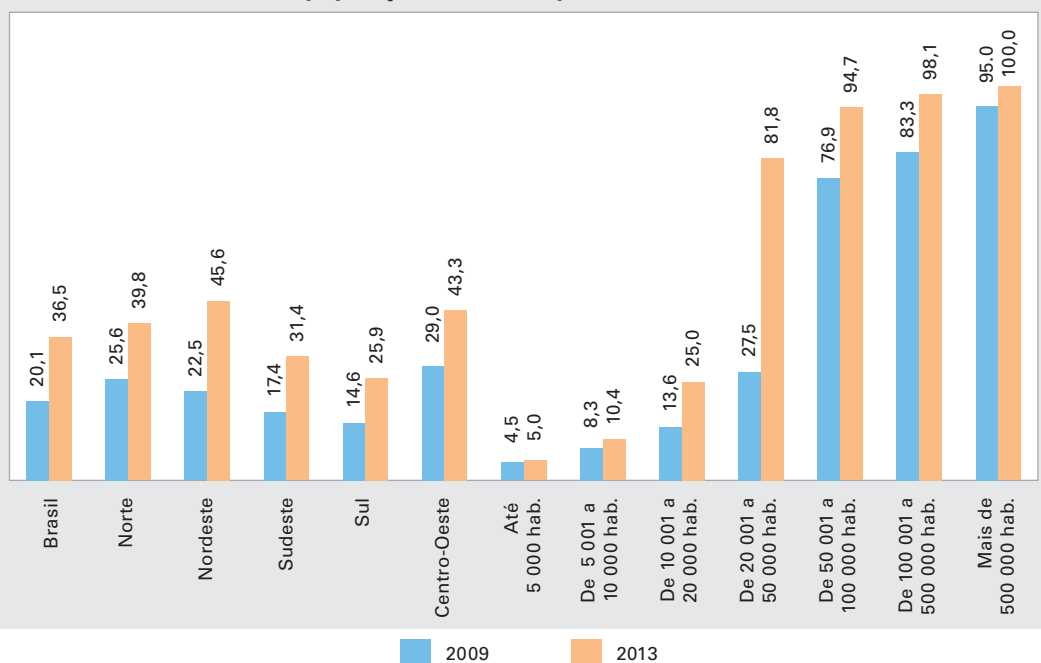
Tabela 10 - Municípios, total e com existência de Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios			
	Total	Com existência de CREAS		
		Total (1)		Quantidade de unidades (2)
		Absoluto	Relativo (%)	
Brasil	5 570	2 032	36,5	2 229
Norte	450	179	39,8	187
Nordeste	1 794	818	45,6	865
Sudeste	1 668	524	31,4	609
Sul	1 191	309	25,9	346
Centro-Oeste	467	202	43,3	222
Até 5 000	1 247	62	5,0	62
De 5 001 a 10 000	1 227	127	10,4	127
De 10 001 a 20 000	1 378	345	25,0	347
De 20 001 a 50 000	1 080	883	81,8	888
De 50 001 a 100 000	339	321	94,7	328
De 100 001 a 500 000	260	255	98,1	305
Mais de 500 000	39	39	100,0	172

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Gráfico 52 - Proporção de municípios com Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2009/2013



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009/2013.

Outra unidade no âmbito da proteção social especial de média complexidade do SUAS é o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), apresentado na Tabela 11. Trata-se de unidade pública e estatal, de referência e atendimento especializado à população adulta em situação de rua. A unidade enseja representar espaço de referência para o convívio grupal e social e o desenvolvimento de relações de solidariedade, afetividade e respeito. Além do serviço especializado para pessoas em situação de rua, obrigatoriamente ofertado, a unidade pode ofertar também o serviço especializado em abordagem social, conforme avaliação e planejamento do órgão gestor local, desde que isso não cause prejuízos ao desempenho da oferta do serviço especializado para pessoas em situação de rua.

A MUNIC 2013 revelou 175 Centros POP distribuídos em 154 municípios brasileiros. Esses números são coerentes com o pouco tempo transcorrido desde que se iniciou a implantação dessa unidade, que foi pensada especialmente para cidades de grande porte e metrópoles, considerando-se que uma das características mais marcantes dessa população é a sua prevalência nos grandes centros urbanos. Isso explica o seu maior número em cidades com 100 001 a 500 000 e com mais de 500 000 habitantes.

Cabe ressaltar que a comparação do número de Centros POP em 2009 e 2013 não é possível haja vista que esses centros foram previstos pelo Decreto nº 7.053, de 23.12.2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento. O inc. XII do Art. 7º desse Decreto, que dispõe acerca dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua, refere-se a “implementar centros de referência especializados

para atendimento da população em situação de rua, no âmbito da proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social” (BRASIL, 2009b). Por sua vez, o cofinanciamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome à implantação desse equipamento começou somente no segundo semestre de 2010. Portanto, 2013 é o primeiro ano em que dados acerca dessas unidades foram coletados no Suplemento de Assistência Social da MUNIC.

Tabela 11 - Municípios, total e com existência de Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios			
	Total	Com existência de unidades de Centros POP		
		Total (1)		Quantidade de unidades (2)
		Absoluto	Relativo (%)	
Brasil	5 570	154	2,8	175
Norte	450	11	2,4	11
Nordeste	1 794	37	2,1	42
Sudeste	1 668	68	4,1	73
Sul	1 191	27	2,3	36
Centro-Oeste	467	11	2,4	13
Até 5 000	1 247	-	-	-
De 5 001 a 10 000	1 227	5	0,4	5
De 10 001 a 20 000	1 378	9	0,7	9
De 20 001 a 50 000	1 080	18	1,7	18
De 50 001 a 100 000	339	7	2,1	7
De 100 001 a 500 000	260	78	30,0	79
Mais de 500 000	39	37	94,9	57

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Também forma parte das unidades de média complexidade o centro-dia, previsto pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais para abrigar o serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias, que também pode ser disponibilizado para o domicílio do usuário em Centros de Referência Especializados de Assistência Social - CREAS ou unidades referenciadas. Os impactos sociais esperados desse serviço são: a redução e a prevenção de situações de isolamento social e de abrigamento institucional; a diminuição da sobrecarga dos cuidadores advinda da prestação continuada de cuidados a pessoas com dependência; o fortalecimento da convivência familiar e comunitária; a melhoria da qualidade de vida familiar; a redução dos agravos decorrentes de situações violadoras de direitos; e a proteção social e cuidados individuais e familiares voltados ao desenvolvimento de autonomias.

No ano de 2013, foram contabilizados 510 centros-dia, públicos ou conveniados, presentes em 290 municípios brasileiros. Conforme refletido na Tabela 12, proporcionalmente ao número de municípios de cada região, a Região Sudeste possuía a maior cobertura, ainda restrita, no entanto, a apenas 9,1% dos seus municípios. Em seguida figuravam a Região Sul, com 5,5%; a Região Centro-Oeste, com 4,7%; e, por último, as Regiões Norte e Nordeste, com 2,7% e 2,2%, respectivamente.

Tabela 12 - Municípios, total e com existência de Centro-Dia, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com existência de Centro-Dia				
		Total (1)		Quantidade de unidades (2)		
Absoluto	Relativo (%)	Total	Públicas	Conveniadas		
Brasil	5 570	290	5,2	510	252	255
Norte	450	12	2,7	22	19	3
Nordeste	1 794	40	2,2	60	33	27
Sudeste	1 668	151	9,1	305	163	139
Sul	1 191	65	5,5	95	22	73
Centro-Oeste	467	22	4,7	28	15	13
Até 5 000	1 247	20	1,6	20	8	12
De 5 001 a 10 000	1 227	32	2,6	40	17	23
De 10 001 a 20 000	1 378	55	4,0	59	27	32
De 20 001 a 50 000	1 080	76	7,0	91	38	53
De 50 001 a 100 000	339	43	12,7	60	20	40
De 100 001 a 500 000	260	46	17,7	101	34	64
Mais de 500 000	39	18	46,2	139	108	31

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Com existência de Centro-Dia							
	Por discriminação do público referenciado para atendimento (3)							
	Idosos				Pessoas com deficiência			
	Total (1)	Quantidade de unidades (2)			Total (1)	Quantidade de unidades (2)		
		Total	Públicas	Conve- niadas		Total	Públicas	Conve- niadas
Brasil	155	188	111	56	189	344	139	202
Norte	11	18	11	2	3	4	3	1
Nordeste	23	30	19	7	24	31	14	17
Sudeste	86	100	53	36	94	219	110	106
Sul	23	26	18	8	52	73	5	68
Centro-Oeste	12	14	10	3	16	17	7	10
Até 5 000	9	9	7	2	14	14	2	12
De 5 001 a 10 000	16	19	13	5	22	23	4	19
De 10 001 a 20 000	24	30	16	8	35	36	10	26
De 20 001 a 50 000	41	45	29	16	50	53	12	41
De 50 001 a 100 000	26	31	19	10	26	30	2	28
De 100 001 a 500 000	31	45	22	12	28	58	7	48
Mais de 500 000	8	9	5	3	14	130	102	28

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado. (3) Na impossibilidade de quantificação de unidades por tipo, indicou-se o público atendido, considerando-se apenas o quantitativo total.

No que se refere às unidades de atendimento ao adolescente em conflito com a lei (liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade), a Tabela 13 mostra que foram identificadas, em 2013, 1 918 unidades distribuídas em 1 240 municípios brasileiros, isto é, 22,3% dos municípios do País contavam com essas unidades. A Região Sudeste atingiu um percentual de cobertura de 35,4% dos seus municípios, seguida pela Região Sul, com 27,9. As Regiões Centro-Oeste e Norte apresentaram índices de 19,9% e 15,8%, respectivamente. A Região Nordeste apresentou o menor percentual, com apenas 8,6% dos seus municípios contando com esse tipo de unidade. Tais dados revelam que a assimilação integral do serviço de medidas socioeducativas pelos CREAS ainda permanece como um desafio a ser enfrentado pelo SUAS.

Tabela 13 - Municípios, total e com existência de unidade de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com existência de unidade de atendimento ao adolescente em conflito com a lei				
		Total (1)		Quantidade de unidades (2)		
		Absoluto	Relativo (%)	Total	Públicas	Conveniadas
Brasil	5 570	1 240	22,3	1 918	1 274	644
Norte	450	71	15,8	80	76	4
Nordeste	1 794	154	8,6	199	166	33
Sudeste	1 668	590	35,4	769	596	173
Sul	1 191	332	27,9	522	331	191
Centro-Oeste	467	93	19,9	348	105	243
Até 5 000	1 247	132	10,6	151	132	19
De 5 001 a 10 000	1 227	153	12,5	172	152	20
De 10 001 a 20 000	1 378	224	16,3	242	216	26
De 20 001 a 50 000	1 080	308	28,5	359	290	69
De 50 001 a 100 000	339	188	55,5	239	190	49
De 100 001 a 500 000	260	202	77,7	248	216	32
Mais de 500 000	39	33	84,6	507	78	429

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Unidades de alta complexidade

Na proteção social especial de alta complexidade, as unidades físicas disponíveis destinam-se à provisão dos serviços de acolhimento institucional e de acolhimento em república.

Diferentes tipos de equipamentos são utilizados na oferta do serviço de acolhimento institucional, que se destina a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de lhes garantir proteção integral. O atendimento prestado nesse serviço deve ser personalizado, ofertado em pequenos grupos, de forma a favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização

de serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência devem ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis.

O público de tal serviço inclui diversas faixas etárias e situações específicas, abrangendo crianças e adolescentes, mulheres em situação de violência, adultos com deficiência, adultos e suas famílias e idosos. Conforme o público, a prestação do serviço pode se dar em um ou mais dos seguintes equipamentos: casa-lar, abrigo institucional (instituição de longa permanência para idosos), casa de passagem e residência inclusiva.

Em 2013, como se constata na Tabela 14, a existência de abrigo institucional ou casa-lar foi reportada por 34,4% dos municípios brasileiros. A proporção foi maior na Região Sudeste, onde metade dos municípios declarou contar com esses equipamentos (50,5%), bem como nas Regiões Sul e Centro-Oeste, que também ficaram acima da média nacional, com percentuais de 47,2% e 44,3%, respectivamente. A Região Norte situou-se abaixo da média nacional, com 21,3% de municípios cobertos, e a Região Nordeste apresentou o menor percentual, contando com tais equipamentos em apenas 11,5% dos seus municípios.

Tabela 14 - Municípios, total e com existência de abrigo institucional ou casa-lar, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com existência de abrigo institucional ou casa-lar				
		Total (1)		Quantidade de unidades (2)		
		Absoluto	Relativo (%)	Total	Públicas	Conveniadas
Brasil	5 570	1 915	34,4	5 745	2 175	3 562
Norte	450	96	21,3	224	184	40
Nordeste	1 794	207	11,5	490	243	247
Sudeste	1 668	843	50,5	2 942	839	2 095
Sul	1 191	562	47,2	1 429	522	907
Centro-Oeste	467	207	44,3	660	387	273
Até 5 000	1 247	139	11,1	197	61	136
De 5 001 a 10 000	1 227	281	22,9	507	277	230
De 10 001 a 20 000	1 378	463	33,6	808	364	444
De 20 001 a 50 000	1 080	523	48,4	1 244	537	707
De 50 001 a 100 000	339	236	69,6	689	255	434
De 100 001 a 500 000	260	235	90,4	1 393	444	941
Mais de 500 000	39	38	97,4	907	237	670

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

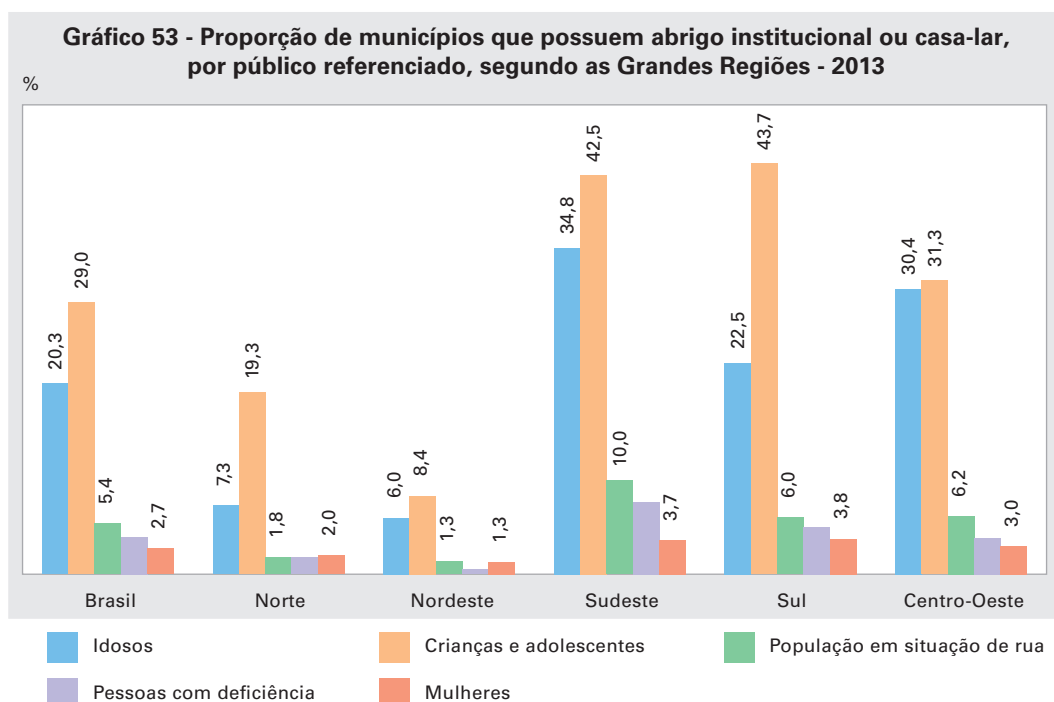
Principalmente os abrigos institucionais ou casas-lar do País dedicam-se ao acolhimento de crianças e adolescentes, sendo que 29,0% dos municípios contavam com tais equipamentos para esse público, totalizando 2 907 unidades distribuídas em 1 613 municípios. Entre as Grandes Regiões, a proporção de municípios com abrigos institucionais ou casas-lar destinados a crianças e adolescentes era 9,3%, no Norte; 8,4% no Nordeste; 42,5% no Sudeste; 43,7% no Sul; e 31,3% no Centro-Oeste.

A porcentagem dos municípios brasileiros com abrigos institucionais ou casas-lar cujo público referenciado para atendimento é constituído por idosos era de 20,3%, sendo 1 780 unidades distribuídas em 1 131 municípios. Na Região Norte, 51 unidades encontravam-se em 33 municípios, correspondendo a 7,3% dos municípios dessa região. Na Região Nordeste, eram 170 em 108 municípios, contemplando, portanto, apenas 6,0% dos municípios nordestinos; na Região Sudeste, 34,8%; na Região Sul, 22,5%; e na Região Centro-Oeste, 30,4%.

Apenas 5,4% dos municípios brasileiros reportou contar com abrigos institucionais ou casas-lar para população em situação de rua. Trata-se de 482 unidades distribuídas em 300 municípios do País, sendo que nos Estados do Amazonas, Roraima, Amapá e Maranhão nenhum município reportou esses equipamentos. A proporção era mais expressiva na Região Sudeste (10,0%), coerentemente com o maior porte populacional dos seus municípios, uma vez que essa população é mais recorrente nas cidades de porte mais elevado. Nas Regiões Sul e Centro-Oeste, 6,0% e 6,2%, respectivamente, dos municípios ofereciam esses equipamentos. Os menores índices foram encontrados nas Regiões Norte, com 1,8%, e Nordeste, com 1,3%.

Abrigos institucionais ou casas-lar cujo público referenciado para atendimento são as pessoas com deficiência estavam disponíveis em 223 (4,0%) municípios brasileiros, os quais dispunham de 387 unidades desses equipamentos. A Região Sudeste se destacava ao contar com tais unidades em 7,7% de seus municípios, enquanto na Região Nordeste a proporção era de somente 0,5%. Os equipamentos estavam ausentes em todos os municípios dos Estados do Acre, Amazonas, Roraima, Maranhão, Piauí, Alagoas e Sergipe.

Segundo o público a que se destinam, as unidades de acolhimento institucional de menor recorrência são as referenciadas às mulheres. No País, eram 192 unidades distribuídas em 152 municípios (2,7%). Entre as Grandes Regiões, a Região Norte apresentou o menor percentual de municípios que contemplavam esse tipo de equipamento, 2,0% (nove), enquanto a Região Sudeste, com 3,8% (45) de seus municípios, registrou o maior percentual. Os Estados do Amazonas, Roraima e Amapá não possuíam tal equipamento. O Distrito Federal, que, em 2009, não possuía nenhuma unidade desse tipo, em 2013 possuía uma.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Por sua vez, a república é a unidade física em que tem lugar o serviço de acolhimento em república, que trabalha mediante a oferta de proteção, apoio e moradia a grupos de pessoas maiores de 18 anos em situação de abandono, vulnerabilidade e riscos pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustento.

Conforme preconizado, o atendimento prestado deve apoiar a construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, a integração e a participação social e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas. Sempre que possível, a definição dos moradores da república ocorre de forma participativa entre estes e a equipe técnica, de modo que, na composição dos grupos, sejam respeitados afinidades e vínculos previamente construídos.

Conforme a Tabela 15, que apresenta informações sobre a existência de república, a MUNIC 2013 capturou a existência de 183 (eram 138 em 2009) unidades desse tipo em 121 municípios, das quais 71 eram públicas e 112, conveniadas (respectivamente, 97 e 123 em 2009). Isso representa apenas 2,1% dos municípios brasileiros.

No que se refere ao público referenciado aos equipamentos, observa-se que as repúblicas, mesmo sendo pouco frequentemente encontradas nos municípios brasileiros, destinam-se prioritariamente ao atendimento de idosos. Análogo ao observado em 2009, em todas as Grandes Regiões, a proporção de municípios com repúblicas para jovens e adultos não chegava a 1,0%.

Tabela 15 - Municípios, total e com existência de República, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Com existência de República							
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)			Por discriminação do público referenciado para atendimento (3)			
						Idosos			
						Total (1)	Quantidade de unidades (2)		
			Total	Públicas	Conveniências		Total	Públicas	Conveniências
Brasil	5 570	121	183	71	112	94	119	53	66
Norte	450	2	2	1	1	1	1	1	-
Nordeste	1 794	21	31	11	20	16	20	4	16
Sudeste	1 668	58	87	17	70	44	50	14	36
Sul	1 191	21	37	20	17	16	26	16	10
Centro-Oeste	467	19	26	22	4	17	22	18	4
Até 5 000	1 247	9	12	5	7	8	10	5	5
De 5 001 a 10 000	1 227	13	13	6	7	13	13	6	7
De 10 001 a 20 000	1 378	25	27	11	16	23	24	9	15
De 20 001 a 50 000	1 080	31	52	30	22	25	37	21	16
De 50 001 a 100 000	339	15	21	4	17	10	13	3	10
De 100 001 a 500 000	260	22	32	10	22	13	20	9	11
Mais de 500 000	39	6	26	5	21	2	2	-	2

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Com existência de República							
	Por discriminação do público referenciado para atendimento (3)							
	Jovens				Adultos			
	Total (1)	Quantidade de unidades (2)			Total (1)	Quantidade de unidades (2)		
		Total	Públicas	Conveniências		Total	Públicas	Conveniências
Brasil	25	35	9	26	17	29	9	20
Norte	1	1	-	1	-	-	-	-
Nordeste	6	7	4	3	2	4	3	1
Sudeste	11	20	1	19	9	17	2	15
Sul	4	4	1	3	5	7	3	4
Centro-Oeste	3	3	3	-	1	1	1	-
Até 5 000	2	2	-	2	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	3	3	2	1	-	-	-	3
De 20 001 a 50 000	6	7	4	3	6	8	5	3
De 50 001 a 100 000	5	5	1	4	3	3	-	5
De 100 001 a 500 000	7	7	1	6	4	5	-	9
Mais de 500 000	2	11	1	10	4	13	4	-

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive os com quantitativo de unidades ignorado Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado. (3) Na impossibilidade de quantificação de unidades por tipo, indicou-se o público atendido, considerando-se apenas o quantitativo total.

Tabelas de resultados

Tabela 1 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor				
		Total	Secretaria de assistência social			
			Exclusiva	Associada a outras políticas setoriais (1)		
				Total	Educação	Planejamento
Brasil	5 570	5 567	4 197	1 133	31	18
Até 5 000	1 247	1 244	858	284	6	5
De 5 001 a 10 000	1 227	1 227	961	210	3	3
De 10 001 a 20 000	1 378	1 378	1 092	242	14	7
De 20 001 a 50 000	1 080	1 080	827	231	4	2
De 50 001 a 100 000	339	339	239	96	4	1
De 100 001 a 500 000	260	260	198	57	-	-
Mais de 500 000	39	39	22	13	-	-
Norte	450	450	364	77	9	6
Até 5 000	80	80	60	19	1	1
De 5 001 a 10 000	81	81	63	17	1	-
De 10 001 a 20 000	110	110	93	13	4	3
De 20 001 a 50 000	111	111	93	17	1	1
De 50 001 a 100 000	42	42	34	7	2	1
De 100 001 a 500 000	24	24	21	3	-	-
Mais de 500 000	2	2	-	1	-	-
Nordeste	1 794	1 793	1 412	367	12	2
Até 5 000	234	233	199	31	-	-
De 5 001 a 10 000	360	360	299	59	1	-
De 10 001 a 20 000	577	577	460	112	7	2
De 20 001 a 50 000	443	443	334	106	3	-
De 50 001 a 100 000	119	119	76	42	1	-
De 100 001 a 500 000	50	50	39	11	-	-
Mais de 500 000	11	11	5	6	-	-
Sudeste	1 668	1 668	1 305	223	3	2
Até 5 000	374	374	271	40	1	-
De 5 001 a 10 000	397	397	323	39	1	1
De 10 001 a 20 000	359	359	289	46	1	1
De 20 001 a 50 000	290	290	232	44	-	-
De 50 001 a 100 000	107	107	81	25	-	-
De 100 001 a 500 000	124	124	98	24	-	-
Mais de 500 000	17	17	11	5	-	-
Sul	1 191	1 189	720	406	3	4
Até 5 000	420	418	206	180	2	2
De 5 001 a 10 000	280	280	182	83	-	2
De 10 001 a 20 000	228	228	159	60	-	-
De 20 001 a 50 000	159	159	104	52	-	-
De 50 001 a 100 000	52	52	34	18	1	-
De 100 001 a 500 000	48	48	33	13	-	-
Mais de 500 000	4	4	2	-	-	-
Centro-Oeste	467	467	396	60	4	4
Até 5 000	139	139	122	14	2	2
De 5 001 a 10 000	109	109	94	12	-	-
De 10 001 a 20 000	104	104	91	11	2	1
De 20 001 a 50 000	77	77	64	12	-	1
De 50 001 a 100 000	19	19	14	4	-	-
De 100 001 a 500 000	14	14	7	6	-	-
Mais de 500 000	5	5	4	1	-	-

**Tabela 1 - Municípios, total e com estrutura na assistência social,
por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as
classes de tamanho da população dos municípios - 2013**

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios			
	Com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor			
	Secretaria de assistência social			
	Associada a outras políticas setoriais (1)			
	Saúde	Habitação	Trabalho	Outra
Brasil	270	379	439	307
Até 5 000	144	84	53	58
De 5 001 a 10 000	60	75	87	48
De 10 001 a 20 000	46	89	105	62
De 20 001 a 50 000	14	82	125	63
De 50 001 a 100 000	4	35	45	39
De 100 001 a 500 000	2	13	21	26
Mais de 500 000	-	1	3	11
Norte	11	22	40	16
Até 5 000	2	8	7	4
De 5 001 a 10 000	2	9	7	5
De 10 001 a 20 000	4	2	8	3
De 20 001 a 50 000	1	2	12	1
De 50 001 a 100 000	2	1	3	2
De 100 001 a 500 000	-	-	3	-
Mais de 500 000	-	-	-	1
Nordeste	12	113	244	106
Até 5 000	-	8	16	16
De 5 001 a 10 000	3	21	43	13
De 10 001 a 20 000	5	41	73	22
De 20 001 a 50 000	3	30	79	28
De 50 001 a 100 000	1	11	26	16
De 100 001 a 500 000	-	1	5	6
Mais de 500 000	-	1	2	5
Sudeste	48	54	52	100
Até 5 000	22	7	5	9
De 5 001 a 10 000	12	9	11	13
De 10 001 a 20 000	10	15	8	22
De 20 001 a 50 000	1	12	12	24
De 50 001 a 100 000	1	5	9	15
De 100 001 a 500 000	2	6	6	13
Mais de 500 000	-	-	1	4
Sul	194	158	75	76
Até 5 000	117	54	20	27
De 5 001 a 10 000	43	28	18	15
De 10 001 a 20 000	26	24	12	14
De 20 001 a 50 000	8	33	16	8
De 50 001 a 100 000	-	14	6	6
De 100 001 a 500 000	-	5	3	6
Mais de 500 000	-	-	-	-
Centro-Oeste	5	32	28	9
Até 5 000	3	7	5	2
De 5 001 a 10 000	-	8	8	2
De 10 001 a 20 000	1	7	4	1
De 20 001 a 50 000	1	5	6	2
De 50 001 a 100 000	-	4	1	-
De 100 001 a 500 000	-	1	4	1
Mais de 500 000	-	-	-	1

Tabela 1 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor					
	Setor subordinado					
	Diretamente à chefia do Executivo	A outra secretaria (1)				
		Total	Educação	Planejamento	Saúde	Habitação
Brasil	140	87	4	6	49	5
Até 5 000	68	33	2	-	27	1
De 5 001 a 10 000	32	24	1	2	14	2
De 10 001 a 20 000	32	12	-	2	4	1
De 20 001 a 50 000	7	13	1	1	4	1
De 50 001 a 100 000	-	3	-	1	-	-
De 100 001 a 500 000	1	1	-	-	-	-
Mais de 500 000	-	1	-	-	-	-
Norte	6	2	-	1	-	-
Até 5 000	1	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	1	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	3	1	-	1	-	-
De 20 001 a 50 000	1	-	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	-	1	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	-	-	-	-	-	-
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-
Nordeste	10	4	-	1	-	-
Até 5 000	3	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	1	1	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	4	1	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	2	1	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	-	1	-	1	-	-
De 100 001 a 500 000	-	-	-	-	-	-
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-
Sudeste	99	39	1	3	19	1
Até 5 000	51	12	-	-	9	-
De 5 001 a 10 000	26	9	-	1	5	1
De 10 001 a 20 000	18	6	-	1	2	-
De 20 001 a 50 000	4	9	1	1	3	-
De 50 001 a 100 000	-	1	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	-	1	-	-	-	-
Mais de 500 000	-	1	-	-	-	-
Sul	18	41	3	1	30	4
Até 5 000	11	21	2	-	18	1
De 5 001 a 10 000	2	13	1	1	9	1
De 10 001 a 20 000	5	4	-	-	2	1
De 20 001 a 50 000	-	3	-	-	1	1
De 50 001 a 100 000	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	-	-	-	-	-	-
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	7	1	-	-	-	-
Até 5 000	2	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	2	1	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	2	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	-	-	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	1	-	-	-	-	-
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-

Tabela 1 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				Não possui estrutura específica
	Com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor			Fundação pública	
	Setor subordinado		A outra secretaria (1)		
	Trabalho	Outra			
Brasil	9	28	10	2	
Até 5 000	2	9	1	2	
De 5 001 a 10 000	2	5	-	-	
De 10 001 a 20 000	1	6	-	-	
De 20 001 a 50 000	2	5	2	-	
De 50 001 a 100 000	1	1	1	-	
De 100 001 a 500 000	1	1	3	-	
Mais de 500 000	-	1	3	-	
Norte	5	-	1	-	
Até 5 000	-	-	-	-	
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	
De 10 001 a 20 000	-	-	-	-	
De 20 001 a 50 000	-	-	-	-	
De 50 001 a 100 000	5	-	-	-	
De 100 001 a 500 000	-	-	-	-	
Mais de 500 000	-	-	1	-	
Nordeste	1	2	-	-	
Até 5 000	-	-	-	-	
De 5 001 a 10 000	1	-	-	-	
De 10 001 a 20 000	-	1	-	-	
De 20 001 a 50 000	-	1	-	-	
De 50 001 a 100 000	-	-	-	-	
De 100 001 a 500 000	-	-	-	-	
Mais de 500 000	-	-	-	-	
Sudeste	2	14	2	-	
Até 5 000	-	3	-	-	
De 5 001 a 10 000	-	2	-	-	
De 10 001 a 20 000	-	3	-	-	
De 20 001 a 50 000	1	3	1	-	
De 50 001 a 100 000	-	1	-	-	
De 100 001 a 500 000	1	1	1	-	
Mais de 500 000	-	1	-	-	
Sul	5	11	4	2	
Até 5 000	2	6	-	2	
De 5 001 a 10 000	1	2	-	-	
De 10 001 a 20 000	1	2	-	-	
De 20 001 a 50 000	1	1	-	-	
De 50 001 a 100 000	-	-	-	-	
De 100 001 a 500 000	-	-	2	-	
Mais de 500 000	-	-	2	-	
Centro-Oeste	-	1	3	-	
Até 5 000	-	-	1	-	
De 5 001 a 10 000	-	1	-	-	
De 10 001 a 20 000	-	-	-	-	
De 20 001 a 50 000	-	-	1	-	
De 50 001 a 100 000	-	-	1	-	
De 100 001 a 500 000	-	-	-	-	
Mais de 500 000	-	-	-	-	

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) A assistência social pode estar associada a mais de uma política.

**Tabela 2 - Municípios, total e com estrutura na assistência social,
por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as
Unidades da Federação - 2013**

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor				
		Total	Secretaria de assistência social			
			Exclusiva	Associada a outras políticas setoriais (1)		
				Total	Educação	Planejamento
Brasil	5 570	5 567	4 197	1 133	31	18
Norte	450	450	364	77	9	6
Rondônia	52	52	36	11	2	1
Acre	22	22	21	1	-	-
Amazonas	62	62	57	5	3	1
Roraima	15	15	9	6	1	1
Pará	144	144	122	19	2	2
Amapá	16	16	10	6	-	-
Tocantins	139	139	109	29	1	1
Nordeste	1 794	1 793	1 412	367	12	2
Maranhão	217	216	197	17	6	1
Piauí	224	224	191	33	1	-
Ceará	184	184	90	94	1	-
Rio Grande do Norte	167	167	89	76	1	-
Paraíba	223	223	189	32	1	-
Pernambuco	185	185	150	32	1	-
Alagoas	102	102	84	18	-	-
Sergipe	75	75	53	21	-	-
Bahia	417	417	369	44	1	1
Sudeste	1 668	1 668	1 305	223	3	2
Minas Gerais	853	853	665	110	2	2
Espírito Santo	78	78	58	19	-	-
Rio de Janeiro	92	92	63	29	-	-
São Paulo	645	645	519	65	1	-
Sul	1 191	1 189	720	406	3	4
Paraná	399	399	361	17	1	-
Santa Catarina	295	294	157	127	-	1
Rio Grande do Sul	497	496	202	262	2	3
Centro-Oeste	467	467	396	60	4	4
Mato Grosso do Sul	79	79	69	9	-	-
Mato Grosso	141	141	113	22	3	3
Goiás	246	246	213	29	1	1
Distrito Federal	1	1	1	-	-	-

**Tabela 2 - Municípios, total e com estrutura na assistência social,
por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as
Unidades da Federação - 2013**

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			
	Com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor			
	Secretaria de assistência social			
	Associada a outras políticas setoriais (1)			
	Saúde	Habitação	Trabalho	Outra
Brasil	270	379	439	307
Norte	11	22	40	16
Rondônia	2	1	9	1
Acre	-	-	1	-
Amazonas	3	1	1	1
Roraima	1	2	5	1
Pará	2	-	11	5
Amapá	2	-	3	1
Tocantins	1	18	10	7
Nordeste	12	113	244	106
Maranhão	7	7	7	4
Piauí	-	-	23	15
Ceará	1	22	75	20
Rio Grande do Norte	2	60	55	10
Paraíba	1	4	19	10
Pernambuco	1	3	7	21
Alagoas	-	10	14	4
Sergipe	-	2	17	4
Bahia	-	5	27	18
Sudeste	48	54	52	100
Minas Gerais	38	30	25	33
Espírito Santo	1	8	7	9
Rio de Janeiro	1	8	9	16
São Paulo	8	8	11	42
Sul	194	158	75	76
Paraná	2	6	8	3
Santa Catarina	75	46	6	13
Rio Grande do Sul	117	106	61	60
Centro-Oeste	5	32	28	9
Mato Grosso do Sul	-	5	5	2
Mato Grosso	2	13	9	6
Goiás	3	14	14	1
Distrito Federal	-	-	-	-

**Tabela 2 - Municípios, total e com estrutura na assistência social,
por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as
Unidades da Federação - 2013**

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor					
	Setor subordinado					
	Diretamente à chefia do Executivo	A outra secretaria (1)				
		Total	Educação	Planejamento	Saúde	Habitação
Brasil	140	87	4	6	49	5
Norte	6	2	-	1	-	-
Rondônia	4	1	-	1	-	-
Acre	-	-	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-
Pará	1	1	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-
Tocantins	1	-	-	-	-	-
Nordeste	10	4	-	1	-	-
Maranhão	2	-	-	-	-	-
Piauí	-	-	-	-	-	-
Ceará	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	1	1	-	-	-	-
Paraíba	1	1	-	-	-	-
Pernambuco	2	1	-	1	-	-
Alagoas	-	-	-	-	-	-
Sergipe	1	-	-	-	-	-
Bahia	3	1	-	-	-	-
Sudeste	99	39	1	3	19	1
Minas Gerais	46	32	1	3	17	1
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	-
São Paulo	53	7	-	-	2	-
Sul	18	41	3	1	30	4
Paraná	12	8	1	-	4	1
Santa Catarina	4	5	-	-	4	-
Rio Grande do Sul	2	28	2	1	22	3
Centro-Oeste	7	1	-	-	-	-
Mato Grosso do Sul	-	1	-	-	-	-
Mato Grosso	5	-	-	-	-	-
Goiás	2	-	-	-	-	-
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-

**Tabela 2 - Municípios, total e com estrutura na assistência social,
por caracterização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as
Unidades da Federação - 2013**

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			
	Com estrutura na assistência social, por caracterização do órgão gestor			Não possui estrutura específica
	Setor subordinado		Fundação pública	
	A outra secretaria (1)			
	Trabalho	Outra		
Brasil	9	28	10	2
Norte	1	-	1	-
Rondônia	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-
Pará	1	-	1	-
Amapá	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-
Nordeste	1	2	-	-
Maranhão	-	-	-	-
Piauí	-	-	-	-
Ceará	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	-	1	-	-
Paraíba	1	-	-	-
Pernambuco	-	-	-	-
Alagoas	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-
Bahia	-	1	-	-
Sudeste	2	14	2	-
Minas Gerais	1	9	-	-
Espírito Santo	-	-	1	-
Rio de Janeiro	-	-	-	-
São Paulo	1	5	1	-
Sul	5	11	4	2
Paraná	1	3	1	-
Santa Catarina	-	1	1	1
Rio Grande do Sul	4	7	2	1
Centro-Oeste	-	1	3	-
Mato Grosso do Sul	-	1	-	-
Mato Grosso	-	-	1	-
Goiás	-	-	2	-
Distrito Federal	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) A assistência social pode estar associada a mais de uma política.

Tabela 3 - Municípios, total e órgão responsável pela política de segurança alimentar e nutricional, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Órgão responsável pela política de segurança alimentar e nutricional				Não possui política de segurança alimentar e nutricional
		Assistência Social	Saúde	Abastecimento	Outro	
Brasil	5 570	1 797	1 150	74	879	1 667
Até 5 000	1 247	297	321	9	199	418
De 5 001 a 10 000	1 227	343	274	4	203	403
De 10 001 a 20 000	1 378	464	279	21	212	402
De 20 001 a 50 000	1 080	384	196	21	164	315
De 50 001 a 100 000	339	151	47	8	50	83
De 100 001 a 500 000	260	136	31	6	45	42
Mais de 500 000	39	22	2	5	6	4
Norte	450	229	86	2	36	97
Até 5 000	80	71	5	-	2	2
De 5 001 a 10 000	81	48	10	-	5	18
De 10 001 a 20 000	110	38	33	1	9	29
De 20 001 a 50 000	111	42	25	1	12	31
De 50 001 a 100 000	42	16	6	-	5	15
De 100 001 a 500 000	24	13	7	-	2	2
Mais de 500 000	2	1	-	-	1	-
Nordeste	1 794	802	298	21	179	493
Até 5 000	234	76	57	-	17	83
De 5 001 a 10 000	360	140	68	1	23	128
De 10 001 a 20 000	577	262	91	8	73	143
De 20 001 a 50 000	443	206	66	9	48	114
De 50 001 a 100 000	119	73	13	3	9	21
De 100 001 a 500 000	50	37	3	-	7	3
Mais de 500 000	11	8	-	-	2	1
Sudeste	1 668	350	438	28	364	488
Até 5 000	374	53	119	6	89	107
De 5 001 a 10 000	397	65	124	1	84	123
De 10 001 a 20 000	359	63	94	7	76	119
De 20 001 a 50 000	290	70	65	6	65	84
De 50 001 a 100 000	107	34	20	2	25	26
De 100 001 a 500 000	124	59	14	3	22	26
Mais de 500 000	17	6	2	3	3	3
Sul	1 191	321	237	20	217	394
Até 5 000	420	82	107	3	75	151
De 5 001 a 10 000	280	72	55	-	65	88
De 10 001 a 20 000	228	76	44	5	36	67
De 20 001 a 50 000	159	45	22	5	27	60
De 50 001 a 100 000	52	20	4	2	6	20
De 100 001 a 500 000	48	24	5	3	8	8
Mais de 500 000	4	2	-	2	-	-
Centro-Oeste	467	95	91	3	83	195
Até 5 000	139	15	33	-	16	75
De 5 001 a 10 000	109	18	17	2	26	46
De 10 001 a 20 000	104	25	17	-	18	44
De 20 001 a 50 000	77	21	18	-	12	26
De 50 001 a 100 000	19	8	4	1	5	1
De 100 001 a 500 000	14	3	2	-	6	3
Mais de 500 000	5	5	-	-	-	-

Tabela 4 - Municípios, total e órgão responsável pela política de segurança alimentar e nutricional, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Órgão responsável pela política de segurança alimentar e nutricional				Não possui política de segurança alimentar e nutricional
		Assistência Social	Saúde	Abastecimento	Outro	
Brasil	5 570	1 797	1 150	74	879	1 667
Norte	450	229	86	2	36	97
Rondônia	52	20	20	-	5	7
Acre	22	2	5	1	-	14
Amazonas	62	16	23	1	8	14
Roraima	15	5	5	-	1	4
Pará	144	55	19	-	15	55
Amapá	16	4	10	-	1	1
Tocantins	139	127	4	-	6	2
Nordeste	1 794	802	298	21	179	493
Maranhão	217	108	22	10	32	44
Piauí	224	57	76	2	8	81
Ceará	184	122	18	1	20	23
Rio Grande do Norte	167	57	53	1	13	43
Paraíba	223	92	29	-	22	80
Pernambuco	185	83	21	2	15	64
Alagoas	102	51	12	-	5	34
Sergipe	75	56	3	-	8	8
Bahia	417	176	64	5	56	116
Sudeste	1 668	350	438	28	364	488
Minas Gerais	853	162	301	6	152	232
Espírito Santo	78	41	4	-	11	22
Rio de Janeiro	92	28	22	-	13	29
São Paulo	645	119	111	22	188	205
Sul	1 191	321	237	20	217	394
Paraná	399	161	33	17	98	90
Santa Catarina	295	72	49	-	58	115
Rio Grande do Sul	497	88	155	3	61	189
Centro-Oeste	467	95	91	3	83	195
Mato Grosso do Sul	79	28	9	1	14	27
Mato Grosso	141	27	40	2	23	49
Goiás	246	39	42	-	46	119
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 5 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por localização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com estrutura na assistência social					
		Total	Localização do órgão gestor				
			No prédio da prefeitura	Em prédio administrativo de uso exclusivo	Em prédio compartilhado com uma unidade do SUAS (1)	Em prédio compartilhado com outros setores da administração municipal	Outros
Brasil	5 570	5 567	959	2 468	1 108	840	192
Até 5 000	1 247	1 244	310	364	292	228	50
De 5 001 a 10 000	1 227	1 227	267	422	284	217	37
De 10 001 a 20 000	1 378	1 378	199	686	265	175	53
De 20 001 a 50 000	1 080	1 080	118	607	190	128	37
De 50 001 a 100 000	339	339	31	209	43	49	7
De 100 001 a 500 000	260	260	27	159	32	35	7
Mais de 500 000	39	39	7	21	2	8	1
Norte	450	450	108	221	70	39	12
Até 5 000	80	80	39	23	10	7	1
De 5 001 a 10 000	81	81	30	24	12	11	4
De 10 001 a 20 000	110	110	23	57	19	9	2
De 20 001 a 50 000	111	111	13	68	19	8	3
De 50 001 a 100 000	42	42	3	29	6	3	1
De 100 001 a 500 000	24	24	282	18	4	1	1
Mais de 500 000	2	2	62	2	-	-	-
Nordeste	1 794	1 793	90	986	301	173	51
Até 5 000	234	233	76	101	48	18	4
De 5 001 a 10 000	360	360	41	154	75	34	7
De 10 001 a 20 000	577	577	10	331	93	56	21
De 20 001 a 50 000	443	443	2	281	65	41	15
De 50 001 a 100 000	119	119	1	81	11	14	3
De 100 001 a 500 000	50	50	250	32	9	6	1
Mais de 500 000	11	11	75	6	-	4	-
Sudeste	1 668	1 668	70	747	323	284	64
Até 5 000	374	374	40	111	87	82	19
De 5 001 a 10 000	397	397	30	134	97	83	13
De 10 001 a 20 000	359	359	12	190	65	48	16
De 20 001 a 50 000	290	290	18	168	47	34	11
De 50 001 a 100 000	107	107	5	64	14	17	-
De 100 001 a 500 000	124	124	190	74	11	17	4
Mais de 500 000	17	17	76	6	2	3	1
Sul	1 191	1 189	50	332	317	290	60
Até 5 000	420	418	35	95	115	108	24
De 5 001 a 10 000	280	280	19	72	77	69	12
De 10 001 a 20 000	228	228	2	63	66	51	13
De 20 001 a 50 000	159	159	7	48	44	41	7
De 50 001 a 100 000	52	52	1	27	9	11	3
De 100 001 a 500 000	48	48	129	24	6	10	1
Mais de 500 000	4	4	58	3	-	-	-
Centro-Oeste	467	467	27	182	97	54	5
Até 5 000	139	139	25	34	32	13	2
De 5 001 a 10 000	109	109	15	38	23	20	1
De 10 001 a 20 000	104	104	4	45	22	11	1
De 20 001 a 50 000	77	77	15	42	15	4	1
De 50 001 a 100 000	19	19	3	8	3	4	-
De 100 001 a 500 000	14	14	2	11	2	1	-
Mais de 500 000	5	5	-	4	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Refere-se ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Tabela 6 - Municípios, total e com estrutura na assistência social por localização do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com estrutura na assistência social					
		Total	Localização do órgão gestor				
			No prédio da prefeitura	Em prédio administrativo de uso exclusivo	Em prédio compartilhado com uma unidade do SUAS (1)	Em prédio compartilhado com outros setores da administração municipal	Outros
Brasil	5 570	5 567	959	2 468	1 108	840	192
Norte	450	450	108	221	70	39	12
Rondônia	52	52	19	17	11	3	2
Acre	22	22	3	11	3	5	-
Amazonas	62	62	5	39	11	7	-
Roraima	15	15	7	7	1	-	-
Pará	144	144	11	96	25	4	8
Amapá	16	16	6	8	2	-	-
Tocantins	139	139	57	43	17	20	2
Nordeste	1 794	1 793	282	986	301	173	51
Maranhão	217	216	35	137	22	12	10
Piauí	224	224	61	103	45	11	4
Ceará	184	184	27	105	32	17	3
Rio Grande do Norte	167	167	23	90	25	23	6
Paraíba	223	223	50	88	57	28	-
Pernambuco	185	185	26	104	32	21	2
Alagoas	102	102	2	79	11	8	2
Sergipe	75	75	1	55	11	6	2
Bahia	417	417	57	225	66	47	22
Sudeste	1 668	1 668	250	747	323	284	64
Minas Gerais	853	853	162	286	226	150	29
Espírito Santo	78	78	8	43	7	15	5
Rio de Janeiro	92	92	11	54	11	13	3
São Paulo	645	645	69	364	79	106	27
Sul	1 191	1 189	190	332	317	290	60
Paraná	399	399	66	136	93	91	13
Santa Catarina	295	294	48	64	80	79	23
Rio Grande do Sul	497	496	76	132	144	120	24
Centro-Oeste	467	467	129	182	97	54	5
Mato Grosso do Sul	79	79	8	52	9	10	-
Mato Grosso	141	141	31	49	48	11	2
Goiás	246	246	90	81	40	32	3
Distrito Federal	1	1	-	-	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Refere-se ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Tabela 7 - Municípios, total, com estrutura na assistência social e que realiza serviço de atendimento direto à população na sede do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com estrutura na assistência social	Realiza serviço de atendimento direto à população na sede do órgão gestor							
			Total	Serviço realizado						
				Cadastra- mento no Cadastro Único	Cadastra- mento para outros benefícios e/ou serviços	Serviços socio- assistên- ciais	Plantão social	Bene- fícios eventuais	Ouvi- doria	Outros
Brasil	5 570	5 567	5 210	3 669	3 897	3 348	1 912	4 046	646	1 091
Até 5 000	1 247	1 244	1 160	828	895	835	416	906	175	250
De 5 001 a 10 000	1 227	1 227	1 157	794	884	780	387	913	150	218
De 10 001 a 20 000	1 378	1 378	1 314	913	966	851	420	1 010	148	279
De 20 001 a 50 000	1 080	1 080	1 019	748	761	599	419	812	126	217
De 50 001 a 100 000	339	339	319	235	239	167	150	240	25	68
De 100 001 a 500 000	260	260	214	133	136	99	109	148	21	51
Mais de 500 000	39	39	27	18	16	17	11	17	1	8
Norte	450	450	429	320	299	269	108	312	37	71
Até 5 000	80	80	73	47	52	49	7	52	4	5
De 5 001 a 10 000	81	81	75	51	51	47	13	52	6	10
De 10 001 a 20 000	110	110	106	85	74	70	19	73	13	25
De 20 001 a 50 000	111	111	108	85	78	69	38	84	10	25
De 50 001 a 100 000	42	42	41	34	29	20	17	32	1	2
De 100 001 a 500 000	24	24	24	18	15	14	14	17	3	4
Mais de 500 000	2	2	2	-	-	-	-	2	-	-
Nordeste	1 794	1 793	1 733	1 359	1 358	1 083	500	1 362	162	262
Até 5 000	234	233	217	173	172	144	51	162	23	21
De 5 001 a 10 000	360	360	344	277	276	231	97	266	36	37
De 10 001 a 20 000	577	577	569	452	446	366	146	448	52	86
De 20 001 a 50 000	443	443	434	339	331	250	138	354	39	76
De 50 001 a 100 000	119	119	116	89	100	65	47	92	8	30
De 100 001 a 500 000	50	50	46	24	29	24	16	35	4	10
Mais de 500 000	11	11	7	5	4	3	5	5	-	2
Sudeste	1 668	1 668	1 566	1 056	1 161	1 015	759	1 249	197	361
Até 5 000	374	374	357	257	273	262	153	293	53	88
De 5 001 a 10 000	397	397	382	260	289	263	157	319	47	82
De 10 001 a 20 000	359	359	339	213	249	225	161	269	32	79
De 20 001 a 50 000	290	290	279	194	210	165	166	230	45	67
De 50 001 a 100 000	107	107	101	69	69	53	58	69	9	20
De 100 001 a 500 000	124	124	95	55	62	37	59	63	10	21
Mais de 500 000	17	17	13	8	9	10	5	6	1	4
Sul	1 191	1 189	1 070	696	789	699	464	816	195	287
Até 5 000	420	418	384	266	305	277	182	303	79	109
De 5 001 a 10 000	280	280	256	159	195	177	98	197	47	60
De 10 001 a 20 000	228	228	209	117	138	128	84	154	42	67
De 20 001 a 50 000	159	159	136	94	100	81	61	103	20	27
De 50 001 a 100 000	52	52	46	30	30	19	24	35	5	11
De 100 001 a 500 000	48	48	37	28	20	15	15	23	2	12
Mais de 500 000	4	4	2	2	1	2	-	1	-	1
Centro-Oeste	467	467	412	238	290	282	81	307	55	110
Até 5 000	139	139	129	85	93	103	23	96	16	27
De 5 001 a 10 000	109	109	100	47	73	62	22	79	14	29
De 10 001 a 20 000	104	104	91	46	59	62	10	66	9	22
De 20 001 a 50 000	77	77	62	36	42	34	16	41	12	22
De 50 001 a 100 000	19	19	15	13	11	10	4	12	2	5
De 100 001 a 500 000	14	14	12	8	10	9	5	10	2	4
Mais de 500 000	5	5	3	3	2	2	1	3	-	1

Tabela 8 - Municípios, total, com estrutura na assistência social e que realiza serviço de atendimento direto à população na sede do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com estrutura na assistência social	Realiza serviço de atendimento direto à população na sede do órgão gestor							
			Total	Serviço realizado						
				Cadastra- mento no Cadastro Único	Cadastra- mento para outros benefícios e/ou serviços	Serviços socio- assistên- ciais	Plantão social	Bene- fícios eventuais	Ouvi- doria	Outros
Brasil	5 570	5 567	5 210	3 669	3 897	3 348	1 912	4 046	646	1 091
Norte	450	450	429	320	299	269	108	312	37	71
Rondônia	52	52	48	37	37	38	4	29	8	17
Acre	22	22	22	20	14	9	1	17	1	4
Amazonas	62	62	61	39	39	41	10	48	7	12
Roraima	15	15	15	13	11	10	2	12	3	1
Pará	144	144	142	118	102	76	70	107	7	23
Amapá	16	16	15	15	10	14	5	13	1	1
Tocantins	139	139	126	78	86	81	16	86	10	13
Nordeste	1 794	1 793	1 733	1 359	1 358	1 083	500	1 362	162	262
Maranhão	217	216	212	186	156	114	39	143	16	32
Piauí	224	224	196	139	153	145	58	160	24	7
Ceará	184	184	176	129	133	89	35	134	13	42
Rio Grande do Norte	167	167	167	151	145	100	33	114	10	29
Paraíba	223	223	218	166	177	145	68	175	21	8
Pernambuco	185	185	180	130	123	105	34	139	18	27
Alagoas	102	102	102	79	69	68	66	85	8	15
Sergipe	75	75	69	37	45	33	24	47	6	15
Bahia	417	417	413	342	357	284	143	365	46	87
Sudeste	1 668	1 668	1 566	1 056	1 161	1 015	759	1 249	197	361
Minas Gerais	853	853	809	602	622	568	220	645	105	184
Espírito Santo	78	78	73	23	44	38	48	61	7	21
Rio de Janeiro	92	92	83	50	45	33	40	54	11	16
São Paulo	645	645	601	381	450	376	451	489	74	140
Sul	1 191	1 189	1 070	696	789	699	464	816	195	287
Paraná	399	399	327	115	199	172	55	192	56	96
Santa Catarina	295	294	285	206	221	183	139	242	45	78
Rio Grande do Sul	497	496	458	375	369	344	270	382	94	113
Centro-Oeste	467	467	412	238	290	282	81	307	55	110
Mato Grosso do Sul	79	79	47	19	24	19	13	21	6	12
Mato Grosso	141	141	124	66	88	79	25	92	15	35
Goiás	246	246	241	153	178	184	43	194	34	63
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 9 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por características da infraestrutura do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Com estrutura na assis- tência social	Características da infraestrutura do órgão gestor da assistência social								
			Telefone				Meios de locomoção				
							Veículos		Embarcações		Nenhum dos dois
			Linha telefônica instalada	Somente ramal	Linha telefônica e ramal	Nenhum dos dois	Total (1)	Quantidade	Total (1)	Quantidade	
Brasil	5 570	5 567	2 719	757	1 497	594	3 770	9 611	26	30	1 788
Até 5 000	1 247	1 244	636	259	228	121	578	773	1	1	666
De 5 001 a 10 000	1 227	1 227	642	227	209	149	695	945	1	2	531
De 10 001 a 20 000	1 378	1 378	732	170	307	169	1 017	1 812	5	5	359
De 20 001 a 50 000	1 080	1 080	504	89	350	137	899	2 064	9	11	177
De 50 001 a 100 000	339	339	135	8	182	14	306	1 133	6	7	32
De 100 001 a 500 000	260	260	63	3	190	4	243	2 077	3	3	16
Mais de 500 000	39	39	7	1	31	-	32	807	1	1	7
Norte	450	450	239	51	50	110	228	600	17	20	214
Até 5 000	80	80	44	20	6	10	16	17	-	-	64
De 5 001 a 10 000	81	81	38	15	7	21	33	62	1	2	47
De 10 001 a 20 000	110	110	61	11	11	27	59	111	3	3	49
De 20 001 a 50 000	111	111	59	4	7	41	63	144	5	6	45
De 50 001 a 100 000	42	42	25	1	7	9	36	102	6	7	5
De 100 001 a 500 000	24	24	10	-	12	2	20	149	2	2	3
Mais de 500 000	2	2	2	-	-	-	1	15	-	-	1
Nordeste	1 794	1 793	866	250	282	395	1 136	2 381	4	5	656
Até 5 000	234	233	100	43	14	76	74	85	-	-	159
De 5 001 a 10 000	360	360	175	72	21	92	171	219	-	-	189
De 10 001 a 20 000	577	577	296	83	71	127	386	637	1	1	191
De 20 001 a 50 000	443	443	216	49	85	93	348	699	3	4	94
De 50 001 a 100 000	119	119	61	3	50	5	103	336	-	-	16
De 100 001 a 500 000	50	50	17	-	31	2	45	287	-	-	5
Mais de 500 000	11	11	1	-	10	-	9	118	-	-	2
Sudeste	1 668	1 668	884	185	533	66	1 225	3 352	1	1	443
Até 5 000	374	374	229	62	62	21	192	236	1	1	182
De 5 001 a 10 000	397	397	233	68	65	31	235	315	-	-	162
De 10 001 a 20 000	359	359	215	34	99	11	298	562	-	-	61
De 20 001 a 50 000	290	290	145	16	126	3	270	650	-	-	20
De 50 001 a 100 000	107	107	33	3	71	-	98	383	-	-	9
De 100 001 a 500 000	124	124	27	2	95	-	118	998	-	-	6
Mais de 500 000	17	17	2	-	15	-	14	208	-	-	3
Sul	1 191	1 189	502	208	468	11	874	2 329	2	2	315
Até 5 000	420	418	194	107	111	6	245	364	-	-	173
De 5 001 a 10 000	280	280	136	54	87	3	195	255	-	-	85
De 10 001 a 20 000	228	228	104	32	90	2	188	329	-	-	40
De 20 001 a 50 000	159	159	53	13	93	-	147	368	-	-	12
De 50 001 a 100 000	52	52	10	-	42	-	50	233	-	-	2
De 100 001 a 500 000	48	48	5	1	42	-	46	519	1	1	2
Mais de 500 000	4	4	-	1	3	-	3	261	1	1	1
Centro-Oeste	467	467	228	63	164	12	307	949	2	2	160
Até 5 000	139	139	69	27	35	8	51	71	-	-	88
De 5 001 a 10 000	109	109	60	18	29	2	61	94	-	-	48
De 10 001 a 20 000	104	104	56	10	36	2	86	173	1	1	18
De 20 001 a 50 000	77	77	31	7	39	-	71	203	1	1	6
De 50 001 a 100 000	19	19	6	1	12	-	19	79	-	-	-
De 100 001 a 500 000	14	14	4	-	10	-	14	124	-	-	-
Mais de 500 000	5	5	2	-	3	-	5	205	-	-	-

Tabela 9 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por características da infraestrutura do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Características da infraestrutura do órgão gestor da assistência social								
	Computadores em funcionamento				Compu- tador com acesso à Internet	Tipo de conexão usada		Órgão gestor possui página na Internet	Órgão gestor possui e-mail
	Nenhum	De 1 a 3	De 4 a 10	Mais de 10		Discada	Banda larga		
Brasil	17	2 335	2 390	825	5 527	288	5 236	409	5 110
Até 5 000	8	862	351	23	1 230	70	1 159	53	1 113
De 5 001 a 10 000	6	748	438	35	1 216	58	1 157	46	1 112
De 10 001 a 20 000	2	510	765	101	1 368	93	1 275	84	1 277
De 20 001 a 50 000	1	197	655	227	1 075	49	1 026	92	1 007
De 50 001 a 100 000	-	15	139	185	339	16	323	40	319
De 100 001 a 500 000	-	3	40	217	260	2	257	73	249
Mais de 500 000	-	-	2	37	39	-	39	21	33
Norte	1	141	228	80	444	34	410	33	379
Até 5 000	-	45	33	2	80	2	78	3	62
De 5 001 a 10 000	-	39	40	2	80	3	77	1	63
De 10 001 a 20 000	1	27	70	12	108	9	99	6	97
De 20 001 a 50 000	-	26	62	23	108	14	94	9	94
De 50 001 a 100 000	-	4	20	18	42	6	36	6	39
De 100 001 a 500 000	-	-	3	21	24	-	24	7	22
Mais de 500 000	-	-	-	2	2	-	2	1	2
Nordeste	7	695	845	246	1 774	160	1 613	119	1 581
Até 5 000	3	170	59	1	226	28	198	7	195
De 5 001 a 10 000	3	229	118	10	354	32	322	10	307
De 10 001 a 20 000	-	208	336	33	573	62	511	35	513
De 20 001 a 50 000	1	80	275	87	441	28	413	35	401
De 50 001 a 100 000	-	7	47	65	119	9	110	18	111
De 100 001 a 500 000	-	1	9	40	50	1	48	10	46
Mais de 500 000	-	-	1	10	11	-	11	4	8
Sudeste	5	746	639	278	1 661	45	1 614	140	1 599
Até 5 000	2	295	73	4	372	17	354	13	353
De 5 001 a 10 000	2	261	130	4	395	13	381	20	373
De 10 001 a 20 000	1	143	183	32	356	10	346	26	353
De 20 001 a 50 000	-	44	186	60	290	5	285	28	283
De 50 001 a 100 000	-	1	47	59	107	-	107	6	102
De 100 001 a 500 000	-	2	19	103	124	-	124	38	121
Mais de 500 000	-	-	1	16	17	-	17	9	14
Sul	2	548	500	139	1 185	26	1 159	88	1 125
Até 5 000	1	270	140	7	417	15	402	25	384
De 5 001 a 10 000	1	153	119	7	278	4	274	11	269
De 10 001 a 20 000	-	93	124	11	227	7	220	11	219
De 20 001 a 50 000	-	31	92	36	159	-	159	15	155
De 50 001 a 100 000	-	1	19	32	52	-	52	6	48
De 100 001 a 500 000	-	-	6	42	48	-	48	17	46
Mais de 500 000	-	-	-	4	4	-	4	3	4
Centro-Oeste	2	205	178	82	463	23	440	29	426
Até 5 000	2	82	46	9	135	8	127	5	119
De 5 001 a 10 000	-	66	31	12	109	6	103	4	100
De 10 001 a 20 000	-	39	52	13	104	5	99	6	95
De 20 001 a 50 000	-	16	40	21	77	2	75	5	74
De 50 001 a 100 000	-	2	6	11	19	1	18	4	19
De 100 001 a 500 000	-	-	3	11	14	1	13	1	14
Mais de 500 000	-	-	-	5	5	-	5	4	5

Tabela 9 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por características da infraestrutura do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Características da infraestrutura do órgão gestor da assistência social							
	Municípios com sistemas informatizados para gerenciar a política da assistência social (2)	O sistema utilizado permite						
		Registro e inscrição de entidades	Descrição do perfil do usuário	Acompanhamento de atendimento a usuários	Acompanhamento de serviços de programas	Integrar setores de convênio, prestação de contas e pagamento de entidades conveniadas	Prover informação pública sobre a rede socioassistencial do SUAS (3)	Outra
Brasil	1 559	549	964	1 341	1 162	410	774	210
Até 5 000	316	93	203	275	256	78	169	45
De 5 001 a 10 000	287	85	171	240	216	71	156	31
De 10 001 a 20 000	392	150	225	339	311	103	208	47
De 20 001 a 50 000	324	131	215	285	214	82	148	49
De 50 001 a 100 000	127	51	83	108	88	38	52	19
De 100 001 a 500 000	97	34	57	82	64	31	36	16
Mais de 500 000	16	5	10	12	13	7	5	3
Norte	123	48	77	108	91	41	72	16
Até 5 000	16	6	11	15	13	6	11	1
De 5 001 a 10 000	15	3	9	14	11	5	8	3
De 10 001 a 20 000	36	14	24	28	27	15	22	3
De 20 001 a 50 000	30	17	18	28	23	8	23	6
De 50 001 a 100 000	18	7	11	16	13	3	6	3
De 100 001 a 500 000	8	1	4	7	4	4	2	-
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	421	158	228	355	344	119	241	52
Até 5 000	43	15	30	38	40	9	29	3
De 5 001 a 10 000	67	14	35	56	58	19	39	7
De 10 001 a 20 000	141	55	71	123	122	40	89	16
De 20 001 a 50 000	114	50	63	94	81	33	60	23
De 50 001 a 100 000	37	16	20	29	27	11	17	3
De 100 001 a 500 000	18	8	8	14	15	7	7	-
Mais de 500 000	1	-	1	1	1	-	-	-
Sudeste	510	188	326	446	365	130	247	75
Até 5 000	100	29	65	90	82	28	56	14
De 5 001 a 10 000	91	33	52	77	63	17	50	10
De 10 001 a 20 000	112	46	63	97	88	26	55	17
De 20 001 a 50 000	107	41	82	97	64	26	41	12
De 50 001 a 100 000	40	18	29	35	28	16	21	7
De 100 001 a 500 000	50	17	29	43	32	13	20	12
Mais de 500 000	10	4	6	7	8	4	4	3
Sul	370	103	246	319	264	85	144	45
Até 5 000	123	32	81	107	94	29	54	24
De 5 001 a 10 000	85	25	52	68	61	25	39	7
De 10 001 a 20 000	74	23	51	67	55	13	29	5
De 20 001 a 50 000	49	12	34	45	29	7	13	4
De 50 001 a 100 000	19	4	14	16	12	3	3	2
De 100 001 a 500 000	17	6	12	14	10	6	6	3
Mais de 500 000	3	1	2	2	3	2	-	-
Centro-Oeste	135	52	87	113	98	35	70	22
Até 5 000	34	11	16	25	27	6	19	3
De 5 001 a 10 000	29	10	23	25	23	5	20	4
De 10 001 a 20 000	29	12	16	24	19	9	13	6
De 20 001 a 50 000	24	11	18	21	17	8	11	4
De 50 001 a 100 000	13	6	9	12	8	5	5	4
De 100 001 a 500 000	4	2	4	4	3	1	1	1
Mais de 500 000	2	-	1	2	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive com quantidade ignorada. (2) Considerados apenas os sistemas desenvolvidos ou adquiridos pelos municípios como ferramenta de gestão pelo órgão gestor, envolvendo a coordenação da política e a gestão dos serviços socioassistenciais. (3) SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

Tabela 10 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por características da infraestrutura do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Com estrutura na assis- tência social	Características da infraestrutura do órgão gestor da assistência social								
			Telefone				Meios de locomoção				
							Veículos		Embarcações		Nenhum dos dois
			Linha telefônica instalada	Somente ramal	Linha telefônica e ramal	Nenhum dos dois	Total (1)	Quantida de	Total (1)	Quantida- de	
Brasil	5 570	5 567	2 719	757	1 497	594	3 770	9 611	26	30	1 788
Norte	450	450	239	51	50	110	228	600	17	20	214
Rondônia	52	52	30	3	16	3	50	197	-	-	2
Acre	22	22	15	1	3	3	10	23	3	4	9
Amazonas	62	62	27	2	2	31	21	38	1	1	41
Roraima	15	15	4	3	1	7	9	59	-	-	6
Pará	144	144	73	5	14	52	86	219	13	15	53
Amapá	16	16	12	-	-	4	3	6	-	-	13
Tocantins	139	139	78	37	14	10	49	58	-	-	90
Nordeste	1 794	1 793	866	250	282	395	1 136	2 381	4	5	656
Maranhão	217	216	100	19	10	87	89	167	3	3	126
Piauí	224	224	136	13	10	65	106	151	-	-	118
Ceará	184	184	105	10	40	29	157	453	1	2	27
Rio Grande do Norte	167	167	82	36	20	29	88	149	-	-	79
Paraíba	223	223	92	36	13	82	101	149	-	-	122
Pernambuco	185	185	82	43	42	18	140	303	-	-	45
Alagoas	102	102	44	5	20	33	70	154	-	-	32
Sergipe	75	75	51	4	10	10	50	100	-	-	25
Bahia	417	417	174	84	117	42	335	755	-	-	82
Sudeste	1 668	1 668	884	185	533	66	1 225	3 352	1	1	443
Minas Gerais	853	853	494	123	179	57	585	1 193	-	-	268
Espírito Santo	78	78	46	4	28	-	76	311	-	-	2
Rio de Janeiro	92	92	37	6	49	-	84	380	-	-	8
São Paulo	645	645	307	52	277	9	480	1 468	1	1	165
Sul	1 191	1 189	502	208	468	11	874	2 329	2	2	315
Paraná	399	399	191	67	138	3	286	1 040	2	2	113
Santa Catarina	295	294	97	53	142	2	223	535	-	-	71
Rio Grande do Sul	497	496	214	88	188	6	365	754	-	-	131
Centro-Oeste	467	467	228	63	164	12	307	949	2	2	160
Mato Grosso do Sul	79	79	33	7	39	-	74	265	1	1	5
Mato Grosso	141	141	71	19	46	5	92	279	1	1	49
Goiás	246	246	124	37	78	7	140	340	-	-	106
Distrito Federal	1	1	-	-	1	-	1	65	-	-	-

Tabela 10 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por características da infraestrutura do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Características da infraestrutura do órgão gestor da assistência social								
	Computadores em funcionamento				Compu- tador com acesso à Internet	Tipo de conexão usada		Órgão gestor possui página na Internet	Órgão gestor possui e-mail
	Nenhum	De 1 a 3	De 4 a 10	Mais de 10		Discada	Banda larga		
Brasil	17	2 335	2 390	825	5 527	288	5 236	409	5 110
Norte	1	141	228	80	444	34	410	33	379
Rondônia	-	10	26	16	52	2	50	5	44
Acre	-	5	15	2	22	2	20	-	18
Amazonas	-	28	22	12	59	4	55	5	45
Roraima	-	6	8	1	15	1	14	1	11
Pará	1	20	83	40	142	19	123	17	134
Amapá	-	9	5	2	16	3	13	-	10
Tocantins	-	63	69	7	138	3	135	5	117
Nordeste	7	695	845	246	1 774	160	1 613	119	1 581
Maranhão	-	73	123	20	214	25	189	17	188
Piauí	3	151	55	15	218	26	192	3	175
Ceará	2	37	102	43	181	22	159	18	175
Rio Grande do Norte	-	90	63	14	165	13	152	18	152
Paraíba	1	116	91	15	222	10	211	8	194
Pernambuco	-	54	93	38	185	17	168	9	167
Alagoas	1	37	52	12	101	6	95	4	88
Sergipe	-	34	35	6	72	4	68	9	73
Bahia	-	103	231	83	416	37	379	33	369
Sudeste	5	746	639	278	1 661	45	1 614	140	1 599
Minas Gerais	5	467	304	77	848	31	816	58	811
Espírito Santo	-	13	33	32	77	7	70	5	77
Rio de Janeiro	-	5	41	46	92	-	92	15	87
São Paulo	-	261	261	123	644	7	636	62	624
Sul	2	548	500	139	1 185	26	1 159	88	1 125
Paraná	-	220	139	40	398	9	389	31	375
Santa Catarina	2	135	120	37	292	5	287	19	276
Rio Grande do Sul	-	193	241	62	495	12	483	38	474
Centro-Oeste	2	205	178	82	463	23	440	29	426
Mato Grosso do Sul	-	18	35	26	79	2	77	5	79
Mato Grosso	1	60	55	25	139	14	125	11	129
Goiás	1	127	88	30	244	7	237	12	217
Distrito Federal	-	-	-	1	1	-	1	1	1

Tabela 10 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por características da infraestrutura do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Características da infraestrutura do órgão gestor da assistência social							
	Municípios com sistemas informatizados para gerenciar a política da assistência social (2)	O sistema utilizado permite						
		Registro e inscrição de entidades	Descrição do perfil do usuário	Acompanha-mento de atendimento a usuários	Acompanha-mento de serviços de programas	Integrar seto-res de conve-niamento, prestação de contas e paga-mento de entidades conveniadas	Prover informação pública sobre a rede socioassis-tencial do SUAS (1)	Outra
Brasil	1 559	549	964	1 341	1 162	410	774	210
Norte	123	48	77	108	91	41	72	16
Rondônia	18	6	8	14	9	9	6	6
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	30	13	17	26	24	8	22	3
Roraima	6	2	5	6	6	2	4	-
Pará	36	10	21	34	25	9	18	5
Amapá	5	4	4	2	4	2	3	-
Tocantins	28	13	22	26	23	11	19	2
Nordeste	421	158	228	355	344	119	241	52
Maranhão	68	21	36	56	55	13	40	12
Piauí	18	3	9	15	13	4	14	4
Ceará	44	20	18	32	31	11	18	7
Rio Grande do Norte	46	20	23	41	41	17	27	5
Paraíba	59	21	37	51	53	13	34	4
Pernambuco	44	18	26	37	34	17	22	3
Alagoas	14	4	5	10	7	2	6	2
Sergipe	17	5	9	15	14	2	5	3
Bahia	111	46	65	98	96	40	75	12
Sudeste	510	188	326	446	365	130	247	75
Minas Gerais	225	101	126	196	168	69	135	27
Espírito Santo	20	8	14	17	17	7	9	6
Rio de Janeiro	47	23	35	38	30	14	16	9
São Paulo	218	56	151	195	150	40	87	33
Sul	370	103	246	319	264	85	144	45
Paraná	105	35	67	91	74	20	33	10
Santa Catarina	89	20	66	79	62	15	28	16
Rio Grande do Sul	176	48	113	149	128	50	83	19
Centro-Oeste	135	52	87	113	98	35	70	22
Mato Grosso do Sul	18	9	13	14	11	5	10	8
Mato Grosso	53	17	35	46	39	13	22	4
Goiás	64	26	39	53	48	17	38	10
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive com quantidade ignorada. (2) Considerados apenas os sistemas desenvolvidos ou adquiridos pelos municípios como ferramenta de gestão pelo órgão gestor, envolvendo a coordenação da política e a gestão dos serviços socioassistenciais. (3) SUAS - Sistema Único de Assistência Social.

Tabela 11 - Pessoal ocupado na assistência social, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Pessoal ocupado na assistência social, por vínculo empregatício e escolaridade										
	Total (1)	Por vínculo					Por escolaridade				
		Estatutários	CLT	Somente comissionados	Estagiários	Sem vínculo permanente	Sem instrução	Ensino fundamental	Ensino médio	Ensino superior	Pós-graduação
Brasil	244 691	91 132	17 023	40 548	8 271	87 709	3 377	37 582	120 915	65 421	14 382
Até 5 000	15 013	5 859	621	3 775	252	4 506	224	1 959	7 078	4 476	1 276
De 5 001 a 10 000	20 515	6 890	1 124	4 302	531	7 668	513	2 842	10 266	5 592	1 292
De 10 001 a 20 000	38 078	11 941	2 247	7 394	732	15 765	632	5 539	20 302	8 974	2 129
De 20 001 a 50 000	55 115	17 545	4 099	9 383	1 312	22 767	565	9 082	29 022	12 969	2 778
De 50 001 a 100 000	31 448	11 202	2 191	5 112	1 148	11 795	708	4 966	15 612	7 666	1 519
De 100 001 a 500 000	54 460	22 992	4 993	7 854	2 663	15 958	188	8 224	26 016	16 140	3 530
Mais de 500 000	30 062	14 703	1 748	2 728	1 633	9 250	547	4 970	12 619	9 604	1 858
Norte	24 915	9 177	978	4 292	442	9 951	707	4 663	13 508	5 251	722
Até 5 000	1 359	585	1	352	1	420	2	229	715	374	39
De 5 001 a 10 000	1 698	568	52	325	10	743	22	239	997	372	68
De 10 001 a 20 000	3 619	1 182	160	614	4	1 659	44	662	2 104	711	98
De 20 001 a 50 000	5 643	1 832	324	774	28	2 610	132	1 185	3 069	1 060	133
De 50 001 a 100 000	4 457	1 604	86	699	4	2 064	262	962	2 356	780	97
De 100 001 a 500 000	6 439	2 372	222	1 367	126	2 352	15	1 225	3 368	1 598	233
Mais de 500 000	1 700	1 034	133	161	269	103	230	161	899	356	54
Nordeste	91 248	21 875	4 239	15 948	1 312	47 942	1 434	12 234	50 945	20 150	4 120
Até 5 000	4 518	1 206	76	1 259	16	1 961	85	584	2 438	1 153	258
De 5 001 a 10 000	8 392	2 193	240	1 673	98	4 188	260	1 193	4 647	1 871	421
De 10 001 a 20 000	19 538	4 518	675	3 834	206	10 306	413	2 523	11 421	3 897	909
De 20 001 a 50 000	26 221	6 033	1 140	4 289	241	14 585	317	3 762	15 210	5 330	1 009
De 50 001 a 100 000	12 712	3 138	453	2 161	115	6 845	217	1 651	6 933	2 810	433
De 100 001 a 500 000	11 587	2 588	1 049	1 789	326	5 835	33	1 404	6 408	2 877	600
Mais de 500 000	8 280	2 199	606	943	310	4 222	109	1 117	3 888	2 212	490
Sudeste	72 503	29 801	8 495	9 865	3 368	20 974	706	11 335	31 314	24 729	4 247
Até 5 000	3 229	1 227	325	554	72	1 051	41	333	1 359	1 206	290
De 5 001 a 10 000	4 818	1 504	572	827	121	1 794	78	602	2 142	1 690	306
De 10 001 a 20 000	7 383	2 667	974	1 257	199	2 286	86	1 009	3 389	2 296	509
De 20 001 a 50 000	13 188	4 289	2 049	2 134	565	4 151	85	2 274	6 141	3 882	763
De 50 001 a 100 000	8 398	3 288	1 275	1 132	526	2 177	150	1 455	3 619	2 642	497
De 100 001 a 500 000	24 204	10 950	2 680	2 998	1 196	6 380	89	3 615	10 473	8 476	1 551
Mais de 500 000	11 283	5 876	620	963	689	3 135	177	2 047	4 191	4 537	331
Sul	33 052	19 456	2 659	4 847	2 600	3 489	214	5 091	14 449	9 416	3 883
Até 5 000	3 449	1 757	189	833	152	518	40	439	1 350	1 108	512
De 5 001 a 10 000	3 068	1 546	186	709	225	402	60	347	1 310	991	360
De 10 001 a 20 000	3 960	1 969	341	837	295	518	48	584	1 722	1 138	468
De 20 001 a 50 000	5 644	3 136	535	1 091	414	467	17	987	2 548	1 529	564
De 50 001 a 100 000	3 992	2 382	295	486	416	413	11	668	1 879	1 046	388
De 100 001 a 500 000	9 374	5 899	943	826	898	808	38	1 553	4 247	2 504	1 032
Mais de 500 000	3 565	2 767	170	65	200	363		513	1 393	1 100	559
Centro-Oeste	22 973	10 823	652	5 596	549	5 353	316	4 259	10 699	5 875	1 410
Até 5 000	2 458	1 084	30	777	11	556	56	374	1 216	635	177
De 5 001 a 10 000	2 539	1 079	74	768	77	541	93	461	1 170	668	137
De 10 001 a 20 000	3 578	1 605	97	852	28	996	41	761	1 666	932	145
De 20 001 a 50 000	4 419	2 255	51	1 095	64	954	14	874	2 054	1 168	309
De 50 001 a 100 000	1 889	790	82	634	87	296	68	230	825	388	104
De 100 001 a 500 000	2 856	1 183	99	874	117	583	13	427	1 520	685	114
Mais de 500 000	5 234	2 827	219	596	165	1 427	31	1 132	2 248	1 399	424

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício e/ou escolaridade.

Tabela 12 - Pessoal ocupado na assistência social, por vínculo empregatício e escolaridade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Pessoal ocupado na assistência social, por vínculo empregatício e escolaridade										
	Total (1)	Por vínculo					Por escolaridade				
		Estatu- tários	CLT	Somente comis- sionados	Esta- giários	Sem vínculo perma- nente	Sem instru- ção	Ensino funda- mental	Ensino médio	Ensino superior	Pós- gradua- ção
Brasil	244 691	91 132	17 023	40 548	8 271	87 709	3 377	37 582	120 915	65 421	14 382
Norte	24 915	9 177	978	4 292	442	9 951	707	4 663	13 508	5 251	722
Rondônia	2 201	1 354	166	551	72	58	45	474	1 056	504	122
Acre	1 019	237	112	148	33	489	-	98	593	283	45
Amazonas	4 183	1 369	311	602	288	1 536	249	618	2 340	853	123
Roraima	922	244	-	252	-	426	10	129	559	208	16
Pará	12 130	4 158	355	1 821	42	5 756	393	2 675	6 595	2 229	239
Amapá	677	176	-	130	-	371	1	81	392	189	14
Tocantins	3 783	1 639	34	788	7	1 315	9	588	1 973	985	163
Nordeste	91 248	21 875	4 239	15 948	1 312	47 942	1 434	12 234	50 945	20 150	4 120
Maranhão	10 786	2 414	483	1 996	166	5 728	192	1 588	6 594	2 033	375
Piauí	6 347	1 305	248	1 463	58	3 273	172	805	3 177	1 704	418
Ceará	14 401	4 004	689	1 861	154	7 796	169	2 093	8 544	3 100	495
Rio Grande do Norte	7 683	2 029	547	1 832	83	3 192	87	1 099	4 249	1 975	273
Paraíba	8 730	2 406	48	1 582	56	4 638	116	1 555	4 727	1 944	388
Pernambuco	13 622	2 042	1 178	2 137	261	8 003	215	1 645	7 067	2 881	553
Alagoas	5 706	1 423	199	574	149	3 361	95	890	3 114	1 248	359
Sergipe	4 098	1 706	164	991	67	1 170	188	494	1 745	1 057	334
Bahia	19 875	4 546	683	3 512	318	10 781	200	2 065	11 728	4 208	925
Sudeste	72 503	29 801	8 495	9 865	3 368	20 974	706	11 335	31 314	24 729	4 247
Minas Gerais	23 536	9 008	1 002	2 917	1 032	9 577	350	3 555	10 529	7 425	1 677
Espírito Santo	6 387	2 157	522	1 168	271	2 269	38	883	2 884	1 915	589
Rio de Janeiro	15 710	5 171	1 346	2 491	85	6 617	148	3 253	6 409	5 240	566
São Paulo	26 870	13 465	5 625	3 289	1 980	2 511	170	3 644	11 492	10 149	1 415
Sul	33 052	19 456	2 659	4 847	2 600	3 489	214	5 091	14 449	9 416	3 883
Paraná	14 007	9 113	1 044	1 800	1 081	969	65	2 063	6 075	3 755	2 049
Santa Catarina	7 750	4 380	832	1 194	345	998	72	1 167	3 002	2 385	1 125
Rio Grande do Sul	11 295	5 963	783	1 853	1 174	1 522	77	1 861	5 372	3 276	709
Centro-Oeste	22 973	10 823	652	5 596	549	5 353	316	4 259	10 699	5 875	1 410
Mato Grosso do Sul	5 245	2 283	227	1 017	155	1 563	5	1 127	2 306	1 525	282
Mato Grosso	5 371	2 574	298	838	76	1 585	113	1 071	2 513	1 419	255
Goiás	10 309	4 252	127	3 635	164	2 131	167	1 869	5 174	2 226	459
Distrito Federal	2 048	1 714	-	106	154	74	31	192	706	705	414

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive os servidores sem declaração de vínculo empregatício e/ou escolaridade.

Tabela 13 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por escolaridade do titular do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total (1)	Com estrutura na assis- tência social	Escolaridade do titular do órgão gestor de assistência social						
			Ensino funda- mental incompleto	Ensino funda- mental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior incompleto	Ensino superior completo	Pós- graduação
Brasil	5 570	5 567	106	64	193	1 013	554	2 142	1 494
Até 5 000	1 247	1 244	48	23	61	293	108	430	281
De 5 001 a 10 000	1 227	1 227	28	19	58	246	128	502	246
De 10 001 a 20 000	1 378	1 378	17	10	41	245	152	538	375
De 20 001 a 50 000	1 080	1 080	12	7	30	165	113	414	338
De 50 001 a 100 000	339	339	-	4	3	40	38	129	125
De 100 001 a 500 000	260	260	1	1	-	22	13	115	108
Mais de 500 000	39	39	-	-	-	2	2	14	21
Norte	450	450	9	6	19	86	58	191	81
Até 5 000	80	80	5	-	4	14	5	43	9
De 5 001 a 10 000	81	81	-	2	3	19	10	33	14
De 10 001 a 20 000	110	110	-	1	9	18	14	47	21
De 20 001 a 50 000	111	111	3	2	3	25	23	34	21
De 50 001 a 100 000	42	42	-	1	-	8	5	19	9
De 100 001 a 500 000	24	24	1	-	-	2	1	13	7
Mais de 500 000	2	2	-	-	-	-	-	2	-
Nordeste	1 794	1 793	16	13	42	313	209	660	540
Até 5 000	234	233	2	2	7	52	30	77	63
De 5 001 a 10 000	360	360	6	5	12	72	47	137	81
De 10 001 a 20 000	577	577	5	5	10	104	76	203	174
De 20 001 a 50 000	443	443	3	1	12	67	41	170	149
De 50 001 a 100 000	119	119	-	-	1	14	11	47	46
De 100 001 a 500 000	50	50	-	-	-	4	4	23	19
Mais de 500 000	11	11	-	-	-	-	-	3	8
Sudeste	1 668	1 668	16	15	45	234	138	762	458
Até 5 000	374	374	6	6	9	53	31	170	99
De 5 001 a 10 000	397	397	5	4	21	63	45	186	73
De 10 001 a 20 000	359	359	4	2	7	55	29	168	94
De 20 001 a 50 000	290	290	1	1	6	37	20	135	90
De 50 001 a 100 000	107	107	-	2	2	12	8	44	39
De 100 001 a 500 000	124	124	-	-	-	12	4	53	55
Mais de 500 000	17	17	-	-	-	2	1	6	8
Sul	1 191	1 189	49	24	59	264	105	372	316
Até 5 000	420	418	31	12	28	117	33	104	93
De 5 001 a 10 000	280	280	11	7	16	62	22	102	60
De 10 001 a 20 000	228	228	3	1	9	53	20	76	66
De 20 001 a 50 000	159	159	4	2	6	25	18	56	48
De 50 001 a 100 000	52	52	-	1	-	5	9	13	24
De 100 001 a 500 000	48	48	-	1	-	2	2	20	23
Mais de 500 000	4	4	-	-	-	-	1	1	2
Centro-Oeste	467	467	16	6	28	116	44	157	99
Até 5 000	139	139	4	3	13	57	9	36	17
De 5 001 a 10 000	109	109	6	1	6	30	4	44	18
De 10 001 a 20 000	104	104	5	1	6	15	13	44	20
De 20 001 a 50 000	77	77	1	1	3	11	11	19	30
De 50 001 a 100 000	19	19	-	-	-	1	5	6	7
De 100 001 a 500 000	14	14	-	-	-	2	2	6	4
Mais de 500 000	5	5	-	-	-	-	-	2	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Nota: A informação refere-se à escolaridade concluída do gestor, exceto para ensino fundamental, que poderá ser concluído ou não.

(1) Inclusive os municípios com escolaridade ignorada.

Tabela 14 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por escolaridade do titular do órgão gestor da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total (1)	Com estrutura na assis- tência social	Escolaridade do titular do órgão gestor de assistência social						
			Ensino funda- mental incompleto	Ensino funda- mental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior incompleto	Ensino superior completo	Pós- graduação
Brasil	5 570	5 567	106	64	193	1 013	554	2 142	1 494
Norte	450	450	9	6	19	86	58	191	81
Rondônia	52	52	3	1	3	5	10	14	16
Acre	22	22	-	-	1	4	3	6	8
Amazonas	62	62	-	-	1	13	5	30	13
Roraima	15	15	-	-	-	2	3	5	5
Pará	144	144	2	3	9	37	28	52	13
Amapá	16	16	-	1	1	2	2	6	4
Tocantins	139	139	4	1	4	23	7	78	22
Nordeste	1 794	1 793	16	13	42	313	209	660	540
Maranhão	217	216	1	4	6	40	28	80	57
Piauí	224	224	5	3	9	40	28	82	57
Ceará	184	184	1	-	1	18	16	79	69
Rio Grande do Norte	167	167	1	1	4	29	14	60	58
Paraíba	223	223	2	2	4	53	26	77	59
Pernambuco	185	185	1	1	5	24	12	68	74
Alagoas	102	102	1	-	1	15	17	34	34
Sergipe	75	75	-	-	2	9	11	25	28
Bahia	417	417	4	2	10	85	57	155	104
Sudeste	1 668	1 668	16	15	45	234	138	762	458
Minas Gerais	853	853	12	11	33	143	83	342	229
Espírito Santo	78	78	2	-	-	14	7	15	40
Rio de Janeiro	92	92	-	1	1	20	9	28	33
São Paulo	645	645	2	3	11	57	39	377	156
Sul	1 191	1 189	49	24	59	264	105	372	316
Paraná	399	399	9	6	14	78	26	124	142
Santa Catarina	295	294	13	6	11	58	22	93	91
Rio Grande do Sul	497	496	27	12	34	128	57	155	83
Centro-Oeste	467	467	16	6	28	116	44	157	99
Mato Grosso do Sul	79	79	4	-	4	7	6	30	28
Mato Grosso	141	141	5	2	12	33	17	44	28
Goiás	246	246	7	4	12	76	21	83	42
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Nota: A informação refere-se à escolaridade concluída do gestor, exceto para ensino fundamental, que poderá ser concluído ou não.

(1) Inclusive os municípios com escolaridade ignorada.

Tabela 15 - Gestor da assistência social com nível superior e pós-graduado, por área de formação, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Gestor da assistência social com nível superior e pós-graduado, por formação													
	Assistente social	Terapeuta ocupacional	Psicólogo	Médico	Enfermeiro	Pedagogo	Sociólogo	Advogado	Jornalista	Nutricionista	Administrador	Economista	Contabilista	Outras
Brasil	1 100	7	135	17	108	774	31	202	16	24	216	28	74	904
Até 5 000	231	1	27	2	25	167	1	18	2	3	31	7	12	184
De 5 001 a 10 000	222	3	27	-	23	169	5	34	3	7	35	8	19	193
De 10 001 a 20 000	277	1	27	-	27	209	6	40	2	3	58	6	17	240
De 20 001 a 50 000	229	2	32	6	23	150	5	48	1	6	53	3	11	183
De 50 001 a 100 000	70	-	11	2	7	45	6	25	2	3	17	2	8	56
De 100 001 a 500 000	62	-	9	4	3	32	7	33	4	1	19	1	5	43
Mais de 500 000	9	-	2	3	-	2	1	4	2	1	3	1	2	5
Norte	73	-	8	-	6	77	5	13	2	1	23	4	6	54
Até 5 000	14	-	1	-	1	20	-	-	-	-	3	-	2	11
De 5 001 a 10 000	11	-	2	-	3	13	1	1	-	1	4	1	-	10
De 10 001 a 20 000	15	-	2	-	-	25	1	3	-	-	4	2	-	16
De 20 001 a 50 000	20	-	1	-	1	12	1	3	-	-	6	-	2	9
De 50 001 a 100 000	8	-	2	-	-	4	2	3	-	-	2	1	1	5
De 100 001 a 500 000	4	-	-	-	1	3	-	3	1	-	4	-	1	3
Mais de 500 000	1	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Nordeste	291	3	46	7	37	297	11	54	5	10	66	11	22	340
Até 5 000	28	-	9	1	4	46	1	2	1	-	7	1	2	38
De 5 001 a 10 000	48	1	5	-	3	60	1	8	2	1	11	3	6	69
De 10 001 a 20 000	90	1	11	-	11	92	1	13	-	1	20	2	10	125
De 20 001 a 50 000	82	1	16	4	12	75	2	20	-	4	19	3	2	79
De 50 001 a 100 000	25	-	4	1	6	16	3	6	-	2	5	1	1	23
De 100 001 a 500 000	12	-	1	-	1	8	2	5	2	1	3	1	1	5
Mais de 500 000	6	-	-	1	-	-	1	-	-	1	1	-	-	1
Sudeste	532	3	43	7	34	177	7	78	4	7	54	9	20	245
Até 5 000	130	1	7	1	8	38	-	10	-	2	7	5	2	58
De 5 001 a 10 000	120	1	6	-	9	40	2	14	-	3	9	2	4	49
De 10 001 a 20 000	126	-	11	-	9	40	2	13	-	1	10	1	3	46
De 20 001 a 50 000	87	1	10	1	7	33	1	13	1	1	15	-	4	51
De 50 001 a 100 000	28	-	4	1	-	12	1	12	2	-	6	-	4	13
De 100 001 a 500 000	39	-	4	3	1	12	1	14	1	-	6	-	2	25
Mais de 500 000	2	-	1	1	-	2	-	2	-	-	1	1	1	3
Sul	163	1	28	2	29	152	5	36	3	5	51	1	21	191
Até 5 000	49	-	8	-	10	46	-	6	1	1	13	-	6	57
De 5 001 a 10 000	34	1	12	-	8	37	-	5	-	2	8	1	6	48
De 10 001 a 20 000	34	-	1	-	7	35	-	6	1	1	15	-	4	38
De 20 001 a 50 000	32	-	2	-	3	19	1	9	-	-	9	-	2	27
De 50 001 a 100 000	8	-	1	-	1	9	-	2	-	1	1	-	2	12
De 100 001 a 500 000	6	-	3	1	-	6	4	8	-	-	5	-	1	9
Mais de 500 000	-	-	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-
Centro-Oeste	41	-	10	1	2	71	3	21	2	1	22	3	5	74
Até 5 000	10	-	2	-	2	17	-	-	-	-	1	1	-	20
De 5 001 a 10 000	9	-	2	-	-	19	1	6	1	-	3	1	3	17
De 10 001 a 20 000	12	-	2	-	-	17	2	5	1	-	9	1	-	15
De 20 001 a 50 000	8	-	3	1	-	11	-	3	-	1	4	-	1	17
De 50 001 a 100 000	1	-	-	-	-	4	-	2	-	-	3	-	-	3
De 100 001 a 500 000	1	-	1	-	-	3	-	3	-	-	1	-	-	1
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	1	-	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 16 - Gestor da assistência social com nível superior e pós-graduado, por área de formação, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Gestor da assistência social com nível superior e pós-graduado, por formação													
	Assistente social	Terapeuta ocupacional	Psicólogo	Médico	Enfermeiro	Pedagogo	Sociólogo	Advogado	Jornalista	Nutricionista	Administrador	Economista	Contabilista	Outras
Brasil	1 100	7	135	17	108	774	31	202	16	24	216	28	74	904
Norte	73	-	8	-	6	77	5	13	2	1	23	4	6	54
Rondônia	5	-	1	-	2	14	-	2	-	1	1	-	-	4
Acre	3	-	-	-	-	5	-	-	-	-	1	1	-	4
Amazonas	15	-	4	-	1	2	1	2	1	-	4	1	1	11
Roraima	-	-	-	-	-	4	-	-	-	-	1	1	-	4
Pará	24	-	1	-	-	12	3	4	1	-	9	-	3	8
Amapá	5	-	-	-	-	3	1	-	-	-	-	-	-	1
Tocantins	21	-	2	-	3	37	-	5	-	-	7	1	2	22
Nordeste	291	3	46	7	37	297	11	54	5	10	66	11	22	340
Maranhão	34	1	4	-	9	37	1	5	1	1	3	2	2	37
Piauí	25	-	4	-	3	42	2	4	1	1	10	-	1	46
Ceará	36	1	2	-	4	42	3	5	-	4	8	2	4	37
Rio Grande do Norte	29	-	4	-	4	39	1	2	-	-	8	2	2	27
Paraíba	28	-	12	-	5	29	1	5	2	2	5	1	6	40
Pernambuco	28	-	4	3	5	36	-	8	-	-	8	1	1	48
Alagoas	20	-	4	1	1	12	-	6	-	1	2	1	-	20
Sergipe	19	-	5	-	-	13	-	3	1	-	3	-	-	9
Bahia	72	1	7	3	6	47	3	16	-	1	19	2	6	76
Sudeste	532	3	43	7	34	177	7	78	4	7	54	9	20	245
Minas Gerais	209	-	19	1	24	93	3	33	-	4	26	8	11	140
Espírito Santo	12	-	2	1	3	12	-	4	-	-	7	-	-	14
Rio de Janeiro	16	-	2	4	2	8	1	5	-	-	3	-	2	18
São Paulo	295	3	20	1	5	64	3	36	4	3	18	1	7	73
Sul	163	1	28	2	29	152	5	36	3	5	51	1	21	191
Paraná	71	-	5	-	6	72	3	8	1	1	13	1	7	78
Santa Catarina	51	-	9	2	9	41	-	10	1	2	18	-	9	32
Rio Grande do Sul	41	1	14	-	14	39	2	18	1	2	20	-	5	81
Centro-Oeste	41	-	10	1	2	71	3	21	2	1	22	3	5	74
Mato Grosso do Sul	13	-	4	-	-	19	-	4	-	-	4	1	-	13
Mato Grosso	17	-	2	-	-	20	1	6	2	-	9	-	3	14
Goiás	11	-	4	1	2	32	2	11	-	1	9	2	1	47
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 17 - Municípios, total e com estrutura na assistência social, por sexo e grupos de idades do titular do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Total	Com estrutura na assis- tência social	Sexo e grupos de idade do titular do órgão gestor									
			Masculino					Feminino				
			Total (1)	De 18 a 25 anos	De 26 a 40 anos	De 41 a 60 anos	Mais de 60 anos	Total (1)	De 18 a 25 anos	De 26 a 40 anos	De 41 a 60 anos	Mais de 60 anos
Brasil	5 570	5 567	988	38	409	487	53	4 578	148	1 879	2 308	222
Até 5 000	1 247	1 244	222	11	102	106	3	1 022	45	487	457	29
De 5 001 a 10 000	1 227	1 227	176	11	77	79	9	1 051	42	462	499	45
De 10 001 a 20 000	1 378	1 378	229	10	108	95	16	1 149	32	481	582	51
De 20 001 a 50 000	1 080	1 080	202	4	75	109	13	877	23	322	473	51
De 50 001 a 100 000	339	339	79	2	24	48	5	260	5	79	154	20
De 100 001 a 500 000	260	260	66	-	21	39	6	194	1	44	123	25
Mais de 500 000	39	39	14	-	2	11	1	25	-	4	20	1
Norte	450	450	53	2	28	21	2	397	16	187	177	14
Até 5 000	80	80	7	-	3	4	-	73	3	38	31	-
De 5 001 a 10 000	81	81	5	-	2	3	-	76	4	40	27	5
De 10 001 a 20 000	110	110	14	-	7	7	-	96	2	49	41	4
De 20 001 a 50 000	111	111	16	1	11	2	2	95	7	39	45	3
De 50 001 a 100 000	42	42	8	1	3	4	-	34	-	18	14	1
De 100 001 a 500 000	24	24	3	-	2	1	-	21	-	3	17	1
Mais de 500 000	2	2	-	-	-	-	-	2	-	-	2	-
Nordeste	1 794	1 793	246	11	132	97	6	1 547	53	652	757	79
Até 5 000	234	233	32	3	23	5	1	201	6	106	81	8
De 5 001 a 10 000	360	360	46	2	24	19	1	314	14	135	151	14
De 10 001 a 20 000	577	577	86	3	51	29	3	491	20	196	251	22
De 20 001 a 50 000	443	443	50	3	23	24	-	393	9	163	197	21
De 50 001 a 100 000	119	119	14	-	4	10	-	105	4	35	55	10
De 100 001 a 500 000	50	50	15	-	7	8	-	35	-	15	17	3
Mais de 500 000	11	11	3	-	-	2	1	8	-	2	5	1
Sudeste	1 668	1 668	352	9	138	180	25	1 316	42	544	659	70
Até 5 000	374	374	65	2	32	29	2	309	16	153	131	9
De 5 001 a 10 000	397	397	65	4	33	25	3	332	15	167	139	11
De 10 001 a 20 000	359	359	66	3	26	31	6	293	6	128	147	12
De 20 001 a 50 000	290	290	78	-	24	50	4	212	3	66	122	20
De 50 001 a 100 000	107	107	37	-	13	19	5	70	1	13	51	5
De 100 001 a 500 000	124	124	34	-	9	20	5	90	1	17	59	13
Mais de 500 000	17	17	7	-	1	6	-	10	-	-	10	-
Sul	1 191	1 189	300	14	97	170	19	889	25	345	477	38
Até 5 000	420	418	112	5	43	64	-	306	12	140	144	8
De 5 001 a 10 000	280	280	55	5	16	29	5	225	8	83	124	9
De 10 001 a 20 000	228	228	53	4	18	24	7	175	4	69	94	8
De 20 001 a 50 000	159	159	50	-	14	29	7	109	1	35	68	5
De 50 001 a 100 000	52	52	17	-	4	13	-	35	-	10	22	3
De 100 001 a 500 000	48	48	11	-	2	9	-	37	-	7	24	5
Mais de 500 000	4	4	2	-	-	2	-	2	-	1	1	-
Centro-Oeste	467	467	37	2	14	19	1	429	12	151	238	21
Até 5 000	139	139	6	1	1	4	-	133	8	50	70	4
De 5 001 a 10 000	109	109	5	-	2	3	-	104	1	37	58	6
De 10 001 a 20 000	104	104	10	-	6	4	-	94	-	39	49	5
De 20 001 a 50 000	77	77	8	-	3	4	-	68	3	19	41	2
De 50 001 a 100 000	19	19	3	1	-	2	-	16	-	3	12	1
De 100 001 a 500 000	14	14	3	-	1	1	1	11	-	2	6	3
Mais de 500 000	5	5	2	-	1	1	-	3	-	1	2	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive sem declaração de idade.

Tabela 18 - Municípios, total, com estrutura na assistência social por sexo e grupos de idades do titular do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Total	Com estrutura na assis- tência social	Sexo e grupos de idade do titular do órgão gestor									
			Masculino					Feminino				
			Total (1)	De 18 a 25 anos	De 26 a 40 anos	De 41 a 60 anos	Mais de 60 anos	Total (1)	De 18 a 25 anos	De 26 a 40 anos	De 41 a 60 anos	Mais de 60 anos
Brasil	5 570	5 567	988	38	409	487	53	4 578	148	1 879	2 308	222
Norte	450	450	53	2	28	21	2	397	16	187	177	14
Rondônia	52	52	10	-	4	5	1	42	1	23	18	-
Acre	22	22	2	-	2	-	-	20	3	11	6	-
Amazonas	62	62	14	1	6	7	-	48	-	21	26	1
Roraima	15	15	-	-	-	-	-	15	-	9	5	1
Pará	144	144	13	-	9	3	1	131	6	57	61	5
Amapá	16	16	1	-	1	-	-	15	1	4	10	-
Tocantins	139	139	13	1	6	6	-	126	5	62	51	7
Nordeste	1 794	1 793	246	11	132	97	6	1 547	53	652	757	79
Maranhão	217	216	26	-	11	15	-	190	11	86	82	9
Piauí	224	224	22	2	12	8	-	202	6	94	88	14
Ceará	184	184	27	3	15	8	1	157	7	59	86	5
Rio Grande do Norte	167	167	21	1	14	6	-	146	8	56	77	5
Paraíba	223	223	37	2	22	12	1	186	4	86	89	7
Pernambuco	185	185	27	-	16	11	-	158	3	65	81	9
Alagoas	102	102	15	1	8	5	1	87	5	30	43	8
Sergipe	75	75	7	-	4	3	-	68	2	25	34	7
Bahia	417	417	64	2	30	29	3	353	7	151	177	15
Sudeste	1 668	1 668	352	9	138	180	25	1 316	42	544	659	70
Minas Gerais	853	853	219	8	82	115	14	634	25	312	274	23
Espírito Santo	78	78	17	-	8	9	-	61	1	19	35	5
Rio de Janeiro	92	92	27	-	11	14	2	65	2	21	38	4
São Paulo	645	645	89	1	37	42	9	556	14	192	312	38
Sul	1 191	1 189	300	14	97	170	19	889	25	345	477	38
Paraná	399	399	48	3	18	23	4	351	10	131	197	11
Santa Catarina	295	294	98	5	28	61	4	196	5	82	102	5
Rio Grande do Sul	497	496	154	6	51	86	11	342	10	132	178	22
Centro-Oeste	467	467	37	2	14	19	2	429	12	151	238	21
Mato Grosso do Sul	79	79	13	-	6	7	-	66	1	21	41	3
Mato Grosso	141	141	9	1	4	3	1	132	5	47	69	4
Goiás	246	246	14	1	4	8	1	231	6	83	128	14
Distrito Federal	1	1	1	-	-	1	-	-	-	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive sem declaração de idade.

Tabela 19 - Municípios, total, com estrutura na assistência social e com a primeira dama do município como gestora, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios			
	Total	Com estrutura na assistência social	Com órgão gestor da assistência social com titular do sexo feminino	Com a primeira dama do município como gestora da política de assistência social
Brasil	5 570	5 567	4 578	1 305
Até 5 000	1 247	1 244	1 022	319
De 5 001 a 10 000	1 227	1 227	1 051	330
De 10 001 a 20 000	1 378	1 378	1 149	320
De 20 001 a 50 000	1 080	1 080	877	240
De 50 001 a 100 000	339	339	260	49
De 100 001 a 500 000	260	260	194	43
Mais de 500 000	39	39	25	4
Norte	450	450	397	165
Até 5 000	80	80	73	38
De 5 001 a 10 000	81	81	76	33
De 10 001 a 20 000	110	110	96	37
De 20 001 a 50 000	111	111	95	38
De 50 001 a 100 000	42	42	34	10
De 100 001 a 500 000	24	24	21	8
Mais de 500 000	2	2	2	1
Nordeste	1 794	1 793	1 547	459
Até 5 000	234	233	201	64
De 5 001 a 10 000	360	360	314	108
De 10 001 a 20 000	577	577	491	144
De 20 001 a 50 000	443	443	393	112
De 50 001 a 100 000	119	119	105	20
De 100 001 a 500 000	50	50	35	11
Mais de 500 000	11	11	8	-
Sudeste	1 668	1 668	1 316	195
Até 5 000	374	374	309	51
De 5 001 a 10 000	397	397	332	54
De 10 001 a 20 000	359	359	293	39
De 20 001 a 50 000	290	290	212	28
De 50 001 a 100 000	107	107	70	8
De 100 001 a 500 000	124	124	90	14
Mais de 500 000	17	17	10	1
Sul	1 191	1 189	889	230
Até 5 000	420	418	306	78
De 5 001 a 10 000	280	280	225	62
De 10 001 a 20 000	228	228	175	50
De 20 001 a 50 000	159	159	109	30
De 50 001 a 100 000	52	52	35	4
De 100 001 a 500 000	48	48	37	5
Mais de 500 000	4	4	2	1
Centro-Oeste	467	467	429	256
Até 5 000	139	139	133	88
De 5 001 a 10 000	109	109	104	73
De 10 001 a 20 000	104	104	94	50
De 20 001 a 50 000	77	77	68	32
De 50 001 a 100 000	19	19	16	7
De 100 001 a 500 000	14	14	11	5
Mais de 500 000	5	5	3	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 20 - Municípios, total, com estrutura na assistência social e com a primeira dama do município como gestora, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			
	Total	Com estrutura na assistência social	Com órgão gestor da assistência social com titular do sexo feminino	Com a primeira dama do município como gestora da política de assistência social
Brasil	5 570	5 567	4 578	1 305
Norte	450	450	397	165
Rondônia	52	52	42	8
Acre	22	22	20	11
Amazonas	62	62	48	11
Roraima	15	15	15	9
Pará	144	144	131	59
Amapá	16	16	15	3
Tocantins	139	139	126	64
Nordeste	1 794	1 793	1 547	459
Maranhão	217	216	190	61
Piauí	224	224	202	85
Ceará	184	184	157	40
Rio Grande do Norte	167	167	146	31
Paraíba	223	223	186	57
Pernambuco	185	185	158	34
Alagoas	102	102	87	20
Sergipe	75	75	68	26
Bahia	417	417	353	105
Sudeste	1 668	1 668	1 316	195
Minas Gerais	853	853	634	97
Espírito Santo	78	78	61	10
Rio de Janeiro	92	92	65	18
São Paulo	645	645	556	70
Sul	1 191	1 189	889	230
Paraná	399	399	351	148
Santa Catarina	295	294	196	13
Rio Grande do Sul	497	496	342	69
Centro-Oeste	467	467	429	256
Mato Grosso do Sul	79	79	66	22
Mato Grosso	141	141	132	72
Goiás	246	246	231	162
Distrito Federal	1	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 21 - Municípios, total, com estrutura na assistência social e com a gestão municipal da política recebendo orientações e apoio técnico do órgão gestor da assistência social do estado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		
	Total	Com estrutura na assistência social	A gestão municipal de assistência social recebe orientações e apoio técnico do órgão gestor da assistência social do estado
Brasil	5 570	5 567	5 158
Até 5 000	1 247	1 244	1 123
De 5 001 a 10 000	1 227	1 227	1 146
De 10 001 a 20 000	1 378	1 378	1 288
De 20 001 a 50 000	1 080	1 080	1 005
De 50 001 a 100 000	339	339	320
De 100 001 a 500 000	260	260	243
Mais de 500 000	39	39	33
Norte	450	450	427
Até 5 000	80	80	79
De 5 001 a 10 000	81	81	80
De 10 001 a 20 000	110	110	105
De 20 001 a 50 000	111	111	101
De 50 001 a 100 000	42	42	37
De 100 001 a 500 000	24	24	23
Mais de 500 000	2	2	2
Nordeste	1 794	1 793	1 685
Até 5 000	234	233	221
De 5 001 a 10 000	360	360	336
De 10 001 a 20 000	577	577	538
De 20 001 a 50 000	443	443	418
De 50 001 a 100 000	119	119	116
De 100 001 a 500 000	50	50	47
Mais de 500 000	11	11	9
Sudeste	1 668	1 668	1 631
Até 5 000	374	374	365
De 5 001 a 10 000	397	397	388
De 10 001 a 20 000	359	359	352
De 20 001 a 50 000	290	290	285
De 50 001 a 100 000	107	107	105
De 100 001 a 500 000	124	124	120
Mais de 500 000	17	17	16
Sul	1 191	1 189	990
Até 5 000	420	418	335
De 5 001 a 10 000	280	280	242
De 10 001 a 20 000	228	228	194
De 20 001 a 50 000	159	159	132
De 50 001 a 100 000	52	52	46
De 100 001 a 500 000	48	48	39
Mais de 500 000	4	4	2
Centro-Oeste	467	467	425
Até 5 000	139	139	123
De 5 001 a 10 000	109	109	100
De 10 001 a 20 000	104	104	99
De 20 001 a 50 000	77	77	69
De 50 001 a 100 000	19	19	16
De 100 001 a 500 000	14	14	14
Mais de 500 000	5	5	4

Tabela 22 - Municípios, total, com estrutura na assistência social e com a gestão municipal da política recebendo orientações e apoio técnico do órgão gestor da assistência social do estado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		
	Total	Com estrutura na assistência social	A gestão municipal de assistência social recebe orientações e apoio técnico do órgão gestor da assistência social do estado
Brasil	5 570	5 567	5 158
Norte	450	450	427
Rondônia	52	52	45
Acre	22	22	22
Amazonas	62	62	59
Roraima	15	15	15
Pará	144	144	131
Amapá	16	16	16
Tocantins	139	139	139
Nordeste	1 794	1 793	1 685
Maranhão	217	216	189
Piauí	224	224	212
Ceará	184	184	178
Rio Grande do Norte	167	167	152
Paraíba	223	223	210
Pernambuco	185	185	181
Alagoas	102	102	100
Sergipe	75	75	70
Bahia	417	417	393
Sudeste	1 668	1 668	1 631
Minas Gerais	853	853	831
Espírito Santo	78	78	77
Rio de Janeiro	92	92	88
São Paulo	645	645	635
Sul	1 191	1 189	990
Paraná	399	399	396
Santa Catarina	295	294	226
Rio Grande do Sul	497	496	368
Centro-Oeste	467	467	425
Mato Grosso do Sul	79	79	78
Mato Grosso	141	141	134
Goiás	246	246	213
Distrito Federal	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 23 - Municípios, total e com processo formativo, realizado nos últimos 12 meses para o pessoal ocupado na área de assistência social, por modalidade e público alvo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios		Municípios										
		Total	Com processo formativo, realizado nos últimos 12 meses									
			Total	Com cursos de capacitação introdutória com carga horária entre 20 e 40 horas								
				Total	Público alvo						Profissionais de nível médio do SUAS	
					Titular do órgão gestor	Conselheiros municipais		Profissionais de nível superior do SUAS				
						Total (2)	Quantidade	Total (2)	Quantidade	Total (2)	Quantidade	
Brasil		5 570	4 631	3 435	1 792	1 813	9 290	2 977	18 462	2 042	13 311	
Até 5 000		1 247	1 042	733	400	345	1 170	643	1 480	396	803	
De 5 001 a 10 000		1 227	1 006	737	404	370	1 200	635	1 711	427	1 203	
De 10 001 a 20 000		1 378	1 128	849	464	443	1 877	727	2 391	499	2 026	
De 20 001 a 50 000		1 080	897	705	348	415	2 274	616	3 340	445	3 027	
De 50 001 a 100 000		339	289	201	100	118	814	177	1 549	128	1 166	
De 100 001 a 500 000		260	235	182	72	106	1 089	157	4 750	127	3 315	
Mais de 500 000		39	34	27	4	16	866	22	3 241	20	1 771	
Norte		450	388	289	178	203	865	245	1 039	215	1 370	
Até 5 000		80	74	49	38	39	126	45	105	35	74	
De 5 001 a 10 000		81	72	54	42	39	123	49	130	42	176	
De 10 001 a 20 000		110	94	71	46	47	153	56	154	55	289	
De 20 001 a 50 000		111	93	68	34	47	201	54	191	52	250	
De 50 001 a 100 000		42	32	25	10	15	114	22	125	17	213	
De 100 001 a 500 000		24	22	21	8	15	148	18	334	13	368	
Mais de 500 000		2	1	1	-	1	-	1	-	1	-	
Nordeste		1 794	1 460	1 144	642	660	3 622	972	7 193	749	6 531	
Até 5 000		234	203	149	96	72	229	128	311	90	268	
De 5 001 a 10 000		360	292	228	125	126	441	185	512	159	518	
De 10 001 a 20 000		577	459	356	204	206	953	299	1 046	223	1 100	
De 20 001 a 50 000		443	349	289	158	176	1 042	252	1 491	197	1 880	
De 50 001 a 100 000		119	105	78	40	51	309	69	592	51	556	
De 100 001 a 500 000		50	42	35	17	23	203	31	1 305	24	1 172	
Mais de 500 000		11	10	9	2	6	445	8	1 936	5	1 037	
Sudeste		1 668	1 401	930	451	424	2 113	819	5 167	475	2 691	
Até 5 000		374	316	205	100	93	293	180	473	89	148	
De 5 001 a 10 000		397	325	210	113	81	247	188	492	98	268	
De 10 001 a 20 000		359	289	194	102	82	331	170	526	101	301	
De 20 001 a 50 000		290	249	178	77	99	462	161	831	94	425	
De 50 001 a 100 000		107	89	51	29	23	86	45	380	27	120	
De 100 001 a 500 000		124	117	81	28	39	332	68	1 744	58	1 213	
Mais de 500 000		17	16	11	2	7	362	7	721	8	216	
Sul		1 191	965	726	308	316	1 899	642	3 405	385	1 700	
Até 5 000		420	328	235	101	82	351	213	442	121	190	
De 5 001 a 10 000		280	221	164	67	72	246	141	348	74	127	
De 10 001 a 20 000		228	190	150	65	64	304	135	443	74	207	
De 20 001 a 50 000		159	134	106	49	56	378	91	495	61	302	
De 50 001 a 100 000		52	48	35	13	21	273	31	386	27	252	
De 100 001 a 500 000		48	41	34	13	21	347	29	1 173	26	470	
Mais de 500 000		4	3	2	-	-	-	2	118	2	152	
Centro-Oeste		467	417	346	213	210	791	299	1 658	218	1 019	
Até 5 000		139	121	96	65	59	171	77	149	61	123	
De 5 001 a 10 000		109	96	81	57	52	143	72	229	54	114	
De 10 001 a 20 000		104	96	78	47	44	136	67	222	46	129	
De 20 001 a 50 000		77	72	64	30	37	191	58	332	41	170	
De 50 001 a 100 000		19	15	12	8	8	32	10	66	6	25	
De 100 001 a 500 000		14	13	11	6	8	59	11	194	6	92	
Mais de 500 000		5	4	4	-	2	59	4	466	4	366	

Tabela 23 - Municípios, total, com processo formativo, realizado nos últimos 12 meses para o pessoal ocupado na área de assistência social, por modalidade e público alvo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Com processo formativo, realizado nos últimos 12 meses							
	Com cursos de atualização com carga horária entre 40 e 100 horas							
	Total	Público alvo						
		Titular do órgão gestor	Conselheiros municipais		Profissionais de nível superior do SUAS		Profissionais de nível médio do SUAS	
Total (2)	Quantidade		Total (2)	Quantidade	Total (2)	Quantidade		
Brasil	1 550	668	557	2 268	1 291	7 660	693	4 278
Até 5 000	277	133	88	230	232	483	98	150
De 5 001 a 10 000	326	150	113	292	276	598	135	271
De 10 001 a 20 000	358	161	136	499	271	723	175	491
De 20 001 a 50 000	323	133	125	547	281	1 289	153	922
De 50 001 a 100 000	129	48	41	235	109	725	59	423
De 100 001 a 500 000	121	39	48	347	107	2 619	62	1 487
Mais de 500 000	16	4	6	118	15	1 223	11	534
Norte	94	44	38	147	63	221	62	414
Até 5 000	6	3	2	4	3	5	4	8
De 5 001 a 10 000	13	5	5	16	10	19	10	22
De 10 001 a 20 000	18	12	9	35	11	28	11	31
De 20 001 a 50 000	36	15	17	55	22	66	25	114
De 50 001 a 100 000	15	6	3	24	12	52	8	117
De 100 001 a 500 000	6	3	2	13	5	51	4	122
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	388	173	142	917	300	2 200	216	1 756
Até 5 000	38	22	13	43	30	69	21	39
De 5 001 a 10 000	67	27	18	61	54	110	37	108
De 10 001 a 20 000	124	53	46	199	86	246	74	250
De 20 001 a 50 000	97	43	38	276	80	372	51	480
De 50 001 a 100 000	34	17	13	111	25	175	15	160
De 100 001 a 500 000	23	9	12	131	20	573	13	475
Mais de 500 000	5	2	2	96	5	655	5	244
Sudeste	692	327	234	692	629	3 653	265	1 264
Até 5 000	141	74	41	89	128	295	43	61
De 5 001 a 10 000	165	87	57	112	151	339	56	89
De 10 001 a 20 000	138	69	46	123	119	308	63	139
De 20 001 a 50 000	122	53	46	139	114	476	46	124
De 50 001 a 100 000	56	23	19	53	52	278	26	89
De 100 001 a 500 000	62	19	21	154	58	1 504	26	532
Mais de 500 000	8	2	4	22	7	453	5	230
Sul	271	83	106	414	219	1 306	98	693
Até 5 000	68	22	26	81	53	86	20	26
De 5 001 a 10 000	54	18	25	80	41	88	17	27
De 10 001 a 20 000	54	20	24	112	41	113	13	39
De 20 001 a 50 000	45	13	14	51	42	254	20	132
De 50 001 a 100 000	21	2	6	47	17	184	8	51
De 100 001 a 500 000	28	8	11	43	24	491	19	358
Mais de 500 000	1	-	-	-	1	90	1	60
Centro-Oeste	105	41	37	98	80	280	52	151
Até 5 000	24	12	6	13	18	28	10	16
De 5 001 a 10 000	27	13	8	23	20	42	15	25
De 10 001 a 20 000	24	7	11	30	14	28	14	32
De 20 001 a 50 000	23	9	10	26	23	121	11	72
De 50 001 a 100 000	3	-	-	-	3	36	2	6
De 100 001 a 500 000	2	-	2	6	-	-	-	-
Mais de 500 000	2	-	-	-	2	25	-	-

Tabela 23 - Municípios, total, com processo formativo, realizado nos últimos 12 meses para o pessoal ocupado na área de assistência social, por modalidade e público alvo, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Com processo formativo, realizado nos últimos 12 meses							
	Com outros processos formativos da rede socioassistencial (1)							
	Total	Público alvo						
		Titular do órgão gestor	Conselheiros municipais		Profissionais de nível superior do SUAS		Profissionais de nível médio do SUAS	
	Total (2)		Quantidade	Total (2)	Quantidade	Total (2)	Quantidade	
Brasil	2 027	1 126	921	1 044	1 776	2 269	1 124	1 942
Até 5 000	438	257	173	26	390	45	217	37
De 5 001 a 10 000	415	233	178	47	359	122	220	90
De 10 001 a 20 000	488	272	232	156	412	197	286	157
De 20 001 a 50 000	393	216	196	175	353	364	222	345
De 50 001 a 100 000	145	87	69	81	130	230	91	158
De 100 001 a 500 000	124	55	60	355	110	840	72	684
Mais de 500 000	24	6	13	204	22	471	16	471
Norte	170	105	99	41	144	107	103	101
Até 5 000	45	29	27	-	39	5	30	4
De 5 001 a 10 000	29	20	20	2	26	6	18	7
De 10 001 a 20 000	32	22	19	5	24	7	23	13
De 20 001 a 50 000	43	24	23	20	36	32	21	20
De 50 001 a 100 000	11	5	5	-	11	15	7	15
De 100 001 a 500 000	10	5	5	14	8	42	4	42
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	648	391	324	701	547	951	385	793
Até 5 000	86	59	40	7	75	7	47	4
De 5 001 a 10 000	126	70	61	13	107	58	71	33
De 10 001 a 20 000	206	121	107	74	162	83	121	60
De 20 001 a 50 000	149	89	73	103	133	129	91	147
De 50 001 a 100 000	54	38	28	71	48	121	37	100
De 100 001 a 500 000	20	11	9	229	15	349	12	245
Mais de 500 000	7	3	6	204	7	204	6	204
Sudeste	576	300	242	199	511	708	301	586
Até 5 000	119	66	37	9	102	17	51	16
De 5 001 a 10 000	118	68	44	15	104	29	65	28
De 10 001 a 20 000	114	54	54	42	101	60	69	51
De 20 001 a 50 000	112	59	55	27	103	75	58	50
De 50 001 a 100 000	44	27	19	10	39	47	22	20
De 100 001 a 500 000	58	23	29	96	53	273	30	214
Mais de 500 000	11	3	4	-	9	207	6	207
Sul	455	229	175	76	414	424	234	393
Até 5 000	143	75	46	8	133	10	65	11
De 5 001 a 10 000	103	51	36	6	91	15	46	12
De 10 001 a 20 000	91	47	35	29	84	32	45	20
De 20 001 a 50 000	58	29	32	17	52	88	36	88
De 50 001 a 100 000	27	13	12	-	23	43	18	19
De 100 001 a 500 000	30	14	14	16	28	176	22	183
Mais de 500 000	3	-	-	-	3	60	2	60
Centro-Oeste	178	101	81	27	160	79	101	69
Até 5 000	45	28	23	2	41	6	24	2
De 5 001 a 10 000	39	24	17	11	31	14	20	10
De 10 001 a 20 000	45	28	17	6	41	15	28	13
De 20 001 a 50 000	31	15	13	8	29	40	16	40
De 50 001 a 100 000	9	4	5	-	9	4	7	4
De 100 001 a 500 000	6	2	3	-	6	-	4	-
Mais de 500 000	3	-	3	-	3	-	2	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Formação em serviços, tais como consultorias ou supervisão especializada em temas específicos. (2) Inclusive os municípios com quantidade ignorada.

Tabela 24 - Municípios, total e com processo formativo, realizado nos últimos 12 meses para o pessoal ocupado na área de assistência social, por modalidade e público alvo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com processo formativo, realizado nos últimos 12 meses								
		Total	Com cursos de capacitação introdutória com carga horária entre 20 e 40 horas							
			Total	Público alvo						
				Titular do órgão gestor	Conselheiros municipais		Profissionais de nível superior do SUAS		Profissionais de nível médio do SUAS	
					Total (2)	Quantidade	Total (2)	Quantidade	Total (2)	Quantidade
Brasil	5 570	4 631	3 435	1 792	1 813	9 290	2 977	18 462	2 042	13 311
Norte	450	388	289	178	203	865	245	1 039	215	1 370
Rondônia	52	36	29	16	19	78	23	79	23	60
Acre	22	20	18	13	13	69	16	69	15	271
Amazonas	62	52	32	20	19	41	24	56	25	101
Roraima	15	15	15	6	4	8	10	25	13	75
Pará	144	119	97	44	65	356	81	537	68	658
Amapá	16	16	15	10	14	57	14	38	12	24
Tocantins	139	130	83	69	69	256	77	235	59	181
Nordeste	1 794	1 460	1 144	642	660	3 622	972	7 193	749	6 531
Maranhão	217	167	141	82	64	397	128	604	113	929
Piauí	224	197	141	101	62	596	133	1 385	108	850
Ceará	184	168	142	85	86	416	135	1 687	75	1 325
Rio Grande do Norte	167	134	105	56	67	275	84	478	60	390
Paraíba	223	196	160	89	102	405	127	726	82	545
Pernambuco	185	156	130	83	95	552	106	621	88	831
Alagoas	102	82	60	28	41	147	52	281	44	240
Sergipe	75	59	35	21	23	137	31	161	20	114
Bahia	417	301	230	97	120	697	176	1 250	159	1 307
Sudeste	1 668	1 401	930	451	424	2 113	819	5 167	475	2 691
Minas Gerais	853	720	463	241	240	987	405	1 965	245	887
Espírito Santo	78	51	42	18	22	101	37	497	27	358
Rio de Janeiro	92	68	48	29	23	311	42	600	33	517
São Paulo	645	562	377	163	139	714	335	2 105	170	929
Sul	1 191	965	726	308	316	1 899	642	3 405	385	1 700
Paraná	399	345	284	129	175	918	240	1 126	145	716
Santa Catarina	295	257	201	99	77	687	190	1 389	106	458
Rio Grande do Sul	497	363	241	80	64	294	212	890	134	526
Centro-Oeste	467	417	346	213	210	791	299	1 658	218	1 019
Mato Grosso do Sul	79	77	74	50	40	187	69	720	51	237
Mato Grosso	141	124	112	63	80	304	92	355	53	321
Goiás	246	215	159	100	90	300	137	471	113	341
Distrito Federal	1	1	1	-	-	-	1	112	1	120

Tabela 24 - Municípios, total e com processo formativo, realizado nos últimos 12 meses para o pessoal ocupado na área de assistência social, por modalidade e público alvo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Com processo formativo, realizado nos últimos 12 meses							
	Com cursos de atualização com carga horária entre 40 e 100 horas							
	Total	Público alvo						
		Titular do órgão gestor	Conselheiros municipais		Profissionais de nível superior do SUAS		Profissionais de nível médio do SUAS	
	Total (2)		Quantidade	Total (2)	Quantidade	Total (2)	Quantidade	
Brasil	1 550	668	557	2 268	1 291	7 660	693	4 278
Norte	94	44	38	147	63	221	62	414
Rondônia	9	5	5	15	6	16	6	14
Acre	3	3	3	16	3	13	3	31
Amazonas	13	4	3	12	9	28	8	33
Roraima	1	-	-	-	-	-	1	2
Pará	50	22	19	75	32	138	32	310
Amapá	4	3	3	7	4	6	3	5
Tocantins	14	7	5	22	9	20	9	19
Nordeste	388	173	142	917	300	2 200	216	1 756
Maranhão	41	20	16	104	32	143	30	245
Piauí	32	17	11	141	26	401	21	183
Ceará	66	26	21	95	59	337	30	216
Rio Grande do Norte	32	14	15	63	28	303	16	218
Paraíba	43	19	16	74	31	284	25	155
Pernambuco	58	34	26	161	37	269	28	307
Alagoas	24	7	7	14	20	67	12	43
Sergipe	10	2	3	37	6	21	6	26
Bahia	82	34	27	228	61	375	48	363
Sudeste	692	327	234	692	629	3 653	265	1 264
Minas Gerais	403	209	173	438	369	1 561	166	442
Espírito Santo	16	2	2	2	10	62	11	39
Rio de Janeiro	26	11	7	33	23	642	15	366
São Paulo	247	105	52	219	227	1 388	73	417
Sul	271	83	106	414	219	1 306	98	693
Paraná	127	43	81	341	92	639	43	263
Santa Catarina	67	24	10	37	60	348	20	180
Rio Grande do Sul	77	16	15	36	67	319	35	250
Centro-Oeste	105	41	37	98	80	280	52	151
Mato Grosso do Sul	22	8	11	35	19	125	8	51
Mato Grosso	29	13	11	25	23	70	8	15
Goiás	54	20	15	38	38	85	36	85
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 24 - Municípios, total e com processo formativo, realizado nos últimos 12 meses para o pessoal ocupado na área de assistência social, por modalidade e público alvo, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Com processo formativo, realizado nos últimos 12 meses							
	Com outros processos formativos da rede socioassistencial (1)							
	Total	Público alvo						
		Titular do órgão gestor	Conselheiros municipais		Profissionais de nível superior do SUAS		Profissionais de nível médio do SUAS	
	Total (2)		Quantidade	Total (2)	Quantidade	Total (2)	Quantidade	
Brasil	2 027	1 126	921	1 044	1 776	2 269	1 124	1 942
Norte	170	105	99	41	144	107	103	101
Rondônia	13	7	9	7	9	9	9	11
Acre	6	4	2	10	4	25	4	31
Amazonas	21	12	12	-	15	2	12	-
Roraima	4	3	2	-	4	-	2	-
Pará	45	22	23	24	39	62	23	52
Amapá	2	2	1	-	-	-	1	-
Tocantins	79	55	50	-	-	9	52	7
Nordeste	648	391	324	701	547	951	385	793
Maranhão	68	38	27	42	60	118	52	88
Piauí	71	54	36	128	65	133	45	128
Ceará	77	51	44	101	68	136	39	123
Rio Grande do Norte	66	33	32	129	55	163	42	160
Paraíba	73	36	33	37	58	48	34	34
Pernambuco	88	62	53	168	73	234	50	163
Alagoas	44	28	30	13	40	22	27	13
Sergipe	29	19	11	6	21	6	14	6
Bahia	132	70	58	77	107	91	82	78
Sudeste	576	300	242	199	511	708	301	586
Minas Gerais	259	139	111	86	221	224	140	176
Espírito Santo	26	13	13	2	23	7	18	4
Rio de Janeiro	28	14	13	22	26	138	17	130
São Paulo	263	134	105	89	241	339	126	276
Sul	455	229	175	76	414	424	234	393
Paraná	143	77	68	46	129	113	78	70
Santa Catarina	135	63	54	19	125	174	61	111
Rio Grande do Sul	177	89	53	11	160	137	95	212
Centro-Oeste	178	101	81	27	160	79	101	69
Mato Grosso do Sul	22	10	12	-	22	30	12	30
Mato Grosso	39	23	14	-	32	-	19	-
Goiás	117	68	55	27	106	49	70	39
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Formação em serviços, tais como consultorias ou supervisão especializada em temas específicos. (2) Inclusive os municípios com quantidade ignorada.

Tabela 25 - Municípios, total e com participação em cursos de capacitação nos últimos 12 meses para o pessoal ocupado na área de assistência social, por tema, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Total	Com participação em curso de capacitação nos últimos 12 meses										
		Total	Tema									
			PNAS, Organização do SUAS e Legislação correlata (1)	Organização e Serviços da Proteção Social Básica	Organização e Serviços da Proteção Social Especial	Gestão e Financiamento do SUAS	Controle Social	Atendimento de povos e comunidades tradicionais	Para atendimento a usuários de álcool e outras drogas	Inclusão de pessoas com deficiência	Busca ativa	Outros
Brasil	5 570	5 003	2 680	3 633	2 252	3 395	2 614	425	1 047	1 294	1 830	805
Até 5 000	1 247	1 125	560	817	338	768	569	81	217	277	414	159
De 5 001 a 10 000	1 227	1 080	534	776	346	742	564	71	182	241	375	162
De 10 001 a 20 000	1 378	1 222	638	867	500	836	640	110	210	323	454	215
De 20 001 a 50 000	1 080	982	553	717	611	647	536	108	253	269	370	159
De 50 001 a 100 000	339	314	189	238	224	209	163	31	65	82	123	51
De 100 001 a 500 000	260	244	173	190	206	169	122	20	97	86	83	50
Mais de 500 000	39	36	33	28	27	24	20	4	23	16	11	9
Norte	450	412	211	297	176	284	218	63	60	150	171	74
Até 5 000	80	80	46	68	33	66	50	9	10	36	42	8
De 5 001 a 10 000	81	76	39	56	25	58	40	10	6	30	27	10
De 10 001 a 20 000	110	94	42	61	31	59	47	20	14	34	45	24
De 20 001 a 50 000	111	103	47	71	52	60	52	17	21	27	36	17
De 50 001 a 100 000	42	34	19	20	16	22	16	4	2	8	11	10
De 100 001 a 500 000	24	23	17	20	18	18	13	3	6	14	9	5
Mais de 500 000	2	2	1	1	1	1	-	-	1	1	1	-
Nordeste	1 794	1 565	809	1 154	775	1 008	919	200	293	582	593	218
Até 5 000	234	214	106	157	89	142	132	21	35	85	85	19
De 5 001 a 10 000	360	308	143	213	108	197	178	30	44	102	110	41
De 10 001 a 20 000	577	494	239	362	197	321	284	63	71	182	187	79
De 20 001 a 50 000	443	385	216	283	243	237	229	63	93	146	149	50
De 50 001 a 100 000	119	111	64	93	90	71	65	17	23	42	43	14
De 100 001 a 500 000	50	43	32	37	39	32	24	5	20	19	16	11
Mais de 500 000	11	10	9	9	9	8	7	1	7	6	3	4
Sudeste	1 668	1 538	879	1 140	704	1 060	710	64	379	253	701	236
Até 5 000	374	346	176	264	100	232	169	20	79	58	178	45
De 5 001 a 10 000	397	354	185	262	105	254	163	15	69	49	163	50
De 10 001 a 20 000	359	329	199	231	141	234	150	9	69	53	141	54
De 20 001 a 50 000	290	271	162	208	173	187	126	10	76	41	125	45
De 50 001 a 100 000	107	100	58	73	70	60	41	3	26	14	48	18
De 100 001 a 500 000	124	122	84	90	104	82	52	6	50	34	42	20
Mais de 500 000	17	16	15	12	11	11	9	1	10	4	4	4
Sul	1 191	1 044	542	687	363	711	501	37	186	151	200	195
Até 5 000	420	354	175	225	69	237	154	17	58	54	69	68
De 5 001 a 10 000	280	242	112	163	62	159	117	4	40	25	42	42
De 10 001 a 20 000	228	205	104	134	74	144	101	7	33	21	41	36
De 20 001 a 50 000	159	148	81	96	87	105	75	4	29	25	28	30
De 50 001 a 100 000	52	50	36	34	34	38	29	2	9	10	10	7
De 100 001 a 500 000	48	42	31	33	35	26	24	2	15	14	10	11
Mais de 500 000	4	3	3	2	2	2	1	1	2	2	-	1
Centro-Oeste	467	444	239	355	234	332	266	61	129	158	165	82
Até 5 000	139	131	57	103	47	91	64	14	35	44	40	19
De 5 001 a 10 000	109	100	55	82	46	74	66	12	23	35	33	19
De 10 001 a 20 000	104	100	54	79	57	78	58	11	23	33	40	22
De 20 001 a 50 000	77	75	47	59	56	58	54	14	34	30	32	17
De 50 001 a 100 000	19	19	12	18	14	18	12	5	5	8	11	2
De 100 001 a 500 000	14	14	9	10	10	11	9	4	6	5	6	3
Mais de 500 000	5	5	5	4	4	2	3	1	3	3	3	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) PNAS e SUAS - Política Nacional de Assistência Social e Sistema Único de Saúde.

Tabela 26 - Municípios, total e com processo formativo nos últimos 12 meses para o pessoal ocupado na área de assistência social, por tema, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Total	Com participação em curso de capacitação nos últimos 12 meses										
		Total	Tema									
			PNAS, Organi- zação do SUAS e Legis- lação cor- relata (1)	Organi- zação e Serviços da Prote- ção Social Básica	Organi- zação e Serviços da Prote- ção Social Especial	Gestão e Finan- ciamento do SUAS	Com- trole Social	Atendi- mento de povos e comu- nidades tradicio- nais	Para atendi- mento a usuários de álcool e outras drogas	Inclusão de pessoas com defi- ciência	Busca ativa	Outros
Brasil	5 570	5 003	2 680	3 633	2 252	3 395	2 614	425	1 047	1 294	1 830	805
Norte	450	412	211	297	176	284	218	63	60	150	171	74
Rondônia	52	38	11	21	18	27	16	4	6	10	14	7
Acre	22	21	9	17	10	12	10	9	4	11	10	2
Amazonas	62	51	23	31	19	32	27	12	6	16	21	5
Roraima	15	15	4	6	4	9	6	5	3	5	7	5
Pará	144	134	67	98	62	81	70	17	22	39	50	33
Amapá	16	16	12	7	2	5	8	2	-	2	6	4
Tocantins	139	137	85	117	61	118	81	14	19	67	63	18
Nordeste	1 794	1 565	809	1 154	775	1 008	919	200	293	582	593	218
Maranhão	217	191	90	143	92	97	112	35	16	50	97	28
Piauí	224	213	118	189	125	149	125	24	37	110	128	10
Ceará	184	180	126	158	107	143	116	14	43	118	76	26
Rio Grande do Norte	167	140	69	94	60	88	76	15	28	54	29	16
Paraíba	223	201	83	130	84	130	118	22	27	56	48	18
Pernambuco	185	167	106	133	105	125	118	17	55	57	59	22
Alagoas	102	86	47	67	49	64	54	12	23	25	29	21
Sergipe	75	64	31	49	37	42	35	5	16	18	21	10
Bahia	417	323	139	191	116	170	165	56	48	94	106	67
Sudeste	1 668	1 538	879	1 140	704	1 060	710	64	379	253	701	236
Minas Gerais	853	772	480	597	322	627	439	37	219	128	210	123
Espírito Santo	78	65	36	52	44	50	23	1	13	10	19	14
Rio de Janeiro	92	78	47	54	58	50	34	-	24	26	17	11
São Paulo	645	623	316	437	280	333	214	26	123	89	455	88
Sul	1 191	1 044	542	687	363	711	501	37	186	151	200	195
Paraná	399	371	187	243	160	272	249	8	58	29	59	59
Santa Catarina	295	268	172	206	120	178	111	8	38	36	43	45
Rio Grande do Sul	497	405	183	238	83	261	141	21	90	86	98	91
Centro-Oeste	467	444	239	355	234	332	266	61	129	158	165	82
Mato Grosso do Sul	79	77	51	70	64	62	50	20	38	33	40	22
Mato Grosso	141	132	60	96	50	95	85	5	21	38	42	24
Goiás	246	234	127	188	119	175	130	35	69	86	82	36
Distrito Federal	1	1	1	1	1	-	1	1	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) PNAS e SUAS - Política Nacional de Assistência Social e Sistema Único de Saúde.

Tabela 27 - Municípios, total e com processo formativo, por modalidades utilizadas, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com processo formativo				
		Total	Modalidades utilizadas			
			Presencial	Semipresencial	Ensino à distância	Outras
Brasil	5 570	5 212	4 772	665	1 034	154
Até 5 000	1 247	1 168	1 042	147	209	36
De 5 001 a 10 000	1 227	1 133	1 019	167	220	35
De 10 001 a 20 000	1 378	1 283	1 179	156	235	40
De 20 001 a 50 000	1 080	1 019	956	120	201	26
De 50 001 a 100 000	339	321	298	41	85	8
De 100 001 a 500 000	260	250	242	30	77	6
Mais de 500 000	39	38	36	4	7	3
Norte	450	429	415	13	38	9
Até 5 000	80	80	79	3	5	2
De 5 001 a 10 000	81	80	76	6	5	-
De 10 001 a 20 000	110	101	97	-	8	2
De 20 001 a 50 000	111	108	106	2	8	4
De 50 001 a 100 000	42	36	33	2	5	-
De 100 001 a 500 000	24	22	22	-	7	1
Mais de 500 000	2	2	2	-	-	-
Nordeste	1 794	1 650	1 597	70	244	29
Até 5 000	234	220	209	10	25	4
De 5 001 a 10 000	360	329	318	12	40	6
De 10 001 a 20 000	577	522	507	25	70	10
De 20 001 a 50 000	443	407	397	17	70	4
De 50 001 a 100 000	119	113	110	6	25	2
De 100 001 a 500 000	50	48	46	-	12	1
Mais de 500 000	11	11	10	-	2	2
Sudeste	1 668	1 580	1 292	440	434	78
Até 5 000	374	355	277	102	87	15
De 5 001 a 10 000	397	364	286	115	91	18
De 10 001 a 20 000	359	344	278	97	98	21
De 20 001 a 50 000	290	275	231	74	81	15
De 50 001 a 100 000	107	103	88	26	30	5
De 100 001 a 500 000	124	122	116	24	43	3
Mais de 500 000	17	17	16	2	4	1
Sul	1 191	1 097	1 032	104	250	23
Até 5 000	420	377	352	24	73	8
De 5 001 a 10 000	280	255	238	26	65	5
De 10 001 a 20 000	228	215	199	24	51	6
De 20 001 a 50 000	159	153	148	19	25	2
De 50 001 a 100 000	52	50	48	5	21	1
De 100 001 a 500 000	48	44	44	5	14	1
Mais de 500 000	4	3	3	1	1	-
Centro-Oeste	467	456	436	38	68	15
Até 5 000	139	136	125	8	19	7
De 5 001 a 10 000	109	105	101	8	19	6
De 10 001 a 20 000	104	101	98	10	8	1
De 20 001 a 50 000	77	76	74	8	17	1
De 50 001 a 100 000	19	19	19	2	4	-
De 100 001 a 500 000	14	14	14	1	1	-
Mais de 500 000	5	5	5	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 28 - Municípios, total e com processo formativo, por modalidades utilizadas, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com processo formativo				
		Total	Modalidades utilizadas			
			Presencial	Semipresencial	Ensino à distância	Outras
Brasil	5 570	5 212	4 772	665	1 034	154
Norte	450	429	415	13	38	9
Rondônia	52	42	38	4	4	3
Acre	22	21	21	1	2	-
Amazonas	62	59	56	-	3	2
Roraima	15	15	15	-	2	-
Pará	144	138	132	5	16	3
Amapá	16	16	16	-	-	-
Tocantins	139	138	137	3	11	1
Nordeste	1 794	1 650	1 597	70	244	29
Maranhão	217	205	198	15	24	7
Piauí	224	216	215	1	15	-
Ceará	184	181	180	6	21	2
Rio Grande do Norte	167	147	141	13	28	3
Paraíba	223	211	206	8	23	1
Pernambuco	185	178	171	8	55	5
Alagoas	102	88	84	2	9	4
Sergipe	75	72	69	2	3	1
Bahia	417	352	333	15	66	6
Sudeste	1 668	1 580	1 292	440	434	78
Minas Gerais	853	793	587	317	262	48
Espírito Santo	78	72	66	6	14	4
Rio de Janeiro	92	85	77	2	16	6
São Paulo	645	630	562	115	142	20
Sul	1 191	1 097	1 032	104	250	23
Paraná	399	379	346	74	131	7
Santa Catarina	295	278	268	14	45	7
Rio Grande do Sul	497	440	418	16	74	9
Centro-Oeste	467	456	436	38	68	15
Mato Grosso do Sul	79	78	76	12	12	1
Mato Grosso	141	139	135	4	15	3
Goiás	246	238	224	22	41	11
Distrito Federal	1	1	1	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 29 - Municípios, total, com processo formativo gerando impacto na progressão dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e com plano de cargo, carreira e salário específico para a assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		
	Total	Com processo formativo gerando impacto na progressão dos trabalhadores do SUAS	Com plano de cargo, carreira e salário específico para a assistência social
Brasil	5 570	4 650	501
Até 5 000	1 247	1 028	144
De 5 001 a 10 000	1 227	994	95
De 10 001 a 20 000	1 378	1 164	95
De 20 001 a 50 000	1 080	936	98
De 50 001 a 100 000	339	281	31
De 100 001 a 500 000	260	216	35
Mais de 500 000	39	31	3
Norte	450	321	43
Até 5 000	80	48	7
De 5 001 a 10 000	81	47	8
De 10 001 a 20 000	110	85	10
De 20 001 a 50 000	111	89	10
De 50 001 a 100 000	42	31	4
De 100 001 a 500 000	24	19	3
Mais de 500 000	2	2	1
Nordeste	1 794	1 527	97
Até 5 000	234	205	11
De 5 001 a 10 000	360	290	14
De 10 001 a 20 000	577	484	24
De 20 001 a 50 000	443	393	30
De 50 001 a 100 000	119	104	9
De 100 001 a 500 000	50	42	8
Mais de 500 000	11	9	1
Sudeste	1 668	1 449	174
Até 5 000	374	325	49
De 5 001 a 10 000	397	347	36
De 10 001 a 20 000	359	316	37
De 20 001 a 50 000	290	256	25
De 50 001 a 100 000	107	87	12
De 100 001 a 500 000	124	105	15
Mais de 500 000	17	13	-
Sul	1 191	973	138
Até 5 000	420	334	66
De 5 001 a 10 000	280	227	27
De 10 001 a 20 000	228	193	15
De 20 001 a 50 000	159	137	19
De 50 001 a 100 000	52	43	5
De 100 001 a 500 000	48	37	6
Mais de 500 000	4	2	-
Centro-Oeste	467	380	49
Até 5 000	139	116	11
De 5 001 a 10 000	109	83	10
De 10 001 a 20 000	104	86	9
De 20 001 a 50 000	77	61	14
De 50 001 a 100 000	19	16	1
De 100 001 a 500 000	14	13	3
Mais de 500 000	5	5	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 30 - Municípios, total, com processo formativo gerando impacto na progressão dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social - SUAS e com plano de cargo, carreira e salário específico para a assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		
	Total	Com processo formativo gerando impacto na progressão dos trabalhadores do SUAS	Com plano de cargo, carreira e salário específico para a assistência social
Brasil	5 570	4 650	501
Norte	450	321	43
Rondônia	52	33	9
Acre	22	7	-
Amazonas	62	54	7
Roraima	15	10	2
Pará	144	122	9
Amapá	16	14	8
Tocantins	139	81	8
Nordeste	1 794	1 527	97
Maranhão	217	191	16
Piauí	224	213	10
Ceará	184	175	11
Rio Grande do Norte	167	145	4
Paraíba	223	150	12
Pernambuco	185	171	8
Alagoas	102	82	10
Sergipe	75	66	5
Bahia	417	334	21
Sudeste	1 668	1 449	174
Minas Gerais	853	721	94
Espírito Santo	78	66	7
Rio de Janeiro	92	75	4
São Paulo	645	587	69
Sul	1 191	973	138
Paraná	399	332	49
Santa Catarina	295	245	27
Rio Grande do Sul	497	396	62
Centro-Oeste	467	380	49
Mato Grosso do Sul	79	44	4
Mato Grosso	141	127	26
Goiás	246	208	18
Distrito Federal	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 31 - Municípios, total e com áreas constituídas como subdivisões administrativas na estrutura do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Áreas constituídas como subdivisões administrativas na estrutura do órgão gestor								
		Proteção social básica			Proteção social especial			Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS		
		Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal	Não constituída	Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal	Não constituída	Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal	Não constituída
Brasil	5 570	3 652	1 418	497	2 007	1478	2 082	3 062	1 571	934
Até 5 000	1 247	855	257	132	265	279	700	718	269	257
De 5 001 a 10 000	1 227	805	312	110	307	307	613	677	333	217
De 10 001 a 20 000	1 378	905	345	128	456	373	549	760	388	230
De 20 001 a 50 000	1 080	676	315	89	579	330	171	580	355	145
De 50 001 a 100 000	339	200	113	26	189	114	36	169	122	48
De 100 001 a 500 000	260	176	72	12	176	71	13	131	94	35
Mais de 500 000	39	35	4	-	35	4	-	27	10	2
Norte	450	306	115	29	173	106	171	268	113	69
Até 5 000	80	54	20	6	15	9	56	51	16	13
De 5 001 a 10 000	81	52	23	6	22	17	42	40	29	12
De 10 001 a 20 000	110	83	18	9	39	26	45	73	18	19
De 20 001 a 50 000	111	73	35	3	57	35	19	67	31	13
De 50 001 a 100 000	42	25	13	4	21	14	7	21	13	8
De 100 001 a 500 000	24	17	6	1	17	5	2	14	6	4
Mais de 500 000	2	2	-	-	2	-	-	2	-	-
Nordeste	1 794	1 189	486	118	747	479	567	974	565	254
Até 5 000	234	166	51	16	75	59	99	139	55	39
De 5 001 a 10 000	360	233	105	22	101	97	162	194	118	48
De 10 001 a 20 000	577	387	147	43	195	132	250	312	176	89
De 20 001 a 50 000	443	285	126	32	261	132	50	235	147	61
De 50 001 a 100 000	119	69	45	5	66	47	6	55	51	13
De 100 001 a 500 000	50	38	12	-	38	12	-	31	16	3
Mais de 500 000	11	11	-	-	11	-	-	8	2	1
Sudeste	1 668	1 133	378	157	556	436	676	957	435	276
Até 5 000	374	290	54	30	72	77	225	250	59	65
De 5 001 a 10 000	397	284	77	36	85	92	220	239	88	70
De 10 001 a 20 000	359	232	84	43	106	101	152	199	98	62
De 20 001 a 50 000	290	174	85	31	143	88	59	145	102	43
De 50 001 a 100 000	107	63	33	11	60	32	15	58	30	19
De 100 001 a 500 000	124	77	41	6	77	42	5	57	51	16
Mais de 500 000	17	13	4	-	13	4	-	9	7	1
Sul	1 191	722	323	144	341	331	517	601	327	261
Até 5 000	420	256	100	62	66	95	257	207	99	112
De 5 001 a 10 000	280	170	80	30	68	75	137	144	70	66
De 10 001 a 20 000	228	133	64	31	66	82	80	115	62	51
De 20 001 a 50 000	159	95	51	13	74	53	32	88	55	16
De 50 001 a 100 000	52	31	18	3	30	17	5	24	24	4
De 100 001 a 500 000	48	33	10	5	33	9	6	20	16	12
Mais de 500 000	4	4	-	-	4	-	-	3	1	-
Centro-Oeste	467	302	116	49	190	126	151	262	131	74
Até 5 000	139	89	32	18	37	39	63	71	40	28
De 5 001 a 10 000	109	66	27	16	31	26	52	60	28	21
De 10 001 a 20 000	104	70	32	2	50	32	22	61	34	9
De 20 001 a 50 000	77	49	18	10	44	22	11	45	20	12
De 50 001 a 100 000	19	12	4	3	12	4	3	11	4	4
De 100 001 a 500 000	14	11	3	-	11	3	-	9	5	-
Mais de 500 000	5	5	-	-	5	-	-	5	-	-

Tabela 31 - Municípios, total e com áreas constituídas como subdivisões administrativas na estrutura do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Áreas constituídas como subdivisões administrativas na estrutura do órgão gestor								
	Gestão financeira e orçamentária			Gestão de programas de transferência condicionada de renda (bolsa família e outros)			Gestão de benefícios assistenciais (benefícios de prestação continuada, benefícios eventuais e outros)		
	Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal	Não constituída	Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal	Não constituída	Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal	Não constituída
Brasil	2 925	1 309	1 333	3 940	1 161	466	3 244	1 516	807
Até 5 000	648	228	368	894	198	152	783	256	205
De 5 001 a 10 000	636	271	320	869	237	121	734	323	170
De 10 001 a 20 000	714	330	334	976	287	115	811	367	200
De 20 001 a 50 000	529	310	241	761	268	51	608	331	141
De 50 001 a 100 000	181	111	47	213	108	18	159	126	54
De 100 001 a 500 000	181	56	23	190	62	8	124	101	35
Mais de 500 000	36	3	-	37	1	1	25	12	2
Norte	230	100	120	335	89	26	248	139	63
Até 5 000	42	14	24	62	14	4	44	19	17
De 5 001 a 10 000	39	13	29	55	20	6	41	31	9
De 10 001 a 20 000	60	20	30	88	11	11	64	27	19
De 20 001 a 50 000	44	36	31	78	31	2	59	40	12
De 50 001 a 100 000	23	14	5	30	9	3	25	14	3
De 100 001 a 500 000	20	3	1	20	4	-	13	8	3
Mais de 500 000	2	-	-	2	-	-	2	-	-
Nordeste	965	438	390	1 354	337	102	1 082	491	220
Até 5 000	119	45	69	180	37	16	144	56	33
De 5 001 a 10 000	173	103	84	269	68	23	210	104	46
De 10 001 a 20 000	309	140	128	434	105	38	346	156	75
De 20 001 a 50 000	236	114	93	336	90	17	276	117	50
De 50 001 a 100 000	75	33	11	84	30	5	59	46	14
De 100 001 a 500 000	42	3	5	40	7	3	38	11	1
Mais de 500 000	11	-	-	11	-	-	9	1	1
Sudeste	921	366	381	1 193	330	145	999	425	244
Até 5 000	219	58	97	290	39	45	266	57	51
De 5 001 a 10 000	229	75	93	294	64	39	259	87	51
De 10 001 a 20 000	190	78	91	245	80	34	213	90	56
De 20 001 a 50 000	135	84	71	197	76	17	155	93	42
De 50 001 a 100 000	56	32	19	64	36	7	48	35	24
De 100 001 a 500 000	78	36	10	88	34	2	51	54	19
Mais de 500 000	14	3	-	15	1	1	7	9	1
Sul	567	282	340	717	309	163	629	320	240
Até 5 000	204	71	143	263	81	74	241	86	91
De 5 001 a 10 000	140	57	83	167	69	44	162	65	53
De 10 001 a 20 000	100	59	69	133	69	26	120	63	45
De 20 001 a 50 000	73	58	28	96	50	13	71	59	29
De 50 001 a 100 000	16	26	10	21	28	3	18	24	10
De 100 001 a 500 000	30	11	7	33	12	3	14	22	12
Mais de 500 000	4	-	-	4	-	-	3	1	-
Centro-Oeste	242	123	102	341	96	30	286	141	40
Até 5 000	64	40	35	99	27	13	88	38	13
De 5 001 a 10 000	55	23	31	84	16	9	62	36	11
De 10 001 a 20 000	55	33	16	76	22	6	68	31	5
De 20 001 a 50 000	41	18	18	54	21	2	47	22	8
De 50 001 a 100 000	11	6	2	14	5	-	9	7	3
De 100 001 a 500 000	11	3	-	9	5	-	8	6	-
Mais de 500 000	5	-	-	5	-	-	4	1	-

Tabela 31 - Municípios, total e com áreas constituídas como subdivisões administrativas na estrutura do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Áreas constituídas como subdivisões administrativas na estrutura do órgão gestor								
	Gestão do trabalho			Vigilância social			Monitoramento e avaliação		
	Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal	Não constituída	Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal	Não constituída	Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal	Não constituída
Brasil	1 573	1 490	2 504	1 683	1 702	2 182	2 082	1 846	1 639
Até 5 000	361	283	600	425	299	520	534	326	384
De 5 001 a 10 000	322	296	609	378	333	516	480	385	362
De 10 001 a 20 000	382	357	639	391	434	553	490	470	418
De 20 001 a 50 000	301	335	444	306	381	393	358	407	315
De 50 001 a 100 000	100	116	123	80	127	132	91	144	104
De 100 001 a 500 000	85	92	83	82	115	63	106	103	51
Mais de 500 000	22	11	6	21	13	5	23	11	5
Norte	117	120	213	114	126	210	152	140	158
Até 5 000	18	18	44	15	17	48	24	21	35
De 5 001 a 10 000	17	13	51	16	18	47	24	25	32
De 10 001 a 20 000	32	22	56	34	31	45	43	29	38
De 20 001 a 50 000	26	44	41	33	36	42	40	36	35
De 50 001 a 100 000	11	16	15	7	15	20	11	18	13
De 100 001 a 500 000	12	6	6	9	7	8	10	9	5
Mais de 500 000	1	1	-	-	2	-	-	2	-
Nordeste	448	500	845	495	597	701	595	653	545
Até 5 000	60	47	126	73	54	106	94	62	77
De 5 001 a 10 000	68	101	191	88	117	155	113	137	110
De 10 001 a 20 000	145	161	271	153	185	239	189	208	180
De 20 001 a 50 000	114	130	199	124	173	146	140	177	126
De 50 001 a 100 000	36	41	42	33	43	43	29	48	42
De 100 001 a 500 000	17	19	14	16	25	9	22	20	8
Mais de 500 000	8	1	2	8	-	3	8	1	2
Sudeste	514	425	729	567	479	622	702	525	441
Até 5 000	129	77	168	161	80	133	191	90	93
De 5 001 a 10 000	118	94	185	144	101	152	183	111	103
De 10 001 a 20 000	99	95	165	108	106	145	137	117	105
De 20 001 a 50 000	85	76	129	84	88	118	101	104	85
De 50 001 a 100 000	36	32	39	25	40	42	34	43	30
De 100 001 a 500 000	40	43	41	39	55	30	48	53	23
Mais de 500 000	7	8	2	6	9	2	8	7	2
Sul	354	305	530	351	342	496	438	362	389
Até 5 000	116	97	205	130	103	185	163	112	143
De 5 001 a 10 000	92	57	131	92	69	119	114	79	87
De 10 001 a 20 000	76	50	102	66	68	94	83	69	76
De 20 001 a 50 000	49	57	53	38	55	66	44	58	57
De 50 001 a 100 000	10	23	19	11	23	18	11	27	14
De 100 001 a 500 000	9	20	19	12	22	14	20	16	12
Mais de 500 000	2	1	1	2	2	-	3	1	-
Centro-Oeste	140	140	187	156	158	153	195	166	106
Até 5 000	38	44	57	46	45	48	62	41	36
De 5 001 a 10 000	27	31	51	38	28	43	46	33	30
De 10 001 a 20 000	30	29	45	30	44	30	38	47	19
De 20 001 a 50 000	27	28	22	27	29	21	33	32	12
De 50 001 a 100 000	7	4	8	4	6	9	6	8	5
De 100 001 a 500 000	7	4	3	6	6	2	6	5	3
Mais de 500 000	4	-	1	5	-	-	4	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Nota: Subdivisões administrativas: departamentos, coordenações, gerências, etc.

Tabela 32 - Municípios, total e com áreas constituídas como subdivisões administrativas na estrutura do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Áreas constituídas como subdivisões administrativas na estrutura do órgão gestor								
		Proteção social básica			Proteção social especial			Gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS		
		Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal	Não constituída	Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal	Não constituída	Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal	Não constituída
Brasil	5 570	3 652	1 418	497	2 007	1 478	2 082	3 062	1 571	934
Norte	450	306	115	29	173	106	171	268	113	69
Rondônia	52	34	10	8	20	12	20	28	11	13
Acre	22	17	4	1	11	5	6	10	6	6
Amazonas	62	46	13	3	31	16	15	46	7	9
Roraima	15	12	3	-	9	2	4	10	5	-
Pará	144	93	43	8	64	41	39	78	41	25
Amapá	16	9	6	1	5	6	5	6	10	-
Tocantins	139	95	36	8	33	24	82	90	33	16
Nordeste	1 794	1 189	486	118	747	479	567	974	565	254
Maranhão	217	136	57	23	95	66	55	122	57	37
Piauí	224	168	48	8	94	63	67	126	63	35
Ceará	184	120	55	9	96	53	35	98	68	18
Rio Grande do Norte	167	100	48	19	59	47	61	83	52	32
Paraíba	223	147	42	34	98	43	82	127	47	49
Pernambuco	185	120	58	7	93	65	27	92	57	36
Alagoas	102	65	31	6	49	28	25	52	31	19
Sergipe	75	40	31	4	26	25	24	33	29	13
Bahia	417	293	116	8	137	89	191	241	161	15
Sudeste	1 668	1 133	378	157	556	436	676	957	435	276
Minas Gerais	853	629	156	68	216	172	465	532	184	137
Espírito Santo	78	44	25	9	33	25	20	31	31	16
Rio de Janeiro	92	48	38	6	43	36	13	42	40	10
São Paulo	645	412	159	74	264	203	178	352	180	113
Sul	1 191	722	323	144	341	331	517	601	327	261
Paraná	399	243	102	54	168	118	113	217	98	84
Santa Catarina	295	162	98	34	73	103	118	133	91	70
Rio Grande do Sul	497	317	123	56	100	110	286	251	138	107
Centro-Oeste	467	302	116	49	190	126	151	262	131	74
Mato Grosso do Sul	79	43	31	5	37	33	9	38	30	11
Mato Grosso	141	99	28	14	54	32	55	79	27	35
Goiás	246	159	57	30	98	61	87	144	74	28
Distrito Federal	1	1	-	-	1	-	-	1	-	-

Tabela 32 - Municípios, total e com áreas constituídas como subdivisões administrativas na estrutura do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Áreas constituídas como subdivisões administrativas na estrutura do órgão gestor								
	Gestão financeira e orçamentária			Gestão de programas de transferência condicionada de renda (bolsa família e outros)			Gestão de benefícios assistenciais (benefícios de prestação continuada, benefícios eventuais e outros)		
	Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal	Não constituída	Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal	Não constituída	Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal	Não constituída
Brasil	2 925	1 309	1 333	3 940	1 161	466	3 244	1 516	807
Norte	230	100	120	335	89	26	248	139	63
Rondônia	32	10	10	35	11	6	26	14	12
Acre	4	5	13	17	4	1	9	10	3
Amazonas	25	20	17	50	12	-	41	18	3
Roraima	9	1	5	14	1	-	10	5	-
Pará	72	39	33	102	33	9	78	46	20
Amapá	5	2	9	8	4	4	5	8	3
Tocantins	83	23	33	109	24	6	79	38	22
Nordeste	965	438	390	1 354	337	102	1 082	491	220
Maranhão	125	46	45	160	41	15	137	60	19
Piauí	116	53	55	163	49	12	139	63	22
Ceará	96	42	46	131	49	4	102	63	19
Rio Grande do Norte	80	42	45	139	23	5	89	62	16
Paraíba	122	28	73	169	26	28	137	38	48
Pernambuco	113	31	41	140	34	11	117	40	28
Alagoas	58	18	26	77	18	7	60	26	16
Sergipe	35	20	20	47	26	2	35	28	12
Bahia	220	158	39	328	71	18	266	111	40
Sudeste	921	366	381	1 193	330	145	999	425	244
Minas Gerais	476	168	209	648	133	72	576	166	111
Espírito Santo	38	18	22	51	19	8	42	23	13
Rio de Janeiro	61	25	6	63	26	3	33	42	17
São Paulo	346	155	144	431	152	62	348	194	103
Sul	567	282	340	717	309	163	629	320	240
Paraná	186	102	111	227	103	69	193	114	92
Santa Catarina	119	72	103	159	97	38	148	87	59
Rio Grande do Sul	262	108	126	331	109	56	288	119	89
Centro-Oeste	242	123	102	341	96	30	286	141	40
Mato Grosso do Sul	33	23	23	43	29	7	44	31	4
Mato Grosso	76	26	39	115	16	10	91	32	18
Goiás	132	74	40	182	51	13	150	78	18
Distrito Federal	1	-	-	1	-	-	1	-	-

Tabela 32 - Municípios, total e com áreas constituídas como subdivisões administrativas na estrutura do órgão gestor, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Áreas constituídas como subdivisões administrativas na estrutura do órgão gestor								
	Gestão do trabalho			Vigilância social			Monitoramento e avaliação		
	Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal	Não constituída	Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal	Não constituída	Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal	Não constituída
Brasil	1 573	1 490	2 504	1 683	1 702	2 182	2 082	1 846	1 639
Norte	117	120	213	114	126	210	152	140	158
Rondônia	17	14	21	16	15	21	19	15	18
Acre	1	5	16	2	5	15	4	6	12
Amazonas	20	16	26	23	18	21	28	18	16
Roraima	5	4	6	6	4	5	6	8	1
Pará	37	46	61	36	44	64	49	49	46
Amapá	3	7	6	3	3	10	3	4	9
Tocantins	34	28	77	28	37	74	43	40	56
Nordeste	448	500	845	495	597	701	595	653	545
Maranhão	60	64	92	62	78	76	80	79	57
Piauí	60	56	108	66	68	90	95	72	57
Ceará	71	57	56	65	69	50	52	76	56
Rio Grande do Norte	42	56	69	33	71	63	48	81	38
Paraíba	41	52	130	59	53	111	78	56	89
Pernambuco	47	56	82	60	66	59	66	67	52
Alagoas	22	22	58	29	23	50	29	34	39
Sergipe	16	23	36	18	25	32	16	26	33
Bahia	89	114	214	103	144	170	131	162	124
Sudeste	514	425	729	567	479	622	702	525	441
Minas Gerais	262	194	397	307	225	321	382	247	224
Espírito Santo	16	20	42	15	20	43	19	22	37
Rio de Janeiro	33	29	30	19	40	33	29	36	27
São Paulo	203	182	260	226	194	225	272	220	153
Sul	354	305	530	351	342	496	438	362	389
Paraná	136	106	157	133	115	151	172	114	113
Santa Catarina	76	81	137	64	78	152	74	96	124
Rio Grande do Sul	142	118	236	154	149	193	192	152	152
Centro-Oeste	140	140	187	156	158	153	195	166	106
Mato Grosso do Sul	17	21	41	22	30	27	28	33	18
Mato Grosso	45	41	55	45	43	53	62	43	36
Goiás	77	78	91	88	85	73	104	90	52
Distrito Federal	1	-	-	1	-	-	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Nota: Subdivisões administrativas: departamentos, coordenações, gerências, etc.

**Tabela 33 - Municípios, por instrumento legal que regula a assistência social,
segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013**

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		
	Total	Instrumento legal que regula a assistência social	
		Lei orgânica municipal	Lei municipal de regulamentação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS
Brasil	5 570	5 269	1 075
Até 5 000	1 247	1 196	281
De 5 001 a 10 000	1 227	1 162	263
De 10 001 a 20 000	1 378	1 296	248
De 20 001 a 50 000	1 080	1 017	183
De 50 001 a 100 000	339	316	55
De 100 001 a 500 000	260	245	36
Mais de 500 000	39	37	9
Norte	450	433	95
Até 5 000	80	79	21
De 5 001 a 10 000	81	78	16
De 10 001 a 20 000	110	105	26
De 20 001 a 50 000	111	105	19
De 50 001 a 100 000	42	40	8
De 100 001 a 500 000	24	24	5
Mais de 500 000	2	2	-
Nordeste	1 794	1 699	352
Até 5 000	234	230	56
De 5 001 a 10 000	360	343	83
De 10 001 a 20 000	577	544	110
De 20 001 a 50 000	443	414	79
De 50 001 a 100 000	119	109	15
De 100 001 a 500 000	50	49	7
Mais de 500 000	11	10	2
Sudeste	1 668	1 576	291
Até 5 000	374	359	78
De 5 001 a 10 000	397	380	83
De 10 001 a 20 000	359	340	55
De 20 001 a 50 000	290	271	40
De 50 001 a 100 000	107	98	18
De 100 001 a 500 000	124	112	14
Mais de 500 000	17	16	3
Sul	1 191	1 118	260
Até 5 000	420	396	99
De 5 001 a 10 000	280	259	63
De 10 001 a 20 000	228	210	42
De 20 001 a 50 000	159	153	34
De 50 001 a 100 000	52	50	12
De 100 001 a 500 000	48	46	8
Mais de 500 000	4	4	2
Centro-Oeste	467	443	77
Até 5 000	139	132	27
De 5 001 a 10 000	109	102	18
De 10 001 a 20 000	104	97	15
De 20 001 a 50 000	77	74	11
De 50 001 a 100 000	19	19	2
De 100 001 a 500 000	14	14	2
Mais de 500 000	5	5	2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

**Tabela 34 - Municípios, por instrumento legal que regula a assistência social,
segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		
	Total	Instrumento legal que regula a assistência social	
		Lei orgânica municipal	Lei municipal de regulamentação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS
Brasil	5 570	5 269	1 075
Norte	450	433	95
Rondônia	52	46	14
Acre	22	22	3
Amazonas	62	58	16
Roraima	15	15	4
Pará	144	140	23
Amapá	16	16	9
Tocantins	139	136	26
Nordeste	1 794	1 699	352
Maranhão	217	195	63
Piauí	224	216	51
Ceará	184	172	23
Rio Grande do Norte	167	159	24
Paraíba	223	221	49
Pernambuco	185	177	33
Alagoas	102	100	18
Sergipe	75	69	14
Bahia	417	390	77
Sudeste	1 668	1 576	291
Minas Gerais	853	815	192
Espírito Santo	78	73	9
Rio de Janeiro	92	81	7
São Paulo	645	607	83
Sul	1 191	1 118	260
Paraná	399	374	106
Santa Catarina	295	276	45
Rio Grande do Sul	497	468	109
Centro-Oeste	467	443	77
Mato Grosso do Sul	79	78	11
Mato Grosso	141	128	22
Goiás	246	236	43
Distrito Federal	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 35 - Municípios, total e com Plano Municipal de assistência social, por algumas características da avaliação e monitoramento do plano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com Plano Municipal de assistência social				
		Total	Com o desenvolvi- mento do plano avaliado anualmente	Avaliação realizada		
				Por órgão gestor da assistência social	Por Conselho Municipal de Assistên- cia Social	Outro
Brasil	5 570	5 239	4 765	3 838	4 108	149
Até 5 000	1 247	1 189	1 074	863	930	40
De 5 001 a 10 000	1 227	1 152	1 039	834	912	28
De 10 001 a 20 000	1 378	1 288	1 190	933	1 033	32
De 20 001 a 50 000	1 080	1 013	921	745	781	25
De 50 001 a 100 000	339	311	283	241	240	10
De 100 001 a 500 000	260	248	223	192	187	13
Mais de 500 000	39	38	35	30	25	1
Norte	450	409	380	291	336	10
Até 5 000	80	78	77	67	71	1
De 5 001 a 10 000	81	72	70	51	65	2
De 10 001 a 20 000	110	100	91	66	80	4
De 20 001 a 50 000	111	100	88	64	74	1
De 50 001 a 100 000	42	34	33	27	26	-
De 100 001 a 500 000	24	23	19	14	18	2
Mais de 500 000	2	2	2	2	2	-
Nordeste	1 794	1 681	1 565	1 259	1 367	36
Até 5 000	234	222	212	177	183	4
De 5 001 a 10 000	360	338	312	251	281	8
De 10 001 a 20 000	577	534	506	392	444	10
De 20 001 a 50 000	443	416	382	312	326	7
De 50 001 a 100 000	119	112	101	82	88	5
De 100 001 a 500 000	50	48	42	35	39	2
Mais de 500 000	11	11	10	10	6	-
Sudeste	1 668	1 546	1 424	1 167	1 231	57
Até 5 000	374	348	322	270	280	18
De 5 001 a 10 000	397	368	335	274	290	11
De 10 001 a 20 000	359	332	301	234	260	8
De 20 001 a 50 000	290	267	252	204	218	9
De 50 001 a 100 000	107	97	88	77	79	3
De 100 001 a 500 000	124	118	112	97	93	7
Mais de 500 000	17	16	14	11	11	1
Sul	1 191	1 149	973	783	826	29
Até 5 000	420	405	333	254	286	13
De 5 001 a 10 000	280	268	228	179	202	4
De 10 001 a 20 000	228	220	195	160	165	7
De 20 001 a 50 000	159	156	131	110	111	3
De 50 001 a 100 000	52	50	43	39	32	-
De 100 001 a 500 000	48	46	39	37	28	2
Mais de 500 000	4	4	4	4	2	-
Centro-Oeste	467	454	423	338	348	17
Até 5 000	139	136	130	95	110	4
De 5 001 a 10 000	109	106	94	79	74	3
De 10 001 a 20 000	104	102	97	81	84	3
De 20 001 a 50 000	77	74	68	55	52	5
De 50 001 a 100 000	19	18	18	16	15	2
De 100 001 a 500 000	14	13	11	9	9	-
Mais de 500 000	5	5	5	3	4	-

Tabela 35 - Municípios, total e com Plano Municipal de assistência social, por algumas características da avaliação e monitoramento do plano, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Com Plano Municipal de assistência social								
	Com plano monitorado	Frequência do monitoramento					Monitoramento do plano		
		Mensal	Bimestral	Trimestral	Semestral	Anual	Por órgão gestor da assistência social	Por Conselho Municipal de Assistên- cia Social	Outro
Brasil	4 622	620	284	466	819	2 433	3 724	3 894	126
Até 5 000	1 033	161	80	81	174	537	815	882	31
De 5 001 a 10 000	1 015	142	63	96	169	545	836	879	29
De 10 001 a 20 000	1 162	162	72	130	191	607	919	975	25
De 20 001 a 50 000	873	102	48	95	164	464	700	736	19
De 50 001 a 100 000	282	27	10	35	58	152	236	223	7
De 100 001 a 500 000	223	21	8	24	60	110	188	175	14
Mais de 500 000	34	5	3	5	3	18	30	24	1
Norte	380	54	29	54	69	174	277	330	9
Até 5 000	75	14	7	12	12	30	61	66	3
De 5 001 a 10 000	69	13	7	13	12	24	52	62	3
De 10 001 a 20 000	93	11	5	13	15	49	63	82	-
De 20 001 a 50 000	88	12	7	9	18	42	61	73	2
De 50 001 a 100 000	31	2	3	3	6	17	23	25	-
De 100 001 a 500 000	22	2	-	4	6	10	15	22	1
Mais de 500 000	2	-	-	-	-	2	2	-	-
Nordeste	1 536	197	94	173	270	802	1 220	1 311	25
Até 5 000	207	44	13	16	34	100	165	181	2
De 5 001 a 10 000	312	42	22	37	44	167	254	272	6
De 10 001 a 20 000	494	65	30	58	85	256	384	423	9
De 20 001 a 50 000	367	35	24	40	72	196	295	316	3
De 50 001 a 100 000	102	6	3	14	22	57	78	82	3
De 100 001 a 500 000	43	3	1	7	11	21	35	31	2
Mais de 500 000	11	2	1	1	2	5	9	6	-
Sudeste	1 366	231	95	137	274	629	1 137	1 156	51
Até 5 000	309	59	28	30	62	130	247	263	11
De 5 001 a 10 000	325	56	21	18	58	172	271	281	12
De 10 001 a 20 000	289	49	25	40	49	126	238	241	7
De 20 001 a 50 000	232	40	12	24	49	107	196	198	9
De 50 001 a 100 000	90	13	3	12	19	43	80	72	3
De 100 001 a 500 000	108	12	5	10	36	45	94	89	8
Mais de 500 000	13	2	1	3	1	6	11	12	1
Sul	933	86	45	53	135	614	764	764	25
Até 5 000	319	31	23	13	38	214	249	274	10
De 5 001 a 10 000	220	19	9	16	41	135	185	190	5
De 10 001 a 20 000	188	21	6	8	32	121	155	147	6
De 20 001 a 50 000	121	8	4	10	14	85	97	95	2
De 50 001 a 100 000	44	3	1	4	7	29	40	31	-
De 100 001 a 500 000	38	4	2	2	3	27	35	25	2
Mais de 500 000	3	-	-	-	-	3	3	2	-
Centro-Oeste	407	52	21	49	71	214	326	333	16
Até 5 000	123	13	9	10	28	63	93	98	5
De 5 001 a 10 000	89	12	4	12	14	47	74	74	3
De 10 001 a 20 000	98	16	6	11	10	55	79	82	3
De 20 001 a 50 000	65	7	1	12	11	34	51	54	3
De 50 001 a 100 000	15	3	-	2	4	6	15	13	1
De 100 001 a 500 000	12	-	-	1	4	7	9	8	1
Mais de 500 000	5	1	1	1	-	2	5	4	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 36 - Municípios, total e com Plano Municipal de assistência social, por algumas características da avaliação e monitoramento do plano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com Plano Municipal de assistência social				
		Total	Com o desenvolvimento do plano avaliado anualmente	Avaliação realizada		
				Por órgão gestor da assistência social	Por Conselho Municipal de Assistência Social	Outro
Brasil	5 570	5 239	4 765	3 838	4 108	149
Norte	450	409	380	291	336	10
Rondônia	52	52	49	32	41	2
Acre	22	15	12	12	9	1
Amazonas	62	50	43	28	36	2
Roraima	15	14	14	9	14	-
Pará	144	129	116	83	98	4
Amapá	16	16	16	12	14	-
Tocantins	139	133	130	115	124	7
Nordeste	1 794	1 681	1 565	1 259	1 367	36
Maranhão	217	203	188	151	157	1
Piauí	224	222	216	177	193	6
Ceará	184	176	160	133	139	7
Rio Grande do Norte	167	149	136	106	116	2
Paraíba	223	212	203	167	188	5
Pernambuco	185	164	143	119	134	3
Alagoas	102	101	91	72	75	2
Sergipe	75	70	68	54	57	1
Bahia	417	384	360	280	308	9
Sudeste	1 668	1 546	1 424	1 167	1 231	57
Minas Gerais	853	762	662	495	555	9
Espírito Santo	78	69	60	51	46	1
Rio de Janeiro	92	85	76	58	58	-
São Paulo	645	630	626	563	572	47
Sul	1 191	1 149	973	783	826	29
Paraná	399	391	387	313	361	11
Santa Catarina	295	289	211	163	161	8
Rio Grande do Sul	497	469	375	307	304	10
Centro-Oeste	467	454	423	338	348	17
Mato Grosso do Sul	79	78	68	58	58	4
Mato Grosso	141	131	119	98	94	5
Goiás	246	244	235	181	196	8
Distrito Federal	1	1	1	1	-	-

Tabela 36 - Municípios, total e com Plano Municipal de assistência social, por algumas características da avaliação e monitoramento do plano, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Com Plano Municipal de assistência social								
	Com plano monitorado	Frequência do monitoramento					Monitoramento do plano		
		Mensal	Bimestral	Trimestral	Semestral	Anual	Por órgão gestor da assistência social	Por Conselho Municipal de Assistên- cia Social	Outro
Brasil	4 622	620	284	466	819	2 433	3 724	3 894	126
Norte	380	54	29	54	69	174	277	330	9
Rondônia	50	12	-	5	8	25	32	43	-
Acre	15	2	2	1	4	6	12	13	1
Amazonas	44	3	3	12	4	22	27	35	2
Roraima	14	2	1	2	3	6	9	12	-
Pará	115	9	9	13	26	58	78	98	1
Amapá	16	1	-	6	4	5	10	16	2
Tocantins	126	25	14	15	20	52	109	113	3
Nordeste	1 536	197	94	173	270	802	1 220	1 311	25
Maranhão	185	15	19	29	37	85	141	152	-
Piauí	218	67	19	21	34	77	178	187	6
Ceará	159	12	6	9	29	103	136	125	4
Rio Grande do Norte	130	10	4	16	21	79	98	113	2
Paraíba	201	27	15	18	36	105	162	186	3
Pernambuco	154	10	12	29	37	66	127	139	3
Alagoas	83	10	1	7	14	51	67	68	-
Sergipe	65	9	3	2	14	37	48	57	1
Bahia	341	37	15	42	48	199	263	284	6
Sudeste	1 366	231	95	137	274	629	1 137	1 156	51
Minas Gerais	634	92	23	47	76	396	490	539	7
Espírito Santo	53	5	4	7	6	31	48	44	-
Rio de Janeiro	69	2	2	4	8	53	55	53	-
São Paulo	610	132	66	79	184	149	544	520	44
Sul	933	86	45	53	135	614	764	764	25
Paraná	375	32	21	27	72	223	304	319	9
Santa Catarina	200	8	12	9	26	145	162	153	8
Rio Grande do Sul	358	46	12	17	37	246	298	292	8
Centro-Oeste	407	52	21	49	71	214	326	333	16
Mato Grosso do Sul	68	12	-	7	11	38	59	58	6
Mato Grosso	117	7	4	11	25	70	92	89	5
Goiás	221	33	17	31	35	105	174	186	5
Distrito Federal	1	-	-	-	-	1	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 37 - Municípios, por atividades realizadas para a gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Atividades realizadas							
		Articulação da rede socio-assistencial	Articulação com outras políticas públicas	Articulação com o sistema de garantia de direitos	Cadastramento das organizações e dos serviços socioassistenciais	Produção de orientações técnicas e materiais informativos voltados para profissionais e serviços	Supervisão de serviços socioassistenciais mantidos em convênio com organizações/entidades de assistência social	Monitoramento de serviços socioassistenciais mantidos em convênio com organizações/entidades de assistência social	Produção de materiais informativos e orientações voltados para a população
Brasil	5 570	5 110	5 134	4 995	4 148	3 060	2 185	2 477	3 597
Até 5 000	1 247	1 097	1 127	1 082	809	646	358	438	739
De 5 001 a 10 000	1 227	1 104	1 127	1 081	847	637	390	459	751
De 10 001 a 20 000	1 378	1 268	1 265	1 236	1 066	742	542	603	874
De 20 001 a 50 000	1 080	1 024	1 006	994	859	634	500	541	768
De 50 001 a 100 000	339	326	320	317	298	201	183	202	251
De 100 001 a 500 000	260	253	251	246	234	172	179	196	186
Mais de 500 000	39	38	38	39	35	28	33	38	28
Norte	450	406	396	391	313	264	138	164	300
Até 5 000	80	74	73	73	55	50	22	22	50
De 5 001 a 10 000	81	75	73	70	62	48	25	32	53
De 10 001 a 20 000	110	95	94	91	78	58	31	35	72
De 20 001 a 50 000	111	99	96	96	65	65	33	39	73
De 50 001 a 100 000	42	38	36	36	34	26	16	18	32
De 100 001 a 500 000	24	23	22	23	18	16	10	17	18
Mais de 500 000	2	2	2	2	1	1	1	1	2
Nordeste	1 794	1 678	1 663	1 640	1 320	1 168	585	680	1 344
Até 5 000	234	214	214	211	157	157	71	102	185
De 5 001 a 10 000	360	328	331	325	228	229	83	118	262
De 10 001 a 20 000	577	537	524	516	433	359	172	196	397
De 20 001 a 50 000	443	425	419	412	346	295	168	166	355
De 50 001 a 100 000	119	114	114	115	101	80	51	53	94
De 100 001 a 500 000	50	50	50	50	45	40	31	34	43
Mais de 500 000	11	10	11	11	10	8	9	11	8
Sudeste	1 668	1 554	1 547	1 503	1 303	794	806	886	954
Até 5 000	374	339	340	320	235	177	123	141	204
De 5 001 a 10 000	397	369	370	356	294	184	150	160	223
De 10 001 a 20 000	359	329	328	323	291	158	179	197	194
De 20 001 a 50 000	290	275	270	270	248	137	169	185	168
De 50 001 a 100 000	107	106	102	100	102	49	71	84	68
De 100 001 a 500 000	124	119	121	117	117	78	98	102	85
Mais de 500 000	17	17	16	17	16	11	16	17	12
Sul	1 191	1 036	1 096	1 042	858	536	458	528	654
Até 5 000	420	342	377	354	266	177	104	128	202
De 5 001 a 10 000	280	234	252	238	188	114	98	108	142
De 10 001 a 20 000	228	210	220	209	184	99	110	127	128
De 20 001 a 50 000	159	150	149	146	132	81	84	95	108
De 50 001 a 100 000	52	49	49	48	43	33	29	33	42
De 100 001 a 500 000	48	47	45	43	41	28	30	33	30
Mais de 500 000	4	4	4	4	4	4	3	4	2
Centro-Oeste	467	436	432	419	354	298	198	219	345
Até 5 000	139	128	123	124	96	85	38	45	98
De 5 001 a 10 000	109	98	101	92	75	62	34	41	71
De 10 001 a 20 000	104	97	99	97	80	68	50	48	83
De 20 001 a 50 000	77	75	72	70	68	56	46	56	64
De 50 001 a 100 000	19	19	19	18	18	13	16	14	15
De 100 001 a 500 000	14	14	13	13	13	10	10	10	10
Mais de 500 000	5	5	5	5	4	4	4	5	4

Tabela 37 - Municípios, por atividades realizadas para a gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Atividades realizadas							
	Participação na Comissão intergestores bipartite e/ou comissão intergestores tripartite	Participação nas instâncias de controle social	Elaboração e implantação de protocolos	Planejamento	Capacitação de técnicos	Pesquisas, estudos e diagnósticos	Outras atividades não discriminadas	Nenhuma atividade
Brasil	1 626	4 315	1 848	4 452	4 251	2 423	1 094	43
Até 5 000	270	909	370	970	921	515	208	17
De 5 001 a 10 000	296	929	378	963	902	524	251	14
De 10 001 a 20 000	458	1 065	432	1 096	1 028	606	263	4
De 20 001 a 50 000	338	855	390	880	856	487	235	5
De 50 001 a 100 000	120	288	127	283	285	143	70	1
De 100 001 a 500 000	116	232	126	225	223	123	59	2
Mais de 500 000	28	37	25	35	36	25	8	-
Norte	219	322	151	376	358	198	96	4
Até 5 000	47	54	27	66	67	38	9	-
De 5 001 a 10 000	45	59	31	69	66	38	17	-
De 10 001 a 20 000	56	72	38	94	82	47	26	1
De 20 001 a 50 000	40	80	31	86	87	45	26	2
De 50 001 a 100 000	16	34	10	38	33	16	8	-
De 100 001 a 500 000	14	21	13	21	21	13	9	1
Mais de 500 000	1	2	1	2	2	1	1	-
Nordeste	579	1 449	624	1 536	1 401	949	378	7
Até 5 000	56	187	82	210	185	125	39	1
De 5 001 a 10 000	103	288	130	305	269	185	66	2
De 10 001 a 20 000	202	463	188	484	435	303	111	3
De 20 001 a 50 000	139	351	157	380	351	236	112	1
De 50 001 a 100 000	42	103	45	102	105	64	36	-
De 100 001 a 500 000	28	46	18	46	46	29	13	-
Mais de 500 000	9	11	4	9	10	7	1	-
Sudeste	315	1 224	488	1 259	1 265	626	314	14
Até 5 000	43	244	90	281	273	151	54	7
De 5 001 a 10 000	53	284	93	299	297	158	89	6
De 10 001 a 20 000	66	256	90	260	267	117	70	-
De 20 001 a 50 000	70	224	101	214	223	102	57	1
De 50 001 a 100 000	31	88	42	87	87	39	14	-
De 100 001 a 500 000	42	113	58	102	103	48	25	-
Mais de 500 000	10	15	14	16	15	11	5	-
Sul	271	954	392	904	854	422	210	15
Até 5 000	57	319	110	305	291	135	82	8
De 5 001 a 10 000	50	220	84	206	181	99	48	5
De 10 001 a 20 000	67	189	80	174	160	85	43	-
De 20 001 a 50 000	50	135	64	134	133	61	22	-
De 50 001 a 100 000	21	46	20	39	43	16	6	1
De 100 001 a 500 000	23	41	30	42	42	23	9	1
Mais de 500 000	3	4	4	4	4	3	-	-
Centro-Oeste	242	366	193	377	373	228	96	3
Até 5 000	67	105	61	108	105	66	24	1
De 5 001 a 10 000	45	78	40	84	89	44	31	1
De 10 001 a 20 000	67	85	36	84	84	54	13	-
De 20 001 a 50 000	39	65	37	66	62	43	18	1
De 50 001 a 100 000	10	17	10	17	17	8	6	-
De 100 001 a 500 000	9	11	7	14	11	10	3	-
Mais de 500 000	5	5	2	4	5	3	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 38 - Municípios, por atividades realizadas para a gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Atividades realizadas							
	Participação na Comissão intergestores bipartite e/ou comissão intergestores tripartite	Participação nas instâncias de controle social	Elaboração e implantação de protocolos	Planeja- mento	Capacitação de técnicos	Pesquisas, estudos e diagnósticos	Outras atividades não discri- minadas	Nenhuma atividade
Brasil	1 626	4 315	1 848	4 452	4 251	2 423	1 094	43
Norte	219	322	151	376	358	198	96	4
Rondônia	33	35	14	39	32	14	10	3
Acre	10	15	6	20	18	10	2	-
Amazonas	33	49	20	51	44	30	14	-
Roraima	15	14	10	15	13	9	3	-
Pará	31	101	44	120	112	62	40	1
Amapá	15	8	4	14	14	7	4	-
Tocantins	82	100	53	117	125	66	23	-
Nordeste	579	1 449	624	1 536	1 401	949	378	7
Maranhão	59	147	51	163	155	98	58	1
Piauí	65	183	92	207	200	139	12	-
Ceará	57	158	63	163	161	99	50	1
Rio Grande do Norte	42	136	43	146	116	88	41	1
Paraíba	60	176	83	200	180	99	24	1
Pernambuco	59	154	69	161	149	117	34	1
Alagoas	22	88	27	82	75	50	25	-
Sergipe	29	66	25	66	56	39	28	-
Bahia	186	341	171	348	309	220	106	2
Sudeste	315	1 224	488	1 259	1 265	626	314	14
Minas Gerais	128	599	233	625	640	326	188	10
Espírito Santo	29	69	19	59	55	23	14	-
Rio de Janeiro	70	83	41	79	71	37	16	-
São Paulo	88	473	195	496	499	240	96	4
Sul	271	954	392	904	854	422	210	15
Paraná	74	336	141	323	292	143	70	3
Santa Catarina	102	218	94	206	227	108	56	5
Rio Grande do Sul	95	400	157	375	335	171	84	7
Centro-Oeste	242	366	193	377	373	228	96	3
Mato Grosso do Sul	62	69	48	76	72	58	13	-
Mato Grosso	96	114	43	115	110	57	30	1
Goiás	83	182	101	185	190	112	53	2
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 39 - Municípios, por órgão responsável pelo Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Órgão responsável pelo Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal			
		Órgão gestor da assistência social	Órgão gestor da educação	Órgão gestor da saúde	Outro
Brasil	5 570	5 430	12	16	111
Até 5 000	1 247	1 189	6	9	42
De 5 001 a 10 000	1 227	1 197	-	2	28
De 10 001 a 20 000	1 378	1 352	2	1	23
De 20 001 a 50 000	1 080	1 063	3	2	12
De 50 001 a 100 000	339	332	1	2	4
De 100 001 a 500 000	260	259	-	-	1
Mais de 500 000	39	38	-	-	1
Norte	450	447	1	1	1
Até 5 000	80	80	-	-	-
De 5 001 a 10 000	81	81	-	-	-
De 10 001 a 20 000	110	108	-	1	1
De 20 001 a 50 000	111	110	1	-	-
De 50 001 a 100 000	42	42	-	-	-
De 100 001 a 500 000	24	24	-	-	-
Mais de 500 000	2	2	-	-	-
Nordeste	1 794	1 781	-	-	12
Até 5 000	234	231	-	-	2
De 5 001 a 10 000	360	356	-	-	4
De 10 001 a 20 000	577	576	-	-	1
De 20 001 a 50 000	443	439	-	-	4
De 50 001 a 100 000	119	119	-	-	-
De 100 001 a 500 000	50	49	-	-	1
Mais de 500 000	11	11	-	-	-
Sudeste	1 668	1 604	5	3	56
Até 5 000	374	349	2	2	21
De 5 001 a 10 000	397	381	-	-	16
De 10 001 a 20 000	359	347	1	-	11
De 20 001 a 50 000	290	285	1	-	4
De 50 001 a 100 000	107	102	1	1	3
De 100 001 a 500 000	124	124	-	-	-
Mais de 500 000	17	16	-	-	1
Sul	1 191	1 145	5	10	31
Até 5 000	420	395	4	6	15
De 5 001 a 10 000	280	272	-	2	6
De 10 001 a 20 000	228	221	1	-	6
De 20 001 a 50 000	159	155	-	1	3
De 50 001 a 100 000	52	50	-	1	1
De 100 001 a 500 000	48	48	-	-	-
Mais de 500 000	4	4	-	-	-
Centro-Oeste	467	453	1	2	11
Até 5 000	139	134	-	1	4
De 5 001 a 10 000	109	107	-	-	2
De 10 001 a 20 000	104	100	-	-	4
De 20 001 a 50 000	77	74	1	1	1
De 50 001 a 100 000	19	19	-	-	-
De 100 001 a 500 000	14	14	-	-	-
Mais de 500 000	5	5	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 40 - Municípios, por órgão responsável pelo Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades de Federação	Municípios				
	Total	Órgão responsável pelo Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal			
		Órgão gestor da assistência social	Órgão gestor da educação	Órgão gestor da saúde	Outro
Brasil	5 570	5 430	12	16	111
Norte	450	447	1	1	1
Rondônia	52	49	1	1	1
Acre	22	22	-	-	-
Amazonas	62	62	-	-	-
Roraima	15	15	-	-	-
Pará	144	144	-	-	-
Amapá	16	16	-	-	-
Tocantins	139	139	-	-	-
Nordeste	1 794	1 781	-	-	12
Maranhão	217	213	-	-	3
Piauí	224	224	-	-	-
Ceará	184	182	-	-	2
Rio Grande do Norte	167	166	-	-	1
Paraíba	223	219	-	-	4
Pernambuco	185	184	-	-	1
Alagoas	102	101	-	-	1
Sergipe	75	75	-	-	-
Bahia	417	417	-	-	-
Sudeste	1 668	1 604	5	3	56
Minas Gerais	853	833	1	1	18
Espírito Santo	78	77	-	-	1
Rio de Janeiro	92	90	1	-	1
São Paulo	645	604	3	2	36
Sul	1 191	1 145	5	10	31
Paraná	399	379	1	2	17
Santa Catarina	295	286	-	4	5
Rio Grande do Sul	497	480	4	4	9
Centro-Oeste	467	453	1	2	11
Mato Grosso do Sul	79	73	1	-	5
Mato Grosso	141	141	-	-	-
Goiás	246	238	-	2	6
Distrito Federal	1	1	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 41 - Municípios, total e com órgão gestor da assistência social responsável pelo Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal, por local onde é realizado o cadastramento e/ou recadastramento das famílias, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com órgão gestor da assistência social responsável pelo Cadastro Único						
		Total	Local onde é realizado o cadastramento e/ou recadastramento das famílias					
			Centro de Referência da Assistência Social	Em centro fixo para cadastramento e/ou atualização	Em unidade móvel para cadastramento e/ou atualização cadastral	Na sede da prefeitura	Na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social	Outro local
Brasil	5 570	5 430	3 095	546	400	154	2 698	250
Até 5 000	1 247	1 189	791	37	42	52	450	45
De 5 001 a 10 000	1 227	1 197	747	51	60	42	507	45
De 10 001 a 20 000	1 378	1 352	703	99	105	30	732	57
De 20 001 a 50 000	1 080	1 063	488	161	109	18	652	51
De 50 001 a 100 000	339	332	163	82	38	6	216	23
De 100 001 a 500 000	260	259	171	99	34	4	125	23
Mais de 500 000	39	38	32	17	12	2	16	6
Norte	450	447	232	46	61	26	249	44
Até 5 000	80	80	51	-	-	9	31	8
De 5 001 a 10 000	81	81	48	5	6	6	37	11
De 10 001 a 20 000	110	108	56	6	24	4	68	9
De 20 001 a 50 000	111	110	43	14	18	5	69	9
De 50 001 a 100 000	42	42	15	11	7	2	28	2
De 100 001 a 500 000	24	24	17	9	5	-	15	5
Mais de 500 000	2	2	2	1	1	-	1	-
Nordeste	1 794	1 781	673	288	191	59	1 143	92
Até 5 000	234	231	123	17	21	14	116	10
De 5 001 a 10 000	360	356	162	22	29	18	213	17
De 10 001 a 20 000	577	576	181	74	55	15	401	28
De 20 001 a 50 000	443	439	129	100	58	10	308	21
De 50 001 a 100 000	119	119	42	41	15	1	79	12
De 100 001 a 500 000	50	49	26	26	8	-	23	3
Mais de 500 000	11	11	10	8	5	1	3	1
Sudeste	1 668	1 604	967	162	76	30	764	65
Até 5 000	374	349	218	10	8	9	145	9
De 5 001 a 10 000	397	381	237	15	20	9	161	11
De 10 001 a 20 000	359	347	219	17	12	6	160	14
De 20 001 a 50 000	290	285	142	37	10	2	173	13
De 50 001 a 100 000	107	102	57	23	6	1	66	7
De 100 001 a 500 000	124	124	83	52	14	2	51	9
Mais de 500 000	17	16	11	8	6	1	8	2
Sul	1 191	1 145	842	34	38	31	426	40
Até 5 000	420	395	286	8	8	16	128	16
De 5 001 a 10 000	280	272	206	7	1	7	75	5
De 10 001 a 20 000	228	221	163	2	7	4	80	4
De 20 001 a 50 000	159	155	111	7	13	1	83	5
De 50 001 a 100 000	52	50	35	3	5	2	31	2
De 100 001 a 500 000	48	48	37	7	4	1	28	6
Mais de 500 000	4	4	4	-	-	-	1	2
Centro-Oeste	467	453	381	16	34	8	116	9
Até 5 000	139	134	113	2	5	4	30	2
De 5 001 a 10 000	109	107	94	2	4	2	21	1
De 10 001 a 20 000	104	100	84	-	7	1	23	2
De 20 001 a 50 000	77	74	63	3	10	-	19	3
De 50 001 a 100 000	19	19	14	4	5	-	12	-
De 100 001 a 500 000	14	14	8	5	3	1	8	-
Mais de 500 000	5	5	5	-	-	-	3	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 42 - Municípios, total e com órgão gestor da assistência social responsável pelo Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal, por local onde é realizado o cadastramento e/ou recadastramento das famílias, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com órgão gestor da assistência social responsável pelo Cadastro Único						
		Total	Local onde é realizado o cadastramento e/ou recadastramento das famílias					
			Centro de Referência da Assistência Social	Em centro fixo para cadastramento e/ou atualização	Em unidade móvel para cadastramento e/ou atualização cadastral	Na sede da prefeitura	Na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social	Outro local
Brasil	5 570	5 430	3 095	546	400	154	2 698	250
Norte	450	447	232	46	61	26	249	44
Rondônia	52	49	34	5	6	3	19	3
Acre	22	22	8	2	8	2	20	4
Amazonas	62	62	37	9	9	2	28	3
Roraima	15	15	8	1	5	2	11	4
Pará	144	144	55	24	28	6	104	10
Amapá	16	16	3	2	2	3	11	1
Tocantins	139	139	87	3	3	8	56	19
Nordeste	1 794	1 781	673	288	191	59	1 143	92
Maranhão	217	213	74	25	23	10	170	9
Piauí	224	224	172	14	20	7	75	7
Ceará	184	182	45	46	25	6	111	21
Rio Grande do Norte	167	166	33	18	21	8	133	10
Paraíba	223	219	88	37	24	15	123	6
Pernambuco	185	184	65	54	19	3	115	9
Alagoas	102	101	22	22	3	-	73	3
Sergipe	75	75	48	4	4	2	30	1
Bahia	417	417	126	68	52	8	313	26
Sudeste	1 668	1 604	967	162	76	30	764	65
Minas Gerais	853	833	510	62	43	20	385	29
Espírito Santo	78	77	69	9	7	-	15	2
Rio de Janeiro	92	90	59	25	10	1	44	6
São Paulo	645	604	329	66	16	9	320	28
Sul	1 191	1 145	842	34	38	31	426	40
Paraná	399	379	350	8	10	-	73	7
Santa Catarina	295	286	158	8	4	15	144	14
Rio Grande do Sul	497	480	334	18	24	16	209	19
Centro-Oeste	467	453	381	16	34	8	116	9
Mato Grosso do Sul	79	73	67	4	5	-	12	2
Mato Grosso	141	141	133	2	12	2	18	4
Goiás	246	238	180	10	17	6	86	3
Distrito Federal	1	1	1	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 43 - Municípios, total e com órgão gestor da assistência social responsável pelo Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal, por perfil dos profissionais que realizam o cadastramento e/ou recadastramento das famílias, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Com órgão gestor da assistência social responsável pelo Cadastro Único			
		Total	Perfil dos profissionais que realizam o cadastramento e/ou recadastramento das famílias		Equipes de referência dos serviços socio-assistenciais realizam atividades de cadastramento e/ou atualização cadastral
			Profissionais de nível médio	Profissionais de nível superior	
Brasil	5 570	5 430	4 629	2 830	3 924
Até 5 000	1 247	1 189	873	656	959
De 5 001 a 10 000	1 227	1 197	988	595	890
De 10 001 a 20 000	1 378	1 352	1 174	648	936
De 20 001 a 50 000	1 080	1 063	984	544	726
De 50 001 a 100 000	339	332	321	193	223
De 100 001 a 500 000	260	259	252	167	165
Mais de 500 000	39	38	37	27	25
Norte	450	447	424	209	360
Até 5 000	80	80	70	32	70
De 5 001 a 10 000	81	81	78	38	67
De 10 001 a 20 000	110	108	101	51	85
De 20 001 a 50 000	111	110	108	48	87
De 50 001 a 100 000	42	42	41	22	31
De 100 001 a 500 000	24	24	24	16	18
Mais de 500 000	2	2	2	2	2
Nordeste	1 794	1 781	1 699	819	1 176
Até 5 000	234	231	210	131	173
De 5 001 a 10 000	360	356	330	168	254
De 10 001 a 20 000	577	576	552	235	366
De 20 001 a 50 000	443	439	429	191	273
De 50 001 a 100 000	119	119	119	62	76
De 100 001 a 500 000	50	49	48	25	29
Mais de 500 000	11	11	11	7	5
Sudeste	1 668	1 604	1 316	933	1 187
Até 5 000	374	349	250	198	281
De 5 001 a 10 000	397	381	306	196	284
De 10 001 a 20 000	359	347	284	190	258
De 20 001 a 50 000	290	285	245	178	200
De 50 001 a 100 000	107	102	95	71	72
De 100 001 a 500 000	124	124	120	90	82
Mais de 500 000	17	16	16	10	10
Sul	1 191	1 145	817	614	821
Até 5 000	420	395	233	232	311
De 5 001 a 10 000	280	272	193	130	198
De 10 001 a 20 000	228	221	158	115	147
De 20 001 a 50 000	159	155	135	83	103
De 50 001 a 100 000	52	50	48	24	31
De 100 001 a 500 000	48	48	47	26	27
Mais de 500 000	4	4	3	4	4
Centro-Oeste	467	453	373	255	380
Até 5 000	139	134	110	63	124
De 5 001 a 10 000	109	107	81	63	87
De 10 001 a 20 000	104	100	79	57	80
De 20 001 a 50 000	77	74	67	44	63
De 50 001 a 100 000	19	19	18	14	13
De 100 001 a 500 000	14	14	13	10	9
Mais de 500 000	5	5	5	4	4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 44 - Municípios, total e com órgão gestor da assistência social responsável pelo Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal, por perfil dos profissionais que realizam o cadastramento e/ou recadastramento das famílias, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Com órgão gestor da assistência social responsável pelo cadastramento			
		Total	Perfil dos profissionais que realizam o cadastramento e/ou recadastramento das famílias		Equipes de referência dos serviços socio-assistenciais realizam atividades de cadastramento e/ou atualização cadastral
			Profissionais de nível médio	Profissionais de nível superior	
Brasil	5 570	5 430	4 629	2 830	3 924
Norte	450	447	424	209	360
Rondônia	52	49	44	25	38
Acre	22	22	21	13	18
Amazonas	62	62	60	27	54
Roraima	15	15	14	9	13
Pará	144	144	143	58	105
Amapá	16	16	15	10	14
Tocantins	139	139	127	67	118
Nordeste	1 794	1 781	1 699	819	1 176
Maranhão	217	213	205	80	149
Piauí	224	224	209	138	180
Ceará	184	182	177	65	89
Rio Grande do Norte	167	166	154	90	108
Paraíba	223	219	207	96	163
Pernambuco	185	184	179	98	117
Alagoas	102	101	99	41	51
Sergipe	75	75	70	40	43
Bahia	417	417	399	171	276
Sudeste	1 668	1 604	1 316	933	1 187
Minas Gerais	853	833	711	429	612
Espírito Santo	78	77	66	47	59
Rio de Janeiro	92	90	83	57	71
São Paulo	645	604	456	400	445
Sul	1 191	1 145	817	614	821
Paraná	399	379	280	209	301
Santa Catarina	295	286	188	163	163
Rio Grande do Sul	497	480	349	242	357
Centro-Oeste	467	453	373	255	380
Mato Grosso do Sul	79	73	64	49	58
Mato Grosso	141	141	117	75	115
Goiás	246	238	191	131	206
Distrito Federal	1	1	1	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 45 - Municípios, total e com órgão gestor da assistência social responsável pelo Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal, por atividades que utilizam o cadastro, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Com órgão gestor da assistência social responsável pelo Cadastro Único							
		Total	Atividades que utilizam o cadastro						Outras
			Definição de público alvo de programas e serviços	Elaboração de diagnóstico territorial	Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil	Identificação de população em situação de rua	Identificação de pessoas com deficiência	Identificação de povos e comunidades tradicionais	
Brasil	5 570	5 430	5 240	3 457	4 062	1 657	4 268	1 485	266
Até 5 000	1 247	1 189	1 152	697	803	262	949	214	37
De 5 001 a 10 000	1 227	1 197	1 160	752	858	302	947	266	61
De 10 001 a 20 000	1 378	1 352	1 299	842	1 064	385	1 062	409	65
De 20 001 a 50 000	1 080	1 063	1 019	729	828	383	823	371	55
De 50 001 a 100 000	339	332	325	228	268	159	252	121	21
De 100 001 a 500 000	260	259	250	181	209	138	204	89	24
Mais de 500 000	39	38	35	28	32	28	31	15	3
Norte	450	447	422	247	399	142	374	198	18
Até 5 000	80	80	77	37	73	12	72	25	3
De 5 001 a 10 000	81	81	75	47	74	24	70	32	4
De 10 001 a 20 000	110	108	101	55	95	35	89	57	2
De 20 001 a 50 000	111	110	102	62	93	39	85	52	4
De 50 001 a 100 000	42	42	41	24	39	18	34	17	1
De 100 001 a 500 000	24	24	24	20	23	13	22	14	3
Mais de 500 000	2	2	2	2	2	1	2	1	1
Nordeste	1 794	1 781	1 709	1 266	1 619	605	1 500	670	77
Até 5 000	234	231	223	159	214	63	210	56	5
De 5 001 a 10 000	360	356	343	238	321	103	309	99	15
De 10 001 a 20 000	577	576	548	386	513	184	475	212	23
De 20 001 a 50 000	443	439	418	340	400	163	361	207	20
De 50 001 a 100 000	119	119	117	97	113	56	94	64	8
De 100 001 a 500 000	50	49	49	36	47	26	41	28	5
Mais de 500 000	11	11	11	10	11	10	10	4	1
Sudeste	1 668	1 604	1 560	960	937	448	1 162	270	77
Até 5 000	374	349	340	199	172	75	254	55	12
De 5 001 a 10 000	397	381	374	232	218	85	283	61	19
De 10 001 a 20 000	359	347	338	197	212	75	248	55	20
De 20 001 a 50 000	290	285	277	180	172	91	203	51	9
De 50 001 a 100 000	107	102	100	66	63	48	72	18	7
De 100 001 a 500 000	124	124	118	76	87	63	90	24	10
Mais de 500 000	17	16	13	10	13	11	12	6	-
Sul	1 191	1 145	1 106	700	721	287	848	202	51
Até 5 000	420	395	381	227	233	76	297	51	12
De 5 001 a 10 000	280	272	264	164	163	50	200	42	13
De 10 001 a 20 000	228	221	214	144	156	54	161	47	8
De 20 001 a 50 000	159	155	150	96	93	51	109	30	9
De 50 001 a 100 000	52	50	48	29	36	26	38	13	4
De 100 001 a 500 000	48	48	45	37	38	27	40	17	5
Mais de 500 000	4	4	4	3	2	3	3	2	-
Centro-Oeste	467	453	443	284	386	175	384	145	43
Até 5 000	139	134	131	75	111	36	116	27	5
De 5 001 a 10 000	109	107	104	71	82	40	85	32	10
De 10 001 a 20 000	104	100	98	60	88	37	89	38	12
De 20 001 a 50 000	77	74	72	51	70	39	65	31	13
De 50 001 a 100 000	19	19	19	12	17	11	14	9	1
De 100 001 a 500 000	14	14	14	12	14	9	11	6	1
Mais de 500 000	5	5	5	3	4	3	4	2	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 46 - Municípios, total e com órgão gestor da assistência social responsável pelo Cadastroamento Único para os programas sociais do Governo Federal, por atividades que utilizam o cadastro, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Com órgão gestor da assistência social responsável pelo Cadastroamento Único							
		Total	Atividades que utilizam o cadastro						Outras
			Definição de público alvo de programas e serviços	Elaboração de diagnóstico territorial	Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil	Identificação de população em situação de rua	Identificação de pessoas com deficiência	Identificação de povos e comunidades tradicionais	
Brasil	5 570	5 430	5 240	3 457	4 062	1 657	4 268	1 485	266
Norte	450	447	422	247	399	142	374	198	18
Rondônia	52	49	47	28	41	25	41	22	1
Acre	22	22	21	12	22	4	19	13	1
Amazonas	62	62	58	38	57	21	53	37	1
Roraima	15	15	15	10	15	10	14	14	1
Pará	144	144	134	84	127	51	114	62	8
Amapá	16	16	15	8	10	4	8	7	3
Tocantins	139	139	132	67	127	27	125	43	3
Nordeste	1 794	1 781	1 709	1 266	1 619	605	1 500	670	77
Maranhão	217	213	199	146	191	74	162	110	6
Piauí	224	224	216	168	214	74	209	71	1
Ceará	184	182	179	168	166	69	158	64	10
Rio Grande do Norte	167	166	162	127	156	50	149	50	8
Paraíba	223	219	211	116	201	64	189	49	8
Pernambuco	185	184	179	143	177	79	157	74	7
Alagoas	102	101	95	66	91	25	79	31	8
Sergipe	75	75	70	52	69	27	64	19	2
Bahia	417	417	398	280	354	143	333	202	27
Sudeste	1 668	1 604	1 560	960	937	448	1 162	270	77
Minas Gerais	853	833	810	479	513	206	611	161	42
Espírito Santo	78	77	75	44	54	18	60	13	5
Rio de Janeiro	92	90	85	57	71	34	68	19	2
São Paulo	645	604	590	380	299	190	423	77	28
Sul	1 191	1 145	1 106	700	721	287	848	202	51
Paraná	399	379	368	257	287	103	291	62	26
Santa Catarina	295	286	270	189	189	72	208	39	9
Rio Grande do Sul	497	480	468	254	245	112	349	101	16
Centro-Oeste	467	453	443	284	386	175	384	145	43
Mato Grosso do Sul	79	73	72	58	71	44	66	44	28
Mato Grosso	141	141	137	83	107	46	114	43	6
Goiás	246	238	233	142	207	84	203	57	9
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 47 - Municípios, total e com diagnóstico socioterritorial do município voltado para a política de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com diagnóstico socioterritorial				
		Total	Responsável pela realização do diagnóstico			
			Equipe técnica do órgão gestor da assistência social	Equipe técnica de outros órgãos municipais	Empresas ou consultores externos contratados	Outros
Brasil	5 570	1 427	1 214	187	190	117
Até 5 000	1 247	296	242	40	30	28
De 5 001 a 10 000	1 227	287	245	40	20	17
De 10 001 a 20 000	1 378	377	322	46	44	29
De 20 001 a 50 000	1 080	291	241	33	46	19
De 50 001 a 100 000	339	91	72	14	12	10
De 100 001 a 500 000	260	106	72	10	34	11
Mais de 500 000	39	24	20	4	4	3
Norte	450	81	73	15	6	2
Até 5 000	80	17	16	4	-	-
De 5 001 a 10 000	81	12	12	-	-	-
De 10 001 a 20 000	110	17	14	6	2	-
De 20 001 a 50 000	111	23	21	2	2	1
De 50 001 a 100 000	42	8	6	2	1	1
De 100 001 a 500 000	24	3	3	-	1	-
Mais de 500 000	2	1	1	1	-	-
Nordeste	1 794	583	514	71	50	33
Até 5 000	234	77	65	9	4	5
De 5 001 a 10 000	360	100	90	14	7	4
De 10 001 a 20 000	577	189	176	17	15	10
De 20 001 a 50 000	443	142	121	19	18	7
De 50 001 a 100 000	119	42	35	7	1	4
De 100 001 a 500 000	50	25	19	5	5	1
Mais de 500 000	11	8	8	-	-	2
Sudeste	1 668	389	259	57	96	50
Até 5 000	374	88	60	16	17	12
De 5 001 a 10 000	397	84	62	16	9	9
De 10 001 a 20 000	359	75	49	11	18	10
De 20 001 a 50 000	290	60	38	5	21	5
De 50 001 a 100 000	107	24	15	3	9	5
De 100 001 a 500 000	124	50	29	4	21	8
Mais de 500 000	17	8	6	2	1	1
Sul	1 191	294	254	31	30	25
Até 5 000	420	87	76	8	8	9
De 5 001 a 10 000	280	66	58	7	4	3
De 10 001 a 20 000	228	63	54	8	6	8
De 20 001 a 50 000	159	40	36	5	4	3
De 50 001 a 100 000	52	13	12	1	1	-
De 100 001 a 500 000	48	21	15	1	6	2
Mais de 500 000	4	4	3	1	1	-
Centro-Oeste	467	125	114	13	8	7
Até 5 000	139	27	25	3	1	2
De 5 001 a 10 000	109	25	23	3	-	1
De 10 001 a 20 000	104	33	29	4	3	1
De 20 001 a 50 000	77	26	25	2	1	3
De 50 001 a 100 000	19	4	4	1	-	-
De 100 001 a 500 000	14	7	6	-	1	-
Mais de 500 000	5	3	2	-	2	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 48 - Municípios, total e com diagnóstico socioterritorial do município voltado para a política de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com diagnóstico socioterritorial				
		Total	Responsável pela realização do diagnóstico			
			Equipe técnica do órgão gestor da assistência social	Equipe técnica de outros órgãos municipais	Empresas ou consultores externos contratados	Outros
Brasil	5 570	1 427	1 214	187	190	117
Norte	450	81	73	15	6	2
Rondônia	52	4	3	1	-	-
Acre	22	3	3	-	-	-
Amazonas	62	21	20	4	-	1
Roraima	15	2	2	-	-	-
Pará	144	24	20	5	4	1
Amapá	16	1	1	1	1	-
Tocantins	139	26	24	4	1	-
Nordeste	1 794	583	514	71	50	33
Maranhão	217	83	61	12	12	5
Piauí	224	81	76	10	9	1
Ceará	184	79	70	9	8	9
Rio Grande do Norte	167	64	55	6	2	4
Paraíba	223	33	30	2	2	3
Pernambuco	185	52	46	10	6	4
Alagoas	102	16	13	4	1	-
Sergipe	75	27	24	-	4	-
Bahia	417	148	139	18	6	7
Sudeste	1 668	389	259	57	96	50
Minas Gerais	853	167	118	32	29	21
Espírito Santo	78	14	14	1	-	-
Rio de Janeiro	92	28	7	1	20	2
São Paulo	645	180	120	23	47	27
Sul	1 191	294	254	31	30	25
Paraná	399	143	123	15	13	17
Santa Catarina	295	57	49	3	10	5
Rio Grande do Sul	497	94	82	13	7	3
Centro-Oeste	467	125	114	13	8	7
Mato Grosso do Sul	79	52	47	6	2	2
Mato Grosso	141	28	25	4	5	2
Goiás	246	44	41	3	-	3
Distrito Federal	1	1	1	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 49 - Municípios, total e com instrumentos legais que regulam a assistência social, por objeto regulamentado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com instrumentos legais que regulam a assistência social								
		Total	Objeto regulamentado							Outros
			Conselho Municipal de Assistência Social	Fundo Municipal de Assistência Social	Política Municipal de Assistência Social	Plano Municipal de Assistência Social	Padrões e parâmetros para a oferta de serviços de assistência social	Projetos, programas e ações de assistência social	Concessão de incentivos fiscais para entidades de assistência social	
Brasil	5 570	5 204	5 172	5 030	2 187	3 393	1 344	2 253	674	99
Até 5 000	1 247	1 144	1 138	1 101	516	757	253	444	92	17
De 5 001 a 10 000	1 227	1 150	1 144	1 111	482	762	287	459	118	18
De 10 001 a 20 000	1 378	1 301	1 296	1 259	524	855	324	569	154	16
De 20 001 a 50 000	1 080	1 010	997	976	422	637	278	472	155	20
De 50 001 a 100 000	339	321	320	310	130	197	100	159	79	15
De 100 001 a 500 000	260	241	241	238	99	161	86	126	67	10
Mais de 500 000	39	37	36	35	14	24	16	24	9	3
Norte	450	404	399	385	167	250	84	162	27	7
Até 5 000	80	67	67	63	22	49	12	25	-	-
De 5 001 a 10 000	81	76	75	73	28	47	10	28	5	2
De 10 001 a 20 000	110	92	91	86	38	61	14	31	8	2
De 20 001 a 50 000	111	104	102	101	48	59	27	45	8	1
De 50 001 a 100 000	42	39	39	37	17	18	13	18	2	1
De 100 001 a 500 000	24	24	24	23	13	14	8	13	4	1
Mais de 500 000	2	2	1	2	1	2	-	2	-	-
Nordeste	1 794	1 672	1 667	1 622	707	1 145	417	771	145	33
Até 5 000	234	208	208	202	88	154	39	86	10	2
De 5 001 a 10 000	360	340	339	331	155	233	87	146	18	4
De 10 001 a 20 000	577	546	545	532	224	363	130	248	44	10
De 20 001 a 50 000	443	409	406	392	172	276	104	200	38	8
De 50 001 a 100 000	119	114	114	111	47	77	37	61	22	6
De 100 001 a 500 000	50	44	44	44	19	35	17	25	11	2
Mais de 500 000	11	11	11	10	2	7	3	5	2	1
Sudeste	1 668	1 574	1 567	1 530	574	869	402	601	275	30
Até 5 000	374	355	353	348	144	189	80	124	40	5
De 5 001 a 10 000	397	366	366	354	140	208	91	131	52	6
De 10 001 a 20 000	359	344	343	331	113	197	80	123	48	2
De 20 001 a 50 000	290	272	268	264	93	140	70	108	61	9
De 50 001 a 100 000	107	102	102	99	33	58	31	49	34	4
De 100 001 a 500 000	124	119	119	118	45	68	42	54	34	3
Mais de 500 000	17	16	16	16	6	9	8	12	6	1
Sul	1 191	1 123	1 113	1 076	579	807	331	505	181	20
Até 5 000	420	389	385	364	219	270	100	148	34	7
De 5 001 a 10 000	280	265	262	255	123	197	75	107	34	4
De 10 001 a 20 000	228	222	222	217	118	166	72	123	43	2
De 20 001 a 50 000	159	152	150	148	75	107	55	80	38	2
De 50 001 a 100 000	52	49	48	48	25	31	13	22	16	3
De 100 001 a 500 000	48	42	42	41	18	34	15	24	15	2
Mais de 500 000	4	4	4	3	1	2	1	1	1	-
Centro-Oeste	467	431	426	417	160	322	110	214	46	9
Até 5 000	139	125	125	124	43	95	22	61	8	3
De 5 001 a 10 000	109	103	102	98	36	77	24	47	9	2
De 10 001 a 20 000	104	97	95	93	31	68	28	44	11	-
De 20 001 a 50 000	77	73	71	71	34	55	22	39	10	-
De 50 001 a 100 000	19	17	17	15	8	13	6	9	5	1
De 100 001 a 500 000	14	12	12	12	4	10	4	10	3	2
Mais de 500 000	5	4	4	4	4	4	4	4	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 50 - Municípios, total e com instrumentos legais que regulam a assistência social, por objeto regulamentado, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com instrumentos legais que regulam a assistência social								
		Total	Objeto regulamentado							
			Conselho Municipal de Assistência Social	Fundo Municipal de Assistência Social	Política Municipal de Assistência Social	Plano Municipal de Assistência Social	Padrões e parâmetros para a oferta de serviços de assistên- cia social	Projetos, programas e ações de assistência social	Concessão de incentivos fiscais para entidades de assistência social	Outros
Brasil	5 570	5 204	5 172	5 030	2 187	3 393	1 344	2 253	674	99
Norte	450	404	399	385	167	250	84	162	27	7
Rondônia	52	46	46	45	18	31	13	22	14	2
Acre	22	22	22	22	4	11	2	3	-	-
Amazonas	62	51	50	50	16	26	14	18	2	-
Roraima	15	13	13	11	4	6	3	6	-	-
Pará	144	139	136	129	78	74	34	63	8	4
Amapá	16	16	16	15	12	16	1	11	1	-
Tocantins	139	117	116	113	35	86	17	39	2	1
Nordeste	1 794	1 672	1 667	1 622	707	1 145	417	771	145	33
Maranhão	217	189	189	180	96	130	41	81	25	6
Piauí	224	220	220	212	86	170	49	94	12	-
Ceará	184	172	171	171	62	125	48	82	16	8
Rio Grande do Norte	167	158	158	155	80	96	31	65	12	-
Paraíba	223	203	203	192	79	130	50	83	12	1
Pernambuco	185	172	170	170	65	127	51	85	15	2
Alagoas	102	95	95	92	43	71	21	44	8	3
Sergipe	75	71	70	70	25	42	10	36	6	4
Bahia	417	392	391	380	171	254	116	201	39	9
Sudeste	1 668	1 574	1 567	1 530	574	869	402	601	275	30
Minas Gerais	853	808	806	776	329	445	232	321	155	10
Espírito Santo	78	75	75	73	26	39	23	34	10	3
Rio de Janeiro	92	86	84	85	20	43	26	35	9	3
São Paulo	645	605	602	596	199	342	121	211	101	14
Sul	1 191	1 123	1 113	1 076	579	807	331	505	181	20
Paraná	399	384	381	366	199	306	128	194	77	5
Santa Catarina	295	272	269	263	108	207	80	121	46	6
Rio Grande do Sul	497	467	463	447	272	294	123	190	58	9
Centro-Oeste	467	431	426	417	160	322	110	214	46	9
Mato Grosso do Sul	79	78	78	77	31	64	31	48	16	2
Mato Grosso	141	129	126	124	37	83	29	54	9	4
Goiás	246	223	221	215	91	174	49	111	21	2
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	1	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 51 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Assistência Social, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Total	Com Conselho Municipal de Assistência Social										
		Total	Algumas características do conselho						Caráter do conselho			
			Paritário	Tem maior represen- tação da socie- dade civil	Tem maior represen- tação governam- ental	Quanti- dade de membros titulares	Quanti- dade de reuniões nos últimos 12 meses	Consul- tivo	Delibe- rativo	Norma- tivo	Fiscali- zador	
Brasil	5 570	5 562	5 472	43	47	54 634	56 907	3 261	5 335	3 055	4 742	
Até 5 000	1 247	1 242	1 212	12	18	10 108	11 240	703	1 176	645	1 036	
De 5 001 a 10 000	1 227	1 225	1 200	15	10	12 598	11 130	678	1 180	629	1 047	
De 10 001 a 20 000	1 378	1 378	1 363	4	11	12 834	13 138	839	1 329	792	1 176	
De 20 001 a 50 000	1 080	1 080	1 067	6	7	10 865	11 772	665	1 026	603	948	
De 50 001 a 100 000	339	338	336	2	1	3 838	4 377	203	332	190	277	
De 100 001 a 500 000	260	260	256	3	-	3 606	4 414	157	253	171	227	
Mais de 500 000	39	39	38	1		785	836	16	39	25	31	
Norte	450	449	439	4	6	4 029	4 163	299	422	251	401	
Até 5 000	80	80	77	1	2	630	643	59	76	49	71	
De 5 001 a 10 000	81	81	79	1	1	661	665	51	75	46	72	
De 10 001 a 20 000	110	110	109	-	1	1 032	987	76	101	63	100	
De 20 001 a 50 000	111	111	108	1	2	1 010	1 012	72	106	58	101	
De 50 001 a 100 000	42	41	41	-	-	382	486	24	38	15	34	
De 100 001 a 500 000	24	24	23	1	-	278	349	16	24	18	21	
Mais de 500 000	2	2	2	-	-	36	21	1	2	2	2	
Nordeste	1 794	1 792	1 772	12	8	16 433	16 868	1 179	1 710	1 114	1 625	
Até 5 000	234	233	229	4	-	1 892	2 143	160	217	158	219	
De 5 001 a 10 000	360	359	355	3	1	3 006	3 124	237	346	221	337	
De 10 001 a 20 000	577	577	571	2	4	5 305	5 068	383	553	367	518	
De 20 001 a 50 000	443	443	440	-	3	4 260	4 222	290	418	261	399	
De 50 001 a 100 000	119	119	117	2	-	1 208	1 373	76	117	69	102	
De 100 001 a 500 000	50	50	49	1	-	580	707	29	48	30	40	
Mais de 500 000	11	11	11	-	-	182	231	4	11	8	10	
Sudeste	1 668	1 668	1 645	7	16	16 088	18 317	864	1 603	843	1 356	
Até 5 000	374	374	366	3	5	2 953	3 310	187	352	168	296	
De 5 001 a 10 000	397	397	387	3	7	3 333	3 694	184	383	179	316	
De 10 001 a 20 000	359	359	356	-	3	3 341	3 653	195	350	190	294	
De 20 001 a 50 000	290	290	288	1	1	2 995	3 673	156	274	151	244	
De 50 001 a 100 000	107	107	107	-	-	1 326	1 500	56	106	59	82	
De 100 001 a 500 000	124	124	124	-	-	1 802	2 095	79	121	86	112	
Mais de 500 000	17	17	17	-	-	338	392	7	17	10	12	
Sul	1 191	1 187	1 169	7	11	13 716	12 887	645	1 154	587	961	
Até 5 000	420	417	409	1	7	3 419	3 999	217	401	196	333	
De 5 001 a 10 000	280	279	274	4	1	4 654	2 644	142	269	121	226	
De 10 001 a 20 000	228	228	227	-	1	2 248	2 360	124	227	114	179	
De 20 001 a 50 000	159	159	157	1	1	1 818	1 948	103	155	92	139	
De 50 001 a 100 000	52	52	52	-	-	704	768	31	52	33	40	
De 100 001 a 500 000	48	48	47	-	1	766	1 064	27	46	29	41	
Mais de 500 000	4	4	3	1	-	107	104	1	4	2	3	
Centro-Oeste	467	466	447	13	6	4 368	4 672	274	446	260	399	
Até 5 000	139	138	131	3	4	1 214	1 145	80	130	74	117	
De 5 001 a 10 000	109	109	105	4	-	944	1 003	64	107	62	96	
De 10 001 a 20 000	104	104	100	2	2	908	1 070	61	98	58	85	
De 20 001 a 50 000	77	77	74	3	-	782	917	44	73	41	65	
De 50 001 a 100 000	19	19	19	-	-	218	250	16	19	14	19	
De 100 001 a 500 000	14	14	13	1	-	180	199	6	14	8	13	
Mais de 500 000	5	5	5	-	-	122	88	3	5	3	4	

Tabela 51 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Assistência Social, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Com Conselho Municipal de Assistência Social								
	Algumas características do conselho								
	Integrantes da sociedade civil que fazem parte do conselho				Com regimento interno	Com recursos específicos no orçamento (1)	Com local específico para o seu funcionamento	Com Secretaria Executiva (unidade de apoio para seu funcionamento)	Delibera sobre as propostas anuais de orçamento do executivo da área de assistência social
	Representantes de trabalhadores da área de assistência social	Representantes de entidades e organismos de assistência social	Representantes de organização de usuários	Outros					
Brasil	3 861	4 239	4 014	1 843	4 772	3 458	2 623	3 553	4 580
Até 5 000	859	806	930	438	998	663	384	633	969
De 5 001 a 10 000	870	897	900	411	1 005	693	438	681	1 007
De 10 001 a 20 000	902	1 022	983	498	1 172	865	659	877	1 123
De 20 001 a 50 000	756	917	762	347	982	713	615	809	919
De 50 001 a 100 000	243	311	223	90	320	256	261	280	291
De 100 001 a 500 000	200	248	184	53	257	233	227	236	237
Mais de 500 000	31	38	32	6	38	35	39	37	34
Norte	297	299	271	171	390	305	266	325	351
Até 5 000	55	48	50	26	70	46	32	56	61
De 5 001 a 10 000	54	47	47	32	65	53	42	56	66
De 10 001 a 20 000	77	60	65	53	95	71	67	74	86
De 20 001 a 50 000	75	83	74	45	99	78	68	81	82
De 50 001 a 100 000	21	36	18	9	36	32	34	32	30
De 100 001 a 500 000	14	23	15	6	23	23	21	24	24
Mais de 500 000	1	2	2	-	2	2	2	2	2
Nordeste	1 226	1 202	1 284	669	1 558	1 173	923	1 257	1 507
Até 5 000	173	133	170	94	201	132	81	123	185
De 5 001 a 10 000	262	209	264	136	295	213	143	218	305
De 10 001 a 20 000	371	356	423	231	491	383	301	405	476
De 20 001 a 50 000	295	345	300	162	395	294	258	351	389
De 50 001 a 100 000	79	103	87	33	115	94	84	101	101
De 100 001 a 500 000	37	45	31	11	50	46	45	48	42
Mais de 500 000	9	11	9	2	11	11	11	11	9
Sudeste	1 142	1 398	1 192	534	1 405	979	811	971	1 358
Até 5 000	256	258	296	134	279	199	118	179	290
De 5 001 a 10 000	266	319	286	133	322	207	145	190	326
De 10 001 a 20 000	223	312	240	124	297	200	166	191	286
De 20 001 a 50 000	203	272	200	84	267	172	170	200	233
De 50 001 a 100 000	85	103	64	29	101	79	88	86	96
De 100 001 a 500 000	96	118	92	27	123	108	107	110	113
Mais de 500 000	13	16	14	3	16	14	17	15	14
Sul	839	977	915	299	1 017	733	415	697	992
Até 5 000	262	283	316	131	345	226	111	204	325
De 5 001 a 10 000	203	238	217	61	227	160	67	147	231
De 10 001 a 20 000	167	208	183	52	195	142	78	138	195
De 20 001 a 50 000	120	146	121	32	148	116	71	114	144
De 50 001 a 100 000	42	50	40	15	51	39	42	48	48
De 100 001 a 500 000	41	48	35	7	47	46	42	42	45
Mais de 500 000	4	4	3	1	4	4	4	4	4
Centro-Oeste	357	363	352	170	402	268	208	303	372
Até 5 000	113	84	98	53	103	60	42	71	108
De 5 001 a 10 000	85	84	86	49	96	60	41	70	79
De 10 001 a 20 000	64	86	72	38	94	69	47	69	80
De 20 001 a 50 000	63	71	67	24	73	53	48	63	71
De 50 001 a 100 000	16	19	14	4	17	12	13	13	16
De 100 001 a 500 000	12	14	11	2	14	10	12	12	13
Mais de 500 000	4	5	4	-	5	4	5	5	5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Há previsão de recursos específicos no orçamento do órgão gestor da política destinados à manutenção e funcionamento do Conselho.

Tabela 52 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Assistência Social, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Total	Com Conselho Municipal de Assistência Social										
		Total	Algumas características do conselho						Caráter do conselho			
			Paritário	Tem maior representação da sociedade civil	Tem maior representação governamental	Quantidade de membros titulares	Quantidade de reuniões nos últimos 12 meses	Consul-tivo	Delibe-rativo	Norma-tivo	Fiscali-zador	
Brasil	5 570	5 562	5 472	43	47	54 634	56 907	3 261	5 335	3 055	4 742	
Norte	450	449	439	4	6	4 029	4 163	299	422	251	401	
Rondônia	52	52	49	2	1	456	575	32	46	28	48	
Acre	22	22	21	1	-	202	163	19	22	10	22	
Amazonas	62	62	59	-	3	625	442	31	55	21	51	
Roraima	15	15	15	-	-	136	115	8	15	10	11	
Pará	144	143	142	-	1	1 346	1 533	92	139	76	127	
Amapá	16	16	16	-	-	131	121	16	16	16	16	
Tocantins	139	139	137	1	1	1 133	1 214	101	129	90	126	
Nordeste	1 794	1 792	1 772	12	8	16 433	16 868	1 179	1 710	1 114	1 625	
Maranhão	217	215	212	1	2	2 094	1 805	131	197	119	192	
Piauí	224	224	224	-	-	1 850	2 481	143	212	135	209	
Ceará	184	184	182	1	1	1 848	2 024	133	179	118	158	
Rio Grande do Norte	167	167	165	1	1	1 518	1 480	108	160	109	158	
Paraíba	223	223	218	4	1	1 948	1 652	161	212	157	213	
Pernambuco	185	185	180	2	3	1 925	1 726	113	173	102	162	
Alagoas	102	102	102	-	-	704	1 013	60	99	54	95	
Sergipe	75	75	74	1	-	697	645	47	74	47	62	
Bahia	417	417	415	2	-	3 849	4 042	283	404	273	376	
Sudeste	1 668	1 668	1 645	7	16	16 088	18 317	864	1 603	843	1 356	
Minas Gerais	853	853	838	4	11	7 826	8 825	460	817	443	698	
Espírito Santo	78	78	78	-	-	824	950	41	75	43	68	
Rio de Janeiro	92	92	92	-	-	1 143	1 354	50	85	54	78	
São Paulo	645	645	637	3	5	6 295	7 188	313	626	303	512	
Sul	1 191	1 187	1 169	7	11	13 716	12 887	645	1 154	587	961	
Paraná	399	399	394	1	4	4 192	4 606	218	391	214	333	
Santa Catarina	295	294	289	1	4	2 797	2 830	163	283	154	226	
Rio Grande do Sul	497	494	486	5	3	6 727	5 451	264	480	219	402	
Centro-Oeste	467	466	447	13	6	4 368	4 672	274	446	260	399	
Mato Grosso do Sul	79	79	78	1	-	649	1 265	46	79	52	67	
Mato Grosso	141	140	131	6	3	1 342	1 293	62	134	54	110	
Goiás	246	246	237	6	3	2 353	2 099	165	232	153	221	
Distrito Federal	1	1	1	-	-	24	15	1	1	1	1	

Tabela 52 - Municípios, e com Conselho Municipal de Assistência Social, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Com Conselho Municipal de Assistência Social								
	Algumas características do conselho								
	Integrantes da sociedade civil que fazem parte do conselho				Com regimento interno	Com recursos específicos no orçamento (1)	Com local específico para o seu funcionamento	Com Secretaria Executiva (unidade de apoio para seu funcionamento)	Delibera sobre as propostas anuais de orçamento do executivo da área de assistência social
	Representantes de trabalhadores da área de assistência social	Representantes de entidades e organismos de assistência social	Representantes de organização de usuários	Outros					
Brasil	3 861	4 239	4 014	1 843	4 772	3 458	2 623	3 553	4 580
Norte	297	299	271	171	390	305	266	325	351
Rondônia	42	42	34	19	43	26	34	34	44
Acre	13	10	16	11	14	11	14	13	15
Amazonas	50	40	44	22	55	38	42	47	47
Roraima	12	3	7	12	14	11	12	14	13
Pará	77	102	72	56	132	112	86	103	105
Amapá	12	16	14	4	15	10	8	10	16
Tocantins	91	86	84	47	117	97	70	104	111
Nordeste	1 226	1 202	1 284	669	1 558	1 173	923	1 257	1 507
Maranhão	137	146	159	85	187	148	122	159	183
Piauí	160	117	154	87	193	137	81	137	188
Ceará	122	137	138	70	169	139	133	169	163
Rio Grande do Norte	133	110	140	55	138	117	86	107	133
Paraíba	179	149	169	85	190	119	91	98	185
Pernambuco	134	140	141	68	152	126	97	119	158
Alagoas	99	78	84	20	83	79	53	71	80
Sergipe	49	64	55	23	68	60	52	66	61
Bahia	213	261	244	176	378	248	208	331	356
Sudeste	1 142	1 398	1 192	534	1 405	979	811	971	1 358
Minas Gerais	573	701	640	269	726	547	359	445	687
Espírito Santo	47	69	60	29	70	48	41	55	63
Rio de Janeiro	58	84	60	17	88	63	69	73	78
São Paulo	464	544	432	219	521	321	342	398	530
Sul	839	977	915	299	1 017	733	415	697	992
Paraná	335	356	350	75	341	304	141	314	357
Santa Catarina	186	233	206	82	229	125	92	133	224
Rio Grande do Sul	318	388	359	142	447	304	182	250	411
Centro-Oeste	357	363	352	170	402	268	208	303	372
Mato Grosso do Sul	55	73	68	15	76	52	47	75	66
Mato Grosso	103	105	111	51	125	90	68	94	109
Goiás	198	184	172	104	200	125	92	133	196
Distrito Federal	1	1	1	-	1	1	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Há previsão de recursos específicos no orçamento do órgão gestor da política destinados à manutenção e funcionamento do Conselho.

Tabela 53 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Assistência Social e que realiza fiscalização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com Conselho Municipal de Assistência Social								
		Total	Fiscaliza os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS							
			Total	Rede socioassistencial do SUAS fiscalizada			Mantém registros ou documentos relativos às fiscalizações realizadas			
				Pública	Conve- niada	Pública e conve- niada	Total	Forma de registro		
								Em meio eletrônico	Em meio físico	Em meio eletrônico e físico
Brasil	5 570	5 562	5 219	2 435	237	2 547	4 355	230	3 122	1 003
Até 5 000	1 247	1 242	1 141	672	52	417	915	51	671	193
De 5 001 a 10 000	1 227	1 225	1 133	637	34	462	904	57	643	204
De 10 001 a 20 000	1 378	1 378	1 309	635	67	607	1 062	58	780	224
De 20 001 a 50 000	1 080	1 080	1 019	389	42	588	888	45	638	205
De 50 001 a 100 000	339	338	324	80	16	228	299	10	212	77
De 100 001 a 500 000	260	260	257	21	25	211	251	9	158	84
Mais de 500 000	39	39	36	1	1	34	36	-	20	16
Norte	450	449	425	278	9	138	357	15	252	90
Até 5 000	80	80	74	60	2	12	59	4	34	21
De 5 001 a 10 000	81	81	78	56	2	20	64	2	46	16
De 10 001 a 20 000	110	110	104	68	3	33	83	4	58	21
De 20 001 a 50 000	111	111	105	70	1	34	92	3	71	18
De 50 001 a 100 000	42	41	38	19	1	18	34	2	26	6
De 100 001 a 500 000	24	24	24	5	-	19	23	-	16	7
Mais de 500 000	2	2	2	-	-	2	2	-	1	1
Nordeste	1 794	1 792	1 698	1 073	57	568	1 405	91	1 048	266
Até 5 000	234	233	220	166	9	45	189	10	143	36
De 5 001 a 10 000	360	359	340	268	7	65	276	21	205	50
De 10 001 a 20 000	577	577	555	358	23	174	444	28	333	83
De 20 001 a 50 000	443	443	411	227	11	173	344	25	263	56
De 50 001 a 100 000	119	119	115	44	3	68	97	5	68	24
De 100 001 a 500 000	50	50	47	9	4	34	45	2	30	13
Mais de 500 000	11	11	10	1	-	9	10	-	6	4
Sudeste	1 668	1 668	1 563	473	92	998	1 345	63	934	348
Até 5 000	374	374	342	167	19	156	281	19	196	66
De 5 001 a 10 000	397	397	365	151	10	204	292	20	203	69
De 10 001 a 20 000	359	359	336	98	21	217	281	14	205	62
De 20 001 a 50 000	290	290	277	42	20	215	252	4	170	78
De 50 001 a 100 000	107	107	103	10	9	84	101	3	72	26
De 100 001 a 500 000	124	124	124	5	12	107	122	3	78	41
Mais de 500 000	17	17	16	-	1	15	16	-	10	6
Sul	1 191	1 187	1 091	402	61	628	883	38	653	192
Até 5 000	420	417	375	195	17	163	282	14	216	52
De 5 001 a 10 000	280	279	248	106	9	133	194	10	145	39
De 10 001 a 20 000	228	228	217	66	17	134	174	5	133	36
De 20 001 a 50 000	159	159	150	30	7	113	133	6	93	34
De 50 001 a 100 000	52	52	49	5	3	41	48	-	35	13
De 100 001 a 500 000	48	48	48	-	8	40	48	3	29	16
Mais de 500 000	4	4	4	-	-	4	4	-	2	2
Centro-Oeste	467	466	442	209	18	215	365	23	235	107
Até 5 000	139	138	130	84	5	41	104	4	82	18
De 5 001 a 10 000	109	109	102	56	6	40	78	4	44	30
De 10 001 a 20 000	104	104	97	45	3	49	80	7	51	22
De 20 001 a 50 000	77	77	76	20	3	53	67	7	41	19
De 50 001 a 100 000	19	19	19	2	-	17	19	-	11	8
De 100 001 a 500 000	14	14	14	2	1	11	13	1	5	7
Mais de 500 000	5	5	4	-	-	4	4	-	1	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 54 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Assistência Social e que realiza fiscalização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com Conselho Municipal de Assistência Social								
		Total	Fiscaliza os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS							
			Total	Rede socioassistencial do SUAS fiscalizada			Mantém registros ou documentos relativos às fiscalizações realizadas			
				Pública	Conve- niada	Pública e conve- niada	Total	Forma de registro		
								Em meio eletrônico	Em meio físico	Em meio eletrônico e físico
Brasil	5 570	5 562	5 219	2 435	237	2 547	4 355	230	3 122	1 003
Norte	450	449	425	278	9	138	357	15	252	90
Rondônia	52	52	49	19	1	29	43	1	31	11
Acre	22	22	20	19	-	1	12	-	7	5
Amazonas	62	62	59	33	1	25	48	4	35	9
Roraima	15	15	15	7	-	8	14	-	7	7
Pará	144	143	132	86	5	41	111	3	86	22
Amapá	16	16	16	12	-	4	15	1	12	2
Tocantins	139	139	134	102	2	30	114	6	74	34
Nordeste	1 794	1 792	1 698	1 073	57	568	1 405	91	1 048	266
Maranhão	217	215	205	136	10	59	167	13	125	29
Piauí	224	224	217	165	12	40	190	9	154	27
Ceará	184	184	168	92	10	66	146	11	109	26
Rio Grande do Norte	167	167	156	104	2	50	137	17	91	29
Paraíba	223	223	211	146	6	59	183	10	137	36
Pernambuco	185	185	177	88	4	85	138	3	104	31
Alagoas	102	102	97	69	1	27	77	3	61	13
Sergipe	75	75	72	43	3	26	53	2	42	9
Bahia	417	417	395	230	9	156	314	23	225	66
Sudeste	1 668	1 668	1 563	473	92	998	1 345	63	934	348
Minas Gerais	853	853	794	317	30	447	675	36	458	181
Espírito Santo	78	78	72	13	5	54	62	2	43	17
Rio de Janeiro	92	92	86	17	3	66	82	4	53	25
São Paulo	645	645	611	126	54	431	526	21	380	125
Sul	1 191	1 187	1 091	402	61	628	883	38	653	192
Paraná	399	399	379	112	18	249	328	16	229	83
Santa Catarina	295	294	245	114	20	111	186	9	132	45
Rio Grande do Sul	497	494	467	176	23	268	369	13	292	64
Centro-Oeste	467	466	442	209	18	215	365	23	235	107
Mato Grosso do Sul	79	79	79	11	4	64	72	8	39	25
Mato Grosso	141	140	130	82	2	46	103	6	58	39
Goiás	246	246	233	116	12	105	190	9	138	43
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 55 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Assistência Social e com canal de denúncia, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com Conselho Municipal de Assistência Social					
		Total	Com canal de denúncia				
			Total	Mantém registro das denúncias formuladas			
				Total	Em meio eletrônico	Em meio físico	Em meio eletrônico e físico
Brasil	5 570	5 562	1 321	1 146	53	897	196
Até 5 000	1 247	1 242	242	196	7	165	24
De 5 001 a 10 000	1 227	1 225	237	200	10	169	21
De 10 001 a 20 000	1 378	1 378	298	247	11	197	39
De 20 001 a 50 000	1 080	1 080	271	241	14	189	38
De 50 001 a 100 000	339	338	116	110	4	80	26
De 100 001 a 500 000	260	260	135	130	4	83	43
Mais de 500 000	39	39	22	22	3	14	5
Norte	450	449	82	71	3	48	20
Até 5 000	80	80	11	9	-	5	4
De 5 001 a 10 000	81	81	7	6	-	6	-
De 10 001 a 20 000	110	110	15	11	-	8	3
De 20 001 a 50 000	111	111	26	24	1	15	8
De 50 001 a 100 000	42	41	10	9	2	5	2
De 100 001 a 500 000	24	24	13	12	-	9	3
Mais de 500 000	2	2	-	-	-	-	-
Nordeste	1 794	1 792	431	377	31	287	59
Até 5 000	234	233	54	47	2	37	8
De 5 001 a 10 000	360	359	73	67	6	56	5
De 10 001 a 20 000	577	577	132	111	6	84	21
De 20 001 a 50 000	443	443	112	95	12	73	10
De 50 001 a 100 000	119	119	36	34	1	24	9
De 100 001 a 500 000	50	50	18	17	3	8	6
Mais de 500 000	11	11	6	6	1	5	-
Sudeste	1 668	1 668	420	370	7	297	66
Até 5 000	374	374	64	57	1	48	8
De 5 001 a 10 000	397	397	80	62	1	55	6
De 10 001 a 20 000	359	359	77	64	3	52	9
De 20 001 a 50 000	290	290	71	63	-	56	7
De 50 001 a 100 000	107	107	44	41	1	33	7
De 100 001 a 500 000	124	124	74	73	1	46	26
Mais de 500 000	17	17	10	10	-	7	3
Sul	1 191	1 187	274	235	7	191	37
Até 5 000	420	417	88	67	3	61	3
De 5 001 a 10 000	280	279	55	47	2	38	7
De 10 001 a 20 000	228	228	46	38	-	33	5
De 20 001 a 50 000	159	159	41	40	1	31	8
De 50 001 a 100 000	52	52	19	19	-	14	5
De 100 001 a 500 000	48	48	22	21	-	13	8
Mais de 500 000	4	4	3	3	1	1	1
Centro-Oeste	467	466	114	93	5	74	14
Até 5 000	139	138	25	16	1	14	1
De 5 001 a 10 000	109	109	22	18	1	14	3
De 10 001 a 20 000	104	104	28	23	2	20	1
De 20 001 a 50 000	77	77	21	19	-	14	5
De 50 001 a 100 000	19	19	7	7	-	4	3
De 100 001 a 500 000	14	14	8	7	-	7	-
Mais de 500 000	5	5	3	3	1	1	1

Tabela 56 - Municípios, total, com Conselho Municipal de Assistência Social e com canal de denúncia, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com Conselho Municipal de Assistência Social					
		Total	Com canal de denúncia				
			Mantém registro das denúncias formuladas				
			Total	Total	Em meio eletrônico	Em meio físico	
Brasil	5 570	5 562	1 321	1 146	53	897	196
Norte	450	449	82	71	3	48	20
Rondônia	52	52	7	7	-	4	3
Acre	22	22	3	2	-	1	1
Amazonas	62	62	12	11	1	8	2
Roraima	15	15	2	2	-	2	-
Pará	144	143	33	29	2	21	6
Amapá	16	16	2	1	-	1	-
Tocantins	139	139	23	19	-	11	8
Nordeste	1 794	1 792	431	377	31	287	59
Maranhão	217	215	49	42	6	28	8
Piauí	224	224	48	46	1	43	2
Ceará	184	184	56	51	5	42	4
Rio Grande do Norte	167	167	54	48	3	35	10
Paraíba	223	223	37	36	3	24	9
Pernambuco	185	185	46	40	1	30	9
Alagoas	102	102	22	19	-	17	2
Sergipe	75	75	23	19	2	14	3
Bahia	417	417	96	76	10	54	12
Sudeste	1 668	1 668	420	370	7	297	66
Minas Gerais	853	853	210	186	4	153	29
Espírito Santo	78	78	20	18	-	15	3
Rio de Janeiro	92	92	33	31	2	24	5
São Paulo	645	645	157	135	1	105	29
Sul	1 191	1 187	274	235	7	191	37
Paraná	399	399	89	83	4	68	11
Santa Catarina	295	294	44	36	1	29	6
Rio Grande do Sul	497	494	141	116	2	94	20
Centro-Oeste	467	466	114	93	5	74	14
Mato Grosso do Sul	79	79	11	10	-	9	1
Mato Grosso	141	140	32	26	1	23	2
Goiás	246	246	70	56	4	42	10
Distrito Federal	1	1	1	1	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 57 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional								
		Total	Algumas características do conselho						Quantidade de reuniões nos últimos 12 meses	Vinculado administrativamente ao órgão gestor da assistência social
			Paritário	Caráter do conselho						
				Consul-tivo	Delibe-rativo	Norma-tivo	Fiscali-zador			
Brasil	5 570	1 756	1 330	1 301	1 240	681	1 089	7 883	1 111	
Até 5 000	1 247	333	282	232	240	122	219	1 203	182	
De 5 001 a 10 000	1 227	333	263	240	243	128	220	1 241	192	
De 10 001 a 20 000	1 378	367	279	277	258	150	219	1 490	229	
De 20 001 a 50 000	1 080	346	258	251	247	143	226	1 475	234	
De 50 001 a 100 000	339	153	102	127	113	62	91	770	111	
De 100 001 a 500 000	260	189	126	148	115	65	98	1 431	142	
Mais de 500 000	39	35	20	26	24	11	16	273	21	
Norte	450	193	156	147	153	99	136	982	170	
Até 5 000	80	72	61	54	58	33	48	292	68	
De 5 001 a 10 000	81	43	36	34	36	26	34	243	40	
De 10 001 a 20 000	110	33	24	28	26	16	21	191	25	
De 20 001 a 50 000	111	19	15	15	15	11	15	99	16	
De 50 001 a 100 000	42	13	12	8	9	6	11	54	10	
De 100 001 a 500 000	24	11	8	6	7	6	6	99	10	
Mais de 500 000	2	2	-	2	2	1	1	4	1	
Nordeste	1 794	565	434	433	430	270	406	2 501	431	
Até 5 000	234	54	50	40	45	24	41	233	34	
De 5 001 a 10 000	360	91	66	71	66	47	66	289	66	
De 10 001 a 20 000	577	162	129	124	126	81	120	649	120	
De 20 001 a 50 000	443	160	125	119	119	71	114	726	129	
De 50 001 a 100 000	119	50	34	42	37	25	31	264	42	
De 100 001 a 500 000	50	39	25	33	29	19	28	250	33	
Mais de 500 000	11	9	5	4	8	3	6	90	7	
Sudeste	1 668	538	401	380	360	160	291	2 368	240	
Até 5 000	374	84	73	49	53	19	46	253	22	
De 5 001 a 10 000	397	100	81	70	73	27	62	354	29	
De 10 001 a 20 000	359	84	66	57	55	27	41	300	30	
De 20 001 a 50 000	290	106	72	74	76	38	66	432	48	
De 50 001 a 100 000	107	53	36	43	40	19	29	231	35	
De 100 001 a 500 000	124	96	62	74	53	25	40	693	70	
Mais de 500 000	17	15	11	13	10	5	7	105	6	
Sul	1 191	366	266	270	245	120	205	1 649	208	
Até 5 000	420	107	86	80	76	43	76	372	51	
De 5 001 a 10 000	280	84	66	56	59	23	49	304	45	
De 10 001 a 20 000	228	66	45	51	42	19	25	290	41	
De 20 001 a 50 000	159	44	32	29	29	16	21	161	26	
De 50 001 a 100 000	52	26	11	23	18	7	13	148	16	
De 100 001 a 500 000	48	35	24	29	19	11	19	325	27	
Mais de 500 000	4	4	2	2	2	1	2	49	2	
Centro-Oeste	467	94	73	71	52	32	51	383	62	
Até 5 000	139	16	12	9	8	3	8	53	7	
De 5 001 a 10 000	109	15	14	9	9	5	9	51	12	
De 10 001 a 20 000	104	22	15	17	9	7	12	60	13	
De 20 001 a 50 000	77	17	14	14	8	7	10	57	15	
De 50 001 a 100 000	19	11	9	11	9	5	7	73	8	
De 100 001 a 500 000	14	8	7	6	7	4	5	64	2	
Mais de 500 000	5	5	2	5	2	1	-	25	5	

Tabela 58 - Municípios, total e com Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, por algumas características do conselho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Com Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional							
		Total	Algumas características do conselho						
			Paritário	Caráter do conselho				Quantidade de reuniões nos últimos 12 meses	Vinculado administrativamente ao órgão gestor da assistência social
				Consultivo	Deliberativo	Normativo	Fiscalizador		
Brasil	5 570	1 756	1 330	1 301	1 240	681	1 089	7 883	1 111
Norte	450	193	156	147	153	99	136	982	170
Rondônia	52	23	20	17	15	11	14	195	14
Acre	22	1	1	1	-	-	-	3	1
Amazonas	62	10	8	9	7	4	7	40	8
Roraima	15	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	144	20	12	15	13	10	13	87	18
Amapá	16	4	3	4	3	4	3	7	3
Tocantins	139	135	112	101	115	70	99	650	126
Nordeste	1 794	565	434	433	430	270	406	2 501	431
Maranhão	217	89	77	66	73	43	69	409	61
Piauí	224	45	36	31	29	18	32	240	22
Ceará	184	105	59	93	65	47	60	454	92
Rio Grande do Norte	167	32	26	22	25	17	25	118	17
Paraíba	223	85	75	62	74	52	73	316	67
Pernambuco	185	50	39	38	38	19	36	244	43
Alagoas	102	1	1	1	1	1	1	12	1
Sergipe	75	52	39	37	39	25	39	158	48
Bahia	417	106	82	83	86	48	71	550	80
Sudeste	1 668	538	401	380	360	160	291	2 368	240
Minas Gerais	853	204	153	147	165	67	124	974	96
Espírito Santo	78	32	19	19	26	10	21	148	20
Rio de Janeiro	92	34	21	25	20	13	16	148	22
São Paulo	645	268	208	189	149	70	130	1 098	102
Sul	1 191	366	266	270	245	120	205	1 649	208
Paraná	399	131	94	100	77	44	62	497	79
Santa Catarina	295	120	90	83	87	39	75	461	60
Rio Grande do Sul	497	115	82	87	81	37	68	691	69
Centro-Oeste	467	94	73	71	52	32	51	383	62
Mato Grosso do Sul	79	7	7	6	4	4	3	25	6
Mato Grosso	141	42	33	27	18	9	21	153	34
Goiás	246	44	33	37	30	19	27	199	21
Distrito Federal	1	1	-	1	-	-	-	6	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 59 - Municípios, total e com existência do Fundo Municipal de Assistência Social, por características, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios										
	Total	Com existência de Fundo Municipal de Assistência Social									
		Total	Características						Outro tratamento dado ao fundo		
			Órgão a que o fundo está vinculado					Fundo como unidade orçamentária	Pro-grama	Ação	Outro
			Ao gabinete do prefeito	À secretaria municipal de assistência social ou congêneres	A outra secretaria	A outra estrutura da administração	Fundo autônomo				
Brasil	5 570	5 537	624	4 274	134	120	385	5 189	158	149	41
Até 5 000	1 247	1 232	223	856	45	25	83	1 147	43	35	7
De 5 001 a 10 000	1 227	1 219	159	910	34	28	88	1 125	43	43	8
De 10 001 a 20 000	1 378	1 370	149	1 054	21	41	105	1 275	44	43	8
De 20 001 a 50 000	1 080	1 078	77	883	26	18	74	1 030	19	17	12
De 50 001 a 100 000	339	339	14	293	6	3	23	326	6	6	1
De 100 001 a 500 000	260	260	2	240	2	4	12	250	1	5	4
Mais de 500 000	39	39	-	38	-	1	-	36	2	-	1
Norte	450	445	66	321	20	3	35	392	32	19	2
Até 5 000	80	77	7	58	2	-	10	68	7	2	-
De 5 001 a 10 000	81	81	11	65	2	1	2	72	5	4	-
De 10 001 a 20 000	110	108	24	67	6	-	11	95	9	3	1
De 20 001 a 50 000	111	111	18	75	8	2	8	95	6	9	1
De 50 001 a 100 000	42	42	6	33	2	-	1	37	4	1	-
De 100 001 a 500 000	24	24	-	21	-	-	3	24	-	-	-
Mais de 500 000	2	2	-	2	-	-	-	1	1	-	-
Nordeste	1 794	1 779	195	1 385	19	35	145	1 672	53	49	5
Até 5 000	234	228	44	167	1	2	14	209	13	6	-
De 5 001 a 10 000	360	358	53	267	6	6	26	319	14	22	3
De 10 001 a 20 000	577	572	56	438	6	17	55	538	18	15	1
De 20 001 a 50 000	443	441	37	360	4	7	33	432	6	2	1
De 50 001 a 100 000	119	119	4	97	2	1	15	116	1	2	-
De 100 001 a 500 000	50	50	1	45	-	2	2	47	1	2	-
Mais de 500 000	11	11	-	11	-	-	-	11	-	-	-
Sudeste	1 668	1 664	223	1 252	25	49	115	1 570	34	40	20
Até 5 000	374	372	100	225	4	13	30	349	11	9	3
De 5 001 a 10 000	397	395	62	275	6	13	39	375	8	8	4
De 10 001 a 20 000	359	359	41	285	3	13	17	333	9	14	3
De 20 001 a 50 000	290	290	17	237	8	7	21	275	4	5	6
De 50 001 a 100 000	107	107	2	98	2	1	4	104	1	1	1
De 100 001 a 500 000	124	124	1	115	2	2	4	119	-	3	2
Mais de 500 000	17	17	-	17	-	-	-	15	1	-	1
Sul	1 191	1 184	94	934	61	29	66	1 135	21	18	10
Até 5 000	420	416	55	292	33	10	26	395	9	8	4
De 5 001 a 10 000	280	278	20	222	18	7	11	267	7	3	1
De 10 001 a 20 000	228	227	13	184	6	9	15	216	4	6	1
De 20 001 a 50 000	159	159	4	139	4	2	10	155	1	1	2
De 50 001 a 100 000	52	52	2	49	-	-	1	52	-	-	-
De 100 001 a 500 000	48	48	-	45	-	-	3	46	-	-	2
Mais de 500 000	4	4	-	3	-	1	-	4	-	-	-
Centro-Oeste	467	465	46	382	9	4	24	420	18	23	4
Até 5 000	139	139	17	114	5	-	3	126	3	10	-
De 5 001 a 10 000	109	107	13	81	2	1	10	92	9	6	-
De 10 001 a 20 000	104	104	15	80	-	2	7	93	4	5	2
De 20 001 a 50 000	77	77	1	72	2	-	2	73	2	-	2
De 50 001 a 100 000	19	19	-	16	-	1	2	17	-	2	-
De 100 001 a 500 000	14	14	-	14	-	-	-	14	-	-	-
Mais de 500 000	5	5	-	5	-	-	-	5	-	-	-

Tabela 59 - Municípios, total e com existência do Fundo Municipal de Assistência Social, por características, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Com existência de Fundo Municipal de Assistência Social								
	Características								
	Ordenador de despesas do fundo				Responsável pela contabilidade do fundo				
	Prefeito	Secre- tário ou técnico da área	Secre- tário ou técnico de outra área	Outro	Técnicos do órgão gestor da assistência social	Técnicos de outros órgãos municipais	Escritório de contabilidade contratado pelo órgão gestor da assis- tência social	Escritório de contabilidade contratado por outro órgão municipal	Outro
Brasil	1 453	3 667	342	75	662	2 940	612	1 130	302
Até 5 000	445	696	75	16	90	698	132	271	67
De 5 001 a 10 000	381	741	79	18	97	624	144	286	82
De 10 001 a 20 000	346	932	76	16	138	703	167	312	75
De 20 001 a 50 000	216	770	75	17	145	576	121	207	54
De 50 001 a 100 000	49	269	19	2	63	190	37	45	16
De 100 001 a 500 000	16	226	13	5	100	140	10	9	7
Mais de 500 000	-	33	5	1	29	9	1	-	1
Norte	111	313	21	-	77	149	51	153	19
Até 5 000	8	65	4	-	7	20	8	44	-
De 5 001 a 10 000	20	59	2	-	8	29	7	33	4
De 10 001 a 20 000	35	65	8	-	14	43	13	32	6
De 20 001 a 50 000	36	69	6	-	22	35	14	36	5
De 50 001 a 100 000	11	30	1	-	8	17	8	6	4
De 100 001 a 500 000	1	23	-	-	16	5	1	2	-
Mais de 500 000	-	2	-	-	2	-	-	-	-
Nordeste	360	1 299	100	20	190	388	474	714	57
Até 5 000	75	138	13	2	8	20	90	114	3
De 5 001 a 10 000	89	250	15	4	24	47	113	171	8
De 10 001 a 20 000	109	427	28	8	44	143	139	236	22
De 20 001 a 50 000	73	329	33	6	66	123	97	151	19
De 50 001 a 100 000	10	101	8	-	19	37	27	35	4
De 100 001 a 500 000	4	44	2	-	19	18	7	7	1
Mais de 500 000	-	10	1	-	10	-	1	-	-
Sudeste	521	972	133	38	235	1 174	29	130	130
Até 5 000	166	171	27	8	32	254	9	46	40
De 5 001 a 10 000	150	201	36	8	38	266	6	52	37
De 10 001 a 20 000	116	211	25	7	46	261	7	25	26
De 20 001 a 50 000	64	190	27	9	41	227	6	6	14
De 50 001 a 100 000	16	83	6	2	23	82	1	1	6
De 100 001 a 500 000	9	101	10	4	45	77	-	-	6
Mais de 500 000	-	15	2	-	10	7	-	-	1
Sul	383	725	66	10	121	984	11	15	70
Até 5 000	170	215	27	4	36	350	4	10	20
De 5 001 a 10 000	101	157	17	3	23	229	2	2	26
De 10 001 a 20 000	61	153	13	-	24	187	4	2	14
De 20 001 a 50 000	38	113	6	2	9	143	1	1	9
De 50 001 a 100 000	12	38	2	-	10	42	-	-	1
De 100 001 a 500 000	1	46	1	-	16	32	-	-	-
Mais de 500 000	-	3	-	1	3	1	-	-	-
Centro-Oeste	78	358	22	7	39	245	47	118	26
Até 5 000	26	107	4	2	7	54	21	57	4
De 5 001 a 10 000	21	74	9	3	4	53	16	28	7
De 10 001 a 20 000	25	76	2	1	10	69	4	17	7
De 20 001 a 50 000	5	69	3	-	7	48	3	13	7
De 50 001 a 100 000	-	17	2	-	3	12	1	3	1
De 100 001 a 500 000	1	12	-	1	4	8	2	-	-
Mais de 500 000	-	3	2	-	4	1	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 60 - Municípios, total e com existência do Fundo Municipal de assistência social, por características, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios										
	Total	Com existência de Fundo Municipal de Assistência Social									
		Total	Características							Outro tratamento dado ao fundo	
			Órgão a que o fundo está vinculado					Fundo como unidade orça- mentária	Pro- grama	Ação	Outro
			Ao gabinete do prefeito	À secretaria municipal de assistência social ou congênere	A outra secretaria	A outra estrutura da admi- nistração	Fundo autô- nomo				
Brasil	5 570	5 537	624	4 274	134	120	385	5 189	158	149	41
Norte	450	445	66	321	20	3	20	392	32	19	2
Rondônia	52	52	10	36	2	-	2	41	6	5	-
Acre	22	22	4	14	2	-	2	21	1	-	-
Amazonas	62	60	20	31	6	-	6	51	1	7	2
Roraima	15	15	-	14	1	-	1	12	2	1	-
Pará	144	144	18	106	5	3	5	131	8	4	
Amapá	16	16	-	14	2	-	2	16	-	-	-
Tocantins	139	136	14	106	2	-	2	120	14	2	-
Nordeste	1 794	1 779	195	1 385	19	35	19	1 672	53	49	5
Maranhão	217	214	25	158	4	10	4	188	13	13	-
Piauí	224	224	28	181	2	1	2	204	12	8	-
Ceará	184	184	6	158	-	1	-	179	1	3	1
Rio Grande do Norte	167	167	8	137	1	1	1	159	6	2	-
Paraíba	223	216	56	144	3	4	3	200	6	9	1
Pernambuco	185	184	17	143	1	2	1	180	2	2	-
Alagoas	102	102	10	86	1	1	1	97	2	2	1
Sergipe	75	75	-	65	-	-	-	75	-	-	-
Bahia	417	413	45	313	7	15	7	390	11	10	2
Sudeste	1 668	1 664	223	1 252	25	49	25	1 570	34	40	20
Minas Gerais	853	849	128	631	19	18	19	797	18	21	13
Espírito Santo	78	78	1	69	-	-	-	76	1	1	-
Rio de Janeiro	92	92	-	83	-	2	-	88	1	2	1
São Paulo	645	645	94	469	6	29	6	609	14	16	6
Sul	1 191	1 184	94	934	61	29	61	1 135	21	18	10
Paraná	399	396	29	342	3	13	3	382	7	5	2
Santa Catarina	295	295	33	204	18	11	18	274	6	9	6
Rio Grande do Sul	497	493	32	388	40	5	40	479	8	4	2
Centro-Oeste	467	465	46	382	9	4	9	420	18	23	4
Mato Grosso do Sul	79	79	9	68	2	-	2	78	-	1	-
Mato Grosso	141	139	15	115	2	1	2	117	11	8	3
Goiás	246	246	22	198	5	3	5	224	7	14	1
Distrito Federal	1	1	-	1	-	-	-	1	-	-	-

Tabela 60 - Municípios, total e com existência do Fundo Municipal de Assistência Social, por características, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Com existência de Fundo Municipal de Assistência Social								
	Características								
	Ordenador de despesas do fundo				Responsável pela contabilidade do fundo				
	Prefeito	Secre- tário ou técnico da área	Secre- tário ou técnico de outra área	Outro	Técnicos do órgão gestor da assistência social	Técnicos de outros órgãos municipais	Escritório de contabilidade contratado pelo órgão gestor da assis- tência social	Escritório de contabilidade contratado por outro órgão municipal	Outro
Brasil	1 453	3 667	342	75	662	2 940	612	1 130	302
Norte	111	313	21	-	77	149	51	153	19
Rondônia	16	33	3	-	11	34	1	3	3
Acre	12	10	1	-	1	18	-	3	-
Amazonas	39	20	2	-	9	23	3	21	4
Roraima	3	10	6	-	3	1	2	7	2
Pará	25	113	2	-	36	29	32	40	9
Amapá	1	13	7	-	7	8	-	1	-
Tocantins	15	114	100	-	10	36	13	78	1
Nordeste	360	1 299	13	20	190	388	474	714	57
Maranhão	39	158	9	4	34	48	33	90	19
Piauí	48	167	10	-	6	5	205	11	-
Ceará	3	167	13	4	15	26	75	66	5
Rio Grande do Norte	26	127	9	1	20	47	21	78	5
Paraíba	106	99	5	2	6	14	13	184	3
Pernambuco	36	141	5	2	36	60	45	45	1
Alagoas	20	76	1	1	15	26	9	48	4
Sergipe	3	69	35	2	8	7	39	25	1
Bahia	79	295	133	4	50	155	34	167	19
Sudeste	521	972	49	38	235	1 174	29	130	130
Minas Gerais	309	478	3	13	80	585	24	118	62
Espírito Santo	14	60	4	1	12	59	-	2	5
Rio de Janeiro	7	80	77	1	57	34	2	-	1
São Paulo	191	354	66	23	86	496	3	10	62
Sul	383	725	19	10	121	984	11	15	70
Paraná	88	284	12	5	26	343	4	7	24
Santa Catarina	118	162	35	3	24	244	2	4	23
Rio Grande do Sul	177	279	22	2	71	397	5	4	23
Centro-Oeste	78	358	5	7	39	245	47	118	26
Mato Grosso do Sul	11	62	4	1	9	69	-	1	-
Mato Grosso	47	84	12	4	18	101	-	6	17
Goiás	20	212	1	2	11	75	47	111	9
Distrito Federal	-	-	-	-	1	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 61 - Municípios, total e com outros fundos que também executam o orçamento da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Com outros fundos que também executam o orçamento da assistência social				
		Total	Fundos			
			Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Fundo Municipal do Idoso	Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência	Outros
Brasil	5 570	3 030	2 859	858	292	262
Até 5 000	1 247	560	517	170	60	41
De 5 001 a 10 000	1 227	579	545	169	60	30
De 10 001 a 20 000	1 378	772	732	217	67	62
De 20 001 a 50 000	1 080	652	617	166	50	72
De 50 001 a 100 000	339	238	228	63	26	23
De 100 001 a 500 000	260	205	198	63	24	28
Mais de 500 000	39	24	22	10	5	6
Norte	450	165	154	42	19	3
Até 5 000	80	16	13	7	2	-
De 5 001 a 10 000	81	16	16	6	3	-
De 10 001 a 20 000	110	43	39	15	5	2
De 20 001 a 50 000	111	50	50	7	4	-
De 50 001 a 100 000	42	24	22	6	2	1
De 100 001 a 500 000	24	15	13	1	3	-
Mais de 500 000	2	1	1	-	-	-
Nordeste	1 794	840	792	243	87	52
Até 5 000	234	68	63	34	14	4
De 5 001 a 10 000	360	123	110	46	17	4
De 10 001 a 20 000	577	283	266	77	32	13
De 20 001 a 50 000	443	238	228	58	15	20
De 50 001 a 100 000	119	78	76	19	6	5
De 100 001 a 500 000	50	43	42	6	2	5
Mais de 500 000	11	7	7	3	1	1
Sudeste	1 668	982	931	279	70	90
Até 5 000	374	181	166	47	10	17
De 5 001 a 10 000	397	206	195	61	19	8
De 10 001 a 20 000	359	215	209	54	11	17
De 20 001 a 50 000	290	195	183	58	14	20
De 50 001 a 100 000	107	79	76	21	6	10
De 100 001 a 500 000	124	95	92	34	9	16
Mais de 500 000	17	11	10	4	1	2
Sul	1 191	767	722	200	76	64
Até 5 000	420	237	221	56	23	15
De 5 001 a 10 000	280	180	171	38	13	10
De 10 001 a 20 000	228	154	149	46	11	17
De 20 001 a 50 000	159	114	103	30	12	12
De 50 001 a 100 000	52	40	37	9	7	5
De 100 001 a 500 000	48	39	38	19	8	4
Mais de 500 000	4	3	3	2	2	1
Centro-Oeste	467	276	260	94	40	53
Até 5 000	139	58	54	26	11	5
De 5 001 a 10 000	109	54	53	18	8	8
De 10 001 a 20 000	104	77	69	25	8	13
De 20 001 a 50 000	77	55	53	13	5	20
De 50 001 a 100 000	19	17	17	8	5	2
De 100 001 a 500 000	14	13	13	3	2	3
Mais de 500 000	5	2	1	1	1	2

Tabela 62 - Municípios, total e com outros fundos que também executam o orçamento da assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Com outros fundos que também executam o orçamento da assistência social				
		Total	Fundos			
			Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	Fundo Municipal do Idoso	Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência	Outros
Brasil	5 570	3 030	2 859	858	292	262
Norte	450	165	154	42	19	3
Rondônia	52	34	31	14	4	1
Acre	22	8	8	-	-	-
Amazonas	62	15	15	4	3	-
Roraima	15	6	6	3	2	-
Pará	144	73	69	10	6	1
Amapá	16	2	1	-	-	1
Tocantins	139	27	24	11	4	-
Nordeste	1 794	840	792	243	87	52
Maranhão	217	88	81	30	14	6
Piauí	224	66	63	22	13	2
Ceará	184	129	126	24	3	13
Rio Grande do Norte	167	68	60	24	5	9
Paraíba	223	77	64	46	14	3
Pernambuco	185	107	105	31	8	2
Alagoas	102	49	47	9	4	3
Sergipe	75	49	48	10	3	-
Bahia	417	207	198	47	23	14
Sudeste	1 668	982	931	279	70	90
Minas Gerais	853	491	468	115	36	50
Espírito Santo	78	61	59	8	1	4
Rio de Janeiro	92	52	51	13	2	6
São Paulo	645	378	353	143	31	30
Sul	1 191	767	722	200	76	64
Paraná	399	304	296	98	24	12
Santa Catarina	295	180	160	27	14	29
Rio Grande do Sul	497	283	266	75	38	23
Centro-Oeste	467	276	260	94	40	53
Mato Grosso do Sul	79	71	68	11	3	37
Mato Grosso	141	89	83	33	11	12
Goiás	246	116	109	50	26	4
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 63 - Municípios, total e com a assistência social participando do planejamento do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA, por representantes, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com a assistência social participando do planejamento do PPA					
		Total	Representantes				
			Secretário de assistência social ou congenere	Coordenador da assistência social	Conselho Municipal de Assistência Social	População através de audiência pública	Representantes de entidades e instituições conveniadas
Brasil	5 570	4 993	4 631	1 366	2 910	1 402	638
Até 5 000	1 247	1 077	949	305	618	278	79
De 5 001 a 10 000	1 227	1 064	978	251	616	284	111
De 10 001 a 20 000	1 378	1 235	1 155	303	707	335	155
De 20 001 a 50 000	1 080	998	953	277	608	312	167
De 50 001 a 100 000	339	323	309	109	184	96	58
De 100 001 a 500 000	260	257	249	101	152	81	55
Mais de 500 000	39	39	38	20	25	16	13
Norte	450	397	371	104	215	104	37
Até 5 000	80	69	65	17	36	17	4
De 5 001 a 10 000	81	71	66	15	40	18	6
De 10 001 a 20 000	110	94	87	24	49	27	11
De 20 001 a 50 000	111	99	93	22	57	25	10
De 50 001 a 100 000	42	38	35	11	18	13	2
De 100 001 a 500 000	24	24	24	14	15	4	4
Mais de 500 000	2	2	1	1	-	-	-
Nordeste	1 794	1 606	1 522	462	995	472	196
Até 5 000	234	199	180	52	118	48	14
De 5 001 a 10 000	360	311	303	84	192	85	25
De 10 001 a 20 000	577	520	487	143	321	146	53
De 20 001 a 50 000	443	403	386	122	259	137	62
De 50 001 a 100 000	119	112	107	37	73	37	28
De 100 001 a 500 000	50	50	48	19	26	16	12
Mais de 500 000	11	11	11	5	6	3	2
Sudeste	1 668	1 438	1 322	325	762	276	175
Até 5 000	374	303	257	80	176	47	17
De 5 001 a 10 000	397	323	298	59	170	44	29
De 10 001 a 20 000	359	306	280	56	153	56	40
De 20 001 a 50 000	290	264	250	54	139	61	46
De 50 001 a 100 000	107	104	101	29	45	23	13
De 100 001 a 500 000	124	121	119	40	68	37	25
Mais de 500 000	17	17	17	7	11	8	5
Sul	1 191	1 126	1 031	338	663	357	147
Até 5 000	420	383	339	116	207	120	30
De 5 001 a 10 000	280	264	229	75	155	91	39
De 10 001 a 20 000	228	219	212	48	128	61	31
De 20 001 a 50 000	159	156	152	51	96	49	24
De 50 001 a 100 000	52	52	50	23	39	16	9
De 100 001 a 500 000	48	48	45	22	34	17	11
Mais de 500 000	4	4	4	3	4	3	3
Centro-Oeste	467	426	385	137	275	193	83
Até 5 000	139	123	108	40	81	46	14
De 5 001 a 10 000	109	95	82	18	59	46	12
De 10 001 a 20 000	104	96	89	32	56	45	20
De 20 001 a 50 000	77	76	72	28	57	40	25
De 50 001 a 100 000	19	17	16	9	9	7	6
De 100 001 a 500 000	14	14	13	6	9	7	3
Mais de 500 000	5	5	5	4	4	2	3

Tabela 64 - Municípios, total e com a assistência social participando do planejamento do Plano Plurianual - PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e da Lei Orçamentária Anual - LOA, por representantes, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com a assistência social participando do planejamento do PPA					
		Total	Representantes				
			Secretário de assistência social ou congênera	Coordenador da assistência social	Conselho Municipal de Assistência Social	População através de audiência pública	Representantes de entidades e instituições conveniadas
Brasil	5 570	4 993	4 631	1 366	2 910	1 402	638
Norte	450	397	371	104	215	104	37
Rondônia	52	48	44	17	30	27	16
Acre	22	20	19	9	10	2	1
Amazonas	62	51	45	11	27	11	4
Roraima	15	14	14	1	8	4	1
Pará	144	130	123	33	67	33	9
Amapá	16	16	12	3	12	4	2
Tocantins	139	118	114	30	61	23	4
Nordeste	1 794	1 606	1 522	462	995	472	196
Maranhão	217	189	178	55	103	59	18
Piauí	224	200	190	49	116	40	8
Ceará	184	178	169	66	133	63	35
Rio Grande do Norte	167	152	147	38	66	22	14
Paraíba	223	194	179	59	143	74	27
Pernambuco	185	173	168	43	117	46	23
Alagoas	102	84	80	25	41	6	5
Sergipe	75	68	66	22	38	32	10
Bahia	417	368	345	105	238	130	56
Sudeste	1 668	1 438	1 322	325	762	276	175
Minas Gerais	853	730	683	152	420	94	78
Espírito Santo	78	70	67	20	44	27	20
Rio de Janeiro	92	88	84	19	40	10	7
São Paulo	645	550	488	134	258	145	70
Sul	1 191	1 126	1 031	338	663	357	147
Paraná	399	377	358	98	230	126	66
Santa Catarina	295	274	248	73	169	116	41
Rio Grande do Sul	497	475	425	167	264	115	40
Centro-Oeste	467	426	385	137	275	193	83
Mato Grosso do Sul	79	73	69	21	50	40	27
Mato Grosso	141	130	119	51	82	66	17
Goiás	246	222	196	64	142	87	38
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 65 - Municípios, total e com cofinanciamento da função de assistência social, por modalidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com cofinanciamento para a função de assistência social						
		Total	Cofinanciamento federal			Cofinanciamento estadual		
			Total	Modalidade		Total	Modalidade	
				Convênio	Fundo a fundo		Convênio	Fundo a fundo
Brasil	5 570	5 397	5 326	1 019	5 134	3 254	1 019	2 505
Até 5 000	1 247	1 187	1 156	253	1 102	604	253	393
De 5 001 a 10 000	1 227	1 188	1 173	212	1 132	654	212	490
De 10 001 a 20 000	1 378	1 336	1 324	224	1 280	829	224	659
De 20 001 a 50 000	1 080	1 057	1 045	185	1 014	701	185	576
De 50 001 a 100 000	339	333	333	74	322	234	74	189
De 100 001 a 500 000	260	257	256	63	246	204	63	171
Mais de 500 000	39	39	39	8	38	28	8	27
Norte	450	416	412	38	391	64	19	46
Até 5 000	80	75	75	4	73	3	1	2
De 5 001 a 10 000	81	74	74	3	71	11	3	8
De 10 001 a 20 000	110	101	100	13	95	20	7	14
De 20 001 a 50 000	111	102	99	10	93	19	6	13
De 50 001 a 100 000	42	39	39	5	35	4	1	3
De 100 001 a 500 000	24	23	23	3	22	6	-	6
Mais de 500 000	2	2	2	-	2	1	1	-
Nordeste	1 794	1 754	1 745	94	1 713	800	131	711
Até 5 000	234	231	230	7	224	19	3	16
De 5 001 a 10 000	360	350	349	14	344	90	11	82
De 10 001 a 20 000	577	556	554	27	543	293	44	262
De 20 001 a 50 000	443	440	435	28	427	273	44	240
De 50 001 a 100 000	119	117	117	9	116	81	16	73
De 100 001 a 500 000	50	49	49	8	48	36	11	30
Mais de 500 000	11	11	11	1	11	8	2	8
Sudeste	1 668	1 636	1 592	244	1 522	1 552	353	1 377
Até 5 000	374	364	338	46	318	342	86	287
De 5 001 a 10 000	397	387	376	54	360	365	77	320
De 10 001 a 20 000	359	356	351	43	332	331	66	294
De 20 001 a 50 000	290	283	281	51	273	272	62	250
De 50 001 a 100 000	107	106	106	21	103	103	30	93
De 100 001 a 500 000	124	123	123	23	119	123	28	117
Mais de 500 000	17	17	17	6	17	16	4	16
Sul	1 191	1 140	1 137	112	1 087	626	435	227
Até 5 000	420	386	386	39	364	201	149	61
De 5 001 a 10 000	280	272	272	22	260	139	105	44
De 10 001 a 20 000	228	221	220	21	215	121	80	49
De 20 001 a 50 000	159	157	155	13	150	93	57	42
De 50 001 a 100 000	52	52	52	7	50	39	24	16
De 100 001 a 500 000	48	48	48	8	45	32	20	14
Mais de 500 000	4	4	4	2	3	1	-	1
Centro-Oeste	467	451	440	54	421	212	81	144
Até 5 000	139	131	127	15	123	39	14	27
De 5 001 a 10 000	109	105	102	9	97	49	16	36
De 10 001 a 20 000	104	102	99	11	95	64	27	40
De 20 001 a 50 000	77	75	75	9	71	44	16	31
De 50 001 a 100 000	19	19	19	4	18	7	3	4
De 100 001 a 500 000	14	14	13	4	12	7	4	4
Mais de 500 000	5	5	5	2	5	2	1	2

Tabela 66 - Municípios, total e com cofinanciamento da função de assistência social, por modalidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com cofinanciamento para a função de assistência social						
		Total	Cofinanciamento federal			Cofinanciamento estadual		
			Total	Modalidade		Total	Modalidade	
				Convênio	Fundo a fundo		Convênio	Fundo a fundo
Brasil	5 570	5 397	5 326	1 019	5 134	3 254	1 019	2 505
Norte	450	416	412	38	391	64	19	46
Rondônia	52	40	39	11	34	7	5	2
Acre	22	22	22	1	21	1	1	-
Amazonas	62	56	53	10	46	21	8	14
Roraima	15	14	14	1	14	10	1	9
Pará	144	131	131	7	128	8	1	7
Amapá	16	15	15	1	15	15	1	14
Tocantins	139	138	138	7	133	2	2	-
Nordeste	1 794	1 754	1 745	94	1 713	800	131	711
Maranhão	217	199	196	6	194	63	16	51
Piauí	224	223	223	3	222	4	3	1
Ceará	184	181	179	15	177	154	34	137
Rio Grande do Norte	167	167	167	23	150	2	2	-
Paraíba	223	220	220	6	218	2	2	-
Pernambuco	185	176	175	10	173	89	12	79
Alagoas	102	101	100	8	99	45	20	29
Sergipe	75	74	74	-	74	42	7	37
Bahia	417	413	411	23	406	399	35	377
Sudeste	1 668	1 636	1 592	244	1 522	1 552	353	1 377
Minas Gerais	853	837	815	121	784	765	198	646
Espírito Santo	78	78	78	10	78	75	24	72
Rio de Janeiro	92	90	90	8	89	88	2	88
São Paulo	645	631	609	105	571	624	129	571
Sul	1 191	1 140	1 137	112	1 087	626	435	227
Paraná	399	393	392	34	376	99	66	39
Santa Catarina	295	278	276	24	264	143	41	110
Rio Grande do Sul	497	469	469	54	447	384	328	78
Centro-Oeste	467	451	440	54	421	212	81	144
Mato Grosso do Sul	79	78	78	5	77	78	5	76
Mato Grosso	141	136	125	18	115	132	75	67
Goiás	246	236	236	30	228	2	1	1
Distrito Federal	1	1	1	1	1	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 67 - Municípios, total e que receberam recursos do Índice de Gestão Descentralizada Municipal - IGD-M do Programa Bolsa Família nos últimos 12 meses, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Receberam recursos do IGD-M do Programa Bolsa Família nos últimos 12 meses					
		Total	Como foram utilizados os recursos				
			Contratação de pessoal temporário	Estruturação de sistemas de informação	Aquisição de equipamentos	Aquisição de veículos (terrestres ou fluviais)	Outro
Brasil	5 570	5 386	2 577	2 828	4 319	911	1 328
Até 5 000	1 247	1 185	396	569	949	74	289
De 5 001 a 10 000	1 227	1 187	529	578	940	142	276
De 10 001 a 20 000	1 378	1 341	702	725	1 072	273	306
De 20 001 a 50 000	1 080	1 048	610	601	854	227	260
De 50 001 a 100 000	339	327	186	190	272	97	95
De 100 001 a 500 000	260	259	130	146	205	91	82
Mais de 500 000	39	39	24	19	27	7	20
Norte	450	424	190	242	349	57	109
Até 5 000	80	77	25	43	68	3	20
De 5 001 a 10 000	81	80	32	36	62	10	23
De 10 001 a 20 000	110	102	41	56	77	11	25
De 20 001 a 50 000	111	100	49	64	87	14	19
De 50 001 a 100 000	42	39	28	25	32	9	9
De 100 001 a 500 000	24	24	14	17	22	9	11
Mais de 500 000	2	2	1	1	1	1	2
Nordeste	1 794	1 742	1 265	1 116	1 458	332	343
Até 5 000	234	218	133	141	184	15	40
De 5 001 a 10 000	360	350	229	211	284	47	76
De 10 001 a 20 000	577	566	409	368	482	118	100
De 20 001 a 50 000	443	435	354	284	365	101	79
De 50 001 a 100 000	119	113	89	78	99	36	30
De 100 001 a 500 000	50	49	41	29	35	15	12
Mais de 500 000	11	11	10	5	9	-	6
Sudeste	1 668	1 615	697	748	1 236	270	366
Até 5 000	374	359	131	149	277	27	63
De 5 001 a 10 000	397	381	170	176	297	35	65
De 10 001 a 20 000	359	349	166	153	261	73	90
De 20 001 a 50 000	290	280	132	137	213	63	74
De 50 001 a 100 000	107	105	40	54	85	30	29
De 100 001 a 500 000	124	124	50	71	94	40	37
Mais de 500 000	17	17	8	8	9	2	8
Sul	1 191	1 148	245	465	902	172	402
Até 5 000	420	397	71	158	310	22	134
De 5 001 a 10 000	280	270	56	104	205	30	91
De 10 001 a 20 000	228	222	47	91	175	48	70
De 20 001 a 50 000	159	156	38	68	127	34	65
De 50 001 a 100 000	52	51	15	20	38	15	22
De 100 001 a 500 000	48	48	16	22	43	21	19
Mais de 500 000	4	4	2	2	4	2	1
Centro-Oeste	467	457	180	257	374	80	108
Até 5 000	139	134	36	78	110	7	32
De 5 001 a 10 000	109	106	42	51	92	20	21
De 10 001 a 20 000	104	102	39	57	77	23	21
De 20 001 a 50 000	77	77	37	48	62	15	23
De 50 001 a 100 000	19	19	14	13	18	7	5
De 100 001 a 500 000	14	14	9	7	11	6	3
Mais de 500 000	5	5	3	3	4	2	3

Tabela 68 - Municípios, total e que receberam recursos do Índice de Gestão Descentralizada Municipal - IGD-M do Programa Bolsa Família nos últimos 12 meses, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Receberam recursos do IGD-M do Programa Bolsa Família nos últimos 12 meses					
		Total	Como foram utilizados os recursos				
			Contratação de pessoal temporário	Estruturação de sistemas de informação	Aquisição de equipamentos	Aquisição de veículos (terrestres ou fluviais)	Outro
Brasil	5 570	5 386	2 577	2 828	4 319	911	1 328
Norte	450	424	190	242	349	57	109
Rondônia	52	47	8	21	35	11	15
Acre	22	20	11	9	14	1	7
Amazonas	62	56	26	38	46	6	10
Roraima	15	15	6	7	8	2	7
Pará	144	134	81	87	110	19	28
Amapá	16	15	5	4	15	1	1
Tocantins	139	137	53	76	121	17	41
Nordeste	1 794	1 742	1 265	1 116	1 458	332	343
Maranhão	217	207	140	139	163	18	30
Piauí	224	217	129	169	192	26	49
Ceará	184	183	152	112	151	53	51
Rio Grande do Norte	167	161	117	90	143	21	37
Paraíba	223	217	145	136	180	30	19
Pernambuco	185	178	150	109	144	39	30
Alagoas	102	100	92	65	85	13	23
Sergipe	75	73	53	42	58	11	18
Bahia	417	406	287	254	342	121	86
Sudeste	1 668	1 615	697	748	1 236	270	366
Minas Gerais	853	818	479	389	617	130	163
Espírito Santo	78	77	20	35	49	16	25
Rio de Janeiro	92	90	38	40	54	17	31
São Paulo	645	630	160	284	516	107	147
Sul	1 191	1 148	245	465	902	172	402
Paraná	399	391	85	130	310	75	128
Santa Catarina	295	284	35	107	205	43	104
Rio Grande do Sul	497	473	125	228	387	54	170
Centro-Oeste	467	457	180	257	374	80	108
Mato Grosso do Sul	79	78	25	35	61	27	34
Mato Grosso	141	136	48	77	110	18	34
Goiás	246	242	107	145	203	35	39
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 69 - Municípios, total e que receberam recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS, segundo as Grandes Regiões as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Receberam recursos do IGDSUAS					
		Total	Como foram utilizados os recursos				
			Contratação de pessoal temporário	Estruturação de sistemas de informação	Aquisição de equipamentos	Aquisição de veículos (terrestres ou fluviais)	Outro
Brasil	5 570	5 294	1 488	2 346	3 650	303	1 563
Até 5 000	1 247	1 137	265	520	784	38	338
De 5 001 a 10 000	1 227	1 154	331	501	826	58	313
De 10 001 a 20 000	1 378	1 314	394	593	930	88	340
De 20 001 a 50 000	1 080	1 059	333	478	698	65	319
De 50 001 a 100 000	339	334	98	136	210	27	125
De 100 001 a 500 000	260	258	55	104	178	25	105
Mais de 500 000	39	38	12	14	24	2	23
Norte	450	431	116	218	332	31	119
Até 5 000	80	78	16	44	62	3	25
De 5 001 a 10 000	81	78	17	30	57	5	26
De 10 001 a 20 000	110	101	24	53	82	8	20
De 20 001 a 50 000	111	108	33	58	85	7	26
De 50 001 a 100 000	42	40	20	20	26	4	11
De 100 001 a 500 000	24	24	5	13	18	4	9
Mais de 500 000	2	2	1	-	2	-	2
Nordeste	1 794	1 747	673	907	1 257	106	415
Até 5 000	234	224	73	125	172	8	45
De 5 001 a 10 000	360	348	130	179	266	20	85
De 10 001 a 20 000	577	560	220	294	414	32	122
De 20 001 a 50 000	443	435	176	224	283	26	103
De 50 001 a 100 000	119	119	50	55	78	12	36
De 100 001 a 500 000	50	50	18	26	36	7	17
Mais de 500 000	11	11	6	4	8	1	7
Sudeste	1 668	1 557	411	591	1 005	83	472
Até 5 000	374	333	80	129	220	13	89
De 5 001 a 10 000	397	363	111	153	255	14	75
De 10 001 a 20 000	359	337	95	121	212	25	101
De 20 001 a 50 000	290	282	82	106	176	17	94
De 50 001 a 100 000	107	104	16	31	60	6	47
De 100 001 a 500 000	124	122	23	45	74	7	57
Mais de 500 000	17	16	4	6	8	1	9
Sul	1 191	1 110	161	401	726	53	436
Até 5 000	420	373	54	149	237	10	151
De 5 001 a 10 000	280	260	38	91	170	11	99
De 10 001 a 20 000	228	216	35	77	145	14	67
De 20 001 a 50 000	159	157	21	47	101	7	73
De 50 001 a 100 000	52	52	7	20	33	5	26
De 100 001 a 500 000	48	48	6	14	37	6	18
Mais de 500 000	4	4	-	3	3	-	2
Centro-Oeste	467	449	127	229	330	30	121
Até 5 000	139	129	42	73	93	4	28
De 5 001 a 10 000	109	105	35	48	78	8	28
De 10 001 a 20 000	104	100	20	48	77	9	30
De 20 001 a 50 000	77	77	21	43	53	8	23
De 50 001 a 100 000	19	19	5	10	13	-	5
De 100 001 a 500 000	14	14	3	6	13	1	4
Mais de 500 000	5	5	1	1	3	-	3

Tabela 70 - Municípios, total e que receberam recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social - IGDSUAS, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Receberam recursos do IGDSUAS					
		Total	Como foram utilizados os recursos				
			Contratação de pessoal temporário	Estruturação de sistemas de informação	Aquisição de equipamentos	Aquisição de veículos (terrestres ou fluviais)	Outro
Brasil	5 570	5 294	1 488	2 346	3 650	303	1 563
Norte	450	431	116	218	332	31	119
Rondônia	52	46	7	15	30	5	15
Acre	22	22	7	12	15	2	8
Amazonas	62	61	20	36	43	1	13
Roraima	15	15	2	9	9	1	6
Pará	144	136	52	73	108	12	31
Amapá	16	15	-	3	13	-	2
Tocantins	139	136	28	70	114	10	44
Nordeste	1 794	1 747	673	907	1 257	106	415
Maranhão	217	204	85	111	136	10	34
Piauí	224	219	67	153	166	8	57
Ceará	184	182	58	72	133	15	59
Rio Grande do Norte	167	165	65	71	122	6	35
Paraíba	223	218	82	113	173	10	33
Pernambuco	185	181	89	95	124	14	52
Alagoas	102	100	39	48	67	6	29
Sergipe	75	71	25	30	44	2	17
Bahia	417	407	163	214	292	35	99
Sudeste	1 668	1 557	411	591	1 005	83	472
Minas Gerais	853	804	275	323	517	51	208
Espírito Santo	78	77	14	23	38	5	39
Rio de Janeiro	92	88	24	32	49	4	32
São Paulo	645	588	98	213	401	23	193
Sul	1 191	1 110	161	401	726	53	436
Paraná	399	389	52	118	258	25	135
Santa Catarina	295	271	35	94	176	6	119
Rio Grande do Sul	497	450	74	189	292	22	182
Centro-Oeste	467	449	127	229	330	30	121
Mato Grosso do Sul	79	77	6	31	47	11	40
Mato Grosso	141	134	27	73	107	7	36
Goiás	246	237	94	125	176	12	44
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 71 - Municípios, total e com legislação municipal específica que trate dos convênios na área de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios	
	Total	Com legislação		Total	Com legislação
Brasil	5 570	733	Sudeste	1 668	396
Até 5 000	1 247	129	Até 5 000	374	78
De 5 001 a 10 000	1 227	119	De 5 001 a 10 000	397	58
De 10 001 a 20 000	1 378	153	De 10 001 a 20 000	359	76
De 20 001 a 50 000	1 080	148	De 20 001 a 50 000	290	77
De 50 001 a 100 000	339	72	De 50 001 a 100 000	107	39
De 100 001 a 500 000	260	91	De 100 001 a 500 000	124	57
Mais de 500 000	39	21	Mais de 500 000	17	11
Norte	450	22	Sul	1 191	152
Até 5 000	80	-	Até 5 000	420	34
De 5 001 a 10 000	81	3	De 5 001 a 10 000	280	38
De 10 001 a 20 000	110	7	De 10 001 a 20 000	228	27
De 20 001 a 50 000	111	4	De 20 001 a 50 000	159	23
De 50 001 a 100 000	42	3	De 50 001 a 100 000	52	10
De 100 001 a 500 000	24	5	De 100 001 a 500 000	48	17
Mais de 500 000	2	-	Mais de 500 000	4	3
Nordeste	1 794	118	Centro-Oeste	467	45
Até 5 000	234	10	Até 5 000	139	7
De 5 001 a 10 000	360	11	De 5 001 a 10 000	109	9
De 10 001 a 20 000	577	33	De 10 001 a 20 000	104	10
De 20 001 a 50 000	443	34	De 20 001 a 50 000	77	10
De 50 001 a 100 000	119	17	De 50 001 a 100 000	19	3
De 100 001 a 500 000	50	9	De 100 001 a 500 000	14	3
Mais de 500 000	11	4	Mais de 500 000	5	3

Tabela 72 - Municípios, total e com legislação municipal específica que trate dos convênios na área de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios	
	Total	Com legislação		Total	Com legislação
Brasil	5 570	733	Nordeste	1 794	118
Norte	450	22	Sergipe	75	3
Rondônia	52	3	Bahia	417	48
Acre	22	-	Sudeste	1 668	396
Amazonas	62	5	Minas Gerais	853	109
Roraima	15	-	Espírito Santo	78	11
Pará	144	10	Rio de Janeiro	92	9
Amapá	16	2	São Paulo	645	267
Tocantins	139	2	Sul	1 191	152
Nordeste	1 794	118	Paraná	399	64
Maranhão	217	8	Santa Catarina	295	26
Piauí	224	11	Rio Grande do Sul	497	62
Ceará	184	14	Centro-Oeste	467	45
Rio Grande do Norte	167	6	Mato Grosso do Sul	79	10
Paraíba	223	13	Mato Grosso	141	10
Pernambuco	185	10	Goiás	246	24
Alagoas	102	5	Distrito Federal	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 73 - Municípios, total e com convênio com vistas a desenvolver programas, projetos e serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios												
	Total	Prefeitura recebe recursos de convênios como executor principal											
		Total	Convênio realizado com				Recurso proveniente do convênio						
			Órgão/ente público	Organização não-governamental	Instituição/órgão internacional	Outros	Recursos financeiros	Cooperação técnica	Cessão de instalações/equipamentos	Fornecimento de alimentação	Fornecimento de material didático ou paradiático	Alocação de pessoal	Outros
Brasil	5 570	2 398	2 240	269	21	101	2 092	314	300	308	280	179	172
Até 5 000	1 247	491	473	18	-	17	441	55	55	57	57	30	34
De 5 001 a 10 000	1 227	464	440	34	4	13	397	50	50	57	54	31	34
De 10 001 a 20 000	1 378	541	497	61	6	27	467	77	74	83	70	50	35
De 20 001 a 50 000	1 080	510	467	74	1	29	445	66	65	64	56	41	43
De 50 001 a 100 000	339	179	167	34	-	7	158	29	22	22	19	12	8
De 100 001 a 500 000	260	178	165	37	6	7	155	27	24	19	15	10	13
Mais de 500 000	39	35	31	11	4	1	29	10	10	6	9	5	5
Norte	450	134	121	17	1	12	113	28	20	17	18	15	11
Até 5 000	80	14	13	1	-	1	10	4	-	-	1	1	2
De 5 001 a 10 000	81	15	14	1	1	1	12	-	2	4	-	1	4
De 10 001 a 20 000	110	36	33	5	-	4	33	10	9	6	6	6	2
De 20 001 a 50 000	111	38	33	3	-	4	31	5	4	4	4	3	2
De 50 001 a 100 000	42	19	17	5	-	-	16	5	2	2	4	3	1
De 100 001 a 500 000	24	10	9	2	-	2	9	4	2	1	3	1	-
Mais de 500 000	2	2	2	-	-	-	2	-	1	-	-	-	-
Nordeste	1 794	556	522	39	7	27	468	105	91	104	86	53	40
Até 5 000	234	60	59	-	-	1	54	16	6	7	12	5	3
De 5 001 a 10 000	360	99	92	2	1	4	85	16	12	16	15	7	5
De 10 001 a 20 000	577	155	147	13	2	7	127	28	26	38	26	18	11
De 20 001 a 50 000	443	156	143	13	-	10	127	27	30	30	22	16	17
De 50 001 a 100 000	119	46	44	4	-	3	43	10	8	8	6	4	-
De 100 001 a 500 000	50	30	28	5	1	1	23	6	5	4	3	1	3
Mais de 500 000	11	10	9	2	3	1	9	2	4	1	2	2	1
Sudeste	1 668	937	865	154	10	31	816	113	105	112	100	69	72
Até 5 000	374	186	178	8	-	4	165	16	19	27	18	11	12
De 5 001 a 10 000	397	192	182	18	2	6	161	18	24	20	21	13	14
De 10 001 a 20 000	359	193	170	33	3	11	168	25	22	25	26	19	14
De 20 001 a 50 000	290	185	171	43	-	6	169	22	21	20	17	15	15
De 50 001 a 100 000	107	73	68	19	-	2	62	10	7	8	5	3	4
De 100 001 a 500 000	124	93	84	27	4	2	80	15	8	7	7	6	9
Mais de 500 000	17	15	12	6	1	-	11	7	4	5	6	2	4
Sul	1 191	591	563	44	3	22	540	47	58	51	49	31	31
Até 5 000	420	189	184	8	-	8	175	16	25	20	22	13	11
De 5 001 a 10 000	280	123	121	8	-	1	112	8	6	7	8	6	4
De 10 001 a 20 000	228	113	104	9	1	4	101	10	9	7	7	5	6
De 20 001 a 50 000	159	94	86	10	1	7	84	8	6	8	7	4	6
De 50 001 a 100 000	52	32	29	5	-	1	30	3	4	3	3	2	3
De 100 001 a 500 000	48	36	35	2	1	1	35	1	7	6	1	-	1
Mais de 500 000	4	4	4	2	-	-	3	1	1	-	1	1	-
Centro-Oeste	467	180	169	15	-	9	155	21	26	24	27	11	18
Até 5 000	139	42	39	1	-	3	37	3	5	3	4	-	6
De 5 001 a 10 000	109	35	31	5	-	1	27	8	6	10	10	4	7
De 10 001 a 20 000	104	44	43	1	-	1	38	4	8	7	5	2	2
De 20 001 a 50 000	77	37	34	5	-	2	34	4	4	2	6	3	3
De 50 001 a 100 000	19	9	9	1	-	1	7	1	1	1	1	-	-
De 100 001 a 500 000	14	9	9	1	-	1	8	1	2	1	1	2	-
Mais de 500 000	5	4	4	1	-	-	4	-	-	-	-	-	-

Tabela 73 - Municípios, total e com convênio com vistas a desenvolver programas, projetos e serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013
da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Prefeitura repassa recursos por meio de convênios											
	Total	Convênio realizado com				Recurso proveniente do convênio						
		Órgão/ ente público	Organi- zação não- governamental	Institui- ção/ órgão internacional	Outros	Repasse financeiro qualquer que seja sua desti- nação	Coope- ração técnica	Cessão de instala- ções/ equipa- mentos	Forneci- mento de alimen- tação	Forneci- mento de material didático ou paradi- dático	Alocação de pessoal	Outros
Brasil	2 501	675	1 934	33	104	1 978	394	352	489	345	541	307
Até 5 000	382	165	208	6	29	312	50	52	59	49	58	41
De 5 001 a 10 000	425	138	294	6	22	325	54	49	69	54	82	40
De 10 001 a 20 000	589	163	462	7	20	463	90	81	124	82	140	65
De 20 001 a 50 000	600	138	501	7	21	480	104	93	135	82	142	73
De 50 001 a 100 000	240	35	217	4	6	189	42	35	41	35	55	37
De 100 001 a 500 000	226	30	214	3	5	182	42	32	47	30	50	40
Mais de 500 000	39	6	38	-	1	27	12	10	14	13	14	11
Norte	103	40	64	-	7	73	23	17	25	21	27	17
Até 5 000	5	4	-	-	1	5	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	11	4	5	-	3	8	2	-	2	-	3	3
De 10 001 a 20 000	23	12	13	-	1	18	10	6	7	7	7	3
De 20 001 a 50 000	31	14	17	-	-	19	7	8	8	8	7	6
De 50 001 a 100 000	15	3	12	-	2	11	3	3	5	3	6	-
De 100 001 a 500 000	16	3	15	-	-	10	1	-	3	3	4	5
Mais de 500 000	2	-	2	-	-	2	-	-	-	-	-	-
Nordeste	439	211	234	8	26	315	103	88	110	90	128	45
Até 5 000	37	32	2	2	3	29	13	13	4	8	10	2
De 5 001 a 10 000	45	37	6	1	2	28	12	14	14	14	22	3
De 10 001 a 20 000	103	69	40	-	6	65	20	19	32	20	27	9
De 20 001 a 50 000	140	48	93	2	10	105	30	24	33	25	38	15
De 50 001 a 100 000	67	15	51	3	3	53	14	12	13	13	17	8
De 100 001 a 500 000	36	6	32	-	1	30	9	3	9	5	9	4
Mais de 500 000	11	4	10	-	1	5	5	3	5	5	5	4
Sudeste	1 029	227	885	11	30	841	146	150	197	133	241	127
Até 5 000	145	57	89	1	8	120	14	20	23	15	28	14
De 5 001 a 10 000	176	52	130	3	8	138	18	19	22	21	32	15
De 10 001 a 20 000	244	47	218	4	4	203	30	39	49	33	62	26
De 20 001 a 50 000	237	44	223	1	8	204	38	34	56	28	66	27
De 50 001 a 100 000	95	14	94	-	-	77	19	12	18	15	23	17
De 100 001 a 500 000	115	12	114	2	2	87	22	21	22	15	24	23
Mais de 500 000	17	1	17	-	-	12	5	5	7	6	6	5
Sul	746	153	609	12	29	602	89	67	108	69	88	95
Até 5 000	170	57	107	3	13	141	18	15	24	21	13	22
De 5 001 a 10 000	170	39	136	2	7	135	17	9	22	12	17	16
De 10 001 a 20 000	173	26	151	3	7	139	21	13	24	14	25	21
De 20 001 a 50 000	134	22	118	4	2	103	19	17	22	12	16	22
De 50 001 a 100 000	49	1	49	-	-	38	5	6	4	3	6	7
De 100 001 a 500 000	46	7	44	-	-	43	8	6	11	6	10	7
Mais de 500 000	4	1	4	-	-	3	1	1	1	1	1	-
Centro-Oeste	184	44	142	2	12	147	33	30	49	32	57	23
Até 5 000	25	15	10	-	4	17	5	4	8	5	7	3
De 5 001 a 10 000	23	6	17	-	2	16	5	7	9	7	8	3
De 10 001 a 20 000	46	9	40	-	2	38	9	4	12	8	19	6
De 20 001 a 50 000	58	10	50	-	1	49	10	10	16	9	15	3
De 50 001 a 100 000	14	2	11	1	1	10	1	2	1	1	3	5
De 100 001 a 500 000	13	2	9	1	2	12	2	2	2	1	3	1
Mais de 500 000	5	-	5	-	-	5	1	1	1	1	2	2

Tabela 74 - Municípios, total e com convênio com vistas a desenvolver programas, projetos e serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continua)

[illegible]

Tabela 74 - Municípios, total e com convênio com vistas a desenvolver programas, projetos e serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	(conclusão)											
	Municípios											
	Prefeitura repassa recursos por meio de convênios											
	Total	Convênio realizado com				Recurso proveniente do convênio						
		Órgão/ ente público	Organi- zação não- governamen- tal	Institui- ção/ órgão internacional	Outros	Repasse financeiro qualquer que seja sua desti- nação	Coope- ração técnica	Cessão de instala- ções/ equipa- mentos	Forneci- mento de alimen- tação	Forneci- mento de material didático ou paradi- dático	Alocação de pessoal	Outros
Brasil	2 501	675	1 934	33	104	1 978	394	352	489	345	541	307
Norte	103	40	64	-	7	73	23	17	25	21	27	17
Rondônia	23	5	18	-	-	20	4	2	3	2	5	4
Acre	4	1	3	-	-	3	1	-	1	-	1	-
Amazonas	17	10	8	-	1	11	4	4	6	9	6	1
Roraima	2	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	1
Pará	35	15	20	-	2	23	10	7	9	7	9	5
Amapá	3	2	3	-	1	2	2	2	2	2	2	1
Tocantins	19	6	11	-	2	13	2	2	4	1	4	5
Nordeste	439	211	234	8	26	315	103	88	110	90	128	45
Maranhão	34	20	11	-	5	23	8	5	11	11	10	4
Piauí	44	32	10	2	3	36	15	18	6	7	15	1
Ceará	60	16	43	1	5	45	12	12	17	11	16	6
Rio Grande do Norte	35	12	23	-	2	18	6	4	11	5	10	8
Paraíba	49	41	12	2	1	36	13	9	8	11	15	1
Pernambuco	58	28	34	1	2	43	14	10	16	15	17	2
Alagoas	15	8	7	1	1	12	4	4	3	3	5	5
Sergipe	14	3	11	-	-	11	2	1	2	2	3	1
Bahia	130	51	83	1	7	91	29	25	36	25	37	17
Sudeste	1 029	227	885	11	30	841	146	150	197	133	241	127
Minas Gerais	462	114	378	5	15	374	75	77	77	54	141	49
Espírito Santo	65	10	62	3	2	55	13	11	12	8	17	8
Rio de Janeiro	52	8	46	-	2	43	10	5	10	8	7	8
São Paulo	450	95	399	3	11	369	48	57	98	63	76	62
Sul	746	153	609	12	29	602	89	67	108	69	88	95
Paraná	282	49	243	3	9	223	31	26	50	29	39	35
Santa Catarina	181	27	156	3	8	141	24	14	24	19	19	29
Rio Grande do Sul	283	77	210	6	12	238	34	27	34	21	30	31
Centro-Oeste	184	44	142	2	12	147	33	30	49	32	57	23
Mato Grosso do Sul	64	3	63	-	-	60	11	8	11	7	25	3
Mato Grosso	54	15	40	-	4	42	11	10	12	8	11	9
Goiás	65	26	38	2	8	44	11	11	26	17	21	11
Distrito Federal	1	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 75 - Municípios, total e com outras parcerias formais ou informais, pelas quais receba recursos para desenvolver programas, projetos e serviços socioassistenciais, como executor principal, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios														
	Total	Com outras parcerias													
		Total	Parceria formal					Par- ceria infor- mal	A realização destas parcerias permite						
			Total	Instrumento utilizado			Repasse finan- ceiro qualquer que seja sua desti- nação		Coope- ração téc- nica	Cessão de instala- ções/ equipa- mentos	Forneci- mento de alimen- tação	Forneci- mento de material didático ou para- didático	Aloca- ção de pessoal	Outros	
				Termo de coope- ração técnica	Docu- mentos de expe- dientes (ofícios, memo- randos)	Outros									
Brasil	5 570	686	513	269	252	180	173	294	256	202	201	200	156	137	
Até 5 000	1 247	115	93	32	47	35	22	53	38	30	31	25	20	19	
De 5 001 a 10 000	1 227	124	91	39	49	36	33	46	49	39	34	41	27	28	
De 10 001 a 20 000	1 378	157	121	61	63	39	36	69	48	42	44	46	34	29	
De 20 001 a 50 000	1 080	150	110	66	52	42	40	68	66	44	48	44	36	23	
De 50 001 a 100 000	339	53	38	25	18	10	15	17	25	16	22	20	18	16	
De 100 001 a 500 000	260	69	50	35	20	14	19	30	22	27	20	21	18	18	
Mais de 500 000	39	18	10	11	3	4	8	11	8	4	2	3	3	4	
Norte	450	66	46	21	31	19	20	26	29	20	19	26	21	10	
Até 5 000	80	8	6	1	2	4	2	1	6	2	3	4	4	-	
De 5 001 a 10 000	81	11	8	-	4	6	3	4	3	4	2	3	5	2	
De 10 001 a 20 000	110	9	6	1	4	2	3	4	3	2	1	5	2	2	
De 20 001 a 50 000	111	22	16	10	14	3	6	10	10	6	9	9	6	2	
De 50 001 a 100 000	42	7	4	3	4	1	3	2	3	2	2	2	1	-	
De 100 001 a 500 000	24	7	5	5	3	3	2	4	4	4	2	3	3	3	
Mais de 500 000	2	2	1	1	-	-	1	1	-	-	-	-	-	1	
Nordeste	1 794	197	153	87	83	57	44	74	90	71	80	61	60	33	
Até 5 000	234	20	16	7	10	6	4	8	10	5	4	4	5	2	
De 5 001 a 10 000	360	29	20	8	11	11	9	8	14	13	15	13	10	8	
De 10 001 a 20 000	577	57	49	25	33	13	8	20	21	19	22	15	15	9	
De 20 001 a 50 000	443	60	47	32	20	19	13	22	30	22	25	20	22	9	
De 50 001 a 100 000	119	12	8	6	4	3	4	3	6	4	6	3	3	2	
De 100 001 a 500 000	50	16	10	6	4	4	6	11	6	6	7	5	4	2	
Mais de 500 000	11	3	3	3	1	1	-	2	3	2	1	1	1	1	
Sudeste	1 668	226	171	98	76	44	55	113	73	58	48	59	46	45	
Até 5 000	374	39	33	12	17	10	6	25	8	7	5	4	3	5	
De 5 001 a 10 000	397	37	28	13	17	4	9	15	12	12	7	12	6	10	
De 10 001 a 20 000	359	51	38	21	15	11	13	29	12	9	12	14	12	6	
De 20 001 a 50 000	290	39	28	16	9	12	11	20	17	12	10	12	6	6	
De 50 001 a 100 000	107	22	17	12	8	3	5	9	12	7	8	9	11	8	
De 100 001 a 500 000	124	30	23	18	8	2	7	10	8	10	6	6	7	8	
Mais de 500 000	17	8	4	6	2	2	4	5	4	1	-	2	1	2	
Sul	1 191	129	95	45	36	36	34	58	45	39	33	31	18	29	
Até 5 000	420	38	28	10	13	11	10	16	12	15	14	9	7	8	
De 5 001 a 10 000	280	30	21	11	8	10	9	13	12	5	6	6	2	6	
De 10 001 a 20 000	228	20	15	7	4	6	5	11	6	6	4	5	2	5	
De 20 001 a 50 000	159	18	14	7	5	5	4	10	7	3	-	2	1	4	
De 50 001 a 100 000	52	9	8	3	2	3	1	3	3	3	4	4	2	4	
De 100 001 a 500 000	48	11	8	6	4	1	3	4	4	6	4	5	3	2	
Mais de 500 000	4	3	1	1	-	-	2	1	1	1	1	-	1	-	
Centro-Oeste	467	68	48	18	26	24	20	23	19	14	21	23	11	20	
Até 5 000	139	10	10	2	5	4	-	3	2	1	5	4	1	4	
De 5 001 a 10 000	109	17	14	7	9	5	3	6	8	5	4	7	4	2	
De 10 001 a 20 000	104	20	13	7	7	7	7	5	6	6	5	7	3	7	
De 20 001 a 50 000	77	11	5	1	4	3	6	6	2	1	4	1	1	2	
De 50 001 a 100 000	19	3	1	1	-	-	2	-	1	-	2	2	1	2	
De 100 001 a 500 000	14	5	4	-	1	4	1	1	-	1	1	2	1	3	
Mais de 500 000	5	2	1	-	-	1	1	2	-	-	-	-	-	-	

Tabela 76 - Municípios, total e com outras parcerias formais ou informais, pelas quais receba recursos para desenvolver programas, projetos e serviços socioassistenciais, como executor principal, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios													
	Total	Com outras parcerias												
		Total	Parceria formal				Par- ceria infor- mal	A realização destas parcerias permite						
			Total	Instrumento utilizado				Repasse finan- ceiro qualquer que seja sua desti- nação	Coope- ração téc- nica	Cessão de instala- ções/ equipa- mentos	Forneci- mento de alimen- tação	Forneci- mento de material didático ou para- didático	Aloca- ção de pessoal	Outros
				Termo de coope- ração técnica	Docu- mentos de expe- dientes (ofícios, memo- randos)	Outros								
Brasil	5 570	686	513	269	252	180	173	294	256	202	201	200	156	137
Norte	450	66	46	21	31	19	20	26	29	20	19	26	21	10
Rondônia	52	9	6	3	5	2	3	6	1	2	-	1	1	2
Acre	22	7	5	1	3	4	2	3	2	4	2	3	4	2
Amazonas	62	15	13	6	7	2	2	8	4	6	4	7	4	1
Roraima	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	144	21	11	10	10	3	10	8	11	5	7	8	5	4
Amapá	16	1	1	-	1	-	-	1	1	1	-	1	-	-
Tocantins	139	13	10	1	5	8	3	-	10	2	6	6	7	1
Nordeste	1 794	197	153	87	83	57	44	74	90	71	80	61	60	33
Maranhão	217	26	16	7	11	6	10	13	9	8	9	7	11	4
Piauí	224	14	13	4	9	2	1	9	8	6	3	3	6	1
Ceará	184	31	25	14	14	12	6	12	12	7	10	10	9	7
Rio Grande do Norte	167	23	15	11	7	7	8	6	12	8	8	6	6	6
Paraíba	223	18	14	7	10	6	4	4	9	6	8	9	3	2
Pernambuco	185	25	22	15	7	9	3	11	14	11	10	5	8	1
Alagoas	102	6	6	1	3	3	-	2	-	2	4	1	-	2
Sergipe	75	2	2	2	-	1	-	2	1	1	1	1	1	-
Bahia	417	52	40	26	22	11	12	15	25	22	27	19	16	10
Sudeste	1 668	226	171	98	76	44	55	113	73	58	48	59	46	45
Minas Gerais	853	104	79	45	38	19	25	53	40	27	20	24	22	15
Espírito Santo	78	17	13	10	3	3	4	6	6	6	4	7	5	4
Rio de Janeiro	92	18	15	9	5	4	3	10	5	5	3	5	2	5
São Paulo	645	87	64	34	30	18	23	44	22	20	21	23	17	21
Sul	1 191	129	95	45	36	36	34	58	45	39	33	31	18	29
Paraná	399	40	28	17	12	10	12	20	14	11	9	12	6	10
Santa Catarina	295	35	23	11	5	12	12	14	10	11	9	5	3	11
Rio Grande do Sul	497	54	44	17	19	14	10	24	21	17	15	14	9	8
Centro-Oeste	467	68	48	18	26	24	20	23	19	14	21	23	11	20
Mato Grosso do Sul	79	15	13	3	5	7	2	6	4	-	2	4	-	4
Mato Grosso	141	20	14	7	7	8	6	5	5	6	7	6	5	8
Goiás	246	32	21	8	14	9	11	11	10	8	12	13	6	8
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 77 - Municípios, total e que realizaram serviços socioassistenciais, de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios	
	Total	Que realizaram serviços socioassistenciais		Total	Que realizaram serviços socioassistenciais
Brasil	5 570	5 548	Sudeste	1 668	1 661
Até 5 000	1 247	1 233	Até 5 000	374	371
De 5 001 a 10 000	1 227	1 221	De 5 001 a 10 000	397	394
De 10 001 a 20 000	1 378	1 376	De 10 001 a 20 000	359	358
De 20 001 a 50 000	1 080	1 080	De 20 001 a 50 000	290	290
De 50 001 a 100 000	339	339	De 50 001 a 100 000	107	107
De 100 001 a 500 000	260	260	De 100 001 a 500 000	124	124
Mais de 500 000	39	39	Mais de 500 000	17	17
Norte	450	450	Sul	1 191	1 180
Até 5 000	80	80	Até 5 000	420	412
De 5 001 a 10 000	81	81	De 5 001 a 10 000	280	278
De 10 001 a 20 000	110	110	De 10 001 a 20 000	228	227
De 20 001 a 50 000	111	111	De 20 001 a 50 000	159	159
De 50 001 a 100 000	42	42	De 50 001 a 100 000	52	52
De 100 001 a 500 000	24	24	De 100 001 a 500 000	48	48
Mais de 500 000	2	2	Mais de 500 000	4	4
Nordeste	1 794	1 791	Centro-Oeste	467	466
Até 5 000	234	232	Até 5 000	139	138
De 5 001 a 10 000	360	359	De 5 001 a 10 000	109	109
De 10 001 a 20 000	577	577	De 10 001 a 20 000	104	104
De 20 001 a 50 000	443	443	De 20 001 a 50 000	77	77
De 50 001 a 100 000	119	119	De 50 001 a 100 000	19	19
De 100 001 a 500 000	50	50	De 100 001 a 500 000	14	14
Mais de 500 000	11	11	Mais de 500 000	5	5

Tabela 78 - Municípios, total e que realizaram serviços socioassistenciais, de assistência social, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios	
	Total	Que realizaram serviços socioassistenciais		Total	Que realizaram serviços socioassistenciais
Brasil	5 570	5 548	Nordeste	1 794	1 791
Norte	450	450	Sergipe	75	75
Rondônia	52	52	Bahia	417	416
Acre	22	22	Sudeste	1 668	1 661
Amazonas	62	62	Minas Gerais	853	849
Roraima	15	15	Espírito Santo	78	78
Pará	144	144	Rio de Janeiro	92	92
Amapá	16	16	São Paulo	645	642
Tocantins	139	139	Sul	1 191	1 180
Nordeste	1 794	1 791	Paraná	399	399
Maranhão	217	216	Santa Catarina	295	292
Piauí	224	224	Rio Grande do Sul	497	489
Ceará	184	184	Centro-Oeste	467	466
Rio Grande do Norte	167	167	Mato Grosso do Sul	79	79
Paraíba	223	222	Mato Grosso	141	140
Pernambuco	185	185	Goiás	246	246
Alagoas	102	102	Distrito Federal	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 79 - Municípios, total e com existência de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios		
	Total	Com existência de CRAS	
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)
Brasil	5 570	5 437	7 968
Até 5 000	1 247	1 181	1 188
De 5 001 a 10 000	1 227	1 192	1 228
De 10 001 a 20 000	1 378	1 357	1 504
De 20 001 a 50 000	1 080	1 074	1 450
De 50 001 a 100 000	339	335	724
De 100 001 a 500 000	260	259	1 274
Mais de 500 000	39	39	600
Norte	450	439	599
Até 5 000	80	76	77
De 5 001 a 10 000	81	78	78
De 10 001 a 20 000	110	108	115
De 20 001 a 50 000	111	110	121
De 50 001 a 100 000	42	41	72
De 100 001 a 500 000	24	24	106
Mais de 500 000	2	2	30
Nordeste	1 794	1 785	2 591
Até 5 000	234	230	232
De 5 001 a 10 000	360	358	371
De 10 001 a 20 000	577	576	656
De 20 001 a 50 000	443	442	630
De 50 001 a 100 000	119	118	276
De 100 001 a 500 000	50	50	262
Mais de 500 000	11	11	164
Sudeste	1 668	1 608	2 679
Até 5 000	374	349	349
De 5 001 a 10 000	397	382	393
De 10 001 a 20 000	359	345	391
De 20 001 a 50 000	290	287	418
De 50 001 a 100 000	107	105	242
De 100 001 a 500 000	124	123	641
Mais de 500 000	17	17	245
Sul	1 191	1 144	1 485
Até 5 000	420	391	393
De 5 001 a 10 000	280	267	276
De 10 001 a 20 000	228	224	232
De 20 001 a 50 000	159	158	183
De 50 001 a 100 000	52	52	104
De 100 001 a 500 000	48	48	214
Mais de 500 000	4	4	83
Centro-Oeste	467	461	614
Até 5 000	139	135	137
De 5 001 a 10 000	109	107	110
De 10 001 a 20 000	104	104	110
De 20 001 a 50 000	77	77	98
De 50 001 a 100 000	19	19	30
De 100 001 a 500 000	14	14	51
Mais de 500 000	5	5	78

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 80 - Municípios, total e com existência de Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios		
	Total	Com existência de CRAS	
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)
Brasil	5 570	5 437	7 968
Norte	450	439	599
Rondônia	52	51	60
Acre	22	22	28
Amazonas	62	62	89
Roraima	15	15	22
Pará	144	142	234
Amapá	16	9	14
Tocantins	139	138	152
Nordeste	1 794	1 785	2 591
Maranhão	217	215	320
Piauí	224	222	271
Ceará	184	184	373
Rio Grande do Norte	167	167	219
Paraíba	223	221	257
Pernambuco	185	185	308
Alagoas	102	102	129
Sergipe	75	75	112
Bahia	417	414	602
Sudeste	1 668	1 608	2 679
Minas Gerais	853	845	1 128
Espírito Santo	78	77	133
Rio de Janeiro	92	92	436
São Paulo	645	594	982
Sul	1 191	1 144	1 485
Paraná	399	398	551
Santa Catarina	295	276	350
Rio Grande do Sul	497	470	584
Centro-Oeste	467	461	614
Mato Grosso do Sul	79	78	128
Mato Grosso	141	138	175
Goiás	246	244	284
Distrito Federal	1	1	27

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 81 - Municípios, total e com existência de Centro de Convivência, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Com existência de Centro de Convivência							
		Total				Por discriminação do público referenciado para atendimento (1)			
		Total (2)	Quantidade de unidades (3)			Total (2)	Quantidade de unidades (3)		
			Total	Públicas	Conveniadas		Total	Públicas	Conveniadas
Brasil	5 570	3 065	11 797	8 376	3 423	2 529	3 861	2 956	906
Até 5 000	1 247	593	1255	1 139	116	473	540	484	56
De 5 001 a 10 000	1 227	584	1338	1 111	227	464	547	456	91
De 10 001 a 20 000	1 378	764	2383	1 970	413	628	831	663	168
De 20 001 a 50 000	1 080	656	2463	1 949	515	556	802	640	162
De 50 001 a 100 000	339	236	1147	793	354	206	357	255	102
De 100 001 a 500 000	260	198	2041	1 231	811	172	537	371	167
Mais de 500 000	39	34	1170	183	987	30	247	87	160
Norte	450	230	607	552	55	191	234	215	19
Até 5 000	80	25	35	34	1	15	17	16	1
De 5 001 a 10 000	81	34	71	66	5	22	26	25	1
De 10 001 a 20 000	110	49	109	100	9	44	51	46	5
De 20 001 a 50 000	111	70	159	145	14	61	71	64	7
De 50 001 a 100 000	42	32	145	129	16	30	37	34	3
De 100 001 a 500 000	24	19	87	77	10	18	31	29	2
Mais de 500 000	2	1	1	1	-	1	1	1	-
Nordeste	1 794	879	3676	3 180	497	704	1 087	900	188
Até 5 000	234	101	211	205	6	68	72	70	2
De 5 001 a 10 000	360	147	351	335	16	114	124	117	7
De 10 001 a 20 000	577	284	1048	949	99	232	308	278	30
De 20 001 a 50 000	443	229	993	912	81	187	267	233	34
De 50 001 a 100 000	119	75	354	306	48	67	121	92	29
De 100 001 a 500 000	50	34	542	438	105	28	135	100	36
Mais de 500 000	11	9	177	35	142	8	60	10	50
Sudeste	1 668	949	4429	2 365	2 064	799	1 370	902	468
Até 5 000	374	193	447	395	52	168	192	166	26
De 5 001 a 10 000	397	172	406	295	111	142	164	119	45
De 10 001 a 20 000	359	206	636	457	179	164	238	163	75
De 20 001 a 50 000	290	191	764	499	265	161	252	184	68
De 50 001 a 100 000	107	78	443	222	221	68	132	80	52
De 100 001 a 500 000	124	94	858	415	443	82	229	134	95
Mais de 500 000	17	15	875	82	793	14	163	56	107
Sul	1 191	681	2091	1 526	566	546	806	634	172
Até 5 000	420	202	412	361	51	165	194	170	24
De 5 001 a 10 000	280	157	357	280	77	121	157	130	27
De 10 001 a 20 000	228	142	407	308	99	115	154	107	47
De 20 001 a 50 000	159	101	313	227	87	82	129	96	33
De 50 001 a 100 000	52	36	162	101	61	28	50	35	15
De 100 001 a 500 000	48	39	423	239	184	32	113	87	26
Mais de 500 000	4	4	17	10	7	3	9	9	-
Centro-Oeste	467	326	994	753	241	289	364	305	59
Até 5 000	139	72	150	144	6	57	65	62	3
De 5 001 a 10 000	109	74	153	135	18	65	76	65	11
De 10 001 a 20 000	104	83	183	156	27	73	80	69	11
De 20 001 a 50 000	77	65	234	166	68	65	83	63	20
De 50 001 a 100 000	19	15	43	35	8	13	17	14	3
De 100 001 a 500 000	14	12	131	62	69	12	29	21	8
Mais de 500 000	5	5	100	55	45	4	14	11	3

Tabela 81 - Municípios, total e com existência de Centro de Convivência, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Com existência de Centro de Convivência							
	Por discriminação do público referenciado para atendimento (1)							
	Crianças e adolescentes				Múltiplas faixas etárias			
	Total (2)	Quantidade de unidades (3)			Total (2)	Quantidade de unidades (3)		
		Total	Públicas	Conveniadas		Total	Públicas	Conveniadas
Brasil	2 082	5 971	3 972	1 999	983	1 965	1 445	520
Até 5 000	361	447	412	35	200	268	242	26
De 5 001 a 10 000	387	559	457	102	179	232	198	34
De 10 001 a 20 000	528	1 137	966	171	254	415	340	75
De 20 001 a 50 000	470	1 243	972	271	207	418	336	82
De 50 001 a 100 000	169	623	425	198	68	167	113	54
De 100 001 a 500 000	146	1 162	679	483	60	342	181	161
Mais de 500 000	21	800	61	739	15	123	35	88
Norte	129	248	224	24	79	125	112	13
Até 5 000	10	11	11	-	7	7	7	-
De 5 001 a 10 000	17	25	23	2	15	20	18	2
De 10 001 a 20 000	27	38	35	3	16	20	18	2
De 20 001 a 50 000	38	59	56	3	24	29	25	4
De 50 001 a 100 000	26	76	66	10	12	32	29	3
De 100 001 a 500 000	11	39	33	6	5	17	15	2
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	603	1 968	1 725	243	315	621	555	66
Até 5 000	67	95	92	3	41	44	43	1
De 5 001 a 10 000	102	161	154	7	55	66	64	2
De 10 001 a 20 000	192	560	518	42	110	180	153	27
De 20 001 a 50 000	163	521	488	33	80	205	191	14
De 50 001 a 100 000	46	185	171	14	18	48	43	5
De 100 001 a 500 000	28	334	282	52	9	73	56	17
Mais de 500 000	5	112	20	92	2	5	5	-
Sudeste	687	2 344	1 057	1 287	328	715	404	311
Até 5 000	135	169	148	21	69	86	80	6
De 5 001 a 10 000	118	162	120	42	56	80	56	24
De 10 001 a 20 000	153	292	214	78	74	106	80	26
De 20 001 a 50 000	148	402	245	157	61	110	69	41
De 50 001 a 100 000	57	242	113	129	27	69	29	40
De 100 001 a 500 000	65	450	193	257	33	179	88	91
Mais de 500 000	11	627	24	603	8	85	2	83
Sul	443	943	641	302	177	342	251	91
Até 5 000	105	116	108	8	57	102	83	19
De 5 001 a 10 000	101	152	107	45	37	48	43	5
De 10 001 a 20 000	101	163	127	36	39	90	74	16
De 20 001 a 50 000	75	141	102	39	27	43	29	14
De 50 001 a 100 000	28	99	59	40	7	13	7	6
De 100 001 a 500 000	32	265	138	127	9	45	14	31
Mais de 500 000	1	7	-	7	1	1	1	-
Centro-Oeste	220	468	325	143	84	162	123	39
Até 5 000	44	56	53	3	26	29	29	-
De 5 001 a 10 000	49	59	53	6	16	18	17	1
De 10 001 a 20 000	55	84	72	12	15	19	15	4
De 20 001 a 50 000	46	120	81	39	15	31	22	9
De 50 001 a 100 000	12	21	16	5	4	5	5	-
De 100 001 a 500 000	10	74	33	41	4	28	8	20
Mais de 500 000	4	54	17	37	4	32	27	5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Na impossibilidade de quantificação de unidades por tipo, indicou-se o público atendido, considerando-se apenas o quantitativo total. (2) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (3) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 82 - Municípios, total e com existência de Centro de Convivência, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Com existência de Centro de Convivência							
		Total				Por discriminação do público referenciado para atendimento (1)			
		Total (2)	Quantidade de unidades (3)			Total (2)	Quantidade de unidades (3)		
			Total	Públicas	Conveniadas		Total	Públicas	Conveniadas
Brasil	5 570	3 065	11 797	8 376	3 423	2 529	3 861	2 956	906
Norte	450	230	607	552	55	191	234	215	19
Rondônia	52	37	98	85	13	32	37	32	5
Acre	22	10	14	13	1	9	9	9	-
Amazonas	62	34	76	66	10	31	34	29	5
Roraima	15	7	43	40	3	5	13	12	1
Pará	144	83	279	254	25	72	93	87	6
Amapá	16	5	17	16	1	5	9	8	1
Tocantins	139	54	80	78	2	37	39	38	1
Nordeste	1 794	879	3 676	3180	497	704	1 087	900	188
Maranhão	217	111	552	402	150	92	151	103	48
Piauí	224	105	268	246	22	67	83	74	9
Ceará	184	88	342	306	37	66	122	109	14
Rio Grande do Norte	167	126	399	372	27	114	164	151	13
Paraíba	223	73	173	139	34	54	67	46	21
Pernambuco	185	114	682	589	93	101	160	134	26
Alagoas	102	36	131	121	10	28	33	28	5
Sergipe	75	50	199	182	17	42	65	60	5
Bahia	417	176	930	823	107	140	242	195	47
Sudeste	1 668	949	4 429	2365	2 064	799	1 370	902	468
Minas Gerais	853	366	1 502	1011	491	297	475	323	152
Espírito Santo	78	51	137	89	48	37	55	45	10
Rio de Janeiro	92	54	315	261	54	51	129	113	16
São Paulo	645	478	2 475	1004	1 471	414	711	421	290
Sul	1 191	681	2 091	1526	566	546	806	634	172
Paraná	399	277	841	626	216	224	353	279	74
Santa Catarina	295	185	598	448	150	151	218	182	36
Rio Grande do Sul	497	219	652	452	200	171	235	173	62
Centro-Oeste	467	326	994	753	241	289	364	305	59
Mato Grosso do Sul	79	67	213	164	49	65	80	72	8
Mato Grosso	141	99	300	204	96	93	118	94	24
Goiás	246	159	447	368	79	130	164	139	25
Distrito Federal	1	1	34	17	17	1	2	-	2

Tabela 82 - Municípios, total e com existência de Centro de Convivência, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Com existência de Centro de Convivência							
	Por discriminação do público referenciado para atendimento (1)							
	Crianças e adolescentes				Múltiplas faixas etárias			
	Total (2)	Quantidade de unidades (3)			Total (2)	Quantidade de unidades (3)		
		Total	Públicas	Conveniadas		Total	Públicas	Conveniadas
Brasil	2 082	5 971	3 972	1 999	983	1 965	1 445	520
Norte	129	248	224	24	79	125	112	13
Rondônia	25	40	34	6	14	21	18	3
Acre	3	4	4	-	1	1	-	1
Amazonas	16	22	19	3	12	20	18	2
Roraima	5	15	14	1	7	15	14	1
Pará	55	137	123	14	32	49	44	5
Amapá	4	5	5	-	1	3	3	-
Tocantins	21	25	25	-	12	16	15	1
Nordeste	603	1 968	1 725	243	315	621	555	66
Maranhão	85	310	223	87	47	91	76	15
Piauí	70	139	130	9	39	46	42	4
Ceará	51	129	111	18	33	91	86	5
Rio Grande do Norte	84	174	163	11	38	61	58	3
Paraíba	46	73	61	12	22	33	32	1
Pernambuco	73	425	378	47	24	97	77	20
Alagoas	30	69	65	4	15	29	28	1
Sergipe	38	100	93	7	22	34	29	5
Bahia	126	549	501	48	75	139	127	12
Sudeste	687	2 344	1 057	1 287	328	715	404	311
Minas Gerais	291	683	457	226	179	344	231	113
Espírito Santo	32	74	39	35	6	8	5	3
Rio de Janeiro	28	137	116	21	8	49	32	17
São Paulo	336	1 450	445	1 005	135	314	136	178
Sul	443	943	641	302	177	342	251	91
Paraná	190	386	277	109	60	102	70	32
Santa Catarina	128	283	191	92	44	97	75	22
Rio Grande do Sul	125	274	173	101	73	143	106	37
Centro-Oeste	220	468	325	143	84	162	123	39
Mato Grosso do Sul	46	115	80	35	8	18	12	6
Mato Grosso	63	125	79	46	25	57	31	26
Goiás	110	216	166	50	50	67	63	4
Distrito Federal	1	12	-	12	1	20	17	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Na impossibilidade de quantificação de unidades por tipo, indicou-se o público atendido, considerando-se apenas o quantitativo total. (2) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (3) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 83 - Municípios, total e com existência de Centro da Juventude, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Com existência de Centro da Juventude			
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		
			Total	Públicas	Conveniadas
Brasil	5 570	909	1 914	1 471	443
Até 5 000	1 247	121	165	147	18
De 5 001 a 10 000	1 227	143	213	193	20
De 10 001 a 20 000	1 378	230	348	306	42
De 20 001 a 50 000	1 080	220	414	321	93
De 50 001 a 100 000	339	91	210	154	56
De 100 001 a 500 000	260	89	378	282	96
Mais de 500 000	39	15	186	68	118
Norte	450	77	108	98	10
Até 5 000	80	11	11	11	-
De 5 001 a 10 000	81	12	16	15	1
De 10 001 a 20 000	110	16	19	16	3
De 20 001 a 50 000	111	21	29	29	-
De 50 001 a 100 000	42	9	16	12	4
De 100 001 a 500 000	24	8	17	15	2
Mais de 500 000	2	-	-	-	-
Nordeste	1 794	310	653	576	77
Até 5 000	234	27	31	29	2
De 5 001 a 10 000	360	47	62	58	4
De 10 001 a 20 000	577	100	172	157	15
De 20 001 a 50 000	443	87	179	149	30
De 50 001 a 100 000	119	29	60	51	9
De 100 001 a 500 000	50	16	141	127	14
Mais de 500 000	11	4	8	5	3
Sudeste	1 668	291	785	489	296
Até 5 000	374	47	58	48	10
De 5 001 a 10 000	397	46	87	78	9
De 10 001 a 20 000	359	58	90	76	14
De 20 001 a 50 000	290	55	125	78	47
De 50 001 a 100 000	107	34	106	70	36
De 100 001 a 500 000	124	43	177	105	72
Mais de 500 000	17	8	142	34	108
Sul	1 191	143	218	183	35
Até 5 000	420	24	52	47	5
De 5 001 a 10 000	280	25	27	25	2
De 10 001 a 20 000	228	33	40	31	9
De 20 001 a 50 000	159	31	47	41	6
De 50 001 a 100 000	52	12	19	13	6
De 100 001 a 500 000	48	17	32	25	7
Mais de 500 000	4	1	1	1	-
Centro-Oeste	467	88	150	125	25
Até 5 000	139	12	13	12	1
De 5 001 a 10 000	109	13	21	17	4
De 10 001 a 20 000	104	23	27	26	1
De 20 001 a 50 000	77	26	34	24	10
De 50 001 a 100 000	19	7	9	8	1
De 100 001 a 500 000	14	5	11	10	1
Mais de 500 000	5	2	35	28	7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 84 - Municípios, total e com existência de Centro da Juventude, por tipo de unidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Com existência de Centro da Juventude			
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		
			Total	Públicas	Conveniadas
Brasil	5 570	909	1 914	1 471	443
Norte	450	77	108	98	10
Rondônia	52	15	20	15	5
Acre	22	4	8	8	-
Amazonas	62	11	13	12	1
Roraima	15	2	4	3	1
Pará	144	23	41	38	3
Amapá	16	1	1	1	-
Tocantins	139	21	21	21	-
Nordeste	1 794	310	653	576	77
Maranhão	217	50	109	104	5
Piauí	224	22	25	23	2
Ceará	184	21	52	51	1
Rio Grande do Norte	167	40	58	51	7
Paraíba	223	28	38	36	2
Pernambuco	185	54	77	56	21
Alagoas	102	18	30	29	1
Sergipe	75	8	13	7	6
Bahia	417	69	251	219	32
Sudeste	1 668	291	785	489	296
Minas Gerais	853	145	332	260	72
Espírito Santo	78	10	13	12	1
Rio de Janeiro	92	21	65	51	14
São Paulo	645	115	375	166	209
Sul	1 191	143	218	183	35
Paraná	399	72	87	74	13
Santa Catarina	295	27	68	61	7
Rio Grande do Sul	497	44	63	48	15
Centro-Oeste	467	88	150	125	25
Mato Grosso do Sul	79	23	55	46	9
Mato Grosso	141	25	38	28	10
Goiás	246	40	57	51	6
Distrito Federal	1	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 85 - Municípios, total e com existência de Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Com existência de CREAS		Com existência de Centro POP	
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)	Total (1)	Quantidade de unidades (2)
Brasil	5 570	2 032	2 229	154	175
Até 5 000	1 247	62	62	-	-
De 5 001 a 10 000	1 227	127	127	5	5
De 10 001 a 20 000	1 378	345	347	9	9
De 20 001 a 50 000	1 080	883	888	18	18
De 50 001 a 100 000	339	321	328	7	7
De 100 001 a 500 000	260	255	305	78	79
Mais de 500 000	39	39	172	37	57
Norte	450	179	187	11	11
Até 5 000	80	6	6	-	-
De 5 001 a 10 000	81	10	10	-	-
De 10 001 a 20 000	110	24	24	2	2
De 20 001 a 50 000	111	77	78	2	2
De 50 001 a 100 000	42	37	38	1	1
De 100 001 a 500 000	24	23	26	5	5
Mais de 500 000	2	2	5	1	1
Nordeste	1 794	818	865	37	42
Até 5 000	234	22	22	-	-
De 5 001 a 10 000	360	48	48	3	3
De 10 001 a 20 000	577	150	150	3	3
De 20 001 a 50 000	443	419	423	7	7
De 50 001 a 100 000	119	118	120	1	1
De 100 001 a 500 000	50	50	60	12	13
Mais de 500 000	11	11	42	11	15
Sudeste	1 668	524	609	68	73
Até 5 000	374	8	8	-	-
De 5 001 a 10 000	397	23	23	-	-
De 10 001 a 20 000	359	60	60	3	3
De 20 001 a 50 000	290	199	199	6	6
De 50 001 a 100 000	107	97	100	2	2
De 100 001 a 500 000	124	120	141	41	41
Mais de 500 000	17	17	78	16	21
Sul	1 191	309	346	27	36
Até 5 000	420	8	8	-	-
De 5 001 a 10 000	280	23	23	1	1
De 10 001 a 20 000	228	54	55	-	-
De 20 001 a 50 000	159	122	122	1	1
De 50 001 a 100 000	52	50	51	3	3
De 100 001 a 500 000	48	48	63	18	18
Mais de 500 000	4	4	24	4	13
Centro-Oeste	467	202	222	11	13
Até 5 000	139	18	18	-	-
De 5 001 a 10 000	109	23	23	1	1
De 10 001 a 20 000	104	57	58	1	1
De 20 001 a 50 000	77	66	66	2	2
De 50 001 a 100 000	19	19	19	-	-
De 100 001 a 500 000	14	14	15	2	2
Mais de 500 000	5	5	23	5	7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 86 - Municípios, total e com existência de Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS e Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - Centro POP, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Com existência de CREAS		Com existência de Centro POP	
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)	Total (1)	Quantidade de unidades (2)
Brasil	5 570	2 032	2 229	154	175
Norte	450	179	187	11	11
Rondônia	52	18	19	2	2
Acre	22	12	13	1	1
Amazonas	62	30	31	2	2
Roraima	15	6	6	1	1
Pará	144	84	89	4	4
Amapá	16	7	7	-	-
Tocantins	139	22	22	1	1
Nordeste	1 794	818	865	37	42
Maranhão	217	115	119	2	3
Piauí	224	51	54	2	2
Ceará	184	110	115	5	5
Rio Grande do Norte	167	49	53	5	5
Paraíba	223	91	97	3	3
Pernambuco	185	123	130	6	7
Alagoas	102	52	61	4	5
Sergipe	75	33	35	2	2
Bahia	417	194	201	8	10
Sudeste	1 668	524	609	68	73
Minas Gerais	853	209	225	19	20
Espírito Santo	78	47	53	5	5
Rio de Janeiro	92	76	100	13	15
São Paulo	645	192	231	31	33
Sul	1 191	309	346	27	36
Paraná	399	135	156	10	18
Santa Catarina	295	83	88	6	6
Rio Grande do Sul	497	91	102	11	12
Centro-Oeste	467	202	222	11	13
Mato Grosso do Sul	79	60	63	2	2
Mato Grosso	141	43	45	2	2
Goiás	246	98	105	6	6
Distrito Federal	1	1	9	1	3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 87 - Municípios, total e com existência de Centro-Dia, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios												
	Total	Com existência de Centro-Dia											
		Total						Por discriminação do público referenciado para atendimento (1)					
						Idosos				Pessoas com deficiência			
		Total (2)	Quantidade de unidades (3)			Total (2)	Quantidade de unidades (3)			Total (2)	Quantidade de unidades (3)		
			Total	Públicas	Conveniadas		Total	Públicas	Conveniadas		Total	Públicas	Conveniadas
Brasil	5 570	290	510	252	255	155	188	111	56	189	344	139	202
Até 5 000	1 247	20	20	8	12	9	9	7	2	14	14	2	12
De 5 001 a 10 000	1 227	32	40	17	23	16	19	13	5	22	23	4	19
De 10 001 a 20 000	1 378	55	59	27	32	24	30	16	8	35	36	10	26
De 20 001 a 50 000	1 080	76	91	38	53	41	45	29	16	50	53	12	41
De 50 001 a 100 000	339	43	60	20	40	26	31	19	10	26	30	2	28
De 100 001 a 500 000	260	46	101	34	64	31	45	22	12	28	58	7	48
Mais de 500 000	39	18	139	108	31	8	9	5	3	14	130	102	28
Norte	450	12	22	19	3	11	18	11	2	3	4	3	1
Até 5 000	80	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	81	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	110	7	13	13	-	6	11	6	-	2	2	2	-
De 20 001 a 50 000	111	2	3	2	1	2	3	2	1	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	24	3	6	4	2	3	4	3	1	1	2	1	1
Mais de 500 000	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	1 794	40	60	33	27	23	30	19	7	24	31	14	17
Até 5 000	234	1	1	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	360	2	6	2	4	2	4	2	1	1	2	-	2
De 10 001 a 20 000	577	7	7	4	3	5	5	4	1	3	3	1	2
De 20 001 a 50 000	443	11	13	13	-	5	5	5	-	7	8	8	-
De 50 001 a 100 000	119	6	12	5	7	4	7	3	3	4	5	1	4
De 100 001 a 500 000	50	8	15	4	11	5	7	3	2	4	8	1	7
Mais de 500 000	11	5	6	4	2	1	1	1	-	5	5	3	2
Sudeste	1 668	151	305	163	139	86	100	53	36	94	219	110	106
Até 5 000	374	7	6	3	3	3	3	2	1	5	5	1	4
De 5 001 a 10 000	397	14	15	4	11	6	6	3	3	10	10	1	9
De 10 001 a 20 000	359	21	20	5	15	9	9	3	6	14	14	4	10
De 20 001 a 50 000	290	46	50	16	34	27	28	17	11	28	29	2	27
De 50 001 a 100 000	107	27	37	11	26	18	20	12	7	14	17	-	17
De 100 001 a 500 000	124	28	70	23	44	18	28	13	6	19	43	5	35
Mais de 500 000	17	8	107	101	6	5	6	3	2	4	101	97	4
Sul	1 191	65	95	22	73	23	26	18	8	52	73	5	68
Até 5 000	420	10	11	2	9	3	3	2	1	8	8	-	8
De 5 001 a 10 000	280	12	12	5	7	4	4	4	-	9	9	1	8
De 10 001 a 20 000	228	14	14	4	10	2	2	2	-	12	13	2	11
De 20 001 a 50 000	159	13	19	3	16	4	6	2	4	12	13	1	12
De 50 001 a 100 000	52	8	9	3	6	4	4	4	-	6	6	-	6
De 100 001 a 500 000	48	6	7	3	4	4	5	3	2	3	3	-	3
Mais de 500 000	4	2	23	2	21	2	2	1	1	2	21	1	20
Centro-Oeste	467	22	28	15	13	12	14	10	3	16	17	7	10
Até 5 000	139	2	2	2	-	2	2	2	-	1	1	1	-
De 5 001 a 10 000	109	4	7	6	1	4	5	4	1	2	2	2	-
De 10 001 a 20 000	104	6	5	1	4	2	3	1	1	4	4	1	3
De 20 001 a 50 000	77	4	6	4	2	3	3	3	-	3	3	1	2
De 50 001 a 100 000	19	2	2	1	1	-	-	-	-	2	2	1	1
De 100 001 a 500 000	14	1	3	-	3	1	1	-	1	1	2	-	2
Mais de 500 000	5	3	3	1	2	-	-	-	-	3	3	1	2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Na impossibilidade de quantificação de unidades por tipo, indicou-se o público atendido, considerando-se apenas o quantitativo total. (2) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (3) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 88 - Municípios, total e com existência de Centro-Dia por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios												
	Total	Com existência de Centro-Dia											
		Total						Por discriminação do público referenciado para atendimento (1)					
						Idosos				Pessoas com deficiência			
		Total (2)	Quantidade de unidades (3)			Total (2)	Quantidade de unidades (3)			Total (2)	Quantidade de unidades (3)		
			Total	Públicas	Conveniadas		Total	Públicas	Conveniadas		Total	Públicas	Conveniadas
Brasil	5 570	290	510	252	255	155	188	111	56	189	344	139	202
Norte	450	12	22	19	3	11	18	11	2	3	4	3	1
Rondônia	52	3	4	4	-	2	2	2	-	2	2	2	-
Acre	22	1	1	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-
Amazonas	62	3	3	3	-	3	3	3	-	-	-	-	-
Roraima	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	144	4	8	5	3	4	6	4	2	1	2	1	1
Amapá	16	1	6	6	-	1	6	1	-	-	-	-	-
Tocantins	139	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	1 794	40	60	33	27	23	30	19	7	24	31	14	17
Maranhão	217	6	5	4	1	5	5	5	-	1	1	-	1
Piauí	224	3	8	2	6	2	4	1	2	3	4	1	3
Ceará	184	1	1	1	-	1	1	1	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	167	5	10	6	4	2	4	2	1	3	6	3	3
Paraíba	223	5	9	7	2	5	6	5	1	2	3	2	1
Pernambuco	185	5	6	2	4	2	3	1	1	3	3	1	2
Alagoas	102	3	3	3	-	1	1	1	-	2	2	2	-
Sergipe	75	3	3	2	1	1	1	1	-	2	2	1	1
Bahia	417	9	15	6	9	4	5	2	2	8	10	4	6
Sudeste	1 668	151	305	163	139	86	100	53	36	94	219	110	106
Minas Gerais	853	48	58	12	43	17	19	7	11	41	47	7	37
Espírito Santo	78	5	4	2	2	1	1	1	-	4	4	1	3
Rio de Janeiro	92	8	108	105	3	4	7	4	-	5	101	98	3
São Paulo	645	90	135	44	91	64	73	41	25	44	67	4	63
Sul	1 191	65	95	22	73	23	26	18	8	52	73	5	68
Paraná	399	32	36	15	21	14	15	12	3	24	24	3	21
Santa Catarina	295	10	13	3	10	4	5	2	3	7	8	1	7
Rio Grande do Sul	497	23	46	4	42	5	6	4	2	21	41	1	40
Centro-Oeste	467	22	28	15	13	12	14	10	3	16	17	7	10
Mato Grosso do Sul	79	1	1	1	-	-	-	-	-	1	1	1	-
Mato Grosso	141	12	15	8	7	6	7	5	1	10	10	4	6
Goiás	246	9	12	6	6	6	7	5	2	5	6	2	4
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Na impossibilidade de quantificação de unidades por tipo, indicou-se o público atendido, considerando-se apenas o quantitativo total. (2) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (3) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 89 - Municípios, total e com existência unidade de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Com existência de unidade de atendimento ao adolescente em conflito com a lei			
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		
			Total	Públicas	Conveniadas
Brasil	5 570	1 240	1 918	1 274	644
Até 5 000	1 247	132	151	132	19
De 5 001 a 10 000	1 227	153	172	152	20
De 10 001 a 20 000	1 378	224	242	216	26
De 20 001 a 50 000	1 080	308	359	290	69
De 50 001 a 100 000	339	188	239	190	49
De 100 001 a 500 000	260	202	248	216	32
Mais de 500 000	39	33	507	78	429
Norte	450	71	80	76	4
Até 5 000	80	2	2	2	-
De 5 001 a 10 000	81	4	5	4	1
De 10 001 a 20 000	110	6	6	6	-
De 20 001 a 50 000	111	23	24	24	-
De 50 001 a 100 000	42	20	23	21	2
De 100 001 a 500 000	24	15	18	18	-
Mais de 500 000	2	1	2	1	1
Nordeste	1 794	154	199	166	33
Até 5 000	234	2	2	2	-
De 5 001 a 10 000	360	3	3	3	-
De 10 001 a 20 000	577	18	22	20	2
De 20 001 a 50 000	443	44	47	45	2
De 50 001 a 100 000	119	46	65	46	19
De 100 001 a 500 000	50	31	40	35	5
Mais de 500 000	11	10	20	15	5
Sudeste	1 668	590	769	596	173
Até 5 000	374	66	68	64	4
De 5 001 a 10 000	397	82	87	81	6
De 10 001 a 20 000	359	107	116	102	14
De 20 001 a 50 000	290	140	162	125	37
De 50 001 a 100 000	107	79	102	83	19
De 100 001 a 500 000	124	102	132	108	24
Mais de 500 000	17	14	102	33	69
Sul	1 191	332	522	331	191
Até 5 000	420	53	70	55	15
De 5 001 a 10 000	280	48	61	49	12
De 10 001 a 20 000	228	71	74	64	10
De 20 001 a 50 000	159	77	100	71	29
De 50 001 a 100 000	52	35	39	32	7
De 100 001 a 500 000	48	44	47	44	3
Mais de 500 000	4	4	131	16	115
Centro-Oeste	467	93	348	105	243
Até 5 000	139	9	9	9	-
De 5 001 a 10 000	109	16	16	15	1
De 10 001 a 20 000	104	22	24	24	-
De 20 001 a 50 000	77	24	26	25	1
De 50 001 a 100 000	19	8	10	8	2
De 100 001 a 500 000	14	10	11	11	-
Mais de 500 000	5	4	252	13	239

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 90 - Municípios, total e com existência unidade de atendimento ao adolescente em conflito com a lei, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Com existência de unidade de atendimento ao adolescente em conflito com a lei			
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		
			Total	Públicas	Conveniadas
Brasil	5 570	1 240	1 918	1 274	644
Norte	450	71	80	76	4
Rondônia	52	14	15	13	2
Acre	22	3	4	4	-
Amazonas	62	10	13	12	1
Roraima	15	3	3	3	-
Pará	144	31	34	33	1
Amapá	16	3	3	3	-
Tocantins	139	7	8	8	-
Nordeste	1 794	154	199	166	33
Maranhão	217	24	28	28	-
Piauí	224	1	2	1	1
Ceará	184	21	42	25	17
Rio Grande do Norte	167	8	8	7	1
Paraíba	223	17	24	22	2
Pernambuco	185	30	36	28	8
Alagoas	102	9	12	11	1
Sergipe	75	3	3	3	-
Bahia	417	41	44	41	3
Sudeste	1 668	590	769	596	173
Minas Gerais	853	134	178	147	31
Espírito Santo	78	22	24	21	3
Rio de Janeiro	92	26	67	58	9
São Paulo	645	408	500	370	130
Sul	1 191	332	522	331	191
Paraná	399	130	141	126	15
Santa Catarina	295	103	139	106	33
Rio Grande do Sul	497	99	242	99	143
Centro-Oeste	467	93	348	105	243
Mato Grosso do Sul	79	15	256	17	239
Mato Grosso	141	18	23	21	2
Goiás	246	60	69	67	2
Distrito Federal	1	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 91 - Municípios, total e com existência de abrigo institucional ou casa-lar, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios												
	Com existên- cia de abrigo institu- cional ou casa-lar	Com existência de abrigo institucional ou casa-lar											
		Total (1)				Por discriminação do público referenciado para atendimento (1)							
						Idosos				Crianças e adolescentes			
		Total (2)	Quantidade de unidades (3)			Total (2)	Quantidade de unidades (3)			Total (2)	Quantidade de unidades (3)		
			Total	Públicas	Conve- niadas		Total	Públicas	Conve- niadas		Total	Públicas	Conve- niadas
Brasil	5 570	1 915	5 745	2 175	3 562	1 131	1 780	406	1 371	1 613	2 907	1 389	1 514
Até 5 000	1 247	139	197	61	136	61	65	22	43	100	118	36	82
De 5 001 a 10 000	1 227	281	507	277	230	147	247	129	118	188	211	121	90
De 10 001 a 20 000	1 378	463	808	364	444	255	303	70	233	372	447	285	162
De 20 001 a 50 000	1 080	523	1244	537	707	315	480	110	370	460	611	374	237
De 50 001 a 100 000	339	236	689	255	434	146	214	32	182	223	342	183	159
De 100 001 a 500 000	260	235	1393	444	941	176	345	23	319	233	680	295	381
Mais de 500 000	39	38	907	237	670	31	126	20	106	37	498	95	403
Norte	450	96	224	184	40	33	51	36	15	87	124	111	13
Até 5 000	80	1	1	1	-	-	-	-	-	1	1	1	-
De 5 001 a 10 000	81	8	40	40	-	2	17	17	-	6	6	6	-
De 10 001 a 20 000	110	19	21	19	2	3	3	3	-	16	17	15	2
De 20 001 a 50 000	111	27	53	49	4	8	8	6	2	24	40	40	-
De 50 001 a 100 000	42	21	33	25	8	8	10	6	4	20	22	18	4
De 100 001 a 500 000	24	19	65	44	21	11	12	4	8	19	33	27	6
Mais de 500 000	2	1	11	6	5	1	1	-	1	1	5	4	1
Nordeste	1 794	207	490	243	247	108	170	42	128	150	241	160	81
Até 5 000	234	1	2	1	1	1	2	1	1	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	360	5	6	3	3	5	5	2	3	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	577	27	29	15	14	13	13	5	8	13	13	9	4
De 20 001 a 50 000	443	70	128	62	66	42	72	20	52	40	43	32	11
De 50 001 a 100 000	119	54	85	37	48	24	27	2	25	47	52	33	19
De 100 001 a 500 000	50	39	146	73	73	16	33	4	29	39	87	59	28
Mais de 500 000	11	11	94	52	42	7	18	8	10	11	46	27	19
Sudeste	1 668	843	2942	839	2 095	580	928	100	825	709	1 427	550	873
Até 5 000	374	54	78	19	59	31	32	6	26	35	40	11	29
De 5 001 a 10 000	397	127	216	94	122	76	108	37	71	79	88	51	37
De 10 001 a 20 000	359	197	388	132	256	132	168	17	151	149	195	114	81
De 20 001 a 50 000	290	231	594	195	399	152	216	11	205	216	301	163	138
De 50 001 a 100 000	107	98	355	110	245	72	111	11	100	96	166	78	88
De 100 001 a 500 000	124	119	731	168	555	101	209	9	197	118	334	102	228
Mais de 500 000	17	17	580	121	459	16	84	9	75	16	303	31	272
Sul	1 191	562	1429	522	907	268	346	52	294	521	853	391	462
Até 5 000	420	69	91	20	71	19	21	7	14	59	64	13	51
De 5 001 a 10 000	280	101	147	55	92	36	41	7	34	86	96	45	51
De 10 001 a 20 000	228	156	256	114	142	63	71	15	56	147	162	96	66
De 20 001 a 50 000	159	138	296	118	178	75	91	10	81	133	169	97	72
De 50 001 a 100 000	52	48	171	61	110	33	49	7	42	46	85	44	41
De 100 001 a 500 000	48	46	310	114	196	39	62	4	58	46	164	71	93
Mais de 500 000	4	4	158	40	118	3	11	2	9	4	113	25	88
Centro-Oeste	467	207	660	387	273	142	285	176	109	146	262	177	85
Até 5 000	139	14	25	20	5	10	10	8	2	5	13	11	2
De 5 001 a 10 000	109	40	98	85	13	28	76	66	10	17	21	19	2
De 10 001 a 20 000	104	64	114	84	30	44	48	30	18	47	60	51	9
De 20 001 a 50 000	77	57	173	113	60	38	93	63	30	47	58	42	16
De 50 001 a 100 000	19	15	45	22	23	9	17	6	11	14	17	10	7
De 100 001 a 500 000	14	12	141	45	96	9	29	2	27	11	62	36	26
Mais de 500 000	5	5	64	18	46	4	12	1	11	5	31	8	23

Tabela 91 - Municípios, total e com existência de abrigo institucional ou casa-lar, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios											
	Com existência de abrigo institucional ou casa-lar											
	Por discriminação do público referenciado para atendimento (1)											
	População em situação de rua				Pessoas com deficiência				Mulheres			
	Total (2)	Quantidade de unidades (3)			Total (2)	Quantidade de unidades (3)			Total (2)	Quantidade de unidades (3)		
		Total	Públicas	Conve- niadas		Total	Públicas	Conve- niadas		Total	Públicas	Conve- niadas
Brasil	300	482	180	302	223	387	102	285	152	192	100	92
Até 5 000	2	3	1	2	8	8	1	7	3	3	1	2
De 5 001 a 10 000	1	1	1	-	26	34	14	20	6	14	12	2
De 10 001 a 20 000	14	15	1	14	33	33	4	29	9	10	4	6
De 20 001 a 50 000	60	65	28	37	56	64	12	52	23	27	14	13
De 50 001 a 100 000	62	72	26	46	31	40	6	34	19	21	8	13
De 100 001 a 500 000	128	183	74	109	50	103	8	95	70	82	45	37
Mais de 500 000	33	143	49	94	19	105	57	48	22	35	16	19
Norte	8	12	10	2	8	18	9	9	9	19	18	1
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	1	1	1	-	1	7	7	-	1	9	9	-
De 10 001 a 20 000	-	-	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	2	2	1	1	2	2	1	1	1	1	1	-
De 50 001 a 100 000	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	3	7	6	1	3	5	-	5	6	8	7	1
Mais de 500 000	1	1	1	-	1	3	-	3	1	1	1	-
Nordeste	24	27	19	8	9	26	4	22	23	26	18	8
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-
De 10 001 a 20 000	-	-	-	-	-	-	-	-	3	3	1	2
De 20 001 a 50 000	3	3	2	1	4	5	3	2	4	5	5	-
De 50 001 a 100 000	3	3	2	1	1	1	-	1	2	2	-	2
De 100 001 a 500 000	9	10	5	5	2	7	-	7	9	9	5	4
Mais de 500 000	9	11	10	1	2	13	1	12	4	6	6	-
Sudeste	167	288	89	199	128	225	74	151	61	77	28	49
Até 5 000	-	-	-	-	5	5	1	4	1	1	1	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	18	19	5	14	1	1	1	-
De 10 001 a 20 000	5	6	-	6	16	16	1	15	2	3	-	3
De 20 001 a 50 000	33	36	15	21	31	35	4	31	9	9	3	6
De 50 001 a 100 000	38	42	14	28	20	26	4	22	8	10	3	7
De 100 001 a 500 000	75	104	38	66	28	51	4	47	29	33	16	17
Mais de 500 000	16	100	22	78	10	73	55	18	11	20	4	16
Sul	72	102	42	60	60	76	11	65	45	52	26	26
Até 5 000	1	1	-	1	3	3	-	3	2	2	-	2
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	7	8	2	6	2	2	1	1
De 10 001 a 20 000	8	8	1	7	13	13	1	12	2	2	1	1
De 20 001 a 50 000	11	12	5	7	13	14	2	12	7	10	4	6
De 50 001 a 100 000	15	20	5	15	7	9	1	8	8	8	4	4
De 100 001 a 500 000	34	41	21	20	14	20	4	16	21	23	14	9
Mais de 500 000	3	20	10	10	3	9	1	8	3	5	2	3
Centro-Oeste	29	53	20	33	18	42	4	38	14	18	10	8
Até 5 000	1	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1
De 10 001 a 20 000	1	1	-	1	3	3	1	2	2	2	2	-
De 20 001 a 50 000	11	12	5	7	6	8	2	6	2	2	1	1
De 50 001 a 100 000	5	6	4	2	3	4	1	3	1	1	1	-
De 100 001 a 500 000	7	21	4	17	3	20	-	20	5	9	3	6
Mais de 500 000	4	11	6	5	3	7	-	7	3	3	3	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Na impossibilidade de quantificação de unidades por tipo, indicou-se o público atendido, considerando-se apenas o quantitativo total. (2) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (3) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 92 - Municípios, total e com existência de abrigo institucional ou casa-lar, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios												
	Total	Com existência de abrigo institucional ou casa-lar											
		Total				Por discriminação do público referenciado para atendimento (1)							
						Idosos				Crianças e adolescentes			
		Total (2)	Quantidade de unidades (3)			Total (2)	Quantidade de unidades (3)			Total (2)	Quantidade de unidades (3)		
			Total	Públicas	Conve- niadas		Total	Públicas	Conve- niadas		Total	Públicas	Conve- niadas
Brasil	5 570	1 915	5 745	2 175	3 562	1 131	1 780	406	1 371	1 613	2 907	1 389	1 514
Norte	450	96	224	184	40	33	51	36	15	87	124	111	13
Rondônia	52	33	68	52	16	6	7	3	4	33	48	43	5
Acre	22	4	12	7	5	3	3	1	2	4	7	5	2
Amazonas	62	2	2	2	-	1	1	1	-	1	1	1	-
Roraima	15	2	2	2	-	1	1	1	-	1	1	1	-
Pará	144	41	86	74	12	13	14	9	5	40	57	53	4
Amapá	16	2	4	1	3	1	1	-	1	2	2	1	1
Tocantins	139	12	50	46	4	8	24	21	3	6	8	7	1
Nordeste	1 794	207	490	243	247	108	170	42	128	150	241	160	81
Maranhão	217	19	33	22	11	5	5	3	2	16	24	17	7
Piauí	224	2	3	3	-	-	-	-	-	1	1	1	-
Ceará	184	20	41	18	23	6	12	1	11	18	24	16	8
Rio Grande do Norte	167	13	30	10	20	12	14	2	12	5	10	4	6
Paraíba	223	18	51	40	11	8	9	3	6	13	35	30	5
Pernambuco	185	39	91	50	41	17	26	11	15	33	48	31	17
Alagoas	102	8	13	11	2	3	3	2	1	5	7	6	1
Sergipe	75	13	23	17	6	3	4	2	2	12	17	13	4
Bahia	417	75	205	72	133	54	97	18	79	47	75	42	33
Sudeste	1 668	843	2 942	839	2 095	580	928	100	825	709	1 427	550	873
Minas Gerais	853	320	989	290	691	231	365	61	301	240	460	187	269
Espírito Santo	78	61	144	62	82	31	39	2	37	58	89	54	35
Rio de Janeiro	92	71	293	184	109	35	65	15	50	69	127	88	39
São Paulo	645	391	1 516	303	1 213	283	459	22	437	342	751	221	530
Sul	1 191	562	1 429	522	907	268	346	52	294	521	853	391	462
Paraná	399	242	544	230	314	119	141	28	113	220	326	178	148
Santa Catarina	295	123	269	91	178	42	53	5	48	116	164	70	94
Rio Grande do Sul	497	197	616	201	415	107	152	19	133	185	363	143	220
Centro-Oeste	467	207	660	387	273	142	285	176	109	146	262	177	85
Mato Grosso do Sul	79	60	137	57	80	44	46	12	34	50	72	40	32
Mato Grosso	141	63	279	186	93	28	110	81	29	60	112	90	22
Goiás	246	83	218	135	83	69	124	82	42	35	66	42	24
Distrito Federal	1	1	26	9	17	1	5	1	4	1	12	5	7

Tabela 92 - Municípios, total e com existência de abrigo institucional ou casa-lar, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios											
	Com existência de abrigo institucional ou casa-lar											
	Por discriminação do público referenciado para atendimento (1)											
	População em situação de rua				Pessoas com deficiência				Mulheres			
	Total (2)	Quantidade de unidades (3)			Total (2)	Quantidade de unidades (3)			Total (2)	Quantidade de unidades (3)		
		Total	Públicas	Conve- niadas		Total	Públicas	Conve- niadas		Total	Públicas	Conve- niadas
Brasil	300	482	180	302	223	387	102	285	152	192	100	92
Norte	8	12	10	2	8	18	9	9	9	19	18	1
Rondônia	3	3	2	1	4	6	1	5	3	4	3	1
Acre	1	1	-	1	-	-	-	-	1	1	1	-
Amazonas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	3	7	7	-	2	4	1	3	3	4	4	-
Amapá	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-
Tocantins	1	1	1	-	1	7	7	-	2	10	10	-
Nordeste	24	27	19	8	9	26	4	22	23	26	18	8
Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4	2	2
Piauí	1	1	1	-	-	-	-	-	1	1	1	-
Ceará	3	3	1	2	1	1	-	1	1	1	-	1
Rio Grande do Norte	2	2	2	-	2	2	1	1	2	2	1	1
Paraíba	2	2	2	-	1	1	1	-	2	4	4	-
Pernambuco	6	7	6	1	2	7	-	7	3	3	2	1
Alagoas	1	1	1	-	-	-	-	-	2	2	2	-
Sergipe	1	1	1	-	-	-	-	-	1	1	1	-
Bahia	8	10	5	5	3	15	2	13	7	8	5	3
Sudeste	167	288	89	199	128	225	74	151	61	77	28	49
Minas Gerais	44	59	19	40	64	86	14	72	18	19	11	8
Espírito Santo	7	11	4	7	3	3	-	3	2	2	2	-
Rio de Janeiro	14	28	21	7	10	68	56	12	5	5	4	1
São Paulo	102	190	45	145	51	68	4	64	36	51	11	40
Sul	72	102	42	60	60	76	11	65	45	52	26	26
Paraná	23	40	12	28	16	20	4	16	11	17	8	9
Santa Catarina	19	23	11	12	17	20	-	20	9	9	5	4
Rio Grande do Sul	30	39	19	20	27	36	7	29	25	26	13	13
Centro-Oeste	29	53	20	33	18	42	4	38	14	18	10	8
Mato Grosso do Sul	11	14	4	10	3	3	-	3	2	2	1	1
Mato Grosso	10	24	9	15	5	23	1	22	7	10	5	5
Goiás	7	12	5	7	9	11	3	8	4	5	3	2
Distrito Federal	1	3	2	1	1	5	-	5	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Na impossibilidade de quantificação de unidades por tipo, indicou-se o público atendido, considerando-se apenas o quantitativo total. (2) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (3) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 93 - Municípios, total e com existência de República, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Com existência de República							
		Total (4)				Por discriminação do público referenciado para atendimento (1)			
		Total (2)	Quantidade de unidades (3)			Total (2)	Quantidade de unidades (3)		
			Total	Públicas	Conveniadas		Total	Públicas	Conveniadas
Brasil	5 570	121	183	71	112	94	119	53	66
Até 5 000	1 247	9	12	5	7	8	10	5	5
De 5 001 a 10 000	1 227	13	13	6	7	13	13	6	7
De 10 001 a 20 000	1 378	25	27	11	16	23	24	9	15
De 20 001 a 50 000	1 080	31	52	30	22	25	37	21	16
De 50 001 a 100 000	339	15	21	4	17	10	13	3	10
De 100 001 a 500 000	260	22	32	10	22	13	20	9	11
Mais de 500 000	39	6	26	5	21	2	2	-	2
Norte	450	2	2	1	1	1	1	1	-
Até 5 000	80	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	81	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	110	1	1	1	-	1	1	1	-
De 20 001 a 50 000	111	-	-	-	-	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	42	-	-	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	24	1	1	-	1	-	-	-	-
Mais de 500 000	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	1 794	21	31	11	20	16	20	4	16
Até 5 000	234	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	360	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	577	3	3	-	3	3	3	-	3
De 20 001 a 50 000	443	6	12	9	3	6	7	4	3
De 50 001 a 100 000	119	6	8	1	7	4	5	-	5
De 100 001 a 500 000	50	6	8	1	7	3	5	-	5
Mais de 500 000	11	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudeste	1 668	58	87	17	70	44	50	14	36
Até 5 000	374	7	8	1	7	6	6	1	5
De 5 001 a 10 000	397	4	4	1	3	4	4	1	3
De 10 001 a 20 000	359	14	14	4	10	12	12	3	9
De 20 001 a 50 000	290	15	18	1	17	11	13	1	12
De 50 001 a 100 000	107	5	5	1	4	3	3	1	2
De 100 001 a 500 000	124	10	16	7	9	7	11	7	4
Mais de 500 000	17	3	22	2	20	1	1	-	1
Sul	1 191	21	37	20	17	16	26	16	10
Até 5 000	420	1	1	1	-	1	1	1	-
De 5 001 a 10 000	280	3	3	-	3	3	3	-	3
De 10 001 a 20 000	228	3	4	2	2	3	4	2	2
De 20 001 a 50 000	159	7	16	14	2	6	13	12	1
De 50 001 a 100 000	52	2	6	-	6	1	3	-	3
De 100 001 a 500 000	48	3	4	1	3	1	1	1	-
Mais de 500 000	4	2	3	2	1	1	1	-	1
Centro-Oeste	467	19	26	22	4	17	22	18	4
Até 5 000	139	1	3	3	-	1	3	3	-
De 5 001 a 10 000	109	6	6	5	1	6	6	5	1
De 10 001 a 20 000	104	4	5	4	1	4	4	3	1
De 20 001 a 50 000	77	3	6	6	-	2	4	4	-
De 50 001 a 100 000	19	2	2	2	-	2	2	2	-
De 100 001 a 500 000	14	2	3	1	2	2	3	1	2
Mais de 500 000	5	1	1	1	-	-	-	-	-

Tabela 93 - Municípios, total e com existência de República, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Com existência de República							
	Por discriminação do público referenciado para atendimento (1)							
	Jovens				Adultos			
	Total (2)	Quantidade de unidades (3)			Total (2)	Quantidade de unidades (3)		
		Total	Públicas	Conve- niadas		Total	Públicas	Conve- niadas
Brasil	25	35	9	26	17	29	9	20
Até 5 000	2	2	-	2	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	3	3	2	1	-	-	-	3
De 20 001 a 50 000	6	7	4	3	6	8	5	3
De 50 001 a 100 000	5	5	1	4	3	3	-	5
De 100 001 a 500 000	7	7	1	6	4	5	-	9
Mais de 500 000	2	11	1	10	4	13	4	-
Norte	1	1	-	1	-	-	-	-
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 50 001 a 100 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	1	1	-	1	-	-	-	-
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	6	7	4	3	2	4	3	1
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	1	2	2	-	1	3	3	-
De 50 001 a 100 000	3	3	1	2	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	2	2	1	1	1	1	-	1
Mais de 500 000	-	-	-	-	-	-	-	-
Sudeste	11	20	1	19	9	17	2	15
Até 5 000	2	2	-	2	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	2	2	1	1	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	3	3	-	3	2	2	-	2
De 50 001 a 100 000	-	-	-	-	2	2	-	2
De 100 001 a 500 000	3	3	-	3	2	2	-	2
Mais de 500 000	1	10	-	10	3	11	2	9
Sul	4	4	1	3	5	7	3	4
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	1	1	1	-	2	2	1	1
De 50 001 a 100 000	2	2	-	2	1	1	-	1
De 100 001 a 500 000	1	1	-	1	1	2	-	2
Mais de 500 000	-	-	-	-	1	2	2	-
Centro-Oeste	3	3	3	-	1	1	1	-
Até 5 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 5 001 a 10 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 10 001 a 20 000	1	1	1	-	-	-	-	-
De 20 001 a 50 000	1	1	1	-	1	1	1	-
De 50 001 a 100 000	-	-	-	-	-	-	-	-
De 100 001 a 500 000	-	-	-	-	-	-	-	-
Mais de 500 000	1	1	1	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Na impossibilidade de quantificação de unidades por tipo, indicou-se o público atendido, considerando-se apenas o quantitativo total. (2) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (3) Exclusive omunicípios com quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 94 - Municípios, total e com existência de República, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Com existência de República							
		Total (4)				Por discriminação do público referenciado para atendimento (1)			
						Idosos			
		Total (2)	Quantidade de unidades (3)			Total (2)	Quantidade de unidades (3)		
			Total	Públicas	Conve- niadas		Total	Públicas	Conve- niadas
Brasil	5 570	121	183	71	112	94	119	53	66
Norte	450	2	2	1	1	1	1	1	-
Rondônia	52	1	1	1	-	1	1	1	-
Acre	22	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	62	-	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	15	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	144	1	1	-	1	-	-	-	-
Amapá	16	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	139	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	1 794	21	31	11	20	16	20	4	16
Maranhão	217	3	3	1	2	1	1	1	-
Piauí	224	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	184	1	2	-	2	1	2	-	2
Rio Grande do Norte	167	1	1	-	1	1	1	-	1
Paraíba	223	6	8	1	7	6	8	1	7
Pernambuco	185	6	7	2	5	4	4	-	4
Alagoas	102	-	-	-	-	-	-	-	-
Sergipe	75	-	-	-	-	-	-	-	-
Bahia	417	4	10	7	3	3	4	2	2
Sudeste	1 668	53	87	17	70	44	50	14	36
Minas Gerais	853	28	37	11	26	29	32	9	23
Espírito Santo	78	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	92	1	1	-	1	1	1	-	1
São Paulo	645	24	49	6	43	14	17	5	12
Sul	1 191	19	37	20	17	16	26	16	10
Paraná	399	12	20	12	8	11	18	12	6
Santa Catarina	295	1	2	0	2	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	497	6	15	8	7	5	8	4	4
Centro-Oeste	467	15	26	22	4	17	22	18	4
Mato Grosso do Sul	79	1	3	3	-	1	3	3	-
Mato Grosso	141	2	4	4	-	1	1	1	-
Goiás	246	12	19	15	4	15	18	14	4
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-	-	-

Tabela 94 - Municípios, total e com existência de República, por tipo de unidade e discriminação do público referenciado, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Com existência de República							
	Por discriminação do público referenciado para atendimento (1)							
	Jovens				Adultos			
	Total (2)	Quantidade de unidades (3)			Total (2)	Quantidade de unidades (3)		
		Total	Públicas	Conve- niadas		Total	Públicas	Conve- niadas
Brasil	25	35	9	26	17	29	9	20
Norte	1	1	-	1	-	-	-	-
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	-	-	-	-	-	-	-	-
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-
Pará	1	1	-	1	-	-	-	-
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-
Nordeste	6	7	4	3	2	4	3	1
Maranhão	1	1	-	1	1	1	-	1
Piauí	-	-	-	-	-	-	-	-
Ceará	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Grande do Norte	-	-	-	-	-	-	-	-
Paraíba	-	-	-	-	-	-	-	-
Pernambuco	3	3	2	1	-	-	-	-
Alagoas	-	-	-	-	-	-	-	-
Sergipe	-	-	-	-	-	-	-	-
Bahia	2	3	2	1	1	3	3	-
Sudeste	11	20	1	19	9	17	2	15
Minas Gerais	3	3	-	3	1	2	2	-
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	-	-	-
São Paulo	8	17	1	16	8	15	-	15
Sul	4	4	1	3	5	7	3	4
Paraná	1	1	-	1	1	1	-	1
Santa Catarina	-	-	-	-	1	2	-	2
Rio Grande do Sul	3	3	1	2	3	4	3	1
Centro-Oeste	3	3	3	-	1	1	1	-
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	-	-	-	-
Mato Grosso	2	2	2	-	1	1	1	-
Goiás	1	1	1	-	-	-	-	-
Distrito Federal	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Na impossibilidade de quantificação de unidades por tipo, indicou-se o público atendido, considerando-se apenas o quantitativo total. (2) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (3) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

**Tabela 95 - Municípios, total e com existência de Centro de Múltiplo Uso,
segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013**

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Com existência de Centro de Múltiplo Uso			
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		
			Total	Públicas	Conveniadas
Brasil	5 570	772	1 478	1 169	308
Até 5 000	1 247	176	221	194	27
De 5 001 a 10 000	1 227	181	230	192	38
De 10 001 a 20 000	1 378	187	268	238	30
De 20 001 a 50 000	1 080	124	207	141	66
De 50 001 a 100 000	339	46	155	106	48
De 100 001 a 500 000	260	49	275	213	62
Mais de 500 000	39	9	122	85	37
Norte	450	35	41	39	2
Até 5 000	80	5	6	6	-
De 5 001 a 10 000	81	8	8	8	-
De 10 001 a 20 000	110	6	6	6	-
De 20 001 a 50 000	111	9	10	8	2
De 50 001 a 100 000	42	5	8	8	-
De 100 001 a 500 000	24	2	3	3	-
Mais de 500 000	2	-	-	-	-
Nordeste	1 794	160	256	233	23
Até 5 000	234	17	17	16	1
De 5 001 a 10 000	360	34	42	37	5
De 10 001 a 20 000	577	51	78	76	2
De 20 001 a 50 000	443	38	47	41	6
De 50 001 a 100 000	119	9	17	15	2
De 100 001 a 500 000	50	10	53	46	7
Mais de 500 000	11	1	2	2	-
Sudeste	1 668	242	667	461	205
Até 5 000	374	53	67	61	6
De 5 001 a 10 000	397	54	71	58	13
De 10 001 a 20 000	359	51	79	61	18
De 20 001 a 50 000	290	35	96	48	48
De 50 001 a 100 000	107	20	75	30	44
De 100 001 a 500 000	124	23	165	126	39
Mais de 500 000	17	6	114	77	37
Sul	1 191	226	365	293	72
Até 5 000	420	80	109	89	20
De 5 001 a 10 000	280	56	79	59	20
De 10 001 a 20 000	228	45	59	51	8
De 20 001 a 50 000	159	28	33	25	8
De 50 001 a 100 000	52	8	46	46	-
De 100 001 a 500 000	48	9	39	23	16
Mais de 500 000	4	-	-	-	-
Centro-Oeste	467	109	149	143	6
Até 5 000	139	21	22	22	-
De 5 001 a 10 000	109	29	30	30	-
De 10 001 a 20 000	104	34	46	44	2
De 20 001 a 50 000	77	14	21	19	2
De 50 001 a 100 000	19	4	9	7	2
De 100 001 a 500 000	14	5	15	15	-
Mais de 500 000	5	2	6	6	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

**Tabela 96 - Municípios, total e com existência de Centro de Múltiplo Uso,
segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013**

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Com existência de Centro de Múltiplo Uso			
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		
			Total	Públicas	Conveniadas
Brasil	5 570	772	1 478	1 169	308
Norte	450	35	41	39	2
Rondônia	52	2	2	2	-
Acre	22	3	3	3	-
Amazonas	62	6	6	6	-
Roraima	15	-	-	-	-
Pará	144	9	14	13	1
Amapá	16	8	9	9	-
Tocantins	139	7	7	6	1
Nordeste	1 794	160	256	233	23
Maranhão	217	13	14	13	1
Piauí	224	9	14	9	5
Ceará	184	21	47	45	2
Rio Grande do Norte	167	21	27	27	-
Paraíba	223	23	32	30	2
Pernambuco	185	22	62	57	5
Alagoas	102	10	11	8	3
Sergipe	75	10	10	9	1
Bahia	417	31	39	35	4
Sudeste	1 668	242	667	461	205
Minas Gerais	853	101	235	169	65
Espírito Santo	78	6	7	5	2
Rio de Janeiro	92	11	46	30	16
São Paulo	645	124	379	257	122
Sul	1 191	226	365	293	72
Paraná	399	83	144	102	42
Santa Catarina	295	78	104	96	8
Rio Grande do Sul	497	65	117	95	22
Centro-Oeste	467	109	149	143	6
Mato Grosso do Sul	79	18	24	24	-
Mato Grosso	141	39	53	50	3
Goiás	246	52	72	69	3
Distrito Federal	1	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 97 - Municípios, total e com existência de Centro de geração de trabalho e renda/profissionalizante, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Com existência de Centro de geração de trabalho e renda/profissionalizante			
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		
			Total	Públicas	Conveniadas
Brasil	5 570	1 176	2 087	1 499	585
Até 5 000	1 247	168	212	173	39
De 5 001 a 10 000	1 227	191	222	193	28
De 10 001 a 20 000	1 378	240	288	240	47
De 20 001 a 50 000	1 080	299	434	356	78
De 50 001 a 100 000	339	127	226	154	71
De 100 001 a 500 000	260	125	325	212	113
Mais de 500 000	39	26	380	171	209
Norte	450	82	113	102	11
Até 5 000	80	11	13	13	-
De 5 001 a 10 000	81	11	12	12	-
De 10 001 a 20 000	110	17	19	18	1
De 20 001 a 50 000	111	15	16	13	3
De 50 001 a 100 000	42	12	17	17	-
De 100 001 a 500 000	24	15	35	28	7
Mais de 500 000	2	1	1	1	-
Nordeste	1 794	274	524	332	192
Até 5 000	234	19	19	18	1
De 5 001 a 10 000	360	34	41	34	7
De 10 001 a 20 000	577	65	73	68	5
De 20 001 a 50 000	443	87	121	107	14
De 50 001 a 100 000	119	38	53	43	10
De 100 001 a 500 000	50	24	52	40	12
Mais de 500 000	11	7	165	22	143
Sudeste	1 668	433	787	574	211
Até 5 000	374	65	81	72	9
De 5 001 a 10 000	397	57	65	58	7
De 10 001 a 20 000	359	80	94	80	13
De 20 001 a 50 000	290	110	151	121	30
De 50 001 a 100 000	107	52	112	72	39
De 100 001 a 500 000	124	57	163	107	56
Mais de 500 000	17	12	121	64	57
Sul	1 191	246	424	287	136
Até 5 000	420	45	67	38	29
De 5 001 a 10 000	280	59	68	58	9
De 10 001 a 20 000	228	47	67	45	22
De 20 001 a 50 000	159	58	107	85	22
De 50 001 a 100 000	52	16	30	14	16
De 100 001 a 500 000	48	18	47	17	30
Mais de 500 000	4	3	38	30	8
Centro-Oeste	467	141	239	204	35
Até 5 000	139	28	32	32	-
De 5 001 a 10 000	109	30	36	31	5
De 10 001 a 20 000	104	31	35	29	6
De 20 001 a 50 000	77	29	39	30	9
De 50 001 a 100 000	19	9	14	8	6
De 100 001 a 500 000	14	11	28	20	8
Mais de 500 000	5	3	55	54	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 98 - Municípios, total e com existência de Centro de geração de trabalho e renda/profissionalizante, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Com existência de Centro de geração de trabalho e renda/profissionalizante			
		Total (1)	Quantidade de unidades (2)		
			Total	Públicas	Conveniadas
Brasil	5 570	1 176	2 087	1 499	585
Norte	450	82	113	102	11
Rondônia	52	13	19	15	4
Acre	22	1	1	1	-
Amazonas	62	14	15	11	4
Roraima	15	3	3	3	-
Pará	144	23	33	33	-
Amapá	16	8	11	8	3
Tocantins	139	20	31	31	-
Nordeste	1 794	274	524	332	192
Maranhão	217	29	181	39	142
Piauí	224	18	18	17	1
Ceará	184	18	31	23	8
Rio Grande do Norte	167	21	31	22	9
Paraíba	223	41	59	54	5
Pernambuco	185	51	67	58	9
Alagoas	102	24	28	25	3
Sergipe	75	11	12	10	2
Bahia	417	61	97	84	13
Sudeste	1 668	433	787	574	211
Minas Gerais	853	149	245	161	83
Espírito Santo	78	14	32	22	10
Rio de Janeiro	92	37	74	70	4
São Paulo	645	233	436	321	114
Sul	1 191	246	424	287	136
Paraná	399	108	178	127	51
Santa Catarina	295	53	119	84	35
Rio Grande do Sul	497	85	127	76	50
Centro-Oeste	467	141	239	204	35
Mato Grosso do Sul	79	27	69	59	10
Mato Grosso	141	35	46	35	11
Goiás	246	79	124	110	14
Distrito Federal	1	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) Inclusive municípios com o quantitativo de unidades ignorado. (2) Exclusive municípios com quantitativo de unidades ignorado.

Tabela 99 - Municípios, total e que realizam serviço socioassistencial, por tipo de serviço, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios					
	Total	Realizam serviço socioassistencial (1)				
		Total	Com serviço de proteção social básica	Com serviço de proteção social especial		
				Total	Média complexidade	Alta complexidade
Brasil	5 570	5 548	5 541	4 243	3 920	2 868
Até 5 000	1 247	1 233	1 231	753	684	384
De 5 001 a 10 000	1 227	1 221	1 221	811	705	499
De 10 001 a 20 000	1 378	1 376	1 372	998	876	721
De 20 001 a 50 000	1 080	1 080	1 079	1 045	1 019	698
De 50 001 a 100 000	339	339	339	337	337	280
De 100 001 a 500 000	260	260	260	260	260	247
Mais de 500 000	39	39	39	39	39	39
Norte	450	450	450	317	305	190
Até 5 000	80	80	80	26	25	11
De 5 001 a 10 000	81	81	81	39	36	25
De 10 001 a 20 000	110	110	110	84	81	44
De 20 001 a 50 000	111	111	111	101	96	54
De 50 001 a 100 000	42	42	42	41	41	32
De 100 001 a 500 000	24	24	24	24	24	22
Mais de 500 000	2	2	2	2	2	2
Nordeste	1 794	1 791	1 791	1 176	1 146	485
Até 5 000	234	232	232	112	108	32
De 5 001 a 10 000	360	359	359	169	160	47
De 10 001 a 20 000	577	577	577	288	273	121
De 20 001 a 50 000	443	443	443	428	426	160
De 50 001 a 100 000	119	119	119	118	118	73
De 100 001 a 500 000	50	50	50	50	50	41
Mais de 500 000	11	11	11	11	11	11
Sudeste	1 668	1 661	1 657	1 372	1 214	1 107
Até 5 000	374	371	370	228	200	111
De 5 001 a 10 000	397	394	394	297	239	211
De 10 001 a 20 000	359	358	355	315	255	272
De 20 001 a 50 000	290	290	290	284	272	267
De 50 001 a 100 000	107	107	107	107	107	105
De 100 001 a 500 000	124	124	124	124	124	124
Mais de 500 000	17	17	17	17	17	17
Sul	1 191	1 180	1 177	996	900	794
Até 5 000	420	412	411	299	269	189
De 5 001 a 10 000	280	278	278	224	197	161
De 10 001 a 20 000	228	227	226	213	180	196
De 20 001 a 50 000	159	159	158	156	150	146
De 50 001 a 100 000	52	52	52	52	52	51
De 100 001 a 500 000	48	48	48	48	48	47
Mais de 500 000	4	4	4	4	4	4
Centro-Oeste	467	466	466	382	355	292
Até 5 000	139	138	138	88	82	41
De 5 001 a 10 000	109	109	109	82	73	55
De 10 001 a 20 000	104	104	104	98	87	88
De 20 001 a 50 000	77	77	77	76	75	71
De 50 001 a 100 000	19	19	19	19	19	19
De 100 001 a 500 000	14	14	14	14	14	13
Mais de 500 000	5	5	5	5	5	5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) O mesmo município pode realizar mais de um serviço.

Tabela 100 - Municípios, total e que realizam serviço socioassistencial, por tipo de serviço, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios					
	Total	Realizam serviço socioassistencial (1)				
		Total	Com serviço de proteção social básica	Com serviço de proteção social especial		
				Total	Média complexidade	Alta complexidade
Brasil	5 570	5 548	5 541	4 243	3 920	2 868
Norte	450	450	450	317	305	190
Rondônia	52	52	52	50	47	44
Acre	22	22	22	14	14	6
Amazonas	62	62	62	48	47	20
Roraima	15	15	15	12	12	7
Pará	144	144	144	122	117	75
Amapá	16	16	16	10	10	5
Tocantins	139	139	139	61	58	33
Nordeste	1 794	1 791	1 791	1 176	1 146	485
Maranhão	217	216	216	169	163	73
Piauí	224	224	224	109	105	34
Ceará	184	184	184	129	126	51
Rio Grande do Norte	167	167	167	94	91	38
Paraíba	223	222	222	169	169	62
Pernambuco	185	185	185	146	142	62
Alagoas	102	102	102	80	78	31
Sergipe	75	75	75	48	44	25
Bahia	417	416	416	232	228	109
Sudeste	1 668	1 661	1 657	1 372	1 214	1 107
Minas Gerais	853	849	849	602	478	494
Espírito Santo	78	78	78	70	61	65
Rio de Janeiro	92	92	92	89	80	81
São Paulo	645	642	638	611	595	467
Sul	1 191	1 180	1 177	996	900	794
Paraná	399	399	398	332	288	281
Santa Catarina	295	292	292	272	262	226
Rio Grande do Sul	497	489	487	392	350	287
Centro-Oeste	467	466	466	382	355	292
Mato Grosso do Sul	79	79	79	76	73	70
Mato Grosso	141	140	140	115	102	95
Goiás	246	246	246	190	179	126
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) O mesmo município pode realizar mais de um serviço.

Tabela 101 - Municípios, total e com serviço de proteção social básica, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com serviço de proteção social básica (1)						
		Total	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF	Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos				Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas
				Para crianças de 0 a 6 anos	Para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	Para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	Para idosos	
Brasil	5 570	5 541	5 466	3 961	5 068	4 745	5 311	3 668
Até 5 000	1 247	1 231	1 202	851	1 068	958	1 172	892
De 5 001 a 10 000	1 227	1 221	1 197	867	1 121	1 020	1 173	867
De 10 001 a 20 000	1 378	1 372	1 359	946	1 246	1 184	1 300	897
De 20 001 a 50 000	1 080	1 079	1 072	827	1 017	980	1 042	643
De 50 001 a 100 000	339	339	337	260	321	316	330	203
De 100 001 a 500 000	260	260	260	188	256	249	256	145
Mais de 500 000	39	39	39	22	39	38	38	21
Norte	450	450	447	345	431	403	434	358
Até 5 000	80	80	80	65	75	67	76	71
De 5 001 a 10 000	81	81	80	65	78	67	76	63
De 10 001 a 20 000	110	110	109	79	106	98	105	89
De 20 001 a 50 000	111	111	110	84	105	104	109	87
De 50 001 a 100 000	42	42	42	30	41	41	42	30
De 100 001 a 500 000	24	24	24	20	24	24	24	17
Mais de 500 000	2	2	2	2	2	2	2	1
Nordeste	1 794	1 791	1 785	1 398	1 710	1 692	1 756	1 229
Até 5 000	234	232	231	194	224	219	230	200
De 5 001 a 10 000	360	359	359	279	343	331	355	268
De 10 001 a 20 000	577	577	574	431	542	542	562	383
De 20 001 a 50 000	443	443	442	356	425	424	433	271
De 50 001 a 100 000	119	119	118	95	115	116	117	70
De 100 001 a 500 000	50	50	50	36	50	50	48	30
Mais de 500 000	11	11	11	7	11	10	11	7
Sudeste	1 668	1 657	1 621	1 079	1 465	1 422	1 554	932
Até 5 000	374	370	355	232	305	302	344	231
De 5 001 a 10 000	397	394	385	252	349	338	372	245
De 10 001 a 20 000	359	355	348	211	307	294	320	196
De 20 001 a 50 000	290	290	286	208	266	257	276	136
De 50 001 a 100 000	107	107	106	82	98	96	102	58
De 100 001 a 500 000	124	124	124	87	123	118	123	60
Mais de 500 000	17	17	17	7	17	17	17	6
Sul	1 191	1 177	1 152	782	1 018	831	1 110	780
Até 5 000	420	411	399	266	337	265	390	282
De 5 001 a 10 000	280	278	268	187	247	189	263	201
De 10 001 a 20 000	228	226	224	144	192	163	210	144
De 20 001 a 50 000	159	158	157	112	145	121	147	94
De 50 001 a 100 000	52	52	52	40	48	46	50	30
De 100 001 a 500 000	48	48	48	31	45	43	47	26
Mais de 500 000	4	4	4	2	4	4	3	3
Centro-Oeste	467	466	461	357	444	397	457	369
Até 5 000	139	138	137	94	127	105	132	108
De 5 001 a 10 000	109	109	105	84	104	95	107	90
De 10 001 a 20 000	104	104	104	81	99	87	103	85
De 20 001 a 50 000	77	77	77	67	76	74	77	55
De 50 001 a 100 000	19	19	19	13	19	17	19	15
De 100 001 a 500 000	14	14	14	14	14	14	14	12
Mais de 500 000	5	5	5	4	5	5	5	4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) O mesmo município pode realizar mais de um serviço.

Tabela 102 - Municípios, total e com serviço de proteção social básica, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com serviço de proteção social básica (1)						
		Total	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF	Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos				Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas
				Para crianças de 0 a 6 anos	Para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos	Para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos	Para idosos	
Brasil	5 570	5 541	5 466	3 961	5 068	4 745	5 311	3 668
Norte	450	450	447	345	431	403	434	358
Rondônia	52	52	51	39	49	46	52	42
Acre	22	22	22	20	20	20	20	18
Amazonas	62	62	61	40	58	58	59	54
Roraima	15	15	15	11	15	13	15	12
Pará	144	144	143	102	140	133	143	97
Amapá	16	16	16	16	16	16	11	8
Tocantins	139	139	139	117	133	117	134	127
Nordeste	1 794	1 791	1 785	1 398	1 710	1 692	1 756	1 229
Maranhão	217	216	215	173	207	212	213	163
Piauí	224	224	224	200	222	210	222	183
Ceará	184	184	184	155	176	183	184	75
Rio Grande do Norte	167	167	166	142	162	160	166	124
Paraíba	223	222	221	175	214	215	215	175
Pernambuco	185	185	183	111	171	167	174	115
Alagoas	102	102	102	64	101	95	101	68
Sergipe	75	75	75	46	75	73	75	46
Bahia	417	416	415	332	382	377	406	280
Sudeste	1 668	1 657	1 621	1 079	1 465	1 422	1 554	932
Minas Gerais	853	849	844	607	756	738	797	576
Espírito Santo	78	78	77	56	75	56	71	30
Rio de Janeiro	92	92	92	70	87	87	89	47
São Paulo	645	638	608	346	547	541	597	279
Sul	1 191	1 177	1 152	782	1 018	831	1 110	780
Paraná	399	398	397	259	345	319	379	239
Santa Catarina	295	292	281	182	257	172	265	208
Rio Grande do Sul	497	487	474	341	416	340	466	333
Centro-Oeste	467	466	461	357	444	397	457	369
Mato Grosso do Sul	79	79	78	58	79	65	77	48
Mato Grosso	141	140	140	119	128	130	140	126
Goiás	246	246	242	180	236	201	239	195
Distrito Federal	1	1	1	-	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) O mesmo município pode realizar mais de um serviço.

Tabela 103 - Municípios, total e com serviço de proteção social especial de média complexidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Com serviço de proteção social especial (1)						
		Total	Média complexidade					
			Total	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI/CREAS	Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Serviço Especializado para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias	Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC	Serviço Especializado em Abordagem Social
Brasil	5 570	4 243	3 920	2 389	689	2 010	2 838	2 014
Até 5 000	1 247	753	684	171	30	309	442	205
De 5 001 a 10 000	1 227	811	705	246	42	298	453	249
De 10 001 a 20 000	1 378	998	876	446	95	434	570	384
De 20 001 a 50 000	1 080	1 045	1 019	910	210	549	763	662
De 50 001 a 100 000	339	337	337	321	116	210	315	253
De 100 001 a 500 000	260	260	260	256	157	178	258	222
Mais de 500 000	39	39	39	39	39	32	37	39
Norte	450	317	305	217	40	157	206	189
Até 5 000	80	26	25	12	1	17	8	15
De 5 001 a 10 000	81	39	36	19	3	21	20	18
De 10 001 a 20 000	110	84	81	36	6	32	46	40
De 20 001 a 50 000	111	101	96	84	11	51	73	64
De 50 001 a 100 000	42	41	41	40	8	20	34	32
De 100 001 a 500 000	24	24	24	24	9	14	24	18
Mais de 500 000	2	2	2	2	2	2	1	2
Nordeste	1 794	1 176	1 146	960	156	573	619	725
Até 5 000	234	112	108	67	6	63	28	49
De 5 001 a 10 000	360	169	160	96	12	77	54	74
De 10 001 a 20 000	577	288	273	199	29	141	118	152
De 20 001 a 50 000	443	428	426	421	56	188	255	306
De 50 001 a 100 000	119	118	118	116	19	67	103	89
De 100 001 a 500 000	50	50	50	50	23	30	50	44
Mais de 500 000	11	11	11	11	11	7	11	11
Sudeste	1 668	1 372	1 214	597	272	596	984	549
Até 5 000	374	228	200	34	8	65	147	49
De 5 001 a 10 000	397	297	239	42	14	81	178	65
De 10 001 a 20 000	359	315	255	79	26	119	180	80
De 20 001 a 50 000	290	284	272	209	71	159	232	153
De 50 001 a 100 000	107	107	107	96	54	70	107	78
De 100 001 a 500 000	124	124	124	120	82	87	123	107
Mais de 500 000	17	17	17	17	17	15	17	17
Sul	1 191	996	900	382	127	455	748	318
Até 5 000	420	299	269	30	7	118	202	56
De 5 001 a 10 000	280	224	197	53	9	80	154	53
De 10 001 a 20 000	228	213	180	70	10	86	154	54
De 20 001 a 50 000	159	156	150	127	36	96	135	72
De 50 001 a 100 000	52	52	52	50	26	37	52	38
De 100 001 a 500 000	48	48	48	48	35	34	47	41
Mais de 500 000	4	4	4	4	4	4	4	4
Centro-Oeste	467	382	355	233	94	229	281	233
Até 5 000	139	88	82	28	8	46	57	36
De 5 001 a 10 000	109	82	73	36	4	39	47	39
De 10 001 a 20 000	104	98	87	62	24	56	72	58
De 20 001 a 50 000	77	76	75	69	36	55	68	67
De 50 001 a 100 000	19	19	19	19	9	16	19	16
De 100 001 a 500 000	14	14	14	14	8	13	14	12
Mais de 500 000	5	5	5	5	5	4	4	5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) O mesmo município pode realizar mais de um serviço.

Tabela 104 - Municípios, total e com serviço de proteção social especial de média complexidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Com serviço de proteção social especial (1)						
		Total	Média complexidade					
			Total	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI/CREAS	Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua	Serviço Especializado para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias	Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC	Serviço Especializado em Abordagem Social
Brasil	5 570	4 243	3 920	2 389	689	2 010	2 838	2 014
Norte	450	317	305	217	40	157	206	189
Rondônia	52	50	47	25	10	31	34	32
Acre	22	14	14	12	1	5	13	10
Amazonas	62	48	47	35	2	28	27	25
Roraima	15	12	12	8	3	10	8	7
Pará	144	122	117	96	21	51	88	81
Amapá	16	10	10	7	2	3	9	5
Tocantins	139	61	58	34	1	29	27	29
Nordeste	1 794	1 176	1 146	960	156	573	619	725
Maranhão	217	169	163	130	14	87	89	94
Piauí	224	109	105	66	15	66	39	47
Ceará	184	129	126	113	22	57	94	90
Rio Grande do Norte	167	94	91	62	7	48	58	51
Paraíba	223	169	169	150	19	77	82	101
Pernambuco	185	146	142	128	23	52	79	89
Alagoas	102	80	78	74	16	41	36	58
Sergipe	75	48	44	34	7	25	26	29
Bahia	417	232	228	203	33	120	116	166
Sudeste	1 668	1 372	1 214	597	272	596	984	549
Minas Gerais	853	602	478	256	106	245	289	232
Espírito Santo	78	70	61	51	16	33	41	34
Rio de Janeiro	92	89	80	77	36	48	69	65
São Paulo	645	611	595	213	114	270	585	218
Sul	1 191	996	900	382	127	455	748	318
Paraná	399	332	288	147	42	141	250	111
Santa Catarina	295	272	262	113	41	119	244	92
Rio Grande do Sul	497	392	350	122	44	195	254	115
Centro-Oeste	467	382	355	233	94	229	281	233
Mato Grosso do Sul	79	76	73	60	35	51	65	63
Mato Grosso	141	115	102	60	32	74	63	61
Goiás	246	190	179	112	26	104	153	108
Distrito Federal	1	1	1	1	1	-	-	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) O mesmo município pode realizar mais de um serviço.

Tabela 105 - Municípios, total e com serviço de proteção social especial e alta complexidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios						
	Total	Com serviço de proteção social especial (1)					
		Total	Alta complexidade				
			Serviço de Acolhimento Institucional				Para pessoas em situação de rua
			Total	Para crianças e adolescentes	Para idosos		
Brasil	5 570	4 243	2 868	2 608	2 127	1 690	472
Até 5 000	1 247	753	384	305	219	175	17
De 5 001 a 10 000	1 227	811	499	434	289	264	20
De 10 001 a 20 000	1 378	998	721	659	517	410	51
De 20 001 a 50 000	1 080	1 045	698	658	572	434	106
De 50 001 a 100 000	339	337	280	269	254	182	89
De 100 001 a 500 000	260	260	247	244	238	190	153
Mais de 500 000	39	39	39	39	38	35	36
Norte	450	317	190	165	138	79	31
Até 5 000	80	26	11	7	6	4	2
De 5 001 a 10 000	81	39	25	18	11	11	2
De 10 001 a 20 000	110	84	44	39	30	17	3
De 20 001 a 50 000	111	101	54	48	41	22	8
De 50 001 a 100 000	42	41	32	29	28	12	7
De 100 001 a 500 000	24	24	22	22	20	11	7
Mais de 500 000	2	2	2	2	2	2	2
Nordeste	1 794	1 176	485	409	297	245	73
Até 5 000	234	112	32	24	18	20	3
De 5 001 a 10 000	360	169	47	36	23	23	5
De 10 001 a 20 000	577	288	121	93	61	57	15
De 20 001 a 50 000	443	428	160	138	92	77	19
De 50 001 a 100 000	119	118	73	68	56	38	5
De 100 001 a 500 000	50	50	41	39	37	22	16
Mais de 500 000	11	11	11	11	10	8	10
Sudeste	1 668	1 372	1 107	1 057	853	797	214
Até 5 000	374	228	111	98	68	64	5
De 5 001 a 10 000	397	297	211	190	114	129	6
De 10 001 a 20 000	359	315	272	262	190	197	13
De 20 001 a 50 000	290	284	267	262	239	201	44
De 50 001 a 100 000	107	107	105	104	103	82	46
De 100 001 a 500 000	124	124	124	124	122	108	84
Mais de 500 000	17	17	17	17	17	16	16
Sul	1 191	996	794	712	641	384	100
Até 5 000	420	299	189	145	115	69	5
De 5 001 a 10 000	280	224	161	144	118	70	6
De 10 001 a 20 000	228	213	196	182	170	84	13
De 20 001 a 50 000	159	156	146	141	138	81	13
De 50 001 a 100 000	52	52	51	50	50	37	23
De 100 001 a 500 000	48	48	47	46	46	39	37
Mais de 500 000	4	4	4	4	4	4	3
Centro-Oeste	467	382	292	265	198	185	54
Até 5 000	139	88	41	31	12	18	2
De 5 001 a 10 000	109	82	55	46	23	31	1
De 10 001 a 20 000	104	98	88	83	66	55	7
De 20 001 a 50 000	77	76	71	69	62	53	22
De 50 001 a 100 000	19	19	19	18	17	13	8
De 100 001 a 500 000	14	14	13	13	13	10	9
Mais de 500 000	5	5	5	5	5	5	5

Tabela 105 - Municípios, total e com serviço de proteção social especial de alta complexidade, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Com serviço de proteção social especial (1)							
	Alta complexidade							
	Serviço de Acolhimento Institucional		Serviço de Acolhimento em Repúblicas				Programa/Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Criança e Adolescente	
	Para jovens e adultos com deficiência	Para mulheres vítimas de violência	Total	Para jovens (maiores de 18 anos)	Para adultos em processo de saída das ruas	Para idosos	Total	Regulamentado por lei municipal
Brasil	415	460	259	52	92	158	864	304
Até 5 000	50	50	21	4	1	20	136	48
De 5 001 a 10 000	43	42	27	1	2	25	152	47
De 10 001 a 20 000	81	77	47	10	8	35	197	58
De 20 001 a 50 000	113	119	62	12	20	42	203	70
De 50 001 a 100 000	52	57	38	11	17	17	77	33
De 100 001 a 500 000	59	89	51	10	33	16	80	41
Mais de 500 000	17	26	13	4	11	3	19	7
Norte	38	57	18	5	5	14	78	21
Até 5 000	2	3	1	1	-	1	6	2
De 5 001 a 10 000	4	3	2	1	-	2	14	3
De 10 001 a 20 000	10	12	2	-	-	2	18	5
De 20 001 a 50 000	11	19	5	1	1	5	22	7
De 50 001 a 100 000	7	10	5	1	3	3	15	3
De 100 001 a 500 000	3	9	3	1	1	1	3	1
Mais de 500 000	1	1	-	-	-	-	-	-
Nordeste	90	149	31	5	9	21	162	35
Até 5 000	7	12	2	-	-	2	15	1
De 5 001 a 10 000	12	17	1	-	-	1	20	5
De 10 001 a 20 000	26	35	9	3	3	6	38	4
De 20 001 a 50 000	28	49	9	1	4	5	56	12
De 50 001 a 100 000	10	20	4	1	-	3	15	7
De 100 001 a 500 000	5	11	5	-	1	4	11	4
Mais de 500 000	2	5	1	-	1	-	7	2
Sudeste	142	117	118	25	55	58	287	107
Até 5 000	10	10	6	2	-	5	33	8
De 5 001 a 10 000	13	10	9	-	1	8	52	15
De 10 001 a 20 000	24	11	18	3	3	13	57	20
De 20 001 a 50 000	37	24	28	7	10	17	65	27
De 50 001 a 100 000	17	11	19	6	11	6	30	12
De 100 001 a 500 000	33	39	30	6	22	8	42	23
Mais de 500 000	8	12	8	1	8	1	8	2
Sul	101	87	45	9	13	27	237	110
Até 5 000	25	18	7	1	1	7	69	33
De 5 001 a 10 000	12	9	8	-	1	7	48	20
De 10 001 a 20 000	14	8	9	2	1	6	54	18
De 20 001 a 50 000	20	12	5	1	-	4	33	17
De 50 001 a 100 000	12	12	4	2	1	1	12	8
De 100 001 a 500 000	15	24	9	1	8	1	18	11
Mais de 500 000	3	4	3	2	1	1	3	3
Centro-Oeste	44	50	47	8	10	38	100	31
Até 5 000	6	7	5	-	-	5	13	4
De 5 001 a 10 000	2	3	7	-	-	7	18	4
De 10 001 a 20 000	7	11	9	2	1	8	30	11
De 20 001 a 50 000	17	15	15	2	5	11	27	7
De 50 001 a 100 000	6	4	6	1	2	4	5	3
De 100 001 a 500 000	3	6	4	2	1	2	6	2
Mais de 500 000	3	4	1	1	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) O mesmo município pode realizar mais de um serviço.

Tabela 106 - Municípios, total e com serviço de proteção social especial de alta complexidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com serviço de proteção social especial (1)					
		Total	Alta complexidade				
			Serviço de Acolhimento Institucional				Para pessoas em situação de rua
			Total	Para crianças e adolescentes	Para idosos		
Brasil	5 570	4 243	2 868	2 608	2 127	1 690	472
Norte	450	317	190	165	138	79	31
Rondônia	52	50	44	44	43	14	10
Acre	22	14	6	6	6	4	1
Amazonas	62	48	20	18	9	11	2
Roraima	15	12	7	5	3	2	1
Pará	144	122	75	63	59	28	15
Amapá	16	10	5	4	2	2	-
Tocantins	139	61	33	25	16	18	2
Nordeste	1 794	1 176	485	409	297	245	73
Maranhão	217	169	73	63	48	33	10
Piauí	224	109	34	23	21	18	6
Ceará	184	129	51	46	33	22	9
Rio Grande do Norte	167	94	38	33	19	24	7
Paraíba	223	169	62	48	36	26	8
Pernambuco	185	146	62	54	38	31	8
Alagoas	102	80	31	30	28	19	6
Sergipe	75	48	25	24	16	11	4
Bahia	417	232	109	88	58	61	15
Sudeste	1 668	1 372	1 107	1 057	853	797	214
Minas Gerais	853	602	494	455	323	354	64
Espírito Santo	78	70	65	64	59	38	8
Rio de Janeiro	92	89	81	79	76	43	21
São Paulo	645	611	467	459	395	362	121
Sul	1 191	996	794	712	641	384	100
Paraná	399	332	281	260	232	138	31
Santa Catarina	295	272	226	180	171	75	25
Rio Grande do Sul	497	392	287	272	238	171	44
Centro-Oeste	467	382	292	265	198	185	54
Mato Grosso do Sul	79	76	70	67	56	49	15
Mato Grosso	141	115	95	86	76	43	22
Goiás	246	190	126	111	65	92	16
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1

Tabela 106 - Municípios, total e com serviço de proteção social especial de alta complexidade, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Com serviço de proteção social especial (1)							
	Alta complexidade							
	Serviço de Acolhimento Institucional		Serviço de Acolhimento em Repúblicas				Programa/Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Criança e Adolescente	
	Para jovens e adultos com deficiência	Para mulheres vítimas de violência	Total	Para jovens (maiores de 18 anos)	Para adultos em processo de saída das ruas	Para idosos	Total	Regulamentado por lei municipal
Brasil	415	460	259	52	92	158	864	304
Norte	38	57	18	5	5	14	78	21
Rondônia	7	11	6	1	2	4	17	6
Acre	-	2	-	-	-	-	-	-
Amazonas	6	9	1	1	1	1	8	4
Roraima	1	2	1	-	-	1	4	1
Pará	16	21	6	2	2	4	26	4
Amapá	1	3	-	-	-	-	3	-
Tocantins	7	9	4	1	-	4	20	6
Nordeste	90	149	31	5	9	21	162	35
Maranhão	21	30	9	3	4	4	28	6
Piauí	12	13	1	-	-	1	21	1
Ceará	7	9	2	1	1	2	14	5
Rio Grande do Norte	9	14	-	-	-	-	10	-
Paraíba	15	24	5	-	-	5	25	6
Pernambuco	4	14	7	-	3	4	12	3
Alagoas	11	18	2	-	1	1	9	3
Sergipe	2	9	-	-	-	-	4	1
Bahia	9	18	5	1	-	4	39	10
Sudeste	142	117	118	25	55	58	287	107
Minas Gerais	77	44	47	11	12	32	142	42
Espírito Santo	4	6	4	-	3	1	14	9
Rio de Janeiro	11	12	8	2	6	1	20	4
São Paulo	50	55	59	12	34	24	111	52
Sul	101	87	45	9	13	27	237	110
Paraná	23	19	19	3	4	14	77	30
Santa Catarina	26	11	10	3	4	3	92	58
Rio Grande do Sul	52	57	16	3	5	10	68	22
Centro-Oeste	44	50	47	8	10	38	100	31
Mato Grosso do Sul	4	3	2	1	-	1	16	5
Mato Grosso	15	19	15	3	6	11	36	19
Goiás	24	27	30	4	4	26	48	7
Distrito Federal	1	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) O mesmo município pode realizar mais de um serviço.

Tabela 107 - Municípios, total e atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Total	Atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais						
		Orientação socio- familiar	Ações de orientação em situações de negligência, abandono e maus tratos	Acompanha- mento siste- mático de famílias em situação de vulnerabili- dade	Acompanha- mento siste- mático de famílias em situação de violação de direitos	Atividades relacionadas à documen- tação pessoal	Estudo social	Diagnós- tico do território
Brasil	5 570	5 299	5 054	5 191	4 130	4 872	5 045	3 140
Até 5 000	1 247	1 174	1 094	1 139	773	1 037	1 095	662
De 5 001 a 10 000	1 227	1 161	1 089	1 132	821	1 052	1 105	646
De 10 001 a 20 000	1 378	1 304	1 238	1 281	993	1 200	1 242	774
De 20 001 a 50 000	1 080	1 037	1 029	1 030	944	980	1 009	649
De 50 001 a 100 000	339	327	314	315	311	317	312	206
De 100 001 a 500 000	260	257	253	255	251	250	245	170
Mais de 500 000	39	39	37	39	37	36	37	33
Norte	450	421	392	404	337	361	369	210
Até 5 000	80	72	67	71	45	57	59	35
De 5 001 a 10 000	81	74	67	71	55	67	66	34
De 10 001 a 20 000	110	104	96	98	84	86	90	53
De 20 001 a 50 000	111	108	102	103	92	94	95	50
De 50 001 a 100 000	42	39	35	35	35	35	37	22
De 100 001 a 500 000	24	22	23	24	24	20	21	14
Mais de 500 000	2	2	2	2	2	2	1	2
Nordeste	1 794	1 698	1 662	1 692	1 398	1 499	1 619	1 197
Até 5 000	234	221	214	214	170	173	201	152
De 5 001 a 10 000	360	342	325	333	248	283	317	209
De 10 001 a 20 000	577	540	522	545	409	488	523	369
De 20 001 a 50 000	443	421	428	428	401	388	412	328
De 50 001 a 100 000	119	114	112	111	111	108	108	89
De 100 001 a 500 000	50	49	50	50	48	48	47	40
Mais de 500 000	11	11	11	11	11	11	11	10
Sudeste	1 668	1 596	1 482	1 552	1 163	1 499	1 509	875
Até 5 000	374	352	316	343	211	317	324	197
De 5 001 a 10 000	397	379	349	368	245	352	357	200
De 10 001 a 20 000	359	339	312	327	233	318	318	178
De 20 001 a 50 000	290	279	270	275	243	272	275	155
De 50 001 a 100 000	107	106	100	102	99	104	99	56
De 100 001 a 500 000	124	124	120	120	117	120	120	76
Mais de 500 000	17	17	15	17	15	16	16	13
Sul	1 191	1 139	1 094	1 104	862	1 103	1 129	596
Até 5 000	420	397	381	384	252	371	391	208
De 5 001 a 10 000	280	264	247	258	192	259	267	140
De 10 001 a 20 000	228	221	211	212	178	214	217	118
De 20 001 a 50 000	159	155	155	150	139	155	154	68
De 50 001 a 100 000	52	50	50	49	49	52	50	26
De 100 001 a 500 000	48	48	46	47	48	48	46	32
Mais de 500 000	4	4	4	4	4	4	4	4
Centro-Oeste	467	445	424	439	370	410	419	262
Até 5 000	139	132	116	127	95	119	120	70
De 5 001 a 10 000	109	102	101	102	81	91	98	63
De 10 001 a 20 000	104	100	97	99	89	94	94	56
De 20 001 a 50 000	77	74	74	74	69	71	73	48
De 50 001 a 100 000	19	18	17	18	17	18	18	13
De 100 001 a 500 000	14	14	14	14	14	14	11	8
Mais de 500 000	5	5	5	5	5	3	5	4

Tabela 107 - Municípios, total e atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continuação)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais							
	Utilização de prontuários para registro de atendimentos	Plano Individual e/ou Familiar de atendimento	Cadastramento socioeconômico	Gestão de benefícios	Busca ativa	Desenvolvimento de atividades promotoras do convívio familiar, grupal, social e comunitário	Visita domiciliar à família	Mobilização e fortalecimento de redes sociais
Brasil	4 989	2 676	4 744	4 803	4 874	4 397	5 381	3 646
Até 5 000	1 053	405	1 033	1 052	1 073	948	1 185	742
De 5 001 a 10 000	1 071	426	1 032	1 050	1 066	933	1 182	786
De 10 001 a 20 000	1 243	601	1 159	1 176	1 199	1 072	1 334	857
De 20 001 a 50 000	1 015	723	957	957	968	884	1 059	775
De 50 001 a 100 000	319	255	293	296	307	298	330	250
De 100 001 a 500 000	251	229	236	234	225	227	254	201
Mais de 500 000	37	33	34	38	36	35	37	35
Norte	393	214	376	363	393	318	431	286
Até 5 000	67	26	70	64	72	51	79	40
De 5 001 a 10 000	67	32	64	66	64	55	77	47
De 10 001 a 20 000	99	46	94	85	96	72	103	71
De 20 001 a 50 000	99	65	94	92	101	87	107	81
De 50 001 a 100 000	37	24	31	33	37	34	40	29
De 100 001 a 500 000	22	19	22	21	21	18	23	16
Mais de 500 000	2	2	1	2	2	1	2	2
Nordeste	1 663	835	1 486	1 526	1 636	1 457	1 745	1 267
Até 5 000	212	70	185	196	219	197	225	159
De 5 001 a 10 000	325	111	296	304	321	277	347	246
De 10 001 a 20 000	527	223	466	481	516	455	561	380
De 20 001 a 50 000	427	292	381	390	410	368	436	347
De 50 001 a 100 000	111	87	103	103	111	105	115	86
De 100 001 a 500 000	50	43	45	41	48	45	50	41
Mais de 500 000	11	9	10	11	11	10	11	8
Sudeste	1 498	807	1 454	1 477	1 433	1 300	1 611	1 066
Até 5 000	322	125	317	326	327	274	352	225
De 5 001 a 10 000	354	137	339	343	345	303	384	252
De 10 001 a 20 000	313	144	310	317	296	271	347	203
De 20 001 a 50 000	269	190	265	259	254	232	285	194
De 50 001 a 100 000	103	85	97	99	95	94	105	78
De 100 001 a 500 000	121	111	111	117	102	110	122	98
Mais de 500 000	16	15	15	16	14	16	16	16
Sul	1 014	592	1 025	1 030	1 007	943	1 156	707
Até 5 000	327	142	349	351	340	324	400	233
De 5 001 a 10 000	229	114	242	244	242	213	273	167
De 10 001 a 20 000	211	131	194	201	203	182	225	133
De 20 001 a 50 000	147	114	146	145	128	131	156	95
De 50 001 a 100 000	51	44	46	43	47	46	51	39
De 100 001 a 500 000	45	44	45	42	43	43	47	36
Mais de 500 000	4	3	3	4	4	4	4	4
Centro-Oeste	421	224	403	407	405	379	438	320
Até 5 000	125	42	112	115	115	102	129	85
De 5 001 a 10 000	96	32	91	93	94	85	101	74
De 10 001 a 20 000	93	57	95	92	88	92	98	70
De 20 001 a 50 000	73	62	71	71	75	66	75	58
De 50 001 a 100 000	17	15	16	18	17	19	19	18
De 100 001 a 500 000	13	12	13	13	11	11	12	10
Mais de 500 000	4	4	5	5	5	4	4	5

Tabela 107 - Municípios, total e atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios							
	Atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais							Nenhuma das atividades
	Encaminha- mentos ao sistema de garantia de direitos	Encaminha- mentos a outras políticas sociais (saúde, educa- ção, habitação, trabalho, etc)	Encaminha- mentos entre serviços socio- assistenciais	Informação, comunicação e defesa de direitos	Disseminação de orientações e materiais informativos	Atividades de inclusão produtiva	Outras	
Brasil	5 043	5 270	4 682	4 536	3 650	3 232	331	1
Até 5 000	1 071	1 167	938	970	752	640	61	-
De 5 001 a 10 000	1 090	1 147	978	948	781	696	55	1
De 10 001 a 20 000	1 246	1 305	1 154	1 114	866	772	83	-
De 20 001 a 50 000	1 026	1 032	1 000	940	781	682	86	-
De 50 001 a 100 000	321	326	320	295	239	224	20	-
De 100 001 a 500 000	252	256	253	234	198	187	20	-
Mais de 500 000	37	37	39	35	33	31	6	-
Norte	389	407	366	350	300	277	35	-
Até 5 000	63	71	60	62	55	56	2	-
De 5 001 a 10 000	67	72	64	61	49	41	4	-
De 10 001 a 20 000	96	98	86	88	74	59	9	-
De 20 001 a 50 000	103	102	93	89	74	71	13	-
De 50 001 a 100 000	36	39	37	31	27	25	2	-
De 100 001 a 500 000	22	23	24	18	19	23	4	-
Mais de 500 000	2	2	2	1	2	2	1	-
Nordeste	1 660	1 716	1 565	1 518	1 309	1 141	110	1
Até 5 000	203	222	188	188	169	136	12	-
De 5 001 a 10 000	329	344	305	292	263	226	14	1
De 10 001 a 20 000	532	549	486	477	394	338	34	-
De 20 001 a 50 000	421	426	414	398	344	306	38	-
De 50 001 a 100 000	114	114	113	109	89	84	6	-
De 100 001 a 500 000	50	50	48	44	41	41	3	-
Mais de 500 000	11	11	11	10	9	10	3	-
Sudeste	1 513	1 573	1 407	1 307	957	792	91	-
Até 5 000	333	349	286	281	202	144	18	-
De 5 001 a 10 000	354	367	310	292	223	191	17	-
De 10 001 a 20 000	314	339	298	265	175	157	19	-
De 20 001 a 50 000	272	277	271	243	181	153	18	-
De 50 001 a 100 000	103	104	103	93	69	62	8	-
De 100 001 a 500 000	122	122	122	118	92	73	9	-
Mais de 500 000	15	15	17	15	15	12	2	-
Sul	1 067	1 130	942	961	738	702	69	-
Até 5 000	355	394	293	326	230	215	24	-
De 5 001 a 10 000	248	263	207	211	173	163	13	-
De 10 001 a 20 000	209	219	193	193	140	147	14	-
De 20 001 a 50 000	156	152	150	142	116	97	11	-
De 50 001 a 100 000	49	50	49	44	40	39	3	-
De 100 001 a 500 000	46	48	46	41	36	38	4	-
Mais de 500 000	4	4	4	4	3	3	-	-
Centro-Oeste	414	444	402	400	346	320	26	-
Até 5 000	117	131	111	113	96	89	5	-
De 5 001 a 10 000	92	101	92	92	73	75	7	-
De 10 001 a 20 000	95	100	91	91	83	71	7	-
De 20 001 a 50 000	74	75	72	68	66	55	6	-
De 50 001 a 100 000	19	19	18	18	14	14	1	-
De 100 001 a 500 000	12	13	13	13	10	12	-	-
Mais de 500 000	5	5	5	5	4	4	-	-

Tabela 108 - Municípios, total e atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Total	Atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais						
		Orientação socio- familiar	Ações de orientação em situações de negligência, abandono e maus tratos	Acompanha- mento siste- mático de famílias em situação de vulnerabili- dade	Acompanha- mento siste- mático de famílias em situação de violação de direitos	Atividades relacionadas à documen- tação pessoal	Estudo social	Diagnós- tico do território
Brasil	5 570	5 299	5 054	5 191	4 130	4 872	5 045	3 140
Norte	450	421	392	404	337	361	369	210
Rondônia	52	50	42	44	40	38	39	22
Acre	22	21	21	22	20	21	17	8
Amazonas	62	57	56	59	49	57	49	35
Roraima	15	15	13	15	13	12	11	10
Pará	144	139	131	128	116	124	133	69
Amapá	16	14	11	11	9	6	14	7
Tocantins	139	125	118	125	90	103	106	59
Nordeste	1 794	1 698	1 662	1 692	1 398	1 499	1 619	1 197
Maranhão	217	204	192	200	167	150	190	142
Piauí	224	217	212	209	174	178	195	155
Ceará	184	178	169	182	158	166	177	150
Rio Grande do Norte	167	159	159	161	130	131	160	115
Paraíba	223	204	197	202	170	176	190	107
Pernambuco	185	175	175	177	159	171	164	142
Alagoas	102	100	101	100	82	89	94	47
Sergipe	75	69	63	69	49	64	65	48
Bahia	417	392	394	392	309	374	384	291
Sudeste	1 668	1 596	1 482	1 552	1 163	1 499	1 509	875
Minas Gerais	853	818	765	790	571	750	756	424
Espírito Santo	78	76	75	74	63	70	76	42
Rio de Janeiro	92	89	85	87	80	80	87	57
São Paulo	645	613	557	601	449	599	590	352
Sul	1 191	1 139	1 094	1 104	862	1 103	1 129	596
Paraná	399	388	378	377	308	386	384	231
Santa Catarina	295	279	270	263	218	263	276	136
Rio Grande do Sul	497	472	446	464	336	454	469	229
Centro-Oeste	467	445	424	439	370	410	419	262
Mato Grosso do Sul	79	78	78	79	75	78	76	65
Mato Grosso	141	134	125	135	104	131	120	66
Goiás	246	232	220	224	190	200	222	130
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	1

Tabela 108 - Municípios, total e atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2009

(continuação)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios							
	Atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais							
	Utilização de prontuários para registro de atendimentos	Plano Individual e/ou Familiar de atendimento	Cadastramento socioeconômico	Gestão de benefícios	Busca ativa	Desenvolvimento de atividades promotoras do convívio familiar, grupal, social e comunitário	Visita domiciliar à família	Mobilização e fortalecimento de redes sociais
Brasil	4 989	2 676	4 744	4 803	4 874	4 397	5 381	3 646
Norte	393	214	376	363	393	318	431	286
Rondônia	44	26	39	44	33	36	46	34
Acre	19	11	20	19	21	19	22	20
Amazonas	58	32	52	51	55	49	59	42
Roraima	15	9	14	14	15	13	14	13
Pará	129	76	114	109	132	100	137	95
Amapá	6	5	16	9	12	6	15	4
Tocantins	122	55	121	117	125	95	138	78
Nordeste	1 663	835	1 486	1 526	1 636	1 457	1 745	1 267
Maranhão	192	109	153	166	191	160	205	142
Piauí	205	92	191	204	214	188	219	166
Ceará	177	111	168	169	177	169	182	150
Rio Grande do Norte	158	61	138	132	158	137	166	110
Paraíba	206	92	180	187	197	171	214	154
Pernambuco	171	97	153	153	167	151	182	140
Alagoas	97	45	81	83	89	80	99	60
Sergipe	70	31	58	62	63	59	71	44
Bahia	387	197	364	370	380	342	407	301
Sudeste	1 498	807	1 454	1 477	1 433	1 300	1 611	1 066
Minas Gerais	758	353	740	755	732	662	819	557
Espírito Santo	70	35	73	70	71	63	76	52
Rio de Janeiro	87	69	81	84	82	82	90	68
São Paulo	583	350	560	568	548	493	626	389
Sul	1 014	592	1 025	1 030	1 007	943	1 156	707
Paraná	358	216	345	351	350	332	392	257
Santa Catarina	247	171	258	255	242	212	284	151
Rio Grande do Sul	409	205	422	424	415	399	480	299
Centro-Oeste	421	224	403	407	405	379	438	320
Mato Grosso do Sul	74	60	75	69	74	70	76	62
Mato Grosso	125	49	116	123	124	115	133	88
Goiás	221	114	211	214	206	193	228	169
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	1	1

Tabela 108 - Municípios, total e atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	(conclusão)							
	Municípios							
	Atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais							Nenhuma das atividades
	Encaminha-mentos ao sistema de garantia de direitos	Encaminha-mentos a outras políticas sociais (saúde, educação, habitação, trabalho, etc)	Encaminha-mentos entre serviços socio-assistenciais	Informação, comunicação e defesa de direitos	Disseminação de orientações e materiais informativos	Atividades de inclusão produtiva	Outras	
Brasil	5 043	5 270	4 682	4 536	3 650	3 232	331	1
Norte	389	407	366	350	300	277	35	-
Rondônia	42	44	43	38	29	31	8	-
Acre	21	22	20	21	17	16	1	-
Amazonas	56	57	51	51	42	33	6	-
Roraima	14	14	14	13	14	12	-	-
Pará	130	131	115	108	94	86	13	-
Amapá	7	10	10	7	5	4	-	-
Tocantins	119	129	113	112	99	95	7	-
Nordeste	1 660	1 716	1 565	1 518	1 309	1 141	110	1
Maranhão	189	198	182	171	131	114	16	-
Piauí	206	214	192	197	185	157	5	1
Ceará	176	179	165	168	156	132	17	-
Rio Grande do Norte	155	162	146	147	112	113	10	-
Paraíba	202	209	185	175	162	147	13	-
Pernambuco	180	182	169	163	143	119	9	-
Alagoas	93	99	93	86	62	74	4	-
Sergipe	68	72	66	62	53	44	9	-
Bahia	391	401	367	349	305	241	27	-
Sudeste	1 513	1 573	1 407	1 307	957	792	91	-
Minas Gerais	768	796	684	693	504	401	42	-
Espírito Santo	75	78	73	62	50	57	6	-
Rio de Janeiro	87	88	87	81	65	56	8	-
São Paulo	583	611	563	471	338	278	35	-
Sul	1 067	1 130	942	961	738	702	69	-
Paraná	376	384	341	332	265	231	19	-
Santa Catarina	254	280	230	226	179	159	21	-
Rio Grande do Sul	437	466	371	403	294	312	29	-
Centro-Oeste	414	444	402	400	346	320	26	-
Mato Grosso do Sul	73	77	75	74	72	56	4	-
Mato Grosso	126	136	117	126	102	105	10	-
Goiás	214	230	209	199	171	158	12	-
Distrito Federal	1	1	1	1	1	1	-	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 109 - Municípios, total e com atendimento pelo serviço da assistência social para grupos específicos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios				
	Total	Com atendimento pelo serviço de assistência social para grupos específicos			
		Total	Grupos		
			Povos indígenas	População e situação de rua	Comunidades quilombolas
Brasil	5 570	4 411	535	1 433	720
Até 5 000	1 247	855	49	83	66
De 5 001 a 10 000	1 227	913	76	173	114
De 10 001 a 20 000	1 378	1 091	151	283	198
De 20 001 a 50 000	1 080	945	141	433	211
De 50 001 a 100 000	339	318	62	207	74
De 100 001 a 500 000	260	250	44	215	46
Mais de 500 000	39	39	12	39	11
Norte	450	415	142	77	70
Até 5 000	80	71	6	3	14
De 5 001 a 10 000	81	73	18	4	8
De 10 001 a 20 000	110	102	47	17	11
De 20 001 a 50 000	111	103	39	23	21
De 50 001 a 100 000	42	40	18	14	10
De 100 001 a 500 000	24	24	13	14	6
Mais de 500 000	2	2	1	2	-
Nordeste	1 794	1 493	120	296	400
Até 5 000	234	187	2	12	22
De 5 001 a 10 000	360	292	14	31	54
De 10 001 a 20 000	577	463	31	58	132
De 20 001 a 50 000	443	384	47	111	133
De 50 001 a 100 000	119	108	18	40	42
De 100 001 a 500 000	50	48	8	33	16
Mais de 500 000	11	11	-	11	1
Sudeste	1 668	1 156	50	581	134
Até 5 000	374	188	5	28	12
De 5 001 a 10 000	397	240	5	71	26
De 10 001 a 20 000	359	247	13	88	32
De 20 001 a 50 000	290	246	7	172	35
De 50 001 a 100 000	107	100	7	94	11
De 100 001 a 500 000	124	118	7	111	13
Mais de 500 000	17	17	6	17	5
Sul	1 191	994	126	327	74
Até 5 000	420	328	24	30	10
De 5 001 a 10 000	280	226	21	40	18
De 10 001 a 20 000	228	193	30	79	14
De 20 001 a 50 000	159	144	21	85	14
De 50 001 a 100 000	52	51	13	43	8
De 100 001 a 500 000	48	48	14	46	9
Mais de 500 000	4	4	3	4	1
Centro-Oeste	467	353	97	152	42
Até 5 000	139	81	12	10	8
De 5 001 a 10 000	109	82	18	27	8
De 10 001 a 20 000	104	86	30	41	9
De 20 001 a 50 000	77	68	27	42	8
De 50 001 a 100 000	19	19	6	16	3
De 100 001 a 500 000	14	12	2	11	2
Mais de 500 000	5	5	2	5	4

Tabela 109 - Municípios, total e com atendimento pelo serviço da assistência social para grupos específicos, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	(conclusão)					
	Municípios					
	Com atendimento pelo serviço de assistência social para grupos específicos					
	Grupos					
	Catadores de materiais recicláveis	Ribeirinhos	Agricultores familiares	Povos ciganos	Assentados da reforma agrária	Pescadores artesaniais
Brasil	1 522	642	3 327	333	720	896
Até 5 000	139	57	763	26	66	93
De 5 001 a 10 000	199	99	767	46	114	162
De 10 001 a 20 000	348	189	862	69	198	260
De 20 001 a 50 000	440	193	659	115	211	250
De 50 001 a 100 000	203	62	178	42	74	80
De 100 001 a 500 000	164	35	88	26	46	44
Mais de 500 000	29	7	10	9	11	7
Norte	67	207	361	5	70	174
Até 5 000	-	17	69	-	14	11
De 5 001 a 10 000	4	26	61	1	8	27
De 10 001 a 20 000	13	59	90	1	11	53
De 20 001 a 50 000	21	61	93	1	21	46
De 50 001 a 100 000	14	27	28	1	10	27
De 100 001 a 500 000	13	15	19	1	6	9
Mais de 500 000	2	2	1	-	-	1
Nordeste	329	231	1 298	153	400	459
Até 5 000	17	10	178	4	22	41
De 5 001 a 10 000	25	32	271	13	54	83
De 10 001 a 20 000	79	76	413	44	132	143
De 20 001 a 50 000	112	83	326	64	133	140
De 50 001 a 100 000	63	19	84	19	42	35
De 100 001 a 500 000	27	9	25	9	16	15
Mais de 500 000	6	2	1	-	1	2
Sudeste	583	85	645	94	134	109
Até 5 000	59	10	148	12	12	10
De 5 001 a 10 000	76	19	174	15	26	20
De 10 001 a 20 000	118	22	151	14	32	21
De 20 001 a 50 000	161	21	113	24	35	31
De 50 001 a 100 000	75	5	27	12	11	11
De 100 001 a 500 000	81	7	26	11	13	13
Mais de 500 000	13	1	6	6	5	3
Sul	431	63	781	27	74	89
Até 5 000	52	12	305	-	10	17
De 5 001 a 10 000	76	9	200	7	18	16
De 10 001 a 20 000	111	18	151	4	14	23
De 20 001 a 50 000	111	13	82	7	14	22
De 50 001 a 100 000	41	9	28	6	8	7
De 100 001 a 500 000	36	2	14	2	9	4
Mais de 500 000	4	-	1	1	1	-
Centro-Oeste	112	56	242	54	42	65
Até 5 000	11	8	63	10	8	14
De 5 001 a 10 000	18	13	61	10	8	16
De 10 001 a 20 000	27	14	57	6	9	20
De 20 001 a 50 000	35	15	45	19	8	11
De 50 001 a 100 000	10	2	11	4	3	-
De 100 001 a 500 000	7	2	4	3	2	3
Mais de 500 000	4	2	1	2	4	1

Tabela 110 - Municípios, total e com atendimento pelo serviço da assistência social para grupos específicos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios				
	Total	Com atendimento pelo serviço de assistência social para grupos específicos			
		Total	Grupos		
			Povos indígenas	População e situação de rua	Comunidades quilombolas
Brasil	5 570	4 411	535	1 433	720
Norte	450	415	142	77	70
Rondônia	52	44	16	14	4
Acre	22	22	14	2	-
Amazonas	62	61	46	10	6
Roraima	15	15	14	3	-
Pará	144	132	38	37	32
Amapá	16	16	3	1	4
Tocantins	139	125	11	10	24
Nordeste	1 794	1 493	120	296	400
Maranhão	217	175	23	29	70
Piauí	224	198	4	26	41
Ceará	184	148	16	33	31
Rio Grande do Norte	167	147	6	21	22
Paraíba	223	171	5	25	25
Pernambuco	185	159	18	45	41
Alagoas	102	84	13	13	27
Sergipe	75	62	1	13	19
Bahia	417	349	34	91	124
Sudeste	1 668	1 156	50	581	134
Minas Gerais	853	584	22	234	89
Espírito Santo	78	68	1	34	10
Rio de Janeiro	92	74	4	53	18
São Paulo	645	430	23	260	17
Sul	1 191	994	126	327	74
Paraná	399	331	36	139	15
Santa Catarina	295	245	25	91	8
Rio Grande do Sul	497	418	65	97	51
Centro-Oeste	467	353	97	152	42
Mato Grosso do Sul	79	73	37	44	11
Mato Grosso	141	114	49	45	9
Goiás	246	165	10	62	21
Distrito Federal	1	1	1	1	1

Tabela 110 - Municípios, total e com atendimento pelo serviço da assistência social para grupos específicos, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	(conclusão)					
	Municípios					
	Com atendimento pelo serviço de assistência social para grupos específicos					
	Grupos					
	Catadores de materiais recicláveis	Ribeirinhos	Agricultores familiares	Povos ciganos	Assentados da reforma agrária	Pescadores artesanais
Brasil	1 522	642	3 327	333	720	896
Norte	67	207	361	5	189	174
Rondônia	13	11	35	-	15	4
Acre	1	19	20	-	13	9
Amazonas	14	58	51	-	9	40
Roraima	1	4	13	-	8	7
Pará	27	72	111	3	46	77
Amapá	3	16	14	-	6	10
Tocantins	8	27	117	2	92	27
Nordeste	329	231	1 298	153	557	459
Maranhão	13	64	153	16	68	98
Piauí	12	18	183	10	76	56
Ceará	43	17	129	7	54	57
Rio Grande do Norte	39	10	136	11	52	55
Paraíba	48	11	155	6	58	48
Pernambuco	59	25	126	7	57	21
Alagoas	16	21	66	3	27	23
Sergipe	11	15	51	7	31	20
Bahia	88	50	299	86	134	81
Sudeste	583	85	645	94	215	109
Minas Gerais	205	50	417	54	96	36
Espírito Santo	21	7	56	10	27	14
Rio de Janeiro	34	15	31	4	12	22
São Paulo	323	13	141	26	80	37
Sul	431	63	781	27	183	89
Paraná	193	19	245	11	81	21
Santa Catarina	101	11	197	9	43	26
Rio Grande do Sul	137	33	339	7	59	42
Centro-Oeste	112	56	242	54	217	65
Mato Grosso do Sul	34	17	49	3	47	16
Mato Grosso	23	26	81	4	84	32
Goiás	54	13	111	46	85	17
Distrito Federal	1	-	1	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 111 - Municípios, total e com concessão de benefícios eventuais, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com concessão de benefícios eventuais								
		Total	Regulamentados por instrumento legal					Benefícios eventuais são concedidos		
			Total	Lei	Decreto	Portaria	Outro	Auxílio funeral	Auxílio natalidade	Benefício eventual para situação de calamidade pública
Brasil	5 570	5 346	4 022	3 280	279	59	404	5 097	3 290	3 709
Até 5 000	1 247	1 187	887	765	47	11	64	1 131	705	777
De 5 001 a 10 000	1 227	1 170	877	711	62	15	89	1 106	715	805
De 10 001 a 20 000	1 378	1 320	1 032	831	83	14	104	1 281	856	910
De 20 001 a 50 000	1 080	1 051	797	656	48	11	82	1 012	692	766
De 50 001 a 100 000	339	326	233	185	13	3	32	310	189	250
De 100 001 a 500 000	260	255	172	119	21	3	29	229	120	170
Mais de 500 000	39	37	24	13	5	2	4	28	13	31
Norte	450	410	205	148	22	8	27	389	255	260
Até 5 000	80	77	49	43	1	1	4	77	49	43
De 5 001 a 10 000	81	74	42	25	10	1	6	68	44	37
De 10 001 a 20 000	110	96	49	34	4	2	9	87	51	67
De 20 001 a 50 000	111	100	35	25	5	4	1	96	67	67
De 50 001 a 100 000	42	38	16	12	2	-	2	37	27	29
De 100 001 a 500 000	24	23	14	9	-	-	5	22	17	15
Mais de 500 000	2	2	-	-	-	-	-	2	-	2
Nordeste	1 794	1 723	1 444	1 305	91	17	31	1 652	1 302	1 230
Até 5 000	234	224	167	147	13	3	4	213	155	137
De 5 001 a 10 000	360	333	259	236	15	2	6	311	241	238
De 10 001 a 20 000	577	550	470	422	30	8	10	530	424	389
De 20 001 a 50 000	443	438	389	365	16	3	5	426	346	332
De 50 001 a 100 000	119	117	105	93	6	1	5	113	92	89
De 100 001 a 500 000	50	50	47	38	9	-	-	50	38	35
Mais de 500 000	11	11	7	4	2	-	1	9	6	10
Sudeste	1 668	1 608	1 072	808	80	22	162	1 515	762	1 094
Até 5 000	374	357	253	211	9	5	28	338	194	235
De 5 001 a 10 000	397	385	260	205	14	6	35	365	187	263
De 10 001 a 20 000	359	348	239	173	28	1	37	340	173	227
De 20 001 a 50 000	290	281	185	130	15	3	37	268	141	199
De 50 001 a 100 000	107	101	57	40	2	2	13	92	25	75
De 100 001 a 500 000	124	121	68	42	11	3	12	102	38	84
Mais de 500 000	17	15	10	7	1	2	-	10	4	11
Sul	1 191	1 156	955	790	49	7	109	1 117	684	862
Até 5 000	420	397	325	291	14	1	19	380	227	305
De 5 001 a 10 000	280	273	236	188	16	3	29	264	177	208
De 10 001 a 20 000	228	226	192	159	10	2	21	226	142	163
De 20 001 a 50 000	159	158	127	98	7	1	21	152	87	112
De 50 001 a 100 000	52	51	42	31	1	-	10	49	31	43
De 100 001 a 500 000	48	47	31	22	-	-	9	43	19	28
Mais de 500 000	4	4	2	1	1	-	-	3	1	3
Centro-Oeste	467	449	346	229	37	5	75	424	287	263
Até 5 000	139	132	93	73	10	1	9	123	80	57
De 5 001 a 10 000	109	105	80	57	7	3	13	98	66	59
De 10 001 a 20 000	104	100	82	43	11	1	27	98	66	64
De 20 001 a 50 000	77	74	61	38	5	-	18	70	51	56
De 50 001 a 100 000	19	19	13	9	2	-	2	19	14	14
De 100 001 a 500 000	14	14	12	8	1	-	3	12	8	8
Mais de 500 000	5	5	5	1	1	-	3	4	2	5

Tabela 112 - Municípios, total e com concessão de benefícios eventuais, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com concessão de benefícios eventuais								
		Total	Regulamentados por instrumento legal					Benefícios eventuais são concedidos		
			Total	Lei	Decreto	Portaria	Outro	Auxílio funeral	Auxílio natalidade	Benefício eventual para situação de calamidade pública
Brasil	5 570	5 346	4 022	3 280	279	59	404	5 097	3 290	3 709
Norte	450	410	205	148	22	8	27	389	255	260
Rondônia	52	43	31	21	7	1	2	41	13	12
Acre	22	21	8	6	-	1	1	20	14	14
Amazonas	62	55	16	11	1	1	3	50	37	51
Roraima	15	13	5	4	1	-	-	13	7	9
Pará	144	129	51	31	6	4	10	121	96	84
Amapá	16	14	7	2	-	-	5	14	4	8
Tocantins	139	135	87	73	7	1	6	130	84	82
Nordeste	1 794	1 723	1 444	1 305	91	17	31	1 652	1 302	1 230
Maranhão	217	184	153	133	14	2	4	176	157	89
Piauí	224	216	165	146	12	3	4	204	172	163
Ceará	184	183	172	158	12	-	2	181	167	126
Rio Grande do Norte	167	156	108	92	10	-	6	145	78	104
Paraíba	223	218	175	159	9	6	1	209	140	159
Pernambuco	185	184	168	148	12	1	7	174	127	153
Alagoas	102	99	49	37	5	2	5	96	67	69
Sergipe	75	72	62	58	2	-	2	70	49	53
Bahia	417	411	392	374	15	3	-	397	345	314
Sudeste	1 668	1 608	1 072	808	80	22	162	1 515	762	1 094
Minas Gerais	853	833	674	521	46	11	96	803	465	581
Espírito Santo	78	78	72	43	6	1	22	78	70	64
Rio de Janeiro	92	88	45	25	8	5	7	75	33	62
São Paulo	645	609	281	219	20	5	37	559	194	387
Sul	1 191	1 156	955	790	49	7	109	1 117	684	862
Paraná	399	392	344	265	22	3	54	383	281	269
Santa Catarina	295	294	240	177	19	2	42	286	172	214
Rio Grande do Sul	497	470	371	348	8	2	13	448	231	379
Centro-Oeste	467	449	346	229	37	5	75	424	287	263
Mato Grosso do Sul	79	79	78	17	13	1	47	77	73	71
Mato Grosso	141	137	102	77	11	1	13	127	84	84
Goiás	246	232	165	134	13	3	15	219	129	107
Distrito Federal	1	1	1	1	-	-	-	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

**Tabela 113 - Municípios, total e com concessão de outros benefícios,
segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013**

(continua)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com concessão de outros benefícios								
		Total	Benefícios							
			Fotos	Segunda via de docu- mentos	Agasalho/ vestuário/ cobertores/ móveis/ colchões/ utensílios domésticos	Paga- mento de taxas, contas de água, energia elétrica e gás	Órteses e próteses (óculos, dentaduras, aparelhos ortopédicos, aparelhos dentários, aparelho au- ditivo, outros)	Meios Auxiliares de Loco- moção (cadeira de rodas, muletas)	Apoio financeiro para trata- mento de saúde fora do muni- cípio	Transporte de doentes
Brasil	5 570	5 291	1 843	3 330	2 531	1 269	1 612	1 818	1 655	2 256
Até 5 000	1 247	1 177	317	639	588	305	454	450	470	579
De 5 001 a 10 000	1 227	1 155	362	723	545	343	387	426	416	567
De 10 001 a 20 000	1 378	1 302	440	831	596	306	358	432	403	566
De 20 001 a 50 000	1 080	1 040	454	726	476	227	286	340	278	392
De 50 001 a 100 000	339	325	142	225	163	54	70	94	61	96
De 100 001 a 500 000	260	255	111	167	136	33	50	68	26	50
Mais de 500 000	39	37	17	19	27	1	7	8	1	6
Norte	450	404	102	228	116	121	79	160	172	218
Até 5 000	80	76	13	39	21	29	20	31	44	51
De 5 001 a 10 000	81	72	14	35	22	32	15	31	37	45
De 10 001 a 20 000	110	96	23	48	24	27	18	42	44	61
De 20 001 a 50 000	111	97	30	69	30	22	19	39	32	48
De 50 001 a 100 000	42	38	16	24	10	7	4	11	9	10
De 100 001 a 500 000	24	23	6	12	8	4	3	6	6	3
Mais de 500 000	2	2	-	1	1	-	-	-	-	-
Nordeste	1 794	1 691	386	1 006	413	455	505	592	634	810
Até 5 000	234	220	50	90	39	75	88	88	112	124
De 5 001 a 10 000	360	328	64	181	70	118	120	135	146	200
De 10 001 a 20 000	577	536	112	337	127	129	139	165	197	253
De 20 001 a 50 000	443	430	126	282	124	105	123	151	149	182
De 50 001 a 100 000	119	116	24	77	33	18	25	37	25	40
De 100 001 a 500 000	50	50	9	35	12	10	10	14	5	10
Mais de 500 000	11	11	1	4	8	-	-	2	-	1
Sudeste	1 668	1 600	608	982	855	423	560	513	484	627
Até 5 000	374	355	82	194	161	105	160	119	154	169
De 5 001 a 10 000	397	381	120	249	196	119	147	130	146	171
De 10 001 a 20 000	359	346	130	200	196	95	105	107	96	133
De 20 001 a 50 000	290	281	140	188	149	70	89	88	57	96
De 50 001 a 100 000	107	101	58	73	65	20	28	30	19	30
De 100 001 a 500 000	124	121	67	70	78	13	25	34	11	24
Mais de 500 000	17	15	11	8	10	1	6	5	1	4
Sul	1 191	1 148	612	844	795	151	308	330	195	361
Até 5 000	420	395	146	252	275	52	124	129	97	145
De 5 001 a 10 000	280	269	138	204	184	43	74	83	48	93
De 10 001 a 20 000	228	224	143	178	164	30	64	71	31	72
De 20 001 a 50 000	159	158	118	128	108	17	30	30	16	33
De 50 001 a 100 000	52	51	38	39	36	5	7	9	3	9
De 100 001 a 500 000	48	47	26	41	25	4	8	8	-	9
Mais de 500 000	4	4	3	2	3	-	1	-	-	-
Centro-Oeste	467	448	135	270	352	119	160	223	170	240
Até 5 000	139	131	26	64	92	44	62	83	63	90
De 5 001 a 10 000	109	105	26	54	73	31	31	47	39	58
De 10 001 a 20 000	104	100	32	68	85	25	32	47	35	47
De 20 001 a 50 000	77	74	40	59	65	13	25	32	24	33
De 50 001 a 100 000	19	19	6	12	19	4	6	7	5	7
De 100 001 a 500 000	14	14	3	9	13	2	4	6	4	4
Mais de 500 000	5	5	2	4	5	-	-	1	-	1

**Tabela 113 - Municípios, total e com concessão de outros benefícios,
segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013**

(conclusão)

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Com concessão de outros benefícios									
	Benefícios									
	Fraldas geriátricas	Paga- mento de exames médicos	Medica- mentos	Cestas básicas	Leite, leite em pó/ dieta especiais domésticos	Auxílio construção	Pagamento de aluguel/ aluguel social	Uniforme/ material escolar	Passagens	Outros
Brasil	1 995	1 616	1 986	4 752	2 127	1 821	2 037	1 080	3 550	592
Até 5 000	510	499	552	1 053	520	503	315	296	648	109
De 5 001 a 10 000	466	425	493	1 028	483	391	374	276	751	116
De 10 001 a 20 000	453	376	478	1 174	509	422	530	253	882	137
De 20 001 a 50 000	368	250	345	959	409	381	496	172	789	134
De 50 001 a 100 000	109	50	75	291	114	84	157	48	251	44
De 100 001 a 500 000	79	16	39	216	81	37	146	29	201	40
Mais de 500 000	10	-	4	31	11	3	19	6	28	12
Norte	159	119	166	356	125	99	116	97	303	53
Até 5 000	40	38	44	67	27	28	25	25	64	9
De 5 001 a 10 000	34	22	29	60	25	13	15	21	50	8
De 10 001 a 20 000	31	35	45	83	30	17	21	22	66	12
De 20 001 a 50 000	36	17	38	89	28	24	28	19	74	12
De 50 001 a 100 000	14	5	6	34	10	13	14	7	32	5
De 100 001 a 500 000	4	2	4	21	5	4	12	2	17	6
Mais de 500 000	-	-	-	2	-	-	1	1	-	1
Nordeste	476	548	632	1 475	571	532	753	374	1 032	188
Até 5 000	46	104	98	184	54	63	73	65	120	21
De 5 001 a 10 000	92	134	153	275	95	104	117	91	203	30
De 10 001 a 20 000	147	163	191	475	196	158	220	115	311	53
De 20 001 a 50 000	142	119	153	394	165	163	237	75	286	55
De 50 001 a 100 000	34	24	31	99	43	35	71	21	71	17
De 100 001 a 500 000	13	4	5	40	17	8	29	6	32	9
Mais de 500 000	2	-	1	8	1	1	6	1	9	3
Sudeste	711	526	642	1 462	783	585	777	283	1 114	176
Até 5 000	181	173	186	327	208	181	121	82	179	30
De 5 001 a 10 000	184	161	177	350	198	143	157	74	252	34
De 10 001 a 20 000	147	101	134	320	150	123	196	51	251	36
De 20 001 a 50 000	110	72	93	259	131	103	158	42	231	39
De 50 001 a 100 000	39	13	27	92	44	17	52	16	88	12
De 100 001 a 500 000	44	6	22	101	43	16	83	15	101	18
Mais de 500 000	6	-	3	13	9	2	10	3	12	7
Sul	398	257	326	1 041	407	444	271	169	787	105
Até 5 000	158	121	142	349	156	178	63	71	212	33
De 5 001 a 10 000	104	64	82	248	108	98	65	51	175	20
De 10 001 a 20 000	75	47	63	205	79	89	64	31	176	20
De 20 001 a 50 000	38	18	29	147	44	61	49	11	134	18
De 50 001 a 100 000	13	4	5	48	10	11	13	1	46	8
De 100 001 a 500 000	10	3	5	41	10	7	16	4	40	5
Mais de 500 000	-	-	-	3	-	-	1	-	4	1
Centro-Oeste	251	166	220	418	241	161	120	157	314	70
Até 5 000	85	63	82	126	75	53	33	53	73	16
De 5 001 a 10 000	52	44	52	95	57	33	20	39	71	24
De 10 001 a 20 000	53	30	45	91	54	35	29	34	78	16
De 20 001 a 50 000	42	24	32	70	41	30	24	25	64	10
De 50 001 a 100 000	9	4	6	18	7	8	7	3	14	2
De 100 001 a 500 000	8	1	3	13	6	2	6	2	11	2
Mais de 500 000	2	-	-	5	1	-	1	1	3	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 114 - Municípios, total e com concessão de outros benefícios, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

(continua)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com concessão de outros benefícios								
		Total	Benefícios							
			Fotos	Segunda via de docu- mentos	Agasalho/ vestuário/ cobertores/ móveis/ colchões/ utensílios domésticos	Paga- mento de taxas, contas de água, energia elétrica e gás	Órteses e próteses (óculos, dentaduras, aparelhos ortopédicos, aparelhos dentários, aparelho au- ditivo, outros)	Meios Auxiliares de Loco- moção (cadeira de rodas, muletas)	Apoio financeiro para trata- mento de saúde fora do muni- cípio	Transporte de doentes
Brasil	5 570	5 291	1 843	3 330	2 531	1 269	1 612	1 818	1 655	2 256
Norte	450	404	102	228	116	121	79	160	172	218
Rondônia	52	40	2	17	14	4	9	16	7	24
Acre	22	21	4	5	10	5	4	7	7	14
Amazonas	62	55	18	38	15	13	14	29	29	33
Roraima	15	13	3	3	4	3	2	8	7	9
Pará	144	128	48	98	40	34	17	44	41	42
Amapá	16	14	-	1	-	1	1	2	3	9
Tocantins	139	133	27	66	33	61	32	54	78	87
Nordeste	1 794	1 691	386	1 006	413	455	505	592	634	810
Maranhão	217	172	31	68	25	33	29	50	70	86
Piauí	224	214	47	64	30	31	90	96	126	139
Ceará	184	177	28	126	19	19	40	40	29	55
Rio Grande do Norte	167	149	26	85	16	42	50	45	45	63
Paraíba	223	218	65	133	74	141	129	117	144	159
Pernambuco	185	183	62	142	63	32	68	72	66	84
Alagoas	102	97	18	72	27	45	20	28	33	46
Sergipe	75	71	4	45	11	31	14	13	19	18
Bahia	417	410	105	271	148	81	65	131	102	160
Sudeste	1 668	1 600	608	982	855	423	560	513	484	627
Minas Gerais	853	828	209	484	321	235	217	196	291	325
Espírito Santo	78	78	20	32	36	6	14	18	13	26
Rio de Janeiro	92	88	19	24	49	5	21	26	11	27
São Paulo	645	606	360	442	449	177	308	273	169	249
Sul	1 191	1 148	612	844	795	151	308	330	195	361
Paraná	399	390	247	331	243	71	98	107	59	111
Santa Catarina	295	293	145	199	172	39	82	86	61	84
Rio Grande do Sul	497	465	220	314	380	41	128	137	75	166
Centro-Oeste	467	448	135	270	352	119	160	223	170	240
Mato Grosso do Sul	79	79	52	71	70	24	5	8	12	7
Mato Grosso	141	136	27	86	86	10	24	31	28	39
Goiás	246	232	56	112	195	85	131	184	130	194
Distrito Federal	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-

**Tabela 114 - Municípios, total e com concessão de outros benefícios,
segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013**

(conclusão)

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Com concessão de outros benefícios									
	Benefícios									
	Fraldas geriátricas	Paga- mento de exames médicos	Medica- mentos	Cestas básicas	Leite, leite em pó/ dietas especiais domésticos	Auxílio construção	Pagamento de aluguel/ aluguel social	Uniforme/ material escolar	Passagens	Outros
Brasil	1 995	1 616	1 986	4 752	2 127	1 821	2 037	1 080	3 550	592
Norte	159	119	166	356	125	99	116	97	303	53
Rondônia	17	6	12	38	16	4	5	10	27	6
Acre	7	5	7	21	6	4	13	7	10	2
Amazonas	24	20	29	48	17	16	19	15	44	5
Roraima	5	4	7	10	4	-	3	5	7	2
Pará	32	15	36	120	28	31	30	22	96	19
Amapá	1	2	3	8	1	3	3	1	8	2
Tocantins	73	67	72	111	53	41	43	37	111	17
Nordeste	476	548	632	1 475	571	532	753	374	1 032	188
Maranhão	23	43	64	152	20	18	41	35	94	28
Piauí	29	86	105	185	28	59	31	40	144	7
Ceará	37	32	39	148	57	44	70	21	74	28
Rio Grande do Norte	43	48	48	113	53	33	64	41	70	19
Paraíba	105	148	145	190	106	108	148	103	149	14
Pernambuco	78	52	66	161	96	72	96	53	83	13
Alagoas	43	35	41	85	56	24	64	23	60	12
Sergipe	18	15	18	56	17	27	43	10	40	16
Bahia	100	89	106	385	138	147	196	48	318	51
Sudeste	711	526	642	1 462	783	585	777	283	1 114	176
Minas Gerais	328	299	332	754	375	385	450	113	540	99
Espírito Santo	24	11	18	71	27	27	65	8	61	6
Rio de Janeiro	25	11	18	76	28	22	63	18	48	13
São Paulo	334	205	274	561	353	151	199	144	465	58
Sul	398	257	326	1 041	407	444	271	169	787	105
Paraná	116	79	102	355	126	105	74	54	299	31
Santa Catarina	118	86	92	276	115	118	116	60	188	30
Rio Grande do Sul	164	92	132	410	166	221	81	55	300	44
Centro-Oeste	251	166	220	418	241	161	120	157	314	70
Mato Grosso do Sul	16	6	8	74	19	37	39	12	67	17
Mato Grosso	34	24	37	123	45	20	22	23	92	17
Goiás	201	136	175	220	177	104	58	122	154	36
Distrito Federal	-	-	-	1	-	-	1	-	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 115 - Municípios, total e com programa municipal de transferência de renda para famílias pobres, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios			
	Total	Com programa municipal de transferência de renda para famílias pobres		
		Total	Número de famílias beneficiárias	Com lei municipal que regulamenta o programa de transferência de renda
Brasil	5 570	435	798 081	306
Até 5 000	1 247	71	14 162	39
De 5 001 a 10 000	1 227	72	20 705	51
De 10 001 a 20 000	1 378	81	57 259	51
De 20 001 a 50 000	1 080	87	94 264	64
De 50 001 a 100 000	339	45	52 057	36
De 100 001 a 500 000	260	62	176 112	51
Mais de 500 000	39	17	383 522	14
Norte	450	31	80 772	20
Até 5 000	80	1	17	1
De 5 001 a 10 000	81	3	889	1
De 10 001 a 20 000	110	8	4 670	4
De 20 001 a 50 000	111	6	8 423	4
De 50 001 a 100 000	42	8	7 270	7
De 100 001 a 500 000	24	4	9 450	2
Mais de 500 000	2	1	50 053	1
Nordeste	1 794	122	226 141	90
Até 5 000	234	17	3 888	12
De 5 001 a 10 000	360	20	7 178	17
De 10 001 a 20 000	577	28	29 594	18
De 20 001 a 50 000	443	32	50 546	22
De 50 001 a 100 000	119	9	15 593	7
De 100 001 a 500 000	50	11	59 330	10
Mais de 500 000	11	5	60 012	4
Sudeste	1 668	159	407 237	118
Até 5 000	374	21	6 201	12
De 5 001 a 10 000	397	19	4 534	15
De 10 001 a 20 000	359	28	14 851	20
De 20 001 a 50 000	290	27	18 046	20
De 50 001 a 100 000	107	20	28 387	14
De 100 001 a 500 000	124	36	93 289	30
Mais de 500 000	17	8	241 929	7
Sul	1 191	90	30 909	54
Até 5 000	420	27	3 334	12
De 5 001 a 10 000	280	21	6 347	12
De 10 001 a 20 000	228	12	4 941	5
De 20 001 a 50 000	159	12	6 385	9
De 50 001 a 100 000	52	6	567	6
De 100 001 a 500 000	48	10	6 590	9
Mais de 500 000	4	2	2 745	1
Centro-Oeste	467	33	53 022	24
Até 5 000	139	5	722	2
De 5 001 a 10 000	109	9	1 757	6
De 10 001 a 20 000	104	5	3 203	4
De 20 001 a 50 000	77	10	10 864	9
De 50 001 a 100 000	19	2	240	2
De 100 001 a 500 000	14	1	7 453	-
Mais de 500 000	5	1	28 783	1

Tabela 116 - Municípios, total e com programa municipal de transferência de renda para famílias pobres, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios			
	Total	Com programa municipal de transferência de renda para famílias pobres		
		Total	Número de famílias beneficiárias	Com lei municipal que regulamenta o programa de transferência de renda
Brasil	5 570	435	798 081	306
Norte	450	31	80 772	20
Rondônia	52	2	5 875	-
Acre	22	-	-	-
Amazonas	62	11	61 144	8
Roraima	15	-	-	-
Pará	144	13	6 879	10
Amapá	16	1	17	1
Tocantins	139	4	6 857	1
Nordeste	1 794	122	226 141	90
Maranhão	217	21	25 213	9
Piauí	224	5	7 809	4
Ceará	184	12	45 832	9
Rio Grande do Norte	167	10	21 798	7
Paraíba	223	20	61 721	18
Pernambuco	185	12	12 193	9
Alagoas	102	6	2 311	5
Sergipe	75	12	10 244	12
Bahia	417	24	39 020	17
Sudeste	1 668	159	407 237	118
Minas Gerais	853	49	48 043	32
Espírito Santo	78	9	9 356	7
Rio de Janeiro	92	25	219 530	17
São Paulo	645	76	130 308	62
Sul	1 191	90	30 909	54
Paraná	399	25	12 176	14
Santa Catarina	295	22	4 563	10
Rio Grande do Sul	497	43	14 170	30
Centro-Oeste	467	33	53 022	24
Mato Grosso do Sul	79	6	949	6
Mato Grosso	141	10	10 247	5
Goiás	246	16	13 043	12
Distrito Federal	1	1	28 783	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 117 - Municípios, total e com ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada - BPC, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios									
	Total	Com ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada - BPC								
		Total	Ações							
			Enca-minhar possíveis benefici-ários ao INSS	Inserir os beneficiá-rios nos serviços socioas-sistenciais	Orientar a população beneficiária sobre seus direitos e procedi-mentos para acesso domésticos	Realizar estudos sobre as condições de vulnera-bilidade das famílias com idosos e pessoas com deficiência	Acompa-nhar o processo de com-cessão do BPC	Realizar o cadas-tramento dos bene-ficiários do BPC no Cadastro Único	Distribuir aos CRAS e CREAS do municí-pio listas, territoria-lizadas, das famílias com benefi-ciários do BPC (1)	Articular com outros setores a inserção dos bene-ficiários nas diver-sas políti-cas sociais
Brasil	5 570	5 323	5 237	4 675	5 037	3 125	4 342	4 878	3 243	3 726
Até 5 000	1 247	1 173	1 151	1 023	1 099	719	1 025	1 089	608	823
De 5 001 a 10 000	1 227	1 162	1 140	1 019	1 104	714	994	1 070	674	799
De 10 001 a 20 000	1 378	1 324	1 313	1 172	1 246	782	1 115	1 214	821	933
De 20 001 a 50 000	1 080	1 045	1 027	917	991	595	803	957	697	732
De 50 001 a 100 000	339	328	319	285	317	169	225	282	226	221
De 100 001 a 500 000	260	253	249	224	243	126	162	230	191	187
Mais de 500 000	39	38	38	35	37	20	18	36	26	31
Norte	450	423	413	357	388	226	349	376	258	280
Até 5 000	80	76	72	65	69	42	69	68	43	50
De 5 001 a 10 000	81	75	73	64	67	39	63	69	45	46
De 10 001 a 20 000	110	102	102	81	93	60	84	89	62	69
De 20 001 a 50 000	111	106	104	90	97	51	83	97	64	72
De 50 001 a 100 000	42	38	36	32	37	16	30	29	25	23
De 100 001 a 500 000	24	24	24	23	23	17	18	22	18	18
Mais de 500 000	2	2	2	2	2	1	2	2	1	2
Nordeste	1 794	1 740	1 706	1 546	1 652	1 044	1 433	1 568	1 207	1 226
Até 5 000	234	226	218	201	214	137	191	210	135	158
De 5 001 a 10 000	360	345	337	302	330	213	287	319	227	243
De 10 001 a 20 000	577	561	554	508	528	348	483	504	394	395
De 20 001 a 50 000	443	432	424	382	410	258	359	390	322	309
De 50 001 a 100 000	119	117	115	104	115	63	78	96	87	74
De 100 001 a 500 000	50	48	47	38	44	20	31	38	33	37
Mais de 500 000	11	11	11	11	11	5	4	11	9	10
Sudeste	1 668	1 588	1 562	1 403	1 500	918	1 266	1 466	935	1 124
Até 5 000	374	354	348	313	330	225	310	326	196	257
De 5 001 a 10 000	397	373	365	333	356	231	329	345	208	261
De 10 001 a 20 000	359	344	341	307	321	189	285	321	188	240
De 20 001 a 50 000	290	277	273	242	261	149	190	257	178	185
De 50 001 a 100 000	107	103	101	86	100	49	70	90	66	75
De 100 001 a 500 000	124	120	117	107	116	66	75	112	91	93
Mais de 500 000	17	17	17	15	16	9	7	15	8	13
Sul	1 191	1 129	1 116	967	1 083	649	913	1 050	556	776
Até 5 000	420	388	384	329	369	235	336	362	157	267
De 5 001 a 10 000	280	265	262	227	256	163	222	243	127	177
De 10 001 a 20 000	228	219	218	187	210	121	181	207	115	158
De 20 001 a 50 000	159	154	150	132	150	85	112	141	81	108
De 50 001 a 100 000	52	51	50	46	47	27	31	48	32	34
De 100 001 a 500 000	48	48	48	43	47	15	29	45	40	30
Mais de 500 000	4	4	4	3	4	3	2	4	4	2
Centro-Oeste	467	443	440	402	414	288	381	418	287	320
Até 5 000	139	129	129	115	117	80	119	123	77	91
De 5 001 a 10 000	109	104	103	93	95	68	93	94	67	72
De 10 001 a 20 000	104	98	98	89	94	64	82	93	62	71
De 20 001 a 50 000	77	76	76	71	73	52	59	72	52	58
De 50 001 a 100 000	19	19	17	17	18	14	16	19	16	15
De 100 001 a 500 000	14	13	13	13	13	8	9	13	9	9
Mais de 500 000	5	4	4	4	4	2	3	4	4	4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) CRAS e CREAS são, respectivamente, Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Tabela 118 - Municípios, total e com ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada - BPC-, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Com ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada - BPC								
		Total	Ações							
			Enca- minhar possíveis benefi- ciários ao INSS	Inserir os beneficiá- rios nos serviços socioas- sistenciais	Orientar a população beneficiária sobre seus direitos e proce- dimentos para acesso domésticos	Realizar estudos sobre as condições de vulnera- bilidade das famílias com idosos e pessoas com deficiência	Acompa- nhar o processo de com- cessão do BPC	Realizar o cadas- tramento dos bene- ficiários do BPC no Cadastro Único	Distribuir aos CRAS e CREAS do municí- pio listas, territoria- lizadas, das famílias com benefi- ciários do BPC (1)	Articular com outros setores a inserção dos bene- ficiários nas diver- sas políti- cas sociais
Brasil	5 570	5 323	5 237	4 675	5 037	3 125	4 342	4 878	3 243	3 726
Norte	450	423	413	357	388	226	349	376	258	280
Rondônia	52	44	41	39	43	29	34	42	30	32
Acre	22	19	18	18	18	12	15	19	16	17
Amazonas	62	59	58	53	56	33	49	56	34	41
Roraima	15	14	14	13	14	7	11	13	11	13
Pará	144	136	135	109	124	65	111	113	83	82
Amapá	16	15	15	10	7	5	6	10	5	5
Tocantins	139	136	132	115	126	75	123	123	79	90
Nordeste	1 794	1 740	1 706	1 546	1 652	1 044	1 433	1 568	1 207	1 226
Maranhão	217	205	198	181	192	114	182	176	146	129
Piauí	224	221	216	201	215	152	205	214	143	167
Ceará	184	178	175	163	173	110	142	156	135	136
Rio Grande do Norte	167	166	162	150	155	107	126	152	132	122
Paraíba	223	210	202	184	197	133	162	189	132	162
Pernambuco	185	179	176	153	171	102	137	171	139	130
Alagoas	102	101	100	85	100	44	71	90	64	60
Sergipe	75	73	72	61	69	31	53	65	45	51
Bahia	417	407	405	368	380	251	355	355	271	269
Sudeste	1 668	1 588	1 562	1 403	1 500	918	1 266	1 466	935	1 124
Minas Gerais	853	816	799	719	769	496	721	732	436	567
Espírito Santo	78	75	75	66	73	39	60	70	34	55
Rio de Janeiro	92	89	89	80	85	37	56	78	54	55
São Paulo	645	608	599	538	573	346	429	586	411	447
Sul	1 191	1 129	1 116	967	1 083	649	913	1 050	556	776
Paraná	399	385	383	338	377	219	335	359	200	265
Santa Catarina	295	279	277	230	261	148	212	256	157	182
Rio Grande do Sul	497	465	456	399	445	282	366	435	199	329
Centro-Oeste	467	443	440	402	414	288	381	418	287	320
Mato Grosso do Sul	79	77	77	77	76	55	68	74	63	68
Mato Grosso	141	131	131	119	123	73	108	122	74	92
Goiás	246	234	231	205	214	160	205	221	149	159
Distrito Federal	1	1	1	1	1	-	-	1	1	1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

(1) CRAS e CREAS são, respectivamente, Centro de Referência de Assistência Social e Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Tabela 119 - Municípios, total e com algum programa/projeto específico para inclusão social das pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular e no mercado de trabalho, segundo as Grandes Regiões e as classes de tamanho da população dos municípios - 2013

Grandes Regiões e classes de tamanho da população dos municípios	Municípios								
	Total	Com algum programa/projeto específico para inclusão social das pessoas com deficiência							
		Total	Nas escolas de ensino regular				No mercado de trabalho		
			Total	Sob a coordenação da Assistência Social	Sob a coordenação da Educação	Sob a coordenação de outro órgão municipal	Total	Sob a coordenação da Assistência Social	Sob a coordenação de outro órgão municipal
Brasil	5 570	2 708	2 592	563	1 965	64	704	401	303
Até 5 000	1 247	499	483	107	364	12	80	52	28
De 5 001 a 10 000	1 227	503	477	91	377	9	95	50	45
De 10 001 a 20 000	1 378	647	628	143	468	17	127	75	52
De 20 001 a 50 000	1 080	598	565	133	418	14	171	91	80
De 50 001 a 100 000	339	219	208	40	165	3	90	53	37
De 100 001 a 500 000	260	206	198	39	152	7	115	66	49
Mais de 500 000	39	36	33	10	21	2	26	14	12
Norte	450	180	171	46	122	3	47	35	12
Até 5 000	80	18	18	3	15	-	4	4	-
De 5 001 a 10 000	81	28	28	6	22	-	1	1	-
De 10 001 a 20 000	110	40	38	10	26	2	7	5	2
De 20 001 a 50 000	111	55	53	16	37	-	16	10	6
De 50 001 a 100 000	42	18	15	6	9	-	7	5	2
De 100 001 a 500 000	24	19	18	5	12	1	11	9	2
Mais de 500 000	2	2	1	-	1	-	1	1	-
Nordeste	1 794	857	830	247	562	21	178	131	47
Até 5 000	234	74	71	26	44	1	12	10	2
De 5 001 a 10 000	360	133	129	30	97	2	20	13	7
De 10 001 a 20 000	577	276	273	86	179	8	49	36	13
De 20 001 a 50 000	443	251	238	79	150	9	49	33	16
De 50 001 a 100 000	119	77	75	16	59	-	26	22	4
De 100 001 a 500 000	50	36	34	6	27	1	17	13	4
Mais de 500 000	11	10	10	4	6	-	5	4	1
Sudeste	1 668	815	783	149	612	22	236	109	127
Até 5 000	374	145	142	34	103	5	19	10	9
De 5 001 a 10 000	397	167	158	27	125	6	37	18	19
De 10 001 a 20 000	359	163	157	25	129	3	28	13	15
De 20 001 a 50 000	290	148	143	23	117	3	45	17	28
De 50 001 a 100 000	107	76	72	14	56	2	32	14	18
De 100 001 a 500 000	124	100	97	22	73	2	61	32	29
Mais de 500 000	17	16	14	4	9	1	14	5	9
Sul	1 191	608	577	69	494	14	171	81	90
Até 5 000	420	188	184	28	151	5	33	22	11
De 5 001 a 10 000	280	126	114	15	98	1	27	12	15
De 10 001 a 20 000	228	116	111	10	100	1	32	13	19
De 20 001 a 50 000	159	97	90	6	82	2	41	18	23
De 50 001 a 100 000	52	36	34	4	29	1	16	8	8
De 100 001 a 500 000	48	41	40	6	31	3	19	7	12
Mais de 500 000	4	4	4	-	3	1	3	1	2
Centro-Oeste	467	248	231	52	175	4	72	45	27
Até 5 000	139	74	68	16	51	1	12	6	6
De 5 001 a 10 000	109	49	48	13	35	-	10	6	4
De 10 001 a 20 000	104	52	49	12	34	3	11	8	3
De 20 001 a 50 000	77	47	41	9	32	-	20	13	7
De 50 001 a 100 000	19	12	12	-	12	-	9	4	5
De 100 001 a 500 000	14	10	9	-	9	-	7	5	2
Mais de 500 000	5	4	4	2	2	-	3	3	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Tabela 120 - Municípios, total e com algum programa/projeto específico para inclusão social das pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular e no mercado de trabalho, segundo as Grandes Regiões e as Unidades da Federação - 2013

Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios								
	Total	Com algum programa/projeto específico para inclusão social das pessoas com deficiência							
		Total	Nas escolas de ensino regular				No mercado de trabalho		
			Total	Sob a coordenação da Assistência Social	Sob a coordenação da Educação	Sob a coordenação de outro órgão municipal	Total	Sob a coordenação da Assistência Social	Sob a coordenação de outro órgão municipal
Brasil	5 570	2 708	2 592	563	1 965	64	704	401	303
Norte	450	180	171	46	122	3	47	35	12
Rondônia	52	20	19	4	13	2	6	4	2
Acre	22	9	9	-	8	1	3	3	-
Amazonas	62	26	25	9	16	-	7	4	3
Roraima	15	7	7	2	5	-	1	1	-
Pará	144	67	62	18	44	-	19	14	5
Amapá	16	13	13	4	9	-	7	6	1
Tocantins	139	38	36	9	27	-	4	3	1
Nordeste	1 794	857	830	247	562	21	178	131	47
Maranhão	217	103	101	38	57	6	26	18	8
Piauí	224	70	67	20	45	2	14	10	4
Ceará	184	111	107	33	73	1	29	27	2
Rio Grande do Norte	167	73	71	29	39	3	23	18	5
Paraíba	223	99	97	16	79	2	16	13	3
Pernambuco	185	105	101	15	85	1	19	12	7
Alagoas	102	51	50	12	38	-	5	5	-
Sergipe	75	32	30	9	21	-	6	5	1
Bahia	417	213	206	75	125	6	40	23	17
Sudeste	1 668	815	783	149	612	22	236	109	127
Minas Gerais	853	363	346	84	253	9	89	53	36
Espírito Santo	78	43	42	13	28	1	6	3	3
Rio de Janeiro	92	63	60	8	50	2	29	15	14
São Paulo	645	346	335	44	281	10	112	38	74
Sul	1 191	608	577	69	494	14	171	81	90
Paraná	399	182	167	19	141	7	63	15	48
Santa Catarina	295	164	158	20	136	2	36	19	17
Rio Grande do Sul	497	262	252	30	217	5	72	47	25
Centro-Oeste	467	248	231	52	175	4	72	45	27
Mato Grosso do Sul	79	31	30	5	24	1	9	6	3
Mato Grosso	141	62	54	16	37	1	17	10	7
Goiás	246	154	146	31	113	2	45	28	17
Distrito Federal	1	1	1	-	1	-	1	1	-

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013.

Referências

ASSISTÊNCIA social e cidadania. Porto Alegre: Ministério do Bem-Estar Social, 1993. 62 p. Parceria entre o Ministério, Conselho Nacional de Assistência Social, Legião Brasileira de Assistência, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, e Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, [2014]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso: abr. 2014.

_____. Decreto nº 1.605, de 25 de agosto de 1995. Regulamenta o Fundo Nacional de Assistência Social, instituído pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Executivo, Brasília, DF, n. 1605, 28 ago. 1995. Seção 1, p. 13141. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: abr. 2014.

_____. Decreto nº 6.307, de 14 de dezembro de 2007. Dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, ano 144, n. 241, 17 dez. 2007a. Seção 1, p. 8. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: abr. 2014.

_____. Decreto nº 7.053, de 23.12.2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, ano 146, n. 246, 24 dez. 2009a. Seção 1, p. 16. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: abr. 2014.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, ano 131, n. 233, 8 dez. 1993. Seção 1, p. 18769. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em: abr. 2014.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portaria nº 460, de 18 de dezembro de 2007. Dispõe sobre os pisos básicos fixo e de transição, altera a Portaria MDS/GM nº 442, de 26 de agosto de 2005, e estabelece critérios e procedimentos relativos ao repasse de recursos financeiros referentes aos pisos de alta complexidade I e fixo de média complexidade, no âmbito do SUAS. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, ano 144, n. 243, 19 dez. 2007b. Seção 1, p. 69. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes>>. Acesso em: abr. 2013.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma operacional básica - NOB/SUAS: construindo as bases para a implantação do sistema único de assistência social*. Brasília, DF, 2005a. 84 p. Disponível em: <http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/arquivos/NOB-SUAS.pdf/at_download/file>. Acesso em: abr. 2014.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma operacional básica de recursos humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS*. Brasília, DF, 2009. 76 p. Reimpressa. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/norma-operacional-basica-de-recursos-humanos-do-suas-nob-rh-suas/norma-operacional-basica-de-recursos-humanos-do-suas-2013-nob-rh-suas>>. Acesso em: abr. 2014.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política nacional de assistência social - PNAS 2004; Norma operacional básica - NOB/SUAS*. Brasília, DF, 2005b. 176 p. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUAS-sem%20marca.pdf>>. Acesso em: abr. 2014.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Brasil). *Orientação acerca dos conselhos e do controle social da política pública de assistência social*. Brasília, DF: CNAS, 2006a. 60 p. Cartilha 1. Disponível em: <http://gestaocompartilhada.pbh.gov.br/sites/gestaocompartilhada.pbh.gov.br/files/biblioteca/arquivos/cartilha_suas_controle_social.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

_____. Resolução nº 130, de 15 de julho de 2005. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, ano 142, n. 141, 25 jul. 2005. Seção 1, p. 57. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes>>. Acesso em: abr. 2014.

_____. Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único

de Assistência Social - NOB-RH/SUAS. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, ano 143, n. 246, 26 dez. 2006b. Seção 1, p. 308. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes>>. Acesso em: fev. 2013.

CONSELHOS municipais das áreas sociais. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima, Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal - Cepam, 2001. v. 1. (Informativo Cepam, n. 3). Disponível em: <http://www.cepam.sp.gov.br/arquivos/conhecimento/Informativo_Cepam-Conselhos_Municipais_das_Areas_Sociais.pdf>. Acesso em: fev. abr. 2014.

PIRES, M. I. S. *Política nacional de assistência social, SUAS e legislações pertinentes*. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR, 2012. 35 p. Disponível em: <http://www.familia.pr.gov.br/arquivos/File/Capacitacao/material_apoio/mariaizabel_suas.pdf>. Acesso em: abr. 2014.

SOUZA, L. P. Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Paraná: limites e possibilidades. *Caderno IPARDES: estudos e pesquisas*, Curitiba: Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IparDES, v. 1, n. 1, p. 66-81, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/issue/archive>>. Acesso em: abr. 2014.

TUMELERO, S. M. *Intersetorialidade nas políticas públicas*. Trabalho apresentado no III Congresso Internacional Ciências, Tecnologias y Culturas, realizado em Santiago del Chile, 2013. Simpósio Democracia, gobierno y políticas públicas: estrategias para el desarrollo regional.

Anexo

 PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS - 2013 SUPLEMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 20%; text-align: center; padding: 5px;">BLOCO 01</td> <td style="text-align: center; padding: 5px;">RESPONSÁVEL PELA COLETA</td> </tr> <tr> <td colspan="2" style="padding: 10px;"> 1 - Nome do responsável pela coleta: </td> </tr> <tr> <td style="padding: 10px;"> 2 - SIAPE: </td> <td style="padding: 10px;"> 3 - Telefone do responsável pela coleta: - </td> </tr> <tr> <td style="padding: 10px;"> 4 - Data de início da coleta: / / </td> <td style="padding: 10px;"> 5 - Data do término da coleta: / / </td> </tr> </table>	BLOCO 01	RESPONSÁVEL PELA COLETA	1 - Nome do responsável pela coleta:		2 - SIAPE:	3 - Telefone do responsável pela coleta: -	4 - Data de início da coleta: / /	5 - Data do término da coleta: / /
BLOCO 01	RESPONSÁVEL PELA COLETA								
1 - Nome do responsável pela coleta:									
2 - SIAPE:	3 - Telefone do responsável pela coleta: -								
4 - Data de início da coleta: / /	5 - Data do término da coleta: / /								

BLOCO 02		IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO
1 - UF:	2 - Município:	3 - Nome do município:
	-	

PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO

1 - As definições e esclarecimentos de itens ou expressões em alguns quesitos constam do próprio questionário. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos com o Técnico do IBGE responsável pela coleta das informações.

2 - O questionário deve ser preenchido com caneta esferográfica azul ou preta, em letra de forma, maiúscula e legível.

3 - Somente utilize abreviaturas nos casos em que os campos disponíveis nos quesitos não sejam suficientes para o preenchimento por extenso.

4 -- Os campos numéricos devem ser preenchidos da seguinte maneira:

- Da direita para a esquerda.

Exemplo:

82

- Com 0 (zero) quando a quantidade informada no quesito for nula.

Exemplo:

| | | | 0

5 - Em alguns quesitos, existem instruções que determinam uma sequência e se apresentam na forma de comandos ou setas, que indicam, de acordo com o item assinalado, o próximo quesito a ser preenchido.

6 -As observações devem ser registradas na última página do questionário.

7 -Todas as informações devem referir-se ao ano de 2013, exceto aquelas com datas referidas no próprio quesito.

[illegible]

BLOCO 03		ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL		(Conclusão)
INFORMAÇÕES CADASTRAIS				
4 - Nome do órgão gestor da assistência social:				
5 - Endereço:				
6 - Número:	7 - Complemento:	8 - Bairro:		
9 - CEP:	10 - Telefone:	11 - Fax:		
-	-	-		
12 - Nome do responsável pelo órgão gestor:				
13 - E-mail do responsável pelo órgão gestor:				

BLOCO 04		INFRAESTRUTURA DO ÓRGÃO GESTOR		(Continua)
1 - O órgão gestor da assistência social está localizado:				
1 ☐ No prédio da prefeitura 2 ☐ Em prédio administrativo de uso exclusivo do órgão gestor 3 ☐ Em prédio compartilhado com uma unidade de serviços do Sistema Único de Assistência Social 4 ☐ Em prédio compartilhado com outros setores da administração municipal 5 ☐ Outros				
2 - Na sede do órgão gestor é realizado algum serviço de atendimento direto à população?		3 - Que serviço é realizado? (admite múltipla marcação)		
1 ☐ Sim 2 ☐ Não (passe para o quesito 4)		3.1 ☐ Cadastro no Cadastro Único 3.2 ☐ Cadastro para outros benefícios e/ou serviços 3.3 ☐ Serviços socioassistenciais 3.4 ☐ Plantão social 3.5 ☐ Benefícios eventuais 3.6 ☐ Ouvidoria 3.7 ☐ Outros		
4 - O órgão gestor possui: 1 ☐ Linha telefônica instalada 2 ☐ Somente ramal 3 ☐ Linha telefônica e ramal 4 ☐ Nenhum dos dois				
5 - O órgão gestor possui: (admite dupla marcação)				
5.1 ☐ Veículos próprios → 5.1.1 Quantos: 5.2 ☐ Embarcações próprias → 5.2.1 Quantas: 5.3 ☐ Nenhum dos dois				
6 - Quantos computadores em funcionamento o órgão gestor da assistência social possui?				
1 ☐ Nenhum (passe para o quesito 9) 2 ☐ De 1 a 3 3 ☐ De 4 a 10 4 ☐ Mais de 10				
7 - O órgão gestor possui computadores com acesso à Internet?		8 - Que tipo de conexão é usada para o acesso à Internet?		9 - O órgão gestor da assistência social possui página na Internet?
1 ☐ Sim 2 ☐ Não (passe para o quesito 9)		1 ☐ Discada 2 ☐ Banda larga		1 ☐ Sim 2 ☐ Não (passe para o quesito 11)
10 - Endereço da página na internet do órgão gestor da assistência social: http://www.				
11 - O órgão gestor da assistência social possui e-mail/endereço eletrônico ? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não (passe para o quesito 13)				
12 - E-mail/endereço eletrônico do órgão gestor da assistência social:				

BLOCO 04	INFRA-ESTRUTURA DO ÓRGÃO GESTOR		(Conclusão)
13 - O município utiliza sistemas informatizados para gerenciar a política de assistência social? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não (passe para o Bloco 5) Não devem ser considerados os aplicativos da REDE SUAS como o SUASWEB, SISCON, GEOSUAS, INFOSUAS, SISJOVEM, SISPETI . Não devem ser considerados os aplicativos processadores de texto (como Word, StarOffice, Writer entre outros), planilhas eletrônicas (como Excel, Calc, entre outras) ou aplicativos para geração de apresentações (como o PowerPoint, Impress, entre outros). Devem ser considerados sistemas desenvolvidos ou adquiridos pelos municípios como ferramenta de gestão pelo órgão gestor, envolvendo a coordenação da política e a gestão dos serviços socioassistenciais.			
14 - O sistema utilizado permite: (admita múltipla marcação) 14.1 ☐ Registro e inscrição de entidades da rede socioassistencial privada 14.2 ☐ Descrição do perfil do usuário 14.3 ☐ Acompanhamento de atendimento a usuários 14.4 ☐ Acompanhamento de serviços de programas 14.5 ☐ Integrar setores de conveniamento, prestação de contas e pagamento de entidades conveniadas 14.6 ☐ Prover informação pública sobre a rede socioassistencial de SUAS 14.7 ☐ Outra			

BLOCO 05	RECURSOS HUMANOS		(Continua)			
1 - Registre a quantidade de pessoas ocupadas na área de assistência social conforme discriminação abaixo: Somente comissionados são os ocupantes de cargo em comissão que não possuem cargo efetivo . Têm como vínculo somente o cargo comissionado que exercem. Sem vínculo permanente são os cedidos por outros órgãos, os prestadores de serviços, os voluntários, contratados administrativamente, dentre outros. Sem instrução é pessoa que não frequentou escola ou, se frequentou, não concluiu nem a 1ª série do Ensino Fundamental. Ensino fundamental do antigo primário até o ginásial, concluído ou não . Ensino médio, superior e pós-graduação deverão ser considerados sempre concluídos.						
	1 Sem instrução	2 Ensino fundamental (1º Grau)	3 Ensino médio (2º grau)	4 Ensino superior	5 Pós-graduação	6 Total por linha
1 Estatutários	1.1	1.2	1.3	1.4	1.5	1.6
2 Celetistas	2.1	2.2	2.3	2.4	2.5	2.6
3 Somente comissionados	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	3.6
4 Estagiários		4.2	4.3			4.6
5 Sem vínculo permanente	5.1	5.2	5.3	5.4	5.5	5.6
6 Total por coluna	6.1	6.2	6.3	6.4	6.5	6.6
2 - Escolaridade do titular do órgão gestor da assistência social: Ensino fundamental (1º Grau) incompleto - do antigo primário até o ginásial, sem ter concluído todo o 1º grau (1ª à 8ª série); Ensino médio (2º Grau) incompleto - o antigo científico, normal, clássico ou equivalente e sem ter concluído todo o 2º grau; Ensino superior incompleto - graduação superior não concluída; Pós-graduação - compreende tanto especialização e aperfeiçoamento da graduação quanto mestrado, doutorado e pós-doutorado, concluídos.						
1 ☐	Ensino fundamental (1º Grau) incompleto (passe para o quesito 4)		2 ☐	Ensino fundamental (1º Grau) completo (passe para o quesito 4)		
3 ☐	Ensino médio (2º Grau) incompleto (passe para o quesito 4)		4 ☐	Ensino médio (2º Grau) completo (passe para o quesito 4)		
5 ☐	Ensino superior incompleto (passe para o quesito 4)		6 ☐	Ensino superior completo		7 ☐ Pós-graduação
3 - Qual a formação de nível superior do gestor da assistência social:						
1 ☐ Assistente social	2 ☐ Terapeuta ocupacional	3 ☐ Psicólogo	4 ☐ Médico	5 ☐ Enfermeiro	6 ☐ Pedagogo	7 ☐ Sociólogo
8 ☐ Advogado	9 ☐ Jornalista	10 ☐ Nutricionista	11 ☐ Administrador	12 ☐ Economista	13 ☐ Contabilista	14 ☐ Outros

BLOCO 05		RECURSOS HUMANOS			(Conclusão)
4 - Sexo do titular do órgão gestor da assistência social:		5 - A titular do órgão gestor é a Primeira Dama do município?		6 - Idade do titular do órgão gestor da assistência social:	
1 ☐ Masculino (passar para o quesito 6) 2 ☐ Feminino		1 ☐ Sim 2 ☐ Não			
7 - A gestão municipal de assistência social recebe orientações e apoio técnico do órgão gestor da assistência social do estado? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não					
8 - Nos últimos 12 meses o pessoal ocupado na área de assistência social no município participou em quais modalidades de capacitação? (admite múltipla marcação)					
Público alvo		Titular do órgão gestor da assistência social	Conselheiros municipais (Quantos)	Profissionais de nível superior do SUAS (Quantos)	Profissionais de nível médio do SUAS (Quantos)
Modalidade de curso					
8.1 ☐ Cursos de capacitação introdutória com carga horária entre 20 e 40 horas		8.1.1 ☐	8.1.2	8.1.3	8.1.4
8.2 ☐ Cursos de atualização com carga horária entre 40 e 100 horas		8.2.1 ☐	8.2.2	8.2.3	8.2.4
8.3 ☐ Outros processos formativos da rede socioassistencial (exemplo: formação em serviço tais como: consultorias ou supervisão especializada em temas específicos)		8.3.1 ☐	8.3.2	8.3.3	8.3.4
8.4 ☐ Não realizou nenhum curso					
9 - Nos últimos 12 meses o pessoal ocupado na área de assistência social no município participou de cursos de capacitação em quais grupos de temas? (admite múltipla marcação)					
9.1 ☐ PNAS, Organização do SUAS e Legislação correlata		9.2 ☐ Organização e Serviços da Proteção Social Básica			
9.3 ☐ Organização e Serviços da Proteção Social Especial		9.4 ☐ Gestão e Financiamento do SUAS			
9.5 ☐ Controle Social		9.6 ☐ Atendimento de povos e comunidades tradicionais			
9.7 ☐ Para atendimento a usuários de álcool e outras drogas		9.8 ☐ Inclusão de pessoas com deficiência			
9.9 ☐ Busca ativa		9.10 ☐ Outros		9.11 ☐ Não participou de cursos de capacitação	
10 - Quais as modalidades utilizadas no processo formativo? (admite múltipla marcação)		10.1 ☐ Presencial	10.2 ☐ Semipresencial	10.3 ☐ Ensino à distância	10.4 ☐ Outras
11 - O processo formativo gera impacto na progressão dos trabalhadores do SUAS? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não					
12 - O município conta com Plano de Cargo, Carreira e Salário específico para a assistência social? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não					

BLOCO 06		ESTRUTURA DO ÓRGÃO GESTOR			(Continua)
1 - Indique, dentre as áreas abaixo, as constituídas como subdivisões administrativas (departamentos, coordenações, gerências, etc) na estrutura do órgão gestor:					
Na estrutura formal do órgão gestor - refere-se à existência da área em questão constituída como subdivisão administrativa (departamento, diretoria, gerência, coordenação, etc), na estrutura formal do órgão gestor, descrita em instrumento normativo, tais como, lei, decreto, portaria ou congênere que publica a estrutura regimental do órgão, organograma ou outros. De maneira informal - refere-se à existência administrativa da área em questão no órgão gestor, por exemplo, com presença de gerência, coordenação, etc, mas não de maneira oficializada em instrumentos normativos, como estrutura regimental do órgão, organograma ou outros.					
Área	Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal	Não constituída		
1.1 - Proteção Social Básica	1 ☐	2 ☐	3 ☐		
1.2 - Proteção Social Especial	1 ☐	2 ☐	3 ☐		
1.3 - Gestão do SUAS	1 ☐	2 ☐	3 ☐		

BLOCO 06	ESTRUTURA DO ÓRGÃO GESTOR			(Conclusão)
Área	Na estrutura formal do órgão gestor	De maneira informal	Não constituída	
1.4 - Gestão Financeira e Orçamentária	1 ☐	2 ☐	3 ☐	
1.5 - Gestão de Programas de Transferência Condicionada de Renda (Bolsa Família e outros)	1 ☐	2 ☐	3 ☐	
1.6 - Gestão de Benefícios Assistenciais (Benefícios de Prestação Continuada, Benefícios Eventuais e outros)	1 ☐	2 ☐	3 ☐	
1.7 - Gestão do Trabalho	1 ☐	2 ☐	3 ☐	
1.8 - Vigilância Social	1 ☐	2 ☐	3 ☐	
1.9 - Monitoramento e Avaliação	1 ☐	2 ☐	3 ☐	

BLOCO 07	LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE GESTÃO			(Continua)
1 - A Lei Orgânica do município trata da Assistência Social?		2 - Existe lei municipal de regulamentação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)?		
1 ☐ Sim 2 ☐ Não		1 ☐ Sim → 2.1 - Ano da lei: 2 ☐ Não		
3 - O município possui Plano Municipal de Assistência Social?		4 - Qual o ano da última atualização do Plano Municipal de Assistência Social?	5 - O desenvolvimento do Plano Municipal de Assistência Social é avaliado anualmente?	
1 ☐ Sim 2 ☐ Não (passe para o quesito 9)			1 ☐ Sim 2 ☐ Não (passe para o quesito 7)	
6 - A avaliação anual do Plano Municipal de Assistência Social é realizada pelo: (admite múltipla marcação)				
6.1 ☐ Órgão gestor da assistência social 6.2 ☐ Conselho Municipal de Assistência Social				
6.3 ☐ Outro → 6.3.1 Especifique:				
7 - O desenvolvimento do Plano Municipal de Assistência Social é monitorado com que frequência?				
1 ☐ Mensal 2 ☐ Bimestral 3 ☐ Trimestral 4 ☐ Semestral 5 ☐ Anual 6 ☐ Não é monitorado (passe para o quesito 9)				
8 - O monitoramento do Plano Municipal de Assistência Social é realizado pelo: (admite múltipla marcação)				
8.1 ☐ Órgão gestor da assistência social 8.2 ☐ Conselho Municipal de Assistência Social				
8.3 ☐ Outro → 8.3.1 Especifique:				
9 - Quais são as atividades realizadas para a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)? (admite múltipla marcação)				
9.1 ☐ Articulação da rede socioassistencial Ação articulada e integrada no planejamento, execução e avaliação dos diversos serviços socioassistenciais oferecidos aos usuários, desenvolvidos pelas organizações governamentais e não-governamentais que atuam na área da assistência social.				
9.2 ☐ Articulação com outras políticas públicas Iniciativas que levam à ação intersetorial com as demais políticas públicas, com os serviços por essas ofertados e seu campo de atendimento.				
9.3 ☐ Articulação com o sistema de garantia de direitos Forma estratégica de favorecer o acesso e a garantia de direitos e de fortalecimento institucional ao integrar-se na perspectiva da defesa e do cumprimento do Estatuto da Criança e do Adolescente.				
9.4 ☐ Cadastramento das organizações e dos serviços socioassistenciais Organização de um cadastro sobre as organizações da rede socioassistencial (governamentais e não-governamentais) existentes no município e sobre os serviços socioassistenciais desenvolvidos nessa rede, para uso da gestão e do controle social.				
9.5 ☐ Produção de orientações técnicas e materiais informativos voltados para profissionais e serviços Iniciativa de produção de material específico para o trabalho social técnico que produza referência para a ação, propague informações e dissemine idéias relevantes para o público usuário.				

BLOCO 07		LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE GESTÃO		(Continua)
9.6	Supervisão de serviços socioassistenciais mantidos em convênio com organizações/entidades de assistência social A <i>supervisão</i> é um instrumento de integração e qualificação das equipes que trabalham em serviços socioassistenciais em organizações/entidades de assistência social, podendo tornar-se uma assessoria para aprimoramento das práticas. Não deve ser confundida com fiscalização, pois integra uma visão de apoio e orientação aos profissionais.			
9.7	Monitoramento de serviços socioassistenciais mantidos em convênio com organizações/entidades de assistência social Ação de acompanhamento e registro regular dos serviços socioassistenciais em seus vários aspectos. Trata-se de observação sistemática e objetiva visando, especificamente, a avaliação e o aprimoramento dos serviços.			
9.8	Produção de materiais informativos e orientações voltados para a população Iniciativa de produção de material de referência para as práticas socioeducativas de maneira a favorecer as ações realizadas, propagar as informações e garantir proteção à população em situação de vulnerabilidade.			
9.9	Participação na Comissão Intergestores Bipartite e/ou Comissão Intergestores Tripartite Intervenção nas instâncias de pactuação como CIBs e CIT de forma a decidir colegiadamente sobre as questões atinentes à assistência social.			
9.10	Participação nas instâncias de Controle Social Intervenção nas instâncias de controle social na perspectiva de debater e deliberar sobre questões atinentes à assistência social.			
9.11	Elaboração e implantação de protocolos Os protocolos são instrumentos para a ação técnica que, ao estabelecer claramente os critérios e as etapas de intervenção com os usuários da assistência social, têm o objetivo de criar mecanismos para ações eficazes, introduzir mecanismos de controle, acompanhar e verificar resultados, bem como racionalizar o atendimento.			
9.12	Planejamento Planejamento é um processo contínuo e dinâmico que consiste em um conjunto de ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade um objetivo futuro, de forma a possibilitar a tomada de decisões. Essas ações devem ser identificadas para permitir que elas sejam executadas de forma adequada e considerando aspectos como o prazo, custos, qualidade, segurança, desempenho e outras condicionantes.			
9.13	Capacitação de técnicos A Capacitação possui a função de transferência de conhecimentos para formação de uma base conceitual e metodológica visando a ação institucional e a intervenção técnica, bem como suporte para elaboração de estudos técnicos e deve ser entendida como uma iniciativa para disseminação e produção de conhecimento na área.			
9.14	Pesquisas, Estudos e Diagnósticos Atividades referentes à produção de conhecimento sobre determinados assuntos e/ou temas, bem como avaliação aprofundada, no caso do diagnóstico, sobre uma temática específica.			
9.15	Outras atividades não discriminadas nos itens acima			
9.16	Nenhuma atividade			
10 - O Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal é realizado no município pelo órgão gestor da Assistência Social?		1 ☐ Sim	2 ☐ Não	(passe para o quesito 15)
11 - Local onde é realizado o cadastramento e/ou recadastramento das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais: (admite múltipla marcação)				
11.1 ☐	No Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)	11.2 ☐	Em centro fixo para cadastramento e/ou atualização	
11.3 ☐	Em unidade móvel para cadastramento e/ou atualização cadastral	11.4 ☐	Na sede da prefeitura	
11.5 ☐	Na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social	11.6 ☐	Outro local	
12 - Perfil dos profissionais que realizam o cadastramento e/ou recadastramento das famílias no Cadastro Único para Programas Sociais: (admite dupla marcação)				
12.1 ☐	Profissionais de nível médio	12.2 ☐	Profissionais de nível superior	
13 - As equipes de referência dos serviços socioassistenciais realizam atividades de cadastramento e/ou atualização cadastral no Cadastro Único para Programas Sociais?		1 ☐ Sim	2 ☐ Não	
14 - O órgão gestor de assistência social utiliza o Cadastro Único para Programas Sociais para: (admite múltipla marcação)				
14.1 ☐	Definição de público alvo de programas e serviços	14.2 ☐	Elaboração de diagnóstico territorial	
14.3 ☐	Identificação de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil	14.4 ☐	Identificação de população em situação de rua	
14.5 ☐	Identificação de pessoas com deficiência	14.6 ☐	Identificação de povos e comunidades tradicionais	

BLOCO 07	LEGISLAÇÃO E INSTRUMENTOS DE GESTÃO	(Conclusão)																
14.7 ☐ Outros: 14.7.1 14.7.2																		
15 - Assinale o órgão responsável pelo Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal: 1 ☐ Educação 2 ☐ Saúde 3 ☐ Outro → 3.1 Especifique:																		
16 - Há diagnóstico socioterritorial do município voltado para a política de assistência social? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não 16.1 - Data de sua elaboração ou última atualização: / / 16.2 - Realizado por: (admite múltipla marcação) 16.2.1 ☐ Equipe técnica do órgão gestor da assistência social 16.2.3 ☐ Empresas ou consultores externos contratados 16.2.2 ☐ Equipe técnica de outros órgãos municipais 16.2.4 ☐ Outros																		
17 - Existe outro instrumento legal municipal que regulamenta a Assistência Social? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não (passe para o Bloco 08) Instrumento legal é a legislação pertinente, e abrange: leis, decretos, portarias e resoluções.																		
18 - Assinale o objeto regulamentado por instrumento legal e indique qual é a forma de regulamentação: (admite múltipla marcação) <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 60%;">Objeto regulamentado</th> <th style="width: 40%;">Forma de regulamentação: 1 - Lei 3 - Portaria 2 - Decreto 4 - Resolução</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>18.1 ☐ Conselho Municipal de Assistência Social</td> <td>18.1.1 ☐</td> </tr> <tr> <td>18.2 ☐ Fundo Municipal de Assistência Social</td> <td>18.2.1 ☐</td> </tr> <tr> <td>18.3 ☐ Política Municipal de Assistência Social</td> <td>18.3.1 ☐</td> </tr> <tr> <td>18.4 ☐ Plano Municipal de Assistência Social</td> <td>18.4.1 ☐</td> </tr> <tr> <td>18.5 ☐ Padrões e parâmetros para a oferta de serviços de assistência social</td> <td>18.5.1 ☐</td> </tr> <tr> <td>18.6 ☐ Projetos, programas e ações de assistência social</td> <td>18.6.1 ☐</td> </tr> <tr> <td>18.7 ☐ Concessão de incentivos fiscais para entidades de assistência social</td> <td>18.7.1 ☐</td> </tr> </tbody> </table> 18.8 ☐ Outros 18.9 ☐ Nenhum objeto			Objeto regulamentado	Forma de regulamentação: 1 - Lei 3 - Portaria 2 - Decreto 4 - Resolução	18.1 ☐ Conselho Municipal de Assistência Social	18.1.1 ☐	18.2 ☐ Fundo Municipal de Assistência Social	18.2.1 ☐	18.3 ☐ Política Municipal de Assistência Social	18.3.1 ☐	18.4 ☐ Plano Municipal de Assistência Social	18.4.1 ☐	18.5 ☐ Padrões e parâmetros para a oferta de serviços de assistência social	18.5.1 ☐	18.6 ☐ Projetos, programas e ações de assistência social	18.6.1 ☐	18.7 ☐ Concessão de incentivos fiscais para entidades de assistência social	18.7.1 ☐
Objeto regulamentado	Forma de regulamentação: 1 - Lei 3 - Portaria 2 - Decreto 4 - Resolução																	
18.1 ☐ Conselho Municipal de Assistência Social	18.1.1 ☐																	
18.2 ☐ Fundo Municipal de Assistência Social	18.2.1 ☐																	
18.3 ☐ Política Municipal de Assistência Social	18.3.1 ☐																	
18.4 ☐ Plano Municipal de Assistência Social	18.4.1 ☐																	
18.5 ☐ Padrões e parâmetros para a oferta de serviços de assistência social	18.5.1 ☐																	
18.6 ☐ Projetos, programas e ações de assistência social	18.6.1 ☐																	
18.7 ☐ Concessão de incentivos fiscais para entidades de assistência social	18.7.1 ☐																	

BLOCO 08	CONSELHO MUNICIPAL	(Continua)
1 - O município possui Conselho Municipal de Assistência Social? 1 ☐ Sim → 1.1 - Lei/ano de criação: / 2 ☐ Não (passe para o quesito 16) 2 - O Conselho Municipal de Assistência Social: Paritário significa ser composto por partes iguais de representantes do governo municipal e da sociedade civil. 1 ☐ É paritário 2 ☐ Tem maior representação da sociedade civil 3 ☐ Tem maior representação governamental		
3 - Qual a quantidade de membros titulares do Conselho Municipal de Assistência Social? 1 2 ☐ Não sabe informar 4 - Quantas reuniões o Conselho realizou nos últimos 12 meses?		
5 - O Conselho Municipal de Assistência Social tem caráter: (admite múltipla marcação) 5.1 ☐ Consultivo 5.2 ☐ Deliberativo 5.3 ☐ Normativo 5.4 ☐ Fiscalizador		

BLOCO 08	CONSELHO MUNICIPAL		(Conclusão)
6 - Dentre os integrantes da sociedade civil, fazem parte da composição do Conselho Municipal de Assistência Social: (admite múltipla marcação)			
6.1 ☐ Representantes de trabalhadores da área de Assistência Social		6.2 ☐ Representantes de entidades e organismos de Assistência Social	
6.3 ☐ Representantes de organização de usuários		6.4 ☐ Outros	
7 - O Conselho possui regimento interno? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não		8 - Há previsão de recursos específicos no orçamento do órgão gestor da política destinados à manutenção e funcionamento do Conselho? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não	
9 - O Conselho possui local específico para o seu funcionamento? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não		10 - O Conselho possui Secretaria Executiva (unidade de apoio para seu funcionamento)? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não	
11 - O Conselho delibera sobre as propostas anuais de orçamento do executivo da área de assistência social? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não			
12 - O Conselho fiscaliza os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social?			
1 ☐ Sim, apenas a rede socioassistencial pública do SUAS		2 ☐ Sim, apenas a rede socioassistencial conveniada do SUAS	
3 ☐ Sim, a rede socioassistencial pública e conveniada do SUAS		4 ☐ Não fiscaliza (passe para o quesito 14)	
13 - O Conselho mantém registros ou documentos relativos às fiscalizações realizadas?			
1 ☐ Sim, em meio eletrônico		2 ☐ Sim, em meio físico	
3 ☐ Sim, em ambos os meios		4 ☐ Não	
14 - O Conselho tem canal de denúncias?		15 - O Conselho mantém registro das denúncias formuladas?	
1 ☐ Sim		1 ☐ Sim, em meio eletrônico	
2 ☐ Não (passe para o quesito 16)		2 ☐ Sim, em meio físico	
		3 ☐ Sim, em ambos os meios	
		4 ☐ Não	
16 - O município possui Conselho Municipal de Segurança Alimentar?			
1 ☐ Sim → 16.1 - Lei/ano de criação → 16.2 - O Conselho é paritário? → 16.3 - Caráter do Conselho: (admite múltipla marcação)			
/		1 ☐ Sim 2 ☐ Não	
2 ☐ Não (passe para o Bloco 09)		16.3.1 ☐ Consultivo 16.3.2 ☐ Deliberativo 16.3.3 ☐ Normativo 16.3.4 ☐ Fiscalizador	
17 - Quantas reuniões o Conselho realizou nos últimos 12 meses?			
18 - O Conselho Municipal de Segurança Alimentar é vinculado administrativamente ao órgão gestor da assistência social? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não			
Ser vinculado administrativamente significa que o Conselho em questão está ligado administrativa e institucionalmente ao órgão gestor da assistência social, órgão que provê a secretaria executiva, profissionais, local de trabalho, etc.			

BLOCO 09	GESTÃO FINANCEIRA		(Continua)
1 - O município tem Fundo Municipal de Assistência Social? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não (passe para o quesito 8)			
2 - Órgão a que o Fundo Municipal de Assistência Social está vinculado:			
1 ☐ Ao gabinete do prefeito		2 ☐ Secretaria municipal de assistência social ou congênere	
3 ☐ A outra secretaria		4 ☐ A outra estrutura da administração	
5 ☐ O Fundo Municipal de Assistência Social é autônomo			
3 - O Fundo Municipal de Assistência Social é uma unidade orçamentária? 1 ☐ Sim (passe para o quesito 5) 2 ☐ Não			
Unidade orçamentária é o segmento da administração a que o orçamento consigna dotações específicas para realização de seus programas de trabalho e sobre os quais exerce o poder de disposição.			
4 - Qual o tratamento dado ao Fundo Municipal de Assistência Social?			
1 ☐ Programa 2 ☐ Ação			
3 ☐ Outro → 4.3.1 Especifique:			

BLOCO 09	GESTÃO FINANCEIRA	(Continua)
5 - O ordenador de despesas do Fundo Municipal de Assistência Social é : 1 ☐ Prefeito 2 ☐ Secretário ou técnico da área de assistência social 3 ☐ Secretário ou técnico de outra área 4 ☐ Outro		
6 - A contabilidade do Fundo Municipal de Assistência Social é realizada por: 6.1 ☐ Técnicos do órgão gestor da assistência social 6.2 ☐ Técnicos de outros órgãos municipais 6.3 ☐ Escritório de contabilidade contratado pelo órgão gestor da assistência social 6.4 ☐ Escritório de contabilidade contratado por outro órgão municipal 6.5 ☐ Outros		
7 - Quais fundos também executam o orçamento da assistência social? (admite múltipla marcação) 7.1 ☐ Fundo Municipal da Criança e do Adolescente 7.2 ☐ Fundo Municipal do Idoso 7.3 ☐ Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência 7.4 ☐ Outro ➔ 7.4.1 Quais? 7.5 ☐ Nenhum outro fundo		
8 - A assistência social participa do planejamento do Plano Plurianual (PPA), da Lei de Diretrizes orçamentárias (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) através de quais representantes? (admite múltipla marcação) 8.1 ☐ Secretário de assistência social, ou congêneres 8.2 ☐ Coordenador da assistência social 8.3 ☐ Conselho Municipal de Assistência Social 8.4 ☐ População através de audiência pública 8.5 ☐ Representantes de entidades e instituições conveniadas 8.6 ☐ Não participa		
9 - A função de assistência social do município recebe co-financiamento: (admite múltipla marcação) 9.1 ☐ Federal ➔ 9.1.1 - Modalidade do co-financiamento: (admite múltipla marcação) 1 ☐ Convênio 2 ☐ Fundo a fundo 9.1.2 - Qual o valor orçado do co-financiamento para 2013? R\$ 9.2 ☐ Estadual ➔ 9.2.1 - Modalidade do co-financiamento: (admite múltipla marcação) 1 ☐ Convênio 2 ☐ Fundo a fundo 9.2.2 - Qual o valor orçado do co-financiamento para 2013? R\$ 9.3 ☐ Não recebe co-financiamento		
10 - Valor orçado para a assistência social em 2013, proveniente de recursos próprios do município, sem considerar o valor do co-financiamento federal e/ou estadual: R\$ 		
11 - Nos últimos 12 meses, o município recebeu recursos do IGD do Programa Bolsa Família (IGD-M)? O Índice de Gestão Descentralizada Municipal (IGD-M) é um indicador que mostra a qualidade da gestão municipal do Programa Bolsa Família, além de refletir os compromissos assumidos pelos municípios na sua adesão ao Programa, como a gestão do Cadastro Único e das condicionalidades. O índice varia entre zero e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, melhor a avaliação da gestão desses processos. 1 ☐ Sim 2 ☐ Não (passe para o quesito 13)		
12 - Como foram utilizados os recursos? (admite múltipla marcação) 12.1 ☐ Contratação de pessoal temporário 12.2 ☐ Estruturação de sistemas de informação 12.3 ☐ Aquisição de equipamentos 12.4 ☐ Aquisição de veículos (terrestres ou fluviais) 12.5 ☐ Outro ➔ 12.5.1 Quais? 		
13 - Nos últimos 12 meses, o município recebeu recursos do IGD SUAS? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não (passe para o Bloco 10) O Índice de Gestão Descentralizada do SUAS – IGDSUAS visa avaliar a qualidade da gestão descentralizada dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais no âmbito dos municípios, DF e estados, bem como a articulação intersetorial. Conforme os resultados alcançados pelos entes – neste índice que varia de 0 a 1 –, a União apoiará financeiramente o aprimoramento da gestão como forma de incentivo.		

BLOCO 09	GESTÃO FINANCEIRA						(Conclusão)				
14 - Como foram utilizados os recursos? (admite múltipla marcação)											
14.1	☐	Contratação de pessoal temporário	14.2	☐	Estruturação de sistemas de informação	14.3	☐	Aquisição de equipamentos	14.4	☐	Aquisição de veículos (terrestres ou fluviais)
14.5	☐	Outro ➡	14.5.1 Quais?								

BLOCO 10	CONVÊNIOS E PARCERIAS	(Continua)
Deverão ser considerados os convênios executados pela prefeitura ou com sua participação.		
1 - Existe legislação municipal específica que trate dos convênios na área de assistência social? 1 ☐ Sim ➡ 1.1 - Lei/ano de criação: / 2 ☐ Não		
2 - A prefeitura recebe recursos de convênios com vistas a desenvolver programas, projetos e serviços sociosassistenciais, como executor principal? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não (passe para o quesito 5)		
3 - Esse(s) convênio(s) pelo(s) qual(is) a prefeitura recebe recursos foi (foram) realizado(s) com: (admite múltipla marcação) 3.1 ☐ Órgãos / entes públicos 3.2 ☐ Organização não-governamental 3.3 ☐ Instituição / órgão internacional 3.4 ☐ Outro(s)		
4 - Quais recursos são provenientes deste convênio: (admite múltipla marcação) 4.1 ☐ Recusos financeiros Repasse financeiro qualquer que seja sua destinação. 4.2 ☐ Outros ➡ 4.2.1 Especifique: (admite múltipla marcação) 4.2.1.1 ☐ Cooperação técnica 4.2.1.2 ☐ Cessão de instalações/equipamentos 4.2.1.3 ☐ Fornecimento de alimentação 4.2.1.4 ☐ Fornecimento de material didático ou paradidático 4.2.1.5 ☐ Alocação de pessoal 4.2.1.6 ☐ Outros		
5 - A prefeitura repassa recursos por meio de convênios com vistas a desenvolver programas, projetos e serviços sociosassistenciais? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não (passe para o quesito 8)		
6 - Esse(s) convênio(s) pelo(s) qual(is) a prefeitura repassa recursos foi(foram) realizado(s) com: (admite múltipla marcação) 6.1 ☐ Órgãos / entes públicos 6.2 ☐ Entidade / Organização não-governamental 6.3 ☐ Instituição / órgão internacional 6.4 ☐ Outro(s)		
7 - Quais recursos são repassados por este convênio: (admite multipla marcação) 7.1 ☐ Repasse financeiro qualquer que seja sua destinação. 7.2 ☐ Outros ➡ 7.2.1 Especifique: (admite múltipla marcação) 7.2.1.1 ☐ Cooperação técnica 7.2.1.2 ☐ Cessão de instalações/equipamentos 7.2.1.3 ☐ Fornecimento de alimentação 7.2.1.4 ☐ Fornecimento de material didático ou paradidático 7.2.1.5 ☐ Alocação de pessoal 7.2.1.6 ☐ Outros		
8 - Além dos convênios, a prefeitura possui outras parcerias, formais ou informais, pelas quais receba recursos para desenvolver programas, projetos e serviços socioassistenciais, como executor principal? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não (passe para o Bloco 11)		
9 - Em sendo formais, quais os instrumentos jurídicos utilizados? (admite múltipla marcação) 9.1 ☐ Termo de cooperação técnica 9.2 ☐ Documentos de expedientes (ofícios, memorandos) 9.3 ☐ Outro(s) 9.4 ☐ Parceria informal		

BLOCO 10	CONVÊNIOS E PARCERIAS	(Conclusão)						
10 - A realização destas parcerias permite: (admite múltipla marcação) 10.1 ☐ Repasse financeiro qualquer que seja sua destinação. 10.2 ☐ Outros ➡ 10.2.1 Especifique: (admite múltipla marcação) <table style="width: 100%; font-size: small;"> <tr> <td style="width: 33%;">10.2.1.1 ☐ Cooperação técnica</td> <td style="width: 33%;">10.2.1.2 ☐ Cessão de instalações/equipamentos</td> <td style="width: 33%;">10.2.1.3 ☐ Fornecimento de alimentação</td> </tr> <tr> <td>10.2.1.4 ☐ Fornecimento de material didático ou paradidático</td> <td>10.2.1.5 ☐ Alocação de pessoal</td> <td>10.2.1.6 ☐ Outros</td> </tr> </table>			10.2.1.1 ☐ Cooperação técnica	10.2.1.2 ☐ Cessão de instalações/equipamentos	10.2.1.3 ☐ Fornecimento de alimentação	10.2.1.4 ☐ Fornecimento de material didático ou paradidático	10.2.1.5 ☐ Alocação de pessoal	10.2.1.6 ☐ Outros
10.2.1.1 ☐ Cooperação técnica	10.2.1.2 ☐ Cessão de instalações/equipamentos	10.2.1.3 ☐ Fornecimento de alimentação						
10.2.1.4 ☐ Fornecimento de material didático ou paradidático	10.2.1.5 ☐ Alocação de pessoal	10.2.1.6 ☐ Outros						

BLOCO 11	SERVIÇOS E BENEFÍCIOS	(Continua)																										
1 - O município executa diretamente serviços socioassistenciais? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não (passe para o quesito 6) Considera-se serviço socioassistencial um conjunto de atividades continuadas prestadas em uma unidade física, com localização e abrangência territorial com público definido, capaz de agregar um conjunto de recursos e atenções que produzem provisões e aquisições aos usuários e que guardam entre si uma relação de complementaridade face às finalidades das funções de proteção social, defesa de direitos e vigilância socioassistencial. Como responsabilidade do Estado, os serviços socioassistenciais são regidos por normas técnicas, padrões, metodologias e protocolos referenciados pelo SUAS.																												
2 - Quais são as unidades físicas que existem no município, da rede socioassistencial (pública ou privada) para executar os serviços socioassistenciais? (admite múltipla resposta) 1 ☐ Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) ➡ 1.1 - Quantos? CRAS unidade pública estatal localizada em áreas de maior vulnerabilidade social, prestando serviços, programas e projetos locais de Proteção Social Básica, atuando como espaço de referência e como "porta de entrada" para o acesso dos usuários à rede socioassistencial. 2 ☐ Centro de convivência Local destinado à permanência diurna onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania. <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; font-size: small;"> <thead> <tr> <th></th> <th>Unidades públicas</th> <th>Unidades conveniadas</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Idosos</td> <td>2.1.1 </td> <td>2.1.2 </td> <td>2.1.3 </td> </tr> <tr> <td>Crianças e adolescentes</td> <td>2.2.1 </td> <td>2.2.2 </td> <td>2.2.3 </td> </tr> <tr> <td>Múltiplas faixas etárias</td> <td>2.3.1 </td> <td>2.3.2 </td> <td>2.3.3 </td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>2.4.1 </td> <td>2.4.2 </td> <td>2.4.3 </td> </tr> </tbody> </table> 3 ☐ Centro da juventude Equipamento da Proteção Social Básica, se constitui num espaço aberto de convivência, de formação e de cidadania para adolescentes e jovens, prioritariamente na faixa etária de 12 a 18 anos em situação de vulnerabilidade e risco social. <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; font-size: small;"> <thead> <tr> <th>Unidades públicas</th> <th>Unidades conveniadas</th> <th>Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>3.1 </td> <td>3.2 </td> <td>3.3 </td> </tr> </tbody> </table> 4 ☐ Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ➡ 4.1 - Quantos? CREAS unidade pública estatal e pólo de referência de Proteção Social Especial de Média Complexibilidade, ofertando orientação e apoio especializado e continuado a indivíduos e famílias com direitos violados.				Unidades públicas	Unidades conveniadas	Total	Idosos	2.1.1	2.1.2	2.1.3	Crianças e adolescentes	2.2.1	2.2.2	2.2.3	Múltiplas faixas etárias	2.3.1	2.3.2	2.3.3	Total	2.4.1	2.4.2	2.4.3	Unidades públicas	Unidades conveniadas	Total	3.1	3.2	3.3
	Unidades públicas	Unidades conveniadas	Total																									
Idosos	2.1.1	2.1.2	2.1.3																									
Crianças e adolescentes	2.2.1	2.2.2	2.2.3																									
Múltiplas faixas etárias	2.3.1	2.3.2	2.3.3																									
Total	2.4.1	2.4.2	2.4.3																									
Unidades públicas	Unidades conveniadas	Total																										
3.1	3.2	3.3																										

BLOCO 11

SERVIÇOS E BENEFÍCIOS

(Continua)

- 5 ☐ Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua → 5.1 - Quantos?

Centro POP unidade pública estatal e pólo de referência de Proteção Social Especial de Média Complexibilidade, específico para o atendimento especializado à população em situação de rua, devendo ofertar, obrigatoriamente, o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

- 6 ☐ Centro dia ☐ Instituição especializada na qual o usuário pode permanecer durante 8 horas por dia, de acordo com as suas necessidades, onde são prestados serviços de atenção à saúde, fisioterapia, apoio psicológico, atividades ocupacionais, lazer e outros. O funcionamento do centro é preferencialmente diurno.

	Unidades públicas	Unidades conveniadas	Total
Idosos	6.1.1	6.1.2	6.1.3
Pessoas com deficiência	6.2.1	6.2.2	6.2.3
Total	6.3.1	6.3.2	6.3.3

- 7 ☐ Unidade de atendimento ao adolescente em conflito com a lei ☐ Atendimento responsável pelo planejamento e execução de medidas socioeducativas de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade.

Unidades públicas	Unidades conveniadas	Total
7.1	7.2	7.3

- 8 ☐ Abrigo ou Casa lar ☐ Acolhimento para grupo de pessoas em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social, com objetivo de restabelecer e reconstituir vínculos e autonomia, em caráter especial e provisório.

	Unidades públicas	Unidades conveniadas	Total
Idosos	8.1.1	8.1.2	8.1.3
Crianças e adolescentes	8.2.1	8.2.2	8.2.3
População em situação de rua	8.3.1	8.3.2	8.3.3
Pessoas com deficiência	8.4.1	8.4.2	8.4.3
Mulheres	8.5.1	8.5.2	8.5.3
Total	8.6.1	8.6.2	8.6.3

- 9 ☐ República ☐ Atendimento de acolhimento para grupo de pessoas independentes. As despesas com alimentação e higiene pessoal/ambiental são cofinanciadas com recursos da aposentadoria, renda mensal vitalícia, Benefício de Prestação Continuada, entre outras fontes de renda.

	Unidades públicas	Unidades conveniadas	Total
Idosos	9.1.1	9.1.2	9.1.3
Jovens	9.2.1	9.2.2	9.2.3
Adultos	9.3.1	9.3.2	9.3.3
Total	9.4.1	9.4.2	9.4.3

BLOCO 11

SERVIÇOS E BENEFÍCIOS

(Continua)

- 10 ☐ Centro de múltiplo uso Equipamento social que desenvolve ações sociais e comunitárias em várias modalidades de atendimento.

Unidades públicas	Unidades conveniadas	Total
10.1	10.2	10.3

- 11 ☐ Centro de geração de trabalho e renda/profissionalizante

Local destinado a desenvolver atividades de atendimento para formação e capacitação profissional com o intuito de promover a inserção no mercado de trabalho, favorecendo a conquista da autonomia pessoal e familiar.

Unidades públicas	Unidades conveniadas	Total
11.1	11.2	11.3

3 - Qual(is) serviço(s) é(são) executado(s)? (admite múltipla marcação)

- 3.1 ☐ Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

- 3.2 ☐ Serviço de Convivência para crianças de 0 a 6 anos

Serviço desenvolvido para crianças e adolescentes de 0 a 6 anos de caráter continuado, complementar e articulado ao PAIF, com o objetivo de assegurar espaços de convivência familiar e comunitária, visando o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade, valorização da cultura das famílias e comunidades locais, desenvolvendo o sentimento de pertença e de identidade, com foco no desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes.

- 3.3 ☐ Serviço de Convivência para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos

Serviço desenvolvido para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos de caráter continuado, complementar e articulado ao PAIF, com o objetivo de assegurar espaços de convivência familiar e comunitária, visando o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade, valorização da cultura das famílias e comunidades locais, desenvolvendo o sentimento de pertença e de identidade, com foco no desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes.

- 3.4 ☐ Serviço de Convivência para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos

Serviço desenvolvido para adolescentes e jovens de 15 a 17 anos, de caráter continuado, complementar e articulado ao PAIF, com o objetivo de assegurar espaços de convivência familiar e comunitária, visando o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade, valorização da cultura das famílias e comunidades locais, desenvolvendo o sentimento de pertença e de identidade. O público-alvo constitui-se, em sua maioria, de jovens cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, estendendo-se também aos jovens em situação de risco pessoal e social, encaminhados pelos serviços de Proteção Social Especial do SUAS ou pelos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- 3.5 ☐ Serviço de Convivência para idosos

Serviço desenvolvido para idosos, de caráter continuado, complementar e articulado ao PAIF, com foco no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária.

- 3.6 ☐ Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

Oferta de atendimento às pessoas com deficiência ou idosas objetivando prevenir agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais desses usuários. Desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço.

BLOCO 11	SERVIÇOS E BENEFÍCIOS	(Continua)
3.7	☐ Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI/CREAS) O PAEFI é um serviço socioassistencial de prestação continuada que deve ser ofertado obrigatoriamente em todo CREAS. Oferta apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. Compreende atenções e orientações direcionadas à promoção de direitos, à preservação e ao fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e o fortalecimento da função de proteção das famílias diante do conjunto de condições que causam fragilidades ou as submetem a situações de risco pessoal e social.	
3.8	☐ Programa/Serviço de acolhimento em Família Acolhedora para Criança e Adolescente → 3.8.1 - É regulamentado por lei municipal? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não Serviço que organiza o amparo de crianças e adolescentes, afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias cadastradas. É previsto até que seja possível o retorno à família de origem ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para adoção.	
3.9	☐ Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua Ofertado nos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, este serviço dedica-se a atender pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem como finalidade assegurar o atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de relações sociais e habilidades pessoais, com o intuito de fortalecer vínculos interpessoais ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.	
3.10	☐ Serviço Especializado para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias O serviço tem a finalidade de potencializar a autonomia, a independência e a inclusão social da pessoa com deficiência e pessoa idosa, com vistas à melhoria de sua qualidade de vida. Para tanto, deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação dos serviços especializados a pessoas em situação de dependência que necessitem de cuidados permanentes ou temporários.	
3.11	☐ Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) Ofertado obrigatoriamente no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), o Serviço de Proteção a Adolescentes em Cumprimento de Medida atende adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, aplicada pelo juiz da Infância e da Juventude. O serviço tem como objetivo a oferta de atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente.	
3.12	☐ Serviço Especializado em Abordagem Social Serviço ofertado de forma continuada e programada, em CREAS ou unidades específicas referenciadas aos CREAS, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique nos territórios a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras.	
3.13	☐ Serviço de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes Oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados às crianças e adolescentes com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral.	
3.14	☐ Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos Oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a idosos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral.	
3.15	☐ Serviço de Acolhimento Institucional para pessoas em situação de rua Oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a pessoas em situação de rua com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral.	
3.16	☐ Serviço de Acolhimento Institucional para jovens e adultos com deficiência Oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a jovens e adultos com deficiência, maiores de 18 anos, em situação de violência com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral.	
3.17	☐ Serviço de Acolhimento Institucional para mulheres em situação de violência Oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados a mulheres em situação de violência com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral.	

BLOCO 11	SERVIÇOS E BENEFÍCIOS (Continua)
3.18	Serviço de Acolhimento em Repúblicas para Jovens (maiores de 18 anos) Oferta de proteção, apoio e moradia a grupos de pessoas maiores de 18 anos em situação de abandono, vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustento.
3.19	Serviço de Acolhimento em Repúblicas para adultos em processo de saída das ruas É a oferta de acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinados aos adultos em processo de saída das ruas com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral.
3.20	Serviço de Acolhimento em Repúblicas para Idosos Oferta de proteção, apoio e moradia a grupos de idosos em situação de abandono, vulnerabilidade e risco pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustento.
4 - Quais são as atividades realizadas para a execução de serviços socioassistenciais? (admite múltipla marcação) São as atividades organizadas e prestadas por trabalhadores (as) sociais: assistentes sociais, psicólogos (as), pedagogos (as), advogados (as) e outros, conforme as requisições e especificidades de cada serviço e o número potencial de usuários a serem atendidos.	
4.1	Orientação sociofamiliar Análise das demandas e necessidades do grupo familiar e realização de trabalho técnico que auxilie a construção de projetos e escolha de estratégias para seu alcance com autonomia e inserção social.
4.2	Ações de orientação em situações de negligência, abandono e maus tratos Processo de aconselhamento, palestras, atendimentos individuais, reuniões em grupo com foco no empoderamento individual e familiar das situações de risco pessoal e social, por violação de direitos, que se expressam na iminência ou ocorrência de tais eventos.
4.3	Acompanhamento sistemático de famílias em situação de vulnerabilidade Visa o fortalecimento da função de proteção da família a seus membros, prevenindo, mediando e fortalecendo condições para a superação de conflitos.
4.4	Acompanhamento sistemático de famílias em situação de violação de direitos Serviço ofertado por equipamentos da Proteção Especial Média e Alta Complexidade com foco no acompanhamento sistemático e periódico às famílias em situação de violação de direitos. Este serviço enfatiza o contato entre técnico e família para além da busca por auxílio da família, por sua iniciativa própria.
4.5	Atividades relacionadas à documentação pessoal Oferta de orientação, encaminhamento e acompanhamento dos procedimentos oficiais para a obtenção de documentos pessoais, em especial certidão de nascimento. Esta oferta deve ser facilitada por meio de acordos, contratos e convênios para a produção de documentos para a(o) cidadã(o).
4.6	Estudo social Estudo realizado por técnico para identificar demandas de serviços e benefícios e registrá-las em instrumentais apropriados (fichas cadastrais, bancos de dados, prontuários etc), com a finalidade de acompanhar a evolução dos casos atendidos, elaborar pareceres e indicar respostas que ofereçam a melhor resolatividade possível diante das necessidades sociais apresentadas pelo(a) usuário(a).
4.7	Diagnóstico do território Os diagnósticos territoriais visam identificar em dado espaço geográfico as famílias e grupos sociais em situação de vulnerabilidade e/ou fragilização de direitos. Assim, procuram identificar as necessidades dessas famílias e grupos sociais e verificar o que pode ser atendido mediante serviços socioassistenciais e/ou benefícios disponíveis.
4.8	Utilização de prontuários para registro de atendimentos Utilização de registros sistemáticos e periódicos que identifiquem os usuários, tipo(s) de atendimento(s) e evolução do acompanhamento em cada CRAS e CREAS.

BLOCO 11	SERVIÇOS E BENEFÍCIOS (Continua)
4.9	Plano Individual e/ou Familiar de atendimento Elaboração de um plano de atendimento com programação traçada pela equipe interdisciplinar do CREAS contando com a participação da família/indivíduo. Objetiva construir propósitos para a equipe e possibilidades e compromissos a serem cumpridos pelo indivíduo ou família no decorrer do acompanhamento, através do estabelecimento de metas pactuadas.
4.10	Cadastramento socioeconômico Mobilização de equipes de profissionais para identificar as condições de vida pessoal e social de indivíduos e famílias, viabilizar a inscrição em benefícios e serviços socioassistenciais, identificar demandas para outros serviços públicos e registrar em formulários e fichas cadastrais próprias ou diretamente em banco de dados, inclusive inscrição no Cadastro Único.
4.11	Gestão de benefícios Identificação, cadastramento e gestão do sistema de dados de beneficiários de programas de transferência de renda e outros benefícios assistenciais.
4.12	Busca ativa Busca ativa refere-se à procura intencional, realizada pela equipe de determinado equipamento de assistência social, das ocorrências que influenciam o modo de vida da população em determinado território. Tem como objetivo identificar as situações de vulnerabilidade e risco social, bem como as potencialidades existentes no território, ampliar o conhecimento e a compreensão da realidade social.
4.13	Desenvolvimento de atividades promotoras do convívio familiar, grupal, social e comunitário Atividades coletivas orientadas para o desenvolvimento de sociabilidades, fortalecimento de vínculos interpessoais, intergeracionais, familiares, grupais, de vizinhança e societários na perspectiva da inserção sociocultural e do fortalecimento da cidadania.
4.14	Visita domiciliar à família Oferta de presença de técnico no domicílio do(a) usuário(a) ou demandante de serviços e benefícios, para compreender a realidade sociofamiliar e identificar necessidades, demandas, recursos e vulnerabilidades, para fundamentar o trabalho social e vincular às famílias ou membros das famílias as atividades, benefícios e serviços.
4.15	Mobilização e fortalecimento de redes sociais Trabalho social e socioeducativo para conhecer e mobilizar ações que expressem e efetivem o apoio e a solidariedade entre grupos, diante de necessidades sociais e que extrapolam as relações familiares e se estendem a grupos sociais e relações de vizinhança, visando à mobilização de forças no território.
4.16	Encaminhamentos ao sistema de garantia de direitos Trata-se do encaminhamento por parte dos equipamentos que compõem o SUAS ao Ministério Público, Conselho Tutelar, Vara da Criança e Adolescente, sistema policial, com vistas ao alcance dos direitos socioassistenciais e da criação de espaços de defesa destas famílias ou indivíduos encaminhados.
4.17	Encaminhamentos a outras políticas sociais (saúde, educação, habitação, trabalho, etc) Após atendimento na rede socioassistencial, encaminhamento para outras políticas públicas, tendo em vista a inclusão em uma rede de proteção social.
4.18	Encaminhamentos entre serviços socioassistenciais De acordo com as diferentes demandas por proteção social asseguradas pela Política Nacional de Assistência Social, os usuários podem ser encaminhados para serviços e equipamentos socioassistenciais relacionados a diferentes níveis de proteção – alta, média ou baixa complexidade.
4.19	Informação, comunicação e defesa de direitos Atividades e procedimentos técnicos desenvolvidos no conjunto dos serviços socioassistenciais para prover a informação e o entendimento do que são os direitos individuais e sociais, as formas de violação, as garantias de sua efetivação, as respostas e recursos com os quais a população pode contar, além da difusão dos direitos e do intercâmbio de informações e interação com políticas públicas, órgãos, grupos e conselhos de defesa de direitos e de políticas públicas.

BLOCO 11	SERVIÇOS E BENEFÍCIOS	(Continua)																											
4.20 ☐ Disseminação de orientações e materiais informativos Materiais informativos e orientadores da produção de serviços e de direitos e acessos aos usuários em várias formas de comunicação.																													
4.21 ☐ Atividades de inclusão produtiva Inclusão produtiva inclui o estímulo ao desenvolvimento de atividades econômicas de pequenos negócios individuais ou coletivos (associativos ou cooperados) que permitam a emancipação econômica autossustentada pela geração de trabalho e renda, ou a inserção no mercado de trabalho formal. Inclui desde o apoio a elaboração de soluções empreendedoras micro empresariais até a capacitação e qualificação profissional em atividades já existentes no local.																													
4.22 ☐ Outras 4.23 ☐ Nenhuma das atividades																													
5 - Dentre os grupos relacionados abaixo quais os atendidos pelo serviço da assistência social do município: <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 33%;">5.1 ☐ Povos indígenas</td> <td style="width: 33%;">5.2 ☐ População em situação de rua</td> <td style="width: 33%;">5.3 ☐ Comunidades quilombolas</td> </tr> <tr> <td>5.4 ☐ Catadores de materiais recicláveis</td> <td>5.5 ☐ Ribeirinhos</td> <td>5.6 ☐ Agricultores familiares</td> </tr> <tr> <td>5.7 ☐ Povos ciganos</td> <td>5.8 ☐ Assentados da reforma agrária</td> <td>5.9 ☐ Pescadores artesanais</td> </tr> <tr> <td colspan="3">5.10 ☐ Nenhum dos relacionados</td> </tr> </table>			5.1 ☐ Povos indígenas	5.2 ☐ População em situação de rua	5.3 ☐ Comunidades quilombolas	5.4 ☐ Catadores de materiais recicláveis	5.5 ☐ Ribeirinhos	5.6 ☐ Agricultores familiares	5.7 ☐ Povos ciganos	5.8 ☐ Assentados da reforma agrária	5.9 ☐ Pescadores artesanais	5.10 ☐ Nenhum dos relacionados																	
5.1 ☐ Povos indígenas	5.2 ☐ População em situação de rua	5.3 ☐ Comunidades quilombolas																											
5.4 ☐ Catadores de materiais recicláveis	5.5 ☐ Ribeirinhos	5.6 ☐ Agricultores familiares																											
5.7 ☐ Povos ciganos	5.8 ☐ Assentados da reforma agrária	5.9 ☐ Pescadores artesanais																											
5.10 ☐ Nenhum dos relacionados																													
6 - O município realiza concessão de benefícios eventuais? 1 ☐ Sim 2 ☐ Não (passe para o quesito 10) Os benefícios eventuais se configuram como direitos sociais instituídos legalmente. Têm caráter suplementar e provisório e são prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de morte, nascimento, calamidade pública e situações de vulnerabilidade temporária.																													
7 - Os benefícios eventuais foram regulamentados no município por meio de qual instrumento legal? 1 ☐ Lei 2 ☐ Decreto 3 ☐ Portaria 4 ☐ Outro 5 ☐ Não há regulamentação por instrumento legal																													
8 - Quais benefícios eventuais são concedidos? (admite múltipla marcação) 8.1 ☐ Auxílio funeral 8.2 ☐ Auxílio natalidade 8.3 ☐ Benefício eventual para situação de calamidade pública																													
9 - O município realiza a concessão de benefícios, tais como: <table style="width: 100%; border: none;"> <tr> <td style="width: 33%;">9.1 ☐ Fotos</td> <td style="width: 33%;">9.2 ☐ Segunda via de documentos</td> <td style="width: 33%;">9.3 ☐ Agasalho/vestuário/cobertores/móveis/colchões/utensílios domésticos</td> </tr> <tr> <td>9.4 ☐ Pagamento de taxas, contas de água, energia elétrica e gás</td> <td>9.5 ☐ Órteses e próteses (óculos, dentaduras, aparelhos ortopédicos, aparelhos dentários, aparelho auditivo, outros)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>9.6 ☐ Meios Auxiliares de Locomoção (cadeira de rodas, muletas).</td> <td>9.7 ☐ Apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município</td> <td></td> </tr> <tr> <td>9.8 ☐ Transporte de doentes</td> <td>9.9 ☐ Fraldas geriátricas</td> <td>9.10 ☐ Pagamento de exames médicos</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>9.11 ☐ Medicamentos</td> </tr> <tr> <td>9.12 ☐ Cestas básicas</td> <td>9.13 ☐ Leite, leite em pó/dietas especiais</td> <td>9.14 ☐ Auxílio construção</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>9.15 ☐ Pagamento de aluguel /aluguel social</td> </tr> <tr> <td>9.16 ☐ Uniforme/material escolar</td> <td>9.17 ☐ Passagens</td> <td>9.18 ☐ Outros</td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>9.19 ☐ Nenhum dos relacionados</td> </tr> </table>			9.1 ☐ Fotos	9.2 ☐ Segunda via de documentos	9.3 ☐ Agasalho/vestuário/cobertores/móveis/colchões/utensílios domésticos	9.4 ☐ Pagamento de taxas, contas de água, energia elétrica e gás	9.5 ☐ Órteses e próteses (óculos, dentaduras, aparelhos ortopédicos, aparelhos dentários, aparelho auditivo, outros)		9.6 ☐ Meios Auxiliares de Locomoção (cadeira de rodas, muletas).	9.7 ☐ Apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município		9.8 ☐ Transporte de doentes	9.9 ☐ Fraldas geriátricas	9.10 ☐ Pagamento de exames médicos			9.11 ☐ Medicamentos	9.12 ☐ Cestas básicas	9.13 ☐ Leite, leite em pó/dietas especiais	9.14 ☐ Auxílio construção			9.15 ☐ Pagamento de aluguel /aluguel social	9.16 ☐ Uniforme/material escolar	9.17 ☐ Passagens	9.18 ☐ Outros			9.19 ☐ Nenhum dos relacionados
9.1 ☐ Fotos	9.2 ☐ Segunda via de documentos	9.3 ☐ Agasalho/vestuário/cobertores/móveis/colchões/utensílios domésticos																											
9.4 ☐ Pagamento de taxas, contas de água, energia elétrica e gás	9.5 ☐ Órteses e próteses (óculos, dentaduras, aparelhos ortopédicos, aparelhos dentários, aparelho auditivo, outros)																												
9.6 ☐ Meios Auxiliares de Locomoção (cadeira de rodas, muletas).	9.7 ☐ Apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município																												
9.8 ☐ Transporte de doentes	9.9 ☐ Fraldas geriátricas	9.10 ☐ Pagamento de exames médicos																											
		9.11 ☐ Medicamentos																											
9.12 ☐ Cestas básicas	9.13 ☐ Leite, leite em pó/dietas especiais	9.14 ☐ Auxílio construção																											
		9.15 ☐ Pagamento de aluguel /aluguel social																											
9.16 ☐ Uniforme/material escolar	9.17 ☐ Passagens	9.18 ☐ Outros																											
		9.19 ☐ Nenhum dos relacionados																											
10 - O município possui programa municipal de transferência de renda para famílias pobres (não devem ser considerados programas do Governo Federal, como Bolsa Família, nem programas dos Governos Estaduais)? 1 ☐ Sim ➡ 10.1 - Qual o número de famílias beneficiárias: 2 ☐ Não (passe para o quesito 12)																													

[illegible]

[illegible]

Glossário

abrigo institucional ou casa-lar Acolhimento para grupo de pessoas em situação de vulnerabilidade e riscos pessoal e social, com o objetivo de restabelecer e reconstituir vínculos e autonomia, em caráter especial e provisório.

acautelamento Internação de adolescente para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública. O acautelamento ocorre quando não é possível libertar o adolescente prontamente devido à gravidade do ato infracional e sua repercussão social.

administração direta Segmento da administração pública que, de acordo com a Constituição Federal do Brasil, se encontra integrado e ligado, na estrutura organizacional, diretamente ao chefe do poder executivo que, no caso municipal, é o prefeito.

administração indireta Segmento da administração pública que, de acordo com a Constituição Federal do Brasil, se encontra ligado indiretamente ao poder executivo. É composto por autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações que exercem atividades caracterizadas como de serviço público ou de interesse público, cuja criação é autorizada pelo executivo.

centro de convivência (para crianças, adolescentes, jovens e/ou idosos) Local destinado à permanência diurna dos usuários, onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais, associativas e de educação para a cidadania.

cofinanciamento Financiamento em conjunto com os municípios, de forma compartilhada, de tal modo que estado e município se responsabilizem pela mesma obrigação.

cofinanciamento convênio Repasse de recursos financeiros pela celebração de convênios.

cofinanciamento fundo a fundo Transferência de recursos estaduais por meio de fundos públicos de assistência social.

conselho consultivo Aquele em que seus integrantes têm o papel apenas de estudar e indicar ações ou políticas sobre sua área de atuação.

conselho deliberativo Aquele que efetivamente tem poder de decidir sobre a implantação de políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação.

conselho fiscalizador Aquele que fiscaliza a implementação e o funcionamento de políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação.

conselho normativo Aquele que estabelece normas e diretrizes para as políticas e/ou a administração de recursos relativos à sua área de atuação.

conselho paritário Aquele que apresenta um número igual de representantes da sociedade civil e do setor governamental.

consórcio intermunicipal Pessoa jurídica de direito privado ou associação pública, entre dois ou mais municípios do mesmo estado, visando à execução de projetos, obras e/ou serviços de interesse comum voltados para o desenvolvimento regional.

ensino fundamental (1º grau) completo Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu a oitava série do ensino fundamental ou primeiro grau, organizado em séries anuais, regime de créditos, períodos letivos, semestres, fases, módulos, ciclos etc.

ensino médio (2º grau) completo Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu a terceira série do ensino médio ou segundo grau, em séries anuais, regime de créditos, períodos letivos, semestres, fases, módulos, ciclos etc. Inclui o curso regular supletivo e cursos técnicos.

ensino superior completo Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu o último período de curso de graduação universitária ou ensino superior.

funcionário estatutário Funcionário contratado sob o Regime Jurídico Único - RJU que rege a contratação no serviço público.

funcionário regido pela CLT Funcionário contratado pela prefeitura sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

funcionário sem vínculo permanente Funcionário que trabalha por prestação de serviços, sem vínculo empregatício e sem carteira de trabalho assinada. Também são incluídos nesta categoria os autônomos, estagiários, voluntários e aqueles cedidos por outras administrações.

funcionário somente comissionado Funcionário que tem como vínculo apenas o cargo comissionado que exerce.

fundo municipal Fundo destinado ao gerenciamento dos recursos financeiros obtidos para conclusão de políticas setoriais estabelecidas por um conselho municipal.

população em situação de rua Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

pós-graduação Nível de instrução atribuído à pessoa que concluiu curso que compreende tanto *latu sensu* (especialização e aperfeiçoamento da graduação) quanto *stricto sensu* (mestrado, doutorado e pós-doutorado).

proteção social básica Conjunto de ações que têm como objetivo a prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. A proteção social básica destina-se à população que vive em situação de fragilidade decorrente de pobreza, ausência de renda, acesso precário ou nulo aos serviços públicos ou fragilização de vínculos afetivos (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, entre outras). Essa proteção prevê o desenvolvimento de serviços, programas e projetos locais de acolhimento, convivência e socialização de famílias e de indivíduos, conforme identificação da situação de vulnerabilidade apresentada.

proteção social especial Conjunto de ações destinadas a famílias e indivíduos em situação de riscos pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da proteção especial, é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violências física ou psicológica; abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medidas. A proteção social especial desenvolve ações de natureza protetiva, que requerem o acompanhamento familiar e individual e maior flexibilidade nas soluções, e comportam encaminhamentos efetivos e monitorados, bem como apoios e processos que assegurem qualidade na atenção. As atividades da proteção especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família. Seus serviços atuam diretamente ligados com o sistema de garantia de direitos, exigindo uma gestão mais complexa e compartilhada.

proteção social especial de alta complexidade Conjunto de ações que oferecem atendimento às famílias e aos indivíduos que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos, necessitando

de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar de origem (mulheres vitimizadas, idosos, crianças e adolescentes, população em situação de rua, entre outros). A proteção social especial de alta complexidade caracteriza-se pela oferta de atendimento a indivíduos que se encontram afastados do convívio com o núcleo familiar.

proteção social especial de média complexidade Conjunto de ações que oferecem atendimento às famílias e aos indivíduos que se encontram em situação de risco e violação de direitos ou situação de contingência, por deficiência ou processo de envelhecimento, necessitando de atendimento especializado. Geralmente, as famílias e indivíduos atendidos encontram-se inseridos em seu núcleo familiar, ou seja, a convivência familiar está mantida, embora os vínculos possam estar fragilizados ou até mesmo ameaçados.

qualificação profissional Preparação do cidadão por meio de uma formação profissional que lhe permita aprimorar suas habilidades para executar funções específicas demandadas pelo mercado de trabalho.

serviço de acolhimento em família acolhedora para criança e adolescente Conjunto de ações que têm como objetivo o amparo de crianças e adolescentes afastados da família por medida de proteção, em residência de famílias cadastradas, até que seja possível seu retorno à família de origem ou, nesta impossibilidade, o encaminhamento para adoção. O serviço é o responsável por selecionar, capacitar, cadastrar e acompanhar as famílias acolhedoras. O acompanhamento da equipe deve abranger a criança e/ou adolescente acolhido e também sua família de origem, com vistas à reintegração familiar.

serviço de acolhimento em república Serviço que oferece proteção, apoio e moradia subsidiada a grupos de pessoas maiores de 18 anos de idade em estado de abandono, situação de vulnerabilidade e riscos pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustentação. O atendimento deve apoiar a construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, a integração e a participação social e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas. O serviço deve ser desenvolvido em sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores, e contar com equipe técnica de referência para contribuir com a gestão coletiva da moradia (administração financeira e funcionamento) e com o acompanhamento psicossocial dos usuários e encaminhamento para outros serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial e das demais políticas públicas. Sempre que possível, a definição dos moradores da república deve ocorrer de forma participativa entre estes e a equipe técnica, de modo que, na composição dos grupos, sejam respeitados afinidades e vínculos previamente construídos. Assim como nos demais equipamentos da rede socioassistencial, as edificações utilizadas no serviço de república devem respeitar as normas de acessibilidade, de maneira a possibilitar a inclusão de pessoas com deficiência.

serviço de acolhimento em república para idosos Serviço que oferece proteção, apoio e moradia a grupos de idosos em situação de abandono, vulnerabilidade e riscos pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustento. O atendimento deve apoiar a construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, a integração e a participação social e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas. O serviço deve ser desenvolvido em sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores. Sempre que possível, a definição dos moradores da república deve ocorrer de forma participativa entre estes e a equipe técnica, de modo que, na composição dos grupos, sejam respeitados afinidades e vínculos previamente construídos.

serviço de acolhimento em república para jovens (maiores de 18 anos) Serviço que oferece proteção, apoio e moradia a grupos de pessoas maiores de 18 anos de idade em situação de abandono, vulnerabilidade e riscos pessoal e social, com vínculos familiares rompidos ou extremamente fragilizados e sem condições de moradia e autossustento. O atendimento deve apoiar a construção e o fortalecimento de vínculos comunitários, a integração e a participação social e o desenvolvimento da autonomia das pessoas atendidas. O serviço deve ser desenvolvido em sistema de autogestão ou cogestão, possibilitando gradual autonomia e independência de seus moradores. Sempre que possível, a definição dos moradores da república deve ocorrer de forma participativa entre estes e a equipe técnica, de modo que, na composição dos grupos, sejam respeitados afinidades e vínculos previamente construídos.

serviço de acolhimento institucional Serviço de acolhimento, em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deve garantir a privacidade, bem como o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário, bem como a utilização dos equipamentos e serviços disponíveis na comunidade local. As regras de gestão e de convivência devem ser construídas de forma participativa e coletiva, a fim de assegurar a autonomia dos usuários, conforme perfis. O serviço deve funcionar em unidade inserida na comunidade, com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, visando ao desenvolvimento de relações mais próximas do ambiente familiar.

serviço de acolhimento institucional para adultos em processo de saída das ruas Serviço de acolhimento, em diferentes tipos de equipamentos, destinado a adultos em processo de saída das ruas, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. O atendimento prestado deve ser personalizado e

em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário. As unidades de prestação desse tipo de serviço devem funcionar inseridas na comunidade, com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, oferecendo condições de habitabilidade, higienização, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

serviço de acolhimento institucional para crianças e adolescentes

Serviço de acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, inclusive aqueles com deficiência, sob medida de proteção, conforme disposto no Art. 98 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13.07.1990), e em situação de riscos pessoal e social, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção. As unidades de prestação desse tipo de serviço – casa-lar e abrigo institucional – não devem distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico, da comunidade de origem das crianças e adolescentes atendidos.

serviço de acolhimento institucional para idosos Serviço de acolhimento, em diferentes tipos de equipamentos, destinado a idosos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário. As unidades de prestação desse tipo de serviço – casa-lar e abrigo institucional (instituição de longa permanência para idosos) – devem funcionar inseridas na comunidade, com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, oferecendo condições de habitabilidade, higienização, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

serviço de acolhimento institucional para jovens e adultos com deficiência

Serviço de acolhimento, em diferentes tipos de equipamentos, destinado a jovens e adultos com deficiência, maiores de 18 anos de idade, em situação de violência, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário. A unidade de prestação desse tipo de serviço – residência inclusiva – deve funcionar inserida na comunidade, com características residenciais, ambiente acolhedor e estrutura física adequada, oferecendo condições de habitabilidade, higienização, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

serviço de acolhimento institucional para mulheres vítimas de violência

Serviço de acolhimento, em diferentes tipos de equipamentos, destinado a mulheres em situação de violência, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. O atendimento prestado deve ser personalizado e em pequenos grupos e favorecer o convívio familiar e comunitário. A unidade de prestação desse tipo de serviço – abrigo institucional – deve funcionar inserida na comunidade, com características residenciais, ambiente acolhedor

e estrutura física adequada, oferecendo condições de habitabilidade, higienização, salubridade, segurança, acessibilidade e privacidade.

serviço de acolhimento institucional para pessoas em situação de rua Serviço de acolhimento, em diferentes tipos de equipamentos, destinado a pessoas em situação de rua, com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. As unidades de prestação desse tipo de serviço são as casas de passagem e os abrigos institucionais.

serviço de convivência e fortalecimento de vínculos Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada, que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para adolescentes e jovens de 15 a 17 Serviço de oferta de atividades de convivência complementar à proteção social básica à família, que tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária e o retorno ou permanência dos adolescentes e jovens na escola, por meio de atividades que estimulam a convivência social, a participação cidadã e uma formação geral para o mundo do trabalho. O público-alvo constitui-se, em sua maioria, de jovens cujas famílias são beneficiárias do Bolsa Família, estendendo-se também àqueles em situação de riscos pessoal e social, encaminhados pelos serviços de proteção social especial do Sistema Único de Assistência Social - SUAS ou pelos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Os jovens são organizados em grupos, denominados coletivos, acompanhados por um orientador social e supervisionado por um profissional de nível superior do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, também encarregado de atender as famílias dos jovens por meio do serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF). As unidades de prestação desse tipo de serviço são os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e os centros da criança, adolescente, juventude e idosos, referenciados ao CRAS.

serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças de 0 a 6 anos Serviço de oferta de ações continuadas, de caráter complementar à proteção às famílias, devendo prever atividades conjuntas com crianças e familiares, de forma a fortalecer vínculos e prevenir ocorrência de situações de risco social. Esse serviço contribui no cuidado das crianças pequenas e das crianças com deficiência, trabalhando suas potencialidades e prevenindo situações de risco, como negligência, abandono, violência doméstica e trabalho infantil, sendo um serviço complementar e diretamente articulado ao serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF).

serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos

Serviço de oferta de ações continuadas, com foco na constituição de espaço de convivência e no desenvolvimento do protagonismo e da autonomia das crianças e adolescentes. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e esportivas como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social. O serviço inclui crianças e adolescentes com deficiência, retirados do trabalho infantil ou submetidos a outras violações, cujas atividades contribuem para resignificar vivências de isolamento e de violação de direitos, bem como propiciar experiências favorecedoras do desenvolvimento de sociabilidades e da prevenção de situações de risco social. As unidades de prestação desse tipo de serviço são os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e os centros da criança, adolescente, juventude e idosos, referenciados ao CRAS.

serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para idosos

Serviço de oferta de ações continuadas, com foco no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, e no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário, com vistas à prevenção de situações de risco social. A intervenção social deve estar pautada nas características, interesses e demandas dessa faixa etária e considerar que a vivência em grupo, as experimentações artísticas, culturais, esportivas e de lazer e a valorização das experiências vividas constituem formas privilegiadas de expressão, interação e proteção social. Devem realizar atividades conjuntas entre idosos, suas famílias e profissionais com foco na troca de informações sobre questões relativas ao envelhecimento e com ações que valorizem as experiências dos idosos e familiares, estimulando e potencializando a condição de escolher e decidir, bem como a participação social desses usuários. As unidades de prestação desse tipo de serviço são os Centros de Referência de Assistência Social - CRAS e os centros da criança, adolescente, juventude e idosos, referenciados ao CRAS.

serviço de proteção e atendimento especializado a famílias e indivíduos (PAEFI)

Serviço socioassistencial de prestação continuada que deve ser ofertado obrigatoriamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. O serviço oferta apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, e compreende atenções e orientações direcionadas à promoção de direitos, à preservação e ao fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais, bem como ao fortalecimento da função de proteção das famílias diante do conjunto de condições que lhes causam fragilidades ou as submetem a situações de riscos pessoal e social. Nessa direção, o PAEFI oferece atendimento a indivíduos e famílias em diversas situações de violação de direitos, como violência (física, psicológica e negligência, abuso e/ou exploração sexual), afastamento do convívio familiar devido à

aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua; mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual ou raça/etnia e outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações ou submissões. A unidade de prestação desse tipo de serviço é o CREAS.

serviço de proteção e atendimento integral à família (PAIF) Serviço socioassistencial de prestação continuada que deve ser ofertado obrigatoriamente em todo Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, independentemente da fonte de financiamento. Consiste no trabalho social com as famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. O serviço prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. A unidade de prestação desse tipo de serviço, necessariamente, é o CRAS.

serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida (LA) e de prestação de serviços à comunidade (PSC) Serviço socioassistencial ofertado obrigatoriamente no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS. O serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida atende adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos de idade, em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade, aplicada pelo Juiz da Infância e da Juventude. O serviço tem como objetivo a oferta de atenção socioassistencial e o acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Esse serviço deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. É importante ressaltar que os direitos e obrigações dos jovens devem ser assegurados de acordo com as legislações específicas para o cumprimento da medida.

serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas Serviço socioassistencial ofertado às pessoas com deficiência ou idosas objetivando prevenir agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais desses usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, exclusão e isolamento. O serviço deve contribuir com a promoção do acesso de pessoas com deficiência e pessoas idosas aos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos e a toda a rede socioassistencial, aos serviços de outras políticas públicas, entre elas educação, trabalho, saúde, transporte

especial e programas de desenvolvimento de acessibilidade, serviços setoriais e de defesa de direitos e programas especializados de habilitação e reabilitação. O serviço desenvolve ações extensivas aos familiares, de apoio, informação, orientação e encaminhamento, com foco na qualidade de vida, exercício da cidadania e inclusão na vida social, sempre ressaltando o caráter preventivo do serviço. A unidade de prestação desse tipo de serviço é o domicílio do usuário.

serviço de proteção social especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias Serviço socioassistencial que tem a finalidade de potencializar a autonomia, a independência e a inclusão social da pessoa com deficiência e da pessoa idosa, com vistas à melhoria de sua qualidade de vida. Para tanto, deve contar com equipe específica e habilitada para a prestação dos serviços especializados a pessoas em situação de dependência que necessitem de cuidados permanentes ou temporários. A ação da equipe deve estar pautada no reconhecimento do potencial da família e do cuidador, apoiando estes no exercício da função. É possível realizar o atendimento no domicílio do usuário, ofertando atendimento especializado a famílias das pessoas com deficiência e dos idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas obrigações dos jovens devem ser assegurados de acordo com as legislações específicas para o cumprimento da medida.

serviço especializado em abordagem social Serviço socioassistencial ofertado de forma continuada e programada, com a finalidade de assegurar trabalho social de abordagem e busca ativa que identifique, nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, entre outras. Nessa direção, o serviço oferta atendimento a crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias que utilizam espaços públicos como forma de moradia e/ou sobrevivência. O serviço busca a resolução de necessidades imediatas e a promoção do acesso do indivíduo ou família à rede de serviços socioassistenciais e das demais políticas públicas, na perspectiva da garantia dos direitos. Pode ser ofertado tanto no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS como em unidade específica a ele referenciada.

setor Parte organizacional da prefeitura, sem *status* de secretaria.

Equipe técnica

Diretoria de Pesquisas

Coordenação de População e Indicadores Sociais

Claudio Dutra Crespo

Gerência de Estudos e Pesquisas Sociais

Cristiane dos Santos Moutinho

Gerência do Projeto de Pesquisa de Informações Básicas Municipais

Vânia Maria Pacheco

Planejamento e apuração do Questionário Básico

Alberto Francisco Sineiro Dantas

Altino Ventura Neto

Divaldo Ferreira da Silva

Ennio Leite de Mello

Marzulo Pagani Vivacqua

Reinaldo de Souza Ramos

Sandra Maria Barreto

Vânia Maria Pacheco

Vera Lúcia Moreira

Programação e execução do plano tabular

Vânia Maria Pacheco

Elaboração dos textos analíticos

Serviços socioassistenciais

Luis Otávio Pires Farias¹

Recursos Humanos

Ennio Leite de Mello

¹ Técnico (a) do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Serviços socioassistenciais

Junia Valeria Quiroga da Cunha¹
Luis Otavio Pires Farias¹
Cinthia Barros dos Santos¹
Juliana França Varella¹
Marco Antonio Carvalho Natalino¹

Unidades da rede de serviços socioassistenciais

Junia Valéria Quiroga da Cunha¹

Demais textos

Vânia Maria Pacheco

Revisão técnica dos textos

Marzulo Pagani Vivacqua

Diretoria de Informática

Coordenação de Atendimento e Desenvolvimento de Sistema

Claudio Mariano Fernandes

Desenvolvimento de sistema e apuração dos resultados

Solange Ferreira Pinto
Rosangela Koehler Pulcinelli

Coordenação de Metodologia e Banco de Dados

Cláudio Mariano Fernandes

Gerência de Acesso a Banco de Dados

Luiz Antonio Gauziski de Araújo Figueredo
José Masello

Coordenação de Serviços de Informática

Bruno Gonçalves Santos
Fernando Espírito Santo Cataldo
Geórgia de Souza Assumpção
Osmar Alves de Araújo

Supervisores Estaduais da Pesquisa

RO - Ademilson Uchoa Matos
AC - Tiago Nogueira Marques
AM - Sandra Maria Torres de Brito
RR - Amancio Guerra Raposo Junior
PA - Paulo Sergio Borges
AP - Francisco Tome Teles de Menezes
TO - Raimundo Costa Barbosa
MA - Vito Assis Alencar dos Santos
PI - Wilma Barbosa de Sousa Leite
CE - Antônio Nogueira Amora
RN - Telma Maria Galvão de Azevedo
PB - José Pereira de Araújo
PE - José Homero Vieira
AL - Marla Barroso Franca
SE - Marise Lima e Silva

¹ Técnico (a) do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

BA - Aníbal Borges Britto
MG - Maria Sueli Ribeiro Ladeira
ES - Ilmar Vicente Moreira
RJ - Marcos Serrão
SP - Marco Antônio Ornelas
PR - Jussara dos Santos Langowski
SC - Darcio Francisco Borges
RS – Gladys Moura Guimaraes
MS - Loide Bueno de Souza
MT - Deajan David Montanha
GO - Valperino Gomes de Oliveira Filho
DF - Veronica Teixeira Magalhaes dos Santos e Casemiro Vieira Rodrigues Braganca

Projeto Editorial

Centro de Documentação e Disseminação de Informações

Coordenação de Produção

Marise Maria Ferreira

Gerência de Editoração

Estruturação textual, tabular e de gráficos

Beth Fontoura
Katia Vaz Cavalcanti
Leonardo Ferreira Martins
Neuza Damásio

Diagramação tabular e de gráficos

Beth Fontoura
Leonardo Ferreira Martins
LGonzaga
Neuza Damásio

Copidesque e revisão

Anna Maria dos Santos
Cristina R. C. de Carvalho
Kátia Domingos Vieira

Diagramação textual

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Programação visual da publicação

Luiz Carlos Chagas Teixeira

Produção de multimídia

Helena Maria Mattos Pontes
LGonzaga
Márcia do Rosário Brauns
Marisa Sigolo Mendonça
Mônica Pimentel Cinelli Ribeiro
Roberto Cavararo

Gerência de Documentação

Pesquisa e normalização bibliográfica

Ana Raquel Gomes da Silva
Carla de Castro Palmieri (Estagiária)

Elizabeth de Carvalho Faria

Lioara Mandoju

Maria Beatriz Machado Santos Soares (Estagiária)

Maria Socorro da Silva Araújo

Solange de Oliveira Santos

Elaboração de quartas-capas e de glossário

Ana Raquel Gomes da Silva

Gerência de Gráfica

Impressão e acabamento

Maria Alice Neves da Silva Nabuco

Gráfica Digital

Impressão

Ednalva Maia do Monte